ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL • IMPRENSA NACIONAL

Ano CLX Nº 217 Brasília - DF, sexta-feira, 18 de novembro de 2022 SEÇÃO 1

Sumário

Atos do Poder Judiciário 1
Atos do Poder Legislativo 2
Atos do Poder Executivo 2
Presidência da República 2
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 5
Ministério da Cidadania 8
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações 14
Ministério das Comunicações 17
Ministério da Defesa 18
Ministério do Desenvolvimento Regional 22
Ministério da Economia 24
Ministério da Educação 44
Ministério da Infraestrutura 49
Ministério da Justiça e Segurança Pública 53
Ministério do Meio Ambiente 75
Ministério de Minas e Energia 76
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos 85
Ministério das Relações Exteriores 85
Ministério da Saúde 85
Ministério do Trabalho e Previdência 92
Ministério do Turismo 99
Banco Central do Brasil 106
Ministério Público da União 106
Poder Judiciário 108
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais 134

Esta edição é composta de 140 páginas

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PLENÁRIO

DECISÕES
Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação Declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Acórdãos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.320 **(1)**

ORIGEM	: ADI - 105787 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: MATO GROSSO DO SUL
RELATOR	**: MIN. NUNES MARQUES**
REQTE.(S)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S)	: GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
INTDO.(A/S)	: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
ADV.(A/S)	: LUIZ HENRIQUE VOLPE CAMARGO (69224/BA, 7684/MS, 463948/SP)
AM. CURIAE.	: PARTIDO POPULAR SOCIALISTA - PPS
ADV.(A/S)	: JULIANA CARLA DE FREITAS (13596/DF)
AM. CURIAE.	: CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA - CFM
ADV.(A/S)	: GISELLE CROSARA LETTIERI GRACINDO (10396/DF, 38571/GO, 148117/MG, 17676-A/MS, 69776/PR, 2715-A/RJ, 93322A/RS, 212584/SP)
AM. CURIAE.	: SINDICATO DOS HOSPITAIS E ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - SINDHESUL
ADV.(A/S)	: ROSELY COELHO SCANDOLA (1706/MS)
AM. CURIAE.	: CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
ADV.(A/S)	: MARCUS VINICIUS FURTADO COÊLHO (18958/DF, 167075/MG, 2525/PI, 463101/SP) E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S)	: RAFAEL BARBOSA DE CASTILHO (19979/DF)
AM. CURIAE.	: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP
ADV.(A/S)	: FERNANDO AUGUSTO MIRANDA NAZARÉ (11485/DF) E OUTRO(A/S)

Decisão: O Tribunal, por maioria, julgou procedente, em parte, o pedido formulado na ação direta de inconstitucionalidade, para conferir à Lei n. 2.261/2001 do Estado de Mato Grosso do Sul interpretação conforme à Constituição, a fim de assentar que a mera apropriação, pelos órgãos prestadores dos serviços de saúde e de educação, das despesas com atividades-meio, não permite que essas sejam consideradas para efeito de cômputo da aplicação mínima de recursos determinada pela Carta Magna, devendo-se computar apenas as despesas contempladas pela legislação nacional, nos termos do voto do Relator, vencidos parcialmente os Ministros Edson Fachin, Ricardo Lewandowski, Gilmar Mendes, Cármen Lúcia e Rosa Weber, que julgavam procedente o pedido formulado na inicial para declarar a inconstitucionalidade da Lei nº 2.261/2001 do Mato Grosso do Sul. Falou, pelo *amicus curiae* Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, a Dra. Bruna Santos Costa. Plenário, Sessão Virtual de 9.9.2022 a 16.9.2022 (Sessão iniciada na Presidência do Ministro Luiz Fux e finalizada na Presidência da Ministra Rosa Weber).

EMENTA

LEI N. 2.261, DE 16 DE JULHO DE 2001, DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. SISTEMA DE RATEIO E DISTRIBUIÇÃO DE DESPESAS COM ATIVIDADES-MEIO PELOS ÓRGÃOS PRESTADORES DE ATIVIDADES-FIM. DEVER CONSTITUCIONAL DE CONTROLE DOS GASTOS PÚBLICOS, INCLUSIVE MEDIANTE GESTÃO DE CUSTOS. NECESSIDADE DE AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA PARA TRANSPOSIÇÃO, REMANEJAMENTO OU TRANSFERÊNCIA DE UMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO A OUTRA OU DE UM ÓRGÃO A OUTRO. CONSTITUCIONALIDADE DA AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA VIABILIZAÇÃO DA SISTEMÁTICA DE ATRIBUIÇÃO DE CUSTOS. APLICAÇÃO MÍNIMA DA RECEITA ESTATAL NAS ÁREAS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO. CÔMPUTO APENAS DAS DESPESAS AUTORIZADAS POR LEI NACIONAL. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO PELO SISTEMA DE RATEIO. INTERPRETAÇÃO CONFORME À CONSTITUIÇÃO. USO DAS VERBAS DO FUNDO DE SAÚDE. REGRA QUE SE RESTRINGE ÀS DESPESAS PREVISTAS EM DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA. DESPESAS ABRANGIDAS PELA SISTEMÁTICA DE RATEIO REFERENTES APENAS À MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS DE ARRECADAÇÃO, SUPORTE TÉCNICO-ADMINISTRATIVO E GESTÃO DO APARELHO DO ESTADO. PROCEDÊNCIA PARCIAL.

1. O Estado de Mato Grosso do Sul adotou sistema de rateio no qual os recursos destinados aos órgãos da área-meio são posteriormente atribuídos aos da área-fim, mediante transposição, remanejamento ou transferência, na forma do art. 167, VI, da Constituição Federal e de acordo com a participação nos gastos.

2. Os entes federados têm o dever de manter meios de controle dos custos da atividade estatal, de modo que seja possível a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

3. Apesar de genérica, é constitucional a autorização prevista na Lei sul-mato-grossense n. 2.261/2001 para transposição, remanejamento ou transferência de despesas de um órgão a outro, com o fim específico de viabilizar o sistema de atribuição de custos.

4. No sistema de rateio, as despesas de atividades-meio ou de atividades-fim só serão computadas, para efeito de aferição da aplicação do percentual mínimo vinculado às áreas de educação e saúde, na hipótese contemplada pela legislação nacional.

5. Não é obrigatória a intermediação do Fundo de Saúde na aplicação das despesas a que se refere o sistema de rateio, a despeito da possibilidade de posterior apropriação por órgãos prestadores de serviços da área, porquanto não destinadas, via orçamento, diretamente às políticas de saúde.

6. Pedido julgado procedente, em parte, para conferir-se à Lei n. 2.261/2001 do Estado de Mato Grosso do Sul interpretação conforme à Constituição, a fim de assentar que a mera apropriação, pelos órgãos prestadores de serviços de saúde e de educação, das despesas com atividades-meio, não permite que essas sejam consideradas para efeito de cômputo da aplicação mínima de recursos determinada pela Carta Magna, devendo ser computadas apenas as despesas contempladas pela legislação nacional.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.588 **(2)**

ORIGEM	: ADI - 5588 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: RIO GRANDE DO NORTE
RELATOR	**: MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**
REQTE.(S)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S)	: GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
INTDO.(A/S)	: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
AM. CURIAE.	: ASSOCIACAO DO MINISTERIO PUBLICO DO RIO GRANDE DO NORTE
ADV.(A/S)	: LUCIANA CLAUDIA DE OLIVEIRA COSTA (3456/RN)
AM. CURIAE.	: PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Decisão: Após os votos dos Ministros Ricardo Lewandowski (Relator), Alexandre de Moraes e Cármen Lúcia, que conheciam da ação direta e julgavam procedente o pedido formulado para declarar a inconstitucionalidade da Lei Complementar 524, de 15 de setembro de 2014, do Estado do Rio Grande do Norte, pediu vista dos autos o Ministro Dias Toffoli. Falaram: pelo *amicus curiae* Procuradora-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, a Dra. Elaine Cardoso de Matos Novais Teixeira, Procuradora-Geral de Justiça do Estado; e, pelo *amicus curiae* Associação do Ministério Público do Rio Grande do Norte, a Dra. Luciana Claudia de Oliveira Costa. Plenário, Sessão Virtual de 26.11.2021 a 3.12.2021.

Decisão: Após o voto-vista do Ministro Dias Toffoli, que divergia do Relator e votava pela improcedência do pedido, no que foi acompanhado pelos Ministros Gilmar Mendes e Edson Fachin, pediu vista dos autos o Ministro André Mendonça. Plenário, Sessão Virtual de 17.12.2021 a 7.2.2022.

Decisão: O Tribunal, por maioria, conheceu da ação direta e julgou procedente o pedido formulado, para declarar a inconstitucionalidade da Lei Complementar 524, de 15 de setembro de 2014, do Estado do Rio Grande do Norte, nos termos do voto do Relator, vencidos os Ministros Dias Toffoli, Edson Fachin, Nunes Marques e Rosa Weber. Nesta assentada, o Ministro Gilmar Mendes reajustou seu voto e acompanhou o Relator. Plenário, Sessão Virtual de 26.8.2022 a 2.9.2022.

Ementa: CONSTITUCIONAL. MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO NORTE. QUINTO CONSTITUCIONAL. LEI COMPLEMENTAR 524/2014 LOCAL. LISTA SÊXTUPLA. ELABORAÇÃO PRÉVIA DE LISTA DÉCUPLA POR MEMBROS ATIVOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. INADMISSIBILIDADE. QUEBRA DO PRINCÍPIO DA UNIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL E MATERIAL.

I - O processo de escolha da lista sêxtupla para composição de tribunais pelo chamado quinto constitucional é tema de índole institucional que interessa a todo o Ministério Público e, por conseguinte, deve ser disciplinado pela Lei 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 (Lei de Organização Nacional do Ministério Público - LONMP). Não há lacuna neste regramento a ser suprida por lei estadual acerca do procedimento de escolha do membro do *Parquet* para compor os tribunais de justiça, nos termos do art. 94, *caput*, da Carta da República.

II - É inconstitucional lei estadual que disponha contrariamente às normas próprias da lei geral, ressalvadas regras específicas relativas às peculiaridades locais e à sua competência suplementar, por invasão da iniciativa legislativa privativa do Presidente da República (arts. 61, § 1º, II, **d**, e art. 128, § 5º, ambos da Constituição Federal).

III - A criação de fase antecedente à formação da lista sêxtupla para procedimento de escolha do membro do Ministério Público que irá compor o tribunal de justiça viola, outrossim, o art. 94, *caput*, da Constituição Federal, que estabelece os requisitos dos candidatos à composição dos tribunais regionais federais e dos tribunais de justiça estaduais e do Distrito Federal e Territórios.

IV - Ação direta de inconstitucionalidade conhecida, que se julga procedente.

DECISÕES
Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
(Publicação determinada pela Lei nº 9.882, de 03.12.1999)

Acórdãos

AG.REG. NA ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 717 **(3)**

ORIGEM	: 717 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: DISTRITO FEDERAL
RELATOR	**: MIN. DIAS TOFFOLI**
AGTE.(S)	: ASSOCIACAO BRASILEIRA DAS INDUSTRIAS EXPORTADORAS DE CARNES - ABIEC
AGTE.(S)	: ASSOCIACAO BRASILEIRA DAS INDUSTRIAS DE PESCADOS - ABIPESCA

AVISO

Foi publicada em 17/11/2022 a edição extra nº 216-A do *DOU*.
Para acessar o conteúdo, clique aqui.

IMPRENSA NACIONAL
Conexão com a informação oficial

ADV.(A/S) : IGOR MAULER SANTIAGO (A1794/AM, 20112/DF, 70839/MG, 16851/PI, 112791/RJ, 249340/SP)
ADV.(A/S) : MARCUS ALEXANDRE MATTEUCCI GOMES (164043/SP)
ADV.(A/S) : FABRICIO DORADO SOLER (24705-A/MS, 221195/SP)
AGDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AGDO.(A/S) : MINISTRA DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator. Os Ministros Roberto Barroso, Gilmar Mendes e André Mendonça acompanharam o Relator com ressalvas. Falou, pelas agravantes, o Dr. Igor Mauler Santiago. Plenário, Sessão Virtual de 30.9.2022 a 7.10.2022.

EMENTA

Agravo regimental. Ação de descumprimento de preceito fundamental. Medida Provisória nº 772/17. Ilegitimidade ativa. Entidade representativa de categorias econômicas não homogêneas. Encerramento da vigência. Não provimento.

1. Não se considera entidade de classe a associação que, a pretexto de efetuar a defesa de todos os seus membros, patrocina interesses de categorias não homogêneas, o que afasta a legitimidade ativa para o ajuizamento da ADPF. Precedentes.

2. Ademais, a Medida Provisória nº 772/17 teve seu prazo de vigência encerrado, esvaziando-se o próprio objeto da arguição. Nos termos da jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, a revogação ou alteração substancial da norma impugnada e o exaurimento dos efeitos de normas temporárias conduzem à extinção do processo de controle normativo abstrato por perda superveniente de seu objeto. Precedentes.

3. Eventuais lesões ou reparações oriundas dos efeitos advindos da vigência de norma revogada ou exaurida devem ser buscadas em ação própria, uma vez que o controle concentrado não tem por escopo a satisfação de direitos subjetivos individuais ou coletivos.

4. Agravo regimental não provido.

Secretaria Judiciária
ADAUTO CIDREIRA NETO
Secretário

Atos do Poder Legislativo

RETIFICAÇÃO

Na Lei nº 14.466, de 16 de novembro de 2022, publicada no DOU de 17/11/2022, Seção 1, página 5, **onde se lê:** Congresso Nacional, em 16 de novembro de 2022; 201º da Independência e 13º4 da República, **leia-se:** Congresso Nacional, em 16 de novembro de 2022; 201º da Independência e 134º da República.

(N. Codou)

Atos do Poder Executivo

MINISTÉRIO DA DEFESA

DECRETO DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grão-Mestre da Ordem do Mérito Militar, resolve:

PROMOVER,

a partir de 25 de novembro de 2022, no Quadro Ordinário do Corpo de Graduados Efetivos da Ordem do Mérito Militar:

I - ao grau de Grã-Cruz:

General de Exército LUCIANO GUILHERME CABRAL PINHEIRO;

II - ao grau de Grande-Oficial:

General de Divisão IVAN DE SOUSA CORRÊA FILHO;
General de Divisão ULISSES DE MESQUITA GOMES;
General de Divisão ALEXANDRE OLIVEIRA CANTANHEDE LAGO; e
General de Divisão ROGÉRIO CETRIM DE SIQUEIRA; e

III - ao grau de Comendador:

General de Brigada RICARDO MOUSSALLEM;
General de Brigada MARCUS VINICIUS GOMES BONIFACIO;
General de Brigada MARCIO COSSICH TRINDADE;
General de Brigada ÁDAMO LUIZ COLOMBO DA SILVEIRA; e
General de Brigada ERB LYRA LEAL.

Brasília, 17 de novembro de 2022; 201º da Independência e 134º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

DECRETO DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grão-Mestre da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, resolve:

ADMITIR,

na Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, no grau de Comendador, RICHARD STEERE ALDRICH JR, Advogado, membro do Conselho Consultivo da Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos.

Brasília, 17 de novembro de 2022; 201º da Independência e 134º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Carlos Alberto Franco França

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 601, de 17 de novembro de 2022. Encaminhamento ao Senado Federal, para apreciação, do nome do Senhor GUSTAVO MARTINS NOGUEIRA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Unida da Tanzânia e, cumulativamente, na União das Comores e na República de Seicheles.

Nº 602, de 17 de novembro de 2022. Encaminhamento ao Senado Federal, para apreciação, do nome do Senhor MIGUEL GRIESBACH DE PEREIRA FRANCO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Turquia.

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

PORTARIA NORMATIVA PGU/AGU Nº 14, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

Altera a Portaria PGU nº 11, de 8 de junho de 2020, a Portaria Normativa PGU/AGU nº 3, de 17 de junho de 2021, a Portaria Normativa PGU/AGU nº 5, de 3 de agosto de 2021, a Portaria Normativa PGU/AGU nº 6, de 18 de agosto de 2021, e a Portaria Normativa PGU/AGU nº 7, de 18 de agosto de 2021.

O PROCURADOR-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 9º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e tendo em vista o disposto nos arts. 19-C e 19-D da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, o art. 22 do Anexo I do Decreto nº 11.174, de 16 de agosto de 2022, e o art. 8º da Portaria AGU nº 487, de 27 de julho de 2016, e de acordo com o que consta do Processo Administrativo nº 00405.016451/2018-43, do Processo Administrativo nº 00405.000528/2022-40 e do Processo Administrativo nº 00405.029597/2020-73, resolve:

Art. 1º A Portaria PGU nº 11, de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 6º .....

.....

§ 2º O exame de probabilidade de êxito deverá ser realizado pelo órgão competente para atuar em matéria de negociação, sendo:

I - o Departamento de Negociação, de Estudos Jurídicos e de Direito Eleitoral (DNE) da Procuradoria-Geral da União, quando o processo principal tramitar nos Tribunais Superiores ou na Turma Nacional de Uniformização; e

II - a Coordenação Regional de Negociação (CRN), quando o processo principal tramitar nos Tribunais Regionais, Turmas Regionais, juízes singulares e nos casos de negociação preventiva;

III - REVOGADO.

.....

§ 2º-A. Nas hipóteses do § 2º, o Departamento ou a Coordenação Regional competente para orientar e atuar em juízo a respeito da matéria litigiosa poderá ser consultado a respeito da probabilidade de êxito, a critério do Diretor do DNE ou do Coordenador Regional de Negociação, conforme o caso.

....."(NR)

"Art. 14. .....

.....

IV - parecer técnico conclusivo elaborado pelo Departamento de Cálculos e Perícias, se necessário;

....." (NR)

Art. 2º A Portaria Normativa PGU/AGU nº 3, de 2021, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º .....

I - aplica-se somente a demandas com valor certo, líquido ou liquidável, independentemente da fase processual, observado o disposto no art. 4º, e excluídas aquelas relacionadas a créditos da União;

....."(NR)

"Art. 4º Nos processos que tramitam na Justiça Comum, Juizados Especiais Federais e na Justiça do Trabalho, os Advogados da União ficam dispensados da prática de atos processuais e da realização de negociação, e autorizados a desistir dos recursos interpostos quando o valor controvertido for igual ou inferior aos parâmetros fixados no Anexo I.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA • SECRETARIA-GERAL • IMPRENSA NACIONAL

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Presidente da República

LUIZ EDUARDO RAMOS BAPTISTA PEREIRA
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral

HELDO FERNANDO DE SOUZA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

VALDECI MEDEIROS
Coordenador-Geral de Publicação, Produção e Preservação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Publicação do Diário Oficial da União

SEÇÃO 1 • Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2 • Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3 • Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00 Fone: (61) 3441-9450

§ 1º Na fase de conhecimento:

I - antes da prolação de sentença, a dispensa para contestar e praticar outros atos depende da elaboração de manifestação jurídica submetida e aprovada pela chefia imediata.

II - após a prolação de sentença, a dispensa de que trata o caput poderá ser realizada desde que seja possível aferir objetivamente o valor envolvido na demanda.

III - quando o objeto principal da demanda for obrigação de pagar quantia, a aplicação dos parâmetros fixados no Anexo I observará o valor da causa estabelecido na petição inicial, desde que corresponda:

a) na ação de cobrança de dúvida e na ação indenizatória por danos materiais ou morais, ao valor do pedido;

b) no caso de cumulação de pedidos, o montante relativo à soma dos valores dos pedidos;

c) no caso de pedidos alternativos, ao valor do maior pedido;

d) no caso de pedido subsidiário, ao valor do pedido principal.

IV - quando o objeto principal da demanda for obrigação de entrega de coisa, de fazer ou não fazer, ou se houver conversão em perdas e danos, a aplicação dos parâmetros fixados no Anexo I observará o valor do resultado prático equivalente ao indicado na petição inicial.....

§ 3º Nas hipóteses de dispensa de atuação judicial, não serão solicitados cálculos ao Departamento de Cálculos e Perícias, ressalvadas situações excepcionais devidamente justificadas na ficha de encaminhamento.

§ 4º Para fins de dispensa de apresentação de contrarrazões a recurso, deve-se considerar o dobro dos parâmetros fixados no Anexo I."(NR)

"CAPÍTULO II

DOS CRITÉRIOS PARA DISPENSA DA PRÁTICA DE ATOS PROCESSUAIS E DESISTÊNCIA DE RECURSOS.....

Seção III

Da interposição de agravo contra decisão de inadmissão de recursos excepcionais

Art. 13. A interposição de agravo contra decisão do tribunal recorrido que inadmitir recurso extraordinário, recurso especial ou recurso de revista, previsto no art. 1.042 do Código de Processo Civil no e art. 896, § 12, da Consolidação das Leis do Trabalho, fica condicionada às hipóteses de:.....

§ 1º-A Nas hipóteses em que se abstiver de interpor agravo contra decisão de inadmissão recurso extraordinário, especial ou de revista, o Advogado da União responsável pelo processo efetuará o registro da atividade de redução de litígio na forma disposta na Seção IV do presente Capítulo.

§ 2º Fica autorizada a desistência de agravo contra decisão de inadmissão de recurso extraordinário, especial ou de revista interposto na forma do caput.

.....

.....

§ 4º O disposto neste artigo aplica-se, no que couber, à interposição de agravo contra decisão da turma recursal recorrida que inadmitir pedido de uniformização de jurisprudência (art. 14 da Resolução CJF nº 586, de 30 de setembro de 2019)." (NR)

Art. 3º A Portaria Normativa PGU/AGU nº 6, de 2021, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 20. A Procuradoria-Geral da União promoverá a coordenação, a especialização e a desterritorialização de atividades de representação judicial da União em Coordenações Nacionais ou Coordenações Regionais Conjuntas....."(NR)

"Art. 20-A. As Coordenações Regionais Conjuntas serão responsáveis pela coordenação, especialização e desterritorialização das atividades de representação judicial da União, no âmbito de mais de um Tribunal Regional Federal, observado o art. 21.

§ 1º A atuação dos Advogados da União designados para as coordenações regionais conjuntas será orientada e realizada de modo uniforme, ressalvadas as competências das Procuradorias Regionais da União em relação a processos específicos em tramitação nos órgãos dos respectivos Tribunais Regionais.

§ 2º As atividades de secretaria judiciária, de logística, de protocolo, de apoio jurídico-administrativo e de gestão de pessoas serão realizadas de modo coordenado entre as estruturas das Procuradorias Regionais da União, vedada a oferta de serviços e de tratamento diversos aos membros, servidores e unidades destas regiões.

§ 3º Eventuais divergências jurídicas ou administrativas decorrentes deste artigo serão dirimidas pelo Subprocurador-Geral da União." (NR)

"Art. 21. .....

§ 1º Fica facultada, mediante o desmembramento das matérias e procedimentos elencados no caput, a coordenação, a especialização e a desterritorialização das atividades de representação judicial da União em:

I - saúde pública;

II - juizados especiais federais;

III - (Revogado); e

IV - militares.

....." (NR)

"Art. 22. .....

§ 1º-A. A Secretaria Judiciária deve buscar identificar os processos passíveis de negociação para distribuí-los diretamente à Coordenação Regional de Negociação, de forma automatizada, mediante a utilização de listas e palavras-chaves fornecidas pelas Coordenações de Negociação.

§ 1º-B. Excluídos os casos em que já houve expedição de requisição de pagamento, os processos de cumprimento de sentença de títulos judiciais de natureza coletiva relativos a servidores públicos, em qualquer fase processual, devem ser distribuídos diretamente à Coordenação Regional de Negociação antes da abertura do respectivo prazo judicial.....

§ 3º O Advogado da União dos núcleos estratégicos, especializados ou específicos que conclua pela possibilidade de negociação promoverá, após a realização das atividades judiciais e administrativas pertinentes à atuação processual, a abertura de tarefa jurídica de análise de viabilidade de acordo à Coordenação Regional de Negociação, acompanhada de despacho com sucinta fundamentação.

§ 3º-A. Devem ser encaminhadas tarefas jurídicas ao Núcleo Gestor da Coordenação Regional de Negociação para análise de viabilidade de acordo, em processos que discutam débitos da União, ao menos nos seguintes casos:

I - quando se constatar, nas demais Coordenações Regionais, ser caso de dispensa ou desistência de recurso mediante aplicação da Portaria AGU nº 487, de 2016, em demandas coletivas de servidores públicos, militares e de direitos trabalhistas, hipótese em que o encerramento da tarefa judicial será realizada pela própria Coordenação Regional, a qual abrirá tarefa jurídica à Coordenação Regional de Negociação, que ficará responsável pelo peticionamento, caso necessário;

II - quando a União for intimada para ciência do trânsito em julgado de demandas coletivas de servidores públicos, militares e de direitos trabalhistas.

§ 3º-B. Não se aplica o disposto no § 3º-A quando a Coordenação Regional de Negociação já tiver reconhecido a inviabilidade de acordo....." (NR)

"Art. 25. .....

.....

§ 3º O núcleo gestor das Coordenações Regionais de Negociação realizará a análise preliminar das demandas recebidas, promovendo a redistribuição da demanda à Coordenação Regional especializada pertinente, quando verificada, de plano, a impossibilidade material ou processual de negociação dos débitos.

§ 4º Caso o Advogado da União do núcleo estratégico, especializado ou específico da Coordenação Regional de Negociação conclua pela impossibilidade de continuação das tratativas de negociação, após a realização das atividades judiciais e extrajudiciais pertinentes à atuação processual, promoverá a redistribuição da demanda judicial para o núcleo gestor da coordenação especializada pertinente.....

§ 7º A Coordenação Regional de Negociação necessariamente contará com um núcleo estratégico, além dos núcleos gestor e especializado. "(NR)

"Art. 28. .....

§ 1º A permanência e a movimentação para as Coordenações-Gerais Jurídicas, Coordenações Nacionais, Coordenações Regionais de Negociação, de Defesa da Probidade, de Recuperação de Ativos e de Gestão Estratégica, bem como para os núcleos estratégicos das demais coordenações, será realizada mediante seleção específica com análise do atendimento do perfil do candidato às diretrizes e expectativas de atuação profissional, mediante avaliação de currículo e, quando necessário, da realização de entrevista.....

§ 2º .....

III - exercício das funções de Coordenador, Coordenador Adjunto, Chefe de Gabinete e atuação nos núcleos gestores ou nos núcleos estratégicos: 2 pontos, a cada seis meses, vedada a acumulação decorrente do exercício simultâneo dessas funções;.....

VI - outras atividades previstas em ato do Procurador Regional da União ou do Coordenador Nacional como essenciais ao cumprimento da missão, dos objetivos e das diretrizes fixados nesta Portaria Normativa, desde que desempenhadas voluntariamente pelo Advogado da União: até 5 pontos por atividade, limitados a 10 pontos; e....." (NR)

"Art. 35. .....

.....

XIX - aprovar parecer referencial para dispensa de recurso, podendo atribuir-lhe eficácia imediata no âmbito da respectiva Coordenação Regional, hipótese em que:

a) submeterá o entendimento ao Procurador-Regional da União, para manutenção ou não dos seus efeitos no âmbito da respectiva região; e

b) dará ciência à Comissão Temática da Procuradoria-Geral da União competente, para análise do cabimento e viabilidade de atribuição de efeitos nacionais.

....."(NR)

"Art. 37. .....

.....

§ 3º-A O Procurador Chefe poderá, a critério do Procurador-Regional da União, participar da distribuição de tarefas judiciais e jurídicas na respectiva Procuradoria-Regional da União.

....."(NR)

"CAPÍTULO V-A

DAS REUNIÕES E EVENTOS DE ALINHAMENTO INSTITUCIONAL

Art. 53-A. Os órgãos da Procuradoria-Geral da União realizarão reuniões e encontros para discussão dos resultados institucionais, aperfeiçoamento da atuação e alinhamento dos membros e servidores aos objetivos e estratégias institucionais.

§ 1º O Gabinete da Procuradoria-Geral da União organizará encontro nacional presencial, preferencialmente nos meses de agosto e setembro de cada ano;

§ 2º Os Departamentos da Procuradoria-Geral da União organizarão reuniões presenciais de avaliação e planejamento, no primeiro semestre de cada ano, com:

I - os Advogados da União em exercício na sede da Procuradoria-Geral da União;

II - os coordenadores regionais e nacionais temáticos; e

III - os coordenadores, membros e servidores designados para atuação nas coordenações nacionais, no primeiro semestre de cada ano;

§ 3º As Procuradorias Regionais da União organizarão:

I - reuniões presenciais entre os coordenadores, membros e servidores designados para atuação nas coordenações regionais, no primeiro semestre de cada ano e após as reuniões de que trata o inciso II do § 2º; e

II - encontro regional presencial, após o encontro de que trata o §1º.

§ 4º A Coordenação Nacional de Gestão Administrativa incluirá a previsão das despesas com deslocamentos necessários aos eventos previstos neste artigo na proposta orçamentária da Procuradoria-Geral da União para o ano seguinte.

§ 5º Os Departamentos e as Procuradorias Regionais da União apresentarão, até o primeiro dia útil dos meses de janeiro e julho, a previsão de despesas dos eventos a serem realizados no primeiro e segundo semestres de cada ano, respectivamente.

§ 6º A realização dos eventos previstos neste artigo está condicionada à disponibilidade orçamentária e à autorização do Subprocurador-Geral da União, que deverá ser solicitada pelos Departamentos e Procuradorias Regionais da União com no mínimo trinta dias de antecedência do início do evento.

§ 7º Havendo disponibilidade orçamentária e pertinência temática, o Subprocurador-Geral da União poderá autorizar a participação de outros Advogados da União e Servidores nas reuniões e encontros.

§ 8º Não serão programadas férias para os dias previstos para a realização das reuniões convocadas com fundamento no inciso I do § 3º." (NR)

"Art. 58-A. Ficam criadas as Coordenações Regionais Conjuntas da 1ª e 6ª Regiões, nos termos desta Portaria Normativa.

Parágrafo único. Aplicam-se aos processos em tramitação nos órgãos do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, até sua revogação ou revisão conjunta, todas as normas e orientações administrativas e jurídicas expedidas no âmbito do Procuradoria Regional da União da 1ª Região." (NR)

Art. 4º A Portaria Normativa PGU/AGU nº 5, de 2021, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 8º .....

§ 5º A participação nas reuniões previstas nos §§ 2º e 3º, I, do art. 53-A da Portaria Normativa PGU nº 6, de 18 de agosto de 2021, é requisito determinante para a permanência em teletrabalho, salvo motivos de caso fortuito, força maior ou por indisponibilidade orçamentária para custeio do deslocamento, quando devido."

....." (NR)

Art. 5º Os Anexos I e II da Portaria Normativa PGU/AGU nº 3, de 2021, passam a vigorar com o texto constante nos Anexos I e II desta Portaria Normativa.

Art. 6º O Anexo da Portaria Normativa nº 7, de 18 de agosto de 2021, passa a vigorar com a redação constante do Anexo III desta Portaria Normativa.

Art. 7º Ficam revogados:

I - o inciso III do § 2º do art. 6º da Portaria PGU nº 11, de 2020;

II - o art. 45-A da Portaria Normativa PGU/AGU nº 6, de 2021;

III - o § 7º do art. 45 da Portaria Normativa PGU/AGU nº 6, de 2021;

IV - o inciso XVI do art. 30 da Portaria Normativa PGU/AGU nº 6, de 2021;

V - o § 4º do art. 8º da Portaria Normativa PGU/AGU nº 5, de 2021.

Art. 8º Esta Portaria Normativa entra em vigor em 01 de dezembro de 2022.

VINÍCIUS TORQUETTI DOMINGOS ROCHA

ANEXO I

(Portaria Normativa PGU/AGU nº 3, de 17 de junho de 2021)

(Dispensa da prática de atos processuais - art. 4º)

1. Até a prolação de sentença (fase de conhecimento), se o valor controvertido não superar 15 (quinze) salários mínimos;

2. a partir da prolação de sentença, se o valor controvertido não superar 30 (trinta) salários mínimos;

3. a partir do trânsito em julgado:

a. se o valor controvertido não superar 30 (trinta) salários mínimos; ou

b. se o valor da execução superar 30 (trinta) salários mínimos e o excesso da execução corresponder a até 20% (vinte por cento) do montante apurado como devido pelo DCP, desde que esse excesso se limite a 60 (sessenta) salários mínimos.

ANEXO II

(Portaria Normativa PGU/AGU nº 3, de 17 de junho de 2021)

(Dispensa de análise de conformidade contábil - art. 29, §1º)

1. o valor da requisição de pagamento não superar 30 (trinta) salários mínimos; ou

2. seja possível verificar, de plano, que o excesso da requisição de pagamento não supere 20% (vinte por cento) do valor reconhecido pela União, desde que esse excesso se limite a 60 (sessenta) salários mínimos.

ANEXO III

(Portaria Normativa PGU/AGU nº 7, de 18 de agosto de 2021)

"ANEXO

DPP/PGU (COREPRO)

1. Propor e acompanhar ações judiciais pela prática de ato de improbidade administrativa, inclusive quando versarem apenas sobre ressarcimento por atos dessa natureza ou convertidas em ação civil pública.

2. Propor e acompanhar ações de responsabilização de pessoa jurídica na forma da Lei nº 12.846, de 2013, assim como ações envolvendo Processos Administrativos de Responsabilização (PARs);

3. Propor e acompanhar execuções e procedimentos de liquidação de sentenças penais condenatórias, bem como ações civis ex delicto e eventuais medidas acessórias quanto a fatos relacionados aos Crimes contra a Administração Pública (Título XI do Código Penal);

4. Propor e acompanhar medidas judiciais de quebra de sigilo visando instrução de Procedimentos Administrativos Disciplinares;

5. Propor e acompanhar ações e incidentes conexos às medidas judiciais indicadas nos itens anteriores, inclusive anulatórias de procedimentos apuratórios que serviram de suporte probatório à demanda com atuação da União;

6. Propor e acompanhar cumprimento das sentenças prolatadas nas ações referidas nos itens anteriores;

7. Atuar em expedientes de natureza penal quanto a fatos relacionados a Crimes contra a Administração Pública (Título XI do Código Penal), inclusive no âmbito de acordos celebrados na respectiva esfera;

8. Analisar a conveniência e a necessidade de ingresso nas ações referidas nos itens anteriores e, definido o ingresso no polo ativo, promover o acompanhamento e cumprimento de sentenças;

DPP/PGU (COREPAM)

9. Propor e acompanhar ações que tratem de posse, propriedade e demais direitos e obrigações, pessoais e reais, relativos a bens móveis e imóveis da União;

10. Propor e acompanhar ações que tratem de patrimônio histórico, artístico, cultural e paisagístico;

11. Propor e acompanhar ações patrimoniais, possessórias e demarcatórias de terras indígenas;

12. Propor e acompanhar ações patrimoniais, possessórias e demarcatórias de remanescentes de quilombos e patrimônio a ser incorporado;

13. Propor e acompanhar ações que tratem de meio ambiente e patrimônio mineral;

14. Propor e acompanhar ações que tratem de patrimônio genético, conhecimento tradicional associado e biossegurança;

15. Propor e acompanhar ações de desapropriação, direta e indireta, e limitações administrativas ao direito de propriedade;

16. Atuar no cumprimento das sentenças prolatadas nas ações referidas nos itens anteriores;

17. Atuar em expedientes de natureza penal quanto a fatos relacionados às matérias previstas nos itens anteriores;

18. Analisar a conveniência e a necessidade de ingresso em ações que versem sobre as matérias previstas nos itens anteriores, bem como nos processos conexos e incidentes e, definido o ingresso no polo ativo, o acompanhamento e cumprimento de sentenças;

19. Atuar em demandas promovidas contra a União nas matérias previstas nos itens anteriores;

20. Dentre as matérias inseridas nos itens anteriores estão especialmente inseridas: (a) ressarcimento ao erário em decorrência de usurpação minerária, tenham implicação ambiental ou não, ressalvadas as hipóteses de cumprimento de sentença constante no item 27, de atribuição da CGRAT/DPP/PGU; (b) indenização por benfeitorias em apossamento administrativo; (c) IPTU e demais tributos incidentes sobre o patrimônio da União, da Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA) ou de outras empresas cujos bens foram transferidos para o patrimônio da União; (d) atuação em demandas que envolvam questões ambientais, terras indígenas, de ocupação tradicional quilombolas em áreas de hidrelétricas e/ou outros projetos de infraestrutura, desde que o fundamento (causa de pedir) seja exclusivamente ligado a estas matérias, e (e) ações que digam respeito ao uso, pela União, de bens imóveis de terceiros com fundamento contratual, como por exemplo locação;

21. Ações que discutem regras ou participação no mercado de créditos de carbono;

DPP/PGU (CORAT)

22. Propor e acompanhar execuções de julgados do Tribunal de Contas da União (TCU) que resultem em condenação ao ressarcimento ao erário ou pagamento de multa;

23. Execuções de títulos executivos judiciais ou extrajudiciais que materializem exclusivamente créditos da União, inclusive pesquisas/providências preparatórias, após o trânsito em julgado (as providências quanto à obrigação de fazer competem à coordenação de origem);

24. Propor e acompanhar cumprimentos de sentença em prestações de contas eleitorais quanto à condenação ao ressarcimento ao erário;

25. Propor e acompanhar ações que tenham por objeto exclusivamente o ressarcimento ao erário ou obrigação de pagar, incluídas as decorrentes de processos de competência da Justiça Eleitoral;

26. Propor e acompanhar execuções e procedimentos de liquidação de sentenças penais condenatórias, bem como ações civis ex delicto e eventuais medidas acessórias, ressalvada a atuação da CGPRO/DPP/PGU e CGPAM/DPP/PGU;

27. Propor e acompanhar ações e incidentes conexos às medidas judiciais indicadas nos itens anteriores;

28. Propor e acompanhar cumprimento das sentenças proferidas nas ações mencionadas nos itens anteriores e também nas ações de atribuição da CGPRO/DPP/PGU e da CGPAM/DPP/PGU, quando apenas remanescerem valores devidos pela parte contrária;

29. Atuar em expedientes de natureza penal quanto a fatos relacionados à recuperação de ativos prevista nos itens anteriores;

30. Análise da conveniência e da necessidade de ingresso nas ações civis públicas que tenham por objeto exclusivamente o ressarcimento ao erário, bem como nos processos conexos e incidentes e, definido o ingresso no polo ativo, o acompanhamento e cumprimento de sentenças, ressalvadas as atribuições das demais Coordenações-Gerais do DPP/PGU;

31. Defesa da União em juízo nas ações anulatórias de acórdãos do TCU em que já exista ou possa vir a ser cobrado crédito da União (na forma de multa ou outras hipóteses de ressarcimento ao erário), exceto nas hipóteses em que o requerente, além da anulação do acórdão do TCU, busca concessão ou restabelecimento de reforma, aposentadoria, pensão ou algum dos benefícios de anistia referidos nas atribuições do DSP, DCM ou DTB;

32. Atuar em processos de recuperação judicial e falência na defesa de créditos da União;

33. Efetivar medidas extrajudiciais para cobrança de créditos da União nos processos de sua competência, tais como cobrança prévia, protesto e inscrição em cadastros restritivos de crédito, bem como ações judiciais que tenham como objeto a impugnação dessas medidas extrajudiciais de cobrança;

34. Propor e acompanhar ações que buscam a anulação de termo de reconhecimento de dívida, exceto nas hipóteses em que: o requerente, além da anulação do termo, busca concessão/restabelecimento de reforma, aposentadoria, pensão ou algum dos benefícios de anistia referidos nas atribuições do DSP, DCM ou DTB; ou provimento jurisdicional envolva aspecto jurídico em relação ao qual outras coordenações temáticas possuem maior expertise.

DSP/PGU (DIREITO ADMINISTRATIVO/INFRAESTRUTURA)

1. Contratos Administrativos;

2. Concursos públicos de servidores civis, ainda que para organizações militares (Obs.: concurso de militares é do DCM);

3. Programa Mais Médicos;

4. Licitações;

5. Convênios;

6. Concessões de serviço público (Força Tarefa - Infraestrutura AGU);

7. Responsabilidade civil da Administração (indenização por danos materiais e morais), incluídos anistia política (civis [indenizações] - Lei 10.559/02);

8. Inscrições/registros no CADIN/SIAFI/CAUC;

9. Registros de vigilantes;

10. Ciência e tecnologia, cultura e desporto, bingos, direitos autorais, transporte urbano e trânsito (infrações de trânsito);

11. Projetos de infraestrutura, como construção de hidrelétricas e grandes empreendimentos, inclusive quando envolvam questões ambientais, terras indígenas ou de ocupação tradicional de quilombolas, ressalvados os casos de competência do DPP;"

12. Processo seletivo de pessoal temporário (Lei nº 8.745/93) (Obs.: ações que envolvem a prorrogação do contrato são de competência do DCM);

13. Ação anulatória de Títulos da Dívida Agrária (TDAs);

14. Ação anulatória de cédula rural ou de contrato de empréstimo rural: DSP, salvo se houver execução da cédula por unidade da PGU, caso em que caberá ao DPP;

15. Ações anulatórias de acórdãos do TCU que não possam ser executados pela União, nos casos de matéria de atribuição do DSP;

16. Atuar em expedientes de natureza penal, ressaltada as competências específicas dos demais departamentos;

17. Representação de agente público civil em ações e incidentes penais por crime comum.

DSP/PGU (DIREITOS SOCIAIS)

18. Preços de serviços hospitalares (Tabelas SUS e TUNEP). Ações que discutam regras da ANVISA ou do Ministério da Saúde no que diz respeito à cannabis, ajuizadas por pessoas jurídicas, que não se enquadrem no item 42 (política de saúde SUS);

19. Auxílios emergenciais (geral e para artistas - Lei Aldir Blanc);

19. Sistema Financeiro da Habitação (FCVS, Seguro Habitacional);

20. Educação, em especial a autorização de Cursos Superiores, Matrícula, Transferências entre instituições, Ingresso em colégio militar, validação de diploma, PAS, PROUNI, PSI, FIES, ENEM;

21. Financiamento do Crédito Rural (União como executada ou requerida - reajustes cédulas crédito rural);

22. FUNDEF/FUNDEB, Custo Aluno-Qualidade da Educação (Caq/Caqi);

23. Certificado de regularidade previdenciária (CRP);

24. Previdência complementar (exceto servidores públicos);

25. Seguro-desemprego;

26. Seguro-defeso (Obs.: demandas relacionadas diretamente a questões ambientais são de competência do DPP)

27. FGTS atualização de conta, certificado de regularidade, correção de saldo, diferença de juros, liberação e atualização de conta, mudança de índice de desconto;

28. PIS/PASEP e Abono Salarial;

29. Execuções fiscais movidas pela CEF em face da União, para cobrança de contribuições ao FGTS;

30. Títulos da Dívida Agrária - TDA, Títulos da Dívida Pública - TDP;

31. Demandas judiciais que relativas à efetivação de direitos sociais de comunidades indígenas ou quilombolas, como saúde, educação, alimentação e segurança, ressalvada a matéria de contratação e terceirização de saúde indígena, de competência do DTB.

DSP/PGU (DIREITO ECONÔMICO)

32. Intervenção do Estado no domínio econômico;

33. Setor Sucroalcooleiro;

34. Setor Aéreo;

35. Setor Elétrico;

36. Expurgos inflacionários;

37. Taxas e preços públicos;

38. Regulação;

39. Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e Fundo de Participação de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE;

40. Títulos da Dívida Agrária (União como executada);

41. Royalties;

42. Programa Nacional de Desestatização - PND, privatização.

DSP/PGU (SAÚDE - COORDENAÇÕES DE SAÚDE)

43. Ações judiciais que discutam fornecimento de tecnologias em saúde (SUS), como medicamentos, tratamentos (inclusive produção e tratamentos médicos com cannabis), procedimentos, internações, exames, protocolos, diretrizes terapêuticas;

44. Ações judiciais que discutam a criação e/ou modificação das políticas públicas de saúde, como a inclusão de novas tecnologias e fornecimento de tratamentos, inclusive experimentais e ações que pleiteiem a regularização de fornecimento de medicamentos/insumos/tratamentos no SUS;

45. Plano de saúde de servidores civis: questões relativas à cobertura de tratamentos específicos ou fornecimento de medicamentos experimentais;

46. Ações ou cumprimentos de sentenças sobre ressarcimento interfederativo, decorrentes da adoção da tese da responsabilidade solidaria entre os entes.

DCM/PGU (CORESE)

1. Anistia de servidor civil com vínculo estatutário;

2. Processo administrativo disciplinar e anulação de punições disciplinares;

3. Aposentadoria, pensão e demais benefícios do Plano de Seguridade do Servidor regido pela Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

4. Incorporação de quintos/décimos/VPNI;

5. Gratificações e outras vantagens remuneratórias;

6. Reajustes salariais diversos, decorrentes ou não de Planos Econômicos, e diferenças remuneratórias;

7. Vacância, redistribuição, substituição;

8. Remoção e ajuda de custo;

9. Transposição e promoção;

10. Reversão, readaptação, reintegração e recondução;

11. Auxílios e adicionais diversos;

12. Licenças e afastamentos diversos;

13. Indenização por mora legislativa, nos termos do art.37, inciso X, da Constituição Federal;

14. Teto-remuneratório;

15. Servidores públicos estatutários (ex-celetistas): vantagens decorrentes do período anterior à relação jurídica estatutária;

16. Pagamento de anuênios suspensos em decorrência de revisão de anistia concedida com base na Lei nº 6.683/79;

17. Acidente de trabalho ou assédio no trabalho alegado por servidor civil;

18. Prorrogação do contrato de pessoal temporário ou desligamento do contratado por insuficiência de desempenho (Lei nº 8.745/93) (Obs.: ações que envolvem o processo seletivo simplificado são de competência do DSP);

19. Plano de saúde de servidores públicos civis (como questões acessórias, financeiras, reajustes, inclusão de dependente), de competência do DCM, ressalvadas as hipóteses relativas à cobertura, tratamentos específicos, fornecimento de medicamentos, que são de competência do DSP;

20. Demandas judiciais propostas por servidores públicos de outros entes federativos (Estados, DF, Municípios), desde que envolva matéria de pessoal;

21. Ações anulatórias de acórdãos do TCU que não possam ser executados pela União relativos à matéria de pessoal;

DCM/PGU (MILITARES - COREM)

22. Convocação para o serviço militar obrigatório (Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários);

23. Ex-Combatentes - Exército, Aeronáutica, Marinha;

24. Anistia de militar das Forças Armadas;

25. Reforma, pensão, equiparação de soldo/proventos e eventuais danos morais correlatos;

26. Auxílio-Transporte e Indenizações correlatas;

27. Reintegração, estabilidade, promoções e movimentações;

28. Anistia militar (ainda que cumulada com danos morais e materiais);

29. Ação ajuizada por oficiais da Força Aérea Brasileira, que em razão do afastamento da função ativa, na época da ditadura, vem requerer indenização pelos valores que deixaram de receber desde que foram impedidos de atuar profissionalmente;

30. Acidente de trabalho ou assédio no trabalho alegado por militar;

31. Concurso público e processo seletivo (Lei nº 8.745/93) de organizações militares (incluindo escolas preparatórias e militares temporários) (Obs.: concurso de servidores civis e demais processos seletivos (Lei nº 8.745/93) são de competência do DSP);

32. Assistência médico-hospitalar de militares das Forças Armadas;

33. Ações anulatórias de acórdãos do TCU que não possam ser executados pela União relativos à matéria de militar;

34. Representação de militar em ações e incidentes penais por crime militar.

DTB/PGU

1. Reclamações trabalhistas ajuizadas por empregados públicos e ex-empregados públicos da União;

2. Reclamações trabalhistas ajuizadas por empregados públicos de empresas públicas e sociedades de economia mista federais extintas;

3. Reclamações trabalhistas ajuizadas por empregados públicos de empresas públicas e sociedades de economia mista federais privatizadas, na hipótese da União figurar no polo passivo;

4. Reclamações trabalhistas ajuizadas em face aos Organismos Internacionais, representados pela Advocacia-Geral da União, por força de tratado internacional;

5. Execuções em reclamações trabalhistas ajuizadas por empregados ou prestadores de serviços em face à Estados Estrangeiros (representações diplomáticas), desde que solicitado pelo Ministério das Relações Exteriores;

6. Processos de empresas públicas e sociedades de economia mista que tramitam na Justiça do Trabalho, nos casos em que houver interesse jurídico ou econômico da União (intervenção na forma do art. 5°, caput e parágrafo único, da Lei nº 9.469, de 1997 ou do art. 119, do CPC);

7. Dissídios coletivos de quaisquer naturezas (jurídico, econômico, ou de greve) de interesse de empresas estatais federais, ou de concessionárias/permissionárias de serviço público, nos casos em que for solicitada a atuação judicial da Advocacia-Geral da União;

8. Demais ações congêneres aos dissídios coletivos de interesse de empresas estatais federais, ou de concessionárias/permissionárias de serviço público, nos casos em que for solicitada a atuação judicial da Advocacia-Geral da União;

9. Ações impugnando ato administrativo da União sobre registro sindical;

10. Ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho;

11. Ações que versem sobre ato administrativo da União sobre inclusão no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo;

12. Ações de interesse da União relacionadas ao combate ao trabalho infantil;

13. Ações de interesse da União em matéria de trabalho de imigrantes;

14. Remédios constitucionais intentados em face de autoridade federal em matéria trabalhista;

15. IRR's, IRDR's e IAC's suscitados no âmbito da Justiça do Trabalho, de interesse da União (quer seja parte originária, ou não) ou de empresas estatais federais (quando provocado por órgão competente);

16. Incidentes de arguição de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal em matéria trabalhista suscitado no âmbito da Justiça do Trabalho;

17. Ações que discutem complementação de aposentadoria ou pensão de ex-ferroviários da RFFSA de outras empresas públicas cujo passivo trabalhista tenha sido transferido para a União, cujo vínculo é celetista, inclusive quando tramitando na justiça federal;

18. Ações que discutem a concessão de anistia da Lei nº 8878/94 (anistia Collor) a funcionários públicos celetistas, inclusive quanto aos seus efeitos financeiros, ainda que tramitando na justiça federal;

19. Anistiados questionando a validade da transposição de regimes a que se refere o art. 243, caput e § 1º, da Lei 8.112/90 (de celetista para estatutário);

20. Atuar em acordos judiciais ou extrajudiciais em demandas envolvendo a fiscalização do trabalho;

21. Apresentar manifestações em acordos trabalhistas de empresas públicas e de economia mista, nos casos em que a União interveio na forma do art. 5°, caput e parágrafo único, da Lei nº 9.469, de 1997 ou do art. 119, do CPC;

22. Propor ações que versem sobre matéria trabalhista;

23. Ações discutindo regras ou pleiteando recebimento do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (BEM).

DAI/PGU

1. Ações que discutam cooperação jurídica internacional ativa e passiva, inclusive para a comunicação de atos processuais, obtenção de provas e medidas cautelares;

2. Expulsão, deportação, extradição, naturalização, anistia, refúgio, visto de entrada, concessão de permanência, transferência de pessoas condenadas e outros relativos à condição jurídica do estrangeiro e à Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, bem como ao Decreto nº 9.199, de 20 de dezembro de 2017;

3. Imunidade de jurisdição de organismos internacionais, quando discutida na Justiça Federal, ou quando haja necessidade do deslocamento da competência jurisdicional;

4. Imunidade de jurisdição e de execução de Estados estrangeiros e missões diplomáticas, quando discutida na Justiça Federal, ou quando haja necessidade do deslocamento da competência jurisdicional;

5. Homologação e execução de cartas rogatórias passivas e sentenças estrangeiras homologadas pelo Superior Tribunal de Justiça, nos termos do art. 105, inciso I, alínea "i", da Constituição da República Federativa do Brasil, quando houver interesse ou obrigação internacional, ou decorrente de decisão em foro ou arbitragem no exterior, impostas à União;

6. Pretensão de benefícios decorrentes de assistência consular em face da União;

7. Obtenção de subsídios na via judicial perante órgãos municipais, estaduais e federais para a formulação da defesa do Brasil em órgãos internacionais de solução de controvérsias e tribunais estrangeiros;

8. Ações relativas ao cumprimento de sanções impostas por resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, incluída a indisponibilidade de ativos de pessoas naturais e jurídicas e de entidades, e a designação nacional de pessoas investigadas ou acusadas de terrorismo, de seu financiamento ou de atos a ele correlacionados, nos termos da Lei nº 13.810, de 8 de março de 2019;

9. Ações de cumprimento de obrigações internacionais admitidas pelo Núcleo de Controvérsias de Direito Internacional dos Direitos Humanos, ressalvadas as atribuições de outros Departamentos da Procuradoria-Geral da União ou das Coordenações Regionais das Procuradorias Regionais da União;

10. Ajuizamento e intervenção nas ações sobre a Convenção da Haia sobre os Aspectos Civis do Sequestro Internacional de Crianças, inclusive busca, apreensão e restituição internacional de crianças e eventual regulamentação de visitas;

11. Intervenção em ações de execução ou cobrança de alimentos quando o exequente reside no exterior, respeitadas as atribuições da Defensoria Pública da União, na forma da Convenção da Haia sobre a Cobrança Internacional de Alimentos e outros Membros da Família, apenas nas hipóteses excepcionais que possam comprometer as relações internacionais do país ou que gerem risco de não cumprimento do tratado pela República Federativa do Brasil, bem assim nos casos em que o Estado que requer a cooperação jurídica internacional seja o credor do valor cobrado a título de alimentos (Obs.: A análise de atuação para esses fins será precedida de solicitação ou consulta ao Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional do Ministério da Justiça e Segurança Pública ou ao Ministério das Relações Exteriores, cabendo ao Departamento de Assuntos Internacionais aquilatar os riscos processuais e definir quanto à intervenção ou não da União no feito, repassando a orientação ao Advogado da União da Coordenação Nacional de Assuntos Internacionais competente para o ajuizamento ou intervenção.);

12. Demandas judiciais (inclusive ações civis públicas e populares) envolvendo matéria preponderantemente internacional;

13. Propostas de acordo em ações envolvendo matéria preponderantemente internacional;

14. Ações relativas à imposição de direitos antidumping quando impugnada a norma em tese, ressalvando-se a matéria tributária ou fiscal de competência da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

15. Ações relativas à exportação e importação de bens ou produtos, inclusive quando o objeto envolva implicações de ordem sanitária ou fitossanitária, ressalvada matéria tributária ou fiscal de competência da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

16. Ações envolvendo financiamento externo da dívida pública de Estados e Municípios, em que a União figure como garantidora, avalista, ou codevedora, ou de alguma forma possa ser responsabilizada em caso de inadimplemento;

18. Ações que discutam outros temas relacionados à cooperação jurídica internacional prestada pelo Brasil ou ao cumprimento de tratado ou compromisso internacional do qual o Brasil seja parte;

19. Ações ajuizadas por brasileiros ou estrangeiros residentes no Brasil para regressar ao país;

20. Orientar as unidades da PGU quanto às medidas possíveis a serem adotadas em foro estrangeiro;

21. Encaminhar e receber os pedidos de cooperação jurídica internacional via DRCI ou outra autoridade central;

22. Definir a estratégia de atuação no exterior, ouvidas as unidades da PGU envolvidas; e

23. Colaborar com as unidades da PGU na definição de estratégias processuais que possam ter impactos internacionais;

24. processos relacionados a casos do Sistema Interamericano de Direitos Humanos - SIDH ou nos comitês internacionais de Direitos Humanos, como o da ONU;

25. processos referentes à responsabilidade do Estado brasileiro por violação a direitos humanos;

26. processos referentes à responsabilidade do Estado brasileiro por violação de direitos humanos no sistema carcerário;

27. processos referentes à responsabilidade do Estado brasileiro por violação de direitos humanos por alegada violência ou omissão de forças de segurança e agentes do Estado;

28. processos referentes à responsabilidade do Estado brasileiro por violação de direitos humanos por suposta omissão ou lentidão do Poder Judiciário e de Funções Essenciais à Justiça.

29. Nos itens 24 a 28 ficam ressalvados os processos nos quais a violação aos direitos humanos é reflexa, consequência ou pedido subsidiário em relação ao pedido principal cujo objeto esteja afeto a outro Departamento.

ATRIBUIÇÕES COMUNS

1. Propor e acompanhar ações, inclusive rescisórias, e demais medidas relacionadas às matérias de sua competência;

2. Atuar nos procedimentos extrajudiciais relacionados às matérias de sua competência;

3. Atuar em ações e incidentes conexos às demandas, inclusive nas liquidações dos julgados, que versem sobre as matérias de sua competência;

4. Atuar nas ações populares e civis públicas em que a União tenha migrado para o polo ativo em matérias de sua competência;

5. Atuar, observadas as atribuições fixadas nos itens anteriores, em ações nas quais há equívoco na intimação da União para solicitar a intimação do órgão correto (PGF/PGFN/PGBC ou outro);

6. Atuar, em ações que versam sobre matérias de sua competência, quando esteja pendente apenas o requerimento para a reversão de valores depositados para garantia do juízo.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA EXECUTIVA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO CEARÁ

PORTARIA Nº 134, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 292, do Regimento Interno da Secretaria Executiva, aprovado pela Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicado no DOU de 13 de abril de 2018, no uso da competência que lhe confere a Portaria SE/MAPA nº 3.121 de 23/09/2019, publicada no DOU de 24/09/2019, resolve:

Art. 1º - Habilitar o Médico Veterinário, JOSE MARCILIO ARAUJO, CRMV-CE 02792-VP, para fins de emissão de Guia de Trânsito Animal - GTA, para Equídeos e Ruminantes em eventos com aglomeração de animais nos municípios de Cariré, Ubajara, Bela Cruz, Coreaú e Santana do Acaraú/CE, observando as normas e dispositivos legais em vigor, de acordo com a Instrução Normativa nº 22 de 20 de junho de 2013.

FRANCISCO MILTON HOLANDA NETO

PORTARIA Nº 135, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 292, do Regimento Interno da Secretaria Executiva, aprovado pela Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicado no DOU de 13 de abril de 2018, no uso da competência que lhe confere a Portaria SE/MAPA nº 3.121 de 23/09/2019, publicada no DOU de 24/09/2019, resolve:

Art. 1º - Habilitar o Médico Veterinário, VANDER NUNES MEGALE, CRMV-CE 01197-VP, para fins de emissão de Guia de Trânsito Animal - GTA, para aves no município de Cascavel/CE, observando as normas e dispositivos legais em vigor, de acordo com a Instrução Normativa nº 22 de 20 de junho de 2013.

FRANCISCO MILTON HOLANDA NETO

PORTARIA Nº 136, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 292, do Regimento Interno da Secretaria Executiva, aprovado pela Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicado no DOU de 13 de abril de 2018, no uso da competência que lhe confere a Portaria SE/MAPA nº 3.121 de 23/09/2019, publicada no DOU de 24/09/2019, resolve:

Art. 1º - Habilitar o Médico Veterinário, IGOR GOMES MOREIRA, CRMV-CE 04256-VP, para fins de emissão de Guia de Trânsito Animal - GTA, para Equídeos e Ruminantes em eventos com aglomeração de animais nos municípios de Paraipaba, Pentecoste e São Gonçalo do Amarante/CE, observando as normas e dispositivos legais em vigor, de acordo com a Instrução Normativa nº 22 de 20 de junho de 2013.

FRANCISCO MILTON HOLANDA NETO

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO PARÁ

PORTARIA Nº 82, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 262, do Regimento Interno da Secretaria Executiva (SE/MAPA), aprovado pela Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, com base na Instrução Normativa nº 06, de 16 de janeiro de 2018 e o que consta nos autos do processo 21000.111277/2022-51.

Considerando o que determina o § 3º do Artigo 3º e Artigo 4º, da Instrução Normativa nº 06, de 16 de janeiro de 2018, que aprova as Diretrizes gerais para a Prevenção, Controle e Erradicação do Mormo no âmbito do Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos - PNSE, resolve:

Art. 1º Habilitar a Médica Veterinária CAROLINA BOONE ULIANA, CRMV-primário nº 04218, VP- PA, para realizar a identificação de animais, colheita e remessa de material para diagnóstico de mormo no âmbito do Estado do Pará, conforme prevê o Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos, aprovados pela Instrução Normativa nº 06, de 16 de janeiro de 2018 e demais dispositivos complementares.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JESUS DE NAZARENO MAGALHÃES DE SENA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO PARANÁ
SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS E SANIDADE VEGETAL

PORTARIA Nº 66, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

O CHEFE DO SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS E SANIDADE VEGETAL da DDA/SFA-PR, no uso de suas atribuições, que lhe confere o inciso XVI do artigo 267 do Regimento Interno da Secretaria Executiva (SE/MAPA), aprovado pela Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018, e pela Portaria SE/MAPA nº 1.962 de 29 de maio de 2019, publicada no DOU no dia 31 de maio de 2019, tendo em vista o disposto na Portaria SDA nº 385, de 25 de agosto de 2021, na Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002, e o que consta no Processo 21034.002371/2019-27, resolve:

Art. 1° Renovar o credenciamento sob o número BR-PR0719, concedido ao prestador de serviço MADEIREIRA BALDAN LTDA, CNPJ 03.238.118/0001-40, localizado na Estrada João Baptista Baldan, nº 261, Fazenda Rio Grande-PR, CEP: 83835-899, para realizar tratamento fitossanitário com fins quarentenários no trânsito internacional vegetais, partes de vegetais, produtos de origem vegetal e de outros artigos regulamentados, na(s) seguinte(s) modalidade(s):

Tratamento térmico por calor - Secagem em estufa

Art. 2° O credenciamento de que trata esta Portaria é válido por cinco anos.

Art. 3° A renovação do credenciamento deverá ser requerida ao Serviço de Fiscalização de Insumos e Sanidade Vegetal do Paraná em até 120 (cento e vinte) dias antes do seu vencimento.

Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO BRESSAN

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DE PERNAMBUCO

PORTARIA Nº 197, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

O Superintendente Federal da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Pernambuco, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.676, de 11 de julho de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 12 de julho de 2016 e art. 262, da Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 13 de abril de 2018, tendo em vista o disposto na Portaria SDA nº 385, de 25 de agosto de 2021, na Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002 e o que consta no Processo Administrativo nº 21036.000637/2022-82, resolve:

Art.1° Cadastrar sob o número BR-PE0899 a empresa Frutos do Sol Ltda., CNPJ 06.123.928/0002-20, localizada na BR 235, Km 15, PISNC, N-05, Petrolina, PE, CEP. 52000-000, na qualidade de empresa que realiza tratamento fitossanitário com fins quarentenários, sem prestação de serviço para terceiros, em atendimento aos programas e controles oficiais de competência legal no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, na modalidade Tratamento Térmico: Tratamento a frio.

Art. 2º A concessão do cadastro junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento não isenta a empresa de suas obrigações legais junto a outros órgãos federais, estaduais e do Distrito Federal e municipais, responsáveis pelos setores de agricultura, saúde, meio ambiente e de segurança do trabalhador.

Art. 3º A empresa cadastrada deverá comunicar à área técnica da sanidade vegetal da representação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Pernambuco qualquer alteração nos dados fornecidos por ocasião do cadastro, no prazo de trinta dias da ocorrência, acompanhada da documentação correspondente.

Art. 4º A inclusão de modalidades de tratamento deverá ser requerida à representação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no estado de Pernambuco.

Art. 5º O cadastro terá validade indeterminada estando a empresa sujeita à fiscalização e a observância das disposições da Portaria SDA nº 385, de 25 de agosto de 2021 e da legislação relacionada.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ANTÔNIO RIBEIRO RAMALHO JUNIOR

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DE SÃO PAULO
DIVISÃO DE DEFESA AGROPECUÁRIA
SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS E SANIDADE VEGETAL

PORTARIA Nº 61, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

A Chefe do Serviço de Fiscalização de Insumos e Sanidade Vegetal da Divisão de Defesa Agropecuária da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de São Paulo, no uso da atribuição que lhe confere o inciso XVI do artigo 267, do Regimento Interno da Secretaria Executiva (SE/MAPA), aprovado pela Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018, tendo em vista o disposto na Portaria SDA nº 385, de 25 de agosto de 2021, na Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002, e o que consta no Processo 21052.008572/2007-86, resolve:

Art. 1° Renovar o credenciamento número BR-SP0116, da empresa Protecta Serviços de Controle de Pragas Ltda, CNPJ 06.002.404/0001-09, localizada na Rua Dr. Paulo Barra,646, em Ribeirão Preto/SP, para na qualidade de empresa prestadora de serviços realizar tratamento fitossanitário com fins quarentenários em atendimento aos programas e controles oficiais de competência legal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, nas seguintes modalidades: Fumigação em câmara de lona; Fumigação em contêiner; Fumigação em porão de embarcação e Fumigação em Silo hermético, todos exclusivamente com fosfina.

Art. 2° O credenciamento terá validade por 05 (cinco) anos, podendo ser renovado mediante requerimento encaminhado ao Serviço de Fiscalização de Insumos e Sanidade Vegetal no Estado de São Paulo - SFA/SP.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação no D.O.U.

CAROLINA DE ARAÚJO REIS

SECRETARIA DE AQUICULTURA E PESCA

PORTARIA SAP/MAPA Nº 1.341, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022

Cancela, a pedido, a Autorização de Pesca na modalidade de permissionamento com o método de espinhel horizontal de superfície, da embarcação de pesca MARIA LETÍCIA, e concede, em substituição, a Autorização de Pesca na modalidade de permissionamento com o método de espinhel horizontal de superfície à embarcação de pesca UNIMAR III.

A SECRETÁRIA DE AQUICULTURA E PESCA SUBSTITUTA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 33 do Anexo I ao Decreto nº 11.231, de 10 de outubro de 2022, a Portaria nº 20, de 14 de janeiro de 2020 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a Portaria nº 643, de 24 de março de 2022 da Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a Instrução Normativa 03, de 12 de maio de 2004 da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, a Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011 do Ministério da Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, e o que consta dos Processos nº 00372.000194/2018-52 e no 21042.004049/2021-58, resolve:

Art. 1º Cancelar, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca MARIA LETÍCIA, de propriedade da empresa Torquato Pontes Pescados SA, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob nº RS-0000425-8 e na Autoridade Marítima pelo Título de Inscrição de Embarcação nº 401-026135-8, na modalidade de permissionamento de espinhel horizontal de fundo, para a captura das espécies-alvo: Albacora laje (Thunnus albacares); Albacora branca (Thunnus alalunga); Albacora bandolim (Thunnus obesus), com área de operação no Mar Territorial, Zona Econômica Exclusiva e águas Internacionais, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira nº 1.01.002, que corresponde ao item 1.1, do Anexo I da Instrução Normativa Interministerial nº 10, 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 2º Conceder, em substituição, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca UNIMAR III, de propriedade da empresa Torquato Pontes Pescados SA, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob nº RS-0000425-8 e na Autoridade Marítima pelo Título de Inscrição de Embarcação nº 161.005540-3, na modalidade de espinhel horizontal de fundo, para a captura das espécies-alvo: Albacora laje (Thunnus albacares); Albacora branca (Thunnus alalunga); Albacora bandolim (Thunnus obesus), com área de operação no Mar Territorial, Zona Econômica Exclusiva e águas Internacionais, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira nº 1.01.002, que corresponde ao item 1.1, do Anexo I da Instrução Normativa Interministerial nº 10, 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

ANDREIA LINS RIBAS

PORTARIA SAP/MAPA Nº 1.343, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022

Cancela, a pedido, o Certificado de Registro e Autorização de Embarcação Pesqueira na modalidade de permissionamento de arrasto de fundo duplo ou simples, da embarcação de pesca VITORIA XXV; e concede, em conversão, na modalidade de permissionamento de arrasto de fundo duplo ou simples

A SECRETÁRIA DE AQUICULTURA E PESCA SUBSTITUTA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 33 do Anexo I ao Decreto nº 11.231, de 10 de outubro de 2022, a Portaria nº 20, de 14 de janeiro de 2020 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, na Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009; a Instrução Normativa 03, de 12 de maio de 2004 da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, o que consta do Processo nº 00375.001178/2007-02, resolve:

Art. 1º Cancelar, a pedido, a Autorização de Pesca da embarcação de pesca VITORIA XXV, de propriedade de Waldomiro Correia, encontra-se inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob nº SP-0005039-7 e na Autoridade Marítima pelo Título de Inscrição de Embarcação nº 401-080849-7, na modalidade de permissionamento de arrasto de fundo duplo ou simples, para a captura das espécies-alvo: Camarão-sete-barbas (Xiphopenaeus kroyeri); Camarão-santana (Pleoticus muelleri); Camarão-barba-ruça (Artemesia longinaris), com área de operação no Mar Territorial Sul e Sudeste e na Zona Econômica Exclusiva Sul e Sudeste, código do SisRGP nº 3.02.002, que corresponde ao item 3.9, do Anexo III da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 2º Conceder, em conversão de modalidade de pesca, a Permissão Prévia de Pesca para a embarcação de pesca VITORIA XXV, de propriedade de Waldomiro Correia, encontra-se inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob nº SP-0005039-7 e na Autoridade Marítima pelo Título de Inscrição de Embarcação nº 401-080849-7, na modalidade de permissionamento de arrasto de fundo duplo ou simples, para a captura das espécies-alvo: Camarão-sete-barbas (Xiphopenaeus kroyeri); Camarão-santana (Pleoticus muelleri); Camarão-barba-ruça (Artemesia longinaris), com área de operação no Mar Territorial Sul e Sudeste e na Zona Econômica Exclusiva Sul e Sudeste, código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira nº 3.02.004, que corresponde ao item 3.8, do Anexo III da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011 do Ministério de Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

ANDREIA LINS RIBAS

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

PORTARIA SDA Nº 702, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

Reconhece a equivalência dos Serviços de Inspeção Municipais vinculados ao Consórcio Intermunicipal de Saúde e Multifinalitário do Alto Vale do Itajaí - CISAMAVI, para adesão ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal - SISBI-POA.

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA - SUBSTITUTO, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos arts. 25 e 71, do Anexo I, do Decreto nº 11.231, de 10 de outubro de 2022, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006, na Instrução Normativa MAPA nº 17, de 06 de março de 2020, e o que consta no processo nº 21050.006957/2021-87, resolve:

Art. 1º Reconhecer a equivalência dos Serviços de Inspeção Municipais vinculado ao Consórcio Intermunicipal de Saúde e Multifinalitário do Alto Vale do Itajaí - CISAMAVI, para adesão ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal - SISBI-POA, do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA.

Art. 2º Para indicação de estabelecimentos e produtos integrantes do SISBI-POA, o CISAMAVI terá seu escopo de adesão habilitado no sistema eletrônico de cadastro de serviços de inspeção, o e-SISBI/SGSI, disponível em: https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/suasa.

Paragrafo único. O cadastro do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí - CIM-AMAVI (CNPJ: 14.695.989/0001-00) deve ser atualizado no sistema e-SISBI/SGSI com os dados do CISAMAVI, mantendo-se os escopos habilitados anteriormente ao SISBI-POA.

Art. 3º Fica revogada a Portaria SDA nº 455, de 22 de novembro de 2021, publicada em 26 de novembro de 2021, na Edição 222, Seção 1, página 27, do Diário Oficial da União.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRCIO REZENDE EVARISTO CARLOS

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

PORTARIA Nº 2.268, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022

Arrecadação de uma área de 16.886,0895 ha, com a denominação de Gleba Porto Central, situada no Município de Boca do Acre, Estado do Amazonas, administrativamente jurisdicionada à Superintendência Regional do INCRA no Estado do Amazonas.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, considerando o disposto no artigo 4º combinado com os incisos VI e VII do artigo 22, ambos do Decreto nº 11.232, de 10 de outubro de 2022, e considerando o que consta do Processo Administrativo INCRA nº 54270.000619/2008-29, resolve:

Art. 1º ARRECADAR, como terra devoluta, incorporando-se ao patrimônio da União, a área de 16.886,0895 ha (dezesseis mil oitocentos e oitenta e seis hectares, oito ares e noventa e cinco centiares), com a denominação de Gleba Porto Central, situada no Município de Boca do Acre, Estado do Amazonas, e administrativamente jurisdicionada à Superintendência Regional do INCRA no Estado do Amazonas, com as seguintes características e confrontações: lnicia-se a descrição deste perímetro no vértice V-1, definido pelas coordenadas E: 672.702,461 m e N: 8.990.393,316 m com azimute 134° 19' 36,87" e distância de 973,26 m até o vértice V-2, definido pelas coordenadas E: 673.398,694 m e N: 8.989.713,252 m com azimute 138° 21' 31,77" e distância de 1.157,24 m ate o vértice V-3, definido pelas coordenadas E: 674.167,639 m e N: 8.988.848,421 m com azimute 231° 45' 19,93" e distância de 535,43 m até o vértice V-4, definido pelas coordenadas E: 673.747,122 m e N: 8.988.516,978 m com azimute 224° 10' 10,62" e distância de 430,98 m até o vértice V-5, definido pelas coordenadas E: 673.446,825 m e N: 8.988.207,848 m com azimute 230° 29' 20,66" e distância de 168,53 m até o vértice V-6, definido pelas coordenadas E: 673.316,800 m e N: 8.988.100,622 m com azimute 271° 21' 12,74" e distância de 240,08 m ate o vértice V-7, definido pelas coordenadas E: 673.076,789 me N: 8.988.106,293 m com azimute 311° 13' 52,46" e distância de 371,24 m até o vértice V-8, definido pelas coordenadas E: 672.797,596 m e N: 8.988.350,977 m com azimute 295° 57' 35,02" e distância de 333,31 m até o vértice V-9, definido pelas coordenadas E: 672.497,912 m e N: 8.988.496,882 m com azimute 268° 32' 56,40" e distância de 203,22 m até o vértice V-10, definido pelas coordenadas E: 672.294,755 m e N: 8.988.491,736 m com azimute 249° 02' 59,54" e distância de 253,50 m até o vértice V-11, definido pelas coordenadas E: 672.058,014 m e N: 8.988.401,096 m com azimute 230° 14' 19,51" e distância de 265,81 m até o vértice V-12, definido pelas coordenadas E: 671.853,682 m e N: 8.988.231,087 m com azimute 222° 20' 11,89" e distância de 191,46 m até o vértice V-13, definido pelas coordenadas E: 671.724,735 me N: 8.988.089,558 m com azimute 191° 13' 51,34" e distância de 91,31 m até o vértice V-14, definido pelas coordenadas E: 671.706,951 m e N: 8.987.999,996 m com azimute 169° 31' 22,31" e distância de 69,84 m até o vértice V-15, definido pelas coordenadas E: 671.719,651 m e N: 8.987.931,320 m com azimute 159° 09' 26,47" e distância de 76,42 m até o vértice V-16, definido pelas coordenadas E: 671.746,841 m e N: 8.987.859,902 m com azimute 132° 30' 32,59" e distância de 161,69 m até o vértice V-17, definido pelas coordenadas E: 671.866,033 m e N: 8.987.750,648 m com azimute 160° 18' 32,09" e distância de 285,06 m até o vértice V-18, definido pelas coordenadas E: 671.962,082 m e N: 8.987.482,262 m com azimute 177° 57' 57,70" e distância de 478,73 m até o vértice V-19, definido pelas coordenadas E: 671.979,073 m e N: 8.987.003,837 m com azimute 195° 51' 11,28" e distância de 248,32 m até o vértice V-20, definido pelas coordenadas E: 671.911,240 m e N: 8.986.764,966 m com azimute 243° 40' 48,45" e distância de 183,94 m até o vértice V-21, definido pelas coordenadas E: 671.746,370 m e N: 8.986.683,411 m com azimute 268° 56' 23,46" e distância de 51,45 m ate o vértice V-22, definido pelas coordenadas E: 671.694,925 m e N: 8.986.682,459 m com azimute 260° 47' 19,05" e distância de 236,77 m até o vértice V-23, definido pelas coordenadas E: 671.461,205 m e N: 8.986.644,557 m com azimute 253° 03' 14,69" e distância de 88,43 m até o vértice V-24, definido pelas coordenadas E: 671.376,610 me N: 8.986.618,781 m com azimute 226° 03' 59,65" e distância de 81,14 m até o vértice V-25, definido pelas coordenadas E: 671.318,176 m e N: 8.986.562,483 m com azimute 210° 54' 28,18" e distância de 111,74 m até o vértice V-26, definido pelas coordenadas E: 671.260,780 m e N: 8.986.466,611 m com azimute 195° 14' 08,76" e distância de 70,89 m até o vértice V-27, definido pelas coordenadas E: 671.242,150 m e N: 8.986.398,210 m com azimute 180° 38' 15,78" e distância de 80,50 m até o vértice V-28, definido pelas coordenadas E: 671.241,254 m e N: 8.986.317,712 m com azimute 152° 45' 40,62" e distância de 62,53 m até o vértice V-29, definido pelas coordenadas E: 671.269,875 m e N: 8.986.262,114 m com azimute 145° 16' 28,24" e distância de 87,09 m até o vértice V-30, definido pelas coordenadas E: 671.319,483 m e N: 8.986.190,539 m com azimute 138° 58' 55,49" e distância de 75,97 m até o vértice V-31, definido pelas coordenadas E: 671.369,342 m e N: 8.986.133,219 m com azimute 189° 25' 02,59" e distância de 642,89 m até o vértice V-32, definido pelas coordenadas E: 671.264,149 m e N: 8.985.498,994 m com azimute 217° 34' 06,57" e distância de 209,13 m ate o vértice V-33, definido pelas coordenadas E: 671.136,641 m e N: 8.985.333,233 m com azimute 244° 39' 04,20" e distância de 112,83 m até o vértice V-34, definido pelas coordenadas E: 671.034,676 m e N: 8.985.284,928 m com azimute 232° 32' 16,25" e distância de 324,03 m até o vértice V-35, definido pelas coordenadas E: 670.777,473 m e N: 8.985.087,839 m com azimute 229° 12' 24,19" e distância de 464,51 m até o vértice V-36, definido pelas coordenadas E: 670.425,807 m e N: 8.984.784,361 m com azimute 217° 37' 47,82" e distância de 385,90 m até o vértice V-37, definido pelas coordenadas E: 670.190,191 m e N: 8.984.478,738 m com azimute 227° 57' 08,87" e distância de 336,05 m até o vértice V-38, definido pelas coordenadas E: 669.940,641 m e N: 8.984.253,667 m com azimute 223° 37' 36,69" e distância de 360,14 m até o vértice V-39, definido pelas coordenadas E: 669.692,159 m e N: 8.983.992,980 m com azimute 198° 07' 38,27" e distância de 233,98 m até o vértice V-40, definido pelas coordenadas E: 669.619,360 m e N: 8.983.770,610 m com azimute 145° 41' 10,47" e distância de 182,92 m até o vértice V-41, definido pelas coordenadas E: 669.722,475 m e N: 8.983.619,527 m com azimute 127° 49' 41,29" e distância de 466,62 m até o vértice V-42, definido pelas coordenadas E: 670.091,037 m e N: 8.983.333,351 m com azimute 113° 54' 23,53" e distância de 264,61 m até o vértice V-43, definido pelas coordenadas E: 670.332,943 m e N: 8.983.226,120 m com azimute 104° 42' 40,41" e distância de 549,85 m até o vértice V-44, definido pelas coordenadas E: 670.864,764 m e N: 8.983.086,488 m com azimute 95° 27' 23,56" e distância de 419,69 m até o vértice V-45, definido pelas coordenadas E: 671.282,556 m e N: 8.983.046,579 m com azimute 96° 49' 11,87" e distância de 118,11 m até o vértice V-46, definido pelas coordenadas E: 671.399,834 m e N: 8.983.032,553 m com azimute 90° 43' 07,83" e distância de 243,99 m até o vértice V-47, definido pelas coordenadas E: 671.643,800 m e N: 8.983.029,492 m com azimute 96° 50' 38,74" e distância de 353,03 m até o vértice V-48, definido pelas coordenadas E: 671.994,315 m e N: 8.982.987,422 m com azimute 90° 24' 34,81" e distância de 187,27 m até o vértice V-49, definido pelas coordenadas E: 672.181,583 m e N: 8.982.986,083 m com azimute 99° 22' 55,97" e distância de 101,47 m até o vértice V-50, definido pelas coordenadas E: 672.281,698 m e N: 8.982.969,541 m com azimute 119° 34' 39,25" e distância de 64,95 m até o vértice V-51, definido pelas coordenadas E: 672.338,180 m e N: 8.982.937,484 m com azimute 141° 17' 15,20" e distância de 127,50 m até o vértice V-52, definido pelas coordenadas E: 672.417,918 me N: 8.982.837,999 m com azimute 146° 01' 46,19" e distância de 151,81 m até o vértice V-53, definido pelas coordenadas E: 672.502,743 m e N: 8.982.712,101 m com azimute 141° 36' 48,26" e distância de 86,30 m até o vértice V-54, definido pelas coordenadas E: 672.556,332 m e N: 8.982.644,456 m com azimute 158° 36' 31,31" e distância de 113,63 m até o vértice V-55, definido pelas coordenadas E: 672.597,778 me N: 8.982.538,651 m com azimute 196° 03' 08,63" e distância de 136,95 m até o vértice V-56, definido pelas coordenadas E: 672.559,908 m e N: 8.982.407,037 m com azimute 238° 16' 09,53" e distância de 142,52 m até o vértice V-57, definido pelas coordenadas E: 672.438,694 m e N: 8.982.332,084 m com azimute 238° 16' 10,30" e distância de 198,25 m até o vértice V-58, definido pelas coordenadas E: 672.270,072 m e N: 8.982.227,817 m com azimute 246° 19' 29,13" e distância de 124,53 m até o vértice V-59, definido pelas coordenadas E: 672.156,019 m e N: 8.982.177,810 m com azimute 266° 43' 06,96" e distância de 163,87 m até o vértice V-60, definido pelas coordenadas E: 671.992,416 m e N: 8.982.168,430 m com azimute 250° 23' 37,60" e distância de 196,50 m até o vértice V-61, definido pelas coordenadas E: 671.807,307 m e N: 8.982.102,493 m com azimute 235° 57' 34,96" e distância de 662,10 m até o vértice V-62, definido pelas coordenadas E: 671.258,661 m e N: 8.981.731,865 m com azimute 254° 38' 41,47" e distância de 286,40 m até o vértice V-63, definido pelas coordenadas E: 670.982,485 m e N: 8.981.656,026 m com azimute 262° 33' 20,69" e distância de 154,43 m até o vértice V-64, definido pelas coordenadas E: 670.829,358 m e N: 8.981.636,018 m com azimute 256° 48' 29,62" e distância de 84,12 m até o vértice V-65, definido pelas coordenadas E: 670.747,454 m e N: 8.981.616,820 m com azimute 249° 19' 30,61" e distância de 117,31 m até o vértice V-66, definido pelas coordenadas E: 670.637,696 m e N: 8.981.575,401 m com azimute 269° 51' 46,97" e distância de 138,48 m até o vértice V-67, definido pelas coordenadas E: 670.499,218 m e N: 8.981.575,070 m com azimute 249° 05' 28,81" e distância de 58,04 m até o vértice V-68, definido pelas coordenadas E: 670.444,998 me N: 8.981.554,356 m com azimute 260° 00' 40,44" e distância de 146,15 m ate o vértice V-69, definido pelas coordenadas E: 670.301,066 m e N: 8.981.529,006 m com azimute 218° 48' 12,38" e distância de 178,36 m até o vértice V-70, definido pelas coordenadas E: 670.189,295 m e N: 8.981.390,008 m com azimute 191° 43' 05,98" e distância de 134,49 m até o vértice V-71, definido pelas coordenadas E: 670.161,980 m e N: 8.981.258,321 m com azimute 187° 19' 55,08" e distância de 185,98 m até o vértice V-72, definido pelas coordenadas E: 670.138,245 m e N: 8.981.073,857 m com azimute 179° 19' 02,67" e distância de 171,91 m até o vértice V-73, definido pelas coordenadas E: 670.140,293 m e N: 8.980.901,959 m com azimute 177° 56' 12,59" e distância de 138,16 m até o vértice V-74, definido pelas coordenadas E: 670.145,267 m e N: 8.980.763,887 m com azimute 183° 20' 39,76" e distância de 154,50 m até o vértice V-75, definido pelas coordenadas E: 670.136,254 m e N: 8.980.609,652 m com azimute 200° 48' 37,12" e distância de 123,25 m até o vértice V-76, definido pelas coordenadas E: 670.092,468 m e N: 8.980.494,447 m com azimute 209° 31' 57,83" e distância de 226,01 m até o vértice V-77, definido pelas coordenadas E: 669.981,061 m e N: 8.980.297,798 m com azimute 210° 40' 13,02" e distância de 259,09 m até o vértice V-78, definido pelas coordenadas E: 669.848,901 m e N: 8.980.074,952 m com azimute 199° 49' 33,52" e distância de 176,08 m até o vértice V-79, definido pelas coordenadas E: 669.789,181 m e N: 8.979.909,309 m com azimute 198° 30' 32,40" e distância de 201,13 m até o vértice V-80, definido pelas coordenadas E: 669.725,333 m e N: 8.979.718,587 m com azimute 178° 52' 37,51" e distância de 194,06 m até o vértice V-81, definido pelas coordenadas E: 669.729,136 m e N: 8.979.524,567 m com azimute 159° 19' 29,07" e distância de 281,54 m até o vértice V-82, definido pelas coordenadas E: 669.828,540 m e N: 8.979.261,158 m com azimute 163° 25' 04,26" e distância de 119,14 m até o vértice V-83, definido pelas coordenadas E: 669.862,541 m e N: 8.979.146,974 m com azimute 265° 48' 48,30" e distância de 225,68 m até o vértice V-84, definido pelas coordenadas E: 669.637,459 m e N: 8.979.130,498 m com azimute 267° 38' 10,90" e distância de 149,82 m ate o vértice V-85, definido pelas coordenadas E: 669.487,762 m e N: 8.979.124,319 m com azimute 267° 38' 02,06" e distância de 2.978,51 m até o vértice V-86, definido pelas coordenadas E: 666.511,792 m e N: 8.979.001,353 m com azimute 188° 21' 57,49" e distância de 2.058,46 m até o vértice V-87, definido pelas coordenadas E: 666.212,296 me N: 8.976.964,801 m com azimute 187° 56' 00,96" e distância de 1.023,55 m até o vértice V-88, definido pelas coordenadas E: 666.071,020 m e N: 8.975.951,047 m com azimute 207° 25' 45,66" e distância de 4.411,03 m até o vértice V-89, definido pelas coordenadas E: 664.039,057 m e N: 8.972.035,903 m com azimute 285° 56' 40,22" e distância de 547,34 m até o vértice V-90, definido pelas coordenadas E: 663.512,773 m e N: 8.972.186,261 m com azimute 285° 13' 35,79" e distância de 7.018,16 m até o vértice V-91, definido pelas coordenadas E: 656.740,990 m e N: 8.974.029,491 m com azimute 0° 13' 48,29" e distância de 33,62 m até o vértice V-92, definido pelas coordenadas E: 656.741,125 m e N: 8.974.063,109 m com azimute 291° 01' 32,61" e distância de 1.388,52 m até o vértice V-93, definido pelas coordenadas E: 655.445,051 m e N: 8.974.561,293 m com azimute 29° 16' 57,96" e distância de 1.571,40 m até o vértice V-94, definido pelas coordenadas E: 656.213,655 me N: 8.975.931,895 m com azimute 50° 08' 56,51" e distância de 4.671,55 m até o vértice V-95, definido pelas coordenadas E: 659.800,066 m e N: 8.978.925,389 m com azimute 321° 28' 03,69" e distância de 4.560,78 m até o vértice V-96, definido pelas coordenadas E: 656.958,900 m e N: 8.982.493,093 m com azimute 36° 45' 33,68" e distância de 2.448,11 m até o vértice V-97, definido pelas coordenadas E: 658.423,986 m e N: 8.984.454,413 m com azimute 169° 49' 50,89" e distância de 145,18 m até o vértice V-98, definido pelas coordenadas E: 658.449,619 m e N: 8.984.311,510 m com azimute 163° 22' 12,27" e distância de 176,23 m até o vértice V-99, definido pelas coordenadas E: 658.500,055 m e N: 8.984.142,648 m com azimute 163° 22' 13,35" e distância de 189,90 m até o vértice V-100, definido pelas coordenadas E: 658.554,400 m e N: 8.983.960,695 m com azimute 179° 41' 37,11" e distância de 185,71 m até o vértice V-101, definido pelas coordenadas E: 658.555,393 me N: 8.983.774,983 m com azimute 192° 47' 41,13" e distância de 192,06 m até o vértice V-102, definido pelas coordenadas E: 658.512,860 m e N: 8.983.587,694 m com azimute 199° 45' 37,22" e distância de 130,15 m até o vértice V-103, definido pelas coordenadas E: 658.468,857 m e N: 8.983.465,205 m com azimute 125° 35' 03,63" e distância de 806,43 m até o vértice V-104, definido pelas coordenadas E: 659.124,698 m e N: 8.982.995,940 m com azimute 47° 39' 10,62" e distância de 1.684,00 m até o vértice V-105, definido pelas coordenadas E: 660.369,304 m e N: 8.984.130,314 m com azimute 20° 55' 49,50" e distância de 2.227,24 m até o vértice V-106, definido pelas coordenadas E: 661.164,951 m e N: 8.986.210,593 m com azimute 42° 44' 01,43" e distância de 2.266,61 m até o vértice V-107, definido pelas coordenadas E: 662.703,058 m e N: 8.987.875,456 m com azimute 81° 29' 38,19" e distância de 2.498,57 m até o vértice V-108, definido pelas coordenadas E: 665.174,141 m e N: 8.988.245,029 m com azimute 17° 57' 24,54" e distância de 684,46 m até o vértice V-109, definido pelas coordenadas E: 665.385,159 m e N: 8.988.896,145 m com azimute 0° 14' 21,29" e distância de 527,82 m até o vértice V-110, definido pelas coordenadas E: 665.387,363 m e N: 8.989.423,961 m com azimute 74° 55' 57,12" e distância de 3.364,77 m até o vértice V-111, definido pelas coordenadas E: 668.636,457 m e N: 8.990.298,655 m com azimute 174° 50' 17,18" e distância de 22,16 m até o vértice V-112, definido pelas coordenadas E: 668.638,451 m e N: 8.990.276,582 m com azimute 107° 26' 52,59" e distância de 1.713,79 m até o vértice V-113, definido pelas coordenadas E: 670.273,385 m e N: 8.989.762,722 m com azimute 75° 26' 49,64" e distância de 2.509,59 m até o vértice V-1, encerrando este perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 69 WGr, tendo como datum o SIRGAS-2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM.

Art. 2º Determinar à Divisão de Governança Fundiária da Superintendência Regional do lncra no Estado do Amazonas a adoção das medidas subsequentes, com vistas à realização da matrícula da aludida área em nome da União, perante o Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Boca do Acre, município de Boca do Acre, Estado do Amazonas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GERALDO JOSÉ DA CÂMARA FERREIRA DE MELO FILHO

Ministério da Cidadania

SECRETARIA EXECUTIVA

DELIBERAÇÃO Nº 1.573, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados no anexo I, aprovados nas reuniões ordinárias realizada em 10/08/2022, 14/09/2022, 11/10/2022 e 09/11/2022.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DA CIDADANIA (Secretaria Especial do Esporte - Decreto 9.674 de 02 de janeiro de 2019) de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 357, de 20 de fevereiro de 2019, considerando:

a) a aprovação dos projetos desportivos, relacionados no anexo I, aprovados nas reuniões ordinárias realizada em 10/08/2022, 14/09/2022, 11/10/2022 e 09/11/2022.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 03 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação do projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para o projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 3º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MAURICIO JUNQUEIRA PELEGRINETI LOURENÇO
Presidente da Comissão

ANEXO I

1 - Processo: 71000.083138/2022-06
Proponente: Associação de Voleibol Feminino de Lages - AVOFEL
Título: AVOFEL Ano 1
Registro: 2202593
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 14.972.542/0001-30
Cidade: Lages UF: SC
Valor autorizado para captação: R$ 523.801,61
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0307 DV: 7 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 78292-0
Período de Captação até: 09/11/2024
2 - Processo: 71000.083139/2022-42
Proponente: Associação de Voleibol Feminino de Lages - AVOFEL
Título: Escolinhas Avofel
Registro: 2202600
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 14.972.542/0001-30
Cidade: Lages UF: SC
Valor autorizado para captação: R$ 360.106,60
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0307 DV: 7 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 78291-2
Período de Captação até: 09/11/2024
3 - Processo: 71000.072323/2022-67
Proponente: Associação Brasileira Feminina de Bodyboarding
Título: Equipe Potiguar de Ouro
Registro: 2201554
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 14.666.963/0001-33
Cidade: Natal UF: RN
Valor autorizado para captação: R$ 95.010,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1845 DV: 7 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 75045-X
Período de Captação até: 14/09/2024
4 - Processo: 71000.083687/2022-72
Proponente: Associação Bragantina de Atletismo - ABRA
Título: Atletismo 300%
Registro: 202803
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 13.192.429/0001-70
Cidade: Bragança Paulista UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 440.652,19
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0167 DV: 8 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 55643-2
Período de Captação até: 09/11/2024
5 - Processo: 71000.083690/2022-96
Proponente: Associação Bragantina de Atletismo - ABRA
Título: Atletismo Olímpico Bragança
Registro: 2202755
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 13.192.429/0001-70
Cidade: Bragança Paulista UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 1.763.177,38
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0167 DV: 8 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 55642-4
Período de Captação até: 09/11/2024
6 - Processo: 71000.076889/2022-68
Proponente: Associação para o Desenvolvimento Sustentável do Estado do Rio de Janeiro - Pro Rio
Título: Paraty Tênis
Registro: 2202170
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 14.260.254/0001-53
Cidade: Paraty UF: RJ
Valor autorizado para captação: R$ 857.990,82
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2406 DV: 6 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 27194-2
Período de Captação até: 11/10/2024
7 - Processo: 71000.083810/2022-55
Proponente: Associacao Pestalozzi de Goiania
Título: Projeto Capoeira Adaptada
Registro: 2202727
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 01.287.416/0001-03
Cidade: Goiânia UF: GO
Valor autorizado para captação: R$ 55.628,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1610 DV: 1 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 140780-5
Período de Captação até: 09/11/2024
8 - Processo: 71000.083999/2022-86
Proponente: Associacao Periquito Esporte em Ação
Título: Escola de futebol Avenida: Formando campeões para a vida
Registro: 2203049
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 07.722.345/0001-06
Cidade: Santa Cruz do Sul UF: RS
Valor autorizado para captação: R$ 1.030.635,75
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2776 DV: 6 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 41262-7
Período de Captação até: 09/11/2024
9 - Processo: 71000.083756/2022-48
Proponente: Associação Natividade Incentivo ao Esporte, Cultura e Lazer
Título: eSports - Atletas Digitais
Registro: 2202894
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 26.020.723/0001-46
Cidade: Belo Horizonte UF: MG
Valor autorizado para captação: R$ 606.227,37
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3068 DV: 6 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 98520-1
Período de Captação até: 09/11/2024
10 - Processo: 71000.083715/2022-51
Proponente: Associação Mountain Bike BH de Ciclismo
Título: Copa Internacional de Mountain Bike para Todos - ANO II
Registro: 2203026
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 09.222.540/0001-94
Cidade: Belo Horizonte UF: MG
Valor autorizado para captação: R$ 2.722.958,89
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3308 DV: 1 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 7137-4
Período de Captação até: 09/11/2024
11 - Processo: 71000.083632/2022-62
Proponente: Associação Mauaense dos Amigos do Basquetebol - AMAB
Título: Girafinhas do Basquete
Registro: 2202671
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 13.025.543/0001-05
Cidade: Mauá UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 411.004,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0681 DV: 5 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 91308-1
Período de Captação até: 09/11/2024
12 - Processo: 71000.083631/2022-18
Proponente: Associação Mauaense dos Amigos do Basquetebol - AMAB
Título: Estrelas do Amanhã - Vôlei
Registro: 2202796
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 13.025.543/0001-05
Cidade: Mauá UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 519.532,15
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0681 DV: 5 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 1363-3
Período de Captação até: 09/11/2024
13 - Processo: 71000.083629/2022-49
Proponente: Associação Mauaense dos Amigos do Basquetebol - AMAB
Título: Escola de Esportes - Cristais Paulista
Registro: 2202849
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 13.025.543/0001-05
Cidade: Mauá UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 817.853,48
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0681 DV: 5 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 1361-7
Período de Captação até: 09/11/2024
14 - Processo: 71000.083628/2022-02
Proponente: Associação Mauaense dos Amigos do Basquetebol - AMAB
Título: Beach Tennis para Todos
Registro: 2202938
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 13.025.543/0001-05
Cidade: Mauá UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 850.683,82
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0681 DV: 5 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 1362-5
Período de Captação até: 09/11/2024
15 - Processo: 71000.083703/2022-27
Proponente: Associação Maringaense de Vôlei de Praia
Título: World Beach Tennis
Registro: 2203016
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 04.571.078/0001-17
Cidade: Maringá UF: PR
Valor autorizado para captação: R$ 1.154.822,76
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 8053 DV: 5 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 45275-0
Período de Captação até: 09/11/2024
16 - Processo: 71000.084033/2022-66
Proponente: Associação Lar da Bênção Divina
Título: Corpo e Mente em Movimento 5
Registro: 2202997
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 62.702.550/0001-00
Cidade: São Paulo UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 775.000,34
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2804 DV: 5 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 53107-3
Período de Captação até: 09/11/2024
17 - Processo: 71000.084110/2022-88
Proponente: Associacao Lajeado de Esportes - ALE
Título: ALE - Fomentando Novos Talentos Futebol
Registro: 2202889
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 21.419.068/0001-80
Cidade: Lajeado UF: RS
Valor autorizado para captação: R$ 488.289,12
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0139 DV: 2 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 82379-1
Período de Captação até: 09/11/2024
18 - Processo: 71000.083743/2022-79
Proponente: Associação Lageana de Futsal
Título: Taça LAges de Futsal
Registro: 2202741
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 17.633.109/0001-69
Cidade: Lages UF: SC
Valor autorizado para captação: R$ 156.013,20
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0307 DV: 7 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 78306-4
Período de Captação até: 09/11/2024
19 - Processo: 71000.083284/2022-23

Proponente: Associacao Joinvilense de Medicina
Título: Ser Mais - Ano 2
Registro: 2202662
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 83.436.014/0001-80
Cidade: Joinville UF: SC
Valor autorizado para captação: R$ 138.489,36
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3539 DV: 4 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 56066-9
Período de Captação até: 09/11/2024
20 - Processo: 71000.083176/2022-51
Proponente: Associação Icaro Marcolin
Título: Instituto Icaro Olímpico
Registro: 2202605
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 07.022.133/0001-08
Cidade: Curitiba UF: PR
Valor autorizado para captação: R$ 606.892,48
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3390 DV: 1 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 48134-3
Período de Captação até: 09/11/2024
21 - Processo: 71000.083178/2022-40
Proponente: Associação Icaro Marcolin
Título: Talentos do Tênis II
Registro: 2202718
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 07.022.133/0001-08
Cidade: Curitiba UF: PR
Valor autorizado para captação: R$ 1.241.298,42
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3390 DV: 1 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 48133-5
Período de Captação até: 09/11/2024
22 - Processo: 71000.084043/2022-00
Proponente: Confederação Brasileira de Ciclismo
Título: Bike Fest
Registro: 2202983
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 51.936.706/0001-09
Cidade: Londrina UF: PR
Valor autorizado para captação: R$ 4.511.446,70
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2755 DV: 3 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 39384-3
Período de Captação até: 09/11/2024
23 - Processo: 71000.084234/2022-63
Proponente: Confederação Brasileira de Canoagem
Título: Paracanoagem Alto Rendimento
Registro: 2202867
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 92.893.155/0001-12
Cidade: Curitiba UF: PR
Valor autorizado para captação: R$ 851.965,36
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1622 DV: 5 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 23484-2
Período de Captação até: 09/11/2024
24 - Processo: 71000.083301/2022-22
Proponente: Confederação Brasileira de Futebol Freestyle
Título: Plano Anual de Atividades - Confederação Brasileira de Futebol Freestyle - Ano IV
Registro: 2202981
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 13.487.671/0001-70
Cidade: Curitiba UF: PR
Valor autorizado para captação: R$ 1.997.852,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1622 DV: 5 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 23490-7
Período de Captação até: 09/11/2024
25 - Processo: 71000.083145/2022-08
Proponente: Curitiba Rugby Clube
Título: VOR - Vivendo o Rugby 2022 - 2023 - Versão 8
Registro: 2203148
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 81.222.226/0001-39
Cidade: Curitiba UF: PR
Valor autorizado para captação: R$ 609.014,54
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2920 DV: 3 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 38932-3
Período de Captação até: 09/11/2024
26 - Processo: 71000.083779/2022-52
Proponente: Confederação Brasileira de Hipismo
Título: Circuito Cavalos Novos CBH
Registro: 2203029
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 34.095.935/0001-10
Cidade: Rio de Janeiro UF: RJ
Valor autorizado para captação: R$ 289.100,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1251 DV: 3 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 44210-0
Período de Captação até: 09/11/2024
27 - Processo: 71000.083778/2022-16
Proponente: Confederação Brasileira de Hipismo
Título: Paraeqüestre
Registro: 2203064
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 34.095.935/0001-10
Cidade: Rio de Janeiro UF: RJ
Valor autorizado para captação: R$ 800.657,76
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1251 DV: 3 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 44211-9
Período de Captação até: 09/11/2024
28 - Processo: 71000.083780/2022-87
Proponente: Confederação Brasileira de Hipismo
Título: Sênior top de Salto CBH
Registro: 2203002
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 34.095.935/0001-10
Cidade: Rio de Janeiro UF: RJ
Valor autorizado para captação: R$ 841.470,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1251 DV: 3 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 44212-7
Período de Captação até: 09/11/2024
29 - Processo: 71000.084226/2022-17
Proponente: Empodera - Transformação Social Pelo Esporte
Título: Uma Vitória Leva à Outra - Engajamento comunitário
Registro: 2202854
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 27.501.933/0001-19
Cidade: Rio de Janeiro UF: RJ
Valor autorizado para captação: R$ 627.581,47
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3520 DV: 3 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 33397-2
Período de Captação até: 09/11/2024
30 - Processo: 71000.083231/2022-11
Proponente: Esporte Clube São Luiz de Ijuí
Título: São Luiz de Ijuí - Categorias de Base
Registro: 2202637
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 90.164.104/0001-24
Cidade: Ijuí UF: RS
Valor autorizado para captação: R$ 645.889,80
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0371 DV: 9 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 64426-9
Período de Captação até: 09/11/2024
31 - Processo: 71000.083762/2022-03
Proponente: Federação Baiana de Jiu Jitsu MMA
Título: Campeões da Vida
Registro: 2202963
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 19.339.262/0001-03
Cidade: Salvador UF: BA
Valor autorizado para captação: R$ 487.090,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2976 DV: 9 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 24561-5
Período de Captação até: 09/11/2024

32 - Processo: 71000.083763/2022-40
Proponente: Federação Baiana de Jiu Jitsu MMA
Título: Mulheres que Lutam
Registro: 2202962
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 19.339.262/0001-03
Cidade: Salvador UF: BA
Valor autorizado para captação: R$ 295.322,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2976 DV: 9 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 24560-7
Período de Captação até: 09/11/2024
33 - Processo: 71000.083764/2022-94
Proponente: Federação Baiana de Jiu Jitsu MMA
Título: Caravana Baiana de Jiu-Jítsu
Registro: 2202961
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 19.339.262/0001-03
Cidade: Salvador UF: BA
Valor autorizado para captação: R$ 472.085,30
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2976 DV: 9 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 24555-0
Período de Captação até: 09/11/2024
34 - Processo: 71000.077820/2022-51
Proponente: Fundação Educacional André Luís
Título: Escolinha de Futebol Gol de Placa - Ano I
Registro: 2202460
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 01.454.493/0001-00
Cidade: Fortaleza UF: CE
Valor autorizado para captação: R$ 288.785,18
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2917 DV: 3 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 52342-9
Período de Captação até: 09/11/2024
35 - Processo: 71000.083331/2022-39
Proponente: Graciosa Country Club
Título: Tênis Graciosa - nova geração escolinha Ano II
Registro: 2202794
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 76.590.306/0001-07
Cidade: Curitiba UF: PR
Valor autorizado para captação: R$ 93.757,68
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3007 DV: 4 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 42946-5
Período de Captação até: 09/11/2024
36 - Processo: 71000.083804/2022-06
Proponente: Grêmio Náutico União
Título: GNU Judô Olímpico I
Registro: 2202835
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 92.841.279/0001-54
Cidade: Porto Alegre UF: RS
Valor autorizado para captação: R$ 1.836.066,37
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1899 DV: 6 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 65138-9
Período de Captação até: 09/11/2024
37 - Processo: 71000.083805/2022-42
Proponente: Grêmio Náutico União
Título: GNU - Natação Olímpica II
Registro: 2202676
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 92.841.279/0001-54
Cidade: Porto Alegre UF: RS
Valor autorizado para captação: R$ 1.405.689,64
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1899 DV: 6 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 65137-0
Período de Captação até: 09/11/2024
38 - Processo: 71000.083254/2022-17
Proponente: Grupo de Apoio ao Adolescente e a Criança com c GRAACC
Título: Corrida e Caminhada GRAACC Combatendo e Vencendo o Câncer Infantil
Registro: 2202649
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 67.185.694/0001-50
Cidade: São Paulo UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 447.827,67
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 5853 DV: X Conta Corrente (Captação) vinculada nº 2630-1
Período de Captação até: 09/11/2024
39 - Processo: 71000.084176/2022-78
Proponente: Gremio Esportivo Sinimbu
Título: Novas cores são vistas em Sinimbu
Registro: 2202704
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 89.644.371/0001-10
Cidade: Sinimbu UF: RS
Valor autorizado para captação: R$ 2.230.360,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3693 DV: 5 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 16401-1
Período de Captação até: 09/11/2024
40 - Processo: 71000.083291/2022-25
Proponente: INSFUT - Associação Esportiva, Recreativa e Educacional

Título: Talentos do amanhã
Registro: 2202666
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 43.542.781/0001-59
Cidade: Tubarão UF: SC
Valor autorizado para captação: R$ 2.239.347,44
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0201 DV: 1 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 70432-6
Período de Captação até: 09/11/2024
41 - Processo: 71000.059486/2022-54
Proponente: Instituto Miguel Fernandes Torres
Título: Vem Ser no Esporte 3
Registro: 2200988
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 05.356.048/0001-50
Cidade: Ouro Branco UF: MG
Valor autorizado para captação: R$ 352.550,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2372 DV: 8 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 35707-3
Período de Captação até: 10/08/2024
42 - Processo: 71000.084167/2022-87
Proponente: Instituto Vitaliza - Vita
Título: Nosso Clube Vitaliza
Registro: 2202680
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 16.575.798/0001-30
Cidade: Recife UF: PE
Valor autorizado para captação: R$ 574.504,77
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1835 DV: X Conta Corrente (Captação) vinculada nº 72139-5
Período de Captação até: 09/11/2024
43 - Processo: 71000.083271/2022-54
Proponente: Instituto UNIMED Santa Catarina
Título: Esporte Comunitário - Tênis de Quadra
Registro: 2202658
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 11.407.122/0001-13
Cidade: Joinville UF: SC
Valor autorizado para captação: R$ 191.732,75
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3539 DV: 4 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 56021-9
Período de Captação até: 09/11/2024
44 - Processo: 71000.083119/2022-71
Proponente: Instituto Zeca Muggiati
Título: Novos Talentos - Kart 6
Registro: 2202634
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 13.287.203/0001-52
Cidade: Curitiba UF: PR
Valor autorizado para captação: R$ 175.267,05
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1534 DV: 2 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 41374-7
Período de Captação até: 09/11/2024
45 - Processo: 71000.083120/2022-04
Proponente: Instituto Zeca Muggiati
Título: Hipismo IZM 2
Registro: 2203158
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 13.287.203/0001-52
Cidade: Curitiba UF: PR
Valor autorizado para captação: R$ 331.728,80
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1534 DV: 2 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 41373-9
Período de Captação até: 09/11/2024
46 - Processo: 71000.083117/2022-82
Proponente: Instituto Zeca Muggiati
Título: Muggiati Stock Pro Series
Registro: 2202624
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 13.287.203/0001-52
Cidade: Curitiba UF: PR
Valor autorizado para captação: R$ 2.680.430,56
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1534 DV: 2 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 41372-0
Período de Captação até: 09/11/2024
47 - Processo: 71000.083323/2022-92
Proponente: Instituto Carioca de Tenis
Título: Paola Ueno Dalmonico - WTA 2024
Registro: 2203069
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 12.705.316/0001-68
Cidade: Rio de Janeiro UF: RJ
Valor autorizado para captação: R$ 1.063.848,66
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2795 DV: 2 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 100397-6
Período de Captação até: 09/11/2024
48 - Processo: 71000.083633/2022-15
Proponente: Instituto Amigos do Pacheco
Título: Pedal para Todos 9 2024
Registro: 2202908
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 27.753.539/0001-78
Cidade: Santos UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 230.872,53
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3146 DV: 1 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 42119-7
Período de Captação até: 09/11/2024
49 - Processo: 71000.083634/2022-51
Proponente: Instituto Amigos do Pacheco
Título: Pedal para Todos 8 2024
Registro: 2202907
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 27.753.539/0001-78
Cidade: Santos UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 230.871,69
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3146 DV: 1 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 42118-9
Período de Captação até: 09/11/2024
50 - Processo: 71000.083637/2022-95
Proponente: Instituto Amigos do Pacheco
Título: Pedal para Todos 6 2024
Registro: 2202900
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 27.753.539/0001-78
Cidade: Santos UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 230.884,99
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3146 DV: 1 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 42116-2
Período de Captação até: 09/11/2024
51 - Processo: 71000.083636/2022-41
Proponente: Instituto Amigos do Pacheco
Título: Pedal para Todos 7 2024
Registro: 2202903
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 27.753.539/0001-78
Cidade: Santos UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 230.872,49
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3146 DV: 1 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 42117-0
Período de Captação até: 09/11/2024
52 - Processo: 71000.083698/2022-52
Proponente: Instituto de Desenvolvimento Humano e Social pelo Esporte, Educação, Cultura e Cidadania
Título: Lutas pela Igualdade
Registro: 2202716
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 20.974.017/0001-57
Cidade: Fortaleza UF: CE
Valor autorizado para captação: R$ 645.511,90
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1295 DV: 5 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 110556-6
Período de Captação até: 09/11/2024
53 - Processo: 71000.083699/2022-05
Proponente: Instituto de Desenvolvimento Humano e Social pelo Esporte, Educação, Cultura e Cidadania
Título: Pró-Esporte
Registro: 2203011
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 20.974.017/0001-57
Cidade: Fortaleza UF: CE
Valor autorizado para captação: R$ 498.391,97
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1295 DV: 5Conta Corrente (Captação) vinculada nº 110488-8
Período de Captação até: 09/11/2024
54 - Processo: 71000.083702/2022-82
Proponente: Instituto Digno em Ser
Título: Vôlei - Construindo Futuro
Registro: 2202839
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 04.131.857/0001-00
Cidade: São Bernardo do Campo UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 346.235,56
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 5969 DV: 2 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 9704-7
Período de Captação até: 09/11/2024
55 - Processo: 71000.083821/2022-35
Proponente: Instituto Agronelli de Desenvolvimento Social
Título: Basquete para Todos
Registro: 2202697
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 04.198.994/0001-53
Cidade: Uberaba UF: MG
Valor autorizado para captação: R$ 85.636,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0015 DV: 9 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 117705-2
Período de Captação até: 09/11/2024
56 - Processo: 71000.083179/2022-94
Proponente: Instituto do Desporto e Juventude
Título: M4 nas Escolas - Núcleos II
Registro: 2203133
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 26.198.693/0001-62
Cidade: Rio de Janeiro UF: RJ
Valor autorizado para captação: R$ 688.063,59
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0287 DV: 9 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 51898-0
Período de Captação até: 09/11/2024
57 - Processo: 71000.083177/2022-03
Proponente: Instituto do Desporto e Juventude
Título: M4 nas Escolas - Núcleos I
Registro: 2202948
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 26.198.693/0001-62
Cidade: Rio de Janeiro UF: RJ
Valor autorizado para captação: R$ 1.057.022,26
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0287 DV: 9 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 51897-2
Período de Captação até: 09/11/2024
58 - Processo: 71000.083175/2022-14
Proponente: Instituto do Desporto e Juventude
Título: Brasil Surf Tour - Gigantes por Natureza
Registro: 2202808
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 26.198.693/0001-62
Cidade: Rio de Janeiro UF: RJ
Valor autorizado para captação: R$ 4.671.939,35
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0287 DV: 9 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 51896-4
Período de Captação até: 09/11/2024
59 - Processo: 71000.083130/2022-31
Proponente: Instituto Daniel Dias - IDD
Título: Clínica de Natação com Daniel Dias e Thiago Pereira
Registro: 2202589
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 20.967.463/0001-34
Cidade: Bragança Paulista UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 574.268,25
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 6528 DV: 5 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 30821-8
Período de Captação até: 09/11/2024
60 - Processo: 71000.083128/2022-62
Proponente: Instituto Brasil Cidadão
Título: Mega Rampa Brasil
Registro: 2202588
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 41.414.745/0001-84
Cidade: Brasília UF: DF
Valor autorizado para captação: R$ 2.738.401,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 4733 DV: 3 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 46032-X
Período de Captação até: 09/11/2024
61 - Processo: 71000.083759/2022-81
Proponente: Instituto Anderson Varejão
Título: Festival Capixaba de Basquete
Registro: 2202670

Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 12.398.403/0001-10
Cidade: Vitória UF: ES
Valor autorizado para captação: R$ 483.071,93
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2991 DV: 2 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 36539-4
Período de Captação até: 09/11/2024
62 - Processo: 71000.084085/2022-32
Proponente: Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Social e Humano - Metamorfose
Título: GamePlay - O Jogo por Detrás do Jogo
Registro: 2202930
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 10.504.946/0001-49
Cidade: Igarapé UF: MG
Valor autorizado para captação: R$ 831.890,41
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2122 DV: 9 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 42642-3
Período de Captação até: 09/11/2024
63 - Processo: 71000.083737/2022-11
Proponente: Liga Master de Futebol
Título: Base Paraí
Registro: 2202876
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 29.517.856/0001-10
Cidade: Rio de Janeiro UF: RJ
Valor autorizado para captação: R$ 1.086.120,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3199 DV: 2 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 71863-7
Período de Captação até: 09/11/2024
64 - Processo: 71000.083791/2022-67
Proponente: Município de Belo Horizonte
Título: Copa Centenário de Futebol Amador Wadson Lima
Registro: 2202735
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 18.715.383/0001-40
Cidade: Belo Horizonte UF: MG
Valor autorizado para captação: R$ 590.206,89
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1615 DV: 2 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 24256-X
Período de Captação até: 09/11/2024
65 - Processo: 71000.083790/2022-12
Proponente: Município de Belo Horizonte
Título: Projeto superar +
Registro: 2202738
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 18.715.383/0001-40
Cidade: Belo Horizonte UF: MG
Valor autorizado para captação: R$ 2.499.899,97
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1615 DV: 2 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 24255-1
Período de Captação até: 09/11/2024
66 - Processo: 71000.083723/2022-06
Proponente: Núcleo de Desenvolvimento Humano e Econômico de Serra
Título: Viabilização de Quadra Poliesportiva, com Salas de Apoio Para Aulas e Oficinas Esportivas
Registro: 2202800
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 11.121.615/0001-92
Cidade: Serra UF: ES
Valor autorizado para captação: R$ 11.221.511,33
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0021 DV: 3 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 20652-0
Período de Captação até: 09/11/2024

RETIFICAÇÃO

Processo Nº 71000.077202/2022-10

No Diário Oficial da União nº 207, de 1 de novembro de 2022, na Seção 1, página 7 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 1.568/2022, ANEXO I, onde se lê: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2913 DV: 0 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 39131-X, leia-se: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1251 DV: 3 Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 44169-4.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO CNAS/MC Nº 84, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

Dispõe sobre a aprovação do Relatório da Execução Orçamentária e Financeira do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), 3° trimestre - exercício de 2022.

A Plenária do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), em reunião ordinária realizada nos dias 09 e 10 de novembro de 2022, no uso da competência que lhe conferem os incisos VIII e XIV do artigo 18 da Lei n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

Considerando-se que, desde 2014, o orçamento referente à gestão e aos serviços, programas e projetos do Sistema Único de Assistência Social - SUAS vem sendo reduzido consideravelmente em relação ao apresentado pela Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS e aprovado pelo CNAS;

Considerando que a Política de Assistência Social é a responsável pela Proteção Social não contributiva a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade e risco social, sendo executada por uma ampla rede de atendimento com capilaridade em todo o território Nacional;

Considerando que o Relatório de Execução Orçamentária e Financeira do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), apresentado a esse Conselho Nacional de Assistência Social, refere-se ao demonstrativo contábil dessa execução e deve atender, de acordo com o Art.55 da NOB-SUAS, que trata das responsabilidades da União;

Considerando que a aprovação do Relatório de Execução Orçamentária e Financeira depende também de análise sobre a manutenção qualificada e suficiente das ações de gestão, projetos e serviços do SUAS, resolve:

Art. 1º - Aprovar o Relatório de Execução Orçamentária e Financeira do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), exercício de 2022 - 3° trimestre, apresentado pela Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Assistência Social (DEFNAS) do Ministério da Cidadania (MC), planilha anexa, com as seguintes RECOMENDAÇÕES:

I - Garantir o desbloqueio dos recursos para os serviços de proteção social básica e especial realizados em setembro para atender o limite do teto de gastos.

II - Garantir a recomposição do orçamento conforme os valores deliberados na Resolução CNAS nº 38, de 20 de julho de 2021 da Proposta Orçamentária 2022.

III- Garantir a regularidade no repasse dos recursos discricionários do Fundo Nacional para os Fundos Municipais, Estaduais e do Distrito Federal - DF;

IV - Garantir com cofinanciamento federal, para cumprimento das metas dos Blocos de Financiamento pactuados no âmbito do SUAS destinados aos serviços, programas e projetos, bem como da Gestão do SUAS.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor uma semana após a data de sua publicação.

MARGARETH ALVES DALLARUVERA
Presidente do Conselho

ANEXO

Ministério da Cidadania
Secretaria Executiva
Secretaria de Gestão de Fundos e Transferências
Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Assistência Social
Coordenação Geral de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
REFERENTE AO PERÍODO DE JANEIRO A SETEMBRO DE 2022

Atualizado: Siafi - 01/10/2022
55.901 - FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CÓD	ATIVIDADE/PROGRAMA	COMPONENTES	DOTAÇÃO INICIAL			DOTAÇÃO EMPENHADA	%	DOTAÇÃO PAGA	%
			DOTAÇÃO INICIAL	CRÉDITO ADICIONAL	DOTAÇÃO ATUAL				
			(A)	(B)	(C)	(D)	E = (D/C)	(F)	G = (F/D)
5031	PROTEÇÃO SOCIAL NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		2.625.810.617	596.892.436	3.222.703.053	2.699.906.514	84%	1.953.011.526	72%
219E	Ações de Proteção Social Básica	PBF / PBV	638.552.040	-36.913.122	601.638.918	597.787.748	99%	425.684.291	71%
219F	Ações de Proteção Social Especial	PFMC / PTMC / PAC /PVAC	327.000.000	-20.012.019	306.987.981	305.706.673	100%	210.929.651	69%
219G	Estruturação da Rede de Serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)*		1.552.019.597	653.817.577	2.205.837.174	1.733.323.464	79%	1.261.347.779	73%
2583	Serviço de Processamento de Dados do BPC e da RMV		49.000.000		49.000.000	7.497.971	15%	7.497.971	100%
2589	Avaliação e Operacionalização do BPC		9.238.980		9.238.980	6.560.502	71%	2.524.672	38%
8893	Apoio à Organização, à Gestão e à Vigilância Social no Território, no âmbito do SUAS	IGDSUAS	50.000.000		50.000.000	49.030.156	98%	45.027.162	
TOTAL I (DISCRICIONÁRIAS)			2.625.810.617	596.892.436	3.222.703.053	2.699.906.514	84%	1.953.011.526	72%
5028	INCLUSÃO SOCIAL POR MEIO DO AUXÍLIO BRASIL E DA ARTICULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS		624.528.000		624.528.000	624.528.000	100%	302.807.030	48%
21DR	Serv. De Apoio à Gestão Descentralizada ao Prog. Auxílio Brasil	IGD PAB	624.528.000		624.528.000	624.528.000	100%	302.807.030	48%
5024	ATENÇÃO INTEGRAL À PRIMEIRA INFÂNCIA		451.716.644		375.057.405	375.057.405	100%	216.232.228	58%
217M	Desenvolvimento Integral na Primeira Infância - Criança Feliz		451.716.644	-76.659.239	375.057.405	375.057.405	100%	216.232.228	58%
TOTAL I I (DISCRICIONÁRIAS)			1.076.244.644	249.781.214	999.585.405	828.797.928	83%	519.039.258	63%
0901	OPERAÇÕES ESPECIAIS: CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS		1.635.036.521	249.781.214	1.870.330.713	1.573.623.143	84%	1.573.623.143	100%

0005	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias, e Fundações Públicas		259.501.024	7.243.511	252.257.513	252.257.509	100%	252.257.509	
0625	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor devida pela União, Autarquias, e Fundações Públicas		1.375.535.497	242.537.703	1.618.073.200	1.321.365.635	82%	1.321.365.635	100%
5031	PROTEÇÃO SOCIAL NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		74.726.184.159		74.726.184.159	74.588.415.132	100%	54.851.877.392	74%
00H5	BPC/RMV à pessoa idosa		33.341.953.162		33.341.953.162	33.340.431.256	100%	24.376.644.116	73%
00IN	BPC/RMV à pessoa com deficiência e invalidez		41.191.445.276		41.191.445.276	41.188.835.843	100%	30.474.859.986	74%
00TZ	Auxílio Inclusão as pessoas com deficiência		192.785.721		192.785.721	59.148.033	31%	373.290	1%
TOTAL III (BPC/RMV/SENTENÇAS)			76.361.220.680		76.596.514.872	76.162.038.276	99%	56.425.500.535	74%
TOTAL GERAL			80.063.275.941	846.673.650	80.818.803.330	79.690.742.717	99%	58.897.551.319	74%

FONTE: SIAFI

SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

SECRETARIA NACIONAL DE INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA

PORTARIA Nº 272, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

Altera o Anexo da Portaria nº 199, de 28 de junho de 2022, publicada em 29 de junho de 2022, que propõe aos municípios metas e limites financeiros para a implementação do Programa, na modalidade Compra com Doação Simultânea - Termo de Adesão e repactua com os demais Municípios indicados no Anexo da Portaria nº 199/2022, metas e limites financeiros, cuja origem da despesa é proveniente de Crédito Extraordinário destinado ao Ministério da Cidadania, por meio da Medida Provisória nº 1.130, de 22 de julho de 2022.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA DO MINISTÉRIO DA CIDADANIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 7º, inciso I e II, da Portaria SEISP/SEDS/MC nº 201, de 30 de junho de 2022, e Art. 5º, inciso III §1° inciso II, da Portaria MC nº 305, de 10 de março de 2020, alterada pela Portaria nº 497/2020, de 25 de setembro de 2020, e conforme Decreto nº 11.023, de 31 de março de 2022, resolve

Art. 1º Alterar o Anexo da Portaria nº 199, de 28 de junho de 2022, publicada no Diário Oficial da União em 29 de junho de 2022, que passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO I

Estado	Município	Código do IBGE	Limite financeiro de pagamentos a fornecedores pelo Governo Federal
BA	ANDARAÍ	2901304	R$ 87.167,99
BA	MURITIBA	2922300	R$ 80.813,69
BA	SERRA PRETA	2930402	R$ 66.562,85
CE	ACOPIARA	2300309	R$ 200.000,00
CE	LAVRAS DA MANGABEIRA	2307502	R$ 200.000,00
CE	ORÓS	2309508	R$ 23.266,80
MA	IMPERATRIZ	2105302	R$ 39.518,88
MA	SÃO LUÍS	2111300	R$ 2.600.000,00
PB	BREJO DOS SANTOS	2502904	R$ 29.538,90
SP	GUARULHOS	3518800	R$ 100.000,00
SP	ITANHAÉM	3522109	R$ 100.000,00
SP	RIO CLARO	3543907	R$ 23.141,34
	12		**R$ 3.550.010,44**

Art. 2º Propor aos municípios, relacionados no Anexo II, metas e limites financeiros para a implementação do Programa, na modalidade Compra com Doação Simultânea, no prazo de 12 (doze) meses a partir de sua pactuação.

Parágrafo único. O prazo dos planos operacionais, por iniciativa da unidade gestora, poderá ser prorrogado por igual período em função do desempenho da Unidade Executora.

Art. 3º Para a efetivação da modalidade de execução Compra com Doação Simultânea, o Ministério da Cidadania - MC realizará pagamentos a beneficiários fornecedores, observados os limites por Unidade Familiar e demais normas do programa, por Unidade da Federação, dentro dos limites financeiros indicados no Anexo II.

Parágrafo único. Os recursos destinados ao pagamento de que trata o caput serão alocados no orçamento do MC, UO 55.101, consignados no Programa de Trabalho nº 08.306.5033.2798.6500 - Aquisição e Distribuição de Alimentos da Agricultura Familiar para Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional - Nacional (Crédito Extraordinário).

Art. 4º As metas de execução são definidas com base no limite financeiro calculado por município, dividido pelo limite anual por unidade familiar chegando-se assim à proposta de metas de número mínimo de beneficiários fornecedores.

Art.º 5 O número mínimo de beneficiários fornecedores indicados no Anexo II deste instrumento, permaneceu inalterado frente ao número mínimo de beneficiários fornecedores indicados no Anexo da Portaria nº 199/2022.

Art. 6º O município elencado no Anexo II deve confirmar o interesse em executar a modalidade em até 30 (trinta) dias após a publicação desta Portaria, por meio da aceitação das metas apresentadas e do preenchimento de informações complementares para a elaboração e aprovação do plano operacional no Sistema de Gestão do Programa - SISALIMENTA.

Art. 7º O início da operação de aquisição de alimentos está condicionado à aprovação pela Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva da proposta de participação registrada pelo ente no SISALIMENTA, conforme previsto no plano operacional, e à emissão dos cartões bancários de cada beneficiário fornecedor.

Art. 8º O desempenho na execução física e financeira poderá implicar a revisão, por iniciativa do MC, dos limites previstos, com a sua ampliação ou redução, conforme o caso.

Art. 9º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DELCIMAR DE OLIVEIRA SILVA

ANEXO II

Estado	Município	Código do IBGE	METAS DE EXECUÇÃO	Limite financeiro de pagamentos a fornecedores pelo Governo Federal
			Número Minímo de Beneficiários Fornecedores	
AC	CRUZEIRO DO SUL	1200203	67	R$ 800.000,00
AL	ARAPIRACA	2700300	250	R$ 3.000.000,00
AL	CORURIPE	2702306	67	R$ 800.000,00
AM	EIRUNEPE	1301407	17	R$ 200.000,00
AM	MANACAPURU	1302504	17	R$ 200.000,00
AM	MAUES	1302900	42	R$ 500.000,00
AM	NHAMUNDÁ	1303007	17	R$ 200.000,00
AM	PARINTINS	1303403	84	R$ 1.000.000,00
AM	SANTO ANTONIO DO ICA	1303700	17	R$ 200.000,00
AM	URUCARA	1304302	17	R$ 200.000,00
AP	MACAPA	1600303	117	R$ 1.400.000,00
AP	SANTANA	1600600	67	R$ 800.000,00
BA	ANDARAI	2901304	17	R$ 112.832,01
BA	ANGUERA	2901502	17	R$ 200.000,00
BA	BOA VISTA DO TUPIM	2903805	17	R$ 200.000,00
BA	CIPO	2907905	17	R$ 200.000,00
BA	CRUZ DAS ALMAS	2909802	17	R$ 200.000,00
BA	CURACA	2909901	17	R$ 200.000,00
BA	LAJE	2918803	17	R$ 200.000,00
BA	MARACAS	2920502	17	R$ 200.000,00
BA	MUCUGE	2921906	17	R$ 200.000,00
BA	MURITIBA	2922300	17	R$ 119.186,31
BA	NOVA CANAA	2922706	17	R$ 200.000,00
BA	OLINDINA	2923100	17	R$ 200.000,00
BA	PARIPIRANGA	2923803	17	R$ 200.000,00
BA	SERRA PRETA	2930402	17	R$ 133.437,15

CE	AIUABA	2300408	17	R$ 200.000,00
CE	BARREIRA	2301950	17	R$ 200.000,00
CE	MARACANAU	2307650	84	R$ 1.000.000,00
CE	NOVO ORIENTE	2309409	42	R$ 500.000,00
CE	OROS	2309508	17	R$ 176.733,20
ES	BARRA DE SÃO FRANCISCO	3200904	17	R$ 200.000,00
ES	BOA ESPERANCA	3201001	17	R$ 200.000,00
ES	CARIACICA	3201308	17	R$ 200.000,00
ES	ECOPORANGA	3202108	17	R$ 200.000,00
ES	IBITIRAMA	3202553	9	R$ 100.000,00
ES	ITARANA	3202900	9	R$ 100.000,00
ES	MIMOSO DO SUL	3203403	9	R$ 100.000,00
ES	MUQUI	3203809	9	R$ 100.000,00
ES	PONTO BELO	3204252	17	R$ 200.000,00
ES	SANTA MARIA DE JETIBA	3204559	9	R$ 100.000,00
GO	ACREUNA	5200134	9	R$ 100.000,00
GO	APARECIDA DE GOIANIA	5201405	42	R$ 500.000,00
GO	FORMOSA	5208004	25	R$ 300.000,00
GO	JUSSARA	5212204	9	R$ 100.000,00
MA	IMPERATRIZ	2105302	83	R$ 946.960,83
MG	ALMENARA	3101706	13	R$ 150.000,00
MG	ALPINOPOLIS	3101904	9	R$ 100.000,00
MG	ANDRADAS	3102605	17	R$ 200.000,00
MG	ARICANDUVA	3104452	13	R$ 150.000,00
MG	BOCAIUVA	3107307	12	R$ 142.857,14
MG	CABO VERDE	3109501	9	R$ 100.000,00
MG	CALDAS	3110301	12	R$ 142.857,14
MG	CONGONHAS DO NORTE	3118106	9	R$ 100.000,00
MG	DORES DO TURVO	3123304	9	R$ 100.000,00
MG	ENGENHEIRO CALDAS	3123700	12	R$ 142.857,14
MG	FREI INOCENCIO	3126901	9	R$ 100.000,00
MG	IGUATAMA	3130309	9	R$ 100.000,00
MG	JAPONVAR	3135357	9	R$ 100.000,00
MG	JEQUITIBA	3135704	12	R$ 142.857,14
MG	MIRADOURO	3142106	12	R$ 142.857,14
MG	NOVO CRUZEIRO	3145307	13	R$ 150.000,00
MG	OURO VERDE DE MINAS	3146206	9	R$ 100.000,00
MG	PAI PEDRO	3146552	9	R$ 100.000,00
MG	PARAGUACU	3147204	9	R$ 100.000,00
MG	PEDRA AZUL	3148707	12	R$ 142.857,14
MG	PIEDADE DE CARATINGA	3150158	9	R$ 100.000,00
MG	RIBEIRAO DAS NEVES	3154606	21	R$ 250.000,00
MG	UBERLANDIA	3170206	12	R$ 142.857,14
MS	CAMPO GRANDE	5002704	109	R$ 1.300.000,00
MS	CORUMBA	5003207	59	R$ 700.000,00
PA	BENEVIDES	1501501	35	R$ 410.364,07
PA	MAE DO RIO	1504059	17	R$ 200.000,00
PA	OURILANDIA DO NORTE	1505437	33	R$ 389.635,93
PB	BREJO DOS SANTOS	2502904	21	R$ 220.461,10
PB	CAJAZEIRAS	2503704	67	R$ 796.627,97
PB	LIVRAMENTO	2508505	23	R$ 275.000,00
PB	PATOS	2510808	109	R$ 1.300.000,00
PB	POMBAL	2512101	42	R$ 500.000,00
PB	SANTA TEREZINHA DA PARAIBA	2513802	17	R$ 200.000,00
PB	SAO BENTO	2513901	36	R$ 429.000,00
PB	SUME	2516300	21	R$ 250.000,00
PE	SERRA TALHADA	2613909	84	R$ 1.000.000,00
PR	BORRAZOPOLIS	4103305	9	R$ 100.000,00
PR	CAMBE	4103701	21	R$ 250.000,00
PR	IBIPORA	4109807	13	R$ 150.000,00
PR	ITAMBARACA	4111001	9	R$ 100.000,00
PR	KALORE	4113106	9	R$ 100.000,00
PR	LEOPOLIS	4113403	9	R$ 100.000,00
PR	RANCHO ALEGRE	4121307	9	R$ 100.000,00
PR	SERTANEJA	4126405	9	R$ 100.000,00
RJ	CAMPOS DOS GOYTACAZES	3301009	109	R$ 1.298.372,00
RJ	MESQUITA	3302858	84	R$ 1.000.000,00
RS	PINHEIRO MACHADO	4314506	17	R$ 200.000,00
SC	ARARANGUÁ	4201406	12	R$ 143.000,00
SC	CACADOR	4203006	12	R$ 143.000,00
SC	CATANDUVAS	4204004	12	R$ 143.000,00
SC	LEBON REGIS	4209706	12	R$ 143.000,00
SC	PALMITOS	4212106	12	R$ 143.000,00
SC	SOMBRIO	4217709	12	R$ 143.000,00
SC	TIMBO GRANDE	4218251	12	R$ 143.000,00
SE	MALHADA DOS BOIS	2803807	13	R$ 150.000,00
SE	MALHADOR	2803906	17	R$ 200.000,00
SE	MURIBECA	2804300	13	R$ 150.000,00
SE	NOSSA SENHORA APARECIDA	2804458	17	R$ 200.000,00
SE	PINHAO	2805208	9	R$ 100.000,00
SE	RIBEIROPOLIS	2806008	17	R$ 200.000,00
SP	ARACATUBA	3502804	9	R$ 100.000,00
SP	ARARAQUARA	3503208	9	R$ 100.000,00
SP	BIRIGUI	3506508	9	R$ 100.000,00
SP	DIADEMA	3513801	9	R$ 100.000,00
SP	EMBU DAS ARTES	3515004	9	R$ 100.000,00
SP	EST. TURIST. PARAGUACU PAULISTA	3535507	9	R$ 100.000,00
SP	FERRAZ DE VASCONCELOS	3515707	9	R$ 100.000,00
SP	FLORA RICA	3515806	9	R$ 100.000,00
SP	HORTOLANDIA	3519071	9	R$ 100.000,00
SP	ITAQUAQUECETUBA	3523107	17	R$ 200.000,00
SP	JUNDIAI	3525904	17	R$ 200.000,00
SP	LINS	3527108	9	R$ 100.000,00
SP	MARACAI	3528809	9	R$ 100.000,00
SP	MAUA	3529401	9	R$ 100.000,00
SP	RIO CLARO	3543907	9	R$ 76.858,67
SP	SANTA ROSA DE VITERBO	3547601	9	R$ 100.000,00
SP	SANTO ANDRE	3547809	9	R$ 100.000,00
SP	SAO JOSE DO RIO PRETO	3549805	17	R$ 200.000,00
SP	SAO PAULO	3550308	9	R$ 100.000,00
SP	SARAPUI	3551108	9	R$ 100.000,00
SP	SEVERINIA	3551900	9	R$ 100.000,00
SP	SUZANO	3552502	9	R$ 100.000,00
SP	VOTORANTIM	3557006	9	R$ 100.000,00
SP	VOTUPORANGA	3557105	17	R$ 200.000,00
	131		**3141**	**R$ 36.636.469,23**

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 8.271/2022

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 256ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 10/11/2022, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo SEI Nº: 01245.011189/2022-70
Requerente: Lallemand Soluções Biológicas ltda.
CQB: 369/14
Endereço: Estrada Prof. Messias José Baptísta, 2007 Cx. Postal 370 Piracicaba - SP, CEP: 13400-970
CQB: 369/14
Assunto: Solicitação de parecer para liberação comercial do microrganismo Saccharomyces cerevisiae M12156.
Extrato Prévio: 8470/2022, publicado no Diário Oficial da União em 08/09/2022
Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após apreciação da solicitação de Liberação Comercial do microrganismo Saccharomyces cerevisiae M12156 a ser utilizado na produção de etanol a partir de milho, com processo de fermentação já estabelecido pelo setor industrial, concluiu pelo deferimento nos termos deste Parecer Técnico.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. Assim, atendidas as condições descritas no processo e neste parecer técnico, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou saúde humana.

A CTNBio informa que, de acordo com o parágrafo 5º do artigo 38 do Regimento interno da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança e instruído pela NOTA TÉCNICA Nº 60/2022/SEI-CTNBio - Membros da Secretaria Executiva da CTNBio, a Presidente da CTNBio aprovou solicitação de sigilo para as informações contidas no "Apêndice Confidencial" do referido processo.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema FALABR, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 8.274/2022

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 256ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 09/11/2022, a Comissão apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo SEI nº: 01245.010537/2022-91
Requerente: Instituto de Biologia da Universidade Federal Fluminense
CNPJ: 28.523.215/0001-06
Endereço: Rua Prof. Marcos Waldemar de Freitas Reis, s/n, Bloco M, Niterói, RJ, 24210-201, BR
Assunto: Solicitação de parecer para emissão de Certificado de Qualidade em Biossegurança para atividades com Organismo Geneticamente Modificado da classe de risco 1 e 2.
Extrato Prévio: 8362/2022, publicado no Diário Oficial da União em 05/07/2022
Decisão: DEFERIDO
Nº de CQB concedido: 594/22

O Responsável Legal do Instituto de Biologia da Universidade Federal Fluminense, Dr. Saulo Cabral Bourguignon, solicita parecer para emissão de Certificado de Qualidade em Biossegurança para execução da atividade de Pesquisa em regime de contenção, transporte e ensino com organismos geneticamente modificados da classe de risco 1 e 2. A CTNBio, após apreciação da solicitação de parecer técnico para a concessão de CQB para áreas com Nível de Biossegurança NB-1 e NB-2, concluiu pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema FALABR, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 8.276/2022

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 256ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 10/11/2022, a Comissão apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo SEI nº: 01245.016148/2022-70
Requerente: Kimera Biotecnologia Ltda.
CNPJ: 20.064.544/0001-24
Endereço: Supera Parque Tecnológico de Ribeirão Preto, Sala 301 (Prédio 1). Avenida Dra. Nadir Aguiar, 1805, Ribeirão Preto (SP), CEP 14056-680
Assunto: Solicitação de parecer para emissão de Certificado de Qualidade em Biossegurança para atividades com Organismo Geneticamente Modificado da classe de risco 1.
Extrato Prévio: 8521/2022 publicado no DOU em 27 de setembro de 2022.
Decisão: DEFERIDO
Nº de CQB concedido: 596/22

A Responsável Legal da Kimera Biotecnologia Ltda., Sra. Mayb Iara Fiats Andrade, solicita parecer para emissão de Certificado de Qualidade em Biossegurança para execução das atividades de Pesquisa em regime de contenção, uso comercial, transporte, avaliação de produto, detecção e identificação de OGM, descarte, armazenamento e produção industrial com organismos geneticamente modificados da classe de risco 1 (NB-1 e NBGE-1) e seus derivados. A CTNBio, após apreciação da solicitação de parecer técnico para a concessão de CQB para áreas com Nível de Biossegurança NB-1, concluiu pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema FALABR, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 8.277/2022

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 256ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 10/11/2022, a Comissão apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo SEI nº: 01245.014297/2022-02
Requerente: Embrapa Suíno e Aves
CQB: 041/98
Endereço: Rodovia BR-153, Km 110, Distrito de Tamanduá Caixa Postal: 321 CEP: 89715-899 - Concórdia - SC
Assunto: Solicitação de parecer extensão de Certificado de Qualidade de Biossegurança da instituição para inclusão de atividades de áreas com nível de biossegurança NB1.
Extrato Prévio: 8500/2022, publicado no Diário Oficial da União em 15/09/2022
Decisão: DEFERIDO

A Presidente da Comissão Interna de Biossegurança da Embrapa Suíno e Aves, Dra. Rejane Schaefer, solicita parecer para extensão de Certificado de Qualidade de Biossegurança da instituição para inclusão das áreas de sala localizada nas dependências da granja experimental para execução das atividades de pesquisa em regime de contenção com organismos geneticamente modificados (OGM), com Nível de Biossegurança 1. A CTNBio, após apreciação da solicitação de parecer para Extensão de Certificado de Qualidade em Biossegurança da instituição, concluiu pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema FALABR, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 8.278/2022

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 256ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 10/11/2022, a Comissão apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo SEI nº: 01245.014217/2022-19
Requerente: Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo
CQB: 252/08
Endereço: Rua Doutor Cesário Mota Jr. 61, Vila Buarque, São Paulo, SP. CEP: 01221-020.
Assunto: Solicitação de parecer extensão de Certificado de Qualidade de Biossegurança da instituição para inclusão de atividades de áreas com nível de biossegurança NB2.
Extrato Prévio: 8481/2022, publicado no Diário Oficial da União em 12 de setembro de 2022
Decisão: DEFERIDO

A Presidente da Comissão Interna de Biossegurança da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, Dra. Roberta Sessa Stilhano Yamaguchi, solicita parecer para extensão de Certificado de Qualidade de Biossegurança da instituição para inclusão das áreas do Centro de Pesquisa Experimental para execução das atividades de pesquisa em regime de contenção com organismos geneticamente modificados (OGM), com Nível de Biossegurança 2. A CTNBio, após apreciação da solicitação de parecer para Extensão de Certificado de Qualidade em Biossegurança da instituição, concluiu pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema FALABR, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 8.298/2022

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 256ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 10/11/2022, a Comissão apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo SEI nº: 01250.029575/2018-62
Requerente: Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos-Bio-Manguinhos/Fiocruz
CQB: 110/99
Assunto: Solicitação de parecer para alteração do projeto de pesquisa com Organismo Geneticamente Modificado - OGM da classe de risco 2
Extrato Prévio: 8513/2022, publicado no Diário Oficial da União em 22/09/2022
Decisão: DEFERIDO

A Presidente da Comissão Interna do Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos-Bio-Manguinhos/Fiocruz, Dra. Andressa Guimarães de Souza Pinto, solicita parecer técnico da CTNBio para alteração do projeto de pesquisa com Organismo Geneticamente Modificado, denominado "Expressão heteróloga de proteínas de interesse terapêutico utilizando diferentes sistemas", a ser desenvolvido nas instalações da instituição, sob a responsabilidade da Dra. Gabriela Santos Esteves, previamente aprovado pela CTNBio por meio do Parecer Técnico 5052/2016. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema FALABR, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 8.299/2022

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 256ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 10/11/2022, a Comissão apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo SEI nº: 01245.014516/2022-45

Requerente: Instituto Nacional de Câncer - INCA

Endereço: Praça da Cruz Vermelha número 23 - Rio de Janeiro. CEP 20230-130.

CQB: 139/01

Assunto: Solicitação de parecer para execução de atividade de pesquisa com Organismo Geneticamente Modificado - OGM da classe de risco 2 em áreas com nível de biossegurança NB-2.

Extrato Prévio: 8498/2022, publicado no Diário Oficial da União em 15/09/2022

Decisão: DEFERIDO

O Presidente da Comissão Interna do Instituto Nacional do Câncer - INCA, Dr. Martín Hernán Bonamino, solicitou parecer técnico da CTNBio referente ao Projeto: "A regulação da superexpressão de crlf2 na leucemia linfoblástica aguda de células-t". No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema FALABR, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 8.300/2022

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 256ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 10/11/2022, a Comissão apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo SEI nº: 01245.014906/2022-15

Requerente: Faculdade de Ciências Farmacêuticas - Universidade de São Paulo

Endereço: Avenida Lineu Prestes, 580 - bloco 17, Cidade Universitária - CEP 05508-0000. São Paulo - SP.

CQB: 092/98

Assunto: Solicitação de parecer para execução de atividade de pesquisa com Organismo Geneticamente Modificado - OGM da classe de risco 2 em áreas com nível de biossegurança NB-2.

Extrato Prévio: 8492/2022, publicado no Diário Oficial da União em 14/09/2022

Decisão: DEFERIDO

O Presidente da Comissão Interna da Faculdade de Ciências Farmacêuticas - Universidade de São Paulo, Prof. Dr. João Carlos Monteiro de Carvalho, solicita parecer técnico da CTNBio para execução de projeto de pesquisa com Organismo Geneticamente Modificado, denominado "Decodificar aspectos da biologia celular e molecular do Plasmodium como uma ferramenta para desenvolver novos antimaláricos", a ser desenvolvido nas instalações do Laboratório de genômica funcional e descoberta de antimaláricos da instituição, sob a responsabilidade da Dra. Célia Regina da Silva Garcia. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema FALABR, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 8.301/2022

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 256ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 10/11/2022, a Comissão apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo SEI nº: 01245.015037/2022-46

Requerente: Bionovis - Companhia Brasileira de Biotecnologia Farmacêutica

Endereço: Alameda Itajubá, 388 - Joapiranga - Valinhos SP

CQB: 455/18

Assunto: Solicitação de parecer para execução de atividade de pesquisa com Organismo Geneticamente Modificado - OGM da classe de risco 2 em áreas com nível de biossegurança NB-2.

Extrato Prévio: 8501/2022, publicado no Diário Oficial da União em 15/09/2022

Decisão: DEFERIDO

A Presidente da Comissão Interna da Bionovis - Companhia Brasileira de Biotecnologia Farmacêutica, Dra. Vanda Dolabela de Magalhães, solicita parecer técnico da CTNBio para execução de projeto de pesquisa com Organismo Geneticamente Modificado, denominado "Etanercepte no âmbito de Parcerias de Desenvolvimento Produtivo (PDP)", a ser desenvolvido nas instalações da instituição, sob a responsabilidade da Dra. Amanda Madureira de Oliveira. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema FALABR, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 8.302/2022

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 256ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 10/11/2022, a Comissão apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo SEI nº: 01245.016178/2022-86

Requerente: Instituto Butantan - Setor de Desenvolvimento Científico

CQB: 488/19

Assunto: Solicitação de parecer para importação e transporte de Organismo Geneticamente Modificado - Nível de Biossegurança 2

Extrato Prévio: Nº 8515/2022, publicado no DOU em 22 de setembro de 2022

Decisão: DEFERIDO

A Presidente da Comissão Interna do Instituto Butantan - Setor de Desenvolvimento Científico, Dra. Aryene Góes Trezena, solicita parecer técnico da CTNBio para importação e transporte de Organismo Geneticamente Modificado da classe de risco 2, cepas de Streptococcus pneumoniae, para uso em atividades de áreas com nível de biossegurança 2. O material será importado do Departamento de Microbiologia da Universidade do Alabama em Birmingham, Estados Unidos. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema FALABR, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 8.303/2022

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 256ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 10/11/2022, a Comissão apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo SEI nº: 01245.016176/2022-97

Requerente: Desenvolvimento Bioindustrial/Qualidade - Instituto Butantan

Endereço: Avenida Vital Brasil, 1500 - Butantã, São Paulo/SP

CQB: 039/98

Assunto: Solicitação de parecer para importação e transporte de Organismo Geneticamente Modificado da classe de risco 2.

Extrato Prévio: 8517/2022, publicado no Diário Oficial da União em 22 de setembro de 2022.

Decisão: DEFERIDO

A Presidente da Comissão Interna de Biossegurança do Instituto Butantan, Dra. Elisabeth Christina Nunes Tenório, solicita parecer técnico da CTNBio para importação e transporte de Organismo Geneticamente Modificado da classe de risco 2, cepas de do vírus influenza H5N1 e H7N9, para uso em atividades de áreas com nível de biossegurança 3. A origem do material é o Centers for Disease Control and Prevention (CDC), Atlanta, Estados Unidos. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema FALABR, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 8.304/2022

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 256ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 10/11/2022, a Comissão apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo SEI nº: 01245.016177/2022-31

Requerente: Desenvolvimento Bioindustrial/Qualidade - Instituto Butantan

Endereço: Avenida Vital Brasil, 1500 - Butantã, São Paulo/SP

CQB: 039/98

Assunto: Solicitação de parecer para importação e transporte de Organismo Geneticamente Modificado. da classe de risco 2.

Extrato Prévio: 8517/2022, publicado no Diário Oficial da União em 22 de setembro de 2022.

Decisão: DEFERIDO

A Presidente da Comissão Interna de Biossegurança do Instituto Butantan, Dra. Elisabeth Christina Nunes Tenório, solicita parecer técnico da CTNBio para importação e transporte de Organismo Geneticamente Modificado, cepas de do vírus influenza H5N1 e H7N9, para uso em atividades de áreas com nível de biossegurança 3. A origem do material é o National Institute for Biological Standards and Control (NIBSC), Reino Unido. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema FALABR, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 8.305/2022

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 256a. Reunião Ordinária ocorrida em 10/11/2022, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo: 01245.012636/2022-16

Requerente: Centro de Tecnologia Canavieira - CTC

CQB: 06/96

Assunto: Revisão, extensão e descredenciamento de instalações em Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB.

A CTNBio, após análise de pedido de Revisão de CQB (Fazenda Santo Antônio s/n°, Piracicaba - SP - CEP: 13400-970) para as instalações: Laboratório de Resources Falitiy; Laboratório de ciências Regulatórias (2 instalações); Laboratório de Fitopatologia; Laboratório de Biologia Celular; Laboratório de Sementes; Laboratório de Biotic Stress; Pátio de Rustificação. E do descredenciamento (Fazenda Japungu, s/n - Zona Rural, Santa Rita - PB - CEP:. 58300-970): Laboratório Móvel - Unidade Operativa de Santa Rita/PB, concluiu pelo deferimento do pleito.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. Assim, atendidas as condições descritas no processo e neste parecer técnico, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou saúde humana.

Informações complementares poderão ser solicitadas por meio da Plataforma FALA. BR, pelo sítio eletrônico https://falabr.cgu.gov.br/.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 8.306/2022

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 256a. Reunião Ordinária ocorrida em 10/11/2022, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo: 01245.014896/2022-18

Requerente: Monsanto do Brasil Ltda.

CQB: 03/ 96

Assunto: Requerimento de Revisão de Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB

Ementa: A requerente, através dos requisitos estabelecidos na resolução Normativa 01 da CTNBio, solicita atualização de plantas baixas e georeferenciamento da Unidade de pesquisa de Sana Cruz das Palmeiras, compreendendo:

Casa de vegetação 02 - Atualização da planta baixa: Alteração do tipo de piso das antecâmaras de solo aparente para concreto

Casa de vegetação 03 - Atualização da planta baixa:Alteração do tipo de piso das antecâmaras de solo aparente para concreto

Casa de vegetação 7 - Atualização da planta baixa:Alteração de estrutura: instalação de uma divisória de acionamento automático no ambiente interno 7C.

Casa de vegetação 8 - Atualização da planta baixa: Alteração de estrutura: instalação de uma divisória de acionamento automático.

Casa de vegetação 9 e 10 -Atualização da planta baixa: Alteração de estrutura: instalação de uma divisória de acionamento automático no ambiente interno da casa de vegetação 10

Prédio de pesquisa - Atualização da planta baixa. Alteração das estruturas internas: redimensionamento, sem alteração da área total, da Sala 37, que foi dividida em Sala 37, Câmara de Crescimento 1 e Câmara de Crescimento 2

Área experimental : Redução da área experimental de 13,35 ha para 12,87 ha

Armazém 2 (exclusão da instalação)

Casa de vegetação 01- Atualização da planta baixa: Alteração do tipo de piso da antecâmara de solo aparente para concreto

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. Assim, atendidas as condições descritas no processo e neste parecer técnico, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou saúde humana.

Informações complementares poderão ser solicitadas por meio da Plataforma FALA. BR, pelo sítio eletrônico https://falabr.cgu.gov.br/.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 8.307/2022

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 256a. Reunião Ordinária ocorrida em 10/11/2022, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo: 01245.014754/2022-51

Requerente: Syngenta Seeds Ltda.

CQB: 01/ 96

Assunto: Solicitação de Extensão do Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB

Decisão: Deferido

A CTNBio, após análise de pedido de Extensão do Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB para o Centro de Introgressão de Traits da Syngenta Seeds Ltda., em Aracati-CE, concluiu pelo DEFERIMENTO. O Centro é composto por: 1 (um) Laboratório de Resgate de Embriões;1 (um) Laboratório de Processamento de Sementes;1 (uma) Área de descarte de materiais regulados; 1 (uma) Headhouse para armazenamento de substrato; O complexo de Casas de vegetação (HTGH) é composto por 15 (quinze) compartimentos, sendo: 12 casas de vegetação para vasos, 2 para plântulas em bandejas, e 1 antecâmara / corredor, para as atividades de pesquisa em regime de contenção, transporte, detecção e identificação de OGM, descarte, armazenamento, com plantas, vírus, microrganismos e fungos.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. Assim, atendidas as condições descritas no processo e neste parecer técnico, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou saúde humana.

Informações complementares poderão ser solicitadas por meio da Plataforma FALA. BR, pelo sítio eletrônico https://falabr.cgu.gov.br/.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 8.308/2022

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 256a. Reunião Ordinária ocorrida em 10/11/2022, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo: 01245.015979/2022-24

Requerente: Sousa Cruz Ltda.

CQB: 437/17

Assunto: Liberação Planejada no Meio Ambiente e importação de sementes (RN06)

Decisão: Deferido

A CTNBio, após análise de pedido para realizar ensaios com tabaco geneticamente modificado com reduzidos níveis de nicotina, concluiu pelo DEFERIMENTO. Fica autorizada a importação de 59 gramas de sementes do Reino Unido com Quarentena prevista para Estação Quarentenária da SGS em Piracicaba/SP.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. Assim, atendidas as condições descritas no processo e neste parecer técnico, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou saúde humana.

Informações complementares poderão ser solicitadas por meio da Plataforma FALA. BR, pelo sítio eletrônico https://falabr.cgu.gov.br/.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 8.309/2022

A Presidência da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 256ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 10 de novembro de 2022, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo: 01245.015993/2022-28

Requerente: Corteva Agriscience do Brasil Ltda.

CQB: 0013/97

Assunto: Exclusão de área de campo.

A CTNBio, após análise do pedido de revisão de CQB para exclusão da Área de Campo de 67,52 ha da Unidade Operativa de Sorriso localizada em Sorriso/MT., deliberou pelo DEFERIMENTO conforme esse parecer técnico.

No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a CTNBio concluiu que o presente pedido atende às normas e legislação pertinentes que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

Este é um extrato do Parecer Técnico da CTNBio. Sua íntegra, assim como todos os documentos referentes à solicitação, constam do processo armazenado na CTNBio. Informações complementares poderão ser solicitadas por meio do Serviço de Informação ao Cidadão - SIC ou pelo sistema FALABR, pelo sítio eletrônico https://esic.cgu.gov.br/.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO
Presidente da Comissão

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 8.310/2022

A Presidência da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 256ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 10de novembro de 2022, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo: 01245.016797/2022-71

Requerente: Centro Avançado de Pesquisa e Desenvolvimento de Citricultura Sylvio Moreira - Instituto Agronômico (IAC)

CQB: 417/16

Assunto: Liberação planejada no meio ambiente (RN06).

A CTNBio, após análise do pedido de liberação planejada no meio ambiente de laranja doce geneticamene modificada, deliberou pelo DEFERIMENTO conforme esse parecer técnico. A requerente solicita autorização para liberação planejada no meio ambiente de de laranja doce geneticamente modificadas para estudos de resistência a doenças. Os experimentos serão realizados em Cordeirópolis/SP. A área total será de 4,41 e área com OGM será de 0,49 hectares.

No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a CTNBio concluiu que o presente pedido atende às normas e legislação pertinentes que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

Este é um extrato do Parecer Técnico da CTNBio. Sua íntegra, assim como todos os documentos referentes à solicitação, constam do processo armazenado na CTNBio. Informações complementares poderão ser solicitadas por meio do Serviço de Informação ao Cidadão - SIC ou pelo sistema FALABR, pelo sítio eletrônico https://esic.cgu.gov.br/.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO
Presidente da Comissão

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

PORTARIA CNPQ Nº 1.150, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

O Presidente do CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO - CNPq, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 11.229, de 7 de outubro de 2022, em conformidade com a Lei n° 9.784, de 29 de janeiro de 1999, o Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, e os autos do processo nº 01300.007693/2019-68, resolve:

Art. 1º Disciplinar sobre a interposição de Recurso Administrativo perante as áreas finalísticas do CNPq (unidades técnico-científicas) e redefinir a estrutura e o âmbito de competência da Comissão Permanente de Avaliação de Recursos - COPAR, que terá caráter permanente.

Art. 2º Para fins desta Portaria considera-se:

I - processo finalístico: o processo técnico que compõe as atividades-fim do CNPq ligadas às respectivas unidades técnico-científicas, ou seja, é aquele que está diretamente envolvido no atendimento às necessidades do seu público-alvo;

II - recurso administrativo: pedido de reexame da decisão do CNPq, acrescido de justificativa fundamentada para nova avaliação, quando o solicitante entender que houve falha de julgamento de mérito ou falha de procedimento operacional ou administrativo no processo de análise de sua proposta.

Art. 3º A Comissão Permanente de Avaliação de Recursos - COPAR constitui colegiado interno recursal em face de decisões administrativas das Diretorias técnico-científicas, áreas fim do CNPq.

Art. 4º Serão admitidos recursos quando o solicitante apontar que houve falha de julgamento ou no procedimento operacional/administrativo, apresentadas as razões para o pedido de reconsideração.

Art. 5º Fica estabelecido o prazo de 10 (dez) dias corridos para interposição de recurso, contados a partir da comunicação do ato administrativo.

Parágrafo único. Na contagem do prazo excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, sendo que o prazo só se inicia e vence em dias de expediente no CNPq.

Art. 6º O recurso deverá ser formulado pelo interessado, titular da proposta ou do instrumento de fomento, ou por representante legal a quem este outorgar poderes para tanto, por meio de procuração, e enviado em formulário eletrônico específico, disponível na plataforma eletrônica do CNPq, dirigido à autoridade que proferiu a decisão.

Parágrafo único. Para os casos em que não haja formulário eletrônico disponível o recurso deverá ser apresentado por correio eletrônico endereçado à Coordenação técnica responsável, a qual emitirá Aviso de Recebimento também por via eletrônica.

Art. 7º O recurso interposto será apreciado pela instância superior à autoridade que proferiu a decisão recorrida, conforme competências estabelecidas no Estatuto do CNPq, Regimento Interno do CNPq e Portarias que delegam competências.

§ 1º Observado o caput, para os recursos em face de decisões das Coordenações-Gerais, se não reconsiderados, caberá decisão pelo respectivo Diretor(a), resolvendo-se a questão, sem necessidade de submissão à COPAR.

§ 2º Recursos em face de decisões das Diretorias poderão por estas ser reconsiderados, e em caso de indeferimento, serão remetidos à COPAR para decisão, sem necessidade de homologação pela DEX.

§ 3º Somente em caso de interposição de novo recurso a decisão da COPAR é que ocorrerá a remessa à Diretoria Executiva - DEX.

§ 4º A deliberação final sobre o recurso interposto deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias a partir do seu recebimento, prorrogável por igual período, mediante justificativa nos autos, conforme os parágrafos 1º e 2º, do artigo 59, da Lei n° 9.784, de 29 de janeiro de 1999, salvo no caso das Chamadas Públicas em que será observado o prazo previsto no edital.

§ 5º Acolhido o recurso, a bolsa ou o auxílio terá vigência definida pela instância decisória.

Art. 8º A COPAR será composta pelos Diretores(as) das áreas finalísticas Diretoria Científica - DCTI e Diretoria de Cooperação Institucional, Internacional e Inovação - DCOI, e pela Chefia de Gabinete, ou por seus substitutos.

§ 1º O quórum da COPAR é de 3 (três) membros e a decisão referente ao recurso interposto será tomada por maioria simples dos votos.

§ 2º A COPAR será coordenada por um de seus membros escolhido mediante consenso pela própria Comissão, de forma rotativa e com mandato de 2 anos.

§ 3º Nos impedimentos e ausências do coordenador da COPAR, haverá a indicação de outro dirigente titular para conduzir os trabalhos e, somente na completa ausência de Diretores ou Chefia de Gabinete titulares, passa-se a coordenação aos Substitutos.

§ 4º Eventualmente, se a Diretoria ou Chefia de Gabinete não contar com titular nomeado, o Diretor(a) ou Chefe de Gabinete substituto(a) poderá indicar, respectivamente, um(a) coordenador(a) geral ou um Assistente do Gabinete para responder como seu suplente na COPAR.

§ 5º Representante da COPAR poderá convidar membro do corpo técnico do CNPq para prestar informações sobre matéria a ser deliberada e participar da reunião.

§ 6º Nas sessões de avaliação de recurso administrativo relacionado a projeto financiado pelo CNPq em parceria com outros órgãos ou entidades, a COPAR poderá contar com a participação de membros representantes destas instituições parceiras.

§ 7º Os convidados e representantes mencionados nos parágrafos 5° e 6º terão direito de voz, mas não de voto.

§ 8º As deliberações serão registradas em ata e assinada pelos votantes.

Art. 9º As atividades administrativas e de secretariado necessárias ao funcionamento da COPAR são de competência do Serviço da Presidência e de Apoio aos Órgãos Colegiados Superiores (SEPRE), integrante da estrutura do Gabinete da Presidência.

Art. 10. Os casos omissos nesta Portaria serão resolvidos pela Diretoria Executiva.

Art. 11. Fica revogada a Portaria CNPq nº 520, de 10 de junho de 2021.

Art. 12. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

EVALDO FERREIRA VILELA

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA MCOM Nº 6.487, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e alterações, e o disposto no artigo 18 da Portaria nº 141, de 22 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União em 24/07/2020, bem como o que consta do Processo nº 53115.036709/2021-55, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à TELEVISÃO PIONEIRA LTDA., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 09.590.480/0001-62, para executar, por prazo indeterminado, o serviço de retransmissão de televisão, ancilar ao serviço de radiodifusão de sons e imagens, com utilização do canal 28 (vinte e oito), em caráter primário e com tecnologia digital, no município de CANTO DO BURITI, estado do PIAUÍ.

Art. 2º A autorização ora outorgada tem caráter precário e objetiva-se a retransmitir os sinais provenientes da TELEVISÃO PIONEIRA LTDA., pessoa jurídica concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, inscrita no CNPJ sob o nº 09.590.480/0001-62, cuja outorga foi deferida por meio do Decreto nº 87.190, de 19 de maio de 1982, publicado no Diário Oficial da União de 21 de maio de 1982, para execução do serviço no município de TERESINA, estado do PIAUÍ.

Art. 3º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 4º Para fins de execução do referido serviço deverão ser observados os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, estabelecidos no artigo 24 do Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, alterado pelo Decreto nº 10.405, de 25 de junho de 2020.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

DEPARTAMENTO DE OUTORGA E PÓS-OUTORGA

DESPACHO Nº 435, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022

O DIRETOR DE OUTORGA E PÓS-OUTORGA, da Secretaria de Radiodifusão do Ministério das Comunicações, no uso da atribuição, tendo em vista o disposto no artigo 10, § 2º, do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, com a redação dada pelo Decreto nº 8.061, de 29 de julho de 2013, e no artigo 2º da Portaria MCTIC nº 2.992, de 26 de maio de 2017,e considerando o que consta no Processo nº53115.011441/2022-20, invocando as razões constantes da Nota Técnica nº 15943/2022/SEI-MCOM, resolve homologar o desligamento do sinal e a respectiva devolução do canal analógico 27 (canal vinte e sete) à União, a partir de 23 de maio de 2022, outorgado à RBS PARTICIPAÇÕES S/A., inscrita no CNPJ sob o nº 68.737.857/0001-22, Fistel nº 50400331179, autorizatária do serviço de retransmissão de televisão (RTV), em caráter primário na localidade de Arroio do Sal/RS. A programação concebida pela referida entidade, doravante, será transmitida, apenas, no canal digital 33 (trinta e três), consignado por intermédio da Portaria nº Portaria nº 2490, de 01/11/2012, publicada no Diário Oficial da União em 23/11/2012.

WILLIAM IVO KOSHEVNIKOFF ZAMBELLI

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATO Nº 14.983, DE 26 DE OUTUBRO DE 2022

Processo nº 53520.002074/2022-91. Expede autorização à LEONARDO FADEL CONINCK, CPF nº ***.815.377-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATO Nº 15.176, DE 2 DE NOVEMBRO DE 2022

Processo nº 53520.002091/2022-29. Expede autorização à FLY3 APOIO ADMNISTRATIVO LTDA, CNPJ nº 47667465000164, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

ATOS DE 10 DE NOVEMBRO DE 2022

Nº 15.580 - Processo nº 53504.012648/2022-38. Expede autorização ao JOÃO BATISTA DE PAULA, CPF nº ***.169.498-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 15.582 - Processo nº 53504.012706/2022-23. Expede autorização ao FERNANDO MADEIRA GARCIA, CPF nº ***.842.018-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 15.679, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2022

Processo nº 53504.012074/2022-06. Outorgar autorização de uso da(s) radiofrequência(s) à(ao) CLARO S.A., CNPJ nº 40.432.544/0001-47, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 15.680, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2022

Processo nº 53504.012629/2022-10. Outorgar autorização de uso da(s) radiofrequência(s) à CLARO S.A., CNPJ nº 40.432.544/0001-47, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 15.736, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022

Processo nº 53504.011658/2022-56. Outorgar autorização de uso das radiofrequências à(ao) Rudy Scholten e Outro, CNPJ nº 23.973.570/0001-63, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 15.738, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022

Processo nº 53504.013209/2022-42. Outorgar autorização de uso das radiofrequências à UNIVERSAL TELECOM S.A., CNPJ nº 03.197.023/0001-26, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ATO Nº 15.713, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2022

Processo nº 53528.003763/2022-43. Expede autorização a Gildomar Hartwig Schimit, CPF nº ***.160.050-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCIO DA ROSA SILVEIRA
Gerente

ATO Nº 15.777, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022

Processo nº 53528.003691/2022-34. Expede autorização a Lachmann Agência Marítima Ltda, CNPJ nº 43.145.945/0050-92, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCIO DA ROSA SILVEIRA
Gerente

ATO Nº 15.848, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

Processo nº 53528.003766/2022-87. Expede autorização a Jesse Luis Gantes Morelli, CPF nº ***.195.580-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCIO DA ROSA SILVEIRA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E TOCANTINS

ATOS DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022

Nº 15.740. Processo nº 53542.010504/2022-91. Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) a RONALDO VENCESLAU RODRIGUES DA CUNHA, CPF nº ***.871.196-**, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

Nº 15.741. Processo nº 53542.011060/2022-19. Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) a VALDIR BRUNO ENGEL, CPF nº ***.501.389-**, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

Nº 15.744. Processo nº 53542.011061/2022-55. Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) a INVIOLÁVEL BARRA DO BUGRES SEG. ELETRÔNICA LTDA, CNPJ nº 11.392.928/0001-85, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO AMAZONAS, ACRE, RONDÔNIA E RORAIMA

ATOS DE 11 DE NOVEMBRO DE 2022

Extingue, por cassação, a autorização para explorar o serviço de telecomunicações de interesse restrito e torna sem efeito a notificação de interesse para exploração do Serviço Móvel Marítimo tendo em vista o advento do termo final da outorga de autorização de uso de radiofrequência associada as entidades a seguir relacionadas:

Nº 15.668. Processo: 53578.001098/2022-68. LEANDRO GUERRA DANTAS, CPF nº ***.658.172-**.

Nº 15.667. Processo: 53578.001096/2022-79. MARIA ANTONIA OLIVEIRA DE LIMA, CPF nº ***.613.842-**.

Nº 15.670. Processo: 53578.000955/2022-11. MANOEL ALENCAR LOPES, CPF nº ***.656.042-**.

Nº 15.669. Processo: 53578.000923/2022-15. MANOEL CORREA DA SILVA, CPF nº ***.118.502-**.

Nº 15.648. Processo: 53578.000748/2022-58. MACILON EDUARDO DE AZEVEDO, CPF nº ***.600.602-**.

Nº 15.646. Processo: 53578.000745/2022-14. LOURIVAL DE CASTRO FONSECA, CPF nº ***.785.172-**.

Nº 15.644. Processo: 53578.000737/2022-78. MANOEL BARROSO DO NASCIMENTO, CPF nº ***.652.422-**.

Nº 15.641. Processo: 53504.013131/2022-66. Transfere a autorização dos serviços notificados de titularidade da CONCESSIONARIA DA RODOVIA PRESIDENTE DUTRA S/A, CNPJ nº 00861626000192, para a CONCESSIONARIA DO SISTEMA RODOVIARIO RIO - SAO PAULO S.A., CNPJ nº 44319688000142, bem como a outorga de autorização de uso da(s) radiofrequência(s) associada(s) à autorização para execução dos serviços.

RICARDO TOSHIO ITONAGA
Gerente

ATOS DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022

Declara extinta, por renúncia, a autorização do serviço de interesse restrito e do único serviço notificado, Rádio do Cidadão declarando também extinta a autorização de uso de radiofrequência associada as entidades a seguir relacionadas:

Nº 15.739. Processo: 53581.000381/2022-13. OTONIEL MONTES COELHO, CPF nº ***.149.237-**.

Nº 15.743. Processo: 53581.000377/2022-55. ROBERTO LUIZ, CPF nº ***.555.948-**.

Nº 15.754. Processo: 53578.003646/2022-94. Expede autorização a ALFREDO PAES DOS SANTOS, CPF nº ***.304.612-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RICARDO TOSHIO ITONAGA
Gerente

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

ATO REGULAMENTAR Nº 3, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

O Chefe do Departamento de Logística da Empresa; Brasileira de Correios e Telégrafos BRENO AUGUSTO DE PAULA BARBOSA no uso das atribuições que lhe confere a PRT/CS/PRESI/DIOPE-58/2022, torna público o Memorial Descritivo de Armazém Geral, o Regulamento Interno de Armazém Geral e a Tarifa Remuneratória de Armazém Geral.

MEMORIAL DESCRITIVO DE ARMAZÉM GERAL; EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS com filial unidade armazenadora na Via BA 535, Nº 991, Bairro CEASA - Salvador/BA - CEP 41.400-000. Nome Fantasia CLI Efulfillment Salvador. CNPJ: 34.028.316/9405-80. Capital social: R$ 3.403.458,00 (filial não possui capital social destacado). Capacidade 500m². Comodidade atende as necessidades de armazenagem, carga e descarga. Apresenta todas as condições de atendimento ao trabalho e higiene. Segurança: área devidamente segregada (cercada), monitorada e preparada para pátio e armazenagem, controlada e monitorada por meio de câmeras estrategicamente posicionadas. Natureza das Mercadorias que se Propõe Receber em Depósito: mercadorias gerais e secas, nacionais e/ou nacionalizadas, excluindo as mercadorias estrangeiras e as mercadorias de natureza agropecuária, perigosa, inflamável ou que necessite de precaução especial. Equipamentos: paleteira elétrica, empilhadeira retrátil elétrica, balança eletrônica, máquina paletizadora e paleteira mecânica. Operações de serviço: armazenagem de posição palete e armazenagem de carga blocada no piso.

REGULAMENTO INTERNO DE ARMAZÉM GERAL; EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS com filial unidade armazenadora na Via BA 535, Nº 991, Bairro CEASA - Salvador/BA - CEP 41.400-000. Nome Fantasia CLI Efulfillment Salvador. CNPJ: 34.028.316/9405-80. ESTABELECE as normas que regerão sua atividade de Armazenamento de Mercadorias da seguinte forma: Art. 1º. Serão recebidas em depósito, mercadorias gerais e secas, nacionais e/ou nacionalizadas, excluindo as mercadorias estrangeiras e as mercadorias de natureza agropecuária, perigosa, inflamável ou que necessite de precaução especial. Art. 2º. Recusas de mercadoria: Por falta de espaço; mercadorias de fácil deterioração; se as mercadorias vierem a prejudicar outras já armazenadas e se não vierem acompanhadas da documentação fiscal exigida em lei. Art. 3º. O armazém responderá nos exatos termos do Art.11 do Decreto Federal 1102/1903. Condições Gerais: Os seguros e as emissões de títulos serão regidos pelo Decreto Federal 1102/1903; o pessoal auxiliar, obrigações, horário de funcionamento e casos omissos serão observados pelo uso, costumes e praxe comercial de acordo com a lei vigente.

TARIFA REMUNERATÓRIA DE ARMAZÉM GERAL; A EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS com filial unidade armazenadora na Via BA 535, Nº 991, Bairro CEASA - Salvador/BA - CEP 41.400-000. Nome Fantasia CLI Efulfillment Salvador. CNPJ: 34.028.316/9405-80. ESTABELECE as tarifas remuneratórias da atividade de Armazenamento de Mercadorias da seguinte forma: Armazenagem mensal de posição palete no valor de R$ 150,00 mínimo de 100 posições palete; Armazenagem de carga blocada no piso no valor de R$ 120,00 por m² mínimo de mínimo de 1000m².

BRENO AUGUSTO DE PAULA BARBOSA

Ministério da Defesa

COMANDO DO EXÉRCITO

GABINETE DO COMANDANTE

DESPACHO Nº 642, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2022

Assunto: Devolução de bem imóvel próprio nacional sob a administração do Comando do Exército à Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União, por intermédio da Superintendência do Patrimônio da União no Rio de Janeiro, por terem cessados os motivos de sua aplicação.

1 Processo nº 64483.002708/2022-16, originário da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União (SCGPU), solicitando a devolução, a esse órgão, do imóvel próprio nacional afetado ao Comando do Exército por meio do termo de entrega lavrado em 26 de abril de 2017, Fls 99/101, Lv 05, da Superintendência do Patrimônio da União no Rio de Janeiro (SPU/RJ), cadastrado no Comando do Exército como RJ 01-0474 (Guadalupe), com área de 10.166,93 m2 (dez mil, cento e sessenta e seis metros quadrados e noventa e três decímetros quadrados), situado na Av. Brasil bloco 1 (nº 23425, 23445, 23461, 23477, 23491, 23505), bloco 2 (nº 23519, 23529, 23535, 23543, 23647, 23553), bloco 3 (nº 23563, 23567, 23573, 23581, 23591), bloco 4 (nº 23603, 23613, 23619, 23625, 23631, 23639), Guadalupe, Rio de Janeiro/RJ, de Registro Imobiliário Patrimonial Geral nº 6001 05217.500-7 e Registro Imobiliário Patrimonial de Utilização nº 6001 05218.500-2, registrado em 2 de dezembro de 2016, sob a matrícula nº 245607, Livro nº 4BC, Folha 242, do Cartório de Registro de Imóveis do 8º Serviço Registral de Imóveis do Rio de Janeiro, por intermédio da SPU/RJ, objetivando a aplicação de política pública para moradia de famílias de baixa renda.

2. CONSIDERANDO:

a. as tratativas realizadas em 3 de março de 2022 entre o Secretário Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercado do Ministério da Economia e o Diretor de Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente, quando ficou acertada a devolução do referido bem imóvel para a finalidade de aplicação em política pública;

b. que o Ofício SEI nº 192817/2022/ME, de 5 de julho de 2022, da Secretária de Coordenação e Governança do Patrimônio da União, oficializou o interesse pela devolução do imóvel, visando ações de apoio à provisão habitacional para cerca de 60 (sessenta) famílias de baixa renda com a utilização de imóveis da União aptos à implementação de políticas públicas com vistas à redução do déficit habitacional e à garantia do direito de moradia;

c. que a devolução do bem objeto de interesse daquela Secretaria pode ser realizada, não inibindo as necessidades precípuas da Força Terrestre, e não subsiste interesse do Comando do Exército em mantê-lo sob sua administração, anuindo em devolvê-lo à SPU/RJ; e

d. os pareceres favoráveis do Estado-Maior do Exército (EME), do Comando Militar do Leste (CML), do Departamento de Engenharia e Construção (DEC) e o contido nos art. 10 a 12 das Instruções Gerais Sobre Desincorporação de Bens Imóveis da União Administrados pelo Comando do Exército (EB 10-IG-04.005), 2ª edição, aprovadas pela Portaria - C Ex nº 1.689, de 22 de fevereiro de 2022, dou o seguinte

DESPACHO

1) AUTORIZO, no que concerne à aplicabilidade dos art. 77 e art. 79, § 4º, do Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, e do art. 12 das EB 10-IG-04.005, 2ª edição, aprovadas pela Portaria - C Ex nº 1.689, de 2022, a devolução, à SPU/RJ, do imóvel acima identificado, por terem cessados os motivos de sua aplicabilidade em serviço público (residência obrigatória de servidores militares, Decreto-Lei nº 9.760, de 1946, art. 82, parágrafo único).

2) Encaminhe-se o presente Despacho ao DEC para conhecimento e remessa ao Comando da 1ª Região Militar (Cmdo 1ª RM), visando ao seu cumprimento e à sua inserção no processo administrativo pertinente.

3) O Cmdo 1ª RM adote as seguintes providências:

a) elaborar o termo de vistoria e devolução do bem imóvel ora devolvido;

b) promover a emissão de Nota de Lançamento apropriada no SPIUNet, fazendo constar a reversão do bem imóvel da UG 160298/00001 - Cmdo 1ª RM para a UG 170127/00001 - SPU/RJ, bem como de cópia do espelho do SPIUNet com as alterações realizadas;

c) encaminhar o processo à SPU/RJ, visando à efetivação dos atos administrativos subsequentes; e

d) disponibilizar à Diretoria de Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente o ato de transferência do bem imóvel (Nota de Lançamento e espelho do SPIUNet) e o termo de devolução ou o cancelamento do termo de entrega pela SPU/RJ, para promover as devidas alterações cadastrais, o acompanhamento e o controle.

4) O EME, o CML e o Cmdo 1ª RM tomem conhecimento e adotem as providências decorrentes.

5) Comunique-se à SCGPU sobre a autorização devolutiva constante neste instrumento.

Gen Ex MARCO ANTÔNIO FREIRE GOMES
Comandante do Exército

COMANDO DA MARINHA

COMANDO DE OPERAÇÕES NAVAIS

4º DISTRITO NAVAL

CAPITANIA DOS PORTOS DO PIAUÍ

PORTARIA CPPI/COM4°DN/COMOPNAV/MB Nº 4, DE 5 DE OUTUBRO DE 2022

Aprovar a 1ª Revisão das Normas e Procedimentos da Capitania dos Portos do Piauí (NPCP/CPPI/2022).

O CAPITÃO DOS PORTOS DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições e com fundamento no art 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1.997 (Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário - LESTA), e de acordo com Port nº 102/DPC, de 20 de maio de 2013, alterada pela Port nº 355/DPC, de 29 de outubro de 2018, resolve:

Art. 1º Aprovar a 1ª Revisão das Normas e Procedimentos da Capitania dos Portos do Piauí (NPCP/CPPI/2022), que a esta acompanha e será publicada na página desta Capitania no endereço eletrônico: "https://www.marinha.mil.br/cppi/".

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 25, de 2 de setembro de 2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na presente data, por motivo da necessidade de ampliar tempestivamente o conhecimento da 1ª Revisão das Normas e Procedimentos da Capitania dos Portos do Piauí a todos os jurisdicionados da CPPI.

Capitão de Fragata JOSÉ EDUARDO DA SILVA

7º DISTRITO NAVAL

CAPITANIA FLUVIAL DO ARAGUAIA-TOCANTINS

PORTARIA CFAT Nº 50/CFAT, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2022

Cancelamento da emissão de Carteiras de Habilitação de Arrais-Amador e Motonauta.

O CAPITÃO DOS PORTOS DO ARAGUAIA-TOCANTINS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, (Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário - LESTA), Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, (Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal), e, pelas Normas da Autoridade Marítima para Esporte e/ou Recreio - NORMAM-03/DPC (2ª Revisão), aprovada pela Portaria DPC/DGN/MB nº63, de 22 de setembro de 2022, resolve:

Art. 1º Tornar nulo a emissão das carteiras de habilitação de arrais-amador e motonauta, constantes na relação que segue anexa, conforme apurado através de IPM instaurado por esta Capitania, pela Portaria nº 45, de 17OUT2022, em virtude da concessão ter se realizado de forma irregular.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na presente data.

CF ARTUR ROBERTO QUIRINO DA SILVA

ANEXO

MARINHA DO BRASIL
CAPITANIA FLUVIAL DO ARAGUAIA-TOCANTINS

Ordem de Serviço nº 186/2021, de 29 de julho de 2021.

AMADOR / MOTONAUTA	Nº DE INSCRIÇÃO
DANIEL RAUTH DA SILVA	524A2021009147
FELIPE SOUZA OLIVEIRA	524A2021009155
FERNANDO VITORINO ABREU	524A2021009163
GABRIEL SABAG DEL CASTILHO	524A2021009139
JOSE ANTONIO OLMASTRONI	524A2021008124

Ordem de Serviço nº 201/2021, de 30 de agosto de 2021.

AMADOR / MOTONAUTA	Nº DE INSCRIÇÃO
ADEMAR LUIZ DE SOUZA	524A2021012385
ALESSANDRA OLIVEIRA FREITAS	524A2021013365
ANA KAROLINE SILVA SOUSA	524A2021012431
BIANCA DE ANDRADE PAVELICH	524A2021013357
BRUNO ALVES FERREIRA	524A2021012393
CLAUDEMIR PENA DA SILVA	524A2021011893
EDGAR JOSE MARQUES	524A2021011869
EDIMUNDO ALVES SILVA	524A2021013152
ERNESTINO CARDOSO DE SOUSA	524A2021012202
FABIO BARRO	524A2021012180
FELIPE DE SOUZA ARAUJO	524A2021013110
FERNANDO CARNEIRO LIMA	524A2021011877
GEANCARLO BAU	524A2021012377
HEIDER MARTINS NUNES	524A2021011192
HENNY NOGUEIRA RAMOS DE SA	524A2021011249
HERNANDO LUIZ DE OLIVEIRA JUNIOR	524A2021011923
HIGOR HENRIQUE GOBETTI BARBOSA KASUYA	524A2021011206
HUGO DO PRADO E SILVA	524A2021011850
JAIR DA SILVA	524A2021012210
JHONATA WAGNER DE SOUZA	524A2021012415
JOAO VICTOR SANTANA SEDEI	524A2021012458
KEILA OLIVEIRA SILVEIRA	524A2021011931
LEANDRO ALEJANDRO FERREIRA REIS	524A2021011362
LUIZ CESAR MARTINS	524A2021012407
MAERCIO BARROS TRAJANO	524A2021012423
MARCELINO LUIS MINGORI	524A2021011885
MARCO AURELIO MEDEIROS NUNES	524A2021013136
MARCUS VINICIUS DIAS DE CASTRO	524A2021012172
MATHEUS CURIONI MOROMIZATO	524A2021013101
MAURO MARTINI	524A2021013128
PEDRO GRELLET DA COSTA BAVIA	524A2021011222
RICARDO BORDIN	524A2021012440
ROBERTA GRELLET DA COSTA BAVIA	524A2021011214
SANTHYAGO ALMEIDA DELLA ROSA	524A2021011230
SEBASTIAO JAMES SOARES SANTOS	524A2021013144
SERGIO ANTONIO BAU	524A2021012199
TIAGO ZANETTI ZALTRON	524A2021012466

Ordem de Serviço nº 227/2021, de 06 de outubro de 2021.

AMADOR / MOTONAUTA	Nº DE INSCRIÇÃO
ANGELO MARCOS BORGES DE OLIVEIRA	524A2021014140
ANTONIO SERGIO DE AZEVEDO	524A2021015767
ARNON FERNANDO RIBEIRO GOMES	524A2021015708
BRUNO WALLYSON GUIMARÃES DA SILVA	524A2021013462
CARLOS OLIVEIRA DA SILVA NETO	524A2021014302
CARLOS ROBERTO DE PADUA	524A2021015350
CLEVIO FRANCISCO FURTADO	524A2021015406
DIEGO FERNANDO PEREIRA DE ALMEIDA	524A2021015716
DIEGO VANCETA	524A2021013500
DOUGLAS RAFAEL MENDES DA SILVA	524A2021014132
EVANDRO LEITE DOS SANTOS	524A2021014752
EVERTON VALTER DA SILVA	524A2021015783
FLAVIO TEIXEIRA DE SOUSA	524A2021015090
GILMAR JOSE DE OLIVEIRA	524A2021015724
GLAUCIO SOUSA PADUA	524A2021015392
GLEYDSON ELIAS RIBEIRO	524A2021015821
HENRIQUE BAZOTTO DA SILVA	524A2021015759
HILTON CEZAR GARCIA	524A2021013527
IVONILDO MOREIRA DOS SANTOS	524A2021013896
JAYME GENTIL DE ARAUJO	524A2021015775
JEAN CLAUDE RUMMLER	524A2021015600
JOAQUIM MOREIRA DOS SANTOS FILHO	524A2021013519
JOELMA NONEMACHER MINGORI	524A2021013802
JOSE AUGUSTO CHETTO BISNETO	524A2021013454
JOSE GABRIEL MAGALHAES LIMA	524A2021013780
LUCIANO VALADARES ROSA	524A2021013446
LUIZ ANTONIO GONCALVES DE ABREU	524A2021015414
LUIZ FERNANDO PEREIRA	524A2021014280
MARCELO LUIS BLANGER MINGORI	524A2021014329
MARCELO VIEIRA COIMBRA	524A2021013489
MARILDO MINGORI	524A2021014299
MARTO EDUARDO ADEODATO DE SOUZA	524A2021013535
MAXIMINO JOSE MINGORI	524A2021013888
MOUSER ARAUJO OLIVEIRA	524A2021014167
PAULO NORBERTO VIEIRA	524A2021013799
PEDRO HENRIQUE TEIXEIRA JUNQUEIRA	524A2021014418
POLLYANA GLAUCE PINHEIRO DE CARVALHO	524A2021014744
RAFAEL NAKAMURY ALVES DE MELO JUNIOR	524A2021014310
RAILSON CARNEIRO AMARAL	524A2021015619
RAIMUNDO PEREIRA MOTA JUNIOR	524A2021015732
RAPHAEL DE OLIVEIRA BILMAYER	524A2021014159
RICARDO AMARAL	524A2021014426
RODINEI GARCIA NAVES	524A2021013900
RODRIGO PEREIRA RODRIGUES	524A2021014760
ROMARIO DE QUEIROZ OLIVEIRA	524A2021015740
RONALDO PEREIRA PANCIELLI	524A2021015120
SIRLEY DOS SANTOS BARBOSA	524A2021015104
THIAGO DA COSTA SILVA	524A2021014272
THIESCO MARINHO BAIA	524A2021013438
TONNI LINCE DURAES VIEIRA	524A2021013470

Ordem de Serviço nº 253/2021, de 10 de novembro de 2021.

AMADOR / MOTONAUTA	Nº DE INSCRIÇÃO
ADELANO DE SOUSA DIAS	524A2021016976
ADERBAL CAMILO DO NASCIMENTO	524A2021017000
ADMILSON ALVES NUNES	524A2021017018
AFONSO COELHO DA SILVA NETO	524A2021017778
AGUINALDO TIMOTEO MIRANDA DA SILVA	524A2021016739
ALCIDES MARTINS CARVALHO	524A2021017832
ALDEFRAN BRASIL TORRES	524A2021017026
ALDEMIR ALEXANDRINO ALVES	524A2021017077
ALTONIR RESENDE OLIVEIRA	524A2021018391
ANDERSON ASSALIN ROSA JUVENTINO	524A2021017824
ARMANDO SOUSA DE ANDRADE	524A202101672
BENJAMYN BORGES LEAL NETO	524A2021017808
BRENO RESENDE NAGANO	524A2021016518
CASSIMIRO FRANCA LIMA	524A2021018332
CHRISTIAN ALEXANDRE PEREIRA	524A2021018375
CRISTIANO NUNES PIRES	524A2021018340
DANIEL MARTINS SANTANA	524A2021016704
DAVID BEZERRA GUERRA	524A2021017751
DEYVIS MARQUES DE ASSUNCAO SANTOS	524A2021016500
EDIVANE RODRIGUES DA CRUZ	524A2021017867
ELIAS ARAUJO DOS SANTOS	524A2021017786
ELVIS BORGES FERREIRA	524A2021017760
FABIO ARAUJO SILVA	524A2021016755
FABIO DA SILVA TERRA	524A2021016496
FABIO RODRIGUES DOS SANTOS	524A2021018499
FERNANDO ALVES DOURADO	524A2021016038
GILSON DA COSTA ARAUJO	524A2021016712
GUILHERME ROMERO	524A2021017816
ILTON ANTONIO WILLMS	524A2021018537
ITALO GILMAR JOSE DA SILVA	524A2021016992
IZEQUIEL JUNIOR FARIAS MESQUITA	524A2021018510
JAIRO LUIZ ARTUR VIEIRA BARBOSA	524A2021016933
JOACY PEREIRA DA SILVA FILHO	524A2021016810
JOAO VICTOR DOS SANTOS PEREIRA	524A2021018383
JORGE ANDERSON PASSOS DE ALMEIDA	524A2021016950
JOSE DE SOUSA LINS ABREU	524A2021018529
JOSE MARIO LOPES DA SILVA	524A2021016984
JOSE MARIO LOPES DA SILVA JUNIOR	524A2021016828
JUSCELINO ALVARO GOMES	524A2021016968
LUCAS GOMES DE ALMEIDA	524A2021017093
LUIZ ALBERTO PAULA DE OLIVEIRA	524A2021016534
MANOEL DO NASCIMENTO VIEIRA ARAUJO	524A2021017840
MARDEN ARAUJO OLIVEIRA	524A2021018413
MARIO ROBERTO DO AMARAL	524A2021017034
NELSON BARROS DA SILVA	524A2021016747
NEURIVAN RODRIGUES DE SOUSA	524A2021017883
NICKOLAS JUNIOR DE SOUZA ARAUJO	524A2021017859
PATRICIA DE MOURA MARTINS	524A2021018502
PAULO HENRIQUE BERTO DA SILVA	524A2021018359
PEDRO HENRIQUE FERREIRA DA SILVA	524A2021017069
PETRUCIO MONTEIRO SILVA	524A2021018324
ROGER DA LUZ DIETRICH	524A2021017794
SIDNEY NAGANO	524A2021016526
THIAGO DAVID FAVARETTO	524A2021016941
VICTOR NASCIMENTO TAVARES	524A2021018367
VITOR RODRIGUES VARIZ	524A2021018405
WANESSA STEFANY ALVIM MAGALHÃES	524A2021016836

Ordem de Serviço nº 289/2021, de 14 de dezembro de 2021.

AMADOR / MOTONAUTA	Nº DE INSCRIÇÃO
ADEMILSON CARDOSO DE ALMEIDA JUNIOR	524A2021018596
ALEXSANDER LOSS	524A2021019150
ANTONIO LUIZ TELES DA SILVA	524A2021019975
ARAMIS VALESAN	524A2021019703
BRENO LEDA VALESAN	524A2021019185
CAIO BRENO MADEIRA NASCIMENTO	524A2021019762
CARLOS WILLIAN CABRAL VIEIRA	524A2021018588
DANIELA PATRICIA DE ALMEIDA	524A2021018820
DARCI APARECIDO DA SILVA	524A2021019142
DARCIO PAULO WILLMS	524A2021018847
DIEGO ALVES DE LIMA	524A2021018839
DIVINO CIPRIANO DE GODOI	524A2021018600
EDILSON APARECIDO DA SILVA	524A2021019371
EDUARDO GOMES DA SILVA	524A2021018634
EDUARDO MELO GUERRA	524A2021019614
EVANILSON DA SILVA RAMALHO	524A2021018855
FABIANO DA SILVA LIRA	524A2021018618
FLAVIO SANTOS ROCATO	524A2021019401
GABRIEL MARTINS BEZERRA	524A2021019576
GERMANO FERREIRA GUEDES	524A2021019410
GUILHERME VILAS BOAS DE SOUZA LOPES	524A2021019363
HIGOR FRANCISCO CAMPECHE DE SOUSA	524A2021019339
HUGO MORESCHI	524A2021019657
IGOR MORESCHI	524A2021019649
JEAN CARLOS FREITAS DOS REIS	524A2021019746
JOAO BATISTA FERREIRA	524A2021018626
JOSÉ ROBERTO BOTREL	524A2021019606
JUAREZ SANTANA SILVA	524A2021019193
JULIANO DE OLIVEIRA VILELA	524A2021019134
JULIMAR SILVA DE SOUSA LIMA	524A2021019398
LEANDRO DA COSTA SILVA	524A2021018642
LUCAS MARTINS REZENDE	524A2021019126
LUIZ FERNANDO DE SOUZA	524A2021019355
MARCELO BRITO DE OLIVEIRA	524A2021019665
MARCELO LEOMAR KAPPES	524A2021019681
MARCOS ANTONIO FERREIRA DE MELO	524A2021018650
MATHEUS COSTA OLIVEIRA	524A2021019592
MELINA MADEIRA DE AZEVEDO	524A2021019754
MICHAEL HENRIQUE DOS SANTOS	524A2021019983
OTACILIO LINO DOS REIS	524A2021019380
RAFAEL LUTZ CABRAL	524A2021019177
RAFAEL SOARES DA NOBREGA	524A2021019347
RASLAN VITORINO BORGES	524A2021019967
RENATO BUCAR VASCONCELOS	524A2021019428
RODINEI DIEGO DENZER BUSS	524A2021019959
RODRIGO CAMARGO E SILVA	524A2021019584
RODRIGO LOPES	524A2021019860
SILVAN ALVES BOTELHO	524A2021019169
THIAGO FIGUEIREDO DOS SANTOS	524A2021019630
TIAGO SILVA OLIVEIRA	524A2021019851
WELLINGTON DA SILVA MARQUES	524A2021019622

Ordem de Serviço nº 13/2022, de 17 de janeiro de 2022.

AMADOR / MOTONAUTA	Nº DE INSCRIÇÃO
ALEX SANDRO SANGIORATO	524A2022000638
ALEXANDRE BELO DE RESENDE	524A2022000328
AMONN JULIO GOMES	524A2022000654
ANDERSON BARBOSA FRANCA	524A2022000271

CLAUDIO JOSE DA SILVA	524A2022000255
DANIEL DE OLIVEIRA	524A2022000263
DANIEL SANTA CLARA	524A2022000310
DANIEL VILLA DE ARAUJO	524A2022000662
FRANCINEI SOUSA LIMA	524A2022000298
HEMERSON DA SILVA SANTOS	524A2022000301
JOAO PEDRO JUNQUEIRA CAETANO AFONSO	524A2022000620
LEANDRO CESAR DE SOUSA PIRES	524A2022000344
MARCIO ANTONIO GARCIA JUNIOR	524A2022000280
YAKARA MARCELLE NOGUEIRA DE FREITAS	524A2022000611

Ordem de Serviço nº 43/2022, de 21 de fevereiro de 2022.

AMADOR / MOTONAUTA	Nº DE INSCRIÇÃO
ALCIDES ROMERO GRACIANO	524A2022002479
ALEX WILLIAN DE ARAUJO MAGALHAES	524A2022001030
ANDERSON REIS SILVA	524A2022002428
ANTONIO WALLACE DE MEDEIROS NUNES	524A2022000824
BRUNO JOSE DALIA	524A2022002053
CARLOS HENRIQUE SILVA	524A2022002274
CIDILON DA SILVA VITORIANO	524A2022002550
CLAUDIO ROGERIO BENJAMIM	524A2022002185
CRISTIANO REIS LIMA	524A2022002134
DIEGO MELO BEZERRA	524A2022001006
DIOGO VICTOR BEZERRA DE ARAUJO	524A2022001014
EDILENE ISABEL ALMICHE	524A2022002487
EDIVAN DE BRITO FREITAS	524A2022002177
EDUARDO ALVES DE LIMA	524A2022001677
EDUARDO PEREIRA DIAS	524A2022000999
GERMANO VENCESLAU DE ALMEIDA	524A2022002150
GISELLE SALES DA SILVA VILLELA	524A2022002142
GUILHERME HENRIQUE SA TELES GUERINO	524A2022002452
LUAN PATRICK LOPES PORTILHO	524A2022002436
MARCELLE DA PAIXÃO GOMES	524A2022002169
MARCELO EDUARDO DA SILVA	524A2022002045
ROGER DE MORAES MOREIRA	524A2022002460
ROMEU RIBEIRO DE GODOY NETO	524A2022002568
SIDINEI BRIZOLA	524A2022001685
WESLEY SIQUEIRA SILVA	524A2022002061

Ordem de Serviço nº 72/2022, de 24 de março de 2022.

AMADOR / MOTONAUTA	Nº DE INSCRIÇÃO
ADAILTON PEREIRA DE SOUSA	524A2022003939
ADAO LUAN DE QUADROS	524A2022004498
ALEXANDRE DE ANDRADE	524A2022003157
ANTONIO CARLOS TERRA	524A2022004382
CLEBER LUCAS GOMES	524A2022004439
CLEITON NUNES SOARES	524A2022002800
DAGONEZ JUNIOR TRIACA	524A2022004404
DARCI NETO ALVES MORAES	524A2022004129
EDIVAN FERREIRA DA SILVA	524A2022004510
EZEQUIEL JEFERSON DE MORAES	524A2022004447
FERNANDO PEDOT	524A2022004412
FRANCISCO CANDIDO SOARES	524A2022002789
HILARIO ANTONIO DE CASTRO JUNIOR	524A2022003084
JANNE PEREIRA QUIXABEIRA	524A2022003130
JEFERSON DE SOUSA MOREIRA	524A2022003394
JOCIMAR MASSUQUETTI	524A2022004463
JORGE HENRIQUE RODRIGUES BORGNETH	524A2022003122
JUSCELINO DE MOURA	524A2022004102
LEONARDO RITIELE ANDRADE DA SILVA	524A2022003092
LUIZ CARLOS PEREIRA ROSA	524A2022002908
MANOEL AVENY PINHEIRO DE SOUZA	524A2022002797
MANUEL RIBEIRO DA COSTA NETO	524A2022004501
MARIA RAIMUNDA MARTINS SANTOS	524A2022004110
NANDO CASTANHEIRA SILVA	524A2022004374
NIKAEL DOUGLAS SANTOS DA SILVA	524A2022004366
NILSON FERNANDES DA SILVA	524A2022004390
OMAR LUCIO NUNES JUNIOR	524A2022003114
PAULO CESAR RIPP	524A2022004420
PEDRO VITOR DE SOUSA OLIVEIRA RABELLO	524A2022004480
ROBERT VICENTE BAUTTO	524A2022004455
ROBERTA COSTA GUERRA	524A2022004471
RUDINEI TOZI	524A2022003149
SAULO HERMANN RIBEIRO DA COSTA	524A2022003106

Ordem de Serviço nº 93/2022, de 25 de abril de 2022.

AMADOR / MOTONAUTA	Nº DE INSCRIÇÃO
ANDRE JORDAO MACEDO	524A2022006040
CRISTIANO ALENCAR DE SOUSA	524A2022005060
ELVIS JHONES SABINO	524A2022006024
EVERTON ANTONIO PIRES COSTA	524A2022006083
FABRICIO BARBOSA ANDRADE	524A2022006067
HELEN LOPES DA SILVA	524A2022005800
JEAN ALENCAR DE MORAIS	524A2022005052
JUNIO LINO DA SILVA	524A2022005818
LUCAS MENDONCA BEZERRA	524A2022005826
MARCOS DO NASCIMENTO SOUSA	524A2022006440
MARIANA GARZAO GORKOS COSTA	524A2022006415
PEDRO PAULO CORDEIRO	524A2022005834
RONIVALDO RIOS FAGUNDES	524A2022005079
SIRLAN JOSE DIAS	524A2022006016
THIAGO CARVALHO CASTRO	524A2022006423
THIAGO DE SOUZA FARIA	524A2022005796
THIAGO MARINZEK MARTINS	524A2022006032
THIAGO RIBEIRO DE CARVALHO	524A2022005788

Ordem de Serviço nº 114/2022, de 27 de maio de 2022.

AMADOR / MOTONAUTA	Nº DE INSCRIÇÃO
AILTON JOSE DA SILVA	524A2022008450
ALAN DONADEL	524A2022009155
ALEX SANDRO DUTRA DA SILVA	524A2022007063
ALVARO VARMINDO TEIXEIRA	524A2022008841
ANDERSON FERNANDO DE LACERDA	524A2022009171
ANTONIO CARLOS BANDEIRA BOTÊLHO	524A2022008701
ANTONIO EDUARDO CAVALCANTE SILVA JUNIOR	524A2022006792
ARMANDO MAZZUTTI	524A2022008876
BRUNO SANTOS ANDRADE	524A2022008477
CAMILA MEDEIROS STIPANICH	524A2022008116
CASSIANE LUCHETA	524A2022009112
CESAR D AGNOLUZZO	524A2022007438
DENILSON OLIVEIRA DA SILVA	524A2022007411
FABIO COSTA SILVA	524A2022009147
FRANCISCO EDUARLES DE SOUSA ABREU	524A2022006776
GABRIELA DE LANA TEIXEIRA	524A2022007055
GERRI ADRIANE MARTINS VIEIRA	524A2022008698
HELCIO SANTOS BASTOS FILHO	524A2022008850
IVAN CARLOS BARBOSA DA SILVA	524A2022006814
JAMES MANFIO UITDEWILLIGEN	524A2022008825
JARBAS LUIS FRIZON	524A2022006822
JOAO BATISTA SIQUEIRA DIAS	524A2022006784
JOAO FRANCISCO FURLAN DOS SANTOS	524A2022008108
JOAO LUCAS DE SOUSA	524A2022009163
JONI PEDROSO DE OLIVEIRA	524A2022007110
JOSE REIS DA SILVA	524A2022008833
JOSIR DONIZETE DA SILVA	524A2022008124
JULIANO D AGNOLUZZO	524A2022007470
JULIANO FRIZON	524A2022008132
JUNIOR DEMARCO	524A2022009201
KELTON VILAS BOAS	524A2022006806
LAERCIO FONTENELE ALBUQUERQUE LIMA	524A2022008469
LEILIANE DIAS SARDELLA	524A2022008604
LEONARDO RODRIGUES DOS REIS	524A2022007128
LEONEL DA SILVEIRA ORSI	524A2022007390
LUCAS AMERICO BORGES	524A2022008140
LUCAS FERNANDO COSTA E SILVA	524A2022007403
LUIZ GUSTAVO BATISTA DE SOUZA	524A2022009180
MARCELO PEDOT	524A2022007462
MICHELL DOUGLAS DA SILVA MELO	524A2022008680
PABLO HENRIQUE COSTA SAUSEN	524A2022007136
PAULA REGINA ALCANTARA FERREIRA	524A2022009120
RAFAEL BARBIERO	524A2022007420
RODRIGO DE ALMEIDA COELHO	524A2022008710
RODRIGO VENDRUSCULO	524A2022009139
ROMULO CESAR DE OLIVEIRA RAMOS	524A2022008590
SAMUEL SOUZA PIRES	524A2022007071
SEDENIR DEMARCO	524A2022009210
SERGIO MAGRI DOS REIS	524A2022006881
VAGNER BORGES RIBEIRO	524A2022008868
VILMAR LUIS SELCH	524A2022006873
WESCRY DE SOUSA RIBEIRO	524A2022009198

Ordem de Serviço nº 143/2022, de 27 de junho de 2022.

AMADOR / MOTONAUTA	Nº DE INSCRIÇÃO
ALEXANDRE PEREIRA DOS SANTOS	524A2022011087
BRUNO CRISTIANO VENTRE	524A2022010668
DANIEL OLIVEIRA ARAUJO	524A2022011095
DUILIO JOHNSON COSTA LIMA	524A2022010498
EDUARDO DE MELLO E ALBUQUERQUE	524A2022009945
ELISSANDRO OLIVEIRA BRITO	524A2022010625
GABRIEL LINCOLN RIBEIRO DE OLIVEIRA	524A2022010676
GABRIELA CRISTINA ARAUJO LOPES DE MENEZES	524A2022009961
GUILHERME MARTINS	524A2022009937
HIURI DE FREITAS CHAVES	524A2022010579
JOAO FELIX GONCALVES BARBOSA	524A2022011109
JOAO VITOR ALVES JUNQUEIRA	524A2022009988
JORDAN BEGGIATO PEREIRA CARVALHO	524A2022009996
JULIANA DE FREITAS FERREIRA	524A2022010560
LAERT GAMA NETO	524A2022009953
LEANDRO RODRIGUES SILVA	524A2022010641
LUIS FELIPE DE OLIVEIRA RAMOS	524A2022010501
PEDRO HENRIQUE BARROS PIMENTA	524A2022010650
RAFAEL BENJAMIM ABRAAO	524A2022011052
RAIMUNDO FERREIRA DOS SANTOS	524A2022010480
VALDIR PEREIRA GOULART	524A2022009970
VINICIUS DA SILVA MELO ABADE	524A2022010510
WILLIAM ROBERTO GOMES NASCIMENTO	524A2022010633
WYLD HAYNNE GONÇALVES DA MOTA	524A2022011117

Ordem de Serviço nº 157/2022, de 28 de julho de 2022.

AMADOR / MOTONAUTA	Nº DE INSCRIÇÃO
ADENIO FRANCISCO DE FIGUEREDO	524A2022012733
ANA LAURA DOS SANTOS PEREIRA	524A2022012938
ANDERSON DIAS DE MOURA	524A2022012253
ANDRE LUIZ RODRIGUES FERREIRA	524A2022012903
ANTONIO CARLOS SILVA DO NASCIMENTO	524A2022012750
ANTONIO MARCELO ARRUDA	524A2022012989
ANTONIO SAULO MARQUES	524A2022014370
BRENNA RODRIGUES DE LIMA ASSIS	524A2022012776
CLAUDIO RAMALHO GONCALVES	524A2022015007
DIEGO GOMES FONSECA	524A2022012997
DIENIDIZ ROMNIG EICKOFF	524A2022014167
EDSON CARLOS DE MORAIS	524A2022014701
ESTERFANE CAETANO DE OLIVEIRA	524A2022014868
EVERTON NASCIMENTO DE FREITAS	524A2022012741
FELIPE ALBERTO MOUTAN LOPES BRANCO	524A2022012946

FILIPPE CARNEIRO LOPES	524A2022013411
FRANCISCO GONZAGA REIS	524A2022012717
GABRIEL CARVALHO VELOSO	524A2022014426
GILBERTO DE OLIVEIRA	524A2022012890
GUSTAVO RODRIGUES E SILVA	524A2022014850
HALISON PAIVA DOS PASSOS	524A2022012245
HELIO KATAKI	521A2000058961
HOMERO APARECIDO MOSCA	524A2022012970
ILDO PEREIRA SOUSA	524A2022013438
JOAO PAULO DE OLIVEIRA GOUVEA	524A2022013420
JOAO PEDRO MAGALHAES NERES GOMES	524A2022012512
JOSE GABRIEL BRAGA DA SILVA	524A2022014892
LAIS VIEIRA LOPES	524A2022012229
LALUNE MORAIS DO COUTO BRINGEL	524A2022014388
LEANDRO LUIZ GONCALVES DE ASSIS	524A2022012300
LEANDRO LUIZ GONCALVES DE ASSIS JUNIOR	524A2022012504
LEONARDO BRASIL DA SILVA	524A2022014183
LUCAS DOS SANTOS DE JESUS	524A2022013403
LUCAS PEREIRA BARBOSA	524A2022012911
LUIZ AGUIAR DE ABREU	524A2022014990
MARCELO DA COSTA VALVERDE	524A2022013390
MARCOS DE ASSIS OTONE	524A2022014698
MARCOS VINICIUS FLORES FERREIRA	524A2022014906
MARLON RAFAEL DA SILVA MURIANO	524A2022012237
MATHEUS DA SILVA GONÇALVES	524A2022015015
MILTON SALVADOR GARCIA	524A2022014728
MURILLO GONÇALVES DOS SANTOS	524A2022014396
MURILO MAGALHAES OLIVEIRA	524A2022012520
MURILO MARQUES CALDEIRA	524A2022014302
NILBERTO ALMEIDA FERNANDES	524A2022012547
PATRICIA SILVA MORAES	524A2022014400
PATRICIA WOLNEY GARCIA	524A2022014710
PAULO SIQUEIRA GOMES	524A2022014876
PERICLES ANTONIO PEREIRA	524A2022014329
RAFAEL DE FARIA BORGES	524A2022012261
REGINALDO ALVES RABELO	524A2022012768
RENATO ALBERTO LOPES CAMARGO	524A2022012954
RENATO PEREIRA DE CARVALHO	524A2022012296
RODRIGO RODRIGUES DA FONSECA	524A2022014981
ROMUALDO BARBOSA	524A2022012920
RONAN RODRIGUES DUARTE	524A2022012725
RONNEGLEY CRUZ DE BARROS	524A2022012962
SALIM FELIPE FERNANDES DE SOUZA	524A2022014884
TALITA DA SILVA LIMA	524A2022014922
THIAGO RIBEIRO DE ANDRADE	524A2022012539
THYAGO LUIZ DE AMORIM	524A2022014736
VICTORIA OLIVEIRA COSTA	524A2022014175
VILMAR FERREIRA BRAGA JUNIOR	524A2022014418
VINCENZO ANTONIO SPEDICATO	524A2022013381

Ordem de Serviço nº 180/2022, 29 de agosto de 2022.

AMADOR / MOTONAUTA	Nº DE INSCRIÇÃO
ADRIANO DE MESQUITA CARNEIRO	524A2022017174
ALESSANDRA SEREJA GUALANDE	524A2022017514
ALEX BRUNO ALVES DE SOUSA	524A2022015686
ANTONIO FELIX ROCHA CUNHA	524A2022016054
ANTONIO JOSE SIRIANO DA SILVA	524A2022016038
AURI PINHEIRO FERREIRA	524A2022016879
CHUMAX BOTELHO MORAIS	524A2022016410
CLEBER MACIEL DA COSTA	524A2022016925
CRISTIANO LAVALLE GUIMARÃES	524A2022017158
CRISTOVAM BRAGA DA SILVA NETO	524A2022016470
DAIANE WINCK	524A2022017140
DARCY ROCHA DA SILVA	524A2022016062
DAVID EDUARDO COLOME SADURNI	524A2022015716
DIANCARLOS ALVES DE SOUSA	524A2022015708
EDUARDO PRUDENCIO SILVA	524A2022016666
EURO GARBIN DE SOUZA	524A2022016887
EVANDRO FRANCA DE SOUZA	524A2022016704
FABIANO SILVA DE QUEIROZ	524A2022016941
FABIO JOSE DE SOUZA	524A2022017131
FABIO MANCILHA CARNEIRO	524A2022017182
FRANCISCO DAS CHAGAS OLIVEIRA NETO	524A2022016046
GUILHERME ALVES DA SILVA	524A2022016577
HAELSON MARTINS COSTA	524A2022016895
HIAGO SILVA SOUSA	524A2022016690
JANILSON ARAUJO DE QUEIROZ	524A2022016097
JEAN FIGUEIREDO ARRAES SILVA RODRIGUES	524A2022016550
JEAN KESLEY SOUZA CARDOSO	524A2022016682
JOAO VICTOR PARREIRA RIBEIRO	524A2022017115
JOSE AMARILDO BEZERRA DE SOUZA	524A2022016429
JOSE HELIOMAR MARTINS JUNIOR	524A2022016909
JURIVAN DE QUEIROZ LIMA	524A2022016950
LEANDRO GUILHERME DA SILVA ROCHA	524A2022016402
MAISSAN MEHEDEI CARDOSO ISMAIL	524A2022015724
MARCELO ALECANDRE SCABIO	524A2022017166
MARCELO BAILAO DE MORAIS	524A2022016968
MARCO AURELIO DE OLIVEIRA	524A2022016674
MATHEUS DE LIMA VIANA	524A2022017506
OBERDAN DE MORAES PARAGUAI	524A2022016119
RAISSA FERNANDES CHALEGA	524A2022016933
RAMON NUNES TAVARES	524A2022016100
RODOLFO ALVES FONSECA	524A2022017522
ROGERIO KOHLRAUSCH BURGEL	524A2022016917
SEBASTIAO MELO DO CARMO	524A2022016461
TARLES MACENA DE ARAUJO	524A2022016089
VALDEMIR EPAMINONDAS DA SILVA JUNIOR	524A2022016070
VICTOR NARDELLI	524A2022017492
VINICIUS CORREA	524A2022015732
WALCISLEY BUENO DA CRUZ	524A2022016488
WILLIAN DA COSTA MESQUITA	524A2022015694
WILTON FERREIRA MENDES	524A2022017123

Ordem de Serviço nº 313/2022, de 29 de setembro de 2022.

AMADOR / MOTONAUTA	Nº DE INSCRIÇÃO
ALEXANDRE SILVA DE ALMEIDA	524A2022017697
ANTONIO MARIO FERREIRA DE ARAUJO	524A2022018375
BRUNO CARVALHO RIBEIRO	524A2022017700
DANIEL MARINHO PESSOA	524A2022018383
DENNYS BEZERRA DE MEDEIROS	524A2022018367
DIEGO BARRETO DOS SANTOS	524A2022018251
DIEGO SANTOS DOUETTS	524A2022017719
JEOVA PEREIRA SILVA	524A2022018529
KARINE MARIA FOLLMANN	524A2022018138
LEANDRO RANGEL DA SILVA	524A2022018537
LUIS FERNANDO ABDALLA BORBA	524A2022018162
LUIZ EDUARDO SOUSA DE OLIVEIRA	524A2022018421
OTTONIEL VIEIRA RAMALHO	524A2022018146
PAULO EDUARDO ABDALLA BORBA	524A2022018154
RENAN RAFAEL FERREIRA CAMPOS DO AMARAL	524A2022018359
WHILKEN BRASIL OLIVEIRA DA PAZ	524A2022018413

Ordem de Serviço nº 213/2022, de 31 de outubro de 2022.

AMADOR / MOTONAUTA	Nº DE INSCRIÇÃO
ALESANDRO JOSE DE AZEVEDO	524A2022019363
ANTONY FERREIRA DA SILVA	524A2022019193
CLAUDIA CAROLINE RIBEIRO	524A2022019398
CLIONALDO FERNANDES DE ALMEIDA	524A2022019347
EDUARDO MARCELINO FERNANDES	524A2022019240
EMERSON ALEXANDRE TARTAGGIA	524A2022019223
GIZELLE MICHAEL DE OLIVEIRA PRANDINI	524A2022019320
JOAO CARLOS THOMAZETTO ALVARES	524A2022019339
JULIO CESAR DE OLIVEIRA	524A2022019231
LUIZ FERNANDO PONCIO DE OLIVEIRA	524A2022019215
LUIZ FRANCISCO EMYGDIO	524A2022019380
MARIO SODRE ANANIAS DOS SANTOS	524A2022019436
RAFAEL SOARES DA MOTA	524A2022019207
RODRIGO DIAS SILVA	524A2022019355
THIAGO MACIEL NEIVA	524A2022019410
THIAGO PANIAGO MORENO	524A2022019444
THIAGO VILELA DE OLIVEIRA	524A2022019371
VANDEIR OLIVEIRA SANTOS	524A2022019401

ESTADO-MAIOR DA ARMADA

DESPACHO Nº 32, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2022

Processo nº: 61074.011565/2022-67
Autorização para visita de Navios de Guerra a Portos e Águas Jurisdicionais Brasileiras
Embaixada da França no Brasil

1. Nos termos do art. 4º, caput e parágrafo único, da Lei Complementar nº 90/1997, com redação dada pela Lei Complementar nº 149/2015; c/c art. 1º da Portaria Normativa nº 1.130/MD, de 20 de maio de 2015; Portaria nº 439/MB, de 1º de outubro de 2015; e Portaria nº 137/2018, deste Estado-Maior, AUTORIZO a visita do navio "LA COMBATTANTE", pertencente à Marinha Nacional da França (MNF), ao porto de Belém-PA, no período de 12 a 16 de novembro de 2022.

2. Por oportuno, no que diz respeito ao desembarque da tripulação e convívio social, esses estarão sujeitos às normas sanitárias locais vigentes em conformidade com as condições epidemiológicas na ocasião da visita.

Vice-Almirante CARLOS EDUARDO HORTA ARENTZ
Vice-Chefe do Estado-Maior da Armada

PORTARIA EMA/MB Nº 245, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2022

Concede autorização ao Navio de Pesquisa Oceanográfica A.R.A. "Austral", de bandeira argentina, para realizar as atividades de pesquisa científica especificadas no Projeto Científico "Circulação Meridional do Atlântico Sul", em Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB).

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA ARMADA, no uso da delegação de competência que lhe confere o inciso III, do art. 1º, do art. 12 do anexo A, da Portaria nº 37/MB/2022 e de acordo com o disposto no art. 2º do Decreto nº 96.000/1988, resolve:

Art. 1º Conceder autorização ao Navio de Pesquisa Oceanográfica A.R.A. "Austral", de bandeira argentina, para realizar atividades de pesquisa científica em AJB, conforme previstas no Projeto Científico específico, "Circulação Meridional do Atlântico Sul", obedecendo à derrota previamente apresentada à Marinha do Brasil (MB).

§ 1º O navio fica obrigado a aderir ao Sistema de Informações sobre o Tráfego Marítimo, conforme descrito nas Normas da Autoridade Marítima para o Tráfego e Permanência de Embarcações em AJB - NORMAM-08/DPC. Qualquer alteração na derrota a ser cumprida em AJB deverá ser submetida à apreciação da MB

§ 2º Caberá ao Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo (IOUSP), instituição responsável pela campanha oceanográfica, buscar junto aos órgãos competentes as autorizações legais e exigíveis para boa execução do referido Projeto, que deverão ser emitidas pelos órgãos de fiscalização e controle competentes, de acordo com a natureza da pesquisa, quando assim for exigido.

Art. 2º O Cruzeiro oceanográfico tem como propósito científico medir os transportes meridionais de massa e calor através do Oceano Atlântico Sul utilizando diversas observações oceanográficas em uma linha localizada aproximadamente na latitude 34,5º S.

Art. 3º A autorização a que se refere esta Portaria terá validade para o período de 2 a 17 de dezembro de 2022.

Art. 4º O Navio de pesquisa mencionado no art. 1º terá a bordo uma Oficial da MB, ao qual deverão ser concedidas todas as facilidades, inclusive o amplo e irrestrito acesso a todos os espaços, equipamentos, instrumentos e registros de bordo, com o propósito de permitir a fiscalização necessária dos serviços que serão executados.

§ 1º A Oficial da MB tem autoridade para impedir a pesquisa ou a investigação científica, a coleta de dados, de informações ou de amostras, em AJB, realizadas fora do período estabelecido no art. 3º desta Portaria, bem como para não permitir a execução de trabalhos científicos e adoção de derrotas não previstas nos documentos previamente apresentados por ocasião do pedido da autorização. Assim, todas as determinações emanadas pela referida Oficial a esse respeito deverão ser prontamente acatadas.

§ 2º Em consonância com o inciso II, do art. 6º do Decreto nº 96.000/1988, a instituição responsável pela pesquisa deverá providenciar passagens aéreas, hospedagem, alimentação e transporte para a Oficial Fiscal.

Art. 5º A instituição responsável pela pesquisa deverá fornecer à Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN) todos os dados, informações e resultados obtidos pela pesquisa realizada, dentro dos prazos previstos no Decreto nº 96.000/1988, encaminhando-os para a Rua Barão de Jaceguai, s/nº, Ponta da Armação, Ponta D'Areia, Niterói, RJ, CEP 24048-900.

Art. 6º Deverão ser observados os aspectos técnicos e de documentação, detalhados no anexo, "ORIENTAÇÕES PARA A REMESSA DOS DADOS COLETADOS".

Art. 7º O não cumprimento do estabelecido nesta Portaria provocará o cancelamento automático da presente autorização, respondendo a entidade e os responsáveis pelos prejuízos causados e ficando sujeitos, a critério do Governo Brasileiro, a terem recusadas futuras solicitações de pesquisas em AJB.

Art. 8º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Almirante de Esquadra RENATO RODRIGUES DE AGUIAR FREIRE

ANEXO

MARINHA DO BRASIL
MARINHA DO BRASIL
ESTADO-MAIOR DA ARMADA
ASPECTOS TÉCNICOS E DE DOCUMENTAÇÃO A SEREM CUMPRIDOS PARA A REMESSA DOS DADOS COLETADOS

1. Relatório de campo

Os dados ambientais enviados devem ser acompanhados de um relatório de campo contendo as seguintes informações:

a) Nome, endereço e telefone da Instituição responsável pelos dados enviados;

b) Nome, endereço, telefone e e-mail do pesquisador responsável pelos dados enviados;

c) Programa, projeto e nome da pesquisa ou investigação científica;

d) Agência financiadora, número do contrato e data;

e) Nome e número do cruzeiro e/ou da pernada;

f) Nome da plataforma de coleta e indicativo visual;

g) Data de início e fim do cruzeiro e das pernadas;

h) Resumo com o objetivo da coleta de dados;

i) Completa descrição dos parâmetros coletados durante a Comissão;

j) Descrição dos equipamentos utilizados (tipo, modelo, software de leitura do dado bruto);

k) Metodologia de coleta dos dados;

l) Latitude, longitude e profundidade local das estações de coleta;

m) Parâmetros do dado: Unidade, precisão, metodologia de observação, fase e metodologia de processamento, metodologia de análise (para os casos onde foi aplicada análise ao dado bruto), explicação dos flags de qualidade dos dados;

n) Citar quando ocorrer alguma avaria no equipamento durante a Comissão, indicando a partir de qual estação ocorreu e quais as medidas tomadas para sanar o problema; e

o) Encaminhar referência de literatura pertinente ao dado coletado (no caso de já existir o mesmo tipo de pesquisa para a área e período da comissão).

2. Formatação e padronização dos dados e metadados:

a) CTDO: deverão ser enviados os dados de profundidade, temperatura, condutividade, salinidade, sigma-t, densidade e oxigênio, para todas as profundidades coletadas (não selecionar profundidades), bem como todos os arquivos brutos e informações acessórias necessárias ao processamento dos dados;

b) ADCP: deverão ser enviados dados de posição, hora, profundidade, velocidade horizontal e vertical, intensidade (do eco), correlação, erro, arquivo de configuração, valores processados e arquivos brutos;

c) Amostras de fundo e testemunhos: deverão ser encaminhadas em planilha (.ods, .txt, .csv ou .xls) com as respectivas datas e posições (Lat/Long ou N/E), datum, equipamento de amostragem, profundidade e descrição petrográfica com referência da classificação utilizada. No caso de amostras de fundo com análise laboratorial, devem ser enviados a planilha com os parâmetros analisados e os resultados da análise;

d) Amostras biológicas e químicas: deverão ser encaminhadas em planilha (.ods, .txt, .csv ou .xls) com as respectivas datas e posições (Lat/Long ou N/E), datum, equipamento de amostragem, profundidade e descrição do material coletado ou medido. No caso de amostras biológicas e químicas com análise laboratorial, devem ser enviados a planilha com os parâmetros analisados e os resultados da análise;

e) Sonar de varredura lateral (side scan): os arquivos processados e/ou brutos devem ser preferencialmente compatíveis com o programa de processamento sonarwiz, na extensão XTF e/ou JSF. No caso de dados brutos, citar no relatório os valores de cable out e layback caso não tenham sido inseridos durante a aquisição; plantas de varredura interpretadas e mosaicos, quando houver, devem ser enviados preferencialmente em meio digital na extensão DXF;

f) Sísmica multicanal, sísmica rasa ou perfilador de subfundo: os arquivos processados devem ser enviados em extensão SGY; e os perfis e plantas interpretadas do embasamento acústico e/ou perfis sísmicos, quando houver, devem ser enviados preferencialmente em meio digital na extensão DXF; e

g) Sondagem batimétrica: deverão ser apresentados, por meio de relatório: as especificações técnicas seguidas e ordem do levantamento, de acordo com a publicação S44 da OHI; as especificações dos equipamentos do sistema multifeixe (transdutores, sensores de movimento, sensores de velocidade do som, marégrafos, receptores de satélite); a metodologia adotada nas pesquisas de perigos ou canais; os métodos de determinação de posições utilizadas; aferições ou calibragens; a medição dos offsets da embarcação, com apresentação de croqui; a medição diária da linha d´água nos dias de sondagem; os arquivos de patch test e os valores de calibragem (latência de posição, pitch, roll e yaw); o modo de inserção dos offsets (próprio sensor, sistema de aquisição ou processamento) e valores utilizados; a taxa de aquisição dos equipamentos (sensores de altitude, ecobatímetro, etc); o espaçamento entre linhas de sondagem (monofeixe) ou superposição (multifeixe) e taxa de aquisição de dados do sistema de sondagem; os arquivos, organizados por pastas, das linhas de verificação e das linhas regulares; a abertura angular e modo de operação no caso de sondagem multifeixe; as verificações de segurança para confirmar que todos os offsets estão inseridos corretamente; os arquivos brutos de Heave, velocidade do som, arquivo de correção de posicionamento (quando aplicado); os perfis de velocidade do som utilizados e como foram planejados, com resumo das características oceanográficas da área (ex. presença de termoclinas ou haloclinas causando aumento de refração dos feixes externos); períodos de ondas observados durante a sondagem e valor de filtro de heave configurado no sensor de altitude; envio dos arquivos de variação de maré (em águas mais rasas que 200 m); além de outras considerações e/ou informações pertinentes.

3. Formatação para a remessa dos dados:

a) Mídias permitidas e compatíveis com os leitores do CHM/BNDO:

I) DVD: -R/+R, -RW/+RW do tipo camada única e face única ou face dupla (Single Layer and Single or Double Face);

II) CD: -R/-RW;

III) DVD Blu Ray; e

IV) Fitas LTO4.

b) Sistemas Operacionais recomendados para realização das gravações:

I) MICROSOFT WINDOWS na versão WIN10 ou inferior; ou

II) LINUX.

c) Compactação de arquivos: os arquivos poderão ser compactados, desde que nos formatos: ZIP, RAR, 7ZIP, TAR, Z, CAB, ARJ ou LZH;

d) Organização de pastas: as pastas que se encontram nas mídias devem estar organizadas de forma intuitiva, por exemplo dados separados por pastas nomeadas pelo tipo de equipamento e, preferencialmente, com um sumário do que está sendo enviado e a localização dentro das mídias; e

e) Formatos: os dados produzidos na pesquisa devem ser encaminhados ao Centro de Hidrografia da Marinha em formatos abertos e que prescindam de software proprietário para sua utilização e processamento. Caso os dados estejam em formato proprietário, deverá obrigatoriamente ser fornecido o software que o converta para um formato de utilização geral (formato mencionado nesse documento).

4. Envio dos dados

Os dados e relatórios gravados nas mídias e demais documentações em meio físico deverão ser encaminhadas por correspondência postal para o endereço abaixo:

BNDO - Centro de Hidrografia da Marinha
Rua Barão de Jaceguai S/Nº, Ponta da Armação
CEP 24048-900, Niterói-RJ, Brasil

Brasília-DF, 21 de outubro de 2022.
Capitão de Mar e Guerra (RM1) FABIANO FERRO VILELA
Ajudante da Divisão de Assuntos Marítimos e Meio Ambiente

ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS

PORTARIA EMCFA-MD Nº 5.633, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS, conforme o disposto no inciso I do art. 11 da Portaria GM-MD nº 5.424, de 27 de outubro de 2022, que dispõe sobre o Regulamento da Medalha Mérito Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, e o Processo Administrativo nº 60080.000336/2022-75, resolve:

Conceder a Medalha Mérito Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas aos militares e às personalidades civis abaixo relacionados:

- Secretário LUIS ANTÔNIO DUIZIT BRITO;
- General de Divisão R/1 WILLIAM GEORGES FELIPPE ABRAHÃO;
- Senhor JOSÉ CARLOS COUTO DE CARVALHO;
- Coronel de Infantaria (EB) CHARLES DOMINGUES DA SILVA;
- Coronel de Infantaria (EB) JOÃO ALBERTO NUNES DE PAULA;
- Coronel Especialista em Fotografia (FAB) SERGIO ALEXANDRE SALOIO ALVES;
- Capitão QAO (EB) CARLOS PEREIRA DA COSTA;
- Capitão-Tenente (AA) (MB) GILBERTO DA CRUZ BARBOSA;
- Primeiro-Tenente (AA) (MB) IGOR RODRIGO DOS SANTOS;
- Segundo-Sargento QE (EB) ADÃO PERES DE QUINTA; e
- Senhor JOSÉ LUIZ LIMA DE OLIVEIRA.

GEN EX LAERTE DE SOUZA SANTOS

Ministério do Desenvolvimento Regional

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 3.262, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2022

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 11.219, de 05 de outubro de 2022, resolve:

Art. 1° Prorrogar, de ofício, o prazo de execução das ações de resposta, previsto no art. 3° da Portaria n. 2.233, de 11 de julho de 2022, constante no processo administrativo nº 59052.009819/2022-93, que autorizou a transferência de recursos ao Município de Mata Verde - MG, para ações de Defesa Civil até 06/05/2023.

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 3.263, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2022

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 11.219, de 05 de outubro de 2022, resolve:

Art. 1° Prorrogar, de ofício, o prazo de execução das ações de resposta, previsto no art. 3° da Portaria n. 2.220, de 08 de julho de 2022, constante no processo administrativo nº 59053.010100/2022-03, que autorizou a transferência de recursos ao Município de Barretos - SP, para ações de Defesa Civil até 06/05/2023.

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 3.265, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2022

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 11.219, de 05 de outubro de 2022, resolve:

Art. 1° Prorrogar, de ofício, o prazo de execução das ações de resposta, previsto no art. 3° da Portaria n. 2.169, de 05 de julho de 2022, constante no processo administrativo nº 59052.009801/2022-91, que autorizou o empenho e a transferência de recursos ao Município de Mirador - MA, para ações de Defesa Civil até 02/05/2023.

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 3.266, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2022

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010,

na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 11.219, de 05 de outubro de 2022, resolve:

Art. 1° Prorrogar, de ofício, o prazo de execução das ações de resposta, previsto no art. 3° da Portaria n. 2.160, de 05 de julho de 2022, constante no processo administrativo nº 59052.009426/2022-80, que autorizou o empenho e a transferência de recursos ao Município de Mirador - MA, para ações de Defesa Civil até 02/05/2023.

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 3.267, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2022

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 11.219, de 05 de outubro de 2022, resolve:

Art. 1° Prorrogar, de ofício, o prazo de execução das ações de recuperação, previsto no art. 5° da Portaria n. 2.032, de 22 de junho de 2022, constante no processo administrativo nº 59053.004892/2021-88, que autorizou a transferência de recursos ao Município de Alegre - ES, para ações de Defesa Civil até 13/10/2023.

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 3.269, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2022

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 11.219, de 05 de outubro de 2022, resolve:

Art. 1° Prorrogar, de ofício, o prazo de execução das ações de recuperação, previsto no art. 5° da Portaria n. 2.277, de 14 de julho de 2022, constante no processo administrativo nº 59053.006372/2022-91, que autorizou a transferência de recursos ao Município de São Pedro dos Ferros - MG, para ações de Defesa Civil até 28/10/2023.

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 3.270, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2022

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 11.219, de 05 de outubro de 2022, resolve:

Art. 1° Prorrogar, de ofício, o prazo de execução das ações de recuperação, previsto no art. 5° da Portaria n. 2.360, de 21 de julho de 2022, constante no processo administrativo nº 59053.005831/2021-38, que autorizou a transferência de recursos ao Município de Sem-Peixe - MG, para ações de Defesa Civil até 30/10/2023.

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 3.271, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2022

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 11.219, de 05 de outubro de 2022, resolve:

Art. 1° Prorrogar, de ofício, o prazo de execução das ações de recuperação, previsto no art. 5° da Portaria n. 2.391, de 25 de julho de 2022, constante no processo administrativo nº 59053.006520/2021-77, que autorizou a transferência de recursos ao Município de Guidoval - MG, para ações de Defesa Civil até 21/10/2023.

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 3.273, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2022

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 11.219, de 05 de outubro de 2022, resolve:

Art. 1° Prorrogar, de ofício, o prazo de execução das ações de recuperação, previsto no art. 5° da Portaria n. 2.343, de 20 de julho de 2022, constante no processo administrativo nº 59053.006394/2022-51, que autorizou a transferência de recursos ao Município de Entre-Folhas - MG, para ações de Defesa Civil até 20/10/2023.

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 3.274, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2022

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 11.219, de 05 de outubro de 2022, resolve:

Art. 1° Prorrogar, de ofício, o prazo de execução das ações de recuperação, previsto no art. 5° da Portaria n. 2.178, de 05 de julho de 2022, constante no processo administrativo nº 59053.005794/2021-68, que autorizou a transferência de recursos ao Município de Guaratinga - BA, para ações de Defesa Civil até 18/10/2023.

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 3.285, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2022

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 11.219, de 05 de outubro de 2022, resolve:

Art. 1° Prorrogar o prazo de execução das ações de resposta, previsto no art. 3° da Portaria n. 1.937, de 13 de junho de 2022, constante no processo administrativo nº 59052.009236/2022-62, que autorizou o empenho e a transferência de recursos ao Município de Ponte Nova - MG, para ações de Defesa Civil até 11/03/2023.

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 3.286, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2022

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 11.219, de 05 de outubro de 2022, resolve:

Art. 1° Prorrogar o prazo de execução das ações de resposta, previsto no art. 3° da Portaria n. 1.515, de 16 de maio de 2022, constante no processo administrativo nº 59052.009365/2022-51, que autorizou o empenho e a transferência de recursos ao Município de Santo Antônio do Grama - MG, para ações de Defesa Civil até 11/02/2023.

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 3.293, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Goiás -GO, para a execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 11.219, de 5 de outubro de 2022, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos ao Município de Goiás-GO, no valor de R$ 384.577,42 (trezentos e oitenta e quatro mil quinhentos e setenta e sete reais e quarenta e dois centavos), para a execução de ações de recuperação, descritas no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59053.007073/2022-73.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do objeto, a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério do Desenvolvimento Regional, Notas de Empenho n. 2022NE000920 e 2022NE001255, Programa de Trabalho: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0300; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área técnica competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em parcela única nos termos do art. 14 da Portaria n. 3.033, de 4 de dezembro de 2020.

Art. 4º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente federado, do disposto no § 2º do art. 13 da Portaria n. 3.033, de 4 de dezembro de 2020.

Art. 5º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 6º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada, exclusivamente, à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria e no Plano de Trabalho aprovado, devendo obedecer ao disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 7º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria n. 3.033, de 4 de dezembro de 2020.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 3.295, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Itapirapuã-GO, para a execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 11.219, de 5 de outubro de 2022, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos ao Município de Itapirapuã-GO, no valor de R$ 521.232,55 (quinhentos e vinte e um mil duzentos e trinta e dois reais e cinquenta e cinco centavos), para a execução de ações de recuperação, descritas no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59053.006393/2022-14.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do objeto, a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério do Desenvolvimento Regional, Notas de Empenho n. 2022NE000661 e 2022NE001265, Programa de Trabalho: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0300; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área técnica competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em parcela única nos termos do art. 14 da Portaria n. 3.033, de 4 de dezembro de 2020.

Art. 4º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente federado, do disposto no § 2º do art. 13 da Portaria n. 3.033, de 4 de dezembro de 2020.

Art. 5º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 6º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada, exclusivamente, à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria e no Plano de Trabalho aprovado, devendo obedecer ao disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 7º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria n. 3.033, de 4 de dezembro de 2020.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 3.296, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Ataléia-MG, para a execução de ações de Defesa Civil.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 11.219, de 5 de outubro de 2022, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos ao Município de Ataléia-MG, no valor de R$ 480.406,85 (quatrocentos e oitenta mil quatrocentos e seis reais e oitenta e cinco centavos), para a execução de ações de recuperação, descritas no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59053.006477/2022-40.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do objeto, a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério do Desenvolvimento Regional, Notas de Empenho n. 2022NE000660 e 2022NE001263, Programa de Trabalho: 06.182.2218.22BO.6500; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0300; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área técnica competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em parcela única nos termos do art. 14 da Portaria n. 3.033, de 4 de dezembro de 2020.

Art. 4º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente federado, do disposto no § 2º do art. 13 da Portaria n. 3.033, de 4 de dezembro de 2020.

Art. 5º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução será de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 6º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada, exclusivamente, à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria e no Plano de Trabalho aprovado, devendo obedecer ao disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 7º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria n. 3.033, de 4 de dezembro de 2020.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 3.297, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 11.219, de 5 de outubro de 2022, resolve:

Art. 1° Prorrogar o prazo de execução das ações de resposta, previsto no art. 3° da Portaria nº 1579, de 20 de maio de 2022, constante no processo administrativo nº 59052.009398/2022-09, que autorizou o empenho e a transferência de recursos ao Município de Patrocínio do Muriaé - MG, para ações de Defesa Civil até 19/12/2022.

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 3.298, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 11.219, de 05 de outubro de 2022, resolve:

Art. 1° Prorrogar o prazo de execução das ações de resposta, previsto no art. 3° da Portaria nº 1.571, de 19 de maio de 2022, constante no processo administrativo nº 59052.008845/2022-02, que autorizou o empenho e a transferência de recursos ao Município de Rio Casca - MG, para ações de Defesa Civil até 16/12/2022.

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 3.299, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 11.219, de 05 de outubro de 2022, resolve:

Art. 1° Prorrogar o prazo de execução das ações de resposta, previsto no art. 3° da Portaria nº 1.370, de 03 de maio de 2022, constante no processo administrativo nº 59052.009062/2022-38, que autorizou o empenho e a transferência de recursos ao Município de Oliveira - MG, para ações de Defesa Civil até 19/12/2022.

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 3.300, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 11.219, de 05 de outubro de 2022, resolve:

Art. 1° Prorrogar o prazo de execução das ações de prevenção, previsto no art. 5° da Portaria nº 254, de 07 de fevereiro de 2020, constante no processo administrativo nº 59502.000270/2017-69, que autorizou a transferência de recursos ao Município de Caucaia - CE, para ações de Defesa Civil até 21/05/2023.

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 3.301, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 11.219, de 05 de outubro de 2022, resolve:

Art. 1° Prorrogar o prazo de execução das ações de recuperação, previsto no art. 5° da Portaria nº 320, de 08 de agosto de 2018, constante no processo administrativo nº 59053.000504/2017-11, que autorizou a transferência de recursos ao Município de Eldorado dos Carajás - PA, para ações de Defesa Civil até 11/06/2023.

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 3.302, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 11.219, de 05 de outubro de 2022, resolve:

Art. 1° Prorrogar o prazo de execução das ações de prevenção, previsto no art. 5° da Portaria nº 1.722, de 16 de junho de 2019, constante no processo administrativo nº 59204.008197/2017-38, que autorizou a transferência de recursos ao Município de Aveiro - PA, para ações de Defesa Civil até 01/07/2023.

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 3.303, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 11.219, de 05 de outubro de 2022, resolve:

Art. 1° Prorrogar o prazo de execução das ações de recuperação, previsto no art. 5° da Portaria nº 1.061, de 01 de junho de 2021, constante no processo administrativo nº 59053.003636/2022-92, que autorizou a transferência de recursos ao Município de Candeias - MG, para ações de Defesa Civil até 27/05/2023.

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

Ministério da Economia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA ME/SUFRAMA Nº 9.835, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

Dispõe sobre o Plano de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação - PD&I; a apresentação e julgamento dos projetos de PD&I; e os procedimentos para o acompanhamento e a fiscalização das obrigações previstas no art. 5º do Decreto nº 10.521, de 15 de outubro de 2020.

O MINISTRO DE ESTADO DA ECONOMIA E O SUPERINTENDENTE DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso da atribuição que lhes confere o art. 2º, § 22, da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e tendo em vista o disposto no art. 33 do Decreto nº 10.521, de 15 de outubro de 2020, resolvem:

Art. 1º Esta Portaria Conjunta dispõe sobre o Plano de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação - PD&I e regulamenta a apresentação e o julgamento dos projetos de PD&I e os procedimentos para o acompanhamento e a fiscalização das obrigações previstas no art. 5º do Decreto nº 10.521, de 15 de outubro de 2020.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 2º A fruição dos incentivos fiscais previstos no art. 2º da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, relativos à produção de bens e serviços de tecnologia da informação e comunicação na Zona Franca de Manaus, depende da realização de investimentos em PD&I, dentre outros requisitos legais para aprovação dos correspondentes projetos industriais.

Art. 3º São objetivos estratégicos para a aplicação da Lei nº 8.387, de 1991, na Amazônia Ocidental e

Amapá:

I - fortalecimento das atividades de PD&I na Amazônia Ocidental e no Estado do Amapá;

II - amadurecimento do ecossistema de inovação e empreendedorismo da Amazônia Ocidental e do Estado do Amapá; e

III - uso dos incentivos da Lei nº 8.387, de 1991, para potencializar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS.

Art. 4º Para fins desta Portaria Conjunta, considera-se:

I - aceleradoras: pessoas jurídicas com ou sem fins lucrativos dedicadas a apoiar, por tempo determinado, o desenvolvimento de empresas nascentes de base tecnológica, por meio de um processo estruturado, que inclua ou não aportes de capital financeiro, em troca de uma possível participação societária futura nos negócios acelerados;

II - aperfeiçoamento de produto ou processo: produto ou processo existente e que foi modificado para que apresente melhorias tecnológicas e com efetivo ganho de qualidade ou desempenho, desde que para um técnico no assunto, não decorra de maneira evidente ou óbvia do estado da técnica;

III - estado da técnica: tudo aquilo que é tornado acessível ao público, por descrição escrita ou oral, por uso ou qualquer outro meio, no Brasil ou no exterior;

IV - atividades de PD&I: definição das atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação que seguem o disposto no Capítulo VI do Decreto nº 10.521, de 2020, compreendendo o trabalho criativo e sistemático, realizado com o objetivo de aumentar o estoque de conhecimentos, conceber aplicações inovadoras do conhecimento disponível e que podem resultar em uma inovação tecnológica, podendo ser, no âmbito do Plano de PD&I, uma ação individualizada ou um conjunto de ações agrupadas como projeto, para realizar os investimentos em PD&I;

V - base de cálculo: faturamento calculado conforme disposto no caput do art. 5º do Decreto nº 10.521, de 2020;

VI - desafio tecnológico: incerteza cientifica ou tecnológica, cuja resolução demanda atividades investigativas e de experimentação, incorre em riscos para obtenção dos resultados e gera novos conhecimentos, observados os parâmetros mínimos do Anexo I;

VII - ecossistema de inovação e empreendedorismo da Amazônia Ocidental e Estado do Amapá: conjunto de empresas, instituições e negócios que se estabelecem em um mesmo local ou região e se comunicam e interagem entre si e, como resultado, tornam-se sistemas colaborativos e produtivos para a geração de inovação, transformação e novos negócios;

VIII - startups: organizações empresariais ou societárias, nascentes ou em operação recente, cuja atuação caracteriza-se pela inovação aplicada a modelo de negócios ou a produtos ou serviços ofertados, nos termos do disposto na Lei Complementar nº 182, de 1º de junho de 2021;

IX - fundação de apoio: entidade com objetivo de prover apoio à projetos de PD&I, inclusive na gestão administrativa e financeira necessária à execução desses projetos, nos termos do disposto no inciso VII do art. 2º da Lei nº 10.973, de 20 de dezembro de 1994;

X - incubadoras de empresas: organização ou estrutura que objetiva estimular ou prestar apoio logístico, gerencial e tecnológico ao empreendedorismo inovador e intensivo em conhecimento, com o objetivo de facilitar a criação e o desenvolvimento de empresas que tenham como diferencial a realização de atividades voltadas à inovação;

XI - inovação: introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo e social que resulte em novos produtos, serviços ou processos ou que compreenda a agregação de novas funcionalidades ou características a produto, serviço ou processo já existente que possa resultar em melhorias e em efetivo ganho de qualidade ou desempenho;

XII - indústria 4.0: integração de instalações de produção, cadeias de suprimentos e sistemas de serviços para permitir o estabelecimento de redes de valor agregado, envolvendo tecnologias como: análise de grandes volumes de dados (big data), robôs autônomos (adaptativos), sistemas ciber-físicos, simulação, integração horizontal e vertical, internet industrial, computação em nuvem, manufatura aditiva e realidade aumentada, e compreendendo sistemas distribuídos como: redes de sensores, sistemas em nuvem, robôs autônomos e manufatura aditiva conectados uns aos outros;

XIII - investimento em PD&I: a contrapartida financeira de empresas titulares de projetos industriais de bens e serviços de tecnologia da informação e comunicação favorecidas com a concessão de incentivos fiscais no âmbito da Zona Franca de Manaus em atividades de PD&I a serem realizadas na Amazônia Ocidental ou no Estado do Amapá, incentivando o desenvolvimento cientifico e tecnológico regional, com valorização da tecnologia desenvolvida pelas empresas, entidades, instituições e demais pessoas da cadeia de inovação;

XIV - Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação - ICT: órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos legalmente constituída sob as leis brasileiras, com sede e foro no País, que inclua em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico ou o desenvolvimento de novos produtos, serviços ou processos;

XV - objetivos de desenvolvimento sustentável: conjunto de 17 objetivos e 169 metas da Organização das Nações Unidas - ONU organizados em quatro grandes dimensões (social, econômica, ambiental e institucional) que constituem uma agenda de desenvolvimento sustentável para os países signatários, dentre os quais o Brasil;

XVI - plano de PD&I: documento formal destinado a discriminar o planejamento das ações e projetos de PD&I, incluindo desafios científicos ou tecnológicos a serem enfrentados e os resultados previstos na realização dos investimentos em PD&I;

XVII - projeto de PD&I: conjunto de atividades de PD&I organizadas e gerenciadas para um propósito específico e único, não rotineiro, com escopo, objetivos e resultados próprios, além da duração e recursos humanos, materiais e financeiros definidos;

XVIII - projetos rotineiros de engenharia: projetos cujos métodos e conhecimentos necessários para a execução são dominados ou os insumos necessários, usualmente caracterizados por levantamento de dados, parâmetros de configurações, cálculos pré-definidos, medições e práticas similares, sem desafio tecnológico a ser superado;

XIX - protótipo: modelo construído para incluir todas as características técnicas e de desempenho do novo produto ou aperfeiçoamento tecnológico dos já existentes; e

XX - relatório demonstrativo - RD: documento formal destinado a demonstrar a realização dos projetos e outras modalidades de investimentos de PD&I, conforme previsto no Plano de PD&I, bem como os resultados obtidos destes investimentos, considerando as regras estabelecidas nesta Portaria Conjunta.

Parágrafo único. São equiparadas a ICTs as instituições de pesquisa ou instituições de ensino superior mantidas pelo poder público, caso satisfaçam as condições descritas no inciso V do art. 2º da Lei nº 10.973, de 2004.

CAPÍTULO II

DAS OBRIGAÇÕES E INVESTIMENTOS EM PD&I

Art. 5º Os investimentos em PD&I das empresas beneficiárias da Lei nº 8.387, de 1991, devem corresponder a no mínimo cinco por cento do seu faturamento bruto no mercado interno, calculado conforme disposto no caput do art. 5º do Decreto nº 10.521, de 2020, devendo ser executados em conformidade com o plano de PD&I, ressalvadas as hipóteses de redução relativas a situações específicas previstas em lei.

Art. 6º Para as empresas cujo faturamento bruto anual, calculado nos termos do disposto no art. 5º do Decreto nº 10.521, de 2020, seja igual ou superior a R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), os investimentos em PD&I deverão ser realizados da seguinte forma:

I - no mínimo dois inteiros e três décimos por cento da base de cálculo, sendo que:

a) no mínimo nove décimos por cento em convênio com ICTs credenciadas pelo Comitê das atividades de Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia - CAPDA;

b) no mínimo dois décimos por cento em depósitos trimestrais no Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT;

c) sob a forma de aplicação em fundos de investimentos ou outros instrumentos autorizados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM que se destinem à capitalização de empresas de base tecnológica, com sede ou atividade principal na Amazônia Ocidental ou no Estado do Amapá, conforme disposto na Portaria nº 1.753, de 16 de outubro de 2018, do extinto Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e da Superintendência da Zona Franca de Manaus - Suframa;

d) sob a forma de aplicação em programas prioritários definidos pelo CAPDA;

e) sob a forma de implantação ou operação de incubadoras ou aceleradoras credenciadas pelo CAPDA;

f) no mínimo quatro décimos por cento em convênio com ICTs criadas e mantidas pelo poder público e credenciadas pelo CAPDA, posto que esse percentual não compõe a obrigação prevista na alínea "a" deste inciso, conforme disposto na Portaria Conjunta nº 347, de 20 de outubro de 2020, do Ministério da Economia e Suframa; e

g) em organizações sociais, qualificadas nos termos da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, que mantenham contrato de gestão com o Ministério da Economia e que promovam e incentivem a realização de projetos de PD&I na área de bioeconomia, com sede ou atividade principal na Amazônia Ocidental ou no Estado do Amapá, conforme regulamento a ser editado pelo Ministro de Estado da Economia, que, neste caso, poderá substituir o percentual previsto nas alíneas "a" e "f" deste inciso; e

II - complemento de até dois inteiros e sete décimos por cento da base de cálculo poderá ser realizado:

a) projetos tecnológicos com objetivo de sustentabilidade ambiental, de entidades credenciadas pelo CAPDA, conforme disposto na Portaria Conjunta nº 268, de 9 de julho de 2020, do Ministério da Economia e da Suframa;

b) capitalização de empresas nascentes de base tecnológica, com sede ou atividade principal na Amazônia Ocidental ou no Estado do Amapá, conforme disposto na Portaria nº 2.145, de 21 de dezembro de 2018, do extinto Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e da Suframa;

c) repasses a organizações sociais, qualificadas conforme a Lei nº 9.637, de 1998, que mantenham contrato de gestão com o Ministério da Economia e que promovam e incentivem a realização de projetos de PD&I na área de bioeconomia, com sede ou atividade principal na Amazônia Ocidental ou no Estado do Amapá; e

d) em atividades de PD&I realizadas diretamente pelas próprias empresas ou por elas contratadas com outras empresas ou ICTs, com sede ou atividade principal na Amazônia Ocidental ou no Estado do Amapá.

Art. 7º Para as empresas cujo faturamento bruto anual, calculado nos termos do disposto no art. 5º do Decreto nº 10.521, de 2020, seja inferior a R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) em bens e serviços de tecnologia da informação e comunicação, os investimentos em PD&I poderão ser realizados em qualquer das modalidades, não sendo obrigatórios o cumprimento dos limites percentuais previstos nos incisos do art. 6º.

Art. 8º A empresa contratante, no caso de produção terceirizada, poderá assumir, mediante contrato ou termo equivalente, a obrigação de investimento em PD&I da empresa contratada relativamente aos produtos incentivados entre elas comercializados, observadas as seguintes condições:

I - o repasse das obrigações poderá ser integral ou parcial;

II - ao assumir as obrigações da contratada, fica a empresa contratante com a responsabilidade de discriminar o fato em seu plano de PD&I, bem como de apresentar os correspondentes RDs do cumprimento das obrigações assumidas;

III - o repasse das obrigações não eximirá a contratada da responsabilidade pelo seu cumprimento, ficando ela sujeita às penalidades cabíveis, no caso de descumprimento pela contratante de quaisquer das obrigações assumidas;

IV - as empresas contratadas também deverão apresentar RD, mesmo que fabriquem somente o produto do qual derivaram as obrigações objeto do repasse; e

V- o contrato de assunção deverá especificar as modalidades e/ou projetos de investimentos nas quais os recursos serão aplicados.

§ 1º A insuficiência ou glosa de investimentos será imputada às empresas contratantes e contratada proporcionalmente ao montante de suas respectivas obrigações.

§ 2º A Suframa, caso a contratante não atenda ao disposto no inciso II do caput, não reconhecerá o repasse das obrigações acordado entre as empresas, subsistindo a responsabilidade da contratada pelas obrigações assumidas.

Art. 9º Poderão ser enquadrados como aplicações em PD&I no ano-base:

I - os dispêndios realizados até 31 de março do ano subsequente ao ano-base nas modalidades previstas nas alíneas "a", "e" e "f" do inciso I e na alínea "d" do inciso II do art. 6º;

II - os depósitos efetuados até 31 de março do ano subsequente ao ano-base nas modalidades previstas nas alíneas "b", "d" e "g" do inciso I e na alínea "c" do inciso II do art. 6º; e

III - eventual pagamento antecipado a ICTs, nas modalidades previstas nas alíneas "a" e "f" do inciso I do art. 6º, desde que seu valor não seja superior a vinte por cento do projeto.

§ 1º Os prazos das demais modalidades deverão seguir as suas respectivas regulamentações.

§ 2º Os investimentos realizados de janeiro a março poderão ser contabilizados para efeito do cumprimento das obrigações relativas ao correspondente ano-base em curso ou para fins do ano-base anterior, ficando vedada a contagem simultânea do mesmo investimento nos dois períodos.

§ 3º Para efeitos de contabilização de investimento no ano-base, os aportes realizados pelas empresas beneficiárias nas ICTs, conforme as modalidades de convênio, devem ocorrer até março do ano seguinte.

§ 4º O valor reprovado, em caso de glosa de valores oriundos dos recursos mencionados no inciso III do caput, será atualizado em regime simples pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, acrescido de doze por cento, uma única vez, e cobrado junto aos déficits apurados no ano-base posterior à aprovação da antecipação.

CAPÍTULO III

DAS ATIVIDADES DE PD&I

Art. 10. Consideram-se atividades de PD&I, nos termos do disposto no art. 21 do Decreto nº 10.521, de 2020:

I - pesquisa básica;

II - pesquisa aplicada;

III - desenvolvimento experimental;

IV - inovação tecnológica;

V - formação ou capacitação profissional; e

VI - serviços de consultoria científica e tecnológica.

§ 1º As atividades de desenvolvimento experimental, no âmbito de um projeto de PD&I, consistem no trabalho sistemático, baseado em conhecimento pré-existente e destinado a produzir novos produtos e processos ou aperfeiçoar os já existentes, nos termos do disposto no inciso III do art. 21 do Decreto nº 10.521, de 2020.

§ 2º Os projetos de desenvolvimento experimental são aqueles que abordam uma incerteza técnica ou científica, cuja resolução gera conhecimentos formalizados, produtos ou processos inovadores (protótipos documentados, processos industriais, programas de computador, patentes, teses, artigos e similares), a partir da pesquisa e/ou de uma base de conhecimentos tácitos.

§ 3º Em se tratando do desenvolvimento de novos processos produtivos ou aperfeiçoamento dos já implantados, nos que se evidencie desafio tecnológico, considera-se que:

I - o desenvolvimento consiste na definição, elaboração e disponibilização de novo processo produtivo; e

II - o aperfeiçoamento consiste na execução de conjunto de etapas cientificas ou tecnológicas, que apresente aprimoramentos nos processos já existentes.

§ 4º Nos projetos em que houver necessidade de desenvolvimento de prova de conceito e protótipo, deve ficar evidenciada a presença de desafio tecnológico.

§ 5º Não são considerados válidos os investimentos em projetos e testes rotineiros de engenharia.

§ 6º Projetos destinados à elevação da aptidão da unidade fabril da empresa beneficiária para indústria 4.0 deverão seguir os termos da Portaria nº 2.091, de 2018, do extinto Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e da Suframa, e da régua de avaliação do quadro 2 do Anexo I.

§ 7º São exemplos de projetos rotineiros de engenharia que não se configuram usualmente como um projeto de PD&I, salvo a clara presença de um desafio tecnológico:

I - projetos para configuração ou parametrização de máquinas ou equipamentos no processo produtivo;

II - ações para setup de sistemas robóticos na linha de produção;

III - desenho e produção de equipamentos e estruturas que não se relacionem com o projeto de PD&I;

IV - ações para a padronização da produção como calibração de jigas de testes ou equipamentos;

V- ajustes na linha de produção, para otimização de tempo ou desempenho que não envolvam desenvolvimento de equipamento ou software inovadores;

VI - modificação pontual de algoritmos pré-existentes sem implicar a construção de um algoritmo inovador, exceto quando envolver tecnologias de última geração;

VII - projetos de desenvolvimento de software que não envolvam avanço científico e/ou tecnológico na área de software e não objetivem incertezas cientificas e/ou tecnológicas;

VIII - uso de software para o desenvolvimento de uma aplicação usual ou objetivo que não implique em avanço do conhecimento científico e/ou tecnológico;

IX - atualização ou adaptações de software, em função de mudanças de plataforma, atualização tecnológica ou ações similares, que não impliquem no avanço do conhecimento cientifico e/ou tecnológico na área de software;

X - desenvolvimento de componentes de software ou software embarcado que não impliquem no avanço do conhecimento cientifico e/ou tecnológico na área de software.

XI - customização, conceituada como adequação de produtos e processos às condições do cliente, tais como atividades de construção ou mudanças de interfaces em programas ou desenvolvimento de módulos para atender necessidades específicas do cliente;

XII - tropicalização, que consiste em mudanças nos produtos de forma a adaptar às condições de uso a que ele será submetido no Brasil, tais como adaptações para cumprimento de legislações de segurança, normas ambientais, condições de funcionamento;

XIII - alterações de forma, posicionamento de botões, cor ou embalagem de um produto; e

XIV - projetos de automação oriundos dos investimentos destinados à elevação da aptidão da unidade fabril da empresa beneficiária para indústria 4.0 que não objetiva atingir pelo menos o estágio 4 de maturidade em indústria 4.0, conforme Anexo I à Portaria nº 2.091, de 17 de dezembro de 2018, do extinto Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços.

Art. 11. Serão consideradas como atividades de PD&I a formação ou capacitação profissional:

I - cursos de aperfeiçoamento ou desenvolvimento voltados às atividades de que tratam os incisos I ao IV do art. 21 do Decreto nº 10.521, de 2020;

II - cursos de aperfeiçoamento ou desenvolvimento de recursos humanos em áreas consideradas prioritárias pelo CAPDA, nos termos do disposto no inciso V do art. 21 Decreto nº 10.521, de 2020; e

III - oferta de disciplinas ou cursos de curta duração técnico-profissionalizantes complementares a formação do ensino médio, com objetivo de formação de recursos humanos necessários na região.

§ 1º Para fins desta Portaria Conjunta não são consideradas atividades de PD&I os cursos de capacitação que:

I - não tem vínculo com os objetivos estratégicos do Plano de PD&I para a Amazônia Ocidental e Amapá; e

II - objetivam o treinamento para operação, tais como suporte e manutenção;

§ 2º Os cursos de formação de nível superior ou de pós-graduação devem ser reconhecidos ou credenciados pelo órgão competente do Sistema Nacional de Educação.

Art. 12. Para fins desta Portaria Conjunta entende-se a inovação como a que decorre de atividades de PD&I e constitui-se como um dos principais resultados esperados da Lei nº de 8.387, de 1991.

Parágrafo único. A aquisição ou implementação de uma solução existente no mercado ou a utilização de conhecimentos ou tecnologias já conhecidas em produtos ou processos da empresa beneficiária, sem que haja desafio tecnológico, não caracteriza inovação.

Art. 13. Os serviços de consultoria científica e tecnológica referenciados no inciso VI do art. 21 do Decreto nº 10.521, de 2020, são serviços vinculados às atividades de PD&I constantes nos projetos do Plano de PD&I e que viabilizam sua consecução, a saber:

I - consultoria cientifica e tecnológica: serviços de consultoria técnica especializada para o desenvolvimento do projeto de PD&I nos aspectos técnicos e científicos que envolvem a definição, equacionamento e resolução de um desafio tecnológico;

II - estudos: serviços especializados para o planejamento, elaboração ou execução de estudos técnicos ou de mercado necessários a consecução do projeto;

III - atividades de normalização: serviços especializados para a identificação, adequação ou formulação de normas técnicas de produção ou certificação de serviços correlacionadas aos projetos de PD&I;

IV - gestão de projetos de PD&I: serviços especializados para orientar, estruturar, avaliar, estimular, aprimorar ou capacitar a gestão de projetos de PD&I no âmbito das empresas beneficiárias;

V- gestão tecnológica: serviços especializados para orientar, estruturar, avaliar, estimular, aprimorar ou capacitar a gestão de projetos de tecnologia no âmbito das empresas beneficiárias;

VI - fomento à invenção e inovação: serviços especializados para estimular, disseminar, estruturar, avaliar ou capacitar equipes das empresas beneficiárias em conceitos e métodos relacionados à invenção e inovação; e

VII - gestão da propriedade intelectual: serviços especializados para apoiar processos relacionados à propriedade intelectual dos resultados de projetos de PD&I.

CAPÍTULO IV

DO PLANO DE PD&I

Art. 14. A empresa interessada em se beneficiar da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e da redução do Imposto de Importação - II, titular de projetos industriais aprovados pelo Conselho de Administração da Suframa, deverá apresentar Plano de PD&I.

§ 1º O Plano de PD&I deverá conter informações a respeito da estratégia de PD&I para a Amazônia Ocidental e Amapá, da gestão de PD&I e das atividades de PD&I a serem realizadas pela empresa beneficiária, com o descritivo dos desafios tecnológicos a serem enfrentados, o detalhamento dos projetos a serem executados e a estimativa dos resultados a serem alcançados.

§ 2º O Plano de PD&I compreenderá os investimentos de dois anos-base.

§ 3º A empresa, para projeto industrial de implantação ou diversificação, terá o prazo de noventa dias, contado da data da emissão do laudo de produção para apresentar o plano de PD&I, de forma a considerar o seu primeiro faturamento, sob pena de cancelamento do projeto industrial em caso de descumprimento do referido prazo.

§ 4º A empresa, no caso previsto no § 1º, poderá efetuar investimentos antes da emissão do parecer técnico final do Plano de PD&I, sem prejuízo da reprovação desses investimentos pela Suframa se estiverem em desacordo com a legislação aplicável.

§ 5º A empresa beneficiária deverá apresentar Plano de PD&I, via formulário eletrônico, até 31 de maio do ano anterior ao início das atividades nele descritas.

Art. 15. O Plano de PD&I é um instrumento utilizado pela Suframa para acompanhar e avaliar os resultados decorrentes dos investimentos de PD&I das empresas beneficiárias.

Parágrafo único. Ato da SUFRAMA definirá o formato e os elementos essenciais do plano de PD&I, bem como os procedimentos para sua apresentação.

CAPÍTULO V

DAS ETAPAS DE AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES DE PD&I

Art. 16. A avaliação das atividades de PD&I pela Suframa compreende três etapas procedimentais:

I - avaliação de mérito;

II - avaliação da execução por meio dos relatórios demonstrativos; e

III - avaliação dos resultados e impactos.

Art. 17. A avaliação das atividades de PD&I será baseada na verificação da geração de novos conhecimentos, novas tecnologias, novas competências e os resultados e impactos decorrentes desta geração para a Amazônia Ocidental e Amapá.

Seção I

Da Avaliação do Mérito das Atividades do Plano de PD&I

Art. 18. A empresa deverá submeter à avaliação da Suframa o Plano de PD&I, que conterá todas as informações necessárias para a avaliação do mérito das atividades nele previstas, nos termos do disposto no § 1º do art. 14.

§ 1º A aprovação do mérito dos projetos componentes do Plano de PD&I será baseada em indicadores de avaliação constantes no Anexo I.

§ 2º Para cada tipo de projeto haverá a atribuição dos graus dos respectivos indicadores de avaliação.

§ 3º Os projetos apenas poderão ser aprovados quando os graus a ele atribuídos forem iguais ou superiores aos indicadores mínimos estabelecidos no Anexo I.

§ 4º Ato específico da autoridade competente poderá definir critérios para as avaliações das atividades de PD&I das demais modalidades de investimento.

Art. 19. A aprovação pela Suframa do mérito do plano de PD&I, na forma do disposto no caput do art. 18, garante a aprovação da enquadrabilidade dos projetos contidos no Plano de PD&I, caso a empresa desenvolva os projetos conforme o plano aprovado.

Parágrafo único. A empresa poderá, mediante justificativa técnica, não apresentar no Plano de PD&I todas as informações necessárias para a aprovação dos indicadores de avaliação constantes no Anexo I, caso em que estará sujeita a eventual glosa dos projetos que não cumpram os indicadores mínimos exigidos, quando da avaliação dos relatórios demonstrativos.

Art. 20. A Suframa, durante o período de avaliação do Plano de PD&I, poderá solicitar à empresa que apresente esclarecimentos a respeito do conteúdo do Plano de PD&I.

§ 1º A empresa deverá prestar os esclarecimentos no prazo de até quinze dias, contado da data da sua notificação.

§ 2º Os esclarecimentos serão prestados por meio de documento escrito, podendo a empresa solicitar apresentação oral a respeito do Plano e das dúvidas encaminhadas na notificação, que será avaliada e agendada a critério da Suframa.

Art. 21. A avaliação do Plano de PD&I e emissão do parecer técnico correspondente deverá ser encaminhado à empresa beneficiaria no prazo de até noventa dias, contado da data de apresentação do Plano de PD&I.

§ 1º Caso o plano não seja integralmente aprovado, a empresa poderá no prazo de até trinta dias, contado da data do recebimento do parecer técnico da Suframa:

I - contestar a avaliação do Plano;

II - complementar informações ou atualizar os projetos constantes do Plano; ou

III - apresentar novos projetos de PD&I.

§ 2º A Suframa deverá avaliar e emitir novo parecer técnico na hipótese do § 1º no prazo de até sessenta dias, contado da data do recebimento dos respectivos documentos.

§ 3º Na hipótese de a Suframa não realizar a avaliação dentro do prazo previsto no caput e no § 2º, fica aprovada a execução do Plano apresentado à Suframa, devendo a avaliação do mérito das atividades de PD&I ser realizada na avaliação dos Relatórios Demonstrativos.

Art. 22. O Plano de PD&I proposto será integralmente reprovado quando ocorrer uma ou mais das seguintes situações:

I - apresentar volume de investimentos em projetos menor do que a contrapartida prevista no Plano de PD&I; ou

II - apresentar investimentos da contrapartida em desacordo com os percentuais previstos no Decreto nº 10.521, de 2020.

Art. 23. Caso a empresa beneficiária, após a aprovação e durante a execução do Plano de PD&I, opte por estabelecer contrato de assunção, a empresa que assumir a obrigação deverá apresentar novo Plano de PD&I para avaliação de mérito.

Art. 24. O Plano de PD&I poderá passar por revisões na fase de execução, caso a implementação difira do conteúdo originalmente aprovado na etapa de avaliação do Plano de PD&I.

§ 1º Poderão ser registrados no formulário do Relatório Demonstrativo Anual apenas os seguintes tipos de alteração no Plano de PD&I:

I - aumento do valor individual do projeto até o limite máximo de vinte por cento em relação à última versão aprovada;

II - exclusão de projetos;

III - remanejamento de investimentos de projetos para outras modalidades de aplicação; e

IV - mudanças nos prazos de execução dos projetos.

§ 2º O valor do projeto individual não poderá sofrer aumentos superiores ao definido no inciso I do § 1º.

§ 3º Caso as atividades a serem realizadas no projeto, ao longo do tempo, apresentem diferenças em relação ao previsto no Plano original aprovado, mas não alterem para menos os graus obtidos na avaliação do mérito, a partir da linha de corte definida no Anexo I, não implicarão na necessidade da apresentação de um novo projeto ou novo Plano.

§ 4º Na eventualidade de apresentação de novos projetos, o prazo para enviar a revisão do Plano de PD&I para a Suframa, contendo os novos projetos, é até 31 de maio e a avaliação destes projetos seguirá os prazos definidos no art. 21.

Art. 25. A empresa poderá apresentar uma única revisão do Plano de PD&I no ano posterior à sua aprovação, em data definida nos termos do disposto no § 4º do art. 24.

Art. 26. A Suframa, a seu critério, poderá realizar visitas de acompanhamento da execução do plano de PD&I.

Art. 27. A não apresentação do plano de PD&I ou apresentação em desacordo com os requisitos previstos nesta Portaria Conjunta poderá importar na aplicação das penalidades previstas no art. 34 do Decreto nº 10.521, de 2020.

Seção II

Da Avaliação da Execução por meio dos Relatórios Demonstrativos

Art. 28. A avaliação dos RDs compreende:

I - o acompanhamento da execução do plano;

II - a verificação do cumprimento dos projetos aprovados no Plano de PD&I;

III - o registro dos resultados; e

IV - a verificação da regularidade da documentação contábil e jurídica decorrente da execução dos projetos.

§ 1º Os relatórios demonstrativos do cumprimento das obrigações referentes ao ano anterior deverão ser encaminhados à Suframa, por meio de formulário eletrônico específico a ser disponibilizado, onde deverão ser demonstrados os investimentos e dispêndios realizados, os desafios tecnológicos enfrentados e resultados alcançados com as atividades de PD&I, até 30 de setembro de cada ano.

§ 2º O relatório consolidado e parecer conclusivo, elaborados por auditoria independente deverão ser encaminhados, por meio de formulário eletrônico específico a ser disponibilizado, observando o disposto no Manual de Análise do Relatório Demonstrativo da Lei nº 8.387, de 1991, bem como nas normas técnicas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, até a data de 30 de novembro de cada ano.

Art. 29. Na elaboração do relatório consolidado e parecer conclusivo pela auditoria independente serão observados:

I - o cadastramento das entidades responsáveis pela auditoria independente, que deverá observar o disposto na Portaria Conjunta nº 395, de 5 de agosto de 2019, do Ministério da Economia e Suframa; e

II - a análise do demonstrativo do cumprimento das obrigações da empresa beneficiária.

§ 1 º As empresas cujo faturamento anual, calculado nos termos do disposto no art. 5º do Decreto nº 10.521, de 2020, seja inferior a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) estarão dispensadas do parecer da auditoria e deverão somente encaminhar o relatório demonstrativo.

§ 2º O pagamento da auditoria a que se refere o caput poderá ser deduzido integralmente do complemento de dois inteiros e sete décimos por cento do faturamento mencionado no art. 6º do Decreto nº 10.521, de 2020 e, neste caso, o valor não poderá exceder a dois décimos por cento do faturamento anual, calculado conforme o disposto no art. 5º do Decreto nº 10.521, de 2020.

Art. 30. Caberá à Suframa a análise e emissão de parecer final sobre os relatórios das atividades de PD&I mencionados no § 1º e § 2º do art. 28.

§ 1º Os investimentos realizados sem demonstração de resultados não serão admitidos para efeito de cumprimento das obrigações em PD&I.

§ 2º No caso de atividades que envolvam mais de um ano-base, deverão ser demonstrados seus resultados parciais.

Art. 31. As hipóteses de execução total ou parcial de projeto através de empresas contratadas, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do art. 6º, não exonera a empresa contratante da obrigação de detalhar e demonstrar em seu RD, inclusive apresentando documentos, a correta aplicação dos recursos nos projetos desenvolvidos pelas empresas contratadas.

Art. 32. A análise dos RDs será realizada sob a forma de parecer técnico, devendo ser concedido à empresa interessada, para apresentação de contestação, o prazo de trinta dias, contado da data da ciência do parecer que conclua pela reprovação total ou parcial de relatório demonstrativo.

§ 1º Durante a análise dos relatórios demonstrativos poderá ser conferido à empresa o prazo de até quinze dias, contado da data da notificação, podendo ser prorrogado por igual período mediante justificativa, para complementação da instrução, com indicação das informações e documentos necessários à análise.

§ 2º Transcorrido o prazo de contestação, apresentada ou não, emitido novo parecer técnico quando cabível, o processo será submetido à decisão da Superintendência-Adjunta de Desenvolvimento e Inovação Tecnológica.

Art. 33. Da decisão referida no § 2º do art. 32 caberá recurso ao Superintendente da Suframa no prazo de trinta dias, contado da data da ciência.

§ 1º O recurso será dirigido à Superintendência-Adjunta de Desenvolvimento e Inovação Tecnológica da Suframa, que não reconsiderando sua decisão em no prazo de até cinco dias, contado da data do seu recebimento, procederá ao encaminhamento do processo ao Superintendente da Suframa.

§ 2º Da decisão proferida pelo Superintendente da Suframa, com intimação da empresa, não caberá recurso.

§ 3º O Superintendente da Suframa será assistido tecnicamente por equipe vinculada diretamente ao seu gabinete.

§ 4º Não havendo ou não provido o recurso, a empresa será notificada para que sejam regularizados os pontos de inadimplência nos termos do disposto no art. 45.

Art. 34. A análise do RD, da contestação e do recurso, bem como a aplicação das penalidades previstas nesta Portaria Conjunta, serão realizadas no prazo de até cinco anos, contado da data de recebimento do respectivo RD.

Art. 35. A decisão que reprovar o RD por insuficiência de investimentos ou glosa de dispêndios consignará o prazo de trinta dias, contado da data da sua ciência, para que a empresa apresente a prova de regularização, mediante aplicação do recurso financeiro residual, atualizado pela TJLP, calculada em regime simples e acrescido de doze por cento, uma única vez, nas opções previstas nas alíneas "b", "c", "d" e "e" do inciso I do art. 6º, estando sujeita às penalidades previstas no art. 46 em caso de descumprimento.

Parágrafo único. Na hipótese de regularização de insuficiência de investimentos ou glosa de dispêndios por meio da modalidade prevista na alínea "c", deverá ser apresentado o relatório de que trata o §2º do art. 10 da Portaria nº 1.753, de 2018, do extinto Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e da Suframa.

Seção III

Da Avaliação dos Impactos das Atividades de PD&I

Art. 36. A avaliação dos resultados e impactos das atividades de PD&I tem por objetivo verificar em que medida a execução dessas atividades contribuíram para a consecução dos objetivos constantes no art. 3º.

Art. 37. A Suframa, anualmente, emitirá relatório de resultados da Lei nº 8.248, de 1991 - Lei de Informática, do total dos recursos financeiros aplicados em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação nas ICTs credenciadas.

Art. 38. Os Ministérios da Economia e da Ciência, Tecnologia e Inovações divulgarão, a cada biênio, relatórios com os resultados econômicos e técnicos advindos da análise dos indicadores de monitoramento e outras informações secundárias constantes nos RDs da aplicação do disposto no Decreto nº 10.521, de 2020, durante o período.

Art. 39. A avaliação dos resultados e impactos das atividades de PD&I acontecerá a cada quatro anos, preferencialmente, por instituição externa à Suframa, que poderá realizar o levantamento de informações primárias e secundárias, além das fornecidas pelos RDs.

§ 1º As informações fornecidas pelos relatórios demonstrativos para avaliação de resultados e impactos incluem as informações relativas:

I - ao investimento de PD&I;

II - aos resultados dos projetos; e

III - aos indicadores de monitoramento constantes do Anexo II.

§ 2º A avaliação dos resultados e impactos das atividades de PD&I não implicará qualquer tipo de punição às empresas.

§ 3º As conclusões da avaliação fornecerão insumos para a Suframa e para o Ministério da Economia realizarem melhorias nos instrumentos da Lei nº 8.387, de 1991, inclusive da própria Lei, e em todos os processos associados a estes instrumentos.

§ 4º Deverá ser dado conhecimento público das principais análises e conclusões da avaliação de resultados e impactos da Lei nº 8.387, de 1991.

CAPÍTULO VI

DOS DISPÊNDIOS

Art. 40. Serão reconhecidos como dispêndios em atividades de PD&I os gastos realizados na execução ou contratação das atividades do art. 21 do Decreto nº 10.521, de 2020, desde que se refiram a:

I - programas de computador, máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos, seus acessórios, sobressalentes e ferramentas, e serviços de instalação dessas máquinas e equipamentos utilizados na execução do projeto;

II - aquisição, implantação, ampliação ou modernização de infraestrutura física e de laboratórios de PD&I e de ICTs;

III - recursos humanos diretos e indiretos envolvidos na execução das atividades de PD&I, referentes aos profissionais com dedicação proporcional ao tempo de participação nas referidas atividades;

IV - serviços técnicos de terceiros;

V- materiais de consumo, não sendo enquadráveis os utilizados em escritórios comerciais, em processos de fabricação, etc; ou

VI - outros dispêndios correlatos às atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, não relacionados nos incisos anteriores.

§ 1º Excetuados os serviços de instalação, os gastos de que trata o inciso I do caput, quando se tratar de investimentos internos da empresa, deverão ser computados pelo valor da depreciação acelerada ou não, da amortização acelerada ou não, do aluguel ou da cessão de direito de uso desses recursos, correspondentes ao período de sua utilização na execução das atividades de PD&I.

§ 2º A cessão de recursos materiais, definitiva ou por pelo menos três anos, visando à realização de atividades de PD&I nas formas previstas nas alíneas "a", "d", "e", "f" e "g" do inciso I do art. 6º, será computada para a apuração do montante dos gastos, alternativamente:

I - pelos seus valores de custo de produção ou aquisição, deduzida a respectiva depreciação acumulada; ou

II - por cinquenta por cento do valor de mercado, mediante laudo de avaliação.

§ 3º Se a instituição mantiver o compromisso da utilização dos bens adquiridos em atividades de PD&I até o final do período de depreciação, para efeito das aplicações previstas nas alíneas "a" e "f" do inciso I do art. 6º, poderão ser computados os valores integrais dos dispêndios de que trata os incisos I e II do caput.

§ 4º Poderão ser aceitos os dispêndios com as áreas dedicadas à administração, em relação ao § 3º, desde que vinculadas às atividades de PD&I e não excedam vinte por cento dos gastos de que trata o inciso II do caput.

§ 5º Os dispêndios do inciso VI do caput, realizados na execução do projeto, serão aceitos para efeito de cumprimento de obrigação de investimento em PD&I, limitados a vinte por cento da soma dos incisos I a V do caput, não sendo necessária a apresentação de comprovações, desde que não excedam o percentual previsto neste parágrafo.

§ 6º Os gastos previstos no inciso VI do caput deverão ser correlatos às atividades de PD&I e poderão ser compartilhados entre vários projetos, podendo os valores serem agrupados nas seguintes categorias:

a) consumo (água, energia elétrica, internet, telefone);

b) impostos e taxas não contabilizados nos incisos anteriores;

c) treinamentos;

d) viagens; e

e) pedido de registro de marca, depósito de patente ou outro direito relativo à propriedade intelectual decorrente do projeto de PD&I.

§ 7º A aquisição de bens e serviços deverá ser realizada por meio de notas fiscais e os demais dispêndios, por documentos idôneos e próprios do tipo de despesa e dentro do período de execução das atividades de PD&I, observando ainda os correspondentes comprovantes de pagamento, cabendo à empresa apresentá-los caso seja solicitado pela Suframa.

§ 8º As atividades mencionadas nos incisos do art. 13 poderão ser lançadas como dispêndios nos incisos IV ou VI do caput, observando sua natureza no projeto de PD&I.

§ 9º Não serão reconhecidos como dispêndios em atividades de PD&I, os serviços de manutenção de equipamentos de instalações fabris, de escritórios comerciais, consultoria para contratação de recursos humanos, consultoria geral administrativa, especialmente para o preenchimento de RDs.

Art. 41. Os investimentos voltados para elevação da aptidão da unidade fabril da empresa beneficiária para indústria 4.0, realizados até o ano de 2028, serão considerados como atividades de PD&I realizadas diretamente pelas próprias empresas, conforme disposto na alínea "d" do inciso II do art. 6º, limitados a sessenta por cento do complemento de dois inteiros e sete décimos por cento previsto no inciso II do art. 6º, podendo haver a possibilidade de depreciação acelerada dos equipamentos instalados, conforme regulamentação do Ministério da Economia.

Art. 42. Os convênios referidos na alínea "a" e "f" do inciso I do art. 6º poderão contemplar percentual de até vinte por cento dos dispêndios dos projetos de PD&I para fins de cobertura de despesas operacionais e administrativas incorridas na execução dos convênios e de constituição de reserva a ser por elas utilizada em pesquisa, desenvolvimento e inovação.

§ 1º É vedada à instituição que não tenha participado das atividades principais do projeto reter o percentual de que trata o caput.

§ 2º Entende-se por despesas operacionais e administrativas aquelas não relacionadas nos incisos do art. 40, de natureza operacional e administrativa, de caráter indivisível, sujeitas à demonstração e passíveis de serem contabilizados por meio de rateio ou centro de custo, a exemplo das relativas a:

a) aluguel e tributos decorrentes da locação imobiliária;

b) água, energia elétrica, telefone, internet;

c) taxas;

d) gestão institucional;

e) segurança patrimonial, limpeza, jardinagem e conservação em geral;

f) alocação de gastos diretos ou por rateios relativos à alimentação, diárias, benefícios sociais ou outros relacionados com pessoas ou setores não vinculados diretamente à execução de PD&I;

g) manutenção de laboratórios e outras despesas operacionais relacionadas a sua manutenção física (instalações laboratoriais), não vinculadas com a execução de projeto de PD&I (taxas, seguros prediais, certificações, homologações, serviços e consertos técnicos em geral);

h) custos administrativos relacionados à atividades de setores diversos, por exemplo, setor de compras, financeiro, jurídico, fiscal, entre outros ou rateios relacionados a gastos administrativos em geral e de infraestrutura (tais como, taxas relativas a despesas aduaneiras, fiscais e cartoriais, serviços de consultoria especializados não vinculados diretamente à PD&I, no entanto, necessários à instituição, tais como, serviço técnico de auditoria, contábil, jurídico, cientifico-tecnológico ou institucional de apoio à manutenção de entidade; consultoria para RH, consultoria para P&D (suporte);

i) viagens de diretores e outros funcionários da empresa ou de terceiros, quando não especificamente destinadas a atividades do projeto de PD&I como por exemplo: viagens a título de homologação de produtos junto a clientes ou para desenvolvimento de fornecedores, as quais se referem a atividades de engenharia, comerciais etc. e não se enquadram como pesquisa e desenvolvimento ou para outras atividades assemelhadas;

j) serviços de hospedagens pagos diretamente a estabelecimentos hoteleiros ou agências especializadas, inclusive às de alimentação e locomoção, quando não houver pagamento de diárias;

l)treinamento para pessoal não alocado diretamente no projeto de PD&I ou não relacionado à atividade de PD&I (de pessoal de escritório, de pessoal de suporte ou apoio administrativo); e

m) serviços de importação especializada, inclusive as despesas geradas no seu decorrer, tais como, frete, seguros, taxa etc.

Art. 43. Como atividade de suporte ao seu objeto, os projetos de PD&I decorrentes das modalidades previstas no inciso I, alíneas "a" e "f", e inciso II, alínea "d", do art. 6º poderão prever o intercâmbio científico e tecnológico, internacional ou inter-regional, desde que o montante das despesas não seja superior a vinte por cento do valor total do projeto em pesquisa, desenvolvimento e inovação do ano-base.

§ 1º Considera-se intercâmbio quando a atividade de suporte for realizada fora da Amazônia Ocidental e Estado do Amapá.

§ 2º Considera-se atividade de suporte aquela que envolva trabalho prático ou teórico para completar as atividades do projeto de PD&I.

§ 3º Os objetivos do intercâmbio são permitir o acesso a conhecimentos, métodos e tecnologias não disponíveis regionalmente e assim formar e reter competências na Amazônia Ocidental e Amapá, ampliando sua base tecnológica.

§ 4º É vedada a utilização do mecanismo de intercâmbio para a terceirização de atividades de PD&I para grupos externos ao Ecossistema da Amazônia Ocidental e Amapá.

§ 5º Consideram-se intercâmbio científico e tecnológico:

I - as atividades que envolvam visitas e estágios de técnicos de empresas e de técnicos, alunos e professores das instituições de ensino, pesquisa e desenvolvimento;

II - os pagamentos financeiros efetuados a título de cessão de equipamentos; e

III - a aquisição, a transmissão ou o recebimento de dados, informações ou conhecimento ligados à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico, que contribua para os processos de produção, difusão ou aplicação de conhecimentos científicos e técnicos ou para os processos de formação, capacitação, qualificação ou aprimoramento de recursos humanos.

§ 6º Os casos em que o percentual extrapole o limite definido neste artigo poderão ser admitidos, desde que previamente justificada no plano de PD&I da empresa beneficiária, em razão de sua relevância no contexto do projeto de PD&I.

§ 7º A formalização de intercâmbio científico e tecnológico inter-regional ou internacional no âmbito da execução de projeto de PD&I deve ser feita por meio de acordos de cooperação, os quais devem ser assinados pelas partes envolvidas no intercâmbio.

CAPÍTULO VII

DOS CONVÊNIOS COM ICTS CREDENCIADOS PELO CAPDA

Art. 44. As ICTs, após o credenciamento pelo CAPDA, deverão celebrar convênios com as empresas beneficiárias no qual deverá ser informado de forma detalhada as atividades de PD&I que serão desenvolvidas, considerando a definição contida no art. 21 do Decreto nº 10. 521, de 2020.

§ 1º Deverão estar consignados nos instrumentos, além das cláusulas essenciais a todos os convênios, as seguintes informações:

I - a forma de repasse de recursos financeiros pelas empresas que poderá ser realizado de forma direta ou por meio de fundações de apoio, no caso das ICTs públicas, conforme disposto na Lei nº 8.958, de dezembro de 1994, e disciplinado na Portaria Conjunta nº 347, de 2020, do Ministério da Economia e da Suframa;

II - a titularidade da propriedade intelectual, observado o disposto na Lei nº 10.973, de 2004; e

III - a estimativa de recursos para a execução de cada projeto de PD&I, de forma detalhada, com vistas a possibilitar a verificação do atingimento das metas e a prestação de contas; além de facilitar a verificação do atingimento do limite de vinte por cento para aplicação em despesas operacionais e constituição de reserva, nos termos do disposto no § 3º do art. 22 do Decreto nº 10. 521, de 2020.

§ 2º Todos os recursos captados, mesmo quando não utilizados pela ICT no ano-base em curso, deverão ser discriminados no Relatório Demonstrativo do ano-base em curso a ser apresentado à Suframa.

§ 3º A transferência dos recursos não utilizados pela ICT no ano base em curso poderá ser realizada, desde que seja celebrado Termo Aditivo do convênio no qual deverá ser indicado de forma detalhada como serão utilizados os recursos.

§ 4º Os recursos também deverão indicados de forma detalhada no RD do ano base em curso, conforme o disposto no § 1º.

§ 5º As ICTs públicas e fundações de apoio deverão observar as disposições contidas na Lei nº 8.958, de 1994, e no Decreto nº 7.423, de 2010, devendo as instituições estaduais observar a legislação correlata.

§ 6º O repasse de recursos as ICTs deverá ser realizado por meio de documentos idôneos no período informado, cabendo à empresa apresentá-los, caso seja solicitada pela Suframa.

CAPÍTULO VIII

DAS PENALIDADES

Art. 45. A não apresentação do relatório demonstrativo ou do relatório consolidado nos prazos definidos no § 1º e no § 2º do art. 28, importará na aplicação das penalidades previstas no art. 35 do Decreto nº 10.521, de 2020.

§ 1º Decorridos trinta dias da comunicação das penalidades descritas no caput, permanecendo a empresa inadimplente com a obrigação de apresentação do relatório demonstrativo e relatório consolidado de auditoria, serão aplicadas as penalidades previstas no art. 46

§ 2º A aplicação das penalidades às ICTs credenciadas pelo CAPDA por descumprimento de exigências previstas em lei e regulamento devem observar as disposições contidas nos art. art. 27, inciso III, art. 37 e art. 38 do Decreto nº 10.521, de 2020.

Art. 46. O Superintendente da Suframa, na hipótese de descumprimento das exigências estabelecidas nesta Portaria Conjunta ou de reprovação dos RDs, determinará a suspensão dos efeitos do ato aprobatório do projeto industrial e encaminhará o processo ao Conselho de Administração da Suframa para deliberação sobre a cassação em caráter terminativo.

§ 1º A decisão de suspensão será formalizada por meio de portaria e a de cassação por meio de resolução, com comunicação à empresa e publicação no Diário Oficial da União.

§ 2º O prazo de suspensão de ato aprobatório de projeto industrial mencionado no caput será de até cento e oitenta dias, devendo o Conselho de Administração da Suframa manifestar-se em reunião ordinária ou extraordinária sobre a cassação nos últimos noventa dias deste prazo.

§ 3º A empresa, no curso da suspensão, mas antes da cassação do ato aprobatório do projeto industrial, poderá promover sua reabilitação mediante cumprimento do disposto no art. 35.

§ 4º Concluindo a Superintendência Adjunta de Desenvolvimento e Inovação Tecnológica da Suframa pela regularização, o processo será encaminhado ao Gabinete do Superintendente que, se de acordo, expedirá portaria restabelecendo os efeitos do ato aprobatório do projeto industrial, a contar da data de regularização.

Art. 47. A publicação dos atos no Diário Oficial da União deverá ocorrer no prazo de até cinco dias, contado da data de sua prática.

Art. 48. A suspensão, reabilitação dos efeitos dos atos aprobatórios de projetos e cassação deverão ser comunicados à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia no prazo de até 30 dias, contado da data da publicação no Diário Oficial da União.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 49. A Suframa poderá solicitar apoio técnico de especialistas externos com reconhecida competência em áreas ou temas técnicos afetos às atividades de PD&I, para dar suporte aos processos de que trata esta Portaria Conjunta.

§ 1º Os especialistas externos deverão se manifestar formalmente a partir das solicitações técnicas da Suframa para os casos em que houver dúvidas quanto ao mérito técnico de projetos e/ou atividades de PD&I.

§ 2º A decisão final do parecer técnico é de responsabilidade da Suframa.

§ 3º Os especialistas externos poderão prestar suporte e apoio consultivo para Programas Prioritários, projetos tecnológicos sustentáveis ou outros temas das áreas prioritárias do CAPDA em que a Suframa necessite de apoio técnico.

§ 4º Ato da Suframa definirá os critérios técnicos de seleção dos especialistas externos, bem como os procedimentos necessários para o exercício das atividades vinculadas ao disposto nesta Portaria Conjunta.

Art. 50. As empresas, ICTs e instituições de pesquisa ou de ensino superior envolvidas na execução das atividades de PD&I deverão efetuar escrituração contábil específica das operações relativas a tais atividades, detalhando nas notas explicativas o faturamento e os tributos relativos aos bens incentivados.

Parágrafo Único. Portaria conjunta do Ministério da Economia e da Suframa discorrerá sobre os procedimentos de abertura de conta específica pelas ICTs relativa a cada convênio firmado com as empresas beneficiárias, nos moldes do disposto no § 4º do art. 4º Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016, dos extintos Ministérios do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, da Fazenda e da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União.

Art. 51. A documentação técnica e contábil relativa às atividades de que trata o art. 10 deverá ser mantida pelo prazo de cinco anos, contado da data de entrega do relatório de que trata o § 1º do art. 28, a não ser que haja processo de contestação em andamento.

Art. 52. As empresas beneficiárias e demais entidades envolvidas no regime de que trata nesta Portaria Conjunta, quando da divulgação das atividades de PD&I e dos resultados alcançados com recursos provenientes da contrapartida da isenção do IPI ou da redução do II deverão fazer expressa referência à Lei nº 8.387, de 1991.

Parágrafo único. Os resultados das atividades de PD&I poderão ser divulgados, identificando empresas ou ICTs, desde que mediante autorização prévia das entidades envolvidas.

Art. 53. Os convênios e demais acordos firmados entre as partes envolvidas, para que possam operar seus efeitos junto à Suframa, devem ser celebrados antecipadamente ou durante o período de execução das atividades de PD&I.

Art. 54. Os prazos previstos nesta Portaria Conjunta são contados em dias corridos, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

§ 1º Os prazos alusivos às intimações das empresas começam a correr a partir da data da cientificação oficial, efetiva por meio de intimação eletrônica ou recebimento de envio postal.

§ 2º Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente ou se este for encerrado antes da hora normal.

Art. 55. As empresas, cujos Planos foram aprovados com fundamento na Portaria nº 222, de 4 de julho de 2017, da Suframa, deverão apresentar os futuros planos de PD&I nos moldes definidos nesta Portaria Conjunta e de acordo com o formulário a ser regulamentado por ato da Suframa, conforme previsto no parágrafo único do art. 15.

Parágrafo único. Os projetos constantes de Planos de PD&I apresentados antes da vigência desta Portaria Conjunta, desde que continuados e com data de finalização já definida em RDs dos respectivos anos-base, deverão seguir os procedimentos de avaliação e acompanhamento constantes da Resolução nº 71, de 6 de maio de 2016, do Conselho de Administração da Suframa.

Art. 56. Os conceitos e indicadores constantes nesta Portaria Conjunta e Anexos deverão ser observados na apresentação dos projetos pelas entidades de que trata os incisos I e VI do § 1º do art. 5º do Decreto nº 10.521, 2021, no que couber.

Parágrafo único. O CAPDA definirá os critérios para credenciamento das entidades indicadas no caput, conforme disposto na alínea "a" do inciso III do art. 27 do Decreto nº 10.521, 2021.

Art. 57. As disposições desta Portaria Conjunta se aplicam a partir das obrigações de PD&I do ano-base de 2024.

Parágrafo único. O grau mínimo para o indicador de Intensidade de Desafio do Quadro 1, constante do Anexo I, será o grau 2 quando se trata de atividades de PD&I para o cumprimento dos investimentos na forma do disposto na alínea "d" do inciso II do art. 6º, para os anos-base 2024 e 2025.

Art. 58. Esta Portaria Conjunta entra em vigor em 1º de janeiro de 2023.

PAULO GUEDES
Ministro de Estado da Economia

ALGACIR ANTÔNIO POLSIN
Superintendente da Zona Franca de Manaus

ANEXO I

Quadro 1 - Desafio, Solução e Novidade dos Projetos

1. PROJETOS INTERNOS E EXTERNOS GERAIS

Indicador	Grau	Métricas (Maturidade)
1. Intensidade do Desafio Indica o nível de esforço e o tipo de resultado esperado com relação à criação de conhecimentos originais ou produção de novas tecnologias.	5	Realização de pesquisa básica: trabalho experimental ou teórico executado primariamente para a aquisição de novo conhecimento dos fundamentos subjacentes aos fenômenos e fatos observáveis, sem qualquer aplicação particular ou uso em vista
	4	Realização de pesquisa aplicada: pesquisa original realizada com o objetivo de adquirir conhecimento, na qual é primariamente dirigida a um objetivo ou a um alvo prático específico;
	3	Realização de desenvolvimento experimental: trabalho sistemático, baseado em conhecimento pré-existente, adquirido na pesquisa ou experiência prática, e voltado para produzir novos produtos e processos ou aperfeiçoar os já existentes
	2	Aprimoramento significativo de produto ou processo que configure inovação.
	1	Aprimoramento de produto ou processo por meio de atualização tecnológica, incorporação de conhecimentos e tecnologias já existentes; ou projetos rotineiros de engenharia; ou produtos e processos sem desafio tecnológico claramente identificado.
2. Equacionamento da Solução	4	Equacionamento inclui desenvolvimento sistemático documentado, com elaboração de hipóteses e alternativas, desenvolvimento e avaliação de protótipos para selecionar a melhor

Indica a forma como foi equacionada a resolução do desafio: desenvolvimento sistemático documentado, elaboração de hipóteses e alternativas, desenvolvimento e avaliação de protótipos, entre outros.	3	Equacionamento inclui identificar restrições ou limitações técnicas para a solução; realizar desenvolvimento sistemático com testes de validação.
	2	Equacionamento inclui identificar restrições ou limitações técnicas para a solução e buscar o conhecimento necessário para a solução.
	1	Equacionamento usual com atividades rotineiras de gestão de projeto (cronograma, etapas, recursos) ou o equacionamento não está claramente definido.
	4	Nova para o mundo
3. Grau de Novidade Indica em que medida a resolução do desafio tecnológico proposto leva à geração de inovações tecnológicas na fronteira internacional.	3	Nova para o país ou para a região da Amazônia Ocidental e Amapá
	2	Nova para empresa
	1	O grau de novidade não identificado (descrição) ou não há agregação de valor

Linha de corte para Intensidade do Desafio: Grau mínimo - grau 3

Linha de corte para Equacionamento da Solução: Grau mínimo - grau 3

Linha de corte para Grau de Novidade: Grau mínimo - grau 3

Quadro 2 - Indicadores de Avaliação para Projetos Internos: Indústria 4.0

2. PROJETOS INTERNOS: INDÚSTRIA 4.0 Indicador	Grau	Métricas (Maturidade)
1.Maturidade do Processo I4.0 Indica o nível de maturidade de processo de Indústria 4.0 (segundo metodologia da ACATECH), pretendido pelo projeto de PD&I	4	Estágio 6 (Adaptabilidade): Este estágio promove a integração de toda estrutura organizacional da empresa já com os níveis anteriores implementados e permite a gestão da empresa baseada em inteligência artificial, de todo o negócio a nível local, regional ou mundial, incluindo toda a cadeia produtiva local ou global.
	3	Estágio 5 (Capacidade preditiva): Este estágio utiliza a inteligência artificial e analisa, compreende, cria cenários e modelos de tendências, cria as relações causa-efeito das possíveis variações de demanda, promovendo as autocorreções e auto-otimizações de todos os processos e subprocessos, já compatíveis com os conceitos da indústria 4.0, e adaptando-os as novas condições de demanda. Promove a integração da demanda, do processo de transformação e da cadeia de suprimentos.
	2	Estágio 4 (Transparência): Neste estágio, dados, informações e conhecimentos gerados ao longo dos processos e subprocessos de transformação, serão utilizados para autocorrigir e auto-otimizar todos os processos e subprocessos de transformação ao mesmo tempo que integra a cadeia de suprimentos para fornecer subsídios e informações de demanda (presente e futuro) de fornecimentos, e potencializa a capacidade de corrigir e otimizar o processo de fornecimento ao mesmo tempo que pode direcionar (prever) a produção futura dos mesmos insumos.
	1	Projetos em estágios de maturidade 3 ou inferior ou grau de maturidade não está claramente descrito
2. Equacionamento da Solução Indica a forma como foi equacionada a resolução do desafio: desenvolvimento sistemático documentado, desenvolvimento e avaliação de protótipos, entre outros.	4	Equacionamento inclui desenvolvimento sistemático documentado, com elaboração de hipóteses e alternativas, desenvolvimento e avaliação de protótipos para selecionar a melhor
	3	Equacionamento inclui identificar restrições ou limitações técnicas para a solução; realizar desenvolvimento sistemático com testes de validação.
	2	Equacionamento inclui identificar restrições ou limitações técnicas para a solução e buscar o conhecimento necessário para a solução.
	1	Equacionamento usual com atividades rotineiras de gestão de projeto (cronograma, etapas, recursos) ou o equacionamento não está claramente definido.
3. Grau de Novidade Indica em que medida a resolução do desafio tecnológico proposto leva à geração de inovações tecnológicas na fronteira internacional.	4	Nova para o mundo
	3	Nova para o país ou para a região da Amazônia Ocidental e Amapá
	2	Nova para empresa
	1	O grau de novidade não identificado (descrição) ou não há agregação de valor

Linha de corte para Maturidade do Processo de I4.0: Grau mínimo - grau 2

Linha de corte para Equacionamento da Solução: Grau mínimo - grau 3

Linha de corte para Grau de Novidade: Grau mínimo - grau 3

Quadro 3 - Indicadores de Avaliação para Projetos de Startups

3. PROJETOS DE CAPITALIZAÇÃO DE STARTUPS Indicador	Grau	Métricas (Maturidade)
1. Maturidade Tecnológica (TRL) Indica a TRL (technology readness level) do resultado previsto pelo projeto (produto ou processo desenvolvido), ou seja, se já é uma tecnologia amadurecida ou será desenvolvida.	4	TRL 3 - Funções críticas e prova de conceito estabelecida
	3	TRL 4 - Teste de laboratório dos componentes do protótipo ou processo
	2	TRL 5 - Teste de laboratório do sistema integrado
	1	TRL 6 ou maior ou TRL não está claramente descrita
2. Gestão da Inovação e Comercialização Indica o quanto processos, técnicas ou metodologias de gestão da inovação e comercialização estão inseridas no dia a dia da Startup	4	Há metodologias, técnicas ou processos relacionados com gestão da inovação e comercialização estruturados e fazem parte do planejamento da empresa.
	3	Há metodologias, técnicas ou processos relacionados com gestão da inovação e comercialização estruturados, mas não fazem parte do planejamento da empresa.
	2	Há metodologias, técnicas ou processos relacionados com gestão da inovação e comercialização, mas são informais e não estruturados.
	1	Não há utilização de nenhuma metodologia, técnica ou processo relacionado com gestão da inovação e comercialização ou a gestão da inovação e da comercialização não está claramente descrita.
3. Necessidade do Mercado Indica o quanto o objeto do projeto (produto ou processo) é novidade no mercado, se tem produtos ou serviços semelhantes etc. Benchmarking da solução ou serviço	4	Há demanda internacional que pode ser atendida e condições de viabilidade da comercialização no mercado internacional.
	3	Há um impacto potencial significativo no mercado brasileiro em função do caráter inovador da solução.
	2	Há uma demanda definida para atendimentos de mercados na Amazônia Ocidental/Amapá, ou em outras regiões do Brasil,
	1	Não existe demanda clara e significativa identificada
4. Contribuições para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) Indica as contribuições para 4 temas que inter-relacionam diversos ODS: 4. Geração de empregos 5 . Melhoria da qualidade de acesso aos serviços públicos 6.Empoderamento de comunidades de baixa renda por meio da geração de renda, agregação de valor e repartição dos benefícios da biodiversidade	4	Contribui para os três ou quatro temas
	3	Contribui para pelo menos dois temas
	2	Contribui para pelo menos um tema

4. Conservação dos recursos naturais e redução de resíduos	1	Não contribui para nenhum ODS ou a contribuição para os ODS não está claramente descrita.

Também são itens classificatórios dos projetos de capitalização de startups:

÷ Comprometimento da empresa em divulgar em um site, o seu Plano de Pesquisa e Inovação (conforme Anexo I da Portaria 2.145, de 2018);
÷ A empresa cumprir os itens de caracterização mínima para faixa do investimento (item 7, Anexo II da Portaria 2.145, de 2018).

Linha de corte para Maturidade Tecnológica: Grau mínimo - grau 2

Linha de corte para Gestão da Inovação e Comercialização: Grau mínimo - grau 3 Linha de corte para Necessidade de Mercado: Grau mínimo - grau 3

Linha de corte para Contribuições para os ODS: Grau mínimo: grau 2

Quadro 4 - Indicadores de Avaliação de Projetos de Capacitação

4. PROJETOS INTERNOS E EXTERNOS DE CAPACITAÇÃO

Indicador	Grau	Métricas (Maturidade)
1. Vínculo com a estratégia do Plano de PD&I Indica o alinhamento do projeto com a estratégia de PD&I do Plano do Proponente	4	Forte alinhamento. Desenvolvimento ou aprimoramento de formações para atender aos objetivos do Plano de PD&I
	3	Médio alinhamento. Formações específicas para o desenvolvimento dos objetivos do Plano de PD&I
	2	Pouco alinhamento. Formações básicas para a execução das atividades do Plano de PD&I
	1	Não tem alinhamento. Formações são necessidades da empresa, não do Plano de PD&I
2. Grau de formação Indica o tipo de formação que se pretende, formal ou informal, o tipo de certificação etc.	4	Curso formal, nível de pós-graduação ou certificação externa, com mínimo de 320 horas
	3	Curso formal, nível superior ou com certificação externa à empresa com mínimo de 160 horas
	2	Curso formal, nível técnico, com certificação e externo à empresa
	1	Curso informal e/ou operacional, interno à empresa
3. Abrangência da Formação Indica o grau de transdisciplinaridade da formação, quantos eixos do Book of Knowledge (BOK) são incluídos na formação (tecnologias disruptivas, soft skills e práticas legais, éticas e sociais)	4	Formação aborda os três eixos de formação.
	3	Formação aborda dois dos eixos de formação ou aborda o eixo de tecnologias disruptivas
	2	Formação aborda somente um dos eixos de formação
	1	A formação não está claramente descrita

Observações - 3 eixos de formação que se integram:

÷ Tecnologias disruptivas: IoT, I4.0, Big Data, Inteligência Artificial, etc.

÷ Soft Skills: habilidades de interação do indivíduo - comunicação, flexibilidade, criatividade, gestão de conflitos, adaptabilidade etc.

÷ Práticas legais, éticas e sociais: referências para o desenvolvimento e conduta profissional - comportamento ético, compliance, propriedade intelectual, sustentabilidade etc.

Linha de corte para Vínculo com a Estratégia do Plano: Grau mínimo - grau 3

Linha de corte para Grau de Formação: Grau mínimo - grau 2

Linha de corte para Abrangência da Formação: Grau mínimo: grau 2

ANEXO II

INDICADORES DE MONITORAMENTO DE RESULTADOS DOS INVESTIMENTOS EM PD&I

Quadro 5 - Indicadores de monitoramento de resultados dos investimentos em PD&I

Modalidades de Investimentos	INDICADORES DE MONITORAMENTO DE RESULTADOS DOS INVESTIMENTOS EM PD&I	
	Indicador	Descrição
4. Projetos de PD&I internos e externos 2. Projetos Indústria 4.0	1. Interação com ICTs	Frequência de interação entre empresa beneficiária e Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs) por objeto de cooperação: atividades de PD&I, transferência de tecnologia, ensaios e testes, treinamento e outras atividades de cooperação
	2. Instrumentos de propriedade intelectual	Frequência de uso de instrumentos de propriedade intelectual (patentes, registro de desenho industrial, registro de software, marcas, modelo de utilidade e outros instrumentos)
	3. Proporção de novos produtos na receita	Relação entre o faturamento de novos produtos(*) e faturamento total da empresa.
	4. Publicações	Número de artigos científicos, livros, teses, dissertações e publicações em anais de eventos científicos.
3. Investimentos em Startups	5. Startups	Número de empresas startups capitalizadas
	6. Faturamento das startups	Volume do faturamento líquido das startups capitalizadas
	7. Investimentos externos	Volume de aporte de investimentos externos nas startups capitalizadas
	8. Qualificação de Recursos Humanos	Número total de profissionais alocados na startup capitalizada, agrupados pela qualificação técnica (técnicos, graduados, pós-graduados)
	9. Índice de sucesso do negócio	Relação entre a receita produzida pelos clientes e o custo de aquisição de clientes da startup capitalizada.
	10. Cursos de Formação	Número de cursos oferecidos para formação profissional e educacional
4. Capacitação de Recursos Humanos	11. Profissionais Formados	Número de profissionais formados nos cursos de formação (certificação formal)
	12. Abrangência da Formação	Frequência dos cursos oferecidos por eixo temático: tecnologias disruptivas, habilidades de interação (soft skills) e práticas legais, éticas e sociais.
	13. Geração de Empregos Locais	Número de empregos formais gerados na região da AMOC/AP a partir dos investimentos das contrapartidas.
5. Todas as modalidades	14. Conservação dos Recursos Naturais	Frequência da ocorrência de resultados de conservação ambiental: redução do desmatamento, redução da geração de resíduos, redução da contaminação de aquíferos, redução do consumo de energia, uso de materiais recicláveis, dentre outros resultados.

Observações:

(*) Novo produto é um produto cujas características técnicas fundamentais (especificações técnicas, componentes e materiais, software incorporado, user friendiness, usos ou funções pretendidas) difere significativamente de todos os produtos previamente produzidos pela empresa.

Quadro 6 - Indicadores de monitoramento - Empresas

Indicador		Descrição
1. Investimento em PD&I		Volume total de investimentos de PD&I realizado anualmente pela empresa beneficiária (investimento da contrapartida e além da contrapartida)
2. Diversidade do investimento da contrapartida		Volume de investimento por modalidade de aplicação (Artigos 5º e 6º do Decreto nº 10.521, de 2020)
3. Equipe de PD&I		Número total de profissionais alocados na equipe de PD&I, agrupados pela qualificação (técnicos, graduados, pós-graduados)
4. Interação com ecossistema		Número de total de interações que a empresa teve com diferentes atores que fazem parte com o ecossistema de PD&I (ICTs, incubadoras, aceleradoras, etc.).
5. Gestão de PD&I	Grau 4	Possui processo de P&D&I: prospecção, pesquisa, desenvolvimento de produto, monitoramento de portfólio, colaboração interna e externa, avaliação, etc.
	Grau 3	Realiza planejamento estratégico em P&D&I: alinha a estratégia em P&D&I com os objetivos estratégicos da empresa.
	Grau 2	Possui alguma estrutura de P&D&I na empresa: pessoa(s) definida(s), área, departamento, etc.
	Grau 1	Não possui.
6. Desenvolvimento de produtos e processos na Amazônia Ocidental e Estado do Amapá.	Grau 3	Mais de 50% dos investimentos realizados se referem no desenvolvimento de produtos e processos na Amazônia Ocidental e Estado do Amapá
	Grau 2	Menos de 50% dos investimentos realizados se referem no desenvolvimento de produtos e processos na Amazônia Ocidental e Estado do Amapá
	Grau 1	Os investimentos não se referem no desenvolvimento de produtos e processos na Amazônia Ocidental e Estado do Amapá

DESPACHO DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

Processo nº 12105.101056/2022-13
Interessado: Banco Nacional S/A - Em Liquidação Extrajudicial.
Assunto: Contrato da Vigésima Primeira Novação de Dívidas do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, a ser celebrado entre a União e o Banco Nacional S/A - Em Liquidação Extrajudicial, no valor líquido de R$ 563.881.241,97 (quinhentos e sessenta e três milhões, oitocentos e oitenta e um mil, duzentos e quarenta e um reais e noventa e sete centavos), posição em 1º de junho de 2022, a ser convertido em títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal que serão registrados em conta própria do Banco Central do Brasil.

Considerando que compete à Caixa Econômica Federal manifestar-se quanto à titularidade, ao montante, à liquidez e à certeza da dívida junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, e tendo em vista a manifestação da Secretaria do Tesouro Nacional da Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia, e também da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional quanto ao cumprimento dos requisitos legais aplicáveis, reconheço a oportunidade e conveniência da novação e AUTORIZO a contratação, nos termos e nos limites do disposto no § 2º do art. 3º-A da Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, observadas as demais normas e formalidades legais e regulamentares pertinentes.

PAULO GUEDES
Ministro

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
3ª SEÇÃO
1ª TURMA EXTRAORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta extraordinária de julgamento das sessões não presenciais utilizando videoconferência para julgamento de processos retirados de pauta para realização de sustentação oral conforme rito das turmas extraordinárias.

OBSERVAÇÕES:

1) Solicitação de sustentação oral está condicionada a requerimento prévio a ser encaminhada por meio de formulário eletrônico, disponibilizada na Carta de Serviços no sítio do CARF, em até 2 (dois) dias úteis antes do início da reunião agendada.

2) As sessões de julgamento serão transmitidas ao vivo no canal do CARF na internet no seguinte endereço: https://www.youtube.com/channel/UCXuwg-xPYjmdGcqCk4rdvRg.

DIA 1 de Dezembro de 2022, ÀS 09:00 HORAS

Relator(a): MARCELO COSTA MARQUES D OLIVEIRA
1 - Processo nº: 10830.906646/2010-63 - Recorrente: LUCENT TECHNOLOGIES DO BRASIL, INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
2 - Processo nº: 13005.000597/2011-55 - Recorrente: ELEVA ALIMENTOS S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
3 - Processo nº: 13726.000082/2003-18 - Recorrente: BENTELER SISTEMAS AUTOMOTIVOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCOS ROBERTO DA SILVA
4 - Processo nº: 13884.904145/2012-77 - Recorrente: ECOVAP ENGENHARIA E CONSTRUCOES VALE DO PARAIBA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
5 - Processo nº: 13884.904139/2012-10 - Recorrente: ECOVAP ENGENHARIA E CONSTRUCOES VALE DO PARAIBA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
6 - Processo nº: 13884.904138/2012-75 - Recorrente: ECOVAP ENGENHARIA E CONSTRUCOES VALE DO PARAIBA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO COSTA MARQUES D OLIVEIRA
7 - Processo nº: 10611.720250/2020-87 - Recorrente: VALE S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
8 - Processo nº: 10611.720269/2020-23 - Recorrente: VALE S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCOS ROBERTO DA SILVA
9 - Processo nº: 11543.000990/2004-05 - Recorrente: MARCA CAFE COMERCIO EXPORTACAO S/A e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOAO JOSE SCHINI NORBIATO
10 - Processo nº: 11128.000454/2009-15 - Recorrente: EUDMARCO S.A. SERVICOS E COMERCIO INTERNACIONAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL

DIA 1 de Dezembro de 2022, ÀS 14:00 HORAS

Relator(a): JOAO JOSE SCHINI NORBIATO
11 - Processo nº: 11128.000455/2009-51 - Recorrente: EUDMARCO S.A. SERVICOS E COMERCIO INTERNACIONAL e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCOS ROBERTO DA SILVA
12 - Processo nº: 10283.907668/2009-51 - Recorrente: HERMASA NAVEGACAO DA AMAZONIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
13 - Processo nº: 10283.907669/2009-03 - Recorrente: HERMASA NAVEGACAO DA AMAZONIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
14 - Processo nº: 10283.907667/2009-14 - Recorrente: HERMASA NAVEGACAO DA AMAZONIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
15 - Processo nº: 10283.907670/2009-20 - Recorrente: HERMASA NAVEGACAO DA AMAZONIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
16 - Processo nº: 10283.907672/2009-19 - Recorrente: HERMASA NAVEGACAO DA AMAZONIA LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
17 - Processo nº: 10830.901448/2010-11 - Recorrente: MAGNETI MARELLI CONTROLE MOTOR LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
18 - Processo nº: 10875.003297/2001-19 - Recorrente: MILLIKEN DO BRASIL COMERCIO TEXTIL E REPRESENTACAO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
19 - Processo nº: 11080.732960/2014-10 - Recorrente: RECOFARMA INDUSTRIA DO AMAZONAS LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): JOAO JOSE SCHINI NORBIATO
20 - Processo nº: 10830.910213/2012-74 - Recorrente: BP BIOCOMBUSTIVEIS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
Relator(a): MARCELO COSTA MARQUES D OLIVEIRA
21 - Processo nº: 11128.004213/2007-75 - Recorrente: 3M DO BRASIL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL
22 - Processo nº: 10111.000599/2008-43 - Recorrente: GOL LINHAS AEREAS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
23 - Processo nº: 10715.721870/2011-84 - Recorrente: ABSA AEROLINHAS BRASILEIRAS S.A. e Interessado: FAZENDA NACIONAL
24 - Processo nº: 10730.001843/2011-01 - Recorrente: NAVEGACAO SAO MIGUEL LTDA e Interessado: FAZENDA NACIONAL

WESLEI JOSÉ RODRIGUES
Chefe do Serviço de Preparo do Julgamento

MARCOS ROBERTO DA SILVA
Presidente da 1ª Turma Extraordinária da 3ª Seção do CARF

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUBSECRETARIA-GERAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUBSECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA

PORTARIA COANA Nº 97, DE 24 DE OUTUBRO DE 2022

Altera a Portaria Coana nº 72, de 12 de abril de 2022, que Especifica os requisitos técnicos, formais e de segurança para registro e armazenamento de informações em sistema informatizado de controle aduaneiro (SICA) e o envio de eventos à Application Programming Interface Recintos (API-Recintos) do Portal Único de Comércio Exterior no Sistema Integrado de Comércio Exterior (Portal Siscomex) pelos intervenientes que operam em locais ou recintos alfandegados ou autorizados a operar com mercadorias sob controle aduaneiro.

A COORDENADORA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do art. 358 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no §1º do art. 37, do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, no §2º do art. 76 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, no parágrafo único do art. 23 da Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, no inciso II do § 1º do art. 17 e no § 2º do art. 31 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, no art. 30 da Instrução Normativa RFB nº 1.208, de 4 de novembro de 2011, no § 3º do art. 2º da Instrução Normativa SRF nº 114, de 31 de dezembro de 2001, e no inciso IV do art. 20 da Portaria RFB nº 143, de 11 de fevereiro de 2022, resolve:

Art. 1º A Portaria Coana nº 72, de 12 de abril de 2022, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 10. .....
.....

§ 2º A pesagem a que se refere o § 1º poderá ser dispensada, em caráter geral, pelo titular da unidade da RFB jurisdicionante do local ou recinto, para os veículos cuja tara tenha sido aferida em balança certificada por órgão competente e, previamente, registrada pelo recinto no SICA.

§ 3º A tara registrada no SICA, a que se refere o § 2º, deve ser atualizada quando houver modificações estruturais do veículo que tenham alterado seu peso.

§ 4º A pesagem a que se refere o § 1º também poderá ser dispensada pelo titular da unidade da RFB jurisdicionante do local ou recinto, em caráter excepcional e em situações justificáveis, sem prejuízo do cumprimento das condições previstas no § 2º e § 3º tão logo seja possível." (NR)

"Art. 20. .....

.....

§ 1º As informações prestadas pelos recintos de remessas internacionais nos eventos 2.4 e 2.9 devem seguir o seguinte nível de agregação:

I - postal, enviar as informações até o nível de mala postal; e

II - expressa, enviar as informações no nível de conhecimento master.

§ 2º As remessas internacionais recebidas pelos recintos mencionados no § 1º e objeto de registro de despacho de importação no Portal Siscomex deverão prestar informações no nível de lotes de carga que forem gerados." (NR)

Art. 2º Esta Portaria será publicada no Diário Oficial da União e entrará em vigor em 1º de dezembro de 2022.

MIRELA BATISTA

PORTARIA COANA Nº 102, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022

Dispõe sobre o projeto-piloto para controle aduaneiro e o tratamento tributário aplicáveis aos bens de passageiros e tripulantes procedentes do exterior por via marítima com atracação e desatracação no Porto de Itajaí para conferência aduaneira no interior da embarcação na jurisdição da Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto do Itajaí.

A COORDENADORA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do art. 358 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no art. 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.059, de 2 de agosto de 2010 e no art. 14 da Instrução Normativa nº 1.385, de 15 de agosto de 2013, resolve:

Art. 1º Os procedimentos relativos ao controle aduaneiro e o tratamento tributário aplicáveis aos bens de viajante procedente do exterior, a ele destinado ou em trânsito de saída do País ou de chegada por via marítima, no projeto-piloto de conferência aduaneira no interior da embarcação, são estabelecidos por esta Portaria.

Parágrafo único. O projeto-piloto a que se refere o caput será iniciado em 1º de dezembro de 2022, com a atracação e desatracação de navios de longo curso procedentes e destinados ao exterior, e finalizada em 28 de fevereiro de 2023.

Art. 2º O projeto-piloto a que se refere o art. 1º será admitido, em caráter piloto, inicialmente no Porto de Itajaí, na jurisdição da Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto do Itajaí.

Parágrafo único. Para a execução da conferência aduaneira, as embarcações deverão disponibilizar:

I - área segregada dentro da embarcação, próxima ao local em que esteja instalado equipamento de inspeção não invasiva (escâner), para a conferência aduaneira dos bens dos viajantes;

II - computador com acesso à internet e com impressora para que os viajantes, quando necessário, possam preencher e transmitir a Declaração Eletrônica de Bens de Viajante (e-DBV);

III - áreas privativas com bancadas apropriadas para verificação de bens de viajantes, preservada a privacidade destes;

IV - câmeras de monitoramento, com gravação de imagem, e monitores para a equipe de fiscalização de bagagens na área segregada para a conferência aduaneira; e

V - acesso à internet para os servidores da RFB.

Art. 3º A empresa de transporte internacional marítimo deverá registrar as informações referentes a lista de passageiros e tripulantes e suas respectivas bagagens no Sistema de Informação Concentrador de Dados Portuários do Projeto Porto Sem Papel (PSP) no prazo de até 48 horas, anteriormente a atracação ou desatracação da embarcação.

Art. 4º Após as informações citadas no art. 3º serem integradas no sistema e-DBV marítimo, a equipe responsável pela análise de risco selecionará os passageiros e tripulantes para a devida conferência aduaneira.

§ 1º A lista dos passageiros e viajantes selecionados será fornecida à empresa de transporte até às 20 horas do dia anterior ao embarque ou desembarque dos viajantes.

§ 2º Os passageiros e tripulantes selecionados, bem como todas as suas bagagens, deverão ser direcionados para a área segregada indicada no inciso I do parágrafo único do art. 2º.

Art. 5º A Unidade responsável pela conferência aduaneira editará as Instruções complementares necessárias à execução deste projeto-piloto.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MIRELA BATISTA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 3ª REGIÃO FISCAL

RETIFICAÇÃO

No ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO REGESPECIAL/DEFIS03/SRRF03/RFB Nº 12, DE 04/11/2022, publicado no DOU Edição nº 210, de 07/11/2022, seção 1, página 20.

Onde se lê:

Art. 1º

I - Registro Especial nº IP-03101/00184

Leia-se:

I - Registro Especial nº IP-03301/00036

Onde se lê:

Art. 2º

I - Registro Especial nº DP-03101/00071

Leia-se:

I - Registro Especial nº DP-03301/00010

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO EBEN/DEVAT/SRRF04/RFB Nº 170, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2022

Concede, à pessoa jurídica que menciona HABILITAÇÃO para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura(REIDI) de que trata a Instrução Normativa SRF Nº 1.911/2019.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL/RN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 360, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, tendo em vista o disposto no artigo 587 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 15 de outubro de 2019 e considerando o que consta do processo nº 13083.128890-2022-14, resolve:

Art. 1º. Habilitar a pessoa Jurídica abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144 de 2007 com suas alterações, nos exatos termos da Portaria SPDE/MME nº 732/SPE, de 16/06/2021, publicada no DOU em 18/06/2021 emitida pelo Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia:

Pessoa Jurídica Habilitada: MENDUBIM IX ENERGIA LTDA

CNPJ nº : 45.992.149/0001-32

Nome do Projeto: UFV Mendubim IX

Cadastro Nac. de Obras/CEI: Não Aplicável - Obra não Iniciada

Setor de Infraestrutura: Geração e Transmissão de Energia Elétrica

Prazo Estimado de Execução: 01/11/2022 a 01/10/2023 .

Art. 2º. O benefício no REIDI poderá ser usufruído nas aquisições e importações realizadas no período de 05 (cinco) anos contados da data da habilitação da pessoa jurídica, titular do projeto de infraestrutura (Lei nº 11.488/2007, art. 5º).

Art. 3º A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 4º. Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

WYLLO MARQUES FERREIRA JUNIOR

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 5ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARACAJU

PORTARIA DRF/AJU Nº 19, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2022

Exclui pessoa jurídica do REFIS.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARACAJU-SE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 360 e 364 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 27 de julho de 2020, em conjunto com a Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1º Fica excluída do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS a pessoa jurídica ESCOLA A CHAVE DO TAMANHO, CNPJ nº 13.260.377/0001-21, por estar configurada hipótese de exclusão prevista no art. 5º, inciso II da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, art. 15, inciso II do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000 e art. 2º, inciso II da Resolução CG/REFIS nº 09, de 12 de janeiro de 2001, combinado com o art. 2º, parágrafo 4º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000 e Parecer PGFN/CDA nº 1.206/2013 - recolhimento de parcelas com valores irrisórios é considerado como inadimplência no Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, com efeitos a partir do mês subsequente àquele em que for cientificado o contribuinte do ato que o excluir do Programa, conforme fundamentos constantes no processo judicial nº 0030570-75.2012.4.01.3300 e documentos anexados ao processo administrativo nº 11046-001879/2012-49.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDSON FIEL FILHO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE
EQUIPE DE GESTÃO DE OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO EQOEA/ALF-BHE Nº 9, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

Certifica como Operador Econômico Autorizado a empresa que especifica.

O CHEFE DA EQUIPE DE GESTÃO DOS OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS - EqOEA DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE, instituída por meio da Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, que aprova o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, no uso da atribuição que lhe confere o art. 21 da Instrução Normativa RFB nº 1985, de 29 de outubro de 2020, e tendo em vista o que consta no Requerimento 7607, resolve:

Art. 1º. Certificar como Operador Econômico Autorizado, em caráter precário, com prazo de validade indeterminado, na modalidade OEA-CONFORMIDADE NÍVEL 2, como IMPORTADOR e EXPORTADOR, a empresa COMPANHIA BRASILEIRA DE METALURGIA E MINERAÇÃO, inscrita no CNPJ sob o nº 33.131.541/0001-08.

Art. 2º. Esta certificação é extensiva a todos os estabelecimentos da empresa supracitada.

Art. 3º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

BERNARDO COSTA PRATES SANTOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO EQOEA/ALF-BHE Nº 10, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

Certifica como Operador Econômico Autorizado a empresa que especifica.

O CHEFE DA EQUIPE DE GESTÃO DOS OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS - EqOEA DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE, instituída por meio da Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, que aprova o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, no uso da atribuição que lhe confere o art. 21 da Instrução Normativa RFB nº 1985, de 29 de outubro de 2020, e tendo em vista o que consta no Requerimento 7606, resolve:

Art. 1º. Certificar como Operador Econômico Autorizado, em caráter precário, com prazo de validade indeterminado, na modalidade OEA-SEGURANÇA, como IMPORTADOR e EXPORTADOR, a empresa COMPANHIA BRASILEIRA DE METALURGIA E MINERAÇÃO, inscrita no CNPJ sob o nº 33.131.541/0001-08.

Art. 2º. Esta certificação é extensiva a todos os estabelecimentos da empresa supracitada.

Art. 3º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

BERNARDO COSTA PRATES SANTOS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/BHE/MG Nº 148, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022

Aprova o fornecimento de selos de controle, para selagem no exterior, de bebidas alcoólicas.

O DELEGADO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE/MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, pelos arts. 1º ao 3º e 49 a 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, considerando o Ato Declaratório Executivo (DRF/Belo Horizonte/MG) nº 73 de 06 de novembro de 2020, publicado no Diário Oficial de 11 de novembro de 2020 e demais documentos integrantes do Dossiê/Processo nº 13031.213817/2020-82, aprova:

Art. 1º - O fornecimento de 170.640 (cento e setenta mil e seiscentos e quarenta) selos de controle, tipo bebida alcoólica, cor vermelha, à empresa Columbia Trading S/A, CNPJ 46.548.574/0018-48, localizada na Rua Serra do Rola Moça, nº 315 - galpão 09, bairro Distrito Industrial do Jatobá, CEP 30.668-271, cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador sob o nº 06101/244, para selagem no exterior dos produtos abaixo relacionados, produzidos por The Absolut Company AB SE-117 97 - Stockholm - Sweden:

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade Cx	Quantidade Unid
VODKA ABSOLUT 1000ml	Em caixas de 12 garrafas de 1000ml, 40%	115.200	9.600
VODKA ABSOLUT 750ml	Em caixas de 12 garrafas de 750ml, 40%	55.440	4.620

Parágrafo único: O estabelecimento acima identificado deverá cumprir as obrigações estabelecidas pela Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, efetuar o pagamento dos selos e retirá-los na unidade da Receita Federal do Brasil de seu domicílio fiscal, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação deste Ato Declaratório Executivo, sob pena de ficar sem efeito a autorização para a importação.

Art.2º- A empresa importadora terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data do fornecimento do selo de controle, para efetuar o registro da declaração de importação.

Art.3º- Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FLÁVIO ANTÔNIO SOUZA ABREU

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/BHE/MG Nº 149, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022

Declara a inscrição de Pessoa Jurídica no Registro Especial para produtor de bebidas alcoólicas.

O DELEGADO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo art. 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020 e pelo art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, declara:

Art. 1º - Inscrita no Registro Especial, sob o nº 06101/270 a empresa Indústria e Comércio Nascente de Minas Ltda, CNPJ nº 40.212.225/0001-26, estabelecida na Estrada Recanto da Mata, s/nº, bairro São Gonçalo do Monte, CEP: 35.458-500, município de Itabirito/MG; não alcançando este registro qualquer outro estabelecimento da empresa.

Art. 2º - O estabelecimento supracitado exerce a atividade de PRODUTOR de bebidas alcoólicas das marcas comerciais e em recipiente abaixo discriminado, conforme requerimento e demais informações constantes do Dossiê Digital de Atendimento nº 13031.340606/2022-83.

NCM	Produto	Marca Comercial	Recipiente	Cap. (ml)	Registro no MAPA
2208.40.00	Aguardente de Melado	Aguardente de Melado Itabirita	Garrafa	700	MG 002791-0.000001
2208.40.00	Cachaça	Cachaça Nascente de Minas Prata	Garrafa	700	MG 002791-0.000002
2208.40.00	Cachaça	Cachaça Nascente de Minas Ouro	Garrafa	700	MG 002791-0.000003
2208.40.00	Cachaça	Cachaça Nascente de Minas Reserva Especial IPÊ	Garrafa	700	MG 002791-0.000004

Art. 3º - O estabelecimento acima identificado deverá cumprir as obrigações estabelecidas pela Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013 e suas alterações posteriores, bem como observar os demais atos legais e normativos, sob pena de ter este registro especial cancelado.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FLÁVIO ANTÔNIO SOUZA ABREU

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/BHE/MG Nº 150, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022

Declara a inscrição de Pessoa Jurídica no Registro Especial para engarrafador de bebidas alcoólicas.

O DELEGADO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE/MG, no exercício das atribuições regimentais definidas pelo art. 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020 e pelo art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, declara:

Art. 1º - Inscrita no Registro Especial, sob o nº 06101/271 a empresa Indústria e Comércio Nascente de Minas Ltda, CNPJ nº 40.212.225/0001-26, estabelecida na Estrada Recanto da Mata, s/nº, bairro São Gonçalo do Monte, CEP: 35.458-500, município de Itabirito/MG; não alcançando este registro qualquer outro estabelecimento da empresa.

Art. 2º - O estabelecimento supracitado exerce a atividade de ENGARRAFADOR de bebidas alcoólicas das marcas comerciais e em recipiente abaixo discriminado, conforme requerimento e demais informações constantes do Dossiê Digital de Atendimento nº 13031.340606/2022-83.

NCM	Produto	Marca Comercial	Recipiente	Cap. (ml)	Registro no MAPA
2208.40.00	Aguardente de Melado	Aguardente de Melado Itabirita	Garrafa	700	MG 002791-0.000001
2208.40.00	Cachaça	Cachaça Nascente de Minas Prata	Garrafa	700	MG 002791-0.000002
2208.40.00	Cachaça	Cachaça Nascente de Minas Ouro	Garrafa	700	MG 002791-0.000003
2208.40.00	Cachaça	Cachaça Nascente de Minas Reserva Especial IPÊ	Garrafa	700	MG 002791-0.000004

Art. 3º - O estabelecimento acima identificado deverá cumprir as obrigações estabelecidas pela Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013 e suas alterações posteriores, bem como observar os demais atos legais e normativos, sob pena de ter este registro especial cancelado.

Art. 4º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FLÁVIO ANTÔNIO SOUZA ABREU

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/MONTES CLAROS Nº 199, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022

Declara a habilitação definitiva no Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015.

A AUDITORA FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, LOTADA NA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS-MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 1º e Anexo ll da Portaria SRRF06 nº 334, de 28 de julho de 2020 e, no artigo 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 27 de julho de 2020 e a Portaria RFB nº 114, de 27 de janeiro de 2022, nos artigos 2º e 4º e tendo em vista o disposto nos artigos 625 a 642 da Instrução Normativa (IN) RFB n° 1.911, de 11 de outubro de 2019, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 15 de outubro de 2019 e, considerando o que consta no dossiê nº 13031.910606/2021-72, declara:

Art. 1º Habilitada definitivamente no âmbito do Programa Mais Leite Saudável, instituído pelo Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, a pessoa jurídica COOPERATIVA AGROPECUARIA DE BOM DESPACHO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 18.810.176/0001-74, titular de projeto de realização de investimentos destinados a auxiliar produtores rurais de leite no desenvolvimento da qualidade e da produtividade de sua atividade, aprovado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com período de vigência de 25/11/2021 a 25/10/2024 com base nas análises técnicas constantes nos autos do Processo nº 000014.1509176/2021.

Art. 2º A fruição dos benefícios instituídos pelo Programa Mais Leite Saudável, fica condicionada ao cumprimento dos requisitos estabelecidos no art. 7º do Decreto nº 8.533, de 30 de setembro de 2015, e ao atendimento das exigências impostas pelo art. 31 do mesmo Decreto.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

SILVANA MARIA SOLIS GONÇALVES

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM UBERLÂNDIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/UBL/MG Nº 151, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022

Atualiza produtos vinculados aos Registros Especiais de Bebidas Alcoólicas nºs 06109/057 e 06109/058.

O DELEGADO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM UBERLÂNDIA/MG, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo inciso III do art. 360, inciso III do §1º do art. 299 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020 e pelo art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013: e considerando ainda as informações constantes do dossiê digital de atendimento nº 13031.824060/2021-38 declara:

Art. 1º - Inscrita nos Registros Especiais nºs 06109/057 e 06109/058, concedidos através dos Atos Declaratórios Executivos nº 115, de 22 de dezembro de 2021 e nº 116, de 22 de dezembro de 2021, a empresa KLAUSEN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BEBIDAS DESTILADAS LTDA, CNPJ nº 28.398.058/0001-54, estabelecida na Rodovia BR 365, s/nº, bairro Zona Rural, CEP: 38.400-970, município de Uberlândia/MG; exerce a atividade de produtora e engarrafadora de bebidas alcoólicas das marcas comerciais em recipientes abaixo discriminados e passa a vigorar com a seguinte redação:

NCM	Produto	Marca Comercial	Recipiente	Cap. (ml)	Registro no MAPA
2208.30.20	Whisky	Maclaus	Garrafa Vidro	750	MG 000264-6.000002
2208.60.00	Vodka	Spirit One	Garrafa Vidro	940	MG 000264-6.000001
2208.50.00	Gin	Graugin	Garrafa Vidro	200 720	MG 000264-6.000013
2208.50.00	Gin	Avec Folie	Garrafa Vidro	750	MG 000264-6.000003
2208.50.00	Gin	Avec Folie Fantasy	Garrafa Vidro	200 750	MG 000264-6.000006
2208.50.00	Gin	Avec Folie Gold	Garrafa Vidro	200 750	MG 000264-6.000008
2208.50.00	Gin	Avec Folie Orange	Garrafa Vidro	200 750	MG 000264-6.000004
2208.50.00	Gin Destilado	Graugin	Garrafa Pet	940	MG 000264-6.000013
2208.60.00	Vodka	Spirit One Vodka	Garrafa Pet	940	MG 000264-6.000020

Art. 2º - O estabelecimento acima identificado deverá cumprir as obrigações estabelecidas pela Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013 e suas alterações posteriores, bem como observar os demais atos legais e normativos, sob pena de ter este registro especial cancelado.

Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIZ CLÁUDIO MARTINS HENRIQUES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO BENFIS-EBEN/DEVAT/SRRF07/RFB Nº 167, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2022

Concede, à pessoa jurídica que menciona, Co-habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019.

A AUDITORA FISCAL DA SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM EXERCÍCIO NA EQUIPE DE BENEFÍCIOS FISCAIS E REGIMES ESPECIAIS DE TRIBUTAÇÃO DA SRRF7ª, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 10.593 de 06/12/2002 com redação dada pela Lei nº 11.457/2007, a Portaria SRRF07 nº 75 de 27/05/2021, a Portaria RFB nº 114 de 27/01/2022, e considerando o que consta do processo nº 13113.308853/2022-85 resolve:

Art. 1º Coabilitar a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007 com suas alterações posteriores, nos exatos termos da Portaria Nº 2.035 de 23/06/2022 do Ministério do Desenvolvimento Regional.

Empresa : Trigonal Sinalização Viária LTDA

CNPJ Nº : 32.040.529/0001-25

Projeto : Implantação do Terminal Intermodal Gentileza (TIG)

Setor de Infraestrutura: Transporte Ferroviário Urbano

CNO: não possui (Art. 4º IN RFB nº 2061 de 20/12/2021)

Prazo estimado para execução : de fevereiro de 2022 e fevereiro de 2025.

Art. 2º A presente coabilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 3º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - D.O.U.

SONIA MARIA DE OLIVEIRA CORRÊA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO BENFIS-EBEN/DEVAT/SRRF07/RFB Nº 168, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2022

Concede, à pessoa jurídica que menciona, Co-habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019.

A AUDITORA FISCAL DA SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM EXERCÍCIO NA EQUIPE DE BENEFÍCIOS FISCAIS E REGIMES ESPECIAIS DE TRIBUTAÇÃO DA SRRF7ª, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 10.593 de 06/12/2002 com redação dada pela Lei nº 11.457/2007, a Portaria SRRF07 nº 75 de 27/05/2021, a Portaria RFB nº 114 de 27/01/2022, e considerando o que consta do processo nº 13113.301908/2022-26, resolve:

Art. 1º Coabilitar a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007 com suas alterações posteriores, nos exatos termos da Portaria Nº 68 de 19 /01/ 2022 do Ministério da Infraestrutura.

Empresa : ENGETEC CONSTRUÇÕES E MONTAGENS S A
CNPJ Nº : 03.852.459/0001-01
CNO : 90.010.97890/72
Nome do Projeto : Serra das Araras
Setor de Infraestrutura: Transporte Rodoviário
Prazo estimado para execução do projeto: de março de 2022 a maio de 2029.

Art. 2º A presente coabilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 3º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

SONIA MARIA DE OLIVEIRA CORRÊA

DELEGACIA DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 131, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022

Declara a inaptidão de empresa perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas e a inidoneidade de documentos fiscais por ela emitidos.

O DELEGADO ADJUNTO DA DELEGACIA DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO - DECEX/RJO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no artigo 81, parágrafo 5º, da Lei 9.430/96, com a redação dada pela Lei nº 11.941/09, e nos artigos 41, inciso III e 44, ambos da IN RFB nº 1.863/2018, declara:

Art. 1º - Considerando que a pessoa jurídica abaixo identificada não comprovou a origem, a disponibilidade e a efetiva transferência de recursos empregados em operações de comércio exterior, conforme Representação Fiscal acostada às fls. 07 a 33 do Processo Administrativo nº 10711.721602/2021-74, nos termos do artigo 44, § 2º da IN RFB nº 1.863/2018, declara INAPTA a sua inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros interessados os documentos por ela emitidos, a partir de 11/10/2018.

EMPRESA: ITAPEMIRIM COMERCIO DE RESINAS E ELASTOMEROS - IMPORTACAO E EXPORTACAO EIRELI
CNPJ: 68.300.946/0001-07
PROCESSO: 10711.721602/2021-74

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo terá validade a partir de sua publicação no DOU.

RICARDO TRAVESEDO NETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 132, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022

Declara a inaptidão de empresa perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas e a inidoneidade de documentos fiscais por ela emitidos.

O DELEGADO ADJUNTO DA DELEGACIA DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO - DECEX/RJO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 364, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no artigo 81, parágrafo 5º, da Lei 9.430/96, com a redação dada pela Lei nº 11.941/09, e nos artigos 41, inciso III e 44, ambos da IN RFB nº 1.863/2018, declara:

Art. 1º - Considerando que a pessoa jurídica abaixo identificada não comprovou a origem, a disponibilidade e a efetiva transferência de recursos empregados em operações de comércio exterior, conforme Representação Fiscal acostada às fls. 02 do Processo Administrativo nº 15444.720214/2021-97, nos termos do artigo 44, § 2º da IN RFB nº 1.863/2018, declara INAPTA a sua inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros interessados os documentos por ela emitidos, a partir de 23/01/2017.

EMPRESA: RJ PESCADOS COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA
CNPJ: 11.327.308/0001-62
PROCESSO: 15444.720214/2021-97

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo terá validade a partir de sua publicação no DOU.

RICARDO TRAVESEDO NETO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO BENFIS/EBEN/DEVAT/SRRF08ª/RFB Nº 179, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022

Habilita ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI)

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, considerando o disposto na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, na Portaria SRRF08 n° 452, de 10 de junho de 2020, na Portaria DRF/SOR nº 19, de 15 de junho 2020 e no processo administrativo nº 13032.399761/2022-04, declara:

Art. 1º Habilitada ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) a pessoa jurídica VENTOS DE SANTA MARCELLA 01 SPE SA., inscrita no cadastro CNPJ sob o nº 45.106.427/0001-07.

Art. 2º A referida habilitação é específica ao Projeto EOL Ventos de Santa Marcella 01 (Autorizada pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 10.951, de 7 de dezembro de 2021), aprovado pela Portaria MME nº 1.397, de 17/05/2022, destinada ao setor de energia, sendo prazo estimado de execução da obra de 31/03/2022 a 07/05/2023.

Art. 3º No período de 5 (cinco) anos contados da data de publicação deste Ato Declaratório Executivo, a pessoa jurídica identificada no art. 1º poderá adquirir, locar e importar bens e adquirir e importar serviços com suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, para incorporação ou utilização em obra de infraestrutura vinculada ao projeto identificado no art. 2°.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS RENAN FERREIRA RIBEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO BENFIS/EBEN/DEVAT/SRRF08ª/RFB Nº 180, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022

Habilita ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI)

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, considerando o disposto na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, na Portaria SRRF08 n° 452, de 10 de junho de 2020, na Portaria DRF/SOR nº 19, de 15 de junho 2020 e no processo administrativo nº 13032.403899/2022-15, declara:

Art. 1º Habilitada ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) a pessoa jurídica VENTOS DE SANTA MARCELLA 02 SPE SA., inscrita no cadastro CNPJ sob o nº 45.106.364/0001-99.

Art. 2º A referida habilitação é específica ao Projeto EOL Ventos de Santa Marcella 02 (Autorizada pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 10.952, de 7 de dezembro de 2021), aprovado pela Portaria MME nº 1.398, de 17/05/2022, destinada ao setor de energia, sendo prazo estimado de execução da obra de 14/05/2022 a 18/06/2023.

Art. 3º No período de 5 (cinco) anos contados da data de publicação deste Ato Declaratório Executivo, a pessoa jurídica identificada no art. 1º poderá adquirir, locar e importar bens e adquirir e importar serviços com suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, para incorporação ou utilização em obra de infraestrutura vinculada ao projeto identificado no art. 2°.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS RENAN FERREIRA RIBEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO BENFIS/EBEN/DEVAT/SRRF08ª/RFB Nº 181, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022

Habilita ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI)

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, considerando o disposto na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, na Portaria SRRF08 n° 452, de 10 de junho de 2020, na Portaria DRF/SOR nº 19, de 15 de junho 2020 e no processo administrativo nº 13032.403981/2022-31, declara:

Art. 1º Habilitada ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) a pessoa jurídica VENTOS DE SANTA MARCELLA 03 SPE SA., inscrita no cadastro CNPJ sob o nº 45.106.346/0001-07.

Art. 2º A referida habilitação é específica ao EOL Ventos de Santa Marcella 03 (Autorizada pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 10.953, de 7 de dezembro de 2021), aprovado pela Portaria MME nº 1.399, de 17/05/2022, destinada ao setor de energia, sendo prazo estimado de execução da obra de 25/06/2022 a 30/07/2023.

Art. 3º No período de 5 (cinco) anos contados da data de publicação deste Ato Declaratório Executivo, a pessoa jurídica identificada no art. 1º poderá adquirir, locar e importar bens e adquirir e importar serviços com suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, para incorporação ou utilização em obra de infraestrutura vinculada ao projeto identificado no art. 2°.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS RENAN FERREIRA RIBEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO BENFIS/EBEN/DEVAT/SRRF08ª/RFB Nº 182, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022

Habilita ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI)

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, considerando o disposto na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, na Portaria SRRF08 n° 452, de 10 de junho de 2020, na Portaria DRF/SOR nº 19, de 15 de junho 2020 e no processo administrativo nº 13032.404045/2022-48, declara:

Art. 1º Habilitada ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) a pessoa jurídica VENTOS DE SANTA MARCELLA 04 SPE SA., inscrita no cadastro CNPJ sob o nº 45.106.297/0001-02.

Art. 2º A referida habilitação é específica ao Projeto EOL Ventos de Santa Marcella 04 (Autorizada pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 10.954, de 7 de dezembro de 2021), aprovado pela Portaria MME nº 1.400, de 17/05/2022, destinada ao setor de energia, sendo prazo estimado de execução da obra de 06/08/2022 a 11/09/2023.

Art. 3º No período de 5 (cinco) anos contados da data de publicação deste Ato Declaratório Executivo, a pessoa jurídica identificada no art. 1º poderá adquirir, locar e importar bens e adquirir e importar serviços com suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, para incorporação ou utilização em obra de infraestrutura vinculada ao projeto identificado no art. 2°.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS RENAN FERREIRA RIBEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO BENFIS/EBEN/DEVAT/SRRF08ª/RFB Nº 183, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022

Habilita ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI)

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, considerando o disposto na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, na Portaria SRRF08 n° 452, de 10 de junho de 2020, na Portaria DRF/SOR nº 19, de 15 de junho 2020 e no processo administrativo nº 13032.404112/2022-24, declara:

Art. 1º Habilitada ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) a pessoa jurídica VENTOS DE SANTA MARCELLA 05 SPE SA., inscrita no cadastro CNPJ sob o nº 45.106.391/0001-61.

Art. 2º A referida habilitação é específica ao Projeto EOL Ventos de Santa Marcella 06 (Autorizada pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 10.955, de 7 de dezembro de 2021), aprovado pela Portaria MME nº 1.401, de 17/05/2022, destinada ao setor de energia, sendo prazo estimado de execução da obra de 18/09/2022 a 22/10/2023.

Art. 3º No período de 5 (cinco) anos contados da data de publicação deste Ato Declaratório Executivo, a pessoa jurídica identificada no art. 1º poderá adquirir, locar e importar bens e adquirir e importar serviços com suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, para incorporação ou utilização em obra de infraestrutura vinculada ao projeto identificado no art. 2°.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS RENAN FERREIRA RIBEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO BENFIS/EBEN/DEVAT/SRRF08ª/RFB Nº 184, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022

Habilita ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI)

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, considerando o disposto na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, na Portaria SRRF08 n° 452, de 10 de junho de 2020, na Portaria DRF/SOR nº 19, de 15 de junho 2020 e no processo administrativo nº 13032.404199/2022-30, declara:

Art. 1º Habilitada ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) a pessoa jurídica VENTOS DE SANTA MARCELLA 06 SPE SA., inscrita no cadastro CNPJ sob o nº 45.258.888/0001-03.

Art. 2º A referida habilitação é específica ao Projeto EOL Ventos de Santa Marcella 06 (Autorizada pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 10.956, de 7 de dezembro de 2021), aprovado pela Portaria MME nº 1.402, de 17/05/2022, destinada ao setor de energia, sendo prazo estimado de execução da obra de 29/10/2022 a 03/12/2023

Art. 3º No período de 5 (cinco) anos contados da data de publicação deste Ato Declaratório Executivo, a pessoa jurídica identificada no art. 1º poderá adquirir, locar e importar bens e adquirir e importar serviços com suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, para incorporação ou utilização em obra de infraestrutura vinculada ao projeto identificado no art. 2°.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS RENAN FERREIRA RIBEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO REGESP/DEFIS/SRRF08ª/RFB Nº 292, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

Cancela o Registro Especial de Controle de Papel Imune - Regpi

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, tendo em vista o disposto na Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, no exercício da competência conferida pelo art. 11 da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, nas atribuições estabelecidas pela Portaria SRRF08 nº 229, de 30 de junho de 2022, e considerando o que consta no processo nº 13032.767444/2022-17, declara:

Art. 1º Cancelado o Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) para o tipo GRÁFICA sob número GP-08128/00054, concedido ao estabelecimento da pessoa jurídica GRÁFICA EDITORA AQUARELA LTDA, CNPJ nº 60.794.732/0001-22, até então vigente em função do Ato Declaratório Executivo nº 0002/2010, de 29/03/2010, publicado em 30/03/2010.

Art. 2º O cancelamento decorre de irregularidade no CNPJ da pessoa jurídica detentora do Regpi, conforme previsto no inciso II da IN RFB 1.817, de 2018.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

REINALDO DE PAIVA LOPES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO REGESP/DEFIS/SRRF08ª/RFB Nº 293, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

Cancela o Registro Especial de Controle de Papel Imune - Regpi

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, tendo em vista o disposto na Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, no exercício da competência conferida pelo art. 11 da Instrução Normativa RFB nº 1.817, de 20 de julho de 2018, nas atribuições estabelecidas pela Portaria SRRF08 nº 229, de 30 de junho de 2022, e considerando o que consta no processo nº 13032.767444/2022-17, declara:

Art. 1º Cancelado o Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) para o tipo IMPORTADOR sob número GP-08128/00053, concedido ao estabelecimento da pessoa jurídica GRÁFICA EDITORA AQUARELA LTDA, CNPJ nº 60.794.732/0001-22, até então vigente em função do Ato Declaratório Executivo nº 0002/2010, de 29/03/2010, publicado em 30/03/2010.

Art. 2º O cancelamento decorre de irregularidade no CNPJ da pessoa jurídica detentora do Regpi, conforme previsto no inciso II da IN RFB 1.817, de 2018.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

REINALDO DE PAIVA LOPES

DELEGACIA DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DECEX/SP Nº 60, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

Habilita empresa a operar o regime aduaneiro de Depósito Especial.

O DELEGADO DA DECEX/SP - DELEGACIA DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO, tendo em vista o disposto no artigo 6º, caput da Instrução Normativa RFB nº 386, de 14 de janeiro de 2004 e Portaria RFB nº 1215, de 23 de julho de 2020, anexo III e, ainda, o que consta no processo digital 13032.470261/2022-81, declara:

Art. 1º Fica a empresa JETSERV SERVIÇOS LTDA, habilitada a operar o regime aduaneiro de Depósito Especial por meio do estabelecimento CNPJ 20.432.851/0001-10, situado na Rodovia Castelo Branco Km 59,7, Hangar 5, Dona Catarina, São Roque, CEP 18132-900.

Art. 2º O regime aduaneiro de Depósito Especial (DE) permite ao contribuinte mencionado no artigo anterior, a estocagem, com suspensão do pagamento de impostos federais, da contribuição para o PIS/PASEP - Importação e da COFINS - Importação, de partes, peças, componentes e materiais de reposição ou manutenção para veículos, máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos, estrangeiros, nacionalizados ou não, empregados em aeronaves, motores e reatores para aeronaves, simuladores de voo, ferramentas de uso exclusivo em aeronaves, equipamentos para carga e descarga de aeronaves (loaders) e tratores-rebocadores de aeronaves;

Parágrafo Único. Somente poderão ser admitidas no regime mercadorias importadas sem cobertura cambial e consignadas à JETSERV SERVIÇOS LTDA.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

GUILHERME BIBIANI NETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DECEX Nº 64, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2022

Habilita empresa a operar o regime aduaneiro de Depósito Especial em novo endereço.

O Delegado da DECEX - Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Fiscalização de Comércio Exterior em São Paulo, no uso das atribuições do artigo 340 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto na Instrução Normativa RFB nº 386, de 14 de Janeiro de 2004, declara:

Art. 1º Fica a empresa ARTHIMED INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ 33.745.478/0001-08, autorizada a continuar operando o regime aduaneiro de Depósito Especial em virtude de pleito de mudança de endereço formalizado no processo digital nº 13032.443710/2022-19.

Art. 2º O local para a operação do regime é Rua dos Imigrantes, nº 800, Parque da Figueira, Cep 13.140-841, Cidade de Paulínia-SP.

Art 3º O regime aduaneiro de Depósito Especial, normatizado pela IN/RFB nº 386, de 14 de janeiro de 2004, permite ao contribuinte mencionado no artigo anterior, a estocagem, com suspensão do pagamento de impostos federais, da contribuição para o PIS - Importação e da COFINS - Importação, de partes, peças, componentes e materiais de reposição ou manutenção para veículos, máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos, estrangeiros, nacionalizados ou não, empregados nas atividades de diagnose, cirurgia, terapia e pesquisa médicas, realizadas por hospitais, clínicas de saúde e laboratórios.

Parágrafo Único. Somente poderão ser admitidas no regime mercadorias importadas sem cobertura cambial e consignadas à ARTHIMED INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

GUILHERME BIBIANI NETO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO SRRF09 Nº 46, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2022

Prorroga Prazo de Vigência de Alfandegamento

A SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 9ª REGIÃO FISCAL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso VI do art. 359 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, tendo em vista o disposto no inciso I do art. 31 da Portaria RFB nº 143, de 11 de fevereiro de 2022, e à vista do que consta do processo nº 10983.724082/2021-51, declara:

Art. 1º O art. 1º do Ato Declaratório Executivo SRRF09 nº 121, de 9 de agosto de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Ficam alfandegadas, em caráter permanente, até o dia 26 de março de 2023, as instalações portuárias localizadas dentro da área do Porto Organizado de Imbituba, especializadas na movimentação e na armazenagem de granéis agrícolas para a importação e a exportação, com um montante de área de 32.444,01 m2, compostas por dois armazéns (AZ 01 e AZ 02), pátios, balanças e outros equipamentos acessórios que auxiliam no manuseio de granéis sólidos no local, administradas pelo estabelecimento filial nº 4 da empresa SERRA MORENA CORRETORA EIRELI, inscrito no CNPJ sob o nº 94.854.908/0004-59, cujo direito de exploração pela interessada advém do Contrato de Transição nº 005/2022, celebrado com a autoridade portuária, a empresa SCPAR Porto de Imbituba S.A., em 27 de junho de 2022." (NR)

Art. 2º Permanecem válidas e eficazes as demais disposições do supracitado ADE SRRF09 nº 121, de 2021.

Art. 3º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no DOU, produzindo efeitos desde o dia 28 de setembro de 2022.

CLÁUDIA REGINA LEÃO DO NASCIMENTO THOMAZ

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE EQUIPE REGIONAL DE BENEFÍCIOS FISCAIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 95, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

Declara o registro como pessoa jurídica preponderantemente exportadora - Regime de Suspensão do IPI, de que tratam os artigos 12 a 20 da Instrução Normativa RFB nº 948, de 15 de junho de 2009, com as alterações posteriores, da pessoa jurídica que menciona.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, integrante da Equipe Regional de Benefícios Fiscais (EBEN), em face do disposto nos artigos 6º, inciso I, alínea "b", da Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002, 4º, inciso II, da Portaria RFB nº 114, de 27 de janeiro de 2022, e 17 da Instrução Normativa RFB nº 948, de 15 de junho de 2009, e o que consta do processo nº 13033.160698/2022-08, declara:

Art. 1º O registro da pessoa jurídica CMPC Celulose Riograndense Ltda., CNPJ nº 11.234.954/0001-85, como pessoa jurídica preponderantemente exportadora - Regime de Suspensão do IPI, de que tratam os artigos 12 a 20 da Instrução Normativa RFB nº 948, de 2009, observadas as condições previstas nessa Instrução.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

VALDIR PEDRO LAZZARI

SECRETARIA ESPECIAL DO TESOURO E ORÇAMENTO

PORTARIA SETO/ME Nº 9.866, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO ESPECIAL DO TESOURO E ORÇAMENTO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 10, inciso II, alínea "a", do Decreto nº 10.961, de 11 de fevereiro de 2022, e alterações posteriores, resolve:

Art. 1º Alterar, mediante antecipação, o limite até novembro constante do Anexo I do Decreto nº 10.961, de 11 de fevereiro de 2022, e alterações posteriores, na forma do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR

ANEXO

ANTECIPAÇÃO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO
(Anexo I ao Decreto nº 10.961, de 11 de fevereiro de 2022)
R$ 1,00

Órgãos/Unidades Orçamentárias	Despesas Primárias Discricionárias			
	Emendas Impositivas		Demais	Total
	Individuais	Bancada		
I - LIMITES ATÉ NOVEMBRO	0			
26000 Ministério da Educação		0	75.000.000	75.000.000
TOTAL DE ANTECIPAÇÃO ATÉ NOVEMBRO	0	0	75.000.000	75.000.000

PORTARIA SETO/ME Nº 9.881, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Educação, da Defesa e da Cidadania, e de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R$ 244.735.210,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DO TESOURO E ORÇAMENTO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo inciso II do art. 34 da Portaria ME nº 7.081, de 9 de agosto de 2022, e tendo em vista a autorização contida no art. 4º, caput, inciso II, alínea "a", itens "1", "2" e "3", da Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022, resolve:

Art. 1º Abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União (Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022), em favor dos Ministérios da Educação, da Defesa e da Cidadania, e de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R$ 244.735.210,00 (duzentos e quarenta e quatro milhões, setecentos e trinta e cinco mil, duzentos e dez reais), para atender às programações constantes do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação de dotações orçamentárias conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR

ANEXO I

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26443 - Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais								2.271.134
	Operações Especiais								
0901 0625	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor	28 846							2.271.134
0901 0625 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor - Nacional	28 846							2.271.134
			S	1-PES	1	90	8	100	2.271.134
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									2.271.134
TOTAL - GERAL									2.271.134

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52233 - Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. - AMAZUL
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais								500.000
	Operações Especiais								
0901 0022	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais	28 846							500.000
0901 0022 0035	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - No Estado de São Paulo	28 846							500.000
			F	1-PES	1	90	0	100	500.000
TOTAL - FISCAL									500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									500.000

ÓRGÃO: 55000 - Ministério da Cidadania
UNIDADE: 55901 - Fundo Nacional de Assistência Social
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais								200.000.000
	Operações Especiais								
0901 0625	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor	28 846							200.000.000
0901 0625 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor - Nacional	28 846							200.000.000
			S	3-ODC	1	90	0	100	189.015.212
			S	3-ODC	1	90	0	151	10.834.335
			S	3-ODC	1	90	0	153	150.453
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									200.000.000
TOTAL - GERAL									200.000.000

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União
UNIDADE: 71103 - Encargos Financeiros da União - Pagamento de Sentenças Judiciais
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais								41.964.076
	Operações Especiais								
0901 0EC7	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios relativos à complementação da União ao Fundef)	28 846							41.964.076
0901 0EC7 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios relativos à complementação da União ao Fundef) - Nacional	28 846							41.964.076
			F	3-ODC	1	90	0	100	41.964.076
TOTAL - FISCAL									41.964.076
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									41.964.076

ANEXO II

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE: 22201 - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais								1
	Operações Especiais								
0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)	28 846							1
0901 0005 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional	28 846							1
			F	1-PES	1	90	0	100	1
TOTAL - FISCAL									1
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
UNIDADE: 22211 - Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
1031	Agropecuária Sustentável								42.211.126
	Atividades								
1031 2130	Formação de Estoques Públicos - AGF	20 605							42.211.126
1031 2130 0001	Formação de Estoques Públicos - AGF - Nacional	20 605							42.211.126
			F	3-ODC	2	90	0	100	42.211.126
TOTAL - FISCAL									42.211.126
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									42.211.126

ÓRGÃO: 24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações
UNIDADE: 24204 - Comissão Nacional de Energia Nuclear
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais								179.166
	Operações Especiais								
0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)	28 846							179.166
0901 0005 0033	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio de Janeiro	28 846							179.166
			F	1-PES	1	90	0	100	179.166
TOTAL - FISCAL									179.166
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									179.166

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26101 - Ministério da Educação - Administração Direta
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0999	Reserva de Contingência								136.334.646
	Operações Especiais								
0999 0Z01	Reserva de Contingência Fiscal - Primária	99 999							136.334.646
0999 0Z01 0001	Reserva de Contingência Fiscal - Primária - Nacional	99 999							136.334.646
			F	1-PES	1	90	8	100	136.334.646
TOTAL - FISCAL									136.334.646
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									136.334.646

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26240 - Universidade Federal da Paraíba
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais								147.347
	Operações Especiais								
0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)	28 846							147.347
0901 0005 0025	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado da Paraíba	28 846							147.347
			F	1-PES	1	90	8	100	147.347
TOTAL - FISCAL									147.347
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									147.347

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26252 - Universidade Federal de Campina Grande
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais								69.727
	Operações Especiais								
0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)	28 846							69.727
0901 0005 0025	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado da Paraíba	28 846							69.727
			F	1-PES	1	90	8	100	69.727
TOTAL - FISCAL									69.727
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									69.727

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26273 - Fundação Universidade Federal do Rio Grande
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais								389.668
	Operações Especiais								
0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)	28 846							389.668
0901 0005 0043	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio Grande do Sul	28 846							389.668
			F	1-PES	1	90	8	100	193.099
			F	3-ODC	1	90	8	100	196.569
TOTAL - FISCAL									389.668
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									389.668

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26278 - Fundação Universidade Federal de Pelotas
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais								108.400
	Operações Especiais								
0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)	28 846							108.400
0901 0005 0043	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado do Rio Grande do Sul	28 846							108.400
			F	3-ODC	1	90	8	100	108.400
TOTAL - FISCAL									108.400
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									108.400

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26281 - Fundação Universidade Federal de Sergipe
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais								8.691
	Operações Especiais								
0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)	28 846							8.691
0901 0005 0028	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Sergipe	28 846							8.691
			F	1-PES	1	90	8	100	8.691
TOTAL - FISCAL									8.691
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									8.691

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26298 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais								441.360
	Operações Especiais								
0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)	28 846							441.360
0901 0005 0053	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Distrito Federal	28 846							441.360
			F	3-ODC	1	90	8	100	441.360
TOTAL - FISCAL									441.360
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									441.360

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26402 - Instituto Federal de Alagoas
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais								72.024
	Operações Especiais								
0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)	28 846							72.024
0901 0005 0027	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Alagoas	28 846							72.024
			F	1-PES	1	90	8	100	72.024
TOTAL - FISCAL									72.024
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									72.024

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26410 - Instituto Federal do Norte de Minas Gerais
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais								6.618
	Operações Especiais								
0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)	28 846							6.618
0901 0005 0031	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Minas Gerais	28 846							6.618
			F	1-PES	1	90	8	100	6.618
TOTAL - FISCAL									6.618
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									6.618

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26411 - Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
ANEXO II Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais								612.743
	Operações Especiais								
0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)	28 846							612.743
0901 0005 0031	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado de Minas Gerais	28 846							612.743
			F	3-ODC	1	90	8	100	612.743
TOTAL - FISCAL									612.743
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									612.743

ÓRGÃO: 26000 - Ministério da Educação
UNIDADE: 26427 - Instituto Federal da Bahia
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais								108.433
	Operações Especiais								
0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)	28 846							108.433
0901 0005 0029	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - No Estado da Bahia	28 846							108.433
			F	3-ODC	1	90	8	100	108.433
TOTAL - FISCAL									108.433
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									108.433

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36211 - Fundação Nacional de Saúde
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais								223.398
	Operações Especiais								
0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)	28 846							223.398
0901 0005 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional	28 846							223.398
			S	1-PES	1	90	6	151	221.713
			S	3-ODC	1	90	6	151	1.685
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									223.398
TOTAL - GERAL									223.398

ÓRGÃO: 36000 - Ministério da Saúde
UNIDADE: 36213 - Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais								19.332
	Operações Especiais								
0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)	28 846							19.332
0901 0005 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional	28 846							19.332
			S	1-PES	1	90	0	151	15.329
			S	3-ODC	1	90	0	151	4.003
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									19.332
TOTAL - GERAL									19.332

ÓRGÃO: 39000 - Ministério da Infraestrutura
UNIDADE: 39252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais								326.842
	Operações Especiais								
0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)	28 846							326.842
0901 0005 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional	28 846							326.842
			F	3-ODC	1	90	0	100	326.842
TOTAL - FISCAL									326.842
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									326.842

ÓRGÃO: 40000 - Ministério do Trabalho e Previdência
UNIDADE: 40201 - Instituto Nacional do Seguro Social
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais								251.510
	Operações Especiais								
0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)	28 846							251.510
0901 0005 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional	28 846							251.510
			S	3-ODC	1	90	0	151	251.510
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									251.510
TOTAL - GERAL									251.510

ÓRGÃO: 40000 - Ministério do Trabalho e Previdência
UNIDADE: 40901 - Fundo de Amparo ao Trabalhador
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais								10.000.000
	Operações Especiais								
0901 0625	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor	28 846							10.000.000
0901 0625 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado de Pequeno Valor - Nacional	28 846							10.000.000
			S	3-ODC	1	90	0	151	10.000.000
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									10.000.000
TOTAL - GERAL									10.000.000

ÓRGÃO: 40000 - Ministério do Trabalho e Previdência
UNIDADE: 40904 - Fundo do Regime Geral de Previdência Social
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais								1.487.091
	Operações Especiais								
0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)	28 846							1.487.091
0901 0005 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional	28 846							1.487.091
			S	3-ODC	1	90	0	100	996.543
			S	3-ODC	1	90	0	151	340.095
			S	3-ODC	1	90	0	153	150.453
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									1.487.091
TOTAL - GERAL									1.487.091

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44201 - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais								1.411.792
	Operações Especiais								
0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)	28 846							1.411.792
0901 0005 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional	28 846							1.411.792
			F	1-PES	1	90	0	100	208.161
			F	3-ODC	1	90	0	100	1.203.631
TOTAL - FISCAL									1.411.792
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.411.792

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União
UNIDADE: 71101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais								3.112.487
	Operações Especiais								
0901 0022	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais	28 846							3.112.487
0901 0022 0001	Sentenças Judiciais Devidas por Empresas Estatais - Nacional	28 846							3.112.487
			F	1-PES	1	90	0	100	3.112.487
TOTAL - FISCAL									3.112.487
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.112.487

ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União
UNIDADE: 71103 - Encargos Financeiros da União - Pagamento de Sentenças Judiciais
ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0901	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais								47.212.808
	Operações Especiais								
0901 0005	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)	28 846							5.248.732
0901 0005 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) - Nacional	28 846							5.248.732
			F	1-PES	1	90	0	100	766.836
			F	3-ODC	1	90	0	100	4.481.896
0901 0EC8	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios parcelados ou objetos de acordos)	28 846							41.964.076
0901 0EC8 0001	Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios parcelados ou objetos de acordos) - Nacional	28 846							41.964.076
			F	3-ODC	1	90	0	100	41.964.076
TOTAL - FISCAL									47.212.808
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									47.212.808

PORTARIA SETO/ME Nº 9.922, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

Altera parcialmente grupos de natureza de despesa no âmbito do mesmo subtítulo, constantes da Lei Orçamentária vigente, no Ministério do Turismo, no valor de R$ 1.000.000,00.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DO TESOURO E ORÇAMENTO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 34, inciso I, da Portaria ME nº 7.081, de 9 de agosto de 2022, e tendo em vista a autorização constante do art. 42, § 1º, inciso I, alínea "a", da Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021, resolve:

Art. 1º Alterar parcialmente os grupos de natureza de despesa no âmbito do mesmo subtítulo, constantes da Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022, no Ministério do Turismo, no valor de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), conforme indicado nos Anexos I e II.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR

ANEXO I

ÓRGÃO: 54000 - Ministério do Turismo
UNIDADE: 54206 - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								1.000.000
	Atividades								
0032 2000	Administração da Unidade	13 122							1.000.000
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	13 122							1.000.000
			F	4-INV	2	90	0	300	1.000.000
TOTAL - FISCAL									1.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.000.000

ANEXO II

ÓRGÃO: 54000 - Ministério do Turismo
UNIDADE: 54206 - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)
Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0032	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo								1.000.000
	Atividades								
0032 2000	Administração da Unidade	13 122							1.000.000
0032 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional	13 122							1.000.000
			F	3-ODC	2	90	0	300	1.000.000
TOTAL - FISCAL									1.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.000.000

DESPACHO DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

Processo nº 17944.100917/2019-74
Interessado: Município de Tio Hugo - RS
Assunto: Alteração contratual (Quarto Termo Aditivo) referente à operação de crédito interno, com garantia da União, celebrada entre o Município de Tio Hugo - RS com a Caixa Econômica Federal, no valor de R$ 1.166.167,00 (um milhão, cento e sessenta e seis mil, cento e sessenta e sete reais), cujos recursos serão destinados a obras de qualificação viária do Município de Tio Hugo/RS.

Despacho: Manifesto anuência à conclusão exarada pela Secretaria do Tesouro Nacional no Parecer SEI nº 14661/2022/ME, de 26/10/2022 (SEI nº 29042870).

Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, certifico o cumprimento das condições estabelecidas no inciso I do art. 1º da Portaria nº 8.218, de 15 de setembro de 2022, e ratifico a concessão da garantia da União referente ao contrato acima mencionado.

ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR
Secretário Especial

DESPACHO DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

Processo nº 17944.101423/2022-11
Interessado: Estado do Ceará (CE)
Assunto: Operação de crédito externo a ser celebrada entre o Estado do Ceará (CE) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares norte-americanos), de principal, para o financiamento parcial do "Programa de Qualificação da Infraestrutura Rodoviária Estadual - InfraRodoviária Ceará".

Despacho: Tendo em vista o Parecer da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) concluindo no sentido de que o Ente atendeu a todas as exigências previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal e na Resolução nº 43/2001, do Senado Federal, no que diz respeito aos requisitos mínimos para contratação da operação de crédito, bem como atendeu aos requisitos legais e normativos necessários para a obtenção da garantia da União, de acordo com a Resolução nº 48/2007, do Senado Federal; tendo em vista o Parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), e considerando a Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, o Decreto n. 9.745, de 8 de abril de 2019, o art. 40 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, o art. 6º do Decreto-lei nº 1.312, de 15 de fevereiro de 1974, a Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007, e alterações, a permissão contida na Resolução nº 37, de 2 de setembro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 5 de setembro de 2022, também daquela Casa Legislativa; e, no uso da competência que me confere o art. 2º da Portaria ME nº 8.218, de 15 de setembro de 2022, do Ministério da Economia, certifico o cumprimento das condições necessárias à concessão da garantia da União previstas no art. 1º da referida Portaria, quais sejam a manifestação técnica da STN em que se atesta o cumprimento dos requisitos necessários à contratação, parecer jurídico da PGFN acerca da legalidade, e autorização do Senado Federal mediante Resolução, e, em especial, das condicionalidades, cabíveis e aplicáveis, apontadas no Parecer da STN, conforme parecer da PGFN, podendo ser celebrado o contrato de garantia entre a União e o referido Banco, condicionado à prévia formalização do contrato de contragarantia entre o Estado e a União.

ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR
Secretário Especial

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM O MERCADO E INTERMEDIÁRIOS

ATO DECLARATÓRIO CVM Nº 20.324, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

O Superintendente de Relações com o Mercado e Intermediários da Comissão de Valores Mobiliários autoriza, nesta data, o BRB BANCO DE BRASÍLIA S/A, C.N.P.J. 00.000.208/0001-00, a prestar o serviço de Custódia de Valores Mobiliários, nos termos do Artigo 24 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro e 1976, e da Resolução CVM Nº 32, de 19 de maio de 2021

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS

SUPERINTENDÊNCIA DE SUPERVISÃO DE INVESTIDORES INSTITUCIONAIS
GERÊNCIA DE ACOMPANHAMENTO DE INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

ATOS DECLARATÓRIOS CVM DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

Nº 20.358 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza JOÃO ARTHUR PALMA DE ALMEIDA, CPF nº 704.448.834-01, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 20.359 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza LUÍS FERNANDO ZEN, CPF nº 037.204.949-42, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021.

ARTUR PEREIRA DE SOUZA

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA
DIRETORIA DE METROLOGIA LEGAL

PORTARIA DIMEL Nº 311, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022

O DIRETOR DE METROLOGIA LEGAL DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - (INMETRO), no exercício da delegação de competência outorgada pela Presidência do Inmetro, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4, alínea "e" da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução nº 8, de 22 de dezembro de 2016, do Conmetro;

Considerando a conformidade das informações constantes no processo Inmetro SEI nº 0052600.006033/2020-50 com os requisitos estabelecidos na Portaria Inmetro nº 101, de 20 de março de 2020;

Considerando as penalidades previstas no item 8, do Regulamento Técnico Metrológico que se refere a Portaria Inmetro nº 78, de 23 de março de 2022, resolve:

Art. 1º Revogar a Portaria Inmetro/Dimel nº 190, de 9 de junho de 2020, referente à autorização provisória para declaração de conformidade de instrumentos de medição, concedidas à empresa Randon S/A Implementos e Participações.

Parágrafo Único - A revogação da Portaria Inmetro/Dimel nº 190/2020, cancela em caráter definitivo, a autorização da empresa Randon S/A Implementos e Participações para emitir declaração de conformidade de Carroçaria para Carga Sólida.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PERICELES JOSE VIEIRA VIANNA

PORTARIA DIMEL Nº 312, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022

O DIRETOR DE METROLOGIA LEGAL DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - (INMETRO), no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, por meio da Portaria Inmetro nº 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "b", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução nº 8, de 22 de dezembro de 2016, do Conmetro;

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para medidores de velocidade de veículos automotores, aprovado pela Portaria Inmetro nº 158/2022; e,

Considerando os elementos constantes do processo Inmetro nº 0052600.002768/2022-76, resolve:

Aprovar o modelo FSC-S, de medidor de velocidade de veículos automotores, marca Fiscal Tecnologia, de acordo com as condições de aprovação especificadas, disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

PERICELES JOSE VIEIRA VIANNA

PORTARIA DIMEL Nº 313, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022

O DIRETOR DE METROLOGIA LEGAL DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - (INMETRO), no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, por meio da Portaria Inmetro nº 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "b", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução nº 8, de 22 de dezembro de 2016, do Conmetro;

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para instrumentos de pesagem não automáticos, aprovado pela Portaria Inmetro nº 236/1994; e,

Considerando os elementos constantes do processo Inmetro nº 0052600.000517/2022-57, resolve:

Aprovar os modelos RM-5800 B, RM-5800 EV-B e RM-5800 EV+B, de instrumentos de pesagem não automáticos, classe de exatidão III, marca Digi, de acordo com as condições de aprovação especificadas, disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

PERICELES JOSE VIEIRA VIANNA

PORTARIA DIMEL Nº 314, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022

O DIRETOR DE METROLOGIA LEGAL DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - (INMETRO), no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, por meio da Portaria Inmetro nº 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "b", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução nº 8, de 22 de dezembro de 2016, do Conmetro;

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para Medidores de Umidade de Grãos, aprovado pela Portaria Inmetro nº 47/2022; e,

Considerando os elementos constantes do processo Inmetro nº 0052600.011176/2020-83, resolve:

Dar nova redação ao item 5.4 SOFTWARE, da Portaria Inmetro/Dimel nº 127, de 10 de agosto de 2018, publicada no D.O.U. em 13/08/2018, seção 1, página 69, que aprova o modelo 999-ESI de medidor de umidade de grãos, marca Motomco, de acordo com as condições especificadas, disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/(Aditivo à Portaria Inmetro/Dimel nº 127/2018)

PERICELES JOSE VIEIRA VIANNA

PORTARIA DIMEL Nº 315, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022

O DIRETOR DE METROLOGIA LEGAL DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - (INMETRO), no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, por meio da Portaria Inmetro nº 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "b", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução nº 8, de 22 de dezembro de 2016, do Conmetro;

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico que estabelece as condições a que devem satisfazer os medidores tipo rotativo e tipo turbina, utilizados nas medições de gases, aprovado pela Portaria Inmetro nº 114/1997; e,

Considerando constante do processo Inmetro nº 0052600.009903/2022-12, resolve:

Incluir o subitem 5.2.3 na Portaria Inmetro/Dimel nº 122, de 25 de junho de 2019 publicada em D.O.U. em 27/06/2019, seção 1, página 51, que aprova a família de modelos TCT de medidor de volume de gás, tipo turbina, de acordo com as condições especificadas, disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/.(Aditivo à Portaria Inmetro/Dimel nº 122/2019)

PERICELES JOSE VIEIRA VIANNA

PORTARIA DIMEL Nº 316, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022

O DIRETOR DE METROLOGIA LEGAL DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - (INMETRO), no exercício da delegação de competência outorgada pela Presidência do Inmetro, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4, alínea "e" da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução nº 8, de 22 de dezembro de 2016, do Conmetro;

Considerando a conformidade das informações constantes no processo Inmetro SEI nº 0052600.007447/2021-87 com os requisitos estabelecidos na Portaria Inmetro nº 101, de 20 de março de 2020;

Considerando as penalidades previstas no item 8, do Regulamento Técnico Metrológico que se refere a Portaria Inmetro nº 78, de 23 de março de 2022, resolve:

Art. 1º Revogar a Portaria Inmetro/Dimel nº 163, de 26 de julho de 2021, referente à autorização provisória para declaração de conformidade de instrumentos de medição, concedidas à empresa Randon Triel Ht Implementos Rodoviários Ltda.

Parágrafo Único - A revogação da Portaria Inmetro/Dimel nº 163/2021, cancela em caráter definitivo, a autorização da empresa Randon Triel Ht Implementos Rodoviários Ltda. para emitir declaração de conformidade de Veículo Tanque Rodoviário.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PERICELES JOSE VIEIRA VIANNA

PORTARIA DIMEL Nº 317, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022

O DIRETOR DE METROLOGIA LEGAL DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - (INMETRO), no exercício da delegação de competência outorgada pela Presidência do Inmetro, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4, alínea "e" da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução nº 8, de 22 de dezembro de 2016, do Conmetro;

Considerando a conformidade das informações constantes no processo Inmetro SEI nº 0052600.007448/2021-21 com os requisitos estabelecidos na Portaria Inmetro nº 101, de 20 de março de 2020;

Considerando as penalidades previstas no item 8, do Regulamento Técnico Metrológico que se refere a Portaria Inmetro nº 78, de 23 de março de 2022, resolve:

Art. 1º Revogar a Portaria Inmetro/Dimel nº 167, de 27 de julho de 2021, referente à autorização provisória para declaração de conformidade de instrumentos de medição, concedidas à empresa Randon Triel Ht Implementos Rodoviários Ltda.

Parágrafo Único - A revogação da Portaria Inmetro/Dimel nº 167/2021, cancela em caráter definitivo, a autorização da empresa Randon Triel Ht Implementos Rodoviários Ltda. para emitir declaração de conformidade de Carroçaria para Carga Sólida.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PERICELES JOSE VIEIRA VIANNA

PORTARIA DIMEL Nº 320, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022

O DIRETOR DE METROLOGIA LEGAL DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - (INMETRO), no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, por meio da Portaria Inmetro nº 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "b", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução nº 8, de 22 de dezembro de 2016, do Conmetro;

De acordo com os Regulamentos Técnicos Metrológicos para medidores eletrônicos de energia elétrica, aprovados pelas Portarias Inmetro nº 586/2012, nº 587/2012 e nº 520/2014; e,

Considerando os elementos constantes do processo Inmetro nº 0052600.005842/2022-14, resolve:

Substituir o item 5 SOFTWARE, da Portaria Inmetro/Dimel nº 8, de 5 de janeiro de 2022, publicada no D.O.U. em 10/01/2022, seção 1, página 47, que aprova o modelo aMeter300-AC0534, de medidor eletrônico de múltipla tarifação de medição de energia elétrica, classe de exatidão C, marca Wasion, de acordo com as condições especificadas, disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/(Aditivo à Portaria Inmetro/Dimel nº 8/2022)

PERICELES JOSE VIEIRA VIANNA

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

DIRETORIA TÉCNICA 1

COORDENAÇÃO-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 1.141, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria Susep nº 7.861, de 22 de setembro de 2021, e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 4º da Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007, no inciso II do art. 5º, no §2° do art. 26 e no §7° do art. 28, todos da Resolução CNSP nº 422, de 11 de novembro de 2021, e o que consta do processo Susep nº 15414.620531/2022-42, resolve:

Art.1º Homologar a atualização cadastral anual de 2022 de NAVIGATORS INSURANCE COMPANY, sociedade constituída e existente segundo as leis do estado de Nova Iorque, Estados Unidos da América, cadastrada como resseguradora eventual, conforme Portaria SUSEP nº 2.998, de 4 de agosto de 2008.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 1.142, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria Susep nº 7.861, de 22 de setembro de 2021, e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 4º da Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007, no inciso III do art. 5º, no §2° do art. 26 e no §7° do art. 28, todos da Resolução CNSP nº 422, de 11 de novembro de 2021, e o que consta do processo Susep nº 15414.620753/2022-65, resolve:

Art.1º Homologar a atualização cadastral anual de 2022 de SOMPO JAPAN INSURANCE INC, sociedade constituída e existente segundo as leis do Japão, cadastrada como resseguradora eventual, conforme Portaria Susep nº 3.105, de 26 de novembro de 2008.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 1.143, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.861, de 22 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto no inciso I do artigo 39 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e o que consta do processo Susep nº 15414.613278/2022-71, resolve:

Art.1º Homologar a reforma do estatuto social de FUTURO PREVIDÊNCIA PRIVADA, CNPJ nº 92.812.098/0001-08, com sede na cidade de Porto Alegre - RS, conforme deliberado na reunião do conselho deliberativo realizada em 30 de março de 2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 1.144, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.861, de 22 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.622454/2022-65, resolve:

Art.1º Homologar a eleição de administrador de METROPOLITAN LIFE SEGUROS E PREVIDÊNCIA PRIVADA S.A., CNPJ nº 02.102.498/0001-29, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado na assembleia geral extraordinária realizada em 26 de julho de 2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 1.145, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.861, de 22 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, combinado com o parágrafo 2º do artigo 3º do Decreto-Lei nº 261, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do processo Susep nº 15414.620609/2022-29, resolve:

Art.1º Homologar a eleição de membro do comitê de riscos de BRASILCAP CAPITALIZAÇÃO S.A., CNPJ nº 15.138.043/0001-05, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado na reunião do conselho de administração realizada em 30 de junho de 2022, às 17h.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

PORTARIA SUFRAMA Nº 556, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2022

Aprova o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa TEC TOY S/A.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza a Resolução nº 205, de 25 de fevereiro de 2021, do Conselho de Administração da SUFRAMA, em seu Art. 11; os termos do Parecer de Engenharia nº 164/2022/CAPI/CGPRI/SPR/SUFRAMA e Parecer de Economia nº 180/2022/CAPI/CGPRI/SPR/SUFRAMA, da Superintendência Adjunta de Projetos da SUFRAMA; e o que consta no processo SEI-SUFRAMA nº 52710.006732/2022-14, resolve:

Art. 1º APROVAR o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa TEC TOY S/A. (CNPJ: 22.770.366/0001-82 e Inscrição SUFRAMA: 20.0129.85-6), na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer de Engenharia nº 164/2022/CAPI/CGPRI/SPR/SUFRAMA e Parecer de Economia nº 180/2022/CAPI/CGPRI/SPR/SUFRAMA, para produção de TECLADO COM LEITOR DE CARTÃO DE DÉBITO E CRÉDITO, CONJUGADO OU NÃO COM MOSTRADOR "DISPLAY" (PIN PAD), código SUFRAMA 2298, recebendo os benefícios fiscais previstos no Art. 2º da Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e legislação posterior.

Art. 2º DEFINIR que a redução da alíquota do Imposto de Importação (II) relativo às matérias-primas, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos de origem estrangeira, utilizados na fabricação do produto a que se refere o Art. 1º desta Portaria, seja obtida mediante a aplicação da fórmula do § 1º do Art. 7º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, conforme dita o § 1º do Art. 2º da Lei nº 8.387/91.

Art. 3º DETERMINAR sob pena de suspensão ou cancelamento dos incentivos concedidos, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I - o cumprimento do Processo Produtivo Básico definido pela Portaria Interministerial SEPEC/ME/SEXEC/MCTI nº 58, 9 de outubro de 2020, Portaria Interministerial SEPEC/ME/SEXEC/MCTI nº 8.872, 23 de julho de 2021, e Portaria Interministerial SEPEC/ME/SEXEC/MCTI nº 1.167, 10 de fevereiro de 2022;

II - o investimento em atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), no percentual mínimo exigido pela legislação vigente sobre o faturamento bruto no mercado interno, deduzidos os tributos correspondentes à comercialização do produto a qual se refere o Art. 1º desta Portaria e o valor das aquisições de produtos incentivados, conforme legislação pertinente;

III - o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio ambiente, conforme disciplina a Legislação nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal;

IV - a manutenção de cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor; e

V - o cumprimento das exigências contidas na Resolução nº 205, de 25 de fevereiro de 2021, bem como as demais Resoluções, Portarias e Normas Técnicas em vigor.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALGACIR ANTONIO POLSIN

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

CNPJ: 33.657.248/0004-21 - NIRE: 53.5.0000037-2

ATA DA VIGÉSIMA SEXTA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES REALIZADA EM 4 DE NOVEMBRO DE 2022

(Lavrada sob a forma de sumário, conforme facultado pelo parágrafo primeiro do artigo 130 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976)

I - DATA, HORA E LOCAL: Em 4 de novembro de 2022, às 11 horas, por videoconferência, de acordo com a Instrução Normativa DREI nº 81, de 10 de junho de 2020.

II - PRESENÇAS E CONVOCAÇÃO: Com fulcro no disposto no artigo 124, § 4º, da Lei n.º 6.404/1976, as formalidades de convocação encontram-se sanadas em razão da presença da Sra. Liana do Rêgo Motta Veloso, Procuradora da Fazenda Nacional, representando a União Federal, acionista único do BNDES, designada pela Portaria PGFN n.º 17, de 26 de junho de 2019, conforme atesta o registro no Livro de Presença de Acionistas. A Assembleia foi presidida pelo Diretor Executivo do BNDES, Marcelo Sampaio Vianna Rangel, Diretor responsável pelas Áreas Jurídicas, em linha com o disposto na Portaria PRESI CA BNDES n° 04/2022, de 22 de julho de 2022. A União dispensou a presença de membros do Conselho Fiscal do BNDES.

III - MESA: Presidente da Assembleia: Marcelo Sampaio Vianna Rangel; Representante da União: Liana do Rêgo Motta Veloso; e Secretária: Melissa Cordeiro Dutra.

IV - ORDEM DO DIA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA: Deliberação sobre: (i) a eleição, como membro do Conselho de Administração do BNDES, indicado pelo Ministério da Economia, do Sr. Hailton Madureira de Almeida, brasileiro, servidor público federal, casado em regime de separação parcial de bens, portador da carteira de identidade n.º **380** - SPTC-ES, inscrito no CPF sob o n.º ***.981.417-**, com prazo de gestão até 25 de fevereiro de 2024; (ii) a eleição, como membro titular do Conselho Fiscal do BNDES, indicado pelo Ministério da Economia, em cargo vago, do Sr. Julio Cesar Vieira Gomes, brasileiro, servidor público federal, casado em regime de comunhão parcial de bens, portador da carteira de identidade n.º 488. ***-6 MM RJ, inscrito no CPF sob o n.º ***.147.427-**, com prazo de atuação até 3 de novembro de 2024; e (iii) a recondução, para o Conselho de Administração do BNDES, indicado pelo Ministério da Economia, do Sr. Marcelo Pacheco dos Guaranys, brasileiro, servidor público federal, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, portador da carteira de identidade nº **138** - SSP/DF, e inscrito no CPF sob o n.º ***.440.611-**, com prazo de gestão até 25 de fevereiro de 2024.

V - DELIBERAÇÃO ADOTADA: Com base no despacho do Secretário Especial do Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia, o Sr. Esteves Pedro Colnago Junior (Processo nº 10951.110980/2022-86), a União aprova:

(i) a eleição, como membro do Conselho de Administração do BNDES, indicado pelo Ministério da Economia, do Sr. Hailton Madureira de Almeida, brasileiro, servidor público federal, casado em regime de separação parcial de bens, portador da carteira de identidade ID: **380** - SPTC-ES, inscrito no CPF n.º ***.981.417-**, com prazo de gestão até 25 de fevereiro de 2024, com endereço profissional na Avenida República do Chile, n.º 100, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-917, cuja indicação foi objeto de manifestação favorável do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração do BNDES, conforme Ata da sua 27ª Reunião Extraordinária, realizada em 30 de setembro de 2022, e do Conselho de Administração do BNDES (DEC CA n.º 77/2022-BNDES, de 7 de outubro de 2022), salientando-se que o ora eleito deve cumprir o disposto no Termo de Posse e Compromisso assinado quando de sua nomeação pelo Conselho de Administração do BNDES;

(ii) a eleição, como membro titular do Conselho Fiscal do BNDES, indicado pelo Ministério da Economia, em cargo vago, do Sr. Julio Cesar Vieira Gomes, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, servidor público federal, portador da carteira de identidade 488. ***-6 MM RJ, inscrito no CPF n.º ***.147.427-**, com prazo de atuação até 3 de novembro de 2024, com endereço profissional na Avenida República do Chile, n.º 100, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-917, cuja indicação foi objeto de manifestação favorável do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração do BNDES, conforme Ata da sua 25ª Reunião Extraordinária, realizada em 14 de setembro de 2022, e do Conselho de Administração do BNDES (DEC CA n.º 78/2022-BNDES, de 7 de outubro de 2022); e

(iii) a recondução, para o Conselho de Administração do BNDES, como representante do Ministério da Economia, do Sr. Marcelo Pacheco dos Guaranys, brasileiro, servidor público federal, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, portador da carteira de identidade nº **138** - SSP/DF, e inscrito no CPF n.º ***.440.611-**, com prazo de gestão até 25 de fevereiro de 2024, com endereço profissional na Avenida República do Chile, n.º 100, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-917, cuja indicação foi objeto de manifestação favorável do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração do BNDES, conforme Ata da sua 28ª Reunião Extraordinária, realizada em 4 de outubro de 2022, e do Conselho de Administração do BNDES (DEC CA n.º 79/2022-BNDES, de 7 de outubro de 2022), com a recomendação de realização dos treinamentos obrigatórios eventualmente pendentes tão logo possível. Esta ata é cópia fiel da constante no respectivo livro de atas da companhia. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Vigésima Sexta Assembleia Geral Extraordinária e deliberada a lavratura da Ata.

Brasília-DF, 4 de novembro de 2022.
MARCELO SAMPAIO VIANNA RANGEL
Presidente da Mesa

LIANA DO RÊGO MOTTA VELOSO
Representante da União

MELISSA CORDEIRO DUTRA
Secretaria

CNPJ N.º: 00.383.281/0001-09 e 00.383.281/0002-90 - NIRE N.º: 53300002371

ATA DA VIGÉSIMA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA BNDES PARTICIPAÇÕES S/A - BNDESPAR REALIZADA EM 4 DE NOVEMBRO DE 2022

(Lavrada sob a forma de sumário, conforme facultado pelo parágrafo primeiro do artigo 130 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976)

I - DATA, HORA E LOCAL: Em 4 de novembro de 2022, às 11h20, por videoconferência, de acordo com a Instrução Normativa DREI nº 81, de 10 de junho de 2020.

II - PRESENÇAS E CONVOCAÇÃO: Com fulcro no disposto no artigo 124, § 4º, da Lei n.º 6.404/1976, as formalidades de convocação encontram-se sanadas em razão da presença da Sra. Melissa Cordeiro Dutra, representante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, acionista único da BNDES PARTICIPAÇÕES S/A - BNDESPAR, conforme Procuração outorgada pelo BNDES e subscrita pelo Presidente do BNDES e de suas subsidiárias, Gustavo Henrique Moreira Montezano, em 19 de outubro de 2022, como atesta o registro e a assinatura no Livro de Presença de Acionistas. A Assembleia foi presidida pelo Diretor Executivo da BNDESPAR, Marcelo Sampaio Vianna Rangel, Diretor responsável pelas Áreas Jurídicas, em linha com o disposto na Portaria PRESI CA BNDESPAR n° 03/2022, de 22 de julho de 2022. O BNDES dispensou a presença de membros do Conselho Fiscal da BNDESPAR.

III - MESA: Presidente da Assembleia: Marcelo Sampaio Vianna Rangel; Representante do BNDES: Melissa Cordeiro Dutra; e Secretária: Viviane Costa Moreira de Souza.

IV - ORDEM DO DIA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA: Deliberação sobre: (i) a eleição, como membro do Conselho de Administração da BNDESPAR, do Sr. Hailton Madureira de Almeida, brasileiro, servidor público federal, casado em regime de separação parcial de bens, portador da carteira de identidade n.º **380** - SPTC-ES, inscrito no CPF sob o n.º ***.981.417-**, com prazo de gestão até 25 de fevereiro de 2024; (ii) a eleição, como membro titular do Conselho Fiscal da BNDESPAR, do Sr. Julio Cesar Vieira Gomes, brasileiro, servidor público federal, casado em regime de comunhão parcial de bens, portador da carteira de identidade n.º 488. ***-6 MM RJ, inscrito no CPF sob o n.º ***.147.427-**, com prazo de atuação até 3 de novembro de 2024; e (iii) a recondução, para o Conselho de Administração da BNDESPAR, do Sr. Marcelo Pacheco dos Guaranys, brasileiro, servidor público federal, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, portador da carteira de identidade nº **138** - SSP/DF, e inscrito no CPF sob o n.º ***.440.611-**, com prazo de gestão até 25 de fevereiro de 2024.

V - DELIBERAÇÃO ADOTADA: Tendo em vista a deliberação adotada pela União constante da Ata da Vigésima Sexta Assembleia Geral Extraordinária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, de 4 de novembro de 2022, bem como o disposto nos artigos 33 e 48 do Estatuto Social da BNDESPAR, que impõem que os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da BNDESPAR sejam todos integrantes do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal do BNDES, ficam aprovadas:

(i) a eleição, como membro do Conselho de Administração da BNDESPAR, do Sr. Hailton Madureira de Almeida, brasileiro, servidor público federal, casado em regime de separação parcial de bens, portador da carteira de identidade ID: **380** - SPTC-ES, inscrito no CPF n.º ***.981.417-**, com prazo de gestão até 25 de fevereiro de 2024, com endereço profissional na Avenida República do Chile, n.º 100, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-917, cuja indicação foi objeto de manifestação favorável do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração do BNDES, conforme Ata da sua 27ª Reunião Extraordinária, realizada em 30 de setembro de 2022, e do Conselho de Administração da BNDESPAR (DEC CA n.º 44/2022-BNDESPAR, de 7 de outubro de 2022), salientando-se que o ora eleito deve cumprir o disposto no Termo de Posse e Compromisso assinado quando de sua nomeação pelo Conselho de Administração da BNDESPAR;

(ii) a eleição, como membro titular do Conselho Fiscal da BNDESPAR, do Sr. Julio Cesar Vieira Gomes, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, servidor público federal, portador da carteira de identidade 488. ***-6 MM RJ, inscrito no CPF n.º ***.147.427-**, com prazo de atuação até 3 de novembro de 2024, com endereço profissional na Avenida República do Chile, n.º 100, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-917, cuja indicação foi objeto de manifestação favorável do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração do BNDES, conforme Ata da sua 25ª Reunião Extraordinária, realizada em 14 de setembro de 2022, e do Conselho de Administração da BNDESPAR (DEC CA n.º 45/2022-BNDESPAR, de 7 de outubro de 2022); e

(iii) a recondução, para o Conselho de Administração da BNDESPAR, do Sr. Marcelo Pacheco dos Guaranys, brasileiro, servidor público federal, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, portador da carteira de identidade nº **138** - SSP/DF, e inscrito no CPF n.º ***.440.611-**, com prazo de gestão até 25 de fevereiro de 2024, com endereço profissional na Avenida República do Chile, n.º 100, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-917, cuja indicação foi objeto de manifestação favorável do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração do BNDES, conforme Ata da sua 28ª Reunião Extraordinária, realizada em 4 de outubro de 2022, e do Conselho de Administração da BNDESPAR (DEC CA n.º 46/2022-BNDESPAR, de 7 de outubro de 2022), com a recomendação de realização dos treinamentos obrigatórios eventualmente pendentes tão logo possível. Esta ata é cópia fiel da constante no respectivo livro de atas da companhia.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Vigésima Assembleia Geral Extraordinária e deliberada a lavratura da Ata.

Brasília-DF, 4 de novembro de 2022.
MARCELO SAMPAIO VIANNA RANGEL
Presidente da Mesa

MELISSA CORDEIRO DUTRA
Representante do BNDES

VIVIANE COSTA MOREIRA DE SOUZA
Secretária

(CNPJ nº 33.660.564/0001-00 NIRE nº 33.3.0004877-4)

ATA DA 13ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL S.A. - FINAME REALIZADA EM 4 DE NOVEMBRO DE 2022

(Lavrada sob a forma de sumário, conforme facultado pelo parágrafo primeiro do artigo 130 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976)

I - DATA, HORA E LOCAL: Em 4 de novembro de 2022, às 11h30, por videoconferência, de acordo com a Instrução Normativa DREI nº 81, de 10 de junho de 2020.

II - PRESENÇAS E CONVOCAÇÃO: Com fulcro no disposto no artigo 124, § 4º, da Lei n.º 6.404/1976, as formalidades de convocação encontram-se sanadas em razão da presença da Sra. Melissa Cordeiro Dutra, representante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, acionista único da Agência Especial de Financiamento Industrial S.A. - FINAME, conforme Procuração outorgada pelo BNDES e subscrita pelo Presidente do BNDES e de suas subsidiárias, Gustavo Henrique Moreira Montezano, em 19 de outubro de 2022, como atesta o registro e a assinatura no Livro de Presença de Acionistas. A Assembleia foi presidida pelo Diretor da FINAME, Marcelo Sampaio Vianna Rangel, Diretor responsável pelas Áreas Jurídicas, em linha com o disposto na Portaria PRESI n° 01/2022 - FINAME, de 25 de julho de 2022. O BNDES dispensou a presença de membros do Conselho Fiscal da FINAME.

III - MESA: Presidente da Assembleia: Marcelo Sampaio Vianna Rangel; Representante do BNDES: Melissa Cordeiro Dutra; e Secretária: Viviane Costa Moreira de Souza.

IV - ORDEM DO DIA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA: Deliberação sobre: (i) a eleição, como membro do Conselho de Administração da FINAME, do Sr. Hailton Madureira de Almeida, brasileiro, servidor público federal, casado em regime de separação parcial de bens, portador da carteira de identidade n.º **380** - SPTC-ES, inscrito no CPF sob o n.º ***.981.417-**, com prazo de gestão até 25 de fevereiro de 2024; (ii) a eleição, como membro titular do Conselho Fiscal da FINAME, do Sr. Julio Cesar Vieira Gomes, brasileiro, servidor público federal, casado em regime de comunhão parcial de bens, portador da carteira de identidade n.º 488. ***-6 MM RJ, inscrito no CPF sob o n.º ***.147.427-**, com prazo de atuação até 3 de novembro de 2024; e (iii) a recondução, para o Conselho de Administração da FINAME, do Sr. Marcelo Pacheco dos Guaranys, brasileiro, servidor público federal, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, portador da carteira de identidade nº **138** - SSP/DF, e inscrito no CPF sob o n.º ***.440.611-**, com prazo de gestão até 25 de fevereiro de 2024.

V - DELIBERAÇÃO ADOTADA: Tendo em vista a deliberação adotada pela União constante da Ata da Vigésima Sexta Assembleia Geral Extraordinária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, de 4 de novembro de 2022, bem como o disposto nos artigos 12 e 21 do Estatuto Social da FINAME, que impõem que os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da FINAME sejam todos integrantes do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal do BNDES, ficam aprovadas:

(i) a eleição, como membro do Conselho de Administração da FINAME, do Sr. Hailton Madureira de Almeida, brasileiro, servidor público federal, casado em regime de separação parcial de bens, portador da carteira de identidade ID: **380** - SPTC-ES, inscrito no CPF n.º ***.981.417-**, com prazo de gestão até 25 de fevereiro de 2024, com endereço profissional na Avenida República do Chile, n.º 100, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-917, cuja indicação foi objeto de manifestação favorável do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração do BNDES, conforme Ata da sua 27ª Reunião Extraordinária, realizada em 30 de setembro de 2022, e do Conselho de Administração da FINAME (DEC CA n.º 38/2022-FINAME, de 7 de outubro de 2022), salientando-se que o ora eleito deve cumprir o disposto no Termo de Posse e Compromisso assinado quando de sua nomeação pelo Conselho de Administração da FINAME;

(ii) a eleição, como membro titular do Conselho Fiscal da FINAME, do Sr. Julio Cesar Vieira Gomes, brasileiro, servidor público federal, casado em regime de comunhão parcial de bens, portador da carteira de identidade 488. ***-6 MM RJ, inscrito no CPF n.º ***.147.427-**, com prazo de atuação até 3 de novembro de 2024, com endereço profissional na Avenida República do Chile, n.º 100, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-917, cuja indicação foi objeto de manifestação favorável do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração do BNDES, conforme Ata da sua 25ª Reunião Extraordinária, realizada em 14 de setembro de 2022, e do Conselho de Administração da FINAME (DEC CA n.º 39/2022-FINAME, de 7 de outubro de 2022); e

(iii) a recondução, para o Conselho de Administração da FINAME, do Sr. Marcelo Pacheco dos Guaranys, brasileiro, servidor público federal, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, portador da carteira de identidade nº **138** - SSP/DF, e inscrito no CPF n.º ***.440.611-**, com prazo de gestão até 25 de fevereiro de 2024, com endereço profissional na Avenida República do Chile, n.º 100, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-917, cuja indicação foi objeto de manifestação favorável do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração do BNDES, conforme Ata da sua 28ª Reunião Extraordinária, realizada em 4 de outubro de 2022, e do Conselho de Administração da FINAME (DEC CA n.º 40/2022-FINAME, de 7 de outubro de 2022), com a recomendação de realização dos treinamentos obrigatórios eventualmente pendentes tão logo possível. Esta ata é cópia fiel da constante no respectivo livro de atas da companhia. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Décima Terceira Assembleia Geral Extraordinária da FINAME e deliberada a lavratura da Ata. Ct00344.rtf

Brasília-DF, 4 de novembro de 2022.
MARCELO SAMPAIO VIANNA RANGEL
Presidente da Mesa

MELISSA CORDEIRO DUTRA
Representante do BNDES

VIVIANE COSTA MOREIRA DE SOUZA
Secretária

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
CAIXA LOTERIAS S/A

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 21 DE OUTUBRO DE 2022

I - Data, horário e local: 21 de outubro de 2022, às 16:30 horas, via teams. II Presença: (i) Senhor Daniel de Castro Borges, Diretor Executivo da CAIXA e representante do Acionista Único CAIXA, designado por meio de Portaria PRESI 1771/2022; (ii) Senhora Renata de Souza Nardotto, Diretora Executiva, respondendo cumulativamente como Diretor-Presidente da CAIXA Loterias S.A, conforme ATA de AGOE, de 03/08/2022; (iii) Senhora Ana Luiza Moretti, Secretária designada. III Mesa: (i) Senhora Renata de Souza Nardotto, (ii) Senhor Daniel de Castro Borges, Diretor Executivo da CAIXA e representante do Acionista Único CAIXA;

(iii) Senhora Ana Luiza Moretti, Secretária designada. IV Convocação: dispensada face à presença do acionista representando a totalidade do capital social, nos termos do artigo 124, 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (Lei das S.A.). V - Ordem do Dia: (a) Eleição do Sr. Waldir Eustáquio Marques Júnior para o cargo de Diretor-Presidente da CAIXA Loterias S.A. VI - Deliberação: a Assembleia Geral Extraordinária apreciou e decidiu, no uso de suas competências estatutárias, sobre as matérias apresentadas, conforme a seguir: (a) Aprovou a designação para o cargo de Diretor Presidente, o senhor Waldir Eustáquio Marques Júnior, brasileiro, solteiro, em união estável, advogado, nascido em Brasília/DF, data de nascimento 24/09/1973, CPF 512.425.751-20, Identidade 1.217.413 SSP/DF, com domicílio profissional no Setor Bancário Sul, Quadra 4, Lotes 3/4, Edifício Sede Matriz I da CAIXA, Asa Sul, CEP 70.070-140, Brasília/DF, para o prazo de gestão de 2022/2024, permitidas, no máximo três reconduções consecutivas, nos termos de que prevê o Art. 13, VI, da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016. VII - Encerramento: não havendo qualquer outra matéria a ser discutida, o Presidente da Mesa considerou encerrados os trabalhos da Assembleia Geral Extraordinária, determinando que fosse lavrada a presente Ata, em forma de sumários, conforme facultado pelo artigo 130, 1º, da Lei das S.A., que, lida e achada conforme, é devidamente assinada. ANA LUIZA MORETTI Secretária RENATA DE SOUZA NARDOTTO Presidente da Mesa CAIXA ECONÔMICA FEDERAL DANIEL DE CASTRO BORGES Diretor Executivo Pessoas Respondendo cumulativamente pela DE Governança e Estratégia, nos termos da Portaria nº 2589/2022 PRESI Representante do Acionista Único CAIXA Documento registrado na Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal sob o nº 1913600, em 07/11/2022.

RENATA DE SOUZA NARDOTTO
Diretora-Executiva

SECRETARIA GERAL

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2022

I Data, horário e local: no dia 30 de setembro de 2022, às 11h30 (onze horas e trinta minutos), por videoconferência. II Presença: (i) Procurador da Fazenda Nacional Luiz Frederico de Bessa Fleury, Representante da União, designado pela Portaria nº 17, de 26 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 01 de julho de 2019; (ii) Senhor Rogério Rodrigues Bimbi, Presidente do Conselho de Administração da CAIXA; e (iii) Senhor Gryecos Attom Valente Loureiro, Diretor Jurídico da CAIXA. III Mesa: Rogério Rodrigues Bimbi, Presidente da Assembleia; Luiz Frederico de Bessa Fleury, Representante da União; e Annelise Ragone de Mattos, Secretária designada. IV Convocação: dispensada face à presença do acionista representando a totalidade do capital social, nos termos do artigo 124, 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (Lei das S.A.). V - Ordem do Dia: 1. Desinvestimento parcial, a ser realizado pela CAIXA, junto à Gestora de Inteligência de Crédito S.A. (QUOD), por meio da entrada de um novo acionista, via oferta privada de ações primárias; versão final dos instrumentos e contratos da operação; Relatório Técnico (RT) com os estudos acerca do desinvestimento; signing da operação; orientação de voto ao representante da CAIXA, na Assembleia Geral da QUOD, para a aprovação da operação; e a descontinuidade da Comissão de Desinvestimento. VI - Deliberação: com base no despacho do Secretário Especial do Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia, Senhor Esteves Pedro Colnago Junior (Processo nº 10951.111217/2022 72), a Assembleia Geral Extraordinária decidiu sobre a matéria apresentada, conforme a seguir: (i) no sentido de não ser competência da assembleia de acionistas deliberar sobre a proposta de desinvestimento a ser realizada pela Caixa Econômica Federal na Gestora de Inteligência de Crédito S.A. QUOD, registrando que, como ato negocial, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre sua aprovação. VII Solicitar que a administração da CAIXA providencie a alteração estatutária de modo a atualizar as competências dos atos societários à luz da nova redação do Decreto n 1.091/1994. VIII - Encerramento: não havendo qualquer outra matéria a ser discutida, o Presidente da Mesa considerou encerrados os trabalhos da Assembleia Geral Extraordinária, determinando que fosse lavrada a presente Ata, em forma de sumários, conforme facultado pelo artigo 130 1º da Lei das S.A., que, lida e achada conforme, é devidamente assinada pelo Presidente da mesa, Rogério Rodrigues Bimbi, pela Secretaria Geral, Annelise Ragone de Mattos e pelo Procurador da Fazenda Nacional, representante da União, Luiz Frederico de Bessa Fleury. A Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal certificou o registro sob o nº 1916426 em 16/11/2022.

LUIZ FREDERICO DE BESSA FLEURY
Procurador da Fazenda Nacional

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 880, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

Altera a Portaria MEC nº 467, de 1º de julho de 2022.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO substituto no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e em conformidade com o disposto no art. 9º, inciso VI, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, bem como no art. 8º do Decreto nº 9.432, de 29 de junho de 2018, resolve:

Art. 1º A Portaria MEC nº 467, de 1º de julho de 2022, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 3º O Comitê de Governança será composto por 12 (doze) membros titulares e respectivos suplentes, designados por ato do Ministro de Estado da Educação, assim distribuídos:

.....

Art. 6º Os representantes titulares designados para compor o Comitê de Governança do Enem, bem como seus respectivos suplentes, desempenharão suas atividades sem prejuízo daquelas decorrentes de seus cargos e funções, e a participação no Comitê será considerada prestação de serviço público relevante e não remunerada." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ DE CASTRO BARRETO JÚNIOR

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 4, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022

Altera o artigo 11 da Resolução CNE/CES nº 7, de 11 de dezembro de 2017, que estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação stricto sensu.

O Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no artigo 9º, § 2º, alínea "g", da Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, nos artigos 9º, incisos VII e IX, 44, inciso III, 46 e 48, §§ 1º e 3º da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e com fundamento no Parecer CNE/CES nº 308, de 7 de abril de 2022, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de 9 de novembro de 2022, Seção 1, página 54, resolve:

Art. 1º Alterar o artigo 11 da Resolução CNE/CES nº 7, de 11 de dezembro de 2017, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 11 As instituições poderão solicitar à Capes a alteração da nomenclatura de cursos de mestrado e doutorado, a área básica ou a área de avaliação, a modalidade de ensino e a modalidade de programa a qualquer tempo.

Parágrafo único. Fica a Capes autorizada, por delegação da CES/CNE, a proceder diretamente com as alterações mencionadas no caput, em conformidade com os procedimentos avaliativos e regulatórios vigentes.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de 1º de dezembro de 2022.

ALYSSON MASSOTE CARVALHO

RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 3, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022

Insere o artigo 9-A na Resolução CNE/CP nº 1, de 6 de maio de 2022, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM-Formação).

O Presidente do Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, tendo em vista o disposto no art. 9º, § 2º, alínea e da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei nº 9.131, de 25 de novembro de 1995; e nos incisos IV e V e Parágrafo único do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e com fundamento na Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, e na Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021, bem como no Parecer CNE/CP nº 24/2022, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de 9 de novembro de 2022, Seção 1, página 54, resolve:

Art. 1º Inserir o artigo 9º-A na Resolução CNE/CP nº 1, de 6 de maio de 2022, com a seguinte redação:

Art. 9º-A Fica definido, como período de transição para a implantação definitiva das Diretrizes Curriculares Nacionais contidas nesta Resolução, o período de 1º de junho de 2022 a 31 de dezembro de 2030.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de 1º de dezembro de 2022.

LUIZ ROBERTO LIZA CURI

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 980, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 03 de setembro de 2018, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Parágrafo único. As autorizações a que se refere esta Portaria são válidas exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º As instituições citadas na tabela constante do Anexo desta Portaria deverão protocolar pedido de reconhecimento dos respectivos cursos, nos termos do disposto no art. 46, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIANA GUIMARÃES AZIN

ANEXO (Autorização de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201803575	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	114	CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE JATAÍ	IEDUC - INSTITUTO DE EDUCACAO E CULTURA S/A	AVENIDA JOSÉ DE CARVALHO, S/Nº, SETOR EPAMINONDAS II, JATAÍ/GO
2	201927046	GESTÃO PÚBLICA (Tecnológico)	50	ESCOLA DE ENSINO SUPERIOR DA FIPE	FUNDACAO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONOMICAS FIPE	EDIFÍCIO CONDE ANDRÉA MATARAZZO, 1.499, 4º E 18º ANDAR, BELA VISTA, SÃO PAULO/SP
3	202014467	ODONTOLOGIA (Bacharelado)	120	ESCOLA SUPERIOR DO SUL DE SANTA CATARINA	SOCIEDADE DE EDUCACAO SUPERIOR E CULTURA BRASIL S.A.	AVENIDA ESTEVÃO EMÍLIO DE SOUZA, 410, CEARÁ, CRICIÚMA/SC
4	202014469	PSICOLOGIA (Bacharelado)	120	ESCOLA SUPERIOR DO SUL DE SANTA CATARINA	SOCIEDADE DE EDUCACAO SUPERIOR E CULTURA BRASIL S.A.	AVENIDA ESTEVÃO EMÍLIO DE SOUZA, 410, CEARÁ, CRICIÚMA/SC
5	202023909	MEDICINA VETERINÁRIA (Bacharelado)	150	FACULDADE ANCLIVEPA BRASÍLIA	UNI-A EDUCACAO LTDA	QUADRA QI 25, SN, PARQUE LAGO DO CORTADO HOSPITAL VETERINÁRIO , SETOR INDUSTRIAL (TAGUATINGA), BRASÍLIA/DF

6	201901730	DIREITO (Bacharelado)	100	FACULDADE ANHANGUERA DE ALVORADA	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A	RUA ARY DIAS DHIL, S/N, CEP 94.810-065 - BAIRRO BELA VISTA, 0, SEM NÚMERO, BELA VISTA, ALVORADA/RS
7	202023201	DIREITO (Bacharelado)	200	FACULDADE ATENAS CENTRO DE MATO GROSSO	CENTRO EDUCACIONAL HYARTE-ML LTDA	R. ESTRADA VICINAL, 1199, SENTIDO NORTE, ÁREA DE EXPANSÃO URBANA, SORRISO/MT
8	201904784	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	240	FACULDADE DE TECNOLOGIA DA AMAZÔNIA	CENTRO DE ESTUDOS JURIDICOS DO AMAZONAS LTDA	AVENIDA MARGARITA, 05, QUADRA 60, NOVA CIDADE, MANAUS/AM
9	201904787	DIREITO (Bacharelado)	240	FACULDADE DE TECNOLOGIA DA AMAZÔNIA	CENTRO DE ESTUDOS JURIDICOS DO AMAZONAS LTDA	AVENIDA MARGARITA, 05, QUADRA 60, NOVA CIDADE, MANAUS/AM
10	201904788	ENFERMAGEM (Bacharelado)	240	FACULDADE DE TECNOLOGIA DA AMAZÔNIA	CENTRO DE ESTUDOS JURIDICOS DO AMAZONAS LTDA	AVENIDA MARGARITA, 05, QUADRA 60, NOVA CIDADE, MANAUS/AM
11	201904783	LOGÍSTICA (Tecnológico)	240	FACULDADE DE TECNOLOGIA DA AMAZÔNIA	CENTRO DE ESTUDOS JURIDICOS DO AMAZONAS LTDA	AVENIDA MARGARITA, 05, QUADRA 60, NOVA CIDADE, MANAUS/AM
12	201904785	PEDAGOGIA (Licenciatura)	240	FACULDADE DE TECNOLOGIA DA AMAZÔNIA	CENTRO DE ESTUDOS JURIDICOS DO AMAZONAS LTDA	AVENIDA MARGARITA, 05, QUADRA 60, NOVA CIDADE, MANAUS/AM
13	201906186	DIREITO (Bacharelado)	300	FACULDADE MARECHAL RONDON DE GUARULHOS	ASSOCIACAO EDUCACIONAL NOVE DE JULHO	RUA SANTO ANTÔNIO, 43, JARDIM SÃO PAULO, GUARULHOS/SP
14	201906184	ENFERMAGEM (Bacharelado)	300	FACULDADE MARECHAL RONDON DE GUARULHOS	ASSOCIACAO EDUCACIONAL NOVE DE JULHO	RUA SANTO ANTÔNIO, 43, JARDIM SÃO PAULO, GUARULHOS/SP
15	201906188	PSICOLOGIA (Bacharelado)	300	FACULDADE MARECHAL RONDON DE GUARULHOS	ASSOCIACAO EDUCACIONAL NOVE DE JULHO	RUA SANTO ANTÔNIO, 43, JARDIM SÃO PAULO, GUARULHOS/SP
16	202013795	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	80	FACULDADE VALE DO IGUAÇU CANOINHAS	UNIDADE DE ENSINO SUPERIOR VALE DO IGUACU S.A.	RUA FERES JOÃO SFAIR, 491, JARDIM ESPERANÇA, CANOINHAS/SC
17	202013796	DIREITO (Bacharelado)	80	FACULDADE VALE DO IGUAÇU CANOINHAS	UNIDADE DE ENSINO SUPERIOR VALE DO IGUACU S.A.	RUA FERES JOÃO SFAIR, 491, JARDIM ESPERANÇA, CANOINHAS/SC
18	202014211	ENFERMAGEM (Bacharelado)	80	FACULDADE VALE DO IGUAÇU CANOINHAS	UNIDADE DE ENSINO SUPERIOR VALE DO IGUACU S.A.	RUA FERES JOÃO SFAIR, 491, JARDIM ESPERANÇA, CANOINHAS/SC
19	202013749	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	80	FACULDADE VALE DO IGUAÇU CANOINHAS	UNIDADE DE ENSINO SUPERIOR VALE DO IGUACU S.A.	RUA FERES JOÃO SFAIR, 491, JARDIM ESPERANÇA, CANOINHAS/SC
20	202013797	PSICOLOGIA (Bacharelado)	80	FACULDADE VALE DO IGUAÇU CANOINHAS	UNIDADE DE ENSINO SUPERIOR VALE DO IGUACU S.A.	RUA FERES JOÃO SFAIR, 491, JARDIM ESPERANÇA, CANOINHAS/SC
21	202113918	ESTÉTICA E COSMÉTICA (Tecnológico)	80	INSTITUTO ARIA	INSTITUTO ARIA LTDA	QUADRA SGAS 610, BLOCO 02, CONJUNTO F, ASA SUL, BRASÍLIA/DF
22	202113914	ODONTOLOGIA (Bacharelado)	80	INSTITUTO ARIA	INSTITUTO ARIA LTDA	QUADRA SGAS 610, BLOCO 02, CONJUNTO F, ASA SUL, BRASÍLIA/DF
23	201906482	PROCESSOS GERENCIAIS (Tecnológico)	80	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR AGOSTINIANO CASA GAIA	SOCIEDADE INTELIGENCIA E CORACAO	RUA MARTE, 435, PORTARIA B, RUA CRISTAL, N 35, CEP: 32241-390 , JARDIM RIACHO DAS PEDRAS, CONTAGEM/MG
24	201930974	DIREITO (Bacharelado)	150	INSTITUTO GOIANO DE DIREITO	IGD EDUCACIONAL LTDA	RUA 19, 241, QD.33 LT.33, SETOR CENTRAL, GOIÂNIA/GO

PORTARIA Nº 981, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas nº 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 03 de setembro de 2018, e considerando o disposto nos processos e-MEC, listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam indeferidos os cursos superiores de graduação, conforme planilha anexa, nos termos do disposto no artigo 44, do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

DIANA GUIMARÃES AZIN

ANEXO (Autorização de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201803573	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	114	CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE JATAÍ	IEDUC - INSTITUTO DE EDUCACAO E CULTURA S/A	AVENIDA JOSÉ DE CARVALHO, S/Nº, SETOR EPAMINONDAS II, JATAÍ/GO
2	201803574	BIOMEDICINA (Bacharelado)	114	CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE JATAÍ	IEDUC - INSTITUTO DE EDUCACAO E CULTURA S/A	AVENIDA JOSÉ DE CARVALHO, S/Nº, SETOR EPAMINONDAS II, JATAÍ/GO
3	201931025	ENFERMAGEM (Bacharelado)	200	FACULDADE DE EDUCAÇÃO VALE DO PAJEÚ	FACULDADE VALE DO PAJEU LTDA - EPP	QUADRA 01, LOTES 04 A 08, LOTEAMENTO RIACHO VERDEJANTE, BEZERROS/PE
4	202015626	GESTÃO PÚBLICA (Tecnológico)	50	FACULDADE DPM EDUCAÇÃO	DPM EDUCACAO LTDA	AVENIDA PERNAMBUCO, 1001, - DE 0809 A 1551 - LADO ÍMPAR, NAVEGANTES, PORTO ALEGRE/RS
5	201906185	MEDICINA VETERINÁRIA (Bacharelado)	300	FACULDADE MARECHAL RONDON DE GUARULHOS	ASSOCIACAO EDUCACIONAL NOVE DE JULHO	RUA SANTO ANTÔNIO, 43, JARDIM SÃO PAULO, GUARULHOS/SP
6	201906646	LOGÍSTICA (Tecnológico)	80	INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR AGOSTINIANO CASA GAIA	SOCIEDADE INTELIGENCIA E CORACAO	RUA MARTE, 435, PORTARIA B, RUA CRISTAL, N 35, CEP: 32241-390, JARDIM RIACHO DAS PEDRAS, CONTAGEM/MG

PORTARIA Nº 993, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, em observância ao que dispõe a Portaria MEC nº 328, de 5 de abril de 2018, e considerando o disposto na Portaria nº 974, de 10 de novembro de 2022, resolve:

Art. 1º A Portaria nº 974, de 10 de novembro de 2022, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º .....

.....

IX - um representante da Comissão Nacional de Residência Médica - CNRM.

Art. 3º .....

.....

m) Felipe Sartori Sigollo;

.....

o) Viviane Cristina Uliana Peterle."

Art. 2º O Grupo de Apoio Técnico - GAT será coordenado pelo Diretor de Política Regulatória, Hudson Palhano de Oliveira Galvão.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIANA GUIMARÃES AZIN

PORTARIA Nº 994, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2020; em observância ao disposto na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014; considerando o disposto na Portaria Normativa MEC nº 15, de 11 de agosto de 2017; tendo em vista o que consta do Processo SEI nº 23000.032322/2020-75, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 875/2022/ESAJ/CGCEBAS/DPR/SERES/SERES, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS formulado pela Associação Caruaruense de Ensino Superior e Técnico - ASCES, inscrita no CNPJ sob o nº 09.993.940/0001-01.

Art. 2º Franquear a ASCES o prazo de 30 (trinta) dias, em caráter improrrogável, a contar da data de publicação desta Portaria, para, havendo interesse, interpor recurso em face da decisão ora proferida.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIANA GUIMARÃES AZIN

PORTARIA Nº 995, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, o uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2020; em observância ao disposto na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014; considerando o disposto na Portaria Normativa MEC nº 15, de 11 de agosto de 2017; tendo em vista o que consta do Processo SEI nº 23000.041634/2018-55, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 767/2022/ESAJ/CGCEBAS/DPR/SERES/SERES, resolve:

Art. 1º Conhecer do recurso interposto pela Associação Educativa e Assistencial Madre Carmen Salles, inscrita no CNPJ sob o nº 00.093.278/0001-50, e, no mérito, dar-lhe provimento, para reconsiderar a decisão proferida nos termos da Portaria nº 616, de 26 de abril de 2022, publicada no Diário Oficial da União - DOU, em 27 de abril de 2022, número de ordem 3, do anexo, que indeferiu o pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS.

Art. 2º Renovar pelo prazo de 3 (três) anos, a contar de 1º de janeiro de 2019, o CEBAS concedido à Associação Educativa e Assistencial Madre Carmen Salles.

§ 1º A Entidade certificada deverá apresentar ao Ministério da Educação - MEC o Relatório Anual relativo aos serviços até então prestados à sociedade.

§ 2º A entidade certificada deverá zelar pela manutenção do cumprimento dos requisitos legais que ensejaram o deferimento a certificação, bem como dar ampla publicidade de condição de entidade detentora do CEBAS, sob pena de cancelamento do certificado.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIANA GUIMARÃES AZIN

PORTARIA Nº 996, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o art. 24 do Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, em conformidade com o disposto no § 2º, 3º e 4º do art. 58 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e, tendo em vista o que consta do Processo SEI nº 23000.032346/2022-96, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 48/2022/CGMES/DISUP/SERES/SERES, resolve:

Art. 1º Renovar o reconhecimento para fins de expedição e registro de diplomas dos cursos de Administração (cód. e-MEC nº 19964; cód. e-MEC nº 26940; cód. e-MEC nº 48606; e cód. e-MEC nº 120326); Ciências Contábeis (cód. e-MEC nº 50220); CST em Gestão de Recursos Humanos (cód. e-MEC nº 109842); Letras - Inglês (cód. e-MEC nº 48605); Letras - Português e Espanhol (cód. e-MEC nº 36275); Letras - Português e Inglês (cód. e-MEC nº 19916); CST em Logística (cód. e-MEC nº 116366); CST em Marketing (cód. e-MEC nº 110154); Pedagogia (cód. e-MEC nº 19768); Psicologia (cód. e-MEC nº 96089) e Teologia (cód. e-MEC nº 5000051), ofertados pela Faculdade de Administração, Ciências, Educação e Letras - FACEL (cód. e-MEC nº 1257).

Art. 2º Reconhecer para fins de expedição e registro de diplomas o curso Tecnólogo em Secretariado (cód. e-MEC nº 112464), ofertado pela FACEL.

Art. 3º Renovar o reconhecimento para fins de expedição e registro de diplomas dos cursos de Administração (cód. e-MEC nº 16724); CST em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (cód. e-MEC nº 73684; cód. e-MEC nº 73684; cód. e-MEC nº 120058); Ciências Contábeis (cód. e-MEC nº 18067; cód. e-MEC nº 88324; cód. e-MEC nº 102679); CST em Gestão Comercial (cód. e-MEC nº 99674); CST em Gestão de Recursos Humanos (cód. e-MEC nº 99680); CST em Gestão de Recursos Humanos (cód. e-MEC nº 99682); Sistemas de Informação (cód. e-MEC nº 18273); e CST em Sistemas para Internet (cód. e-MEC nº 73686), ofertados pela Faculdade Nacional de Curitiba - FANAC (cód. e-MEC nº 761).

Art. 4º Reconhecer para fins de expedição e registro de diplomas os cursos de CST em Gestão Comercial (cód. e-MEC nº 99676 e cód. e- MEC nº99678) e CST em Logística (cód. e-MEC nº 1180557), ofertados pela FANAC.

Art. 5º Atribuir à Universidade Federal do Paraná - UFPR (cód. e-MEC nº 571) a responsabilidade para a guarda e a manutenção do acervo acadêmico da FACEL e da FANAC.

Art. 6º Autorizar a UFPR a expedir, assinar e registrar diplomas e outros documentos acadêmicos dos estudantes da FACEL e da FANAC, de acordo com a legislação educacional, suas normas internas e sua autonomia pedagógica e administrativa.

§ 1º Deverá constar dos diplomas, certificados, declarações e outros documentos emitidos pela UFPR relativos à FACEL e à FANAC, a informação de que o respectivo documento foi emitido e registrado conforme as disposições contidas nesta Portaria.

§ 2º A emissão de documentos acadêmicos pela UFPR dar-se-á com base na renovação de reconhecimento e no reconhecimento de que tratam os artigos 1º, 2º, 3º e 4º, citando-se, no apostilamento, os termos desta Portaria.

§ 3º A responsabilidade atribuída à UFPR limita-se ao conteúdo do acervo físico e ao conjunto de informações contidas no banco de dados digital a ele transferidos, não abrangendo eventual ausência ou incompletude dos dados e documentos acadêmicos.

§ 4º A responsabilidade atribuída à UFPR não abrange procedimentos de aproveitamento de conhecimento e expedição de declaração de proficiência.

§ 5º Os documentos acadêmicos serão emitidos pela UFPR, conforme os dados contidos no acervo físico e no banco de dados digital, a egressos da FACEL e da FANAC que regularmente tenham cursado as disciplinas e realizado todos os atos necessários à regular formação.

§ 6º Para fins do disposto no § 6º, a regular formação do estudante egresso da FACEL e da FANAC compreende o estudo realizado de forma presencial no município de Curitiba/PR, local para o qual as instituições foram credenciadas, cursos de pós-graduação presenciais.

§ 7º A UFPR deverá estabelecer, por ato interno e no âmbito de sua autonomia pedagógica e acadêmica, as condições e o cronograma para atendimento aos egressos da FACEL e da FANAC.

§ 8º A UFPR deverá divulgar, em sua página na internet, informações sobre o início do atendimento aos egressos da FACEL e da FANAC.

Art. 7º Caberá à UFPR no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de publicação desta Portaria, apresentar à Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior - SERES relatório contendo informações sobre o volume do acervo recolhido, os tipos de documentos que dele fazem parte, as condições de preservação, e as condições para atendimento ao disposto nesta Portaria.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

DIANA GUIMARÃES AZIN

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 687, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022

A PRESIDENTE DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE, SUBSTITUTA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 17 do anexo I do Decreto nº 11.196, de 13 de setembro de 2022, e considerando a necessidade de aferição do desempenho institucional nos termos do Decreto nº 7.113/2010 e da Portaria FNDE nº 1.073/2010, resolve:

Art. 1º Publicar o resultado da apuração das metas institucionais relativas ao exercício de 2022, período de janeiro a setembro, em observância ao inciso II do art. 1º da Portaria nº 545, de 05 de setembro de 2018 e Portaria nº 90, de 26 de fevereiro de 2021, conforme ANEXO I desta Portaria.

Art. 2º Para os efeitos previstos na Portaria nº 1.073, de 24 de agosto de 2010, considera-se o resultado de 99,76% no desempenho institucional, conforme Nota Técnica nº 3219643/2022/AGEST/GABIN.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 1º de dezembro de 2022.

JULIANA ISABELLI MIGUEL COELHO

ANEXO I

PAINEL DE INDICADORES E METAS INTERMEDIÁRIAS DO FNDE - Apuração Parcial de 2022

Meta Inter.	Intermediária	Cálculo Int.	Responsável Apuração	Medida	Meta 2022	Apurado Parcial	Desempenho Parcial 2022
01.4.01	Índice de atendimento dos entes por meio do PAR Genérico.	Comparação entre os entes atendidos e o total de entes que enviaram iniciativas do PAR Genérico	DIGAP	%	20,00%	7,00%	35,00%
01.4.02	Índice de atendimento dos entes por meio do PAR Obras.	Comparação entre os entes atendidos e o total de entes que enviaram iniciativas do PAR Obras	DIGAP	%	3,00%	1,30%	43,33%
01.4.03	Índice de monitoramento de obras	% de solicitações de desembolso aptas para serem analisadas pela equipe técnica da CGIMP x solicitações de desembolso registradas no SIMEC	DIGAP	%	90,00%	100,00%	111,11%
01.4.04	Índice de participação dos entes no PAR	Relação entre o número de entes que participam do PAR em relação ao número total de entes.	DIGAP	%	90,00%	100,00%	111,11%
01.5.01	Alcance do PDDE	total de escolas que receberam repasses do PDDE básico/total de escolas passíveis de atendimento, isto é, com alunos matriculados na educação básica em escolas públicas e privadas de educação especial x 100	DIRAE	%	85,90%	87,40%	101,75%
01.5.02	Alcance do Caminho da Escola	total de municípios com empenhos efetivados do Programa Caminho da Escola/total de municípios que foram emitidas ordens bancárias x 100	DIRAE	%	40,00%	100,00%	250,00%
01.5.03	Alcance do PNATE	total de municípios do PNATE com repasses/total de municípios que estão aptos a receber os recursos x 100	DIRAE	%	93,00%	93,10%	100,11%
01.5.04	Alcance do PNAE	total de entidades executoras do PNAE com repasses/total de entidades executoras x 100	DIRAE	%	96,00%	98,30%	102,40%
01.5.05	Alcance do PNLD	total de redes de ensino (federal, estaduais e municipais) do PNLD atendidas com materiais/total de redes de ensino que estão aptas a receber os materiais x 100	DIRAE	%	96,00%	96,59%	100,61%
03.1.01	Apuração dos resultados de formação	Abrangência de levantamento sobre os resultados das formações realizadas	GABIN	%	100,00%	83,00%	83,00%
04.2.01	Alcance dos repasses financeiros	% de municípios que receberam transferência legal e discricionária	DIRAE	%	100,00%	100,00%	100,00%
05.1.01	Taxa de adesão ao Financiamento Estudantil	Relação entre o número de alunos entrando no programa e o número total de vagas no período	DIGEF	%	60,00%	74,90%	124,83%
06.1.01	Estruturação dos programas no relatório de Gestão	Abrangência de programas com estrutura e indicadores definidos no Relatório de gestão, com base na proporção representativa do orçamento de todos os programas do FNDE	GABIN	%	90,00%	100,00%	111,11%
07.1.01	Implementação do monitoramento integrado	Relação entre as ações (entregas) realizadas e o total de ações (entregas) planejadas no modelo (projeto) de monitoramento integrado do FNDE	GABIN	%	100,00%	100,00%	100,00%
08.3.01	Índice de prestações de contas alcançadas por proposta técnica de solução baseada em gestão risco	Matriz de PC (programas/exercícios com as respectivas quantidades) e estágio de estratégia de enfrentamento: não existente, inicial, intermediário, avançado, concluído.	DIFIN	%	80,00%	60,00%	75,00%
10.4.1	Índice de conclusão de processos	Razão entre os processos concluídos no período e o número de processos gerados, com base no SEI, para a respectiva área	FNDE	%	100,00%	129,00%	129,00%
10.3.01	Índice de eficiência na instrução dos processos de pagamento	Número de Processos de Pagamentos Instruídos tempestivamente	DIRAD	%	85,00%	75,00%	88,24%
10.3.02	Tempo de resposta aos pedidos de adesão as ARP	Somatório da diferença entre Data de autorização da solicitação no SIGARP e a data de recebimento da solicitação dividido pela Quantidade de solicitações autorizadas no período.	DIRAD	Dias	5,25	3,42	153,51%
10.3.03	Índice de respostas às solicitações dos usuários dos serviços prestados pela CGLOG	Número de Solicitações Atendidas / Número de Solicitações Abertas pelos Usuários * 100	DIRAD	%	95,00%	99,00%	104,21%
11.1.02	Capacidade de atendimento	Relação entre o somatório de orientações prestadas pela Central de Atendimento, Ouvidoria e SIC a entes governamentais e demais atores do sistema educacional e o total de demandas recebidas no período.	GABIN	%	95,00%	97,81%	102,96%
11.1.01	Acompanhamento da Implementação do PDA	Cumprimento da agenda de monitoramento do PDA, conforme Plano	GABIN	%	100,00%	-	-

12.1.01	Taxa de implementação do programa de inovação	Razão entre o número de entregas realizadas e o total de entregas planejadas do Programa de Inovação do FNDE.	GABIN	%	100,00%	100,00%	100,00%
13.1.01	Taxa de implementação de ações na Gestão do Conhecimento	Razão entre o número previstas para o período que foram realizadas e o número total de ações previstas para o período	GABIN	%	100,00%	100,00%	100,00%
14.1.01	Índice de cumprimento das ações voltadas à Gestão de Riscos	Índice de cumprimento das ações de responsabilidade da Unidade, voltadas à gestão baseada em risco.	GABIN	%	100,00%	100,00%	100,00%
14.2.01	Índice de Eficiência na realização de conformidade contábil	Taxa de Realização da Conformidade Contábil TCon = (RR/RN)*100 TCon = Taxa de realização da conformidade contábil RR = Registro contábil realizado no Siafi, até o 5º dia útil do mês subsequente. RN = Registro contábil decorrente de norma.	DIFIN	%	100,00%	100,00%	100,00%
14.2.02	Índice de atendimento tempestivo das demandas recebidas pela PF-FNDE	Relação entre as demandas recebidas e aquelas atendidas tempestivamente.	PF-FN	%	80,00%	92,00%	115,00%
14.2.03	Índice de atendimento tempestivo de demandas externas	Percentual das demandas vencidas no período que foram atendidas	DIFIN	%	100,00%	100,00%	100,00%
14.2.04	Índice de atendimento tempestivo de demandas externas	Percentual das demandas vencidas no período que foram atendidas	DIRAE	%	100,00%	-	-
14.2.05	Índice de atendimento tempestivo de demandas externas	Percentual das demandas vencidas no período que foram atendidas	DIGAP	%	100,00%	62,00%	62,00%
14.2.06	Índice de atendimento tempestivo de demandas externas	Percentual das demandas vencidas no período que foram atendidas	DIGEF	%	100,00%	100,00%	100,00%
14.2.07	Índice de atendimento tempestivo de demandas externas	Percentual das demandas vencidas no período que foram atendidas	DIRTI	%	100,00%	89,39%	89,39%
14.2.08	Índice de atendimento tempestivo de demandas externas	Percentual das demandas vencidas no período que foram atendidas	GABIN	%	100,00%	100,00%	100,00%
14.3.01	Índice de manifestação pelas unidades gestoras das recomendações em monitoramento	Nº de recomendações com manifestação (resposta) das unidades gestoras/ nº de recomendações em monitoramento pela AUDIT	AUDIT	%	60,00%	61,19%	101,98%
14.3.02	Índice de análise das recomendações em monitoramento	Nº de recomendações analisadas / nº de recomendações em monitoramento pela AUDIT	AUDIT	%	70,00%	83,58%	119,40%
14.3.03	Índice de recomendações implementadas	Nº de recomendações implementadas / nº de recomendações em monitoramento pela AUDIT	AUDIT	%	10,00%	2,99%	29,90%
15.2.01	Tempestividade na apuração do cronograma	Apuração tempestiva do cronograma para apuração da Meta Global	GABIN	%	100,00%	100,00%	100,00%
17.3.01	Índice de execução das ações voltadas à melhoria da qualidade de vida da força de trabalho	número de ações realizadas / número de ações programadas no período	DIRAD	%	70,00%	48,00%	68,57%
17.3.02	Índice de satisfação no atendimento fornecido pela CGPEO ao servidor	nº de participantes satisfeitos / nº de participantes que responderam a pesquisa x 100	DIRAD	%	65,00%	99,00%	152,31%
18.3.01	Índice de excelência do desempenho individual	Relação de servidores que atingiram nota igual ou superior a 4 na avaliação de desempenho / total de servidores que se submeteram à avaliação	DIRAD	%	90,00%	-	-
18.3.02	Índice de execução do PDP	(Número de ações de desenvolvimento apoiadas / Número de ações de desenvolvimento previstas) x 100	DIRAD	%	85,00%	39,00%	45,88%
19.1.01	Índice de desempenho intermediário do PDTIC	Relação entre o número de ações realizadas de PDTI e o número de ações previstas de PDTI, considerando as metas desdobradas	DIRTI	%	85,00%	23,44%	27,58%
20.1.01	Índice de detalhamento do orçamento	Tx det = (NS/ SR)*100 NS é o número de documento gerados no SIAFI (PI, DO, ND, NB, NC e PE); e SR é a quantidade de documentos solicitados pelos gestores da ação e programas do FNDE.	DIFIN	%	95,00%	100,00%	105,26%
20.1.02	Índice de análise e planejamento orçamentário	Tx plan = (DA/DR)*100 DA é o número Demandas de controle atendidas; e DR é o número Demandas de controle recebidas.	DIFIN	%	95,00%	92,00%	96,84%
20.2.01	Índice de revisão para execução financeira de solicitações não automatizadas	Somatório {se[(DataEfetivacao - DataApropriacao) <=4 dias úteis]=1; senão=0} / qtd.apropriações	DIFIN	%	88,00%	96,00%	109,09%
20.2.02	Índice de execução de transferência de recursos	((Número total de recursos repassados/Número total de repasses solicitados + Contas corrente abertas e ativas/Solicitações de abertura de contas corrente + Número total de empenhos emitidos/Número total de empenhos demandados + Número de Ordens de Pagamento emitidas/ Número de pagamentos solicitados + Total de bolsas pagas/Total de solicitações de pagamento de Bolsas) / 5) * 100	DIFIN	%	85,00%	100,00%	117,65%
20.2.03	Índice de execução da programação financeira	((Total de pagamentos e repasses efetuados - RP2 /Limite financeiro mensal - RP2)+=(Montante de financeiro repassado para entidades federais/Montante de recurso financeiro recebido para repasse)+(Número de solicitações de cancelamento de restos a pagar atendidas/Número total de solicitações))/3) x 100	DIFIN	%	87,00%	100,00%	114,94%
			Atingimento de Metas Institucionais Intermediárias (Resultado Parcial: Janeiro a setembro de 2022)				99,61%

Fonte: Nota Técnica nº 3219643/2022/Agest/Gabin - Processo 23034.011199/2021-42
PAINEL DE INDICADORES E METAS GLOBAIS DO FNDE - Apuração Parcial de 2022

Meta	Meta Global	Cálculo Global	Apuração Global	Responsável Apuração	Medida	Meta 2022	Apurado Parcial	Desempenho Parcial 2022
01.4	Índice de Otimização da participação dos entes nas inciativas do PAR	Agregado dos Intermediários	DIGAP	DIGAP	%	57,50%	75,14%	130,68%
01.5	Índice de alcance de Ações Educacionais	Percentual médio de municípios atendidos pelos programas da DIRAE - aglutinado das metas intermediárias	DIRAE	DIRAE	%	83,78%	95,08%	113,49%
03.1	Índice de formação dos gestores educacionais e comunidade escolar	Relação entre a quantidade de cursistas aprovados e o total de cursistas matriculados.	GABIN	GABIN	%	80,00%	83,00%	103,75%
04.2	Índice de municípios com assistência Financeira	% de municípios Brasileiros que receberam recursos do FNDE (exceto constitucionais)	DIFIN	FNDE	%	100,00%	100,00%	100,00%
05.1	Taxa de adesão ao Financiamento Estudantil	Relação entre o número de alunos entrando no programa e o número total de vagas no período	DIGEF	DIGEF	%	60,00%	74,90%	124,83%
06.1	Maturidade de gestão dos programas	Abrangência de programas com estrutura e indicadores definidos no Relatório de gestão, com base na proporção representativa do orçamento de todos os programas do FNDE	GABIN	FNDE	%	90,00%	100,00%	111,11%
07.1	Taxa de implementação do monitoramento integrado	Relação entre as ações (entregas) realizadas e o total de ações (entregas) planejadas no modelo (projeto) de monitoramento integrado do FNDE	GABIN	FNDE	%	80,00%	100,00%	125,00%
08.3	Índice de adoção de modelo baseado em risco	% do estoque de prestação de contas por estágio de adoção de modelagem de análise baseada em risco (0%, não iniciada; 25%, em estudos preliminares; 50% em fase de implementação; 75% com proposta normativa; 100% implementado)	GABIN	FNDE	%	70,00%	60,00%	85,71%
10.4	Índice de conclusão de processos	Razão entre os processos concluídos no período e o número de processos gerados, com base no SEI	GABIN	FNDE	%	100,00%	129,00%	129,00%
10.3	Índice de eficiência dos processos internos	número de indicadores que alcançaram a meta/pelo número de indicadores estabelecidos	DIRAD	DIRAD	Indicador	3,00	2,00	66,67%
11.1	Capacidade de atendimento	Relação entre o somatório de orientações prestadas pela Central de Atendimento, Ouvidoria e SIC a entes governamentais e demais atores do sistema educacional e o total de demandas recebidas no período.	GABIN	FNDE	%	95,00%	97,81%	102,96%
11.1	Índice de execução das ações do PDA	Ações do PDA programas para o período e executadas em relação ao total de ações programadas	GABIN	FNDE	%	100,00%	-	-

12.1	Índice de implementação do programa de inovação	Relação entre o número de entregas realizadas e o total de entregas planejadas do Programa de Inovação do FNDE.	AGEST	GABIN	%	100,00%	100,00%	100,00%
13.1	Índice de implementação da gestão do conhecimento	Relação entre as ações (entregas) realizadas e o total de ações (entregas) planejadas no modelo (projeto) de gestão de conhecimento do FNDE - Objetivo 02 - Acordo BRZ1071	AGEST	FNDE	%	60,00%	60,00%	100,00%
14.1	Índice de implementação da gestão de risco	Relação entre o número de processos trabalhados na gestão baseada em risco do FNDE no ano e o número de processos planejados para o ano na gestão baseada em risco do FNDE.	AGEST	FNDE	%	100,00%	100,00%	100,00%
14.2	Índice de Eficiência na realização de conformidade contábil	Relação entre o número de registros contábeis no SIAFI, até o 5° dia útil e o número total de registros contábeis estabelecidos na norma	DIFIN	DIFIN	%	100,00%	100,00%	100,00%
14.2	Atendimento a demandas judicais e de órgãos de controle	Desempenho médio das metas intermediárias associadas, apuradas a partir de informações de PF-FNDE e AUDIT	AGEST	FNDE	%	100,00%	91,57%	91,57%
14.3	Índice de apropriação dos trabalhos de auditoria	Média ponderada das Metas Intermediárias	AUDIT	FNDE	%	53,00%	56,00%	105,66%
15.2	Índice de cumprimento de cronograma das instâncias de Governança e ações em monitoramento	% das ações previstas para o período que foram cumpridas	AGEST	FNDE	%	100,00%	100,00%	100,00%
17.3	Índice de ações voltadas à força de trabalho	número de indicadores que alcançaram a meta/pelo número de indicadores estabelecidos	DIRAD	DIRAD	Indicador	2,00	1,00	50,00%
18.3	Índice de aperfeiçoamento das ações de gestão de pessoas	número de indicadores que alcançaram a meta/pelo número de indicadores estabelecidos	DIRAD	DIRAD	Indicador	2,00	0	0,00%
19.1	Índice de Implantação do PDTI	Relação entre o número de ações realizadas de PDTI e o número de ações previstas de PDTI	DIRTI	DIRTI	%	85,00%	23,44%	27,58%
20.1	Índice de Execução Orçamentária	Relação entre as Despesas executadas (Destaques concedidos + Despesas empenhadas) e a Dotação atualizada;	DIFIN	FNDE	%	100,00%	100,00%	100,00%
20.2	Índice de Redução de RAP	Relação percentual entre total de RAP, processado e não processado, e a dotação orçamentária atualizada.	DIFIN	FNDE	%	25,00%	11,00%	44,00%
			Atingimento de Metas Institucionais Globais (Resultado Parcial: Janeiro a setembro de 2022)					91,28%

Fonte: Nota Técnica nº 3219643/2022/Agest/Gabin - Processo 23034.011199/2021-42

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 1.384, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022

O Pró-Reitor de Desenvolvimento de Pessoas, no uso de suas atribuições previstas na Portaria de Delegação de Competência nº 448, de 17/05/2011, de 17/05/2011, resolve:

Prorrogar por 01 (um) ano, a partir de 10/01/2023, o prazo legal do Concurso Público para Docente da Carreira do Magistério Superior, realizado por esta Universidade, objeto do Edital nº 02/2019, DOU de 30/05/2019, cuja homologação foi publicada, conforme Portaria nº 28, DOU de10/01/2022.

INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS

Departamento: Coordenação Acadêmica

Área de Conhecimento: Dimensões Interdisciplinares na Produção de Conhecimento em Artes, Ciências e Humanidades

Denominação/Classe: Professor Titular Livre A Regime de Trabalho: DE

JEILSON BARRETO ANDRADE

PORTARIA Nº 1.385, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

O Pró-Reitor de Desenvolvimento de Pessoas, no uso de suas atribuições previstas na Portaria de Delegação de Competência nº 448, de 17/05/2011, resolve:

Prorrogar por 01 (um) ano, a partir de 10/01/2023, o prazo legal do Concurso Público para Professor da Carreira do Magistério do Ensino Básico Técnico e Tecnológico, realizado por esta Universidade, objeto do Edital nº 04/2019, DOU de 30/12/2019, cuja homologação foi publicada, conforme Portaria nº 15, DOU de 10/01/2022.

PRÓ-REITORIA DE AÇÕES AFIRMATIVAS E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Departamento: CRECHE

Área de Conhecimento: Docência na Educação Infantil

Classe: DI Regime de Trabalho: DE

JEILSON BARRETO ANDRADE

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

PORTARIA Nº 2.954, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

Delega competência para a autorização de diárias e passagens no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no art. 11 e no art. 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, no Decreto nº 83.937, de 6 de setembro de 1979, e no art. 14 da Lei nº 9.784 de 29 de janeiro de 1999, e tendo em vista o que consta no Processo nº 23086.008639/2022-50, resolve:

Art. 1º Delegar à Chefia de Gabinete da Reitoria a competência para autorizar as diárias e passagens no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP, com o perfil Proponente.

Art. 2º A competência delegada nesta Portaria pode ser exercida pela autoridade outorgante a qualquer tempo e mediante relevância da matéria, ou da atividade, ou o grau da responsabilidade do ato, sem que isso implique revogação total ou parcial da delegação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JANIR ALVES SOARES

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS

PORTARIA Nº 2.140, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, usando das atribuições estatutárias, conferidas por Decreto de 28 de junho de 2021, publicado no Diário Oficial da União de 29 de junho de 2021, resolve:

PRORROGAR por 02 (dois) anos, a validade do Concurso Público para provimento de vagas de cargos na Carreira de Magistério Superior, objeto do Edital n° 031 de 01/12/2020, publicado no DOU em 02/12/2020, retificado em 31/12/2020, 15/01/2021, 19/01/2021 e 09/08/2021, referente ao CONCURSO PÚBLICO destinado ao provimento de vagas do cargo de PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR, nos seguintes termos:

Unidade	Área de Conhecimento	Portaria nº 1.976/2021*	Prorrogação	
			Prazo de validade (inicial)	Prazo de validade (final)
FES	Teoria Econômica	02/12/2021 a 02/12/2023	03/12/2023	03/12/2025

* Port. nº 1.976, de 01/12/2021, publicada no DOU em 02/12/2021, que homologou o resultado final do concurso público para a área de conhecimento Teoria Econômica.

SYLVIO MÁRIO PUGA FERREIRA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

ATO Nº 1.313, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, usando de suas atribuições legais, resolve:

Prorrogar, por mais 01 (um) ano, a partir de 01/01/2023, o prazo de validade do Concurso Público de Provas e Títulos, objeto do Edital n.º 11/2019 - UFPI, publicado no D.O.U. de 11/12/2019, para o provimento de vagas docentes referentes à carreira de Magistério Superior existentes nos Campi "Ministro Petrônio Portela", na cidade de Teresina, "Ministro Reis Veloso", na cidade de Parnaíba, "Professora Cinobelina Elvas", na cidade de Bom Jesus, "Amílcar Ferreira Sobral", na cidade de Floriano, e "Senador Helvídio Nunes de Barros", na cidade de Picos, todas no Estado do Piauí, de acordo com as disposições preliminares, gerais e aplicáveis à espécie, e às normas contidas no edital em referência. (considerando o Edital n.º 11/2019 - UFPI, publicado no D.O.U. de 11/12/2019; a Homologação através do AR 1386/21, publicada no D.O.U. de 06/12/2021; o Processo n.º 23111.054559/2022-06).

GILDASIO GUEDES FRENANDES

Ministério da Infraestrutura

SECRETARIA DE FOMENTO, PLANEJAMENTO E PARCERIAS

PORTARIA Nº 1.519, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2022

Aprova como prioritário, para fins de emissão de debêntures incentivadas, o projeto de investimento em infraestrutura ferroviária, no setor de logística e transporte, proposto pela empresa Rumo Malha Paulista S.A., integrante do Programa de Parcerias de Investimentos - PPI, nos termos da Lei nº 13.334, de 13 de setembro de 2016, e do Decreto nº 9.059, de 25 de maio de 2017.

O SECRETÁRIO DE FOMENTO, PLANEJAMENTO E PARCERIAS DO MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA, no uso da competência que lhe foi delegada por meio da Portaria GM/MINFRA nº 46, de 11 de março de 2021, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, no Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, e na Portaria GM/MInfra nº 106, de 19 de agosto de 2021, resolve:

Art. 1º Aprovar como prioritário, para fins de emissão de debêntures incentivadas, o projeto de investimento em infraestrutura ferroviária, no setor de logística e transporte, denominado "Prorrogação Antecipada da Concessão da Rumo Malha Paulista", proposto pela empresa Rumo Malha Paulista S.A., CNPJ nº 02.502.844/0001-66, que consiste no reembolso de gastos e despesas efetuados nos 24 (vinte e quatro) meses anteriores à data de encerramento da oferta pública, bem como no pagamento de outorga e na realização de investimentos futuros previstos no caderno de obrigações do 2º Aditivo ao Contrato de Concessão da Malha Paulista, para prestação do serviço público de transporte ferroviário de cargas associado à exploração da infraestrutura ferroviária, que poderá ser explorada pelo prazo adicional de 30 (trinta) anos, no Estado de São Paulo, conforme descrito no Anexo desta Portaria.

Art. 2º A empresa Rumo Malha Paulista S.A. deverá manter atualizada, junto ao Ministério da Infraestrutura, a relação das pessoas jurídicas que a integram ou a identificação da sociedade controladora, conforme previsto no art. 5º, I, do Decreto nº 8.874, de 2016.

Art. 3º Os autos do Processo nº 50000.036094/2022-47 ficarão arquivados e disponíveis neste Ministério, para consulta e fiscalização dos órgãos de controle.

Art. 4º Esta Portaria terá vigência de dois anos.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL MAGALHÃES FURTADO

ANEXO

ANEXO	
Descrição do Projeto	O Projeto de investimento da empresa Rumo Malha Paulista S.A., denominado "Prorrogação Antecipada da Concessão da Rumo Malha Paulista", consiste no reembolso de gastos e despesas efetuados nos 24 (vinte e quatro) meses anteriores à data de encerramento da oferta pública, bem como no pagamento de outorga e na realização de investimentos futuros previstos no caderno de obrigações do 2º Aditivo ao Contrato de Concessão da Malha Paulista, para prestação do serviço público de transporte ferroviário de cargas associado à exploração da infraestrutura ferroviária, que poderá ser explorada pelo prazo adicional de 30 (trinta) anos, no Estado de São Paulo, compreendendo, dentre outras, as seguintes obras: - ampliação de pátios de cruzamento e suas obras complementares existentes entre Rubinéia/SP e Itirapina/SP; II - implantação de novos pátios de cruzamento e suas obras complementares; III - duplicação de trechos ferroviários e suas obras complementares com o objetivo de aumento de capacidade e retirada de gargalos, entre Itirapina/SP e Boa Vista Velha/SP e entre Boa Vista Velha e Perequê/SP; IV - modernização de via permanente da linha tronco, entre os municípios de Rubinéia/SP e Cubatão/SP; V - modernização de via permanente dos ramais localizados entre os Ramais de Colômbia/SP e Panorama/SP, especialmente os localizados entre os km 174,370 e 340,000, e entre os km 253,764 e 321,011; VI - investimentos em sistemas ferroviários na linha tronco que preveem automação da circulação dos trens trazendo eficiência operacional e aumento de segurança; VII - aquisição de equipamentos de manutenção de via para aumentar longevidade da estrutura; e VIII - minimização de conflitos urbanos trazendo retirada de restrições ferroviárias.
Nome Empresarial	Rumo Malha Paulista S.A.
CNPJ	02.502.844/0001-66
Relação das Pessoas Jurídicas	- Rumo S.A. - 100% (CNPJ: 02.387.241/0001-60)
Relação dos Principais Documentos Apresentados	
- Formulário de Solicitação. - Quadro Anual de Usos e Fontes do Investimento (Anexo). - Ata da Assembleia Geral Extraordinária da ALL - América Latina Logística Malha Paulista S.A., realizada em 21 de fevereiro de 2017 - Alteração da Denominação Social para Rumo Malha Paulista S.A. e Estatuto Social Consolidado. - Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral. - Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.	
Local de Implantação do Projeto	
Estado de São Paulo	

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

DECISÃO Nº 571, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022

Aprova revisão extraordinária do Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional Tancredo Neves/Confins, localizado nos municípios de Confins (MG) e de Lagoa Santa (MG).

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, incisos IV e V, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, e tendo em vista o art. 18 do Decreto nº 7.624, de 22 de novembro de 2011, e

Considerando o estabelecido na Seção III - Da Revisão Extraordinária do Capítulo VI - Do Equilíbrio Econômico Financeiro do Contrato de Concessão de Aeroporto - CCA nº 002/ANAC/2014 - SBCF, referente à concessão dos serviços públicos para ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária do Aeroporto Internacional Tancredo Neves/Confins, localizado nos municípios de Confins (MG) e de Lagoa Santa (MG), e

Considerando o que consta do processo nº 00058.026599/2021-89, deliberado e aprovado na 19ª Reunião Deliberativa, realizada em 16 de novembro de 2022, decide:

Art. 1º Aprovar revisão extraordinária do Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional Tancredo Neves/Confins, em razão dos prejuízos causados pela pandemia de Covid-19 no ano de 2021, com o objetivo de recompor seu equilíbrio econômico-financeiro.

Art. 2º O valor referente ao desequilíbrio verificado em 2021 corresponde a R$ 69.866.661,78 (sessenta e nove milhões, oitocentos e sessenta e seis mil, seiscentos e sessenta e um reais e setenta e oito centavos), a valores de 31 de dezembro de 2021.

Art. 3º A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato será realizada, após a anuência do Ministério da Infraestrutura, por meio de descontos nas Contribuições devidas pela Concessionária de forma sucessiva, a partir da primeira parcela exigível após a publicação desta Decisão, dentre as quais se incluem a Contribuição Variável, a Contribuição Fixa, a Contribuição Extraordinária e outras contribuições que sejam porventura criadas até que o saldo de reequilíbrio seja efetivamente quitado, mediante abatimentos na medida em que tais pagamentos se fizerem exigíveis.

Parágrafo único. O saldo remanescente a ser deduzido das contribuições, de acordo com a ordem de exigência, deve ser atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acumulado entre 31 de dezembro de 2021 e o mês anterior ao do pagamento das contribuições devidas pela Concessionária, e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 9,08% (nove inteiros e oito centésimos por cento), estabelecida pela Resolução nº 528, de 28 de agosto de 2019, proporcional ao número de dias correspondente.

Art. 4º Fica revogada a Decisão nº 524, de 8 de abril de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 11 de abril de 2022, Seção 1, página 45.

Art. 5º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

JULIANO ALCANTARA NOMAN
Diretor-Presidente

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

PORTARIA Nº 9.619, DE 26 DE OUTUBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 33, incisos X e XII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00058.031749/2022-57, resolve:

Art. 1º Alterar a inscrição do aeródromo público abaixo, com as seguintes características:

I - denominação: Alberto Alcolumbre;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: AP0001;

III - município (UF): Macapá/AP; e

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 00° 03' 02''N / 051° 04' 20''W

Art. 2º A inscrição tem validade até 13 de novembro de 2027.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º Fica revogada a Portaria nº 3.680/SIA, de 7 de novembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 13 de novembro de 2017, Seção 1, página 104.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIOVANO PALMA

PORTARIA Nº 9.640, DE 31 DE OUTUBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 33, incisos X e XII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00058.048366/2022-18, resolve:

Art. 1º Alterar e renovar a inscrição do aeródromo público abaixo, com as seguintes características:

I - denominação: Cruzeiro do Sul;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: AC0002;

III - município (UF): Cruzeiro do Sul (AC); e

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 07° 35' 58"S / 072° 46' 10"W.

Art. 2º A renovação de inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º Fica revogada a Portaria n° 630/SIA, de 18 de março de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 19 de março de 2014, Seção 1, página 3.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIOVANO PALMA

PORTARIA Nº 9.655, DE 31 DE OUTUBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 33, incisos X e XII, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00065.044915/2022-96, resolve:

Art. 1º Alterar e renovar a inscrição do aeródromo público abaixo, com as seguintes características:

I - denominação: Maués;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: AM0020;

III - município (UF): Maués (AM); e

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 03º 22' 19"S / 057º 43' 29"W.

Art. 2º A renovação de inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º Fica revogada a Portaria ANAC nº 1.705/SIA, de 08 de setembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União, de 09 de setembro de 2011, Seção 1, página 16.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIOVANO PALMA

GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL

PORTARIA Nº 9.707, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III, da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.038523/2022-98, resolve:

Art. 1º Renovar a inscrição do Heliponto privado abaixo no cadastro de aeródromos da ANAC com as seguintes características:

I - denominação: Terminal do Solimões;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: AM0060;

III - município (UF): Coari (AM);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 03° 56' 39'' S / 063° 09' 49'' W.

Art. 2º A renovação da Inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 2.776/SIA, de 18 de dezembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 19 de dezembro de 2012, Seção 1, página13.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS

GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE AERONAVEGABILIDADE CONTINUADA

GERÊNCIA TÉCNICA DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE MANUTENÇÃO

PORTARIA Nº 9.707, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2022

OS SUPERINTENDENTES DE ACOMPANHAMENTO DE SERVIÇOS AÉREOS, DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA E DE PADRÕES OPERACIONAIS, no uso das atribuições que lhes conferem os arts. 32, incisos XVI e XXIX, 33, inciso XVI, e 34, inciso VII do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto na Resolução nº 692, de 21 de setembro de 2022, e no Processo nº 00058.042175/2019-47, e considerando o que consta do processo nº 00058.062918/2022-09, resolvem:

Art. 1º Estabelecer os procedimentos para obtenção, por empresas estrangeiras, de autorização para operar serviço de transporte aéreo regular e não regular, e de aprovação do programa de voos.

CAPÍTULO I

DA AUTORIZAÇÃO PARA OPERAR SERVIÇO DE TRANSPORTE AÉREO REGULAR

Art. 2º O processo de autorização para operar serviço de transporte aéreo regular deve ser instruído com os seguintes documentos:

I - Cópia do arquivamento da inscrição da empresa estrangeira na Junta Comercial;

II - Formulário de cadastro de empresa estrangeira, acompanhado de:

a) Cópia do instrumento de nomeação do representante legal;

b) Cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF do representante legal;

c) Caso o representante legal seja estrangeiro, cópia do passaporte e da Carteira de Registro Nacional Migratório - CRNM; e

d) Caso o representante legal seja brasileiro, cópia do documento de identidade;

III - Certificado de Operador Aéreo - COA emitida por autoridade de aviação civil estrangeira;

IV - Especificações Operativas - EO emitidas por autoridade de aviação civil estrangeira;

V - Informações sobre aeronaves, incluindo:

a) Listagem das matrículas das aeronaves;

b) Certificado de seguro das aeronaves;

c) Informações sobre aeronaves abrangidas por acordo sob o artigo 83 bis da Convenção de Aviação Civil Internacional, se aplicável; e

d) Informações sobre aeronaves em regime de intercâmbio, se aplicável;

VI - Plano operacional dos voos de/para o Brasil;

VII - Informações sobre prestadores de serviço de handling;

VIII - Informações sobre serviços de manutenção;

IX - Manual Geral de Operações;

X - Isenções de requisito emitidas em favor da empresa, se aplicável;

XI - Cadastro de responsável AVSEC; e

XII - Cadastro da empresa no sistema de Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

§ 1º O instrumento de nomeação do representante legal deve ser apostilado, nos termos da Convenção de Haia, ou legalizado no Serviço Exterior Brasileiro, ter tradução juramentada e ser registrado no Registro de Títulos e Documentos - RTD.

§ 2 Os documentos devem ser apresentados pelo menos 30 (trinta) dias antes do início pretendido das operações no Brasil, com exceção dos documentos previstos nos incisos I e XII do caput, que poderão ser apresentados no decorrer da análise.

§ 3º A antecedência mínima de 30 (trinta) dias também se aplica no caso de pedidos de alteração de autorização já emitida.

§ 4º Caso haja alteração na documentação apresentada após a emissão da autorização, a empresa deve apresentar os documentos atualizados à ANAC, exceto se de outra forma previsto, preenchendo no formulário somente sua identificação e os dados que sofreram alteração.

§ 5º Caso a empresa tenha uma autorização cassada, nos termos do art. 11 da Resolução nº 692/2022, deve instruir novo processo conforme o caput deste artigo.

CAPÍTULO II

DA AUTORIZAÇÃO PARA OPERAR SERVIÇO DE TRANSPORTE AÉREO NÃO REGULAR

Art. 3º O processo de autorização para operar serviço de transporte aéreo não regular deve ser instruído com os seguintes documentos:

I - Formulário de cadastro de empresa estrangeira, acompanhado do instrumento de nomeação do representante legal;

II - Certificado de Operador Aéreo - COA emitido por autoridade de aviação civil estrangeira;

III - Especificações Operativas - EO emitida por autoridade de aviação civil estrangeira; e

IV - Informações sobre aeronaves, incluindo:

a) Certificado de seguro das aeronaves;

b) Informações sobre aeronaves abrangidas por acordo sob o artigo 83 bis da Convenção de Aviação Civil Internacional, se aplicável; e

c) Informações sobre aeronaves em regime de intercâmbio, se aplicável.

§ 1º O prazo de validade da autorização será igual ao prazo de validade dos documentos apresentados; havendo documentos com validade distinta, será usada a data mais próxima.

§ 2 Os documentos devem ser apresentados pelo menos 10 (dez) dias antes do início pretendido das operações no Brasil.

§ 3º A revalidação das autorizações vencidas será processada com a apresentação de novos documentos em substituição aos que estiverem desatualizados.

§ 4º Caso haja alteração na documentação apresentada após a emissão da autorização, a empresa deve apresentar os documentos atualizados à ANAC, exceto se de outra forma previsto.

Art. 4º A empresa aérea estrangeira poderá acessar o mercado brasileiro com autorização para operar serviço de transporte aéreo internacional não regular caso se mantenha dentro dos limites abaixo determinados:

I - no máximo 4 (quatro) frequências mensais por até 9 (nove) meses, consecutivos ou não, nos últimos 12 (doze) meses; e

II - no máximo 15 (quinze) frequências mensais por até 3 (três) meses, consecutivos ou não, nos últimos 12 (doze) meses.

Parágrafo único. Caso a empresa aérea estrangeira autorizada para realizar operações de transporte aéreo internacional não regular pretenda operar acima de um dos limites estabelecidos nos incisos do caput, ela precisará obter autorização para operar serviço de transporte aéreo internacional regular nos termos do art. 3º da Resolução nº 692/2022, antes do início dessas operações.

CAPÍTULO III

DA APROVAÇÃO DO PROGRAMA DE VOOS

Art. 5º O processo de aprovação do programa de voos pretendidos nos casos previstos no art. 6º da Resolução nº 692/2022 deve ser instruído com os seguintes documentos:

I - Formulário de solicitação de aprovação de programa de voos; e

II - Carta de reciprocidade da autoridade de aviação civil do país da empresa estrangeira, nos casos em que a operação solicitada não se encontrar prevista em entendimento internacional existente com esse país.

§ 1º Em caso de nova solicitação de aprovação de voos de mesma natureza, não é necessário submeter novamente a Carta de reciprocidade da autoridade de aviação civil do país da empresa estrangeira.

§ 2º Poderá ser solicitada pela Agência documentação adicional sempre que esta julgar necessário para avaliar o impacto da operação pretendida nos limites de capacidade e frequência definidos em entendimentos internacionais bilaterais ou multilaterais.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 6º Os modelos dos documentos listados na Portaria serão divulgados no sítio eletrônico da ANAC, preferencialmente na Carta de Serviços ao Usuário, conforme o disposto no Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017, bem como no endereço eletrônico https://www.gov.br/anac/pt-br/assuntos/regulados/empresas-aereas/modelos-e-formularios.

Art. 7º Os processos estabelecidos por esta Portaria iniciam-se com o requerimento do interessado, que deve ser formulado por meio de protocolo eletrônico no Sistema Eletrônico de Informações da ANAC (SEI! - ANAC) ou outro sistema informatizado que venha a substituí-lo, instruído com os documentos necessários e seguindo os modelos divulgados.

Art. 8º Ficam revogadas:

I - a Portaria nº 649/SAS, de 18 de março de 2016, publicada no Diário Oficial da União - DOU de 21 de março de 2016, Seção 1, página 2; e

II - a Portaria nº 910/SAS, de 16 de março de 2018, publicada no DOU de 20 de março de 2018, Seção 1, página 87.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL JOSÉ BOTELHO FARIA
Superintendente de Acompanhamento de Serviços Aéreos

GIOVANO PALMA
Superintendente de Infraestrutura Aeroportuária

JOÃO SOUZA DIAS GARCIA
Superintendente de Padrões Operacionais

PORTARIA Nº 9.748, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022

O GERENTE TÉCNICO DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE MANUTENÇÃO SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Art. 21, inciso IV da Portaria nº 8.094/SPO, de 19 de maio de 2022, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 145 e na Lei nº 7565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00058.011632/2022-57, resolve:

Art. 1º Tornar pública a emissão do Certificado de Organização de Manutenção nº 2211-01/ANAC, emitido em 16 de novembro de 2022 em favor da organização de manutenção de produto aeronáutico AMCC - AIRCRAFT MAINTENANCE COOPERATION COMPANY (JLS TECHNICAL SUPPORT LTDA).

Art. 2º O inteiro teor do Certificado encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço: www2.anac.gov.br/certificacao/AvGeral/AIR145Bases.asp.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WENDERSON SOARES PIRES

SUPERINTENDÊNCIA DE PESSOAL DA AVIAÇÃO CIVIL

GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE PESSOAL

PORTARIA Nº 9.747, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE PESSOAL SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 12 da Portaria nº 2.928, de 21 de outubro de 2020, publicada no BPS V.15, Nº 43, de 23 de outubro de 2020, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC nº 183 e na Instrução Suplementar nº 183-001 e considerando o que consta do processo nº 00065.048245/2022-87, resolve:

Art. 1º Suspender, a pedido, a autorização da ESCOLA PARANAENSE DE AVIAÇÃO S/A, nome fantasia EPA Training Center - unidade Belo Horizonte, CNPJ nº 75.263.921/0001-46, para aplicar o exame Santos Dumont English Assessment (SDEA), por período não superior a 180 dias, podendo ser prorrogada uma vez por igual período.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MATEUS VIDAL ALVES SILVA

COORDENADORIA DE CERTIFICAÇÃO MÉDICA AERONÁUTICA

PORTARIA Nº 9.736, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2022

O COORDENADOR DE CERTIFICAÇÃO MÉDICA AERONÁUTICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 14, inciso IV, da Portaria ANAC 2.928/SPL, de 21 de outubro de 2020, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC nº 67 e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00065.038961/2022-56, resolve:

Art. 1º Revalidar até 18 de março de 2026 o credenciamento do Dr. MAURO PASCALE DE CAMARGO LEITE, CRM/MS 6363, MC159, para a realização de exames de saúde periciais no endereço Rua Quinze de Novembro, nº 1484, Centro, Campo Grande, MS, para fins de emissão de Certificado Médico Aeronáutico de 2ª, 4ª e 5ª classes, em conformidade com o Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC nº 67.

Parágrafo único. O credenciamento poderá ser suspenso a qualquer tempo por descumprimento de quaisquer dos requisitos previstos para o credenciamento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FLAVIO KRUTMAN

PORTARIA Nº 9.742, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2022

O COORDENADOR DE CERTIFICAÇÃO MÉDICA AERONÁUTICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 14, inciso IV, da Portaria ANAC 2.928/SPL, de 21 de outubro de 2020, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC nº 67 e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00065.038953/2022-18, resolve:

Art. 1º Revogar o credenciamento de médico estabelecido pela Portaria nº 237, de 24 de janeiro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 29 de janeiro de 2020, Seção 1, página 22, pela qual foi credenciada a médica Carla Montenegro Marcondes, CRM-RJ 52.68436-8, MC 226, processo nº 00065.002153/2020-99.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FLAVIO KRUTMAN

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

DELIBERAÇÃO Nº 147, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.006569/2022-96 e ad referendum da Diretoria Colegiada, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes alterações no Calendário de Reuniões de Diretoria para o 2º semestre de 2022:

I - convocação de Reunião Extraordinária para 6 de dezembro de 2022, às 10 horas, para apresentação do estudo sobre os impactos das mudanças climáticas nos portos brasileiros; e

II - antecipação da 534ª Reunião Ordinária para o dia 7 de dezembro às 14 horas, em decorrência da necessidade de adequação da agenda dos Diretores da ANTAQ.

Art. 2º O Calendário de Reuniões da Diretoria referente ao 2º semestre de 2022 passa a vigorar conforme abaixo:

NÚMERO	DATA	MODALIDADE	HORÁRIO
525ª	25 a 27/07/2022	Virtual	14h de 25/07/2022 às 14h de 27/07/2022
27ªReunião Extraordinária	28/07/2022	Videoconferência	10h
526ª	11/08/2022	Videoconferência	14h
527ª	15 a 17/08/2022	Virtual	14h de 15/08/2022 às 14h de 17/08/2022
528ª	01/09/2022	Videoconferência	9h
529ª	14/09/2022 00:00	Virtual	14h de 12/09/2022 às 14h de 14/09/2022
530ª	29/09/2022	Videoconferência	14h
531ª	24 a 26/10/2022	Virtual	14h de 24/10/2022 às 14h de 26/10/2022
532ª	10/11/2022	Videoconferência	9h
533ª	21/11 a 23/11/2022	Virtual	14h de 21/11/2022 às 14h de 23/11/2022
28ª Reunião Extraordinária	06/12/2022	Videoconferência	10h
534ª	07/12/2022	Videoconferência	14h
535ª	14/12/2022 00:00	Virtual	14h de 12/12/2022 às 14h de 14/12/2022

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS
GERÊNCIA REGIONAL DO RIO DE JANEIRO
UNIDADE REGIONAL DE VITÓRIA-ES

DELIBERAÇÃO Nº 7, DE 6 DE OUTUBRO DE 2022

Processo nº 50300.003100/2022-03. Fiscalizada: SEA MASTER SERVIÇOS MARÍTIMOS EIRELI, CNPJ sob o nº 11.567.576/0001-51. Objeto e Fundamento Legal: A Chefe da Unidade Regional de Vitória (UREVT) no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 60 do Regimento Interno, decide pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA à empresa, pela prática da infração prevista no art. 31, I da Resolução Normativa nº 18-ANTAQ, consubstanciada no fato de não ter registrado o afretamento da embarcação TSUNAMI na ANTAQ, mediante cadastro no SAMA, no prazo estabelecido no art. 4º, § 2º, da Resolução Normativa nº 01 - ANTAQ, considerando que o contrato de afretamento foi firmado em 01/07/2021 e o registro no SAMA data de 02/05/2022

DANIELA RIBEIRO CALDELLAS QUADROS

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
DIRETORIA COLEGIADA
SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS

DECISÃO SUPAS Nº 1.120, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 3º e o inciso XII do art. 8º, ambos do Anexo da Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018, e considerando o que consta no processo nº 50500.241187/2022-51, decide:

Art. 1º Autorizar as empresas relacionadas no Anexo desta Decisão para a prestação do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 2º As autorizatárias deverão observar as condições previstas na Resolução ANTT nº 4.777, de 6 de julho de 2015, e demais normativos relacionados à prestação dos serviços de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 3º A não observância do art. 9º da Resolução ANTT nº 4.777, de 2015, implica renúncia da autorização delegada pela ANTT.

Art. 4º Será declarada a nulidade do Termo de Autorização, quando verificada a ilegalidade do ato, impedindo os efeitos jurídicos que ordinariamente deveriam produzir, além de desconstituir os já produzidos, respeitados o princípio da ampla defesa e do contraditório.

Art. 5º A autorização poderá ser extinta mediante cassação, em caso de perda das condições indispensáveis ao cumprimento do objeto da autorização ou infração grave, apuradas em processo regular instaurado conforme disposto em resolução.

Art. 6º A não observância do disposto nesta Decisão implicará a aplicação das sanções previstas em resolução específica.

Art. 7º Será disponibilizado às autorizatárias o acesso ao sistema para a emissão das licenças de viagem a partir da data de publicação desta Decisão.

Art. 8º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

ANEXO

RAZÃO SOCIAL	TAF	CNPJ
LMP TRANSPORTES E TURISMO LTDA	006966	48.175.999/0001-36
LUCIANO GRANJA DE SOUZA EIRELI	002585	20.165.944/0001-26
MARCIO VIEIRA TRANSPORTES E TURISMO LTDA	006967	33.347.609/0001-90
MENDES & BROLESE TRANSPORTES LTDA	002166	20.653.904/0001-23
PAMELA LURI SHIMOSAKA LTDA	006942	35.116.335/0001-54
PANIFICADORA, TRANSPORTE E MINEMERCADO DA LUZ LTDA	006968	37.851.503/0001-80
R S OLIVEIRA VIAGENS E TURISMO LTDA	006969	30.493.508/0001-30
RF TUR TRANSPORTES DE PASSAGEIROS LTDA	006970	11.420.560/0001-11
RIO SERVICES TOUR LOCADORA DE VEICULOS EIRELI	006971	30.850.193/0001-30
SANTRANSP TRANSPORTES LTDA.	006972	11.892.745/0001-29
SIDNEI MOCELIN DA SILVA EIRELI	002483	18.182.426/0001-79
SL TRANSPORTES E TURISMO LTDA	359642	09.223.426/0001-89
TWINS TRANSPORTES E TURISMO LTDA	006973	47.675.441/0001-57
VANCOMIGO TRANSPORTES EIRELI	006974	27.853.459/0001-94

DECISÃO SUPAS Nº 1.121, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 3º e o inciso XI do art. 8º, ambos do Anexo da Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018 e com o inciso III do art. 29 do Anexo da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 42 da Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o esquema operacional de serviço e as regras para modificação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 45 e 50 da Resolução nº 4.770, de 25 de junho de 2015, que dispõe sobre a regulamentação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização;

CONSIDERANDO que os mercados objeto do pleito de supressão e paralisação de linha constam da Licença Operacional - LOP de nº 97; e

CONSIDERANDO o que consta no processo administrativo nº 50500.233357/2022-23, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da TRANSPORTE TURISMO LTDA., CNPJ nº 92.772.540/0001-01, para modificar a prestação de serviço para suprimir a linha CURITIBA (PR) - SANTA CECÍLIA (SC), prefixo nº 09-0414-00.

Art. 2º Autorizar a paralisação dos mercados de CURITIBA (PR) para SANTA CECÍLIA (SC), MAFRA (SC), PAPANDUVA (SC) e MONTE CASTELO (SC), na Licença Operacional - LOP de número 97.

Art. 3º Esta Decisão entra em vigor em 24 de janeiro de 2023.

MARINA SOARES ALMEIDA

DIRETORIA COLEGIADA

DELIBERAÇÃO Nº 344, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no art. 38, § 1º, inciso V, da Lei 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, na Resolução 5.935, de 27 de abril de 2021, no Voto DDB - 101, de 17 de novembro de 2022, e no que consta do processo nº 50500.096903/2021-58, delibera:

Art. 1º Propor à União a decretação da caducidade do Contrato de Concessão Edital nº 007/2007, da rodovia BR-393/RJ, sob responsabilidade da Concessionária K-Infra Rodovia do Aço S.A.

Art. 2º Determinar, com base no art. 13, § 3º, da Resolução 5.935, de 2021, que a Comissão de Planejamento e Fiscalização do encerramento da concessão promova o cálculo definitivo de eventual indenização pelos investimentos vinculados a bens reversíveis não amortizados, descontado o valor das multas contratuais e dos danos causados pela concessionária, conforme metodologia prevista na Resolução nº 5.860, de 3 de dezembro de 2019, e o submeta à Diretoria Colegiada para homologação.

Art. 3º Informar ao Tribunal de Contas da União - TCU o inteiro teor desta Deliberação, de forma a contribuir para as discussões em processos em curso na Corte, em especial nos TCs 010.222/2019-7 e 017.812/2020-8.

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL VITALE RODRIGUES
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 345, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DDB - 100, de 17 de novembro de 2022, e no que consta do processo nº 50500.106659/2021-49, delibera:

Art. 1º Não atestar a viabilidade técnica e jurídica do requerimento de relicitação da concessão da Rodovia BR-393/RJ, apresentado pela Concessionária K-Infra Rodovia do Aço S.A, nos termos do art. 4º do Decreto nº 9.957, de 6 de agosto de 2019.

Art. 2º Determinar o envio do referido processo, no qual consta o requerimento de relicitação da Concessionária K-Infra Rodovia do Aço S.A, ao Ministério da Infraestrutura, em atendimento ao art. 5º do Decreto nº 9.957, de 2019.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL VITALE RODRIGUES
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 346, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DDB - 105, de 7 de novembro de 2022, e no que consta do processo nº 50500.042250/2021-97, delibera:

Art. 1º Conhecer do Recurso interposto pela Empresa Gontijo de Transportes Ltda, CPNJ nº 16.624.611/0001-40, e no mérito, negar-lhe provimento, mantendo o teor da Decisão SUPAS nº 297, de 27 de maio de 2022.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL VITALE RODRIGUES
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 347, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DGS - 122, de 17 de novembro de 2022, e no que consta do processo nº 50500.008718/2022-03, delibera:

Art. 1º Aplicar à empresa Transcione Transportes Turísticos Eireli, CNPJ nº 05.889.427/0001-06 a pena de cassação de seu registro cadastral, nos termos do art. 36, §5º, do Decreto nº 2.521, de 20 de março de 1998, com fulcro no art. 78-H da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL VITALE RODRIGUES
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 348, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DCG - 022, de 17 de novembro de 2022, e no que consta do processo nº 50500.111274/2021-01, delibera:

Art. 1º Aplicar à empresa Viação São Luiz Eireli , CNPJ nº 01.016.179/0001-38, a pena de cassação, nos termos do art. 79, I, alínea "d" do Decreto nº 2.521, de 20 de março de 1998, em conjunto com o art. 56, inciso I, alínea "d", da Resolução nº 4.770, de 25 de junho de 2015.

Art. 2º Determinar à Superintendência de Fiscalização de Serviços de Transporte Rodoviário de Cargas e Passageiros - SUFIS que notifique os interessados acerca dos termos da decisão adotada.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL VITALE RODRIGUES
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 349, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DCG - 020, de 17 de novembro de 2022, e no que consta do processo nº 50500.104994/2021-11, delibera:

Art. 1º Aplicar da pena de cassação em face da Empresa Emma Turismo Eireli, CNPJ nº 97.537.488/0001-22, com fundamento no art. 78-A, IV, c/c o art. 78-H da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001.

Art. 2º Determinar à Superintendência de Fiscalização de Serviços de Transporte Rodoviário de Cargas e Passageiros - SUFIS que notifique a interessada acerca dos termos da decisão adotada.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL VITALE RODRIGUES
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 351, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DGS - 119, de 16 de novembro de 2022, e no que consta dos processos nº 50500.120365/2021-20 e nº 50500.105747/2021-23, delibera:

Art. 1º Aprovar a 13ª Revisão Ordinária, a 14ª Revisão Extraordinária e o reajuste da Tarifa Básica de Pedágio - TBP aplicável ao trecho concedido da Rodovia BR-393/RJ, trecho Div. MG/RJ - Entr. BR-116 (DUTRA), explorado pela Concessionária K-Infra Rodovia do Aço S/A, com base nas seguintes alterações:

I - 13ª Revisão Ordinária, que altera a Tarifa Básica de Pedágio - TBP de R$ 2,89926 para R$ 2,80527;

II - 14ª Revisão Extraordinária, que altera a Tarifa Básica de Pedágio - TBP de R$ 2,80527 para R$ 2,78412, e

III - reajuste, correspondente à variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA no período, que indicou o percentual positivo de 10,54% (dez inteiros e cinquenta e quatro centésimo por cento).

Art. 2º Alterar, em consequência, com efeito econômico-financeiro a partir da data-base de reequilíbrio contratual de 5 de março de 2022, a Tarifa Básica de Pedágio reajustada, após arredondamento, para a categoria 1 de veículos, de R$ 6,10 (seis reais e dez centavos) para R$ 6,50 (seis reais e cinquenta centavos), nas praças de pedágio P1, em Sapucaia/RJ, P2, em Paraíba do Sul/RJ, e P3, em Barra do Piraí/RJ.

Art. 3º Ficam prejudicados ou indeferidos os pedidos formulados pela K-Infra Rodovia do Aço S/A não contemplados na revisão de que trata esta Deliberação, na forma das manifestações técnicas e jurídicas constantes dos autos.

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor a partir de zero hora do dia 21 de novembro de 2022.

RAFAEL VITALE RODRIGUES
Diretor-Geral

ANEXO

TABELA DE TARIFAS

Tarifas nas Praças de Pedágio P1, P2 e P3

Categoria de Veículo	Tipo de Veículo	Número de Eixos	Rodagem	Multiplicador da Tarifa	Valores a serem Praticados (R$)
1	Automóvel, caminhonete e furgão	2	Simples	1,0	6,50
2	Caminhão leve, Ônibus, caminhão-trator e furgão	2	Dupla	2,0	13,00
3	Automóvel e caminhonete com semirreboque	3	Simples	1,5	9,75
4	Caminhão, caminhão-trator, caminhão-trator com semirreboque e Ônibus	3	Dupla	3,0	19,50
5	Automóvel e caminhonete com reboque	4	Simples	2,0	13,00
6	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	4	Dupla	4,0	26,00
7	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	5	Dupla	5,0	32,50
8	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semirreboque	6	Dupla	6,0	39,00
9	Motocicletas, motonetas, bicicletas moto	2	Simples	0,5	3,25
10	Veículos oficiais e do Corpo Diplomático	-	-	-	-

Ministério da Justiça e Segurança Pública

GABINETE DO MINISTRO

INSTRUÇÃO NORMATIVA GM/MJSP Nº 1, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

Revoga a Instrução Normativa MJ nº 1, de 26 de fevereiro de 2010.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, tendo em vista o art. 37 da Lei nº 13.844, de 19 de junho de 2019, o Decreto nº 11.103, de 24 de junho de 2022, o Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, o art. 42 da Lei nº 13.675, de 11 junho de 2018, e o que consta no Processo Administrativo nº 08004.000763/2021-65, resolve:

Art. 1º Fica revogada a Instrução Normativa MJ nº 1, de 26 de fevereiro de 2010.

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON GUSTAVO TORRES

PORTARIA MJSP Nº 224, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

Dispõe sobre os prazos para a implementação das disposições do Guia Prático de Audiovisual de que trata o art. 12 da Portaria MJSP nº 502, de 23 de novembro de 2021.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o art. 74 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, o art. 3º da Lei nº 10.359, de 27 de dezembro de 2001, o art. 11 da Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, a alínea "d" do inciso V do art. 13 do Anexo I ao Decreto nº 11.103, de 24 de junho de 2022, e o que consta no Processo Administrativo nº 08026.000632/2022-19, resolve:

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre os prazos para a implementação das alterações instituídas pelo Guia Prático de Audiovisual em vigor e das demais obrigações especificadas na Portaria MJSP nº 502, de 23 de novembro de 2021, especificamente sobre a disponibilização de:

I - símbolos provisórios de classificação indicativa;

II - símbolos definitivos de classificação indicativa;

III - descritores de conteúdo;

IV - bloqueio parental em consonância com as faixas etárias especificadas pela Política Pública; e

V - outras informações obrigatórias sobre classificação indicativa.

Art. 2º As operadoras dos Serviços de Acesso Condicionado, no que couber, devem implementar as alterações de que trata o art.1º até 31 de dezembro de 2023.

§ 1º Para efeito do que dispõe o caput, a obrigação é extensiva a equipamentos, dispositivos terminais e unidades receptoras decodificadores dos assinantes e usuários, instalados após esse prazo de vacância, respeitando-se as condições técnicas da base legada de dispositivos até que sejam naturalmente substituídos e a vida útil daqueles que já estão em operação, quando instalados para novos clientes.

§ 2º O prazo de que trata o caput poderá ser prorrogado, a critério da Coordenação de Política de Classificação Indicativa do Ministério da Justiça e Segurança Pública, observadas as demais condicionantes previstas na Portaria MJSP nº 502, de 2021.

Art. 3º Os canais lineares em serviço de acesso condicionado deverão exibir os símbolos provisórios, definitivos, e demais informações obrigatórias, incluindo os descritores de conteúdo e a informação de "verifique a classificação indicativa" em novas chamadas de programação, aos assinantes, subordinada à limitação tecnológica dos operadores até 31 de dezembro de 2022.

Art. 4º As plataformas de vídeo por demanda, no que couber, deverão cumprir as obrigações referentes ao setor de que trata o art.1º desta Portaria, da seguinte forma:

I - apresentar os símbolos definitivos e provisórios de classificação indicativa em todo o catálogo já existente, até o dia 30 de abril de 2023;

II - apresentar os símbolos definitivos e provisórios de classificação indicativa em novos programas e novos conteúdos do catálogo, até o dia 31 de janeiro de 2023;

III - apresentar os símbolos definitivos e provisórios de classificação indicativa para todo o catálogo já existente, em novos programas e novos conteúdos na modalidade de vídeo por demanda ingestado, até 31 de julho de 2023;

IV - apresentar a informação "verifique a classificação indicativa" para as chamadas ou trailers de obras já existentes, até o dia 30 de abril de 2023; e

V - apresentar a informação "verifique a classificação indicativa" para as novas chamadas ou trailers de obras, até o dia 30 de julho de 2023.

Art. 5º As plataformas de vídeo por demanda do tipo "Over the Top", no que couber, deverão cumprir com as obrigações referentes ao setor de que trata o art. 1º desta Portaria, da seguinte forma:

I - apresentar os símbolos definitivos e provisórios de classificação indicativa em todo o catálogo já existente, até dia 30 de abril de 2023;

II - apresentar os símbolos definitivos e provisórios de classificação indicativa para os novos programas ou obras audiovisuais, até o dia 31 de dezembro de 2022;

III - apresentar a informação "verifique a classificação indicativa" para as chamadas ou trailers de obras já existentes, até o dia 30 de abril de 2023; e

IV - apresentar a informação "verifique a classificação indicativa" para as novas chamadas ou trailers de obras, até o dia 30 de julho de 2023.

Art. 6º Todas as plataformas de vídeo por demanda, incluindo as do tipo "Over the Top", deverão disponibilizar o bloqueio parental, em consonância com as faixas etárias especificadas pela Política de Classificação Indicativa, até o dia 30 de julho de 2023.

§ 1º Será autorizado o aglutinamento temporário de perfis nas categorias "livre" e "não recomendado para menores de 10 anos" (crianças pequenas), além daquele específico para "não recomendado para menores de 12 anos" e "não recomendado para menores de 14 anos" (pré-adolescentes) até a sua implementação.

§ 2º As faixas etárias "não recomendado para menores de 16 anos" e "não recomendado para menores de 18 anos" deverão ser apresentadas de forma individualizada.

§ 3º Alternativamente, autoriza-se as plataformas a usarem o sistema de filtros por perfis ou PINS, desde que respeitada a aglutinação de que tratam os §§ 1º e 2º.

Art. 7º As plataformas de vídeo por demanda e serviços de acesso condicionado deverão prestar informações sobre o desenvolvimento das atividades realizadas para o cumprimento das obrigações estabelecidas na Portaria MJSP nº 502, de 2021, e nesta Portaria, a cada sessenta dias, contados de sua publicação.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor em 1º de dezembro de 2022.

ANDERSON GUSTAVO TORRES

PORTARIA MJSP Nº 229, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

Delega a competência para autorizar a instituição do Programa de Gestão e Desempenho - PGD, no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 12 e 14 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, nos arts. 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de janeiro de 1967, no Decreto nº 83.937, de 6 de setembro de 1979, no § 4º do art. 3º do Decreto nº 11.072, de 17 de maio de 2022, e o que consta no Processo Administrativo nº 08007.002803/2022-64, resolve:

Art. 1º Fica delegada a competência ao Secretário-Executivo, ao Diretor-Geral da Polícia Federal - PF, ao Diretor-Geral da Polícia Rodoviária Federal - PRF, ao Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional - Depen e ao Diretor-Geral do Arquivo Nacional, todos do Ministério da Justiça e Segurança Pública, para autorizar a instituição do Programa de Gestão e Desempenho - PGD, em caráter permanente e facultativo, no âmbito de suas unidades para atividades cujos resultados possam ser efetivamente mensuráveis.

Art. 2º O Programa de Gestão e Desempenho - PGD de que trata esta Portaria deverá obedecer aos critérios contidos no Decreto nº 11.072, de 17 de maio de 2022, e nas normas editadas pelo Órgão Central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - Sipec.

Art. 3º Fica revogada a Portaria MJSP nº 423, de 24 de novembro de 2021.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor em 1º de dezembro de 2022.

ANDERSON GUSTAVO TORRES

POLÍCIA FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

ALVARÁ Nº 7.240, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/72705 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa CONDOMINIO SHOPPING CENTER IGUATEMI , CNPJ nº 53.991.378/0001-60, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

6 (seis) Revólveres calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 7.241, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/75331 - DELESP/DREX/SR/PF/BA, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa BRINK'S SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 60.860.087/0196-22, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Transporte de Valores, para atuar na Bahia com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/PF: nº 2642/2022 (CNPJ nº 60.860.087/0196-22) e nº 2354/2022 (CNPJ nº 60.860.087/0163-64).

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 7.242, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/75958 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Conceder autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa JUIZ DE FORA EMPRESA DE VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 02.717.460/0004-03, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2523/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 7.243, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/76136 - DELESP/DREX/SR/PF/GO, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa VALE VERDE EMPREENDIMENTOS AGRICOLAS LTDA, CNPJ nº 02.414.858/0004-70 para atuar em Goiás, com Certificado de Segurança nº 2927/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 7.244, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/76291 - DELESP/DREX/SR/PF/PB, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MIRIRI ALIMENTOS E BIOENERGIA S/A, CNPJ nº 09.090.259/0001-45 para atuar na Paraíba, com Certificado de Segurança nº 2855/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 7.245, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/76601 - DELESP/DREX/SR/PF/PE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONTINUA SERVICOS DE SEGURANCA LTDA - EPP, CNPJ nº 20.129.914/0002-45, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Pernambuco, com Certificado de Segurança nº 2895/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 7.246, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/76714 - DELESP/DREX/SR/PF/PE, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa FUNCIONAL SEGURANÇA CORPORATIVA LTDA, CNPJ nº 08.008.999/0002-08, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Pernambuco, com Certificado de Segurança nº 2944/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 7.247, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/78842 - DELESP/DREX/SR/PF/TO, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SEGURPRO VIGILÂNCIA PATRIMONIAL S.A., CNPJ nº 25.278.459/0012-35, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar em Tocantins, com Certificado de Segurança nº 2914/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 7.248, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/80851 - DPF/CAS/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa GTA SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 12.637.331/0001-16, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

124 (cento e vinte e quatro) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 7.249, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/85027 - DELESP/DREX/SR/PF/ES, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa BRINK'S SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 60.860.087/0024-95, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Transporte de Valores, para atuar no Espírito Santo com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/PF: nº 2656/2022 (CNPJ nº 60.860.087/0024-95); nº 2861/2022 (CNPJ nº 60.860.087/0165-26); nº 2733/2022 (CNPJ nº 60.860.087/0119-90) e nº 2672/2022 (CNPJ nº 60.860.087/0120-24).

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 7.250, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/85501 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ASSOCIACAO GENESIS I, CNPJ nº 06.171.957/0001-87 para atuar em São Paulo.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 7.251, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/88161 - DELESP/DREX/SR/PF/RS, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa BIANCHINI S/A IND COM E AGRICULTURA, CNPJ nº 87.548.020/0002-60 para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 2924/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 7.252, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/88470 - DELESP/DREX/SR/PF/GO, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa BOM SUCESSO AGROINDUSTRIA S.A., CNPJ nº 11.092.881/0001-34 para atuar em Goiás, com Certificado de Segurança nº 2928/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 7.253, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/89059 - DPF/BRU/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa SAVING PROTEÇÃO PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 08.266.997/0001-38, sediada em São Paulo, para adquirir:

Da empresa cedente GAPS SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA - ME, CNPJ nº 22.535.466/0001-24:

4 (quatro) Revólveres calibre 38

1 (uma) Pistola calibre .380

Da empresa cedente GAPS SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA - ME, CNPJ nº 22.535.466/0001-24:

46 (quarenta e seis) Munições calibre 38

45 (quarenta e cinco) Munições calibre .380

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 7.254, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/90279 - DPF/JFA/MG, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa REDENTOR SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 01.696.924/0003-07, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 2863/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 7.255, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/91461 - DELESP/DREX/SR/PF/RS, resolve: AUTORIZAR a empresa SHELTER EMPRESA DE VIGILANCIA LTDA, CNPJ Nº 02.924.285/0001-82, a promover alteração nos seus atos constitutivos apenas no que se refere à razão social, que passa a ser SHELTER EMPRESA DE VIGILANCIA LTDA.

Outras alterações não constantes do presente alvará estão vedadas e necessitarão de nova autorização da Polícia Federal, nos termos do art. 1.133 do Código Civil.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 7.256, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/91840 - DPF/CXS/RS, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa RASIP ALIMENTOS LTDA, CNPJ nº 94.789.468/0001-50 para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 2812/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 7.257, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/92244 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa BANCO SAFRA SA, CNPJ nº 58.160.789/0001-28 para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2822/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 7.258, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/92933 - DPF/CAS/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa QUIMICA AMPARO LTDA, CNPJ nº 43.461.789/0001-90 para atuar em São Paulo.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 7.259, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/92943 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO SHOPPING CENTER PLAZA SUL, CNPJ nº 00.787.330/0001-79 para atuar em São Paulo.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 7.260, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/92948 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO EDIFICIO INTERNATIONAL PLAZA FLAT, CNPJ nº 04.000.845/0001-38 para atuar em São Paulo.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 7.261, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/93260 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO DO EDIFICIO FORUM DE IPANEMA, CNPJ nº 29.270.071/0001-96 para atuar no Rio de Janeiro.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 7.262, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/94376 - DPF/JZO/BA, resolve:

Conceder autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa COMERCIAL VR STONES LTDA, CNPJ nº 05.909.514/0002-69, para atuar na Bahia.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 7.263, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/94896 - DELESP/DREX/SR/PF/MG, resolve:

Declarar revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa MINERACAO CANAA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, CNPJ nº 06.260.232/0001-65 para atuar em Minas Gerais.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 7.264, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/94980 - DELESP/DREX/SR/PF/AM, resolve:

Conceder autorização, à empresa PAX SEGURANCA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 36.097.957/0001-45, para exercer a(s) atividade(s) de Escolta Armada no Amazonas.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 7.265, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/95899 - DELESP/DREX/SR/PF/PB, resolve:

Conceder autorização à empresa PLENITUDE SEGURANÇA PRIVADA LTDA., CNPJ nº 17.392.053/0001-06, sediada na Paraíba, para adquirir:

Da empresa cedente FATOR VIGILANCIA E SEGURANCA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 12.048.368/0001-09:

1 (um) Revólver calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 7.267, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/95616 - DPF/GVS/MG, resolve:

Conceder autorização à empresa PHILADELPHIA ESCOLA DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 29.227.237/0001-91, sediada em Minas Gerais, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1204 (uma mil e duzentas e quatro) Munições calibre .380

1102 (uma mil e cento e duas) Munições calibre 12

10000 (dez mil) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 7.268, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/96236 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Conceder autorização à empresa AM/PM SEGURANCA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ nº 60.136.942/0001-23, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

5 (cinco) Espingardas calibre 12

6 (seis) Pistolas calibre .380

240 (duzentas e quarenta) Munições calibre .380

90 (noventa) Munições calibre 12

40 (quarenta) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 7.269, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/97142 - DPF/CAE/MT, resolve:

Conceder autorização à empresa ASSUNFORTE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA-EPP, CNPJ nº 12.077.771/0001-66, sediada no Mato Grosso, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

10 (dez) Revólveres calibre 38

120 (cento e vinte) Munições calibre .380

23 (vinte e três) Munições calibre 12

120 (cento e vinte) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 7.270, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/97508 - DPF/UDI/MG, resolve:

Conceder autorização à empresa A10 SEGURANCA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 45.854.746/0001-09, sediada em Minas Gerais, para adquirir:

Da empresa cedente RUDDER SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 87.060.331/0002-86:

10 (dez) Revólveres calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

180 (cento e oitenta) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

PORTARIA Nº 25842992, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 32 do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo artigo 1º do Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08430.012941/2021-71-DELESP/DREX/SR/PF/RS, e MANDADO DE SEGURANÇA Nº 5000321-33.2022.4.04.7112/RS resolve:

Cancelar de ofício a Autorização de Funcionamento concedida à empresa GRANVISION SERVICOS DE VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 35.848.812/0001-76., localizada no Estado do RIO GRANDE DO SUL.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

SECRETARIA NACIONAL DO CONSUMIDOR

DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO E DE DEFESA DO CONSUMIDOR

DESPACHO Nº 1.224/2022

Destino: DPDC Assunto: Defesa do Consumidor: Averiguações Preliminares de Irregularidades e Condutas infrativas interessado(a): ZARA BRASIL LTDA. (CNPJ Nº 02.952.485/0001-49), DPDC " EX OFFICIO" EMENTA: Averiguação Preliminar. Prática Comercial Questionável. Publicidade nas sacolas e envelopes para presentes vendidos. Anuência do consumidor. Indícios de infração ao disposto nos arts. 6º, incisos III e IV; 39, incisos IV e V e 51, incisos IV e XV e § 1º, incisos I, II e III, todos do Código de Defesa do Consumidor; e, ainda, nos arts. 13, inciso I; 22, incisos IV e XVI do Decreto 2.181/1997. Sugestão de instauração de Procedimento Administrativo. Nos termos do art. 50 da Lei n. 9.784/1999, acolho os fundamentos da Nota Técnica nº 93/2022 (SEI: 20197451), como razão de decidir, diante dos indícios de infração ao disposto nos arts. 6º, incisos III e IV; 39, incisos IV e V e 51, incisos IV e XV e § 1º, incisos I, II e III, todos do Código de Defesa do Consumidor; e, ainda, nos arts. 13, inciso I; 22, incisos IV e XVI do Decreto 2.181/1997, e determino a instauração de processo administrativo no âmbito deste Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, notificando-se a ZARA BRASIL LTDA. para apresentar defesa, no prazo de 20 (vinte) dias, na forma dos artigos 42 e 44 do Decreto nº 2.181, de 20 de março de 1997. Determino, outrossim, a expedição de ofícios circulares aos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, dando-lhes ciência da instauração do presente Processo Administrativo, com cópia da presente decisão, para conhecimento e providências que entenderem pertinentes.

LAURA POSTAL TIRELLI
Diretor

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES

COORDENAÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL

DESPACHOS DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

O Coordenador-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de residência, constantes dos ofícios ao MRE nº 546/2022 de 10/11/2022, 547/2022 de 10/11/2022, 549/2022 de 11/11/2022, 550/2022 de 11/11/2022, 556/2022 de 16/11/2022 e 557/2022 de 16/11/2022, respectivamente:

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 02/2017

Processo: 08228.014904/2022-83 Requerente: NOVO NORDISK PRODUCAO FARMACEUTICA DO BRASIL LTDA. Prazo: 02 Anos Imigrante: DANIELE DOMENICO CURTALE Data Nascimento: 30/12/1992 Passaporte: YB7662555 País: ITÁLIA Mãe: Maria Lama Curtale Pai: Filippo Curtale .

Processo: 08228.016407/2022-11 Requerente: RIAN PRESENTES EIRELI Prazo: 2 Anos Imigrante: Meifeng Zhang Data Nascimento: 09/03/1974 Passaporte: E99476866 País: CHINA Mãe: Ruiyu Wu Pai: Qingrong Zhang.

Processo: 08228.016963/2022-96 Requerente: MUHAMMAD KHAIRUL HASAN 01272738914 Prazo: 02 Anos Imigrante: FOZLA RABBY Data Nascimento: 01/06/2000 Passaporte: BR0315382 País: BANGLADESH Mãe: AFROJA AKTHER Pai: MOSHAIN.

Processo: 08228.017031/2022-61 Requerente: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: THOMAS JAMES WAKERLEY Data Nascimento: 20/05/1988 Passaporte: 130160226 País: GRÃ-BRETANHA Mãe: SALLY JANE WAKERLEY Pai: PAUL HOLLAND.

Processo: 08228.016981/2022-78 Requerente: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: 02 Anos Imigrante: Dario Procopio Data Nascimento: 28/06/1985 Passaporte: YB5259041 País: ITÁLIA Mãe: Maria Paola Tessarin Pai: Domenico Aldo Procopio.

Processo: 08228.017025/2022-11 Requerente: TATA CONSULTANCY SERVICES DO BRASIL LTDA Prazo: 02 Anos Imigrante: SUMIT KUMAR SINGH Data Nascimento: 30/07/1984 Passaporte: 10254385 País: NEPAL Mãe: KAMINI SINGH Pai: KAMESHWAR PRASAD SINGH.

Processo: 08228.017076/2022-35 Requerente: AMEE - SISTEMA DE GESTAO DE ENERGIA LTDA Prazo: 02 Anos Imigrante: Nikola Grulovic Data Nascimento: 14/07/1993 Passaporte: 014736948 País: SÉRVIA Mãe: Radmila Garic Grulovic Pai: Slavisa Grulovic.

Processo: 08228.017157/2022-35 Requerente: THYSSENKRUPP ESTALEIRO BRASIL SUL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: VANESSA TWESTEN Data Nascimento: 20/10/1993 Passaporte: C1T1X16W2 País: ALEMANHA Mãe: BIRGIT TWESTEN Pai: OTTO TWESTEN.

Processo: 08228.017331/2022-41 Requerente: SYMRISE AROMAS E FRAGRANCIAS LTDA. Prazo: 2 Anos Imigrante: BRAYAN JIMENEZ LOPEZ Data Nascimento: 27/12/1980 Passaporte: F840941 País: COSTA RICA Mãe: Olga Guadalupe López López Pai: Aquiles Jiménez Acuña.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 03/2017 (Art. 2º)

Processo: 08228.017545/2022-16 Requerente: MINERACAO CARAIBA S/A Prazo: 01 Ano Imigrante: PIETER WILLEM KRUGER PIETERSE Data Nascimento: 09/11/1964 Passaporte: A05272482 País: REPÚBL. DA ÁFRICA DO SUL.

Processo: 08228.017535/2022-81 Requerente: MINERACAO CARAIBA S/A Prazo: 01 Ano Imigrante: BAREND BURGER MARITZ Data Nascimento: 03/03/1962 Passaporte: M00374000 País: REPÚBL. DA ÁFRICA DO SUL.

Processo: 08228.017539/2022-69 Requerente: MINERACAO CARAIBA S/A Prazo: 01 Ano Imigrante: PIETER STEPHAN LATEGAN LOMBARD Data Nascimento: 13/04/1975 Passaporte: M00243207 País: REPÚBL. DA ÁFRICA DO SUL.

Processo: 08228.017501/2022-96 Requerente: YAMAHA MOTOR DA AMAZONIA LTDA Prazo: 23 Dias Imigrante: MINORU KOYANAGI Data Nascimento: 22/01/1969 Passaporte: TT 1705614 País: JAPÃO Imigrante: TAKEHISA NAGANO Data Nascimento: 18/06/1970 Passaporte: TS 3512346 País: JAPÃO Imigrante: TOSHIHARU TSUJITA Data Nascimento: 17/03/1969 Passaporte: MJ 1510315 País: JAPÃO Imigrante: TAKAHIKO BANNO Data Nascimento: 28/02/1964 Passaporte: TS 1871878 País: JAPÃO Imigrante: YUTARO YANO Data Nascimento: 29/08/1990 Passaporte: TT 2375096 País: JAPÃO.

Processo: 08228.015149/2022-54 Requerente: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: MANABU SAITO Data Nascimento: 08/04/1982 Passaporte: TR9549883 País: JAPÃO.

Processo: 08228.015153/2022-12 Requerente: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: HIROYUKI ASAHINA Data Nascimento: 02/03/1978 Passaporte: TT1453075 País: JAPÃO.

Processo: 08228.015814/2022-18 Requerente: FMM PERNAMBUCO COMPONENTES AUTOMOTIVOS LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: EVERT JAN KRAGT Data Nascimento: 19/10/1966 Passaporte: BX12PRFL1 País: HOLANDA.

Processo: 08228.015752/2022-36 Requerente: VIDROPORTO S.A. Prazo: 1 Ano Imigrante: CHARLES GERMAN ASTOCONDOR Data Nascimento: 30/10/1967 Passaporte: 667414240 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.016185/2022-35 Requerente: GUARARAPES PAINEIS S/A Prazo: 1 Ano Imigrante: HOLGER CORDTS Data Nascimento: 25/02/1967 Passaporte: COH8198GN País: ALEMANHA.

Processo: 08228.016295/2022-13 Requerente: GE CELMA LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: Marc-André Marois Data Nascimento: 23/04/1984 Passaporte: HD531993 País: CANADÁ.

Processo: 08228.016316/2022-84 Requerente: FASSA DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: Francesco Filippi Data Nascimento: 05/07/1963 Passaporte: YA8332326 País: ITÁLIA.

Processo: 08228.016476/2022-23 Requerente: SKF DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: YUSEN MI Data Nascimento: 29/08/1992 Passaporte: EJ2350843 País: CHINA.

Processo: 08228.016477/2022-78 Requerente: SKF DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: JUAN WEI Data Nascimento: 21/11/1992 Passaporte: E93764756 País: CHINA.

Processo: 08228.016481/2022-36 Requerente: SKF DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: QIANGANG DENG Data Nascimento: 07/05/1965 Passaporte: EJ3494941 País: CHINA.

Processo: 08228.016482/2022-81 Requerente: SIGMA MINERACAO S.A. Prazo: 1 Ano Imigrante: Robin Keith Prentice Data Nascimento: 27/09/1960 Passaporte: M00299727 País: REPÚBL. DA ÁFRICA DO SUL.

Processo: 08228.016621/2022-76 Requerente: PERENCO PETROLEO E GAS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: VINCENT JULIEN MARC HINSINGER Data Nascimento: 17/03/1979 Passaporte: 15CA61866 País: FRANÇA.

Processo: 08228.016918/2022-31 Requerente: KONGSBERG MARITIME DO BRASIL LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: MIKKO JUHANI LEHTONEN Data Nascimento: 27/02/1979 Passaporte: FP4428874 País: FINLÂNDIA.

Processo: 08228.016972/2022-87 Requerente: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Devaraja Madhugiri Thippanna Data Nascimento: 31/07/1984 Passaporte: Z2902859 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.016974/2022-76 Requerente: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Sergej Kauz Data Nascimento: 26/09/1973 Passaporte: C8P78TZF2 País: ALEMANHA.

Processo: 08228.017016/2022-12 Requerente: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Jari Ilari Kuopusjärvi Data Nascimento: 19/04/1964 Passaporte: FP4943342 País: FINLÂNDIA.

Processo: 08228.017017/2022-67 Requerente: MLS SERVICOS OFFSHORE E NAVAIS LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: STEINAR AANDAHL Data Nascimento: 25/10/1996 Passaporte: 30706325 País: NORUEGA.

Processo: 08228.017023/2022-14 Requerente: MLS SERVICOS OFFSHORE E NAVAIS LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: KAKOB BAREKSTEN MORK Data Nascimento: 08/02/1988 Passaporte: 32317618 País: NORUEGA.

Processo: 08228.017081/2022-48 Requerente: ZUIKO INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: KENJI NAKAMURA Data Nascimento: 11/04/1974 Passaporte: TT 2.074.728 País: JAPÃO.

Processo: 08228.017145/2022-19 Requerente: AMDOCS (BRASIL) LIMITADA Prazo: 180 Dias Imigrante: MOHAN RAJENDRA KOLHE Data Nascimento: 26/01/1994 Passaporte: N6916116 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.017195/2022-98 Requerente: VALMET CELULOSE, PAPEL E ENERGIA LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Vesa-Pekka Kouhia Data Nascimento: 08/12/1963 Passaporte: FP5610178 País: FINLÂNDIA.

Processo: 08228.017265/2022-16 Requerente: MHI POWER AMERICA LATINA EIRELI Prazo: 1 Ano Imigrante: Ayoub El Hdirich Data Nascimento: 06/03/1990 Passaporte: YA9147932 País: ITÁLIA.

Processo: 08228.017276/2022-98 Requerente: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: HEECHUL KIM Data Nascimento: 20/10/1970 Passaporte: M27231278 País: CORÉIA DO SUL.

Processo: 08228.017288/2022-12 Requerente: SUMITOMO RUBBER DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: MAKOTO MATSUOKA Data Nascimento: 14/01/1984 Passaporte: TT2358614 País: JAPÃO.

Processo: 08228.017289/2022-67 Requerente: SUMITOMO RUBBER DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: YASUSHI MAEKAWA Data Nascimento: 28/10/1975 Passaporte: TS2997896 País: JAPÃO.

Processo: 08228.017292/2022-81 Requerente: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: Thomas Meier Data Nascimento: 21/09/2022 Passaporte: CFY31TPX5 País: ALEMANHA.

Processo: 08228.017332/2022-94 Requerente: ONESUBSEA DO BRASIL SERVICOS SUBMARINOS LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: JENSEN MARIE NANCE Data Nascimento: 25/04/1997 Passaporte: 541015548 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.017328/2022-26 Requerente: MCDERMOTT SERVICOS OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: 01 Ano Imigrante: REON DAVID GOOSEN Data Nascimento: 29/10/1983 Passaporte: M00350273 País: REPÚBL. DA ÁFRICA DO SUL Imigrante: HORACIO CHAPELA CURRA Data Nascimento: 06/02/1962 Passaporte: AAJ991833 País: ESPANHA Imigrante: NURIA ANAKAREN GARCIA RUIZ Data Nascimento: 22/08/1994 Passaporte: G34898449 País: MÉXICO Imigrante: LOUIS CORNELIUS JACKMAN Data Nascimento: 12/10/1976 Passaporte: M00271127 País: REPÚBL. DA ÁFRICA DO SUL Imigrante: YAACOUB MAAROUF Data Nascimento: 06/03/1996 Passaporte: YA6829272 País: ITÁLIA Imigrante: GEORGE FRANCOIS PAGE Data Nascimento: 08/09/1988 Passaporte: A06003147 País: REPÚBL. DA ÁFRICA DO SUL Imigrante: ARMAN DEILAMI MOEZI Data Nascimento: 19/09/1987 Passaporte: 555252270 País: GRÃ-BRETANHA Imigrante: JUAN MANUEL SOTELO ESTEVEZ Data Nascimento: 22/10/1968 Passaporte: PAL176234 País: ESPANHA Imigrante: CHRIS BUCKLEY Data Nascimento: 08/12/1976 Passaporte: 566868045 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.017294/2022-71 Requerente: MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 29 Dias Imigrante: MASASHI ICHIKAWA Data Nascimento: 14/08/1967 Passaporte: TS1291289 País: JAPÃO.

Processo: 08228.017310/2022-24 Requerente: BRUNEL ENERGY SERVICOS LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: Hilario III Afunggol Villarico Data Nascimento: 27/10/1971 Passaporte: P7267133A País: FILIPINAS.

Processo: 08228.017337/2022-17 Requerente: CRC-EVANS PIH SERVICOS DE TUBULACAO DO BRASIL LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: LUKE ANDREW SLATER Data Nascimento: 06/05/1997 Passaporte: 528026247 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.017302/2022-88 Requerente: HITACHI ASTEMO MANAUS CHASSIS SYSTEMS LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: NAOKI FUJISAKI Data Nascimento: 11/06/1987 Passaporte: TT1339926 País: JAPÃO.

Processo: 08228.017304/2022-77 Requerente: SANY IMPORTACAO E EXPORTACAO DA AMERICA DO SUL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: JIE XIA Data Nascimento: 10/05/1995 Passaporte: E63571418 País: CHINA.

Processo: 08228.017308/2022-55 Requerente: KRONES DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: Kevin Kratzer Data Nascimento: 08/02/1992 Passaporte: CG97H5T3H País: ALEMANHA.

Processo: 08228.017312/2022-13 Requerente: OPERACOES MARITIMAS EM MAR PROFUNDO BRASILEIRO LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: Daniel Porter Jones Data Nascimento: 12/02/1983 Passaporte: 554222792 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.017313/2022-68 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 01 Ano Imigrante: MICHEL ROGER GRANIER Data Nascimento: 23/11/1977 Passaporte: 13FV32278 País: FRANÇA.

Processo: 08228.017323/2022-11 Requerente: OPERACOES MARITIMAS EM MAR PROFUNDO BRASILEIRO LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: Ranier Peter Madrigal Vivas Data Nascimento: 10/11/1994 Passaporte: P1813537C País: FILIPINAS.

Processo: 08228.017325/2022-92 Requerente: OPERACOES MARITIMAS EM MAR PROFUNDO BRASILEIRO LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: John Paul Mabitasan Viduya Data Nascimento: 29/01/1999 Passaporte: P5815433B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.017346/2022-16 Requerente: HALLIBURTON PRODUTOS LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: RODRIGO ARANA SAINZ Data Nascimento: 05/09/1982 Passaporte: 4093004 País: BOLÍVIA.

Processo: 08228.017344/2022-19 Requerente: AUTONEUM BRASIL TEXTEIS ACUSTICOS LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: JIAN ZHANG Data Nascimento: 04/07/1971 Passaporte: EJ6169910 País: CHINA.

Processo: 08228.017347/2022-52 Requerente: AUTONEUM BRASIL TEXTEIS ACUSTICOS LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: XIAOBO SHENG Data Nascimento: 22/09/1986 Passaporte: E91057758 País: CHINA.

Processo: 08228.017382/2022-71 Requerente: KARPOWERSHIP BRASIL ENERGIA LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: CENGIZ SIMSEK Data Nascimento: 19/05/1991 Passaporte: U12933679 País: TURQUIA.

Processo: 08228.017384/2022-61 Requerente: KARPOWERSHIP BRASIL ENERGIA LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: HAKAN ARSLAN Data Nascimento: 15/07/1992 Passaporte: U11840275 País: TURQUIA.

Processo: 08228.017388/2022-49 Requerente: KARPOWERSHIP BRASIL ENERGIA LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: STEFAN RICHARD FICHTEL Data Nascimento: 17/02/1982 Passaporte: CGPGLZMMX País: TURQUIA.

Processo: 08228.017392/2022-15 Requerente: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: SEONGJIN AN Data Nascimento: 07/05/1991 Passaporte: M702K1161 País: CORÉIA DO SUL.

Processo: 08228.017393/2022-51 Requerente: HYUNDAI MOTOR BRASIL MONTADORA DE AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: JONGHOON HAN Data Nascimento: 14/06/1971 Passaporte: M26068829 País: CORÉIA DO SUL.

Processo: 08228.017395/2022-41 Requerente: CJ DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: JAEIN AN Data Nascimento: 28/01/1961 Passaporte: M25158083 País: CORÉIA DO SUL.

Processo: 08228.017464/2022-16 Requerente: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: Mark Edward Alan Bower Data Nascimento: 26/01/1990 Passaporte: 534386640 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.017419/2022-61 Requerente: LM WIND POWER DO BRASIL S.A. Prazo: 180 Dias Imigrante: James William Olive Data Nascimento: 27/04/1981 Passaporte: 124750508 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.017466/2022-13 Requerente: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: THIBAULT GREGORY EON Data Nascimento: 02/04/1985 Passaporte: 18DC59269 País: FRANÇA.

Processo: 08228.017472/2022-62 Requerente: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: Ali Milad Ali Abo Ala Data Nascimento: 17/02/1975 Passaporte: J5PHN4H3 País: LÍBIA.

Processo: 08228.017469/2022-49 Requerente: MCDERMOTT SERVICOS OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: MANFRED KROH Data Nascimento: 09/08/1978 Passaporte: P1117835 País: NAMÍBIA Imigrante: SCOTT TREWHITT Data Nascimento: 22/12/1986 Passaporte: 534546115 País: GRÃ-BRETANHA Imigrante: EFENDY RIANTO HUTAHAEAN Data Nascimento: 01/12/1981 Passaporte: C0874152 País: INDONÉSIA.

Processo: 08228.017439/2022-32 Requerente: EMBRAER S.A. Prazo: 1 Ano Imigrante: Phusanisa Prumprueg Data Nascimento: 02/08/1996 Passaporte: 36600916 País: SUÉCIA.

Processo: 08228.017441/2022-11 Requerente: GREINER BIO-ONE BRASIL PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Jakob Wenzl Data Nascimento: 25/06/1996 Passaporte: U4673470 País: ÁUSTRIA.

Processo: 08228.017465/2022-61 Requerente: 4U CONSTRUCOES LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: JESUS MARCOS DURAN REVELO Data Nascimento: 22/11/1981 Passaporte: G30376930 País: MÉXICO.

Processo: 08228.017480/2022-17 Requerente: TT STEEL DO BRASIL INDUSTRIA METALURGICA LTDA. Prazo: 01 Ano Imigrante: NAOYUKI KATSURADA Data Nascimento: 21/05/1968 Passaporte: TT1771345 País: JAPÃO.

Processo: 08228.017484/2022-97 Requerente: KIM NETO INDUSTRIA E COMERCIO DE PANIFICACAO LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: Matej Kovic Data Nascimento: 14/03/1989 Passaporte: PB1408035 País: ESLOVÊNIA.

Processo: 08228.017486/2022-86 Requerente: PLEM - COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO EIRELI Prazo: 180 Dias Imigrante: GIANLUCA ETERI Data Nascimento: 19/02/1967 Passaporte: YA7512795 País: ITÁLIA.

Processo: 08228.017489/2022-11 Requerente: PLEM - COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO EIRELI Prazo: 180 Dias Imigrante: JOSE JULIAN CONTRERAS SOLANO Data Nascimento: 30/07/1996 Passaporte: NO0946363 País: MÉXICO.

Processo: 08228.017491/2022-99 Requerente: PLEM - COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO EIRELI Prazo: 180 Dias Imigrante: KEVIN ADAME DOMINGUEZ Data Nascimento: 13/07/1998 Passaporte: N04975380 País: MÉXICO.

Processo: 08228.017494/2022-22 Requerente: OPERACOES MARITIMAS EM MAR PROFUNDO BRASILEIRO LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Lai Cheah Hwa Data Nascimento: 03/10/1972 Passaporte: K2532051P País: CINGAPURA.

Processo: 08228.017507/2022-63 Requerente: GUARA-NORTE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: John Wallace Barnes Data Nascimento: 20/10/1982 Passaporte: 563384832 País: REINO UNIDO.

Processo: 08228.017537/2022-71 Requerente: PLEM - COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO EIRELI Prazo: 180 Dias Imigrante: LORENZO ROTELLI Data Nascimento: 03/08/1999 Passaporte: YB5859170 País: ITÁLIA.

Processo: 08228.017538/2022-14 Requerente: PLEM - COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO EIRELI Prazo: 180 Dias Imigrante: MASSIMILIANO SUTTI Data Nascimento: 01/10/1977 Passaporte: YA6344884 País: ITÁLIA.

Processo: 08228.017540/2022-93 Requerente: PLEM - COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO EIRELI Prazo: 180 Dias Imigrante: MATTEO ORLANDELLI Data Nascimento: 30/07/1973 Passaporte: YB4058692 País: ITÁLIA.

Processo: 08228.017543/2022-27 Requerente: PLEM - COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO EIRELI Prazo: 180 Dias Imigrante: MICHELE IASCHI Data Nascimento: 28/05/1984 Passaporte: YB5859442 País: ITÁLIA.

Processo: 08228.017544/2022-71 Requerente: GUARA-NORTE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: Christopher Malcom Dix Data Nascimento: 31/08/1960 Passaporte: 560619323 País: REINO UNIDO.

Processo: 08228.017546/2022-61 Requerente: PLEM - COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO EIRELI Prazo: 180 Dias Imigrante: ROBERTO EKENE AMADI Data Nascimento: 15/04/1999 Passaporte: YB7103008 País: ITÁLIA.

Processo: 08228.017547/2022-13 Requerente: PLEM - COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO EIRELI Prazo: 180 Dias Imigrante: SPENCER ALVIN DE VILLA PAREL Data Nascimento: 18/04/1986 Passaporte: YB8565588 País: ITÁLIA.

Processo: 08228.017548/2022-51 Requerente: PLEM - COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO EIRELI Prazo: 180 Dias Imigrante: ULISES MARTINEZ SOTO Data Nascimento: 27/08/1990 Passaporte: G22371633 País: MÉXICO.

Processo: 08228.017549/2022-11 Requerente: AMETEK DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Joseph Gerard Lukas Data Nascimento: 22/06/1966 Passaporte: 676238135 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.017587/2022-57 Requerente: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: Vania Gabriela Gonzalez Hernandez Data Nascimento: 12/01/1996 Passaporte: G35499237 País: MÉXICO.

Processo: 08228.017553/2022-62 Requerente: SIEMENS GAMESA ENERGIA RENOVAVEL LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: SERGIO MARTINEZ PEREZ Data Nascimento: 13/09/1975 Passaporte: PAO592048 País: ESPANHA.

Processo: 08228.017561/2022-17 Requerente: MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: TAKUMA OKONOGI Data Nascimento: 11/09/1976 Passaporte: TS0614637 País: JAPÃO.

Processo: 08228.017567/2022-86 Requerente: FOXCONN BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: CHANGHUI HOU Data Nascimento: 16/01/1987 Passaporte: EJ4035467 País: CHINA Imigrante: SHIYONG OUYANG Data Nascimento: 24/06/1983 Passaporte: EH4059001 País: CHINA.

Processo: 08228.017565/2022-97 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Jacek Guzowski Data Nascimento: 05/05/1981 Passaporte: EG1542921 País: POLÔNIA.

Processo: 08228.017590/2022-71 Requerente: VALMET CELULOSE, PAPEL E ENERGIA LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Pentti Olavi Harjula Data Nascimento: 04/09/1964 Passaporte: FP4375361 País: FINLÂNDIA.

Processo: 08228.017571/2022-44 Requerente: GUARA-NORTE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: Timothy Paul Brooke Data Nascimento: 06/08/1963 Passaporte: 124840888 País: REINO UNIDO.

Processo: 08228.017574/2022-88 Requerente: WESTROCK, CELULOSE, PAPEL E EMBALAGENS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: David Douglas Patchin Data Nascimento: 25/03/1968 Passaporte: 507180107 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.017573/2022-33 Requerente: SCANIA LATIN AMERICA LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: GUIDO WALTENBERGER Data Nascimento: 12/06/1964 Passaporte: CGVK3GGT3 País: ALEMANHA.

Processo: 08228.017588/2022-18 Requerente: SBM DO BRASIL LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: Anton Hugo Engelbrecht Data Nascimento: 07/02/1967 Passaporte: A04644037 País: REPÚBL. DA ÁFRICA DO SUL.

Processo: 08228.017625/2022-71 Requerente: CJ DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: KIHYUN KIM Data Nascimento: 03/06/1994 Passaporte: M04530259 País: CORÉIA DO SUL.

Processo: 08228.017626/2022-16 Requerente: CJ DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: ILWOONG NAM Data Nascimento: 22/10/1990 Passaporte: M61465694 País: CORÉIA DO SUL.

Processo: 08228.017697/2022-19 Requerente: ONESUBSEA DO BRASIL SERVICOS SUBMARINOS LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: CARLOS ALBERTO RUEDA GIL Data Nascimento: 21/12/1984 Passaporte: PE161128 País: COLÔMBIA.

Processo: 08228.017698/2022-63 Requerente: MCDERMOTT SERVICOS OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: 01 Ano Imigrante: MICHAEL KING Data Nascimento: 13/04/1990 Passaporte: 125096967 País: GRÃ-BRETANHA Imigrante: PAUL JACKSON Data Nascimento: 17/01/1966 Passaporte: 510575968 País: GRÃ-BRETANHA Imigrante: ROBERT ANTHONY STEPHENSON SHIEL Data Nascimento: 15/10/1985 Passaporte: 543469960 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.017654/2022-33 Requerente: CATERPILLAR BRASIL COMERCIO DE MAQUINAS E PECAS LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: Michael Timothy Grusy Data Nascimento: 13/11/1963 Passaporte: 567010195 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.017661/2022-35 Requerente: SIDEL DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: JONATHAN FLORES BARRALES Data Nascimento: 26/01/1989 Passaporte: G30690170 País: MÉXICO.

Processo: 08228.017659/2022-66 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 01 Ano Imigrante: DEREK ALEXANDER WARD Data Nascimento: 20/02/1954 Passaporte: 123819639 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.017703/2022-38 Requerente: YINSON BORONIA SERVICOS DE OPERACAO LTDA. Prazo: 01 Ano Imigrante: SELLAGAYATHIRI SUPRAMANIAN Data Nascimento: 26/12/1981 Passaporte: A56162986 País: MALÁSIA.

Processo: 08228.017782/2022-87 Requerente: VOLLERT DO BRASIL REPRESENTACAO, COMERCIO E MANUTENCAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Stefan Emilov Nikolov Data Nascimento: 09/09/1974 Passaporte: 385472870 País: BULGÁRIA.

Processo: 08228.017807/2022-42 Requerente: MCDERMOTT SERVICOS OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: AMNAJ PANPA Data Nascimento: 28/02/1980 Passaporte: AB1734978 País: TAILÂNDIA.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 03/2017 (Art. 4º, §1º)

Processo: 08228.018633/2022-35 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: JUERGEN ENRICO RABENSTEIN Data Nascimento: 13/04/1967 Passaporte: C1XVF7C75 País: ALEMANHA.

Processo: 08228.018821/2022-63 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: MATTHIAS DREYER Data Nascimento: 20/02/1968 Passaporte: C1XN6R67J País: ALEMANHA.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 03/2017 (Art. 4º, Caput)

Processo: 08228.018644/2022-15 Requerente: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: Chukwudi Longinus Uramah Data Nascimento: 10/06/1983 Passaporte: A10861317 País: NIGÉRIA.

Processo: 08228.018012/2022-51 Requerente: GASONIA CILINDROS LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: HU LEI Data Nascimento: 24/05/1987 Passaporte: EA8360859 País: CHINA.

Processo: 08228.018192/2022-71 Requerente: FMM PERNAMBUCO COMPONENTES AUTOMOTIVOS LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: Simon Taxer Data Nascimento: 15/06/1977 Passaporte: P8001852 País: ÁUSTRIA.

Processo: 08228.018194/2022-61 Requerente: FMM PERNAMBUCO COMPONENTES AUTOMOTIVOS LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: Thomas Winter Data Nascimento: 30/11/1991 Passaporte: U2889219 País: ÁUSTRIA.

Processo: 08228.018300/2022-14 Requerente: KHS INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: JAN HENRIK SCHNEIDER Data Nascimento: 07/03/1996 Passaporte: C6081XN34 País: ALEMANHA.

Processo: 08228.018380/2022-16 Requerente: SWIFT TECHNICAL SERVICOS TECNICOS ESPECIALIZADOS LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: PETER ADEKUNLE OGUNLUSI Data Nascimento: 15/03/1969 Passaporte: A11839364 País: NIGÉRIA.

Processo: 08228.018462/2022-44 Requerente: XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: YONG SHI Data Nascimento: 04/11/1975 Passaporte: EJ5333537 País: CHINA.

Processo: 08228.018478/2022-57 Requerente: DANIELI DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: VLADIMIR VUKOV Data Nascimento: 18/05/1984 Passaporte: Nº 016428014 País: SÉRVIA.

Processo: 08228.018479/2022-18 Requerente: DANIELI DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: ANTONIO JURJEVIC Data Nascimento: 12/01/1990 Passaporte: 122664797 País: CROÁCIA.

Processo: 08228.018484/2022-12 Requerente: DANIELI DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: OLEH KOZAK Data Nascimento: 08/12/1989 Passaporte: FX429704 País: UCRÂNIA.

Processo: 08228.018486/2022-11 Requerente: DANIELI DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: HRVOJE KELEMEN Data Nascimento: 16/11/1971 Passaporte: 308559920 País: CROÁCIA.

Processo: 08228.018503/2022-19 Requerente: SCANIA LATIN AMERICA LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: JUAN MANUEL JIMENEZ PRIETO Data Nascimento: 08/02/1963 Passaporte: PAD342308 País: ESPANHA.

Processo: 08228.018507/2022-81 Requerente: VESTAS DO BRASIL ENERGIA EOLICA LTDA Prazo: 90 Dias Imigrante: Abel Alvarado Data Nascimento: 21/12/1989 Passaporte: 568691042 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.018515/2022-27 Requerente: VESTAS DO BRASIL ENERGIA EOLICA LTDA Prazo: 90 Dias Imigrante: Rick Adam Rivera Data Nascimento: 05/01/1987 Passaporte: 660666435 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.018522/2022-29 Requerente: FALCARE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: PAUL GRANT GIBBONS Data Nascimento: 07/01/1967 Passaporte: 511145940 País: REINO UNIDO.

Processo: 08228.018529/2022-41 Requerente: OWENS-ILLINOIS DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: DIEGO FERNANDO VILLA GUEVARA Data Nascimento: 10/01/1964 Passaporte: AQ471770 País: COLÔMBIA.

Processo: 08228.018552/2022-35 Requerente: ROBERT BOSCH LIMITADA Prazo: 180 Dias Imigrante: TORE HENRIK ANJEMO Data Nascimento: 19/03/1967 Passaporte: 96127515 País: SUÉCIA.

Processo: 08228.018568/2022-48 Requerente: ALBRAS ALUMINIO BRASILEIRO S/A Prazo: 180 Dias Imigrante: JAN INGE BUENE Data Nascimento: 11/03/1963 Passaporte: CCC48138 País: NORUEGA.

Processo: 08228.018573/2022-51 Requerente: ALBRAS ALUMINIO BRASILEIRO S/A Prazo: 180 Dias Imigrante: ULRIK HOEL FREDHEIM Data Nascimento: 10/05/1994 Passaporte: 34160466 País: NORUEGA.

Processo: 08228.018574/2022-11 Requerente: ALBRAS ALUMINIO BRASILEIRO S/A Prazo: 180 Dias Imigrante: Joerund Gimmestad Hop Data Nascimento: 06/12/1972 Passaporte: 33594535 País: NORUEGA.

Processo: 08228.018577/2022-39 Requerente: ALBRAS ALUMINIO BRASILEIRO S/A Prazo: 180 Dias Imigrante: Jimmy Johansen Data Nascimento: 30/01/1967 Passaporte: 32234393 País: NORUEGA.

Processo: 08228.018588/2022-19 Requerente: DURO FELGUERA DO BRASIL DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: Dario Manuel Cueva Nuñez Data Nascimento: 19/11/1977 Passaporte: PAL481286 País: ESPANHA.

Processo: 08228.018664/2022-96 Requerente: FMM PERNAMBUCO COMPONENTES AUTOMOTIVOS LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: PATRICK SCHMOLL Data Nascimento: 08/09/1995 Passaporte: CFWXFY258 País: ALEMANHA.

Processo: 08228.018605/2022-18 Requerente: SIEMENS ENERGY BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: Efren Salas Martinez Data Nascimento: 28/05/1962 Passaporte: G26365781 País: MÉXICO.

Processo: 08228.018629/2022-77 Requerente: VESTAS DO BRASIL ENERGIA EOLICA LTDA Prazo: 90 Dias Imigrante: Brett Anthony Yamada Data Nascimento: 18/01/1969 Passaporte: 563196658 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.018645/2022-61 Requerente: VESTAS DO BRASIL ENERGIA EOLICA LTDA Prazo: 90 Dias Imigrante: Nathan Michael Keller Data Nascimento: 09/05/1986 Passaporte: 556092738 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.018688/2022-45 Requerente: OLAM AGRICOLA LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: JOHN STENFELDT MADSEN Data Nascimento: 11/06/1965 Passaporte: 214219762 País: DINAMARCA.

Processo: 08228.018690/2022-14 Requerente: ALBRAS ALUMINIO BRASILEIRO S/A Prazo: 180 Dias Imigrante: Vidar Lomheim Data Nascimento: 11/03/1968 Passaporte: 33331129 País: NORUEGA.

Processo: 08228.018707/2022-33 Requerente: ALBRAS ALUMINIO BRASILEIRO S/A Prazo: 180 Dias Imigrante: Ann Helen Mahle Data Nascimento: 08/11/1964 Passaporte: CCC717898 País: NORUEGA.

Processo: 08228.018789/2022-16 Requerente: SCANIA LATIN AMERICA LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: HANS DAVID GUDMUNDS Data Nascimento: 26/10/1964 Passaporte: 94627706 País: SUÉCIA.

Processo: 08228.018791/2022-95 Requerente: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: Michael Hugh Richmond Data Nascimento: 17/11/1972 Passaporte: 535019648 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.018867/2022-82 Requerente: COBRA BRASIL SERVICOS, COMUNICACOES E ENERGIA S.A. Prazo: 180 Dias Imigrante: ANTONIO MANUEL RAYA RAYA Data Nascimento: 07/01/1986 Passaporte: PAP293177 País: ESPANHA.

Processo: 08228.018949/2022-27 Requerente: FMM PERNAMBUCO COMPONENTES AUTOMOTIVOS LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: Hannes Helpferer Data Nascimento: 29/08/1978 Passaporte: P8062058 País: ÁUSTRIA.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 04/2017

Processo: 08228.016429/2022-81 Requerente: SWIFT TECHNICAL SERVICOS TECNICOS ESPECIALIZADOS LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: CHARLES EDWARD WHITE Data Nascimento: 03/05/1978 Passaporte: 488394595 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.016439/2022-15 Requerente: SAAB BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: KARL-ERIK HILDEMAR SVANTE SVANTESSON Data Nascimento: 12/06/1962 Passaporte: AA16911 30 País: SUÉCIA.

Processo: 08228.016993/2022-19 Requerente: BGP BRASIL SERVICOS E EQUIPAMENTOS GEOFISICOS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: YUE LIU Data Nascimento: 16/10/1977 Passaporte: PE2157876 País: CHINA.

Processo: 08228.017068/2022-99 Requerente: TATA CONSULTANCY SERVICES DO BRASIL LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: DEBASIS SENAPATI Data Nascimento: 25/04/1995 Passaporte: N6838356 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.017135/2022-75 Requerente: TATA CONSULTANCY SERVICES DO BRASIL LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: ADITI PODDAR Data Nascimento: 24/11/1992 Passaporte: R8363755 País: ÍNDIA.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 05/2017

Processo: 08228.018391/2022-81 Requerente: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: EWAN JOHN MILNE Data Nascimento: 11/03/2002 Passaporte: PB5613032 País: AUSTRÁLIA.

Processo: 08228.018431/2022-93 Requerente: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: GIOACCHINO PALADINO Data Nascimento: 28/04/1983 Passaporte: YB7512896 País: ITÁLIA.

Processo: 08228.018536/2022-42 Requerente: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: NUNO MIGUEL GONÇALVES DA COSTA CALAPEZ VICENTE Data Nascimento: 06/11/1973 Passaporte: CC480723 País: PORTUGAL Imigrante: DOMENICO BUETI Data Nascimento: 23/09/1978 Passaporte: YB9224362 País: ITÁLIA Imigrante: CLARA ALONSO TOFE Data Nascimento: 15/06/1989 Passaporte: PAJ695690 País: ESPANHA Imigrante: SALVATORE GAROZZO Data Nascimento: 12/02/1982 Passaporte: YC0620418 País: ITÁLIA Imigrante: NICOLETA RADVAN Data Nascimento: 03/10/1977 Passaporte: 060239896 País: ROMÊNIA Imigrante: ARIEL ISIDRO MEJIA SEVERINO Data Nascimento: 26/05/1979 Passaporte: RD7158840 País: REPÚBLICA DOMINICANA.

Processo: 08228.018673/2022-87 Requerente: SHIPLOG SERVICOS DE AGENCIAMENTO MARITIMO E LOGISTICA LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Alexander Gorlenko Data Nascimento: 26/05/1948 Passaporte: 753877476 País: RÚSSIA.

Processo: 08228.018702/2022-19 Requerente: COSTA CRUZEIROS AGENCIA MARITIMA E TURISMO LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: GABRIELE TROVATO Data Nascimento: 21/08/1989 Passaporte: YA9672567 País: ITÁLIA Imigrante: FRANCESCA ORTISI Data Nascimento: 16/06/1995 Passaporte: YA9712922 País: ITÁLIA Imigrante: LORENZO MACCIOCCA Data Nascimento: 28/12/2000 Passaporte: YB9061886 País: ITÁLIA.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 06/2017

Processo: 08228.017122/2022-12 Requerente: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 01/11/2023 Imigrante: WILFRED VALERA PASCUAL Data Nascimento: 12/05/1981 Passaporte: P1978695B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.014916/2022-16 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 27/09/2023 Imigrante: ASLAN BAKURIDZE Data Nascimento: 01/01/1987 Passaporte: 20AD28512 País: GEÓRGIA.

Processo: 08228.015480/2022-74 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 27/08/2023 Imigrante: STEFAN MANOLACHE Data Nascimento: 15/06/1991 Passaporte: 59739427 País: ROMÊNIA.

Processo: 08228.015495/2022-32 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 02 Anos Imigrante: OMAR JIM CABRIDO CASTELLON Data Nascimento: 10/10/1968 Passaporte: P8532149B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.016325/2022-75 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 30/09/2023 Imigrante: ARVIN JOHN ESCANDOR RAZONABLE Data Nascimento: 29/09/1986 Passaporte: P6074768B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.016691/2022-24 Requerente: PETRO RIO JAGUAR PETROLEO LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: RAJASEKAR THANGARAJ Data Nascimento: 04/06/1984 Passaporte: M0705212 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.016985/2022-56 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Anos Imigrante: MUHAMMAD SALMAN BIN ROSLI Data Nascimento: 04/09/1988 Passaporte: A52896808 País: MALÁSIA.

Processo: 08228.016986/2022-17 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 02 Anos Imigrante: GLENN TANCUACO BAJAO Data Nascimento: 18/03/1974 Passaporte: P8787249A País: FILIPINAS.

Processo: 08228.016988/2022-91 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 02 Anos Imigrante: JEROME BURGOS OBREGON Data Nascimento: 24/03/1975 Passaporte: P7204154A País: FILIPINAS.

Processo: 08228.016989/2022-34 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Anos Imigrante: SHAHIRUL IMAN BIN SHAHARUDIN Data Nascimento: 30/10/1994 Passaporte: A51510674 País: MALÁSIA.

Processo: 08228.017060/2022-22 Requerente: POSIDONIA SHIPPING & TRADING LTDA Prazo: 24/01/2024 Imigrante: Anthony Galo Mulle Data Nascimento: 11/08/1977 Passaporte: P6241439B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.016990/2022-69 Requerente: PGS SUPORTE LOGISTICO E SERVICOS LTDA Prazo: 26/03/2023 Imigrante: SORIN GROSARIU Data Nascimento: 29/09/1966 Passaporte: 056971426 País: ROMÊNIA.

Processo: 08228.016992/2022-58 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 17/03/2023 Imigrante: ERIC BOISER QUIRONG Data Nascimento: 05/07/1978 Passaporte: P6351098A País: FILIPINAS.

Processo: 08228.017056/2022-64 Requerente: POSIDONIA SHIPPING & TRADING LTDA Prazo: 24/01/2024 Imigrante: Edmund Felipe Teodosio Data Nascimento: 06/10/1975 Passaporte: P0535020C País: FILIPINAS.

Processo: 08228.016998/2022-25 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 22/08/2024 Imigrante: Dirk Broere Data Nascimento: 27/11/1966 Passaporte: BCJ72BP16 País: HOLANDA.

Processo: 08228.017038/2022-82 Requerente: MCDERMOTT SERVICOS OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: 28/10/2023 Imigrante: MAUNG AUNG MON Data Nascimento: 13/01/1963 Passaporte: MF200949 País: MIANMAR Imigrante: LINCON INTAI FREDERICK AKI Data Nascimento: 13/01/1991 Passaporte: K54438150 País: MALÁSIA Imigrante: ZIN MIN Data Nascimento: 05/09/1989 Passaporte: MF662540 País: MIANMAR Imigrante: GOMER TOLEDO MORAÑA Data Nascimento: 11/10/1977 Passaporte: P0913069B País: FILIPINAS Imigrante: TYRON KRISTOFFER LAXAMANA ESTACIO Data Nascimento: 28/01/1976 Passaporte: P5945291A País: FILIPINAS Imigrante: FRANCIS BUDA ANAK JOSEPH Data Nascimento: 26/01/1993 Passaporte: K54434780 País: MALÁSIA Imigrante: EDDIE OLIVA SILVERIO Data Nascimento: 06/09/1978 Passaporte: P8993249B País: FILIPINAS Imigrante: JIMBUN ANAK RANGGAU Data Nascimento: 27/10/1976 Passaporte: K54994644 País: MALÁSIA Imigrante: JOSHUA EMPIN ANAK GRAMAN Data Nascimento: 09/10/1997 Passaporte: K54438680 País: MALÁSIA Imigrante: KAVINTHIRAN PALANISAMY Data Nascimento: 03/12/1990 Passaporte: A55176214 País: MALÁSIA.

Processo: 08228.017001/2022-54 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 22/08/2024 Imigrante: Bengt Eiulf Pedersen Data Nascimento: 02/09/1971 Passaporte: CCF177654 País: NORUEGA.

Processo: 08228.017004/2022-98 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 22/08/2024 Imigrante: Szymon Sieradzki Data Nascimento: 11/05/1983 Passaporte: EU5555554 País: POLÔNIA.

Processo: 08228.017010/2022-45 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 22/08/2024 Imigrante: Dan-Sebastian Rotaru Data Nascimento: 05/06/1998 Passaporte: 56951036 País: ROMÊNIA.

Processo: 08228.017008/2022-76 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 22/08/2024 Imigrante: JAMES STEWART BOYD Data Nascimento: 09/03/1987 Passaporte: 511222439 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.017011/2022-91 Requerente: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 01/11/2023 Imigrante: ROBERT VIRGIL SHAW Data Nascimento: 17/10/1981 Passaporte: 578754674 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.017026/2022-58 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 22/08/2024 Imigrante: Ummer Pathil Data Nascimento: 01/04/1973 Passaporte: Z4135338 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.017028/2022-47 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 22/08/2024 Imigrante: Raducu-Constantin Ianculescu Data Nascimento: 14/11/1967 Passaporte: 058729025 País: ROMÊNIA.

Processo: 08228.017036/2022-93 Requerente: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 01/11/2023 Imigrante: ANDREW SEAN MACBETH Data Nascimento: 13/11/1985 Passaporte: 133609727 País: REINO UNIDO.

Processo: 08228.017033/2022-51 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 22/08/2024 Imigrante: Neil Lavan Data Nascimento: 24/10/1986 Passaporte: 538472959 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.017034/2022-11 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 22/08/2024 Imigrante: Wlodzimierz Michal Kaflowski Data Nascimento: 26/12/1969 Passaporte: EU0000336 País: POLÔNIA.

Processo: 08228.017040/2022-51 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 22/08/2024 Imigrante: Marcin Michal Tantala Data Nascimento: 23/04/1987 Passaporte: EU1419599 País: POLÔNIA.

Processo: 08228.017111/2022-16 Requerente: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 01/11/2023 Imigrante: RASMUS JOHANSEN Data Nascimento: 08/08/1981 Passaporte: 212392471 País: DINAMARCA.

Processo: 08228.017050/2022-97 Requerente: SAPURA NAVEGACAO MARITIMA S.A. Prazo: 11/08/2024 Imigrante: Daniel Jerzy Kowalski Data Nascimento: 22/10/1974 Passaporte: EK6941039 País: POLÔNIA.

Processo: 08228.017048/2022-18 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 22/08/2024 Imigrante: Kyron Dudley Kynoch Data Nascimento: 23/04/1989 Passaporte: 517573501 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.017057/2022-17 Requerente: COMPANHIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: 06/02/2023 Imigrante: Samit Chakravarty Data Nascimento: 21/11/1974 Passaporte: Z5114851 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.017055/2022-11 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 22/08/2024 Imigrante: Ian Heddle Data Nascimento: 21/03/1963 Passaporte: 124279511 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.017059/2022-14 Requerente: SAPURA NAVEGACAO MARITIMA S.A. Prazo: 11/08/2024 Imigrante: Jeffrey Tapalla Mendiola Data Nascimento: 29/01/1980 Passaporte: P1443454B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.017061/2022-77 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 22/08/2024 Imigrante: Tomas Peter Lindsay McIntyre Data Nascimento: 10/03/1982 Passaporte: HN337208 País: CANADÁ.

Processo: 08228.017067/2022-44 Requerente: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: József István Kristó Data Nascimento: 06/10/1958 Passaporte: NVBK082L0 País: HOLANDA Imigrante: Huig van Duijn Data Nascimento: 07/09/1965 Passaporte: BU34PLCJ5 País: HOLANDA.

Processo: 08228.017090/2022-39 Requerente: FARSTAD SHIPPING LTDA Prazo: 31/12/2023 Imigrante: PETER FRANCIS HORNBY Data Nascimento: 02/09/1982 Passaporte: 544209963 País: REINO UNIDO Imigrante: MICHAL ZYGMUNT WIELGUS Data Nascimento: 20/03/1985 Passaporte: EM2366278 País: POLÔNIA Imigrante: SEAN MURRAY FRASER Data Nascimento: 21/09/1983 Passaporte: 511115645 País: REINO UNIDO Imigrante: CALUM IAIN MACLEOD Data Nascimento: 03/04/1991 Passaporte: 128000409 País: REINO UNIDO Imigrante: FABIEN JULIEN REY Data Nascimento: 21/10/1977 Passaporte: 17FA09435 País: FRANÇA Imigrante: HOWARD MCMINN Data Nascimento: 26/03/1982 Passaporte: 510889720 País: REINO UNIDO Imigrante: WILLIAM JAMES ROWE Data Nascimento: 21/07/1989 Passaporte: 556848563 País: REINO UNIDO Imigrante: LEE RAYMOND LEWIS HENDRICKS Data Nascimento: 20/05/1975 Passaporte: 554032780 País: REINO UNIDO Imigrante: DARKO CAKARDIC Data Nascimento: 11/10/1976 Passaporte: 017166162 País: CROÁCIA.

Processo: 08228.017109/2022-47 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 05/06/2024 Imigrante: JOVITO JR. HUESCA EDJAN Data Nascimento: 18/06/1984 Passaporte: P6340598A País: FILIPINAS.

Processo: 08228.017115/2022-11 Requerente: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 01/11/2023 Imigrante: JOHN WILLIAM NEIL Data Nascimento: 14/03/1973 Passaporte: 576104388 País: REINO UNIDO.

Processo: 08228.017119/2022-82 Requerente: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 01/11/2023 Imigrante: HENRIK FOGELBERG BLUME Data Nascimento: 08/04/1993 Passaporte: 208123451 País: DINAMARCA.

Processo: 08228.017121/2022-51 Requerente: SAPURA NAVEGACAO MARITIMA S.A. Prazo: 11/08/2024 Imigrante: Andrejs Volkovs Data Nascimento: 17/02/1977 Passaporte: LV5524284 País: LETÔNIA.

Processo: 08228.017125/2022-31 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 22/08/2024 Imigrante: Mark Robert Coverdale Data Nascimento: 24/05/1973 Passaporte: PB3913832 País: AUSTRÁLIA.

Processo: 08228.017129/2022-18 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 22/08/2024 Imigrante: WOJCIECH ZBIGNIEW STOCHAJ Data Nascimento: 04/11/1974 Passaporte: ET7973614 País: POLÔNIA.

Processo: 08228.017174/2022-72 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Joergen Solenby Sundvoll Data Nascimento: 04/04/2000 Passaporte: 33055699 País: NORUEGA.

Processo: 08228.017158/2022-81 Requerente: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 01/06/2024 Imigrante: Muhammad Fatur Rachman Data Nascimento: 18/03/1988 Passaporte: C4972663 País: INDONÉSIA.

Processo: 08228.017170/2022-94 Requerente: AET BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Rakesh Kumar Singh Data Nascimento: 01/08/1975 Passaporte: Z3603038 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.017179/2022-11 Requerente: EXCELERATE ENERGY COMERCIALIZADORA DE GAS NATURAL LTDA. Prazo: 31/12/2023 Imigrante: MARK SHANE CELOSIA TATOY Data Nascimento: 29/05/1993 Passaporte: P7270113B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.017181/2022-74 Requerente: FARSTAD SHIPPING LTDA Prazo: 31/12/2023 Imigrante: JAMIE WILLIAM BUCHAN Data Nascimento: 11/02/1999 Passaporte: 548165359 País: REINO UNIDO.

Processo: 08228.017197/2022-87 Requerente: FARSTAD SHIPPING LTDA Prazo: 31/12/2023 Imigrante: EGIL SOLBERG Data Nascimento: 30/06/1966 Passaporte: CCF134225 País: NORUEGA Imigrante: KNUT ERIK KRISTIANSEN Data Nascimento: 29/08/1960 Passaporte: CCC833913 País: NORUEGA Imigrante: LARS EK Data Nascimento: 13/06/1972 Passaporte: CCC629444 País: NORUEGA.

Processo: 08228.018239/2022-13 Requerente: AET BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 06/10/2024 Imigrante: Mohammad Faisal Data Nascimento: 11/02/1994 Passaporte: Z6490238 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.017213/2022-31 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 11/05/2023 Imigrante: JANIS PETERSONS Data Nascimento: 16/05/1980 Passaporte: LV5317539 País: LETÔNIA.

Processo: 08228.017216/2022-75 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 02 Anos Imigrante: APOSTOLOS TOUTZIRAKIS Data Nascimento: 23/07/1962 Passaporte: AT0091472 País: GRÉCIA.

Processo: 08228.017218/2022-64 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 02 Anos Imigrante: JERWIN GALANG MAGCALE Data Nascimento: 21/07/1983 Passaporte: P3487565B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.017233/2022-11 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 22/08/2024 Imigrante: Julian Leslie Hull Data Nascimento: 28/07/1971 Passaporte: 554073579 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.017234/2022-57 Requerente: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 01/11/2023 Imigrante: JOHANNES PLOUG SARP Data Nascimento: 04/07/1974 Passaporte: 207633736 País: DINAMARCA.

Processo: 08228.017241/2022-59 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 17/03/2023 Imigrante: RAYMOND VALOIS AMOROSO Data Nascimento: 03/12/1975 Passaporte: P0267938B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.017245/2022-37 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 17/03/2023 Imigrante: MARC JENRO RAMOS RAMBOYONG Data Nascimento: 11/09/1996 Passaporte: P6033888B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.017268/2022-41 Requerente: AET BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Reynaldo Mulle Santillan Data Nascimento: 08/05/1975 Passaporte: P3616275B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.017257/2022-61 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 22/08/2024 Imigrante: Hugh McCabe Data Nascimento: 07/10/1961 Passaporte: 564066617 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.017267/2022-13 Requerente: JANEIRO OFFSHORE CONSULTORIA LTDA Prazo: 29/05/2024 Imigrante: Manuel Alejandro Martinez Castellanos Data Nascimento: 27/08/1984 Passaporte: N01795503 País: MÉXICO.

Processo: 08228.017278/2022-87 Requerente: RIO NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 26/07/2023 Imigrante: NIKOLAY GLINKO Data Nascimento: 25/11/1970 Passaporte: 729004028 País: RÚSSIA Imigrante: ALEXANDER KOROBKO Data Nascimento: 08/12/1961 Passaporte: 763808441 País: RÚSSIA.

Processo: 08228.017280/2022-56 Requerente: PGS SUPORTE LOGISTICO E SERVICOS LTDA Prazo: 26/03/2023 Imigrante: GARY JOHN REID Data Nascimento: 10/10/1973 Passaporte: 562058300 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.017318/2022-91 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 22/08/2024 Imigrante: Philippa Kay Whalley Data Nascimento: 03/01/1991 Passaporte: 560795492 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.017317/2022-46 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 05/06/2024 Imigrante: HAMZAH MAHMOOD IQBAL Data Nascimento: 01/03/1991 Passaporte: 128682673 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.017320/2022-61 Requerente: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 31/12/2023 Imigrante: Roberto Sannino Data Nascimento: 03/05/1998 Passaporte: YB0752324 País: ITÁLIA Imigrante: Emmanuel John Umoh Data Nascimento: 31/07/1986 Passaporte: B00323870 País: NIGÉRIA.

Processo: 08228.017321/2022-12 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 05/06/2024 Imigrante: LEIF-ERIK SOLHEIM AARLAND Data Nascimento: 10/10/1989 Passaporte: 31525189 País: NORUEGA.

Processo: 08228.017322/2022-59 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 22/08/2024 Imigrante: Juing Anak Lonsa Data Nascimento: 18/02/1972 Passaporte: K52245510 País: MALÁSIA.

Processo: 08228.017324/2022-48 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 02 Anos Imigrante: GARY AYRE Data Nascimento: 02/06/1961 Passaporte: 124231292 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.017327/2022-81 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 02 Anos Imigrante: IAIN LESLIE CRUICKSHANK Data Nascimento: 17/08/1970 Passaporte: 504678787 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.017333/2022-39 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 27/09/2023 Imigrante: GRIGORIY KOROTENKO Data Nascimento: 15/05/1988 Passaporte: 76 3882148 País: RÚSSIA.

Processo: 08228.017348/2022-13 Requerente: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 31/12/2023 Imigrante: Anis Anak Enin Data Nascimento: 03/02/1977 Passaporte: K52596550 País: MALÁSIA Imigrante: Unchick Anak Jampang Data Nascimento: 04/07/1960 Passaporte: K54985535 País: MALÁSIA Imigrante: Nurie Anak Bakir Data Nascimento: 22/12/1971 Passaporte: K54129311 País: MALÁSIA Imigrante: Apal Anak Enggong Data Nascimento: 06/10/1979 Passaporte: K54986551 País: MALÁSIA.

Processo: 08228.017353/2022-18 Requerente: AET BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Ray-An Espenilla Perito Data Nascimento: 02/09/1986 Passaporte: P4664383B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.017442/2022-56 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 02 Anos Imigrante: LUKASZ PATRYK DZIUBA Data Nascimento: 30/08/1984 Passaporte: EL5917663 País: POLÔNIA.

Processo: 08228.017596/2022-48 Requerente: ALTERA DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 27/06/2023 Imigrante: Kimberly Jean Retamas Callao Data Nascimento: 05/09/1998 Passaporte: P7307646B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.017612/2022-19 Requerente: FARSTAD SHIPPING LTDA Prazo: 31/12/2023 Imigrante: KEVIN WILLIAM HEPBURN Data Nascimento: 24/07/1981 Passaporte: 548428844 País: REINO UNIDO Imigrante: JAMIE EWAN BUCHAN Data Nascimento: 27/04/1984 Passaporte: 534875862 País: REINO UNIDO.

Processo: 08228.017620/2022-49 Requerente: DTA ENGENHARIA LTDA Prazo: 10/05/2023 Imigrante: JOSE BENITO VILLAVERDE FERNANDEZ Data Nascimento: 29/10/1974 Passaporte: PAJ603335 País: ESPANHA.

Processo: 08228.017629/2022-51 Requerente: PGS SUPORTE LOGISTICO E SERVICOS LTDA Prazo: 12/02/2023 Imigrante: VIN RONEL DANGARAN CABALLERO Data Nascimento: 05/04/1990 Passaporte: P8964991B País: FILIPINAS.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 11/2017 (Art. 2º, Inc I)

Processo: 08228.016597/2022-75 Requerente: SEAVIEW INCORPORACOES E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: JEAN-LUC CHRISTOPHE BALD Data Nascimento: 04/10/1968 Passaporte: 14DH41399 País: FRANÇA.

Processo: 08228.017252/2022-39 Requerente: NIPPON STEEL AMERICA DO SUL LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: KENTA EURA Data Nascimento: 06/06/1993 Passaporte: TR 7.994.559 País: JAPÃO.

Processo: 08228.017263/2022-19 Requerente: DANONE LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: OLAF ARMANDO SANCHEZ MEDINA Data Nascimento: 28/08/1980 Passaporte: N04541923 País: MÉXICO.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 11/2017 (Art. 2º, Inc II)

Processo: 08228.017237/2022-91 Requerente: APPEX CAPITAL S.A. Prazo: Indeterminado, condicionado a continuidade da residência à comprovação de haver gerado 10 novos empregos, no mínimo, quando for o caso, Imigrante: CARLOS JORGE PALHINHA D'AVILEZ DA ENCARNAÇÃO Data Nascimento: 01/03/1964 Passaporte: CC215633 País: PORTUGAL.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 12/2017

Processo: 08228.016610/2022-96 Requerente: KARAN BAKHSHI Prazo: Indeterminado Imigrante: KARAN BAKHSHI Data Nascimento: 25/08/1986 Passaporte: HM460290 País: CANADÁ.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 13/2017

Processo: 08228.016294/2022-52 Requerente: CAMPO TOP COMERCIO DE ELETRONICOS LTDA Prazo: Indeterminado, condicionado a continuidade da residência à comprovação da realização do plano de investimento ou de negócios, quando for o caso, Imigrante: SHOUYU HAN Data Nascimento: 08/02/1999 Passaporte: EF4875646 País: CHINA.

Processo: 08228.016642/2022-91 Requerente: SHENGSHI TENGFEI COMERCIO INTERNACIONAL LTDA Prazo: Indeterminado, condicionado a continuidade da residência à comprovação da realização do plano de investimento ou de negócios, quando for o caso, Imigrante: FEI JIAO Data Nascimento: 18/10/1981 Passaporte: E51224392 País: CHINA.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 19/2017

Processo: 08228.016902/2022-29 Requerente: MAKITA DO BRASIL FERRAMENTAS ELETRICAS LTDA Prazo: 24 Meses Imigrante: AKANE TANIGUCHI Data Nascimento: 18/05/1994 Passaporte: TR2683066 País: JAPÃO.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 36/2018 (Art. 2º, Alínea a)

Processo: 08228.016365/2022-17 Requerente: XAVIER DENIS BASTIAN Prazo: 4 Anos Imigrante: XAVIER DENIS BASTIAN Data Nascimento: 07/03/1963 Passaporte: .22HA68491 País: FRANÇA Mãe: SUZANNE COSTANZA AGIOLETTA BOCLET Pai: ANDRÉ MATHIEU BASTIAN.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 36/2018 (Art. 2º, Alínea b)

Processo: 08228.016368/2022-51 Requerente: PAULO ARMENIO ALMEIDA DOS SANTOS Prazo: 4 Anos Imigrante: PAULO ARMENIO ALMEIDA DOS SANTOS Data Nascimento: 16/04/1967 Passaporte: CA217359 País: PORTUGAL Mãe: EMILIA MARTINS DE ALMEIDA Pai: JOSE PEREIRA DOS SANTOS.

Processo: 08228.016074/2022-29 Requerente: JORGE SOTO CORRALES Prazo: 4 Anos Imigrante: JORGE SOTO CORRALES Data Nascimento: 14/03/1986 Passaporte: PAG6707769 País: ESPANHA Mãe: ANA CORRALES DOMINGO Pai: JORGE SOTO CORTES.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO 47/2022 (Art. 2º)

Processo: 08228.017747/2022-68 Requerente: ASSOCIACAO DESPORTIVA EDUKA FUT Prazo: 05 Anos Imigrante: JOSEPHINE NJONG NGWANA Data Nascimento: 10/02/1994 Passaporte: 0949938 País: CAMARÕES.

Processo: 08228.018136/2022-37 Requerente: CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E APERFEICOAMENTO DO DESPORTO NAO PROFISSIONAL DE SAO JOSE DOS CAMPOS Prazo: 12 Meses Imigrante: WILLIAN JERALD GREEN III Data Nascimento: 28/08/1991 Passaporte: 567.840.490 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.018442/2022-73 Requerente: ASSOCIACAO DESPORTIVA DE VARGEM GRANDE PAULISTA Prazo: 5 Anos Imigrante: NKEMASONG DOROTHY LEKEAKA Data Nascimento: 23/05/1997 Passaporte: 1112433 País: CAMARÕES.

O Coordenador-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de residência (imigrantes que já se encontram em território nacional), ressaltando que os respectivos registros, decorrentes de renovação ou alteração para prazo indeterminado ou situações correlatas, deverão observar as instruções de atendimento da Polícia Federal:

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 02/2017

Processo: 08228.016932/2022-35 Requerente: ITURRI COIMPAR INDUSTRIA E COMERCIO DE EPI'S LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: JOSE GOMEZ MORENO Data Nascimento: 27/11/1972 Passaporte: PAE632145 País: ESPANHA Mãe: CARMEN MORENO ROMERO Pai: JOSÉ GOMEZ CALERO.

Processo: 08228.008583/2022-88 Requerente: FUNDACAO EDUCACIONAL CIENCIA E DESENVOLVIMENTO - FECD Prazo: 2 Anos Imigrante: Amy Louise Goundry Data Nascimento: 10/11/1988 Passaporte: 562141137 País: INGLATERRA Mãe: Karen Goundry Pai: Stephen Goundry .

Processo: 08228.014723/2022-57 Requerente: BYD DO BRASIL LTDA. Prazo: 01 Ano Imigrante: XI XU Data Nascimento: 09/12/1993 Passaporte: EJ5046414 País: CHINA Mãe: DONGMEI LI Pai: ZHENGJUN XU.

Processo: 08228.013900/2022-88 Requerente: YINSON BORONIA SERVICOS DE OPERACAO LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: Emil André Talberg Data Nascimento: 08/07/1991 Passaporte: 33044414 País: NORUEGA Mãe: Jane Christin Aastorp-Raaden Pai: Arild Talberg.

Processo: 08228.014397/2022-88 Requerente: FANG LAO Prazo: 02 Anos Imigrante: FANG LAO Data Nascimento: 15/07/1980 Passaporte: E88362519 País: CHINA Mãe: WENQIU LI Pai: QIANGCHENG LAO .

Processo: 08228.014793/2022-13 Requerente: PIZZA STAR PIZZARIA LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: ANDREA MESSANA Data Nascimento: 12/12/1997 Passaporte: YB7824588 País: ITÁLIA Mãe: ANNA MARIA DIERNA Pai: ARCANGELO MESSANA.

Processo: 08228.015194/2022-17 Requerente: ESCOLA VITRUVIANO LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: ANNA KISLOVA Data Nascimento: 10/06/1993 Passaporte: 550663799 País: RÚSSIA Mãe: Leila Manaf Kyzy Kislova Pai: Andrei Vladislavovich Kislov.

Processo: 08228.015363/2022-19 Requerente: COBRA BRASIL SERVICOS, COMUNICACOES E ENERGIA S.A. Prazo: 01 Ano Imigrante: JULIAN ERICK URBINA GOMEZ Data Nascimento: 22/09/1988 Passaporte: N04351688 País: ESTADOS UNIDOS Mãe: MA. TOMASA GOMEZ PEREZ Pai: PERFECTO SOCORRO URBINA.

Processo: 08228.015789/2022-64 Requerente: ERICK ACESSORIOS PARA CELULARES LTDA Prazo: 02 Anos Imigrante: XUIQING WANG Data Nascimento: 22/04/1973 Passaporte: EG 7457391 País: CHINA Mãe: FANGMEI ZHANG Pai: XINNEN WANG.

Processo: 08228.016957/2022-39 Requerente: ELECNOR DO BRASIL LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: GLORIA PEREZ LOPEZ Data Nascimento: 29/06/1983 Passaporte: PAB074345 País: ESPANHA Mãe: Gloria Lopez Torrico Pai: Cesar Emilio Perez Alvarez.

Processo: 08228.017398/2022-84 Requerente: MINI MODA ARMARINHO EIRELI Prazo: 01 Ano Imigrante: XIAN CHEN Data Nascimento: 23/07/1987 Passaporte: EF2291308 País: CHINA Mãe: AIFENG LIN Pai: YUGUAN CHEN.

Processo: 08228.017455/2022-25 Requerente: BPM SERVICOS ALIMENTICIOS LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: DANIEL LINUS LEJON Data Nascimento: 03/09/2002 Passaporte: 35882383 País: SUÉCIA Mãe: SARI HELENA JYLHA Pai: TORD MAGNUS LEJON.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 06/2017

Processo: 08228.014364/2022-38 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 07/09/2023 Imigrante: JOEL PEÑAROYO PEDRIGAL Data Nascimento: 10/07/1978 Passaporte: P9109205B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.014658/2022-61 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 23/08/2023 Imigrante: JUNARAN MONTANO DIAZ Data Nascimento: 09/05/1983 Passaporte: P6929454B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.014660/2022-39 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 23/08/2023 Imigrante: KENNY JOHN MENDEZ TEJOSO Data Nascimento: 31/05/1996 Passaporte: P6920528B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.014668/2022-11 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 23/08/2023 Imigrante: JAMES DESOR DIPUTADO Data Nascimento: 08/08/1985 Passaporte: P2137656B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.014675/2022-13 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 23/08/2023 Imigrante: CARL HOBER LIM FERENAL Data Nascimento: 16/03/1992 Passaporte: P6803370B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.014684/2022-98 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 23/08/2023 Imigrante: LEOPOLDO JR. SELORIO MELGAREJO Data Nascimento: 12/06/1972 Passaporte: P2959253B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.014811/2022-59 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 20/08/2023 Imigrante: NOEL ESPADA CUELLO Data Nascimento: 18/04/1971 Passaporte: P0264694B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.014986/2022-66 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 23/08/2023 Imigrante: PAUL JAN TONACANTE MAYA Data Nascimento: 04/10/1991 Passaporte: P9110238A País: FILIPINAS.

Processo: 08228.014988/2022-55 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 23/08/2023 Imigrante: KENNETH CARALLAS ACOBA Data Nascimento: 01/03/1991 Passaporte: P6268819B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.014990/2022-24 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 23/08/2023 Imigrante: RINO GENEROSO CHAVEZ Data Nascimento: 30/03/1972 Passaporte: P7346063B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.014992/2022-13 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 23/08/2023 Imigrante: RAYMOND DE GUZMAN PANGILINAN Data Nascimento: 29/06/1985 Passaporte: P0203680B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.014994/2022-11 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 23/08/2023 Imigrante: JAMES PAUL NAVARRO MARZAN Data Nascimento: 09/01/1991 Passaporte: P5915572B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.015708/2022-26 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 26/05/2023 Imigrante: ADRIAN BONQUIN TELEGRAPO Data Nascimento: 19/07/1986 Passaporte: P593055813 País: FILIPINAS.

Processo: 08228.016991/2022-11 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 27/08/2023 Imigrante: ARNE CUSTODIO SOLIVA Data Nascimento: 20/10/1992 Passaporte: P7316867B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.016994/2022-47 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 27/08/2023 Imigrante: REYNALDO JR CARDINAS AGUIMAN Data Nascimento: 09/09/1976 Passaporte: P5831397B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.016996/2022-36 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 27/08/2023 Imigrante: ROBERTO BACOS BRODETH Data Nascimento: 27/07/1969 Passaporte: P5640004B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.017166/2022-26 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 30/10/2023 Imigrante: ARVIN KENNETH DELA TORRE SUGATA-ON Data Nascimento: 15/02/1992 Passaporte: P4368738B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.017172/2022-83 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 30/10/2023 Imigrante: JOHN PAUL NALUGON Data Nascimento: 18/06/1985 Passaporte: P7009191A País: FILIPINAS.

Processo: 08228.017176/2022-61 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 07/09/2023 Imigrante: JON KRISTIAN DEQUITO JUARE Data Nascimento: 21/04/1982 Passaporte: P5361365B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.017227/2022-55 Requerente: LACADOR NAVEGACAO LTDA Prazo: 31/12/2022 Imigrante: Adem Piçak Data Nascimento: 20/10/1979 Passaporte: U25230151 País: TURQUIA.

Processo: 08228.017372/2022-36 Requerente: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Oleksandr Kivisild Data Nascimento: 07/09/1968 Passaporte: GB659706 País: UCRÂNIA.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 08/2017

Processo: 08228.017221/2022-88 Requerente: ASSOCIACAO ESCOLAR E BENEFICENTE CORCOVADO Prazo: 16/10/2024 Imigrante: INES KORTUS Data Nascimento: 01/12/1965 Passaporte: C4J6M10GV País: ALEMANHA.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 11/2017 (Art. 4º, §1º)

Processo: 08228.016167/2022-53 Requerente: ENEL GREEN POWER VOLTA GRANDE S.A. Prazo: Indeterminado Imigrante: MARA AYESHA LOPEZ BERRIOS Data Nascimento: 06/07/1976 Passaporte: G36766350 País: MÉXICO.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 11/2017 (Art. 6º c/c 2º, Inc I)

Processo: 08228.016683/2022-88 Requerente: CNOOC PETROLEUM BRASIL LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: JIANING GUO Data Nascimento: 23/01/1991 Passaporte: PE2171493 País: CHINA.

Processo: 08228.016063/2022-49 Requerente: SANGSIN BRAKE DO BRASIL LIMITADA Prazo: Indeterminado Imigrante: JONG YOB WOO Data Nascimento: 21/07/1970 Passaporte: M88163298 País: CORÉIA DO SUL.

Processo: 08228.016590/2022-53 Requerente: AZUD BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: Guillermo Javier Carabante Casado Data Nascimento: 25/03/1984 Passaporte: PAF460275 País: ESPANHA.

Processo: 08228.017147/2022-16 Requerente: CJ SELECTA S.A. Prazo: Indeterminado Imigrante: OH SEOK KWON Data Nascimento: 24/05/1965 Passaporte: M55535747 País: CORÉIA DO SUL.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 13/2017

Processo: 08228.014172/2022-21 Requerente: ATIVA TRADING EIRELI Prazo: Indeterminado Imigrante: HENGFENG OU Data Nascimento: 08/10/1976 Passaporte: E63605371 País: CHINA.

Processo: 08228.015570/2022-65 Requerente: TARGENTA IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS E BEBIDAS LTDA Prazo: Indeterminado, condicionado a continuidade da residência à comprovação da realização do plano de investimento ou de negócios, quando for o caso, Imigrante: GIJS JAN LINDEMAN Data Nascimento: 18/01/1972 Passaporte: NRJBDBHD6 País: HOLANDA.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 14/2017

Processo: 08228.016048/2022-17 Instituição: LIGA DA JUVENTUDE ISLAMICA BENEFICENTE DO BRASIL Prazo: 01 Ano Imigrante: AHMED REFAT ABOUELFETOUH MOHAMED Data Nascimento: 10/05/1992 Passaporte: A29663406 País: EGITO.

Processo: 08228.016083/2022-11 Instituição: MITRA ARQUIDIOCESANA DE SAO PAULO Prazo: 2 Anos Imigrante: JONATHAN LUIS SANCHEZ CHIRINOS Data Nascimento: 03/01/1987 Passaporte: 145029135 País: VENEZUELA.

Processo: 08228.014606/2022-93 Instituição: MODESTUS OGUCHI ALOZIE Prazo: 2 Anos Imigrante: MODESTUS OGUCHI ALOZIE Data Nascimento: 06/03/1983 Passaporte: A10297696 País: NIGÉRIA.

Processo: 08228.016400/2022-14 Requerente: MARIA PUNTEL Prazo: 1 Ano Imigrante: MARIA PUNTEL Data Nascimento: 02/10/1938 Passaporte: YB3469739 País: ITÁLIA.

Processo: 08228.015195/2022-53 Requerente: FERNANDO JOSE FENDRICH Prazo: 2 Anos Imigrante: Prajnatmananda Swami Data Nascimento: 22/05/1960 Passaporte: N0034943 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.015806/2022-63 Requerente: CLAUDETH JORGETE TRONY SARAIVA Prazo: Indeterminado Imigrante: Claudeth Jorgete Trony Saraiva Data Nascimento: 11/04/1997 Passaporte: N2517333 País: ANGOLA.

Processo: 08228.017564/2022-42 Instituição: IGREJA MISSAO EVANGELICA DE CHINES DO RIO DE JANEIRO Prazo: 02 Anos Imigrante: ZHANG YINGZAO Data Nascimento: 22/12/1990 Passaporte: EE5353265 País: CHINA.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 15/2017

Processo: 08228.016867/2022-48 Requerente: CENTRO TECNICO JUVENIL DE JARUDORE Prazo: 1 Ano Imigrante: Giorgia Spata Data Nascimento: 06/04/1996 Passaporte: YB4087917 País: ITÁLIA.

Processo: 08228.017454/2022-81 Requerente: ASSOCIACAO EDUCACIONAL ARAUJO DUTRA Prazo: 1 Ano Imigrante: CÁTIA SOFIA LOPES DE MAGALHÃES Data Nascimento: 18/05/1989 Passaporte: CB841679 País: PORTUGAL.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 19/2017

Processo: 08228.017309/2022-16 Requerente: KSB BRASIL LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: UIJUNG KIM Data Nascimento: 14/11/1991 Passaporte: M44270523 País: CORÉIA DO SUL.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 20/2017

Processo: 08228.016766/2022-77 Requerente: ANDREA JAZEL RODRIGUEZ HERRERA Prazo: 7 Meses Imigrante: Andrea Jazel Rodríguez Herrera Data Nascimento: 09/09/1993 Passaporte: C01641358 País: NICARÁGUA.

Processo: 08228.017381/2022-27 Requerente: MOHD JASEEM KHAN Prazo: 31/03/2023 Imigrante: Mohd Jaseem Khan Data Nascimento: 10/01/1979 Passaporte: P4449032 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.018485/2022-59 Requerente: MAROUAN BOUALI Prazo: 30/06/2023 Imigrante: Marouan Bouali Data Nascimento: 15/10/1983 Passaporte: H343206 País: TUNÍSIA.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 24/2018

Processo: 08228.017477/2022-95 Requerente: UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE Prazo: Indeterminado Imigrante: Olivier Pierre Thom Data Nascimento: 26/10/1991 Passaporte: 16AL41786 País: FRANÇA Mãe: Sylvie Évelyne Tridon Pai: Christian Frédéric Thom.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Alteração de Prazo (RN 02/2017)

Processo: 08228.015634/2022-28 Requerente: ASSOCIACAO COMUNITARIA MONTE AZUL Prazo: Indeterminado Imigrante: Nele Katja Dunsing Data Nascimento: 30/11/1975 Passaporte: C1V5G7P6H País: ALEMANHA Mãe: Ruth Dunsing Pai: Rudolf Wilhelm Hellmut Michael Dunsing.

Processo: 08228.015796/2022-66 Requerente: SENDAS DISTRIBUIDORA S/A Prazo: Indeterminado Imigrante: MAARICK ANNA MARGUERITE DALOUR Data Nascimento: 13/10/1994 Passaporte: 14AY54215 País: FRANÇA Mãe: MARIELLE JULIETTE NANCY BERTRAND Pai: PATRICK GREGOIRE DALOUR.

Processo: 08228.016468/2022-87 Requerente: MUNICH RE DO BRASIL RESSEGURADORA S.A. Prazo: Indeterminado Imigrante: AGNIESZKA ANNA LYNIEWSKA Data Nascimento: 04/11/1983 Passaporte: EF7938240 País: POLÔNIA Mãe: JADWIGA HELENA KOPERA Pai: ANTONI LYNIEWSKI.

Processo: 08228.016462/2022-18 Requerente: HIKVISION DO BRASIL COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: BIN YANG Data Nascimento: 19/03/1990 Passaporte: E64220808 País: CHINA Mãe: YANLI ZHANG Pai: HANSHOU YANG.

Processo: 08228.016644/2022-81 Requerente: FCC DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: KOICHIRO NASU Data Nascimento: 29/10/1991 Passaporte: TR 3.230.881 País: JAPÃO Mãe: NAOKO NASU Pai: YUKIO NASU.

Processo: 08228.016742/2022-18 Requerente: HUDSON ASSESSORIA BRAZIL LIMITADA. Prazo: 1 Ano Imigrante: Annelise Helene Kevin Barre Data Nascimento: 02/06/1997 Passaporte: 20CI05013 País: FRANÇA Mãe: Janice Lori Anne Pennells Pai: Denis Pierre Barre.

Processo: 08228.016820/2022-84 Requerente: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: HIDENORI IENAGA Data Nascimento: 16/07/1985 Passaporte: TS 2.066.645 País: JAPÃO Mãe: FUMIKO IENAGA Pai: YUKISHIGE IENAGA.

Processo: 08228.017120/2022-15 Requerente: TIBERINA AUTOMOTIVE PE - COMPONENTES METALICOS PARA INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: YURI PICCHIRILLI Data Nascimento: 09/11/1994 Passaporte: YB0872028 País: ITÁLIA Mãe: Luisella Stoppini Pai: Antonio Picchirilli.

Processo: 08228.017162/2022-48 Requerente: TOYOTA MATERIAL HANDLING MERCOSUR INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: SHUNSUKE HORII Data Nascimento: 13/01/1986 Passaporte: TR 7.767.199 País: JAPÃO Mãe: FUMIKO HORII Pai: YASUHIRO HORII.

Processo: 08228.017189/2022-31 Requerente: HUAWEI DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: ZILIN ZHAN Data Nascimento: 15/11/1986 Passaporte: EJ3119085 País: CHINA Mãe: Jinxian Mao Pai: Kunchi Zhan.

Processo: 08228.017196/2022-32 Requerente: HUAWEI GESTAO E SERVICOS DE TELECOMUNICACOES DO BRASIL LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: Shengwen Wang Data Nascimento: 29/12/1983 Passaporte: G62078907 País: CHINA Mãe: Fenglian Hu Pai: Zhiguo Wang.

Processo: 08228.017198/2022-21 Requerente: INSTITUTO CULTURAL BRASIL JAPAO Prazo: Indeterminado Imigrante: YUKI YAMAMOTO Data Nascimento: 11/07/1988 Passaporte: TZ2004739 País: JAPÃO Mãe: NORIKO YAMAMOTO Pai: SADAYUKI YAMAMOTO.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Alteração de Prazo (RN 14/2017)

Processo: 08228.016995/2022-91 Instituição: SOCIEDADE BUDISTA DO BRASIL Prazo: Indeterminado Imigrante: JEFFREY BRIAN HANCUFF Data Nascimento: 16/08/1982 Passaporte: 591011890 País: ESTADOS UNIDOS Mãe: CELA TERESA ESPINOZA Pai: TIMOTHY OWEN HANCUFF.

Processo: 08228.017256/2022-17 Instituição: ASSOCIACAO RELIGIOSA E CULTURAL SAO PIO X Prazo: Indeterminado Imigrante: JEAN FRANÇOIS JACQUES MARIE MOUROUX Data Nascimento: 20/08/1984 Passaporte: 15CH64094 País: FRANÇA Mãe: DOMITILLE MOUROUX Pai: JEAN LOUIS MOUROUX.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Renovação de Residência (RN 02/2017)

Processo: 08228.010907/2022-48 Requerente: ANGEL - IMPORTACAO DE PRESENTES LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: LAIHONG ZHANG Data Nascimento: 20/02/1982 Passaporte: EC4347426 País: CHINA Mãe: HUANG CHUNXING Pai: ZHANG CHUNYUE.

Processo: 08228.014763/2022-15 Requerente: ACCIONA CONSTRUCCION S.A Prazo: 16/12/2023 Imigrante: NESTOR MARIGIL DEL MELADO Data Nascimento: 06/04/1992 Passaporte: PAH339512 País: ESPANHA Mãe: YOLANDA DEL MELADO GARCIA Pai: RAUL MARIGIL CABELLOS.

Processo: 08228.016113/2022-98 Requerente: ACCIONA CONSTRUCCION S.A Prazo: 16/12/2023 Imigrante: ALVARO MONEDERO ALVAREZ Data Nascimento: 30/07/1993 Passaporte: PAI853313 País: ESPANHA Mãe: MARIA DEL CARMEN ALVAREZ CUESTA Pai: FERNANDO MONEDERO MATEO.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Renovação de Residência (RN 03/2017)

Processo: 08228.016873/2022-11 Requerente: EMBRAER S.A. Prazo: 01 Ano Imigrante: PER YNGVE TIBELL Data Nascimento: 28/03/1960 Passaporte: 36018079 País: SUÉCIA Mãe: RUT MARIANA TIBELL Pai: KARL YNGVE EMIL TIBELL.

Processo: 08228.017295/2022-14 Requerente: SIEMENS ENERGY BRASIL LTDA. Prazo: 01 Ano Imigrante: Anne Eulenburg Data Nascimento: 11/08/1978 Passaporte: C808GM583 País: ALEMANHA Mãe: Regina Katharina Eulenburg Pai: Rainer Karl Friedrich Eulenburg.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Renovação de Residência (RN 06/2017)

Processo: 08228.014694/2022-23 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 20/08/2023 Imigrante: PHILIP JOHN SOSA FRANCIA Data Nascimento: 20/04/1980 Passaporte: P6216017B País: FILIPINAS Mãe: SUSAN SOSA FRANCIA Pai: JOHNNY JUCOM FRANCIA .

Processo: 08228.016392/2022-91 Requerente: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: 04/05/2024 Imigrante: Xavier François Merino Data Nascimento: 01/11/1967 Passaporte: 21DC00932 País: FRANÇA Mãe: Marie Cruse Urrutia Pai: Xavier Merino.

Processo: 08228.016396/2022-78 Requerente: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: 04/05/2024 Imigrante: Christer Skraamestoe Stoelen Data Nascimento: 22/11/1990 Passaporte: 33043725 País: NORUEGA Mãe: Kristin Elisabeth Christiansen Pai: Geir Stoelen.

Processo: 08228.016414/2022-11 Requerente: POSEIDON SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: CHRISTIAN RAY HALICHIC OAPER Data Nascimento: 05/08/1991 Passaporte: P7389428A País: FILIPINAS Mãe: MA. CRISTINA ELMA DELANTAR HALICHIC Pai: ELMER ABELIJA OAPER.

Processo: 08228.016418/2022-16 Requerente: POSEIDON SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: HENRY DALAG SALGADO Data Nascimento: 10/01/1976 Passaporte: P8162850B País: FILIPINAS Mãe: JOSEFINA DALAG Pai: CIPRIANO SALGADO.

Processo: 08228.016419/2022-44 Requerente: POSEIDON SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: JEFFERSON BERBOSO DELA CRUZ Data Nascimento: 29/05/1984 Passaporte: P7191683A País: FILIPINAS Mãe: JULIA LUCIO BERBOSO Pai: BENEFREDO MENDOZA DELA CRUZ.

Processo: 08228.016454/2022-63 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Anos Imigrante: GRZEGORZ WOJCIECH BORECKI Data Nascimento: 15/03/1975 Passaporte: EL3185697 País: POLÔNIA Mãe: ZOFIA BORECKA Pai: JAN BORECKI.

Processo: 08228.016880/2022-13 Requerente: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: 06/05/2023 Imigrante: Andy Maurice M. Ide Data Nascimento: 08/12/1987 Passaporte: EN522690 País: BÉLGICA Mãe: Eveline Yvonne Mireille Laridon Pai: Cyriel Gerard Jean Ide.

Processo: 08228.017022/2022-71 Requerente: NORSKAN OFFSHORE LTDA Prazo: 13/08/2024 Imigrante: Sigvald Petur Runde Data Nascimento: 22/05/1964 Passaporte: CCC447957 País: NORUEGA Mãe: Hanna Poliana Maria Klein Pai: Sigmund Magnus N Runde .

Processo: 08228.017051/2022-31 Requerente: GUARA-NORTE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 05/12/2024 Imigrante: Elangovan Seetharaman Data Nascimento: 15/06/1969 Passaporte: Z5905332 País: ÍNDIA Mãe: Susseela Seetharaman Pai: Narayanaswamy Seetharaman.

Processo: 08228.017069/2022-33 Requerente: GUARA-NORTE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 26/11/2024 Imigrante: Mahesh Jumledar Data Nascimento: 22/04/1971 Passaporte: Z5019764 País: ÍNDIA Mãe: Sarita Dhanaji Jumledar Pai: Dhanaji Shankar Jumledar.

Processo: 08228.017098/2022-11 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 28/03/2024 Imigrante: FELIX CEASAR PANERIO SITCHON Data Nascimento: 20/03/1982 Passaporte: P4120046B País: FILIPINAS Mãe: ENCARNACION PANERIO SITCHON Pai: HENRY FRANDE SITCHON.

Processo: 08228.017188/2022-96 Requerente: SBM DO BRASIL LTDA Prazo: 27/11/2024 Imigrante: Rufus Assis Alphonso Sabbas Data Nascimento: 05/12/1962 Passaporte: V7145300 País: ÍNDIA Mãe: Flory Alphonso Pai: Assis Joseph Manuel Alphonso.

Processo: 08228.017205/2022-95 Requerente: POSEIDON SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: SINISA PLESTINA Data Nascimento: 24/08/1974 Passaporte: 093084501 País: CROÁCIA Mãe: NADJA PLESTINA Pai: VOJKO PLESTINA.

Processo: 08228.017224/2022-11 Requerente: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: 04/05/2024 Imigrante: Christian Antony Johnston Data Nascimento: 29/11/1978 Passaporte: 551973361 País: GRÃ-BRETANHA Mãe: Sheila Helen Henson Pai: Antony Stephen Henson .

Processo: 08228.017232/2022-68 Requerente: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: 04/05/2024 Imigrante: Erwin Atos Comia Data Nascimento: 29/06/1979 Passaporte: P4667794B País: FILIPINAS Mãe: Norma Leron Atos Pai: Teodulo Saliva Comia Sr.

Processo: 08228.017236/2022-46 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Anos Imigrante: MOHD SYAHIR BIN MOHD SARIFF Data Nascimento: 19/03/1989 Passaporte: A54378282 País: MALÁSIA Mãe: ZAINAB BINTI JAAFAR Pai: MOHD SARIFF BIN IBRAHIM.

Processo: 08228.017259/2022-51 Requerente: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: 04/05/2024 Imigrante: Rodel Hernandez Balangue Data Nascimento: 19/02/1974 Passaporte: P0353709B País: FILIPINAS Mãe: Presentacion Hernandez Balangue Pai: Dominador Flora Balangue .

Processo: 08228.017260/2022-85 Requerente: BCH ENERGY DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: RYAN TRYKOWSKI Data Nascimento: 26/10/1988 Passaporte: 530425027 País: GRÃ-BRETANHA Mãe: DAWN ANN TRYKOWSKI Pai: ERWIN TRYKOWSKI.

Processo: 08228.017277/2022-32 Requerente: OPERACOES MARITIMAS EM MAR PROFUNDO BRASILEIRO LTDA Prazo: 04/11/2024 Imigrante: Rouzbeh Keki Doctor Data Nascimento: 11/10/1980 Passaporte: Z6678121 País: ÍNDIA Mãe: Doctor Rashna Keki Pai: Doctor Keki Dorabsha.

Processo: 08228.017279/2022-21 Requerente: OPERACOES MARITIMAS EM MAR PROFUNDO BRASILEIRO LTDA Prazo: 29/10/2024 Imigrante: Piotr Jacek Jurkiewicz Data Nascimento: 09/03/1971 Passaporte: EK7408214 País: POLÔNIA Mãe: Czeslawa Jurkiewicz Pai: Czeslaw Jurkiewicz.

Processo: 08228.017297/2022-11 Requerente: BCH ENERGY DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: CHRISTOPHER TURTON BELCHAMBER Data Nascimento: 04/08/1977 Passaporte: 556914973 País: GRÃ-BRETANHA Mãe: JACQUELINE ANN BELCHAMBER Pai: CHRISTOPHER ANTHONY BELCHAMBER.

Processo: 08228.017298/2022-58 Requerente: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: 04/05/2024 Imigrante: Raymond Cristobal Seminiano Data Nascimento: 30/05/1988 Passaporte: P7264702B País: FILIPINAS Mãe: Marissa Cristobal Seminiano Pai: Apolonio Tolentino Seminiano.

Processo: 08228.017307/2022-19 Requerente: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: 04/05/2024 Imigrante: Franco Duga Manlapao Data Nascimento: 01/06/1978 Passaporte: P7225362B País: FILIPINAS Mãe: Corazon Planto Duga Pai: Francisco Vargas Manlapao.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Renovação de Residência (RN 08/2017)

Processo: 08228.017219/2022-17 Requerente: ASSOCIACAO ESCOLAR E BENEFICENTE CORCOVADO Prazo: 09/10/2024 Imigrante: CHRISTINE ALT Data Nascimento: 26/08/1963 Passaporte: C4J69G0CJ País: ALEMANHA Mãe: JOSEFINE ALOISIA AMALIA ALT Pai: JOHANN ALT.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Renovação de Residência (RN 14/2017)

Processo: 08228.017151/2022-68 Instituição: MISSIONARIOS DO VERBO DIVINO Prazo: 2 Anos Imigrante: MARIANO SOUSA KATANHA Data Nascimento: 22/01/1997 Passaporte: N2555390 País: ANGOLA Mãe: Yonia Tchingondundu Pai: Avelino Katanha.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Renovação de Residência (RN 15/2017)

Processo: 08228.017306/2022-66 Requerente: ASSOCIACAO DANTE ALIGHIERI Prazo: 1 Ano Imigrante: Antonietta Salvati Data Nascimento: 11/02/1988 Passaporte: YA8706648 País: ITÁLIA Mãe: Giovanna Maiello Pai: Pasquale Salvati.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Renovação de Residência (RN 40/2019)

Processo: 08228.014359/2022-25 Requerente: BARBARA KATHARINA KILIAN Prazo: Indeterminado Imigrante: BARBARA KATHARINA KILIAN Data Nascimento: 09/10/1965 Passaporte: X0257317 País: SUÍÇA Mãe: MARIA MAGDALENA SCHWEIZER Pai: ERNST HANS SCHWEIZER.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 36/2018 (Art. 4º c/c 2º, Alínea a)

Processo: 08228.017128/2022-73 Requerente: LIN SHUANG Prazo: 4 Anos Imigrante: Lin Shuang Data Nascimento: 08/01/1970 Passaporte: EA3783987 País: CHINA Mãe: Zhu Yuelan Pai: Lin Baofu.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 40/2019 (Art. 3º c/c 4º, Inciso I)

Processo: 08228.008753/2022-24 Requerente: RICHARD ALAN BERGER Prazo: 2 Anos Imigrante: RICHARD ALAN BERGER Data Nascimento: 03/10/1951 Passaporte: 530965958 País: ESTADOS UNIDOS Mãe: Roslyn Smith Pai: Eugene Hearst Berger.

Processo: 08228.010323/2022-72 Requerente: FAICAL RAYMOND HAYWARD ISIDORO Prazo: 1 Ano Imigrante: Mattheus Bakelaar Data Nascimento: 19/07/1959 Passaporte: NR38C7K6 País: HOLANDA Mãe: Catharina Pietertje Henrion Verpoorten Pai: Cornelis Smit.

Processo: 08228.017199/2022-76 Requerente: NOT VITAL Prazo: 2 Anos Imigrante: NOT VITAL Data Nascimento: 15/02/1948 Passaporte: X7923611 País: SUÍÇA Mãe: MARIA VITAL Pai: MARIO VITAL.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 40/2019 (Art. 4º c/c 2º, Inciso II)

Processo: 08228.014446/2022-82 Requerente: JUHA OLAVI SAVOLAINEN Prazo: 2 Anos Imigrante: JUHA OLAVI SAVOLAINEN Data Nascimento: 08/10/1954 Passaporte: FP3282539 País: FINLÂNDIA Mãe: EILA TUULIKKI SAVOLAINEN Pai: SEPPO OLAVI SAVOLAINEN.

Processo: 08228.015458/2022-24 Requerente: MARIA TERESA TOGNETTI Prazo: 02 Anos Imigrante: Maria Teresa Tognetti Data Nascimento: 08/03/1957 Passaporte: YA6415784 País: ITÁLIA Mãe: Nicolina Faggion Pai: Zoilo Tognetti.

Residência - RESOLUÇÃO 45/2021

Processo: 08228.014815/2022-37 Requerente: Svetlana Repina Prazo: 1 Ano Imigrante: Svetlana Repina Data Nascimento: 16/04/1987 Passaporte: 727649946 País: RÚSSIA.

Processo: 08228.013991/2022-51 Requerente: LESLIE NOURAINI ROCLE Prazo: 1 Ano Imigrante: Leslie Rocle Data Nascimento: 10/08/1993 Passaporte: 20DH11040 País: FRANÇA.

Processo: 08228.014000/2022-58 Requerente: VERONIKA MORTIKOVA Prazo: 1 Ano Imigrante: Veronika Mortikova Data Nascimento: 04/07/1990 Passaporte: 75 2515650 País: RÚSSIA.

Processo: 08228.014007/2022-71 Requerente: Narine Mirzoyan Prazo: 1 Ano Imigrante: Narine Mirzoyan Data Nascimento: 23/10/1995 Passaporte: 76 6293383 País: RÚSSIA.

Processo: 08228.014038/2022-21 Requerente: Nikolay Mortikov Prazo: 1 Ano Imigrante: Nikolay Mortikov Data Nascimento: 09/03/1986 Passaporte: 76 2687125 País: RÚSSIA.

Processo: 08228.014065/2022-11 Requerente: ANDREI TARASENKO Prazo: 1 Ano Imigrante: ANDREI TARASENKO Data Nascimento: 20/10/1986 Passaporte: 751512513 País: RÚSSIA.

Processo: 08228.014344/2022-67 Requerente: ANGELICA GOGLIO Prazo: 1 Ano Imigrante: ANGELICA GOGLIO Data Nascimento: 14/05/1996 Passaporte: YA8897718 País: ITÁLIA.

Processo: 08228.014624/2022-75 Requerente: JOSE ANTONIO FERRAZ RODRIGUES Prazo: 1 Ano Imigrante: JOSE ANTONIO FERRAZ RODRIGUES Data Nascimento: 13/05/1964 Passaporte: cc019773 País: PORTUGAL.

Processo: 08228.014732/2022-48 Requerente: Daria Petrova Prazo: 1 Ano Imigrante: Daria Petrova Data Nascimento: 08/05/1995 Passaporte: 76 2839523 País: RÚSSIA.

Processo: 08228.015110/2022-37 Requerente: ROEL DAS Prazo: 1 Ano Imigrante: Roel Das Data Nascimento: 01/12/2003 Passaporte: NR745RJ31 País: HOLANDA.

Processo: 08228.015160/2022-14 Requerente: Robert Christopher Mcphail Prazo: 1 Ano Imigrante: Robert Christopher McPhail Data Nascimento: 15/08/1979 Passaporte: 528812582 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.015731/2022-11 Requerente: GUSTAVO KEUTENEDJIAN MAKHOUL Prazo: 1 Ano Imigrante: MIKHAIL LOBANOV Data Nascimento: 31/10/1984 Passaporte: 657952001 País: RÚSSIA.

Residência - RESOLUÇÃO 47/2022 - Renovação (Art. 5º)

Processo: 08228.017656/2022-22 Requerente: CORITIBA FOOT BALL CLUB EM RECUPERACAO JUDICIAL Prazo: 2 Anos Imigrante: Kevin Jhamal Berkeley Wheatley Data Nascimento: 31/05/2002 Passaporte: PA0893315 País: PANAMÁ.

Residência - RESOLUÇÃO 47/2022 (Art. 4º c/c 2º)

Processo: 08228.018210/2022-15 Requerente: ASSOCIACAO BASQUETEBOL ARTE DE PATO BRANCO Prazo: 12 Meses Imigrante: Jose Santiago Materan Suarez Data Nascimento: 17/08/1996 Passaporte: 171854460 País: VENEZUELA.

Processo: 08228.018488/2022-92 Requerente: SOCIEDADE ESPORTIVA ITAPIRENSE Prazo: 1 Ano Imigrante: YEONWOO CHOI Data Nascimento: 22/02/2003 Passaporte: M462T5219 País: CORÉIA DO SUL.

CONCOMITÂNCIA

O Coordenador-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante XINJIAN CHEN a exercer concomitantemente o cargo de Diretor Presidente na SPE VARGINHA ENERGIA LTDA. Processo: 08228.015023/2022-81, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.009835/2019-70.

O Coordenador-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante XINJIAN CHEN a exercer concomitantemente o cargo de Diretor Presidente na COMPANHIA HIDROELETRICA FIGUEIROPOLIS. Processo: 08228.015018/2022-77, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.009835/2019-70.

O Coordenador-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante TADASHI OMATOI a exercer concomitantemente o cargo de Conselheiro na AGREX DO BRASIL LTDA. Processo: 08228.016797/2022-28, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.002879/2022-74.

O Coordenador-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, autoriza o (a) Imigrante AURELIEN GERARD SEBASTIEN GREGORY RODRIGUEZ a exercer concomitantemente o cargo de Diretor na BRAZIL SENIOR LIVING S.A. Processo: 08228.013276/2022-19, anteriormente autorizado através do Processo 47039.010526/2021-67.

MARCOS LEÔNCIO SOUSA RIBEIRO

RETIFICAÇÕES

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU Nº 196, de 14/10/2022, Seção 1, Pág. 114, Processo: 08228.0135412022-69, onde se lê: Pai: CHRISTOPHER CHARLES WATERS, leia-se: Pai: CHRISTOPHER C. WATERS.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU Nº 202, de 24/10/2022, Seção 1, Pág. 94, Processo: 08228.015368/2022-33, onde se lê: Passaporte: EC2226357, leia-se: Passaporte: E62226357.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU Nº 205, de 27/10/2022, Seção 1, Pág. 58, Processo: 08228.0169782022-54, onde se lê: Imigrante: YUREMA ALAGON, leia-se: Imigrante: YUREMA ALAGON LINES.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU Nº 205, de 27/10/2022, Seção 1, Pág. 58, Processo: 08228.0169782022-54, onde se lê: Imigrante: OCTAVIO ARTUNDUAGA, leia-se: Imigrante: OCTAVIO ARTUNDUAGA ALDANA.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU Nº 205, de 27/10/2022, Seção 1, Pág. 58, Processo: 08228.0169782022-54, onde se lê: Imigrante: EDGAR GEOVANI LINARES, leia-se: Imigrante: EDGAR GEOVANI LINARES GONZALEZ.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU Nº 205, de 27/10/2022, Seção 1, Pág. 58, Processo: 08228.0169782022-54, onde se lê: Imigrante: GABRIELA MARTINEZ, leia-se: Imigrante: GABRIELA MARTINEZ LOPEZ.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU Nº 205, de 27/10/2022, Seção 1, Pág. 58, Processo: 08228.0169782022-54, onde se lê: Imigrante: CARLOS ARTURO MARTINEZ, leia-se: Imigrante: CARLOS ARTURO MARTINEZ FERNANDEZ.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU Nº 205, de 27/10/2022, Seção 1, Pág. 58, Processo: 08228.0169782022-54, onde se lê: Imigrante: EVELYN KATIUSHKA PENAFIEL, leia-se: Imigrante: EVELYN KATIUSHKA PENAFIEL CEPEDA.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU Nº 205, de 27/10/2022, Seção 1, Pág. 58, Processo: 08228.0169782022-54, onde se lê: Imigrante: FERNANDO GUILLERMO PINTO, leia-se: Imigrante: FERNANDO GUILLERMO PINTO POLAR.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU Nº 205, de 27/10/2022, Seção 1, Pág. 58, Processo: 08228.0169782022-54, onde se lê: Imigrante: JUAN GEANFRANCO TEVES, leia-se: Imigrante: JUAN GEANFRANCO TEVES CALDERON.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU Nº 205, de 27/10/2022, Seção 1, Pág. 58, Processo: 08228.0169782022-54, onde se lê: Imigrante: DULCE MARGARETH VILLACREZ, leia-se: Imigrante: DULCE MARGARETH VILLACREZ MOLLYK.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU Nº 211, de 08/11/2022, Seção 1, Pág. 50, Processo: 08228.016783/2022-12, onde se lê: Passaporte: Z2707960, leia-se: Passaporte: Z2709760.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU Nº 132, de 14/07/2022, Seção 1, Pág. 115, Processo: 08228.007460/2022-21, onde se lê: Prazo: 12/09/2022, leia-se: Prazo: 12/09/2023.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU Nº 132, de 14/07/2022, Seção 1, Pág. 115, Processo: 08228.007461/2022-74, onde se lê: Prazo: 12/09/2022; Passaporte: P6515574, leia-se: Prazo: 12/09/2023; Passaporte: P6515574A.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU Nº 168, de 02/09/2022, Seção 1, Pág. 132, Processo: 08228.011280/2022-42, onde se lê: Pai: AYAOVI DIELDONNE AYIVOR, leia-se: Pai: AYAOVI DIEUDONNE AYIVOR.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU Nº 202, de 24/10/2022, Seção 1, Pág. 99, Processo: 08228.014855/2022-89, onde se lê: Imigrante: ANA MERARI DOMINGUES VILLA, leia-se: Imigrante: ANA MERARI DOMINGUEZ VILLA.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU Nº 214, de 11/11/2022, Seção 1, Pág. 57, Processo: 08228.017046/2022-29, onde se lê: Mãe: SALVATORE OTTAVIO LO BRUTTO; Pai: CARMELA GAGLIANO, leia-se: Mãe: CARMELA GAGLIANO; Pai: SALVATORE OTTAVIO LO BRUTTO.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU Nº 211, de 08/11/2022, Seção 1, Pág. 51, Processo: 08228.014712/2022-77, onde se lê: Mãe: ROSARIO DELA CRUZ; Pai: ROLANDO DELA CRUZ, leia-se: Mãe: ROSARIO M. PEREZ; Pai: ROLANDO G. DELA CRUZ.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU Nº 214, de 11/11/2022, Seção 1, Pág. 52, Processo: 08228.0153692022-88, onde se lê: Passaporte: E853I9523, leia-se: Passaporte: E85319523.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU Nº 205, de 27/10/2022, Seção 1, Pág. 55, Processo: 08228.014005/2022-81, onde se lê: Imigrante: MOHAMMAD EMRAN HUSSAIN, leia-se: Imigrante: MD EMRAN HUSSAIN.

COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍTICA MIGRATÓRIA

DESPACHOS DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

Assunto: Manutenção de Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0011498/2020
Código: 011.583
Interessado: OLUWASEUN OLUWANISOLA ODUNSI FERREIRA
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:
No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, conheço do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender o interessado o disposto no inciso III do art.65 da Lei nº 13.445/2017, tendo em vista que o requerente não conseguiu se comunicar durante o atendimento presencial.

Assunto: Manutenção de Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0008107/2020
Código: 008.209
Interessado: GONÇALVES FERNANDO DA SILVA
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:
No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, conheço do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender o interessado o disposto no inciso II, do art.65 da Lei nº 13.445/2017, o requerente não foi localizado no endereço declarado nos autos, não sendo possível confirmar sua residência no território nacional, bem como não preenche as condições para redução de prazo de residência.

Assunto: Manutenção de Indeferimento do pedido
Processo Naturalizar-se nº 235881.0125636/2021.
Código: 130.392
Interessado: KASSOUM DIEME.
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:
No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, conheço o recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, tendo em vista que o requerente se ausentou do Brasil por mais de 90 (noventa) dias em um ano e portanto não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c §2º, art. 233, do Decreto nº 9.199/2017c/c art. 51 da portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Manutenção de Indeferimento do pedido
Processo Naturalizar-se nº 235881.0124530/2021.
Código: 129.204
Interessado: SEAN LEE LIGHTNER.
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:
No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, tendo em vista que o requerente é detentor de residência Temporária, artigo 14, I, d, da Lei 13.445/2017, não cumprindo a condição prevista no artigo 221 do decreto 9199/2017.

Assunto: Manutenção de Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0123333/2021.
Código: 127.928
Interessado: VÍCTOR JUSTINIANO HUAMANÍ MELÉNDEZ
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:
No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, tendo em vista que o requerente não possui residência por prazo indeterminado, e portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017 c/c art. 221, do Decreto nº 9.199/2017

Assunto: Manutenção de Indeferimento do pedido
Processo Naturalizar-se nº 235881.0115115/2021.
Código: 119.068
Interessado: MATHIEU ORFINGER.
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:
No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, conheço o recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, tendo em vista que o requerente não apresentou a certidão da Justiça Estadual/Federal, e, portanto, não atende à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017

Assunto: Manutenção de Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0082075/2021.
Código: 083.548
Interessado: HUSSAM ABDELHADI AHMAD AL SHAFI.
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:
No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, conheço do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender o interessado o disposto no inciso III do art.65 da Lei nº 13.445/2017, em razão do recorrente ter apresentado comprovante de que sabe se comunicar em língua portuguesa documento que não está previsto no art. 5º da Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Arquivamento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0071766/2021.
Código: 072.630
Interessada: SANDRA CRISTINA GARCIA PENA.
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:
No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender a interessada o disposto no inciso IV do art.65 da Lei nº 13.445/2017, em razão da recorrente não ter apresentado legalização da certidão de antecedentes criminais no país de origem.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0069435/2021.
Código: 070.182
Interessado: SAID AHMED EL DAHOUK.
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:
No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender o interessado o disposto no inciso III, do art.65 da Lei nº 13.445/2017, em razão do recorrente não ter apresentado documento indicativo da capacidade de comunicar-se em língua portuguesa que atenda aos requisitos previstos na Portaria nº 623/2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0066235/2021.
Código: 066.654
Interessado: FRANCISCO KINGUNGA.
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:
No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, conheço do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender o interessado o disposto no inciso IV do art.65 da Lei nº 13.445/2017, em razão do recorrente não ter apresentado legalização da certidão de antecedentes criminais do país de origem.

FLAVIO HENRIQUE DINIZ OLIVEIRA
Coordenador-Geral

COORDENAÇÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

PORTARIA Nº 1.329, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, SUBSTITUTA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.010268/2016-48, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

REVOGAR a Portaria n° 363, de 11 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial do dia 12 subsequente, que determinou a expulsão do Território Nacional de IKECHUKWU FELIX AYIKA, de nacionalidade nigeriana, nascido em 5 de junho de 1965, em Ukpo, na República Federal da Nigéria, filho de Samuel Nwqyo Ayika e Maria Izuma Ayika, tendo em vista a comprovação de amparo pelo artigo 193, inciso II, alínea "a", do Decreto 9.199/17.

LIGIA MARIA DUARTE PEREIRA

PORTARIA Nº 1.330, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, SUBSTITUTA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08505.054010/2017-42, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

REVOGAR a Portaria nº 660, de 24 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União do dia 28 subsequente, que determinou a expulsão do Território Nacional de JOSEFINA MARIA KITENGUE, de nacionalidade angolana, filha de João Kitengue e de Diana Maria do Carmo, nascida em Luanda, República de Angola, em 19 de maio de 1989, tendo em vista a comprovação de amparo pelo artigo 193, inciso II, alínea "a", do Decreto 9.199, de 2017.

LIGIA MARIA DUARTE PEREIRA

PORTARIA Nº 1.331, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, SUBSTITUTA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08505.076090/2017-97, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

REVOGAR a Portaria CPMIG Nº 426, de 13 de fevereiro de 2020, publicada no Diário Oficial da União do dia 14 subsequente, que determinou a expulsão do Território Nacional de ELZETTE LIZELL MARCH, de nacionalidade sul-africana, filha de Jacob March e de Maria March, nascida na República da África do Sul, em 18 de junho de 1987, tendo em vista a comprovação de amparo pelo artigo 193, inciso II, alínea "a", do Decreto 9.199/17.

LIGIA MARIA DUARTE PEREIRA

PORTARIA Nº 1.332, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve:

CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 65 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

ALFREDO FRANCISCO CABALLERO DIAZ - V357749-F, natural do Peru, nascido em 06 de junho de 1981, filho de Victor Alfredo Caballero Adrian e de Martha Ruth Diaz Rodriguez, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0122901/2021);

ALFREDO MBILA LUSAKUENO BORA - F278580-0, natural da Angola, nascido em 19 de setembro de 1972, filho de Andre Mata Matuzeyo e de Ana Kinkelo Lengo, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 235881.0109740/2021);

ANNA LARKINA - V533441-0, natural da Rússia, nascida em 14 de julho de 1971, filha de Nikolai Larkine e de Natalia Georgievna Larkina, residente no Estado do Paraná (Processo nº 235881.0110309/2021);

ANA MARIA RENTERIA GONZALES - V903107-Q, natural da Bolívia, nascida em 10 de outubro de 1984, filha de Nemesio Renteria Cuellar e de Flora Gonzales Ortuste, residente no Estado de Goiás (Processo nº 235881.0074976/2021);

ANDY GARCIA CABRERA - F127228-I, natural de Cuba, nascido em 05 de novembro de 1995, filho de Alexis Garcia Rosabal e de Odalis Cabrera Estrada, residente no Estado de Goiás (Processo nº 235881.0068208/2021);

ADAMA MÉTOLA KONÉ - G125848-R, natural de Costa do Marfim, nascido(a) em 28 de outubro de 1989, filho(a) de Koné Adama e de Fatoumata Koné, residente no Estado de Goiás (Processo nº 235881.0110167/2021);

ANDRE SAIMPRIME - G148151-2, natural do Haiti, nascido em 03 de dezembro de 1987, filho de Ferdinand Saimprime e de Josette Saint Hilaire, residente no Estado de Goiás (Processo nº 235881.0110527/2021);

AGUSTINA NIGRO - G184683-2, natural da Argentina, nascida em 20 de julho de 1987, filha de Raul Alberto Nigro e de Patricia Susana Sciacchitano, residente no Estado de Santa Catarina (Processo nº 235881.0110727/2021);

BASSEM KOUSSA - G361010-T, natural da Síria, nascido em 30 de agosto de 1989, filho de Naoras Koussa e de Nawal Saad, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0107751/2021);

BRAHIMA DIALLO - G105471-N, natural de Mali, nascido em 06 de outubro de 1987, filho de Minkoro Diallo e de Mawa Diarra, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0113285/2021);

CLAUDINA DE CARVALHO CACHIPATO - V636207-A, natural da Angola, nascida em 24 de dezembro de 1981, filho de Joao Cachipato e de Rosa Joao Paulino Cachipato, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0118127/2021);

CLAUDINO ALFREDO SANCA - G251763-U, natural de Guiné-Bissau, nascido em 03 de março de 1992, filho de Alfredo Sanca e Silvina Nsali, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0109352/2021);

CHRISTINE HELENE LEBOUCHER - V041308-S, natural da França, nascida em 09 de setembro de 1959, filha de Jean Claude Leboucher e de Jacqueline Elvire Radiguet, residente no Estado da Bahia (Processo nº 235881.0074677/2021);

DAVIDSON TONY - G187956-F, natural do Haiti, nascido em 14 de maio de 1986, filho de Merite Tony e de Merilia Benphirin, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0121250/2021);

DAVID BSAIBESS - V594347-C, natural do Líbano, nascido em 21 de janeiro de 1982, filho de Elias Bsaibess e de Golda Helwe, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0117798/2021);

DAMISLEYDIS SANDE GUERRA - G312079-I, natural de Cuba, nascido(a) em 23 de agosto de 1985, filho(a) de Alfredo Sande Podio e de Rafaela Guerra Figueredo, residente no Estado de Alagoas (Processo nº 235881.0108279/2021);

DAVID POBA DA CONCEIÇÃO - F161877-0, natural da Angola, nascido em 26 de janeiro de 1991, filho de Sikinatu Poba Conceiçao e de Maria Bosela Albertina, residente no Estado do Paraná (Processo nº 235881.0117689/2021);

GOD LOVE WEBSLY DOLUSCAR - G345864-3, natural do Haiti, nascido em 28 de novembro de 2003, filho de Lesly Doluscar e de Eltamene Massillon, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 235881.0108430/2021);

HABIB MAHMOUD - G408799-R, natural de Mauritânia, nascido em 21 de dezembro de 1988, filho de Yrak Mahmoud e de Mai Mahmoud, residente no Estado do Ceará (Processo nº 235881.0108536/2021);

HERBIN ISAAC BENAVIDES POBLETE - V587919-L, natural do Chile, nascido em 23 de dezembro de 1986, filho de Herbin Job Benavides Fuentealba e de Patricia Eelena Poblete Narbona, residente no Estado do Paraná (Processo nº 235881.0110798/2021);

HEZICA CO - F286728-Y, natural de Guiné-Bissau, nascido(a) em 27 de abril de 1991, filho(a) de Daniel Co e de Filomena Ie, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0125487/2021);

HIAM SIAM - G364724-C, natural da Palestina, nascido em 13 de junho de 2002, filho de Nedal Syam e de Hadeel Siam, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0121165/2021);

HIDAYAT ULLAH - F139694-A, natural do Paquistão, nascido em 03 de abril de 1997, filho de Kifayat Ullah Khan e de Yasmeen Bibi, residente no Distrito Federal (Processo nº 235881.0110889/2021);

IBRAHIMA FALL- F196436-B, natural de Senegal, nascido em 22 de maio de 1984, filho de Maguette fall e de Ndiole fall, residente no Estado de Alagoas (Processo nº 235881.0118324/2021);

IMAD ABOU ARRAJ - G068576-2, natural da Síria, nascido em 19 de agosto de 1966, filho de Khalil Abou Arraj e de Zakieh Tano, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0109542/2021);

JEAN DAVID LOUIS - G026907-2, natural do Haiti, nascido em 15 de agosto de 1991, filho de Viergela Louis, residente no Estado de Santa Catarina (Processo nº 235881.0120874/2021);

JORGE CARLOS HERRERA BRIDO - G312514-Q, natural de Cuba, nascido em 27 de março de 1988, filho de Antonio Herrera Reyes e de Maria de Los Angeles Brido Miralles, residente no Estado do Ceará (Processo nº 235881.0076002/2021);

JOHNSON FADIPE - V826211-B, natural da Nigéria, nascido(a) em 14 de outubro de 1986, filho(a) de Lekan Fadipe e de Toyin Fadipe, residente no Estado do Paraná (Processo nº 235881.0111692/2021);

KARIM KHALED NAGEB LABEB - G347774-V, natural do Egito, nascido em 16 de julho de 1988, filho de Khaled Nageb Labeb e de Magda Melad Labeb, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0107829/2021);

KLEBERT BREVIL - G244107-I, natural do Haiti, nascido em 28 de janeiro de 1988, filho de Baillossoit Brevil e de Melie Mentor, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0110617/2021);

LUIS MIGUEL VILLEGAS GARCIA - G338860-2, natural da Venezuela, nascido em 09 de maio de 1988, filho de Miguel Angel Villegas Fernández e de Mizaira del Carmen Garcia de Villegas, residente no Estado do Paraná (Processo nº 235881.0116027/2021);

LUIS VALERIANO SÁNCHEZ HERNÁNDEZ - V969273-H, natural de Cuba, nascido em 17 de maio de 1969, filho de Rodolfo Rafael Claro Sánchez Angulo e de Juana Gertrudis Hernández Perez, residente no Estado do Maranhão (Processo nº 235881.0115768/2021);

MANSOUR DIAGNE - F099307-E, natural de Senegal, nascido em 24 de junho de 1993, filho de Yeissa Ndiaye e de Ousmane Diagne, residente no Estado de Alagoas (Processo nº 235881.0113323/2021);

MARIA DE LOS ANGELES ESCUDERO, - V958431-0, natural da Argentina, nascida em 30 de maio de 1984, filha de Jorge Luis Escudero e de Margarita Noemi Solis, residente no Estado de Santa Catarina (Processo nº 235881.0121396/2021);

MD KAWSAR AHMED - G093633-N, natural de Bangladesh, nascido em 10 de fevereiro de 1984, filho de Md Aftab Ahmed e de Rawshon Ara, residente no Estado do Paraná (Processo nº 235881.0117853/2021);

MAXENE DORMERA - V880877-P, natural do Haiti, nascido em 08 de maio de 1984, filho de Dormera Renald e de Clenat Benita, residente no Estado do Paraná (Processo nº 235881.0120671/2021);

MHD HAITHAM BASHIR - G328390-J, natural da Síria, nascido(a) em 20 de setembro de 1985, filho(a) de Mahmoud Bashir e de Ahlam Orabi, residente no Estado do Paraná (Processo nº 235881.0107604/2021);

MOHAMAD ZAKER AL MUBARK - F065004-X, natural da Síria, nascido em 01 de janeiro de 1994, filho de Abdul Hamid Al Mubark e de Samar Minla Hasan, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0109804/2021);

NAWWAR ELIAS - G486135-2, natural da Síria, nascido em 14 de março de 2000, filho de Emad Elias e de Fadia Sarks, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 235881.0117982/2021);

NDEABIRE CORREIA LOPES DJU - V801388-9, natural de Guiné-Bissau, nascido(a) em 31 de outubro de 1987, filho(a) de Maria Teresa Correia Lopes Dju, residente no Estado do Espírito Santo (Processo nº 235881.0071645/2021);

NDEYE SODA CAMARA - G332231-Q, natural de Sarawak, nascida em 06 de março de 1986, filha de Mamadou Camara e de Fatou Drame, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 235881.0074201/2021);

NEDAL SYAM - G364716-B, natural da Palestina, nascido em 23 de maio de 1972, filho de Nader Syam e de Wesal Kaddoura, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0118444/2021);

NELDARLINE ISAAC ANDRE - G160955-R, natural do Haiti, nascido(a) em 12 de março de 1983, filho(a) de Edener Isaac e de Cevenie Cerilia, residente no Distrito Federal (Processo nº 235881.0107623/2021);

NOUR GHAZAL - G462380-L, natural da Síria, nascido em 01 de agosto de 1993, filho de Mashrek Ghazal e de Joumana Toumah, residente no Estado do Mato Grosso do Sul (Processo nº 235881.0110852/2021);

OLGA EVELYN AMAYA CASTILLO - G296806-Q, natural de El Salvador, nascida em 08 de dezembro de 1965, filha de Carlos Alberto Amaya Flores e de Olga Margot Castillo Aparicio, residente no Estado do Maranhão (Processo nº 235881.0122984/2021);

OLGA MARIA CANAS AMAYA - G296812-V, natural de El Salvador, nascido(a) em 15 de agosto de 1989, filho(a) de Jose Nicolas Canas Reyes e de Olga Evelyn Amaya Castillo, residente no Estado do Maranhão (Processo nº 235881.0122971/2021);

OPEYEMI MOTUNRAYO OJOIBUKUN - G476589-6, natural da Nigéria, nascida em 18 de janeiro de 1991, filha de Abayomi Gabriel Adenola e de Olufunke Cecilia Adenola, residente no Distrito Federal (Processo nº 235881.0074817/2021);

PAULA DANIELA FERNANDEZ - G153122-S, natural da Argentina, nascido(a) em 25 de fevereiro de 1981, filho(a) de Fernando Daniel Fernandez e de Martha Ines Hellmund, residente no Estado do Paraná (Processo nº 235881.0111579/2021);

PATRICIA MARTINEZ FERRER - F127225-0, natural de Cuba, nascido em 07 de novembro de 1997, filho de Pedro Antonio Martinez Breijo e de Oneida Ferrer Zamora, residente no Estado de Goiás (Processo nº 235881.0068234/2021);

PAPE ASSANE SARR - G104232-9, natural do Senegal, nascido em 13 de junho de 1987, filho de Djibril Sarr e de Ndiack Sene, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 235881.0071860/2021);

QUETINA DESGRANGES - G315514-B, natural do Haiti, nascido(a) em 25 de abril de 1999, filho(a) de Ronald Desgranges e de Elourdia Francois, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 235881.0107703/2021);

RUBO SALAH - G446148-H, natural da Síria, nascida em 01 de janeiro de 1979, filha de Zain Aldein Salah e de Najwa Salah, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0112181/2021);

SHAFIQUL ISLAM SALAM - V510009-Q, natural de Bangladesh, nascido em 01 de janeiro de 1977, filho de Md Abdus Salam e de Mossamat Parul, residente no Estado do Paraná (Processo nº 235881.0078164/2021);

SIMÃO VIEIRA NEVES - V893179-S, natural da Angola, nascido em 05 de março de 1988, filho de Pedro Neves e Maria Luísa, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0072054/2021);

SOFIA MARIANA YANTORNO - V529253-1, natural da Argentina, nascida em 30 de julho de 2003, filha de Alberto Daniel Yantorno e de Maria Jose Grimaldi, residente no Estado do Rio Grande do Norte (Processo nº 235881.0103890/2021);

SVIATLANA YASHCHANKA - F075355-Z, natural de Bileorrússia, nascida em 02 de setembro de 1982, filho de Mikalay Yashchanka e de Natallya Yashchanka, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0072999/2021);

STEPHANIA TERESA MERCADO BASCOPE - V780731-N, natural da Bolívia, nascida em 04 de junho de 1988, filha de Ronald Alfredo Mercado Lora e de Maria Esther Beatriz Abrego, residente no Estado de Santa Catarina (Processo nº 235881.0074000/2021);

UDOKA STANLEY IZUNOBI - F015922-P, natural da Nigéria, nascido em 05 de abril de 1985, filho de Camilus Apoma Izunobi e de Ngozi Izunobi, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0067650/2021);

WESNY PIERRE - G206547-4, natural do Haiti, nascido em 07 de março de 1992, filho de Benis Pierre e de Ednite Destin, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0109470/2021) e

YULIA KHAMAGANOVA DA SILVA - G067076-R, natural da Rússia, nascida em 15 de agosto de 1986, filha de Dmitri Alekseevitch Khamaganov e de Svetlana Fokeevna Khamaganova, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0077970/2021).

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

LIGIA MARIA DUARTE PEREIRA
Substituta

PORTARIA Nº 1.333, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020: resolve:

CONCEDER a nacionalidade brasileira, por Naturalização Provisória, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, inciso II, alínea "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 70 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil, até 2 (dois) anos após atingir a maioridade, nos termos do Parágrafo único do referido artigo:

ALIAFITA AUGUSTE - G326332-6, natural do Haiti, nascida em 30 de outubro de 2013, filha de Reginald Auguste e de Trinita Irilan, residente no Estado de Santa Catarina (Processo nº 235881.0113217/2021);

BERVENS JOSEPH - F176312-4, natural do Haiti, nascido(a) em 30 de setembro de 2013, filho de Bertrand Joseph e de Eveline Jean, residente no Estado de São Paulo (Processo 235881.0116076/2021).

CARL EDOUARD JOSEPH - G182090-2, natural do Haiti, nascido em 14 de novembro de 2010, filho de Losama Joseph e de Dina Jean, residente no Estado do Paraná (Processo nº 235881.0110050/2021);

CHRISTIE JAMALIE JOSEPH - G400989-P, natural do Haiti, nascida em 24 de janeiro de 2008, filha de Jean Jacques Joseph e Felicite Noel, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 235881.0120653/2021);

CRISTIANO RONALDO DJEDJO CA - F112730-5, natural de Guiné-Bissau, nascido em 29 de julho de 2012, filho de Carlos Ca e de Ansel Paulo Djedjo, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0109243/2021);

DJOMY PIERRE - G359263-3, natural do Haiti, nascido em 01 de setembro de 2012, filho de Jonas Pierre e de Marie Micherlange Jean, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 235881.0117986/2021);

GEPHTE LEONARD - G069339-B, natural do Haiti, nascido em 09 de novembro de 2013, filho de Leonard Jolien e de Fanise Cima Leonard, residente no estado de São Paulo (Processo nº 235881.0118520/2021);

ILUNGA MBALAYI URVIS - V853762-8, natural da República Democrática do Congo, nascida em 30 de abril de 2006, filha de Ilunga Kabasele Clovis e de Nduya Bakwa Ursule, residente no Estado de Santa Catarina (Processo nº 235881.0115549/2021);

LUANA PERCIA MONTROND JAIME - G333475-U, natural da Angola, nascido em 19 de agosto de 2011, filha de Nadoski Nilson Alonso Jaime e de Idalia Percia Antonio Montrond de Melo, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0117531/2021);

MARIA LUZAILA BAPTISTA KIDIMBA - F220381-1, natural da Angola, nascida em 17 de junho de 2013, filha de Lunzaila Nkamuata e de Maria Kunimbu Baptista, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0122622/2021);

MAYSON BELONY DORVILUS - G312237-Q, natural do Haiti, nascido em 07 de novembro de 2014, filho de Wilson Dorvilus e de Venita Dorvilus Belony, residente no Estado de Santa Catarina (Processo nº 235881.0123863/2021);

MMESOMACHUKWU JENNIFER - F026887-R, natural da Nigéria, nascido em 24 de maio de 2009, filho de Adaobi Eucharia Onwurah, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0114775/2021);

PATRICIA MUYANGI PAULO DOS SANTOS - F390128-1, natural da Angola, nascida em 18 de setembro de 2012, filha de Pangieto Nzambi dos Santos e de Muyangi Nseta, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0122887/2021);

RICHARDSON ELYSEE - F224811-J, natural do Haiti, nascido em 20 de dezembro de 2010, filho de Patronne Eysee e filho de Rpsenie Polinice Odne, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0122870/2021);

ROOLENS YVAN DELISCA - G355578-Z, natural do Haiti, nascido em 16 de dezembro de 2011, filho de Roolsonn Delisca e de Mifrance Jeune, residente em São Paulo (Processo nº 235881.0112955/2021);

SANDERS LOUIS - G237816-H, natural do Haiti, nascido em 06 de novembro de 2012, filho de Stinder Louis e de Jemima Joseph Louis, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0107782/2021) e

STELA MAKELE TSHIMAYI - F017796-V, natural Da Angola, nascido(a) em 15 de março de 2013, filho(a) de Magelano Roberto Tshimayi e de Luisa Diamuangana Makele, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0114126/2021).

LIGIA MARIA DUARTE PEREIRA
Substituta

DESPACHO Nº 209/2022

Despacho nº 209/2022/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: INDEFERIMENTO DE PEDIDO DE REVOGAÇÃO DE EXPULSÃO
Interessado: RIKLER MAKABU SEKELEMBE
Processo nº 08018.005480/2012-60

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, Substituta, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, mantém, pelos seus próprios fundamentos, a decisão administrativa ora impugnada e, portanto, INDEFERE o pedido de reconsideração, tendo em vista que não restou comprovado o amparo previsto no artigo 193, inciso II, alínea "a", do Decreto 9.199/17.

LIGIA MARIA DUARTE PEREIRA

DESPACHOS DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0294140/2022.
Código: 325.040
Interessado: EDNYSON FAITON.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020,?indefere o pedido, tendo em vista que o menor não fixou residência em território nacional antes de completar 10 (dez) anos de idade, e, portanto, não atende à exigência contida no art. 70 da Lei nº 13.445/2017 c/c Parágrafo Único do art. 221, do Decreto nº 9.199/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0293753/2022.
Código: 324.621
Interessado: CHRISTEROY MORANGE.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020,?indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não fixou residência em território nacional antes de completar 10 (dez) anos de idade e, portanto, não atende à exigência contida no art. 70 da Lei nº 13.445/2017 c/c Parágrafo Único do art. 221, do Decreto nº 9.199/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0293012/2022.
Código: 323.652
Interessado: RODNEY GEORGES.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui 4 anos de residência por prazo indeterminado e, portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0292265/2022.
Código: 322.848
Interessado: DIEGO REYNALDO PADILLA GRAGEDA.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitado ao requerente a apresentação da legalização do atestado de antecedentes criminais pela Embaixada do Brasil no país de origem, que não foi apresentado até a presente data, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento do inciso IV do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0292225/2022.
Código: 322.793
Interessado: PEDRO MABOLIA SALVADOR.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o menor não fixou residência em território nacional antes de completar 10 (dez) anos de idade e, portanto, não atende à exigência contida no art. 70 da Lei nº 13.445/2017 c/c Parágrafo Único do art. 221, do Decreto nº 9.199/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0291750/2022.
Código: 322.163
Interessado: YVELORE DORCE.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não possui 15 (quinze) anos de residência por prazo indeterminado e, portanto, não atende à exigência contida no art. 67 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0129029/2021
Código: 134.004
Interessado: ROSELANDE DUPERIER

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que a requerente não apresentou os documentos necessários como Comprovante de residência dos quatro anos imediatamente anteriores a solicitação, Certidão de Antecedentes Criminais emitida pela Justiça Estadual e Federal dos locais onde residiu os quatro anos imediatamente anteriores a solicitação, bem como, se tratando de haitianos que possuem amparo legal no art. 16 c/c art.18 Lei 6815/80 c/c RN 97/12, deverá apresentar comprovação de sua situação laboral para fins da convalidação da permanência no Brasil no momento da instrução do processo de naturalização, atendendo ao disposto no art. 3º da Resolução Normativa nº 97/2012. Diante disso, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0128900/2021.
Código: 133.875
Interessado: MOLOU ISSOFOU.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou documentos válidos que comprovem a capacidade de comunicar-se em Língua Portuguesa e a ausência de antecedentes penais, não atendendo às exigências contidas nos incisos III e IV, art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0128792/2021
Código: 133.765
Interessado: ELDA DANIELA AGOSTINHO DE ALMEIDA AUGUSTO

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que a requerente não apresentou os documentos necessários como Certidão de Inscrição Consular para comprovar a correta grafia do nome e Passaporte completo. Diante disso, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 70 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0128754/2021
Código: 133.726
Interessado: ELDADE DANIELA AGOTINHO DE ALMEIDA AUGUSTO

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que a requerente não apresentou os documentos necessários como Declaração de Inscrição Consular para comprovar a correta grafia do nome e Passaporte completo. Diante disso, foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 70 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0128751/2021.
Código: 133.723
Interessado: NAZAR AYOUB.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou comprovante de residência, nos termos do art. 56 da Portaria nº 623/2020 e documento indicativo da capacidade de se comunicar em língua portuguesa (avaliação presencial) e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227, do Decreto nº 9.199/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0128225/2021.
Código: 133.138
Interessado: LAURIANA NGABITO NFUMU.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a menor não fixou residência em território nacional antes de completar 10 (dez) anos de idade, e portanto não atende à exigência contida no art. 70 da Lei nº 13.445/2017 c/c Parágrafo Único do art. 221, do Decreto nº 9.199/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0128196/2021.
Código: 133.106
Interessado: OLIVIA NGABITO NFUMU.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a menor não fixou residência em território nacional antes de completar 10 (dez) anos de idade, e portanto não atende à exigência contida no art. 70 da Lei nº 13.445/2017 c/c Parágrafo Único do art. 221, do Decreto nº 9.199/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0128158/2021.
Código: 133.065
Interessado: KELLY ROTIMI OWOLOJA.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente apresentou antecedentes criminais do país de origem, sem a Legalização da Embaixada do Brasil no respectivo país, bem como apresentou comprovante de que sabe se comunicar em língua portuguesa, sem a informação de avaliação presencial e sem histórico escolar, evidenciando assim o descumprimento às exigências contidas nos incisos III e IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0128130/2021.
Código: 133.028
Interessado: MARILIA FIORELLA MÉJICO MENDOZA BUENO.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não apresentou documento que comprove a capacidade de se comunicar em língua portuguesa, e portanto não atende à exigência contida no inciso III, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0128113/2021.
Código: 133.009
Interessado: LEONEL SOLANO FONSECA.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o

requerente não apresentou comprovante de residência, nos termos do art. 56 da Portaria nº 623/2020 e cópia do documento de viagem internacional e ausentou-se do território nacional em viagens internacionais pelo período um ano e onze meses (de 05/09/2017 a 04/08/2019), excedendo o prazo máximo de ausência do país para o caso concreto, e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 233, inciso II do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0128001/2021.
Código: 132.881
Interessado: MOHAMAD IMAM.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Federal e Estadual dos locais onde residiu nos últimos quatro anos, e ausentou-se do território nacional em viagens internacionais pelo período de 1 (um) ano, 3 (três) meses e 26 (vinte e seis) dias (de 07/06/2018 a 03/09/2019); 11 (onze) meses e 23 (vinte e três) dias (de 18/10/2019 a 11/10/2020) excedendo o prazo máximo de ausência do país para o caso concreto, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65, inciso II da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 233, inciso II, do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0127863/2021
Código: 132.740
Interessado: YUREIXY RILL SOTO

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou comprovante de residência atualizado, do ano imediatamente anterior a data do pedido, apresentou certificado de proficiência em língua portuguesa sem a comprovação de avaliação presencial, apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem sem a Legalização da Embaixada do Brasil no respectivo país e fora do prazo de validade, bem como, não apresentou a certidão da Justiça Estadual, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas nos incisos II, III e IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0127572/2021.
Código: 132.403
Interessado: DIANA JABER.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não apresentou comprovante de situação cadastral- CPF, certidão criminal dos locais onde residiu nos últimos 4 (quatro) anos e original da certidão criminal do país de origem, portanto, não atende às exigências contidas no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0127490/2021.
Código: 132.317
Interessado: SUMREN AHAD.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente, em nome do responsável pela menor, não informou a mudança de endereço, descumprindo o previsto no art. 50 da Portaria nº 623, de Novembro de 2020

"Art. 50. Nos procedimentos previstos nos Capítulos I, III, IV e V desta Portaria, cumpre ao

requerente:

I - informar endereço eletrônico quando do preenchimento do formulário de solicitação; " e portanto não atende à exigência contida no art. 70 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0127471/2021.
Código: 132.298
Interessado: MARIE STERNOON LAVEAU.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, ?indefere o pedido, tendo em vista que a requerente apesar de apresentar documento indicativo da capacidade de se comunicar em língua portuguesa, demonstrou muita dificuldade em se comunicar em língua portuguesa durante a entrevista pessoal, não cumprindo o disposto nos incisos II a IV do Art. 65 da Lei 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0127340/2021.
Código: 132.167
Interessado: ADRIANA ARAUZO HUISA.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não apresentou certidão ou inscrição consular, emitida por Embaixada ou Consulado no Brasil, comprovando a correta grafia do nome e filiação da interessada, declaração de interesse em traduzir ou adaptar o nome à língua portuguesa, certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Federal e Estadual dos locais onde residiu nos últimos quatro anos, atestado de antecedentes criminais ou documento equivalente emitido pelo país de origem legalizado e traduzido, no Brasil, por tradutor público juramentado e alteração de endereço, portanto, não atende às exigências contidas no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0127274/2021
Código: 132.103
Interessado: SERVILIO RUIZ ARNAUD

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou documento que comprove a residência pelo período de 4 (quatro) anos, já que não comprovou a redução de prazo com documento atualizado, não apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem, bem como, não apresentou a certidão da Justiça Estadual/Federal, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas nos incisos II e IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0127266/2021.
Código: 132.095
Interessado: MUBITA SUBUIWA SIKOTA.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não apresentou documentos indispensáveis à instrução do seu pedido, tais como: Certidão de Antecedentes Criminais emitida pela Justiça Federal e Estadual dos locais onde residiu nos últimos quatro anos; Atestado de Antecedentes Criminais ou documento equivalente emitido pelo país de origem legalizado e traduzido, no Brasil, por tradutor público juramentado, observada a Convenção sobre a eliminação da exigência de legalização de documentos públicos estrangeiros, promulgada pelo Decreto nº 8.660, de 29 de Janeiro de 2016; Comprovante de residência, nos termos do Art. 56 da Portaria Nº 623, de 13.11.2020; Documento indicativo da capacidade de se comunicar em língua portuguesa, razão pela qual foi notificada a apresentar tais documentos e não respondeu dentro do prazo previsto, havendo assim o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão de indeferimento do pedido e sem ter sido coletado os seus dados biométricos, uma vez que deixou de cumprir as exigências previstas no Art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c Art. 227 do Decreto nº 9.199/2017 e § 2º do Art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de Novembro de 2020, e demais requisitos previstos na legislação vigente.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0127191/2021.
Código: 132.023
Interessado: MARIE AMARANTE BONNET.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, tendo em vista que a requerente não apresentou comprovante de situação cadastral do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF; certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Federal dos locais onde residiu nos últimos quatro anos e cópia do documento de viagem internacional, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c inciso II e IV do art. 233, do Decreto nº 9.199/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0127135/2021.
Código: 131.967
Interessado: JEAN PROSPERE SAINT CYR.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Federal dos locais onde residiu nos últimos quatro anos e cópia do documento de viagem internacional; foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227, do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0127134/2021.
Código: 131.966
Interessado: HABIBA FRIKEL.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que após solicitação de complementação documental, a requerente não apresentou inscrição consular/certidão de nascimento, atestado de antecedentes criminais ou documento equivalente emitido pelo país de origem, legalizado e traduzido, comprovante de residência, situação cadastral de CPF e comprovante de residência a fim de subsidiar o tempo que vive no Brasil, contudo, não atende às exigências contidas nos incisos II e IV, art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0127073/2021.
Código: 131.933
Interessado: MAMADOU ALIOU DIALLO.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Estadual dos locais onde residiu nos últimos quatro anos; atestado de antecedentes criminais ou documento equivalente emitido pelo país de origem legalizado e traduzido, no Brasil, por tradutor público juramentado e documento indicativo da capacidade de se comunicar em língua portuguesa e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227, do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0127026/2021.
Código: 131.886
Interessado: JESEBINA CLAIRE WISEDARLY HYPPOLITE.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não possui residência por prazo indeterminado e portanto não atende à exigência contida no art. 70 da Lei nº 13.445/2017 c/c Parágrafo Único do art. 221, do Decreto nº 9.199/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0126940/2021.
Código: 131.799
Interessado: KENDRY GONZALEZ MONTES DE OCA.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui 4 (quatro) anos de residência por prazo indeterminado e, portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0126886/2021
Código: 131.744
Interessado: JOE AKIL

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a Polícia Federal constatou que o requerente possui mais de 12 (doze) anos de residência por prazo indeterminado, imediatamente anteriores ao pedido de naturalização. Entretanto, durante tal período teve ausências significativas do país, ficando por 91 (noventa e um) dias fora do país no ano anterior ao pedido e, também, mais de 21 (vinte e um) meses nos 4 (quatro) anos anteriores, prejudicando a contagem do prazo de permanência no país, conforme certidão de movimentos migratórios, em relação às condições especiais para diminuição do prazo de residência, as diligências realizadas não comprovaram o convívio familiar e assistência a prole, visto que, a esposa e filhos do requerente estariam residindo no exterior, portanto, não preenche as condições e não se enquadra na redução de prazo, portanto não atende à exigência contida no inciso II do art. 65, c/c o inciso III do art. 66, ambos da Lei nº 13.445/2017, c/c o inciso II do art. 235 do Decreto nº 9.199/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0126698/2021.
Código: 131.558
Interessado: ANGELICA CHRISTINE PICOT.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não possuem residência por prazo indeterminado em razão de não terem convalidado a residência, e, portanto, não atende à exigência contida no art. 70 da Lei nº 13.445/2017 c/c Parágrafo Único do art. 221, do Decreto nº 9.199/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0126671/2021.
Código: 131.531
Interessado: ATALSO DI FINMZAI MILIEN.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o menor não fixou residência em território nacional antes de completar 10 (dez) anos de idade, e portanto não atende à exigência contida no art. 70 da Lei nº 13.445/2017 c/c Parágrafo Único do art. 221, do Decreto nº 9.199/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0126545/2021.
Código: 131.406
Interessado: JEAN RENAUD TERZIER.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou atestado de antecedentes criminais ou documento equivalente emitido pelo país de origem legalizado e traduzido, no Brasil, por tradutor público juramentado; comprovante de residência, nos termos do art. 56 da Portaria nº 623/2020 e documento indicativo da capacidade de se comunicar em língua portuguesa; foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227, do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0126540/2021.
Código: 131.401
Interessado: FABIENNE LERANTIS TERZIER.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente não apresentou comprovante de residência, nos termos do art. 56 da Portaria nº 623/2020; atestado de antecedentes criminais emitido pelo país de origem legalizado, e traduzido no Brasil, por tradutor público juramentado e documento indicativo da capacidade de se comunicar em língua portuguesa; foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227, do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0126484/2021.
Código: 131.343
Interessado: YASIR REHMAN.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente apresentou antecedentes criminais do país de origem, sem a legalização da Embaixada do Brasil no respectivo país; e apresentou certificado de língua portuguesa, que não está previsto na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, evidenciando assim, o descumprimento às exigências contidas nos incisos III e IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0126404/2021.
Código: 131.260
Interessado: JOYNAL ABEDIN.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não apresentou documentos válidos que atestem ausência de antecedentes penais no país de nacionalidade e que comprovem que sabe se comunicar em Língua Portuguesa, não atendendo às exigências contidas nos incisos III e IV, art. 65, da Lei nº 13.445, de 2017, além dos itens 4, 5, e 9, do Anexo I, da Portaria 623/2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0126399/2021.
Código: 131.254
Interessado: PAOLA GAGGINI.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente não apresentou comprovante de residência, nos termos do art. 56 da Portaria nº 623/2020 e documento indicativo da capacidade de se comunicar em língua portuguesa; foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227, do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0126155/2021.
Código: 130.972
Interessada: NEPHETHAFA DECLEONA LOUIS.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 70 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0125946/2021.
Código: 130.750
Interessado: SIHAM AYOUB.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não apresentou documento que comprove a residência pelo período de 15 (quinze) anos e portanto não atende à exigência contida no art. 67 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0125941/2021.
Código: 130.744
Interessado: MOIRA COROMOTO ROMERO RAMOS.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente se ausentou por 514 (quinhentos e quatorze) dias do Brasil, no período que compreende os anos 2019 a 2021, excedendo o prazo máximo de ausência do país e portanto não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c §2º, art. 233, do Decreto nº 9.199/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0125721/2021
Código: 130.487
Interessado: SEVASTYAN NUZHNYY

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o menor não fixou residência em território nacional antes de completar 10 (dez) anos de idade, e portanto não atende à exigência contida no art. 70 da Lei nº 13.445/2017 c/c Parágrafo Único do art. 221, do Decreto nº 9.199/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0125504/2021.
Código: 130.258
Interessado: SCOTT ALAN SCHOLTENS

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou documentos válidos que comprovem a ausência de antecedentes criminais, não atendendo às exigências contidas no inciso IV, art.65, da Lei nº 13.445, de 2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0125294/2021.
Código: 130.033
Interessado: MAHMOUD SAAB.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não atende às exigências contidas nos incisos III e IV, art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0125162/2021.
Código: 129.881
Interessado: LUIS FILIPE RIBEIRO COSTA.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou cópia da Carteira de Registro Nacional Migratório; comprovante de situação cadastral do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF; certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Federal e Estadual dos locais onde residiu nos últimos quatro anos; atestado de antecedentes criminais ou documento equivalente emitido pelo país de origem legalizado e traduzido, no Brasil, por tradutor público juramentado; comprovante de residência, nos termos do art. 56 da Portaria nº 623/2020; cópia do documento de viagem internacional; documento indicativo da capacidade de se comunicar em língua portuguesa; certidão de casamento atualizada; declaração conjunta de ambos os cônjuges ou companheiros, sob as penas da lei, a respeito da continuidade de efetiva união e convivência, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227, do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0125153/2021.
Código: 129.872
Interessado: ADRIANA RICO GUEVARA.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não atende à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017, bem como do anexo I, da Portaria-MJSP nº 623/22020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0124815/2021.
Código: 129.516
Interessado: HUSSAM ALSET.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários como a certidão de antecedentes criminais do país de origem com a Legalização da Embaixada do Brasil no respectivo país, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0124773/2021.
Código: 129.459
Interessado: WASCAR VASQUEZ GARCIA.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente apresentou certificado de curso à distância sem a informação de avaliação presencial, não cumprindo o disposto na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, e portanto não atende à exigência contida no inciso III, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0124361/2021
Código: 129.008
Interessado: FREDO VITAL

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi

notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, deixando assim, de anexar todos os documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, portanto, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0124214/2021.
Código: 128.848
Interessado: DADOU SILE.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou comprovante de situação cadastral do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF; certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Estadual dos locais onde residiu nos últimos quatro anos; comprovante de residência, nos termos do art. 56 da Portaria nº 623/2020; cópia do documento de viagem internacional e documento indicativo da capacidade de se comunicar em língua portuguesa; foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227, do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0124103/2021.
Código: 128.738
Interessado: ZEINAB KHAYATA.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou formulário devidamente preenchido e assinado dirigido à Coordenação de

Processos Migratórios da Coordenação-Geral de Política Migratória do Departamento de Migrações da Secretaria Nacional de Justiça, comprovante de residência que pode ser algum dos documentos previstos no art. 56 da

Portaria nº 623, de 13.11.2020 e conforme consulta dos movimentos migratórios, não permaneceu no Brasil pelo prazo de 1 ano, portanto, não atende às exigências contidas no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0124057/2021
Código: 128.692
Interessado: WANIS GUE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, deixando assim, de anexar todos os documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, portanto, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0123993/2021.
Código: 128.628
Interessado: SHEYLA JANAINA CUHARETI PEREZ.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não apresentou Inscrição Consular/certidão de nascimento criminais ou documento equivalente emitido pelo país de origem legalizado e traduzido, no Brasil, por tradutor público juramentado, cópia de (TODAS AS PÁGINAS) do documento de viagem internacional, ainda que vencido, observadas as regras do Mercosul, cópia da Carteira de Registro Nacional Migratório, ainda que vencida, do naturalizando e via original para conferência, comprovante de residência, nos termos do art. 56 da Portaria N°623, de 13 de novembro de 2020, comprovante de situação cadastral do CPF, cópia de documento de identificação do representante legal e comprovação da representação e declaração escolar, portanto, tendo em vista o não cumprimento do art.70 da Lei nº 13.445, de 2017, e demais requisitos previstos na legislação vigente, proponho o indeferimento do pedido.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0123922/2021.
Código: 128.556
Interessado: MUHAMMAD JAWED.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente excedeu o prazo máximo de ausência do país e portanto não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c §2º, art. 233, do Decreto nº 9.199/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0123840/2021
Código: 128.476
Interessado: JEAN BERLIN ANTOINE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou a certidão da Justiça Federal, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0123555/2021.
Código: 128.150
Interessado: JEANCY RYAN BOKOTA LOMALIZA.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui prazo de residência por tempo indeterminado suficiente e portanto não atende à exigência contida no art. 70 da Lei nº 13.445/2017 c/c Parágrafo Único do art. 221, do Decreto nº 9.199/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0123294/2021.
Código: 127.885
Interessado: ALIETTE LYSIUS.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente após solicitação de complementação documental não apresentou documento que comprove sua proficiência em língua portuguesa, atestado de antecedentes criminais ou documento equivalente emitido pelo país de origem legalizado e traduzido, no Brasil, por tradutor público juramentado e certidão de antecedentes da Justiça Federal, portanto, não atende às exigências contidas nos incisos III e IV, art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0123273/2021.
Código: 127.861
Interessado: TORMY FORTUMA.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente apresentou documento como forma de comprovar a capacidade de comunicar-se em língua portuguesa em desacordo com as disposições da Portaria 623 de 13 de novembro de 2020, seja pelo fato do curso ter sido realizado exclusivamente na modalidade EAD, sem nenhuma avaliação presencial, não apresentou certidão de antecedentes criminais ou documento equivalente emitido pelo país de origem legalizado e traduzido e certidão de antecedentes penais da Justiça Federal Brasileira, portanto, não atende às exigências contidas nos incisos III e IV, art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0123165/2021.
Código: 127.742
Interessado: ENEL SAINT FLEUR.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o curso de proficiência em língua portuguesa foi realizado exclusivamente na modalidade EAD, com ausência de qualquer tipo de avaliação presencial do requerente, portanto, não atende às exigências contidas nos inciso III, art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0122764/2021.
Código: 127.292
Interessado: ANTONIA GASPAR MATEUS FACHA RICARDO.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente não apresentou os documentos necessários como (Atestado de antecedentes criminais emitido pelo país de origem, devidamente traduzido e legalizado, Certidão de antecedentes criminais emitida pela justiça Federal), foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0122463/2021.
Código: 126.954
Interessado: DIANA MUAKEA.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente se ausentou por 3 anos e 7 meses do Brasil e ainda encontrar-se no Exterior, sem previsão de retorno, de acordo com as informações trazidas aos autos pela autoridade policial, não cumprindo o disposto no inciso II do Art. 65 da Lei 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0122041/2021.
Código: 126.505
Interessado: MAMA DIAKHOUMPA.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020,?indefere o pedido, tendo em vista que o requerente é maior de idade e não fixou residência em território nacional antes de completar 10 (dez) anos de idade, e portanto não atende à exigência contida no art. 70 da Lei nº 13.445/2017 c/c Parágrafo Único do art. 221, do Decreto nº 9.199/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0121987/2021.
Código: 126.449
Interessado: SANTIAGO GAONA SUAREZ.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o representante e o menor não compareceram para conferência dos documentos físicos após serem convocados e, portanto não atende à exigência contida no art. 70 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0121946/2021.
Código: 126.403
Interessado: OUSSEYNOU GUEYE.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou comprovante de situação cadastral do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF; certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Federal e Estadual dos locais onde residiu nos últimos quatro anos; comprovante de residência, nos termos do art. 56 da Portaria nº 623/2020 e cópia do documento de viagem internacional; foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227, do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0121251/2021
Código: 125.641
Interessado: MAYDA JOANNE PETRO

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, deixando assim, de anexar todos os documentos exigidos pela Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, não cumprindo, portanto, os requisitos do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0120537/2021.
Código: 124.890
Interessado: KENDY PIERRE LOUIS.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não atende às exigências contidas nos incisos III e IV, art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0119524/2021
Código: 123.799
Interessado: SONHIBOU GAYE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente

apresentou certificado de curso à distância sem a informação de avaliação presencial, não cumprindo o disposto na Portaria retromencionada, bem como, não apresentou a certidão da Justiça Federal, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas nos incisos II e IV do art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0119388/2021.
Código: 123.663
Interessado: HYACINTH EZIHE.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente se ausentou por 3 (três) anos do Brasil e portanto não atende à exigência contida no art. 67 da Lei nº 13.445/2017, c/c §3º, art. 238, do Decreto nº 9.199/2017.?

Assunto: Arquivamento do pedido
Processo: 235881.0119233/2021
Código: 123.504
Interessado: ROSALINA MANUEL QUARTA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, arquiva o pedido, tendo em vista

que já existe outro pedido deferido que concedeu naturalização à requerente (processo nº 08377.000281/2019-52).

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0118653/2021.
Código: 122.884
Interessado: RODRIGO MEDINA DOBELIS.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários como (Comprovante de endereço atualizado), foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0118501/2021.
Código: 122.716
Interessado: RAMÓN HERNÁNDEZ ANDREU.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui residência por prazo indeterminado e, portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017 c/c art. 221, do Decreto nº 9.199/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0118314/2021
Código: 122.528
Interessado: JUDSON NEPTUNE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários como comprovante de residência atualizado, em que pese divergência de endereço do cadastro no sistema Naturalizar-se e no SISMIGRA. Diante disso, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 70 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0118309/2021
Código: 122.523
Interessado: FRISNA ORELUS

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que a requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, tendo em vista o não cumprimento do art. 70 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0118158/2021.
Código: 122.373
Interessado: PHARA NEMOURS.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não possui 4 anos de residência por prazo indeterminado e, portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0118135/2021
Código: 122.351
Interessado: HIYAM AHMAD

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente se ausentou por 1 ano, 10 meses e 12 dias do Brasil e, portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c §2º, art. 233, do Decreto nº 9.199/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0118042/2021
Código: 122.258
Interessado: SAMYCA STEPH LEA DESROSIERS

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que a requerente não apresentou os documentos necessários como Carteira de Registro Nacional Migratório dos responsáveis e Comprovante de residência em nome do responsável pela menor, foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 70 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0117783/2021.
Código: 121.974
Interessado: MHD KHALED JAMEH.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente se ausentou por 1406 (mil, quatrocentos e seis) dias do Brasil e portanto não atende à exigência contida no Art. 67 da Lei nº 13.445/2017, c/c Art. 237, inciso I do Decreto nº 9.199/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0117582/2021.
Código: 121.768
Interessado: MAHMOUD SALEM KAMAL SALEM.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou atestado de antecedentes criminais ou documento equivalente emitido pelo país de origem legalizado e traduzido, no Brasil, por tradutor público juramentado (apresentou apenas a tradução), Comprovante de situação cadastral do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Federal e Estadual dos locais onde residiu nos últimos quatro anos, cópia de todas as páginas do documento de viagem internacional, ainda que vencido, observadas as regras do Mercosul, certidão de casamento atualizada, comprovante de pelo menos uma avaliação presencial no estabelecimento responsável ou, no caso de discente domiciliado em local diverso da sede, em instituição de educação superior, documentos que comprovem seu tempo de residência no Brasil nos últimos 4 anos e certidão ou inscrição consular, emitida por Embaixada ou Consulado no Brasil, comprovando a correta grafia do nome e filiação do interessado, portanto, não atende às exigências contidas nos incisos II, III e IV, art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0117575/2021.
Código: 121.762
Interessado: SEBASTIAN MICHEL.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de Novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de Novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que a requerente não apresentou o Atestado de Frequência Escolar atualizado ou outros documentos que atestem a residência contínua e ininterrupta do interessado no País, e embora notificada, não apresentou o documento solicitado dentro do prazo previsto, deixando assim de cumprir as exigências implícitas no art. 70 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0117485/2021.
Código: 121.663
Interessado: MIRA LA PAIX.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários como a certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Estadual dos locais onde residiu, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017."

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0117466/2021.
Código: 121.644
Interessado: KENNY VALCIN.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de Novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de Novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente foi notificada e não apresentou o interessado na Polícia Federal para conferência dos documentos originais e coleta biométrica, deixando assim de cumprir as exigências previstas no Art. 70 da Lei nº 13.445/2017, c/c Art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e § 2º do art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de Novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0117449/2021.
Código: 121.625
Interessado: IDONA NAICHA CHARLES.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de Novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de Novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido em nome de sua filha, tais como: Inscrição Consular/Certidão de nascimento ou documento equivalente emitido pelo país de origem legalizado e traduzido, no Brasil, por tradutor público juramentado, pelo que foi notificado e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, ensejando assim o não cumprimento do Art. 70 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0117431/2021.
Código: 121.604
Interessado: SERIGNE FALLOU GUEYE.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou documentos que comprovem a residência no pais pelo período de 04 (quatro) anos ininterruptos, não apresentou certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Estadual dos locais onde residiu nos últimos quatro anos (Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e não apresentou documento indicativo da capacidade de comunicar-se em língua portuguesa conforme o art. 5º, da Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020 e, embora notificado a complementar a documentação, não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Policia Federal com sugestão pelo indeferimento do pedido sem conferencia dos documentos originais e sem a coleta de dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências contidas nos incisos II, III e IV, art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0117426/2021.
Código: 121.597
Interessado: NEDFADJIE EMMANUELLA CHARLES.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de Novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido de sua filha, tais como: Inscrição Consular/Certidão de nascimento devidamente traduzida e legalizada; Comprovante de residência nos termos do Art. 56 da Portaria 623 de 13 de novembro de 2020 e; Declaração Escolar, pelo que foi notificado a complementar tais documentos e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, não cumprindo assim as exigências contidas no Art. 70 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0117363/2021
Código: 121.522
Interessado: ALYAA KHALED

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que a requerente não apresentou comprovante de realização de prova presencial, foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no inciso III, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0117188/2021.
Código: 121.330
Interessado: BADARA BABOU.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui residência por prazo indeterminado nos anos anteriores ao pedido de naturalização e portanto não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0117108/2021.
Código: 121.248
Interessado: NANGO NASSIBATOU NAKOH.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de Novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de Novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a menor interessada não fixou residência em território nacional antes de completar 10 (dez) anos de idade, e portanto não atende à exigência contida no Art. 70 da Lei nº 13.445/2017 c/c Parágrafo Único do Art. 221, do Decreto nº 9.199/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0116981/2021.
Código: 121.113
Interessado: BENTO FRANCISCO MANUEL.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem sem a Legalização da Embaixada do Brasil no respectivo país e não apresentou documento que comprove a residência pelo período de 15 (quinze) anos, portanto, não atende à exigência contida no art. 67 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0116645/2021.
Código: 120.753
Interessado: GIORKIS BADEL.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem sem a tradução feita por tradutor público habilitado no Brasil, não apresentou documento que comprove a residência, e não apresentou a certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Federal e Estadual dos locais onde residiu, portanto, não atende às exigências contidas nos incisos II e IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017."

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0116269/2021.
Código: 120.319
Interessado: MANSOR DHAINI.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem sem a Legalização da Embaixada do Brasil no respectivo país, apresentou certificado de curso à distância sem a informação de avaliação presencial, e não apresentou a certidão de antecedentes criminais da Justiça Estadual, portanto, não atende às exigências contidas nos incisos III e IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0116113/2021.
Código: 120.160
Interessado: MOHAMMAD SOHEL RANA.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou documento que comprove a residência pelo período de 04 (quatro) anos, apresentou certificado de proficiência em língua portuguesa sem a comprovação de avaliação presencial, apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem sem a Legalização da Embaixada do Brasil no respectivo país e sem a tradução feita por tradutor público habilitado no Brasil, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65, incisos II, III e IV da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0116085/2021.
Código: 120.123
Interessado: FRANTZ FETHIERE.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem e apresentou certificado de curso à distância sem a informação de avaliação presencial, portanto não atende às exigências contidas nos incisos III e IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017."

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0116054/2021.
Código: 120.081
Interessado: RAMI ABOU MOGHDEB.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou comprovante de residência, nos termos do art. 56 da Portaria nº 623/2020 e documento indicativo da capacidade de se comunicar em língua portuguesa e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227, do Decreto nº 9.199/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0115895/2021
Código: 119.901
Interessado: DIANA MARIA CUBILLOS ARCILA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que a requerente não apresentou documento que comprove a residência pelo período de 4 (quatro) anos, já que não comprovou a redução de prazo, não apresentou o atestado de antecedentes criminais do país de origem, bem como, não apresentou a a certidão da Justiça Estadual/Federal, foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos da requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas nos incisos II e IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0115889/2021.
Código: 119.895
Interessado: FILIPPO CENTEMERO.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitado ao requerente a apresentação da tradução do atestado de antecedentes criminais do país de origem, a apresentação da certidão da Justiça Federal e a apresentação de comprovantes de residência de cada um dos anos, que não foram apresentados até a presente data, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento do art. 67 da Lei 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0115875/2021.
Código: 119.879
Interessado: ALI EL KHATIB.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o menor e grupo familiar não se encontram no endereço, não atualizaram os dados cadastrais conforme a exigência em legislação, e portanto não atende à exigência contida no art. 70 da Lei nº 13.445/2017."

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0115695/2021.
Código: 119.678
Interessado: BLAGENCHY C NICKEL MERV"

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o menor não fixou residência em território nacional antes de completar 10 (dez) anos de idade, e portanto não atende à exigência contida no art. 70 da Lei nº 13.445/2017 c/c Parágrafo Único do art. 221, do Decreto nº 9.199/2017."

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0115676/2021.
Código: 119.659
Interessado: SLOVENCHY A BALDERAMCHY MERVEUS.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o menor não fixou residência em território nacional antes de completar 10 (dez) anos de idade, e portanto não atende à exigência contida no art. 70 da Lei nº 13.445/2017 c/c Parágrafo Único do art. 221, do Decreto nº 9.199/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0115485/2021.
Código: 119.465
Interessado: RANDY NGAYAP OUSMANOU.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou comprovante de residência, nos termos do art. 56 da Portaria nº 623/2020 e cópia do documento de viagem internacional e ausentou-se por período superior a três meses no período de um ano e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227, do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0115475/2021
Código: 119.455
Interessado: ANTON ALEXEYEVICH SANNIKOV

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários como certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Estadual e Federal dos locais onde residiu os últimos quatro anos e passaporte completo, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0021909/2021
Código: 021.996
Interessado: BENISSON JEAN MICHEL

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui 15 (quinze) anos de residência por prazo indeterminado e portanto não atende à exigência contida no art. 67 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0059387/2021
Código: 059.492
Interessado: JEREMY MAIRET

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente se ausentou por 965 dias do Brasil e portanto não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0057722/2021
Código: 057.801
Interessado: SAMBA TRAORE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem, legalizado e traduzido, no Brasil, por tradutor público juramentado, bem como não apresentou certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Estadual, e portanto não atende à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0047702/2021
Código: 047.773
Interessado: MOHAMAD BAWABIJI

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente apresentou certificado de proficiência em língua portuguesa sem a informação de avaliação presencial e, em 01 de novembro de 2022 foi agendada entrevista por esta Divisão para fins de comprovação de que o interessado sabe se comunicar em língua portuguesa, mas não compareceu. Desta forma, não cumpre o disposto na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, bem como, não atende à exigência contida no inciso III, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0027813/2021
Código: 027.899
Interessado: ASS MALICK DIACK

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários como comprovante de residência referente aos quatro anos imediatamente anteriores a solicitação, certificado de proficiência em língua portuguesa, certidão de antecedentes criminais emitida pela justiça estadual e federal dos locais onde residiu e certidão de antecedentes criminais emitida pelo país de origem, devidamente legalizada e traduzida no Brasil, por tradutor público juramentado. Diante disso, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0023197/2021.
Código: 023.284
Interessado: WILFREDO SOTO ANEZ.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários como a certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Federal e Estadual dos locais onde residiu e a certidão de antecedentes criminais ou documento equivalente emitido pelos países onde residiu, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0020102/2021
Código: 020.188
Interessado: JEAN WOODSON JOSEPH

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários como carteira de registro nacional migratório, comprovante de residência referente aos quatro anos imediatamente anteriores a solicitação, certificado de proficiência em língua portuguesa, certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça estadual e federal dos locais onde residiu e certidão de antecedentes criminais emitida pelo país de origem, devidamente legalizada e traduzida no Brasil, por tradutor público juramentado. Diante disso, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0019621/2020
Código: 019.707
Interessado: JAMENSON JEAN BAPTISTE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários como certidão de antecedentes criminais emitida pelo país de origem, devidamente legalizada e traduzida no Brasil, por tradutor público juramentado. Diante disso, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº?235881.0017790/2020.
Código: 017.876
Interessado: RAJIV BHALL.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários como a certidão de antecedentes criminais ou documento equivalente emitido pelos países onde residiu dentro do prazo de validade, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0115344/2021.
Código: 119.323
Interessado: YUSSIF LUKMAN.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui residência por prazo indeterminado e portanto não atende à exigência contida no art. 70 da Lei nº 13.445/2017 c/c Parágrafo Único do art. 221, do Decreto nº 9.199/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0115139/2021.
Código: 119.100
Interessado: FORID ALI.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou certidão de casamento atualizada e não foi comprovado a continuidade da efetiva união e convivência dos companheiros e não foi localizado no endereço fornecido não comprovando a convivência com os filhos também e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227, do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0114545/2021
Código: 118.412
Interessado: FATON LEVEILLE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou documento que comprove a residência pelo período de 4 (quatro) anos, apresentou certificado de curso à distância sem a informação de avaliação presencial, não cumprindo o disposto na Portaria retromencionada, apresentou somente a tradução do atestado de antecedentes criminais do país de origem, bem como, não apresentou a certidão da Justiça Estadual/Federal, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas nos incisos II, III e IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0114116/2021.
Código: 117.935
Interessado: BRUCE KODIA BRUCE.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente apresentou certificado de língua portuguesa, sem histórico escolar e sem a informação de avaliação presencial, evidenciando assim o não cumprimento do inciso III do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0113818/2021.
Código: 117.621
Interessado: GIORGIO MENEGON.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou o documento original de atestado de antecedentes criminais emitido pelo país de origem legalizado e traduzido, no Brasil na conferência física dos documentos e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento, portanto, não atende à exigência contida no art. 67 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 233, inciso IV do Decreto nº 9.199/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0113796/2021
Código: 117.600
Interessado: STANLEY CHIBUIKE CHIGBU

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui naturalização provisória a ser convertida em definitiva, e portanto não atende a exigência contida no parágrafo único do art. 70 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0113724/2021.
Código: 117.529
Interessado: JACKSON LUBERISSE.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou atestado de antecedentes criminais emitido pelo seu país de origem legalizado (apresentou atestado do Juiz de Paz); comprovante de residência, nos termos do art. 56 da Portaria nº 623/2020; cópia do documento de viagem internacional e documento indicativo da capacidade de se comunicar em língua portuguesa e, portanto, não atende às exigências contida nos incisos II a IV do art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0113356/2021.
Código: 117.160
Interessado: FRENES VERDIEU.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Federal dos locais onde residiu nos últimos quatro anos; atestado de antecedentes criminais emitido pelo país de origem legalizado e traduzido, no Brasil, por tradutor público juramentado; comprovante de residência, nos termos do art. 56 da Portaria nº 623/2020; cópia do documento de viagem internacional e documento indicativo da capacidade de se comunicar em língua portuguesa; foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227, do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0113140/2021.
Código: 116.953
Interessado: VAMBA NDOMBASI PEDRO.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitado

comprovante de residência, nos termos do art. 56 da Portaria nº 623/2020, por três vezes ao representante e não foi cumprido dentro do prazo legal, Indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento do art. 70 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0113101/2021.
Código: 116.914
Interessado: LAURA ANDREA CRISTIAN MOSQUERA.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não possui 4 anos de residência por prazo indeterminado e, portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0112823/2021
Código: 116.620
Interessado: MARTELLY JUNIOR PETIT HOMME JUNIOR

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários como carteira de registro nacional migratório completo, comprovante de residência dos últimos quatro anos anteriores a solicitação, certificado de proficiência em língua portuguesa, certidão de antecedentes criminais emitida pela justiça estadual e federal dos locais onde residiu os últimos quatro anos e certidão de antecedentes criminais emitida pelo país de origem, devidamente legalizada e traduzida no Brasil, por tradutor público juramentado. Diante disso, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0112712/2021.
Código: 116.495
Interessado: FLORENCIA PAULO NHAVENGE TIMBANE.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, tendo em vista que a requerente não apresentou comprovante de situação cadastral do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF;

certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Federal e Estadual dos locais onde residiu nos últimos quatro anos; atestado de antecedentes criminais emitido pelo seu país de origem legalizado, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c inciso II a IV do art. 233, do Decreto nº 9.199/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0112555/2021
Código: 116.311
Interessado: CARMELINE TSHILANDA MUDIAYI

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente apresentou certificado de curso à distância sem a informação de avaliação presencial, não cumprindo o disposto na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, e portanto não atende à exigência contida no inciso III, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Arquivamento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0111975/2021.
Código: 115.643
Interessado: OMAR HABIBULLAH.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, arquiva o pedido tendo em vista que que já existe(m) outro(s) pedido(s) em andamento em nome do/a requerente, números 115.644.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0111937/2021.
Código: 115.599
Interessado: TAJ ALSHAM OSMANE.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a representante e o menor não compareceram para conferência dos documentos físicos após serem convocados várias vezes e, portanto não atende à exigência contida no art. 70 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0111858/2021.
Código: 115.487
Interessado: EPIFANIO NCANHA BEDETA.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou atestado de antecedentes criminais ou documento equivalente emitido pelo país de origem legalizado e traduzido, no Brasil, por tradutor público juramentado, comprovante de residência, nos termos do art. 56 da Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020 e documentos que comprovem seu tempo de residência no Brasil no último ano, portanto, não atende às exigências contidas nos incisos II e IV, art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0111846/2021.
Código: 115.470
Interessado: MALKIT SINGH.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou documento indicativo da capacidade de se comunicar em língua portuguesa válido e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227, do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0111626/2021.
Código: 115.254
Interessado: MAMADOU NDIAYE.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Estadual dos locais onde residiu nos últimos quatro anos; atestado de antecedentes criminais emitido pelo país de origem legalizado; comprovante de residência, nos termos do art. 56 da Portaria nº 623/2020 e documento indicativo da capacidade de se comunicar em língua portuguesa; foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227, do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0111559/2021
Código: 115.184
Interessado: ZIAD MUSTAPHA EL RIFI

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou Certidão de Antecedentes Criminais emitida pela Justiça Estadual e Federal dos locais onde residiu e Certidão de Antecedentes Criminais do país de origem, legalizada e traduzida no Brasil, por tradutor público juramentado, bem como dentro do prazo de validade. Diante disso, foi solicitado ao requerente e não apresentou a documentação até a presente data. Portanto, não atende à exigência contida no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0110573/2021
Código: 114.101
Interessado: BANEL OREUS

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que foi solicitado ao requerente a apresentação do atestado de antecedentes criminais do país de origem, que não foi apresentado até a presente data, tendo em vista o não cumprimento do inciso IV do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0110518/2021
Código: 114.046
Interessado: REBECCA NETDJINA OXINAT

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que a requerente não apresentou os documentos necessários como Carteira de Registro Nacional Migratório do responsável legal e Comprovante de residência atualizado em nome do responsável legal. Diante disso, foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto, tendo em vista o não cumprimento do art. 70 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0110068/2021.
Código: 113.550
Interessado: SHEPHA TERRY MARIE NISSIE EDMOND.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente (interessada) não obteve sua residência permanente antes dos 10(dez) anos de idade, portanto, de acordo com o Art. 70° da Lei 13.445/17, não poderá obter a naturalização provisória.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0109921/2021.
Código: 113.392
Interessado: MARIE GABRIELLE LEGRAND ORACIUS.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de Novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que na entrevista presencial constatou-se que a requerente não fala e nem mesmo responde a perguntas simples em português, sendo que sua fala é incompreensível, não atendendo assim aos requisitos previstos no Inciso III do Art. 65 da Lei 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0109913/2021.
Código: 113.384
Interessado: BRAVIUS EXAVIER.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, tendo em vista que o requerente não apresentou comprovante de situação cadastral do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF; certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Federal dos locais onde residiu nos últimos quatro anos; atestado de antecedentes criminais emitido pelo seu país de origem, legalizado e traduzido, no Brasil, por tradutor público juramentado; comprovante de residência, nos termos do art. 56 da Portaria nº 623/2020; cópia do documento de viagem internacional e documento indicativo da capacidade de se comunicar em língua portuguesa, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c inciso II a IV do art. 233, do Decreto nº 9.199/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0109718/2021.
Código: 113.172
Interessado: FERYAL ALBITAR.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de Novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que foi solicitado à requerente a apresentação de comprovante de que sabe se comunicar em língua portuguesa e a requerente não apresentou documento previsto na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, além de ter sido constatado durante o seu atendimento presencial que a mesma não demonstrou capacidade de se comunicar em língua portuguesa, deixando assim de cumprir as exigências previstas no Inciso III do Art. 65 da Lei 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0109505/2021.
Código: 112.937
Interessado: JUAN MIGUEL MESA PEREZ.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de Novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de Novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que no momento da conferência presencial dos documentos o requerente não apresentou o original da Certidão de Antecedentes Criminais expedida no país de origem, e embora devidamente notificado, não apresentou referido documento no prazo legal, deixando assim de atender às exigências contidas no inciso IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0109355/2021.
Código: 112.781
Interessado: FABIENNE MAITRE.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não apresentou a Certidão de Antecedentes Criminais emitida pelo país de origem, devidamente legalizada, razão pela qual foi notificada a complementar referido documento e não respondeu dentro do prazo previsto, havendo o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão de indeferimento do pedido e sem ter sido coletado os seus dados biométricos, deixando assim de cumprir à exigência contida no Inciso IV do Art. 65 da Lei nº 13.445/2017, e demais requisitos previstos na legislação vigente.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0109029/2021.
Código: 112.409
Interessado: INAYAT UL HAQ.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui 4 (quatro) anos de residência por prazo indeterminado e, portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0108912/2021.
Código: 112.286
Interessado: SOPHONIE JULES.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, uma vez que o requerente não apresentou, devidamente legalizado, o Atestado de Antecedentes Criminais ou documento equivalente emitido pelo país de origem, traduzido no Brasil, por tradutor público juramentado, observada a Convenção sobre a eliminação da exigência de legalização de documentos públicos estrangeiros, promulgada pelo Decreto nº 8.660, de 29 de Janeiro de 2016, bem como a Certidão de Antecedentes Criminais emitida pela Justiça Federal e Estadual dos locais onde residiu nos últimos quatro anos, razão pela qual foi notificado a apresentar referida documentação e não respondeu dentro do prazo previsto, havendo o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão de indeferimento do pedido e sem ter sido coletado os seus dados biométricos, deixando assim de cumprir à exigência contida no Inciso IV do Art. 65 da Lei nº 13.445/2017, e demais requisitos previstos na legislação vigente.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0108844/2021.
Código: 112.217
Interessado: ALTIDE DURALUS.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, tendo em vista que o requerente não apresentou atestado de antecedentes criminais emitido pelo seu país de origem, legalizado; comprovante de residência, nos termos do art. 56 da Portaria nº 623/2020 e cópia do

documento de viagem internacional, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c inciso III e IV do art. 233, do Decreto nº 9.199/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0108763/2021.
Código: 112.132
Interessado: HELDER POLICARPO GONÇALVES.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Federal dos locais onde residiu nos últimos quatro anos; atestado de antecedentes criminais ou documento equivalente emitido pelo país de origem legalizado e válido; comprovante de residência, nos termos do art. 56 da Portaria nº 623/2020; cópia do documento de viagem internacional; além de ter permanecido ausente do Brasil pelo prazo de 1 (um) ano e 92 dias (02/09/2019 a 4/12/2020) e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227, do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0108449/2021.
Código: 111.776
Interessado: ABLAYE SAMB.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui 4 (quatro) anos de residência por prazo indeterminado e, portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0108346/2021.
Código: 111.673
Interessado: CHRISMANN DORCE.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou atestado de antecedentes criminais emitido pelo seu país de origem legalizado (apresentou atestado do Juiz de Paz) e, portanto, não atende às exigências contida no inciso IV do art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017.

LIGIA MARIA DUARTE PEREIRA
Substituta

DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.686, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA - SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Filme: AVÓ DEZANOVE E O SEGREDO DO SOVIÉTICO (Brasil / Portugal - 2022)
Produtor(es): Antônio Junior
Diretor(es): João Ribeiro
Distribuidor(es): OLHAR DISTRIBUIÇÃO
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Infantil
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Contém: Violência e Drogas Lícitas
Processo: 08017.002096/2022-97
Requerente: OLHAR DISTRIBUIÇÃO DE FILMES LTDA.

CARLOS ANTÔNIO RAMOS DANTAS

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.687, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA - SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Trailer: AS MÚMIAS E O ANEL PERDIDO - TRAILER 1F (MUMMIES, Estados Unidos da América - 2022)
Diretor(es): Juan Jesus Garcia Galocha
Distribuidor(es): WARNER BROS (SOUTH) INC
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Animação/Aventura
Classificação Atribuída: livre
Processo: 08017.002153/2022-38
Requerente: SET SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA

CARLOS ANTÔNIO RAMOS DANTAS

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.688, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA - SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Trailer: ALERTA MÁXIMO - TRAILER 4 (PLANE, Estados Unidos da América - 2022)
Produtor(es): Lorenzo Di Bonaventura/Mark Vahradian/Marc Butan/Gerard Butler/Alan Siegel
Diretor(es): Jean-François Richet
Distribuidor(es): SM DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA. / PARIS FILMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Ação/Suspense
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 20 (vinte) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência
Processo: 08017.002160/2022-30
Requerente: SET SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA

CARLOS ANTÔNIO RAMOS DANTAS

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.689, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA - SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Trailer: A FARSA - TRAILER (MASCARADE - TRAILER, França - 2022)
Produtor(es): Les Films Du Kiosque/Pathé
Diretor(es): Nicolas Bedos
Distribuidor(es): DIAMOND FILMS DO BRASIL
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Gênero: Drama/Romance/Policial
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 20 (vinte) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Conteúdo Sexual , Drogas Lícitas e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.002162/2022-29
Requerente: DIAMOND FILMS DO BRASIL

CARLOS ANTÔNIO RAMOS DANTAS

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.690, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA - SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Trailer: DECISÃO DE PARTIR (DECISION TO LEAVE, Coréia do Sul - 2022)
Produtor(es): Moho Film
Diretor(es): Park Chan-Wook
Distribuidor(es): DIAMOND FILMS DO BRASIL
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Policial/Romance
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 20 (vinte) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência e Drogas Lícitas
Processo: 08017.002167/2022-51
Requerente: GISELE CRUZ DE CARVALHO

CARLOS ANTÔNIO RAMOS DANTAS

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.691, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA - SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Trailer: GATO DE BOTAS 2 - O ÚLTIMO PEDIDO - TRAILER 4G (PUSS IN BOOTS - THE LAST WISH, Estados Unidos da América - 2022)
Produtor(es): Mark Swift
Diretor(es): Joel Crawford/Januel Mercado
Distribuidor(es): WARNER BROS (SOUTH) INC
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Animação
Classificação Atribuída: livre
Contém: Violência Fantasiosa
Processo: 08017.002169/2022-41
Requerente: SET SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA

CARLOS ANTÔNIO RAMOS DANTAS

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

ATA DA 205ª SESSÃO ORDINÁRIA DE JULGAMENTO REALIZADA EM 9 DE NOVEMBRO DE 2022

Às 10h05 do dia 09 de novembro de dois mil e vinte e dois, o Presidente do Cade, Alexandre Cordeiro Macedo, declarou aberta a presente sessão, realizada sob a forma remota conforme pauta publicada no Diário Oficial da União de 4 de novembro de 2022. Participaram os Conselheiros do Cade Sérgio Costa Ravagnani, Lenisa Rodrigues Prado, Luiz Augusto Azevedo de Almeida Hoffmann, Luis Henrique Bertolino Braido, Gustavo Augusto e Victor Oliveira Fernandes; a Procuradora-Chefe da Procuradoria Federal Especializada junto ao Cade, Juliana Oliveira Domingues; o representante do Ministério Público Federal junto ao Cade, Waldir Alves; o Superintendente Geral, Alexandre Barreto de Souza e a Secretária do Plenário, Keila de Sousa Ferreira. Foi disponibilizado equipamento eletrônico nas instalações do Cade a fim de garantir a participação de advogados, nos termos dos §§ 5º e 8º do artigo 81, do Regimento Interno do Cade.

JULGAMENTOS

3. Pedido de Reapreciação no Processo Administrativo nº 08700.004532/2016-14
Recorrente: Márcio Antônio Simões Rocha.
Advogados: Rodolfo Stadtlober, Eduardo Saldanha e outros.
Interessados: Arteche do Brasil Ltda., Ailton Fabiano Vendramini, Albano de Abreu Lima Junior, Alexandre Kiste Malveiro, Amauri Deger Junior, Angélica Maria Soto Sepulveda Angelhag, Carlos Eduardo de Almeida Fabbro, Carlos Alberto Alvim de Almeida Prado, Evandro Luis Idalgo de Oliveira, Franco Bechere, João Alberto Gomes, José Roberto Bossolani, José Wagner Degelo, Kasutomo Matsushita, Lazaro Ricardo de Macedo Coutinho, Luis Eduardo Gonçalves Bucciarelli, Marcelo Machado, Marco Aurélio Caviola, Nadia Aparecida dos Santos Rezende, Renato de Souza Meirelles Neto, Roberto Moure de Held e Valdiney Barboza Bonfim.

Advogados: Marcelo Procópio Calliari, Tatiana Lins Cruz, Pedro Sergio Costa Zanotta, Rodrigo Orlandini, Aurélio Marchini Santos, Daniel Costa Caselta, Mauro Grinberg, Karen Caldeira Ruback, Beatriz Malerba Cravo, Airton Sister, Mauricio Schaun Jalil, Gilberto Andrade Junior, Edson Franciscato Mortari, Alexandre Ditzel Faraco, Marcos Drummond Malvar, Eduardo Saldanha, Cassiano Ricardo Regis, Thomas Benes Felsberg,

Vivian Tito Rudge, Isabela Braga Pompilio, Rodrigo de Bittencourt Mudrovitsch, Victor Hugo Gebhard de Aguiar, Luciano Augusto Barreto de Carvalho Filho, Fabrício Dias Rodrigues, Nelson Aguiar Cayres e outros.

Relator: Conselheiro Luiz Augusto Azevedo de Almeida Hoffmann.

Decisão: O Plenário, por unanimidade, indeferiu o pedido de reapreciação e determinou o arquivamento do processo, nos termos do voto do Conselheiro-Relator.

4. Requerimento nº 08700.001097/2022-14

Requerentes: Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores - Sindipeças.

Advogados: Guilherme Favaro Ribas, Rodrigo Alves dos Santos e Rodrigo Franca Vianna.

Decisão: O Plenário, por unanimidade, homologou a proposta de compromisso de cessação, nos termos do Despacho da Presidência nº 128/2022.

2. Processo Administrativo nº 08700.006681/2015-29

Representante: Cade ex officio.

Representados: DAV Química do Brasil Ltda., Diatom Mineração Ltda., Manchester Química do Brasil S.A., Pernambuco Química S.A., PQ Silicas Brazil Ltda., Una Prosil - Usina Nova América Indústria e Comércio Ltda, Adriano Zanette, Aluízio Ribeiro Gomes, Átila Ivan Antunes Fernandes, Beethoven Max Alves da Silva, Celso G. Mendonça, Clóvis Mezzari, Dario de Souza Leite, Diomar Mendes Silva, Edmir Bevilacqua, Eduardo Bueno Freitas, Eduardo Muniz Pimenta, Elaine Aparecida Ribeiro, Enrique Ruben Bonifácio Júnior, Enrique Ruben Bonifácio, Flávio Ernesto Ribeiro, Graco da Cunha Lima Pimenta, Honowilson Rodrigues Carvalho, Joelson Duarte Machado, José Antônio Bertho, Leonardo Lopes Coelho, Luiz Gonzaga de Sousa Freitas, Marina Conceição Gonçalves Leão, Maurício Jorge Gomes Pimenta, Paulo de Almeida Lima, Ricardo Jorge Gomes Pimenta, Rolando Albano Feitosa, Sérgio Roberto Fernandes, e Venício Neves Pereira.

Advogados: Ivo Carminati, Bruno Carminati Cimolin, Rafaela de Noni, Kamila Raquel Rossi, Luiz Otavio Fontana Baldin, Flavia Chiquito Dos Santos, Floriano Peixoto de Azevedo Marques Neto, Mais Moreno, Everaldo Joao Ferreira, Vilmar Costa, Barbara Rosenberg, Luis Bernardo Coelho Cascao, Fernanda Dellatorre da Silva Vieira, Dennis Ricardo Ribeiro, Olavo Zago Chignalia, Leonardo Maniglia Duarte, Alberto Afonso Monteiro, Ana Valeria Nascimento Fernandes, Jose Roberto Manesco, Eduardo Augusto De Oliveira Ramires, Luis Justiniano Haiek Fernandes, Eduardo Stenio Silva Sousa, Marcos Antonio Tadeu Exposto Junior, Cristiano Antunes Reck e outros.

Relator: Conselheiro Sérgio Costa Ravagnani.

Manifestou-se em sustentação oral Leonardo Maniglia Duarte pelos representados Pernambuco Química S.A., Eduardo Pimenta, Ricardo Pimenta, Graco Pimenta, Maurício Pimenta, Honowilson Carvalho. Manifestou-se, também, o representante do Ministério Público Federal junto ao Cade, Waldir Alves, reiterando as conclusões do parecer ministerial.

Impedido o Presidente Alexandre Cordeiro Macedo.

O Conselheiro-Relator manifestou-se pela condenação dos representados, por infração à ordem econômica prevista no art. 20, incisos I, III e IV, e art. 21, incisos I e III, da Lei nº 8.884/94, vigente à época dos fatos, correspondentes ao art. 36, incisos I, III e IV, e § 3º, inciso I, alíneas "a" e "c", da Lei nº 12.529/2011, com aplicação de multa, a ser paga no prazo de 30 dias, contados da publicação da decisão proferida pelo Tribunal Administrativo do Cade no DOU, dos seguintes representados: Manchester Química S.A., multa de R$ R$ 22.442.332,20; Pernambuco Química S.A., multa de R$ 16.534.332,18; UnaProsil - Usina Nova América Indústria e Comércio Ltda., multa de R$ 15.887.014,56; Clóvis Rogério Mezzari, multa de R$ 224.423,32; Eduardo Bueno Freitas, multa de R$ 484.553,94; José Antônio Bertho, multa de R$ 224.423,32; Luís Gonzaga de Souza Freitas, multa de R$ 794.350,73; Maurício Jorge Gomes Pimenta, multa de R$ 578.701,63; Ricardo Jorge Gomes Pimenta, multa de R$ 604.092,56; Rolando Albano Feitosa, multa de R$ 158.870,15 e Venício Neves Pereira, multa de R$ 224.423,32; determinou também a publicação, em meia página e às expensas das empresas condenadas Manchester, Perquímia e UnaProsil, nos jornais "ND Mais", "O Estado de São Paulo" e "Diário de Pernambuco", de extrato da decisão condenatória, por dois dias seguidos, de 2 (duas) semanas consecutivas, nos termos do artigo 38, inciso I, da Lei nº 12.529/2011. Além disso, manifestou pelo arquivamento em relação a Graco da Cunha Lima Pimenta, Eduardo Muniz Pimenta, Honowilson Rodrigues de Carvalho, Leonardo Lopes Coelho, Joelson Duarte Machado, Aluízio Ribeiro Gomes e Adriano Zanette; pela extinção da ação punitiva da Administração Pública e da punibilidade dos crimes contra a ordem econômica tipificados na Lei nº 8.137/1990 em relação a PQ Sílicas Brazil Ltda., Beethoven Max Alves da Silva, Celso Mendonça, Dario de Souza Leite, Edmir Bevilacqua, Flávio Ernesto Ribeiro, Marina Conceição Gonçalves Leão e Paulo de Almeida Lima, em vista do cumprimento integral das obrigações previstas no Acordo de Leniência e da colaboração com as investigações junto à Superintendência-Geral do CADE, nos termos dos art. 86 e 87 da Lei n. 12.529/2011 c/c arts. 237 a 251 do RICADE; pelo arquivamento em relação a DAV Química do Brasil Ltda., Diatom Mineração Ltda., Átila Ivan Antunes Fernandes, Diomar Mendes Silva, Elaine Aparecida Ribeiro, Enrique Ruben Bonifácio Júnior, Enrique Ruben Bonifácio e Sérgio Roberto Fernandes, por terem cumprido os termos de compromisso de cessação de prática firmados com o Cade, nos termos do art. 85, § 9º, da Lei nº 12.529/2011; pela remessa da decisão do Cade a potenciais interessados, notadamente aqueles identificados nos documentos SEI 0174139 e 0174142; SEI 0174100 e 0174113; SEI 0173286 e 0173289; SEI 0167746 e 0183070; SEI 0176404, 0176406; e SEI 0185530 e 0185532, para que, querendo, exerçam o direito de reparação a que, eventualmente, tenham direito, bem como pela expedição de cópia da decisão ao Ministério Público Federal nos Estados de Santa Catarina, Rio de Janeiro e Pernambuco para ciência, eventual propositura de ação de ressarcimento de danos à coletividade (art. 1º, inciso V, da Lei nº 7.347/1985) e adoção das providências julgadas cabíveis na seara penal. 260. Ficam as empresas condenadas solidariamente responsáveis pelo cumprimento da pena imposta com fundamento no inc. I do art. 38 da Lei nº 12.529/2011, nos jornais ND Mais, O Estado de São Paulo e Diário de Pernambuco. A Conselheira Lenisa Prado manifestou-se pelo arquivamento do processo em relação a representada Perquímia, divergindo do Relator. O Conselheiro Luiz Hoffmann apresentou voto divergindo do Conselheiro-Relator em relação a dosimetria das seguintes pessoas físicas: Clóvis Mezzari, multa de R$ 879.952,74; Eduardo Freitas, multa de R$ 934.382,97; José Antônio Bertho, multa de R$ 879.952,74; Luís Gonzaga Freitas, multa de R$ 934.382,97; Maurício Pimenta, multa de R$ 810.378,73; Ricardo Pimenta R$ 810.378,73; Rolando Feitosa, multa de R$ 778.652,48; Venício Pereira, multa de R$ 879.952,74; bem como divergiu pela condenação dos seguintes representados com aplicação das respectivas multas: Graco Pimenta, multa de R$ 648.302,99; Leonardo Coelho R$ 622.921,98; Joelson Machado, multa de R$ 622.921,98; Aluízio Gomes, multa de R$ 467.191,49; e Adriano Zanette, multa de R$ 659.964,56. O Conselheiro Luis Braido e o Conselheiro Victor Oliveira Fernandes acompanharam o Conselheiro Luiz Hoffmann. O Conselheiro Gustavo Augusto acompanhou o voto divergente apenas em relação a condenação das partes Graco Pimenta, Leonardo Coelho, Joelson Machado, Aluízio Gomes e Adriano Zanette, no restante, acompanhou o Conselheiro-Relator. O Presidente do Cade substituto, Sérgio Ravagnani, fez uso do voto de qualidade, nos termos do art. 93 do RICADE.

Decisão: O Plenário, por unanimidade, determinou a condenação dos seguintes representados com aplicação das respectivas multas: Manchester Química S.A., multa de R$ R$ 22.442.332,20 e UnaProsil - Usina Nova América Indústria e Comércio Ltda., multa de R$ 15.887.014,56; determinou ainda, a condenação dos seguintes representados, nos termos do artigo 38, inciso I, da Lei nº 12.529/2011, para que as empresas Manchester, Perquímia e UnaProsil publiquem em meia página, nos jornais "ND Mais", "O Estado de São Paulo" e "Diário de Pernambuco", extrato da decisão condenatória, por 2 (dois) dias seguidos, por 2 (duas) semanas consecutivas; nos termos do voto do Relator. O Plenário, por maioria, determinou a condenação da representada Pernambuco Química S.A. com aplicação de multa de R$ 16.534.332,18, nos termos do voto do Conselheiro-Relator. Vencida a Conselheira Lenisa Prado. O Plenário, por unanimidade, determinou o arquivamento do processo, pela extinção da ação punitiva da Administração Pública e da punibilidade dos crimes contra a ordem econômica, em relação a PQ Sílicas Brazil Ltda., Beethoven Max Alves da Silva, Celso Mendonça, Dario de Souza Leite, Edmir Bevilacqua, Flávio Ernesto Ribeiro, Marina Conceição Gonçalves Leão e Paulo de Almeida Lima, tendo em vista do cumprimento integral das obrigações previstas no Acordo de Leniência e da colaboração com as investigações junto à Superintendência-Geral; determinou o arquivamento do processo em relação a DAV Química do Brasil Ltda., Diatom Mineração Ltda., Átila Ivan Antunes Fernandes, Diomar Mendes Silva, Elaine Aparecida Ribeiro, Enrique Ruben Bonifácio Júnior, Enrique Ruben Bonifácio e Sérgio Roberto Fernandes, por terem cumprido os termos de compromisso de cessação de prática firmados com o Cade; e determinou o arquivamento do processo em relação a Eduardo Muniz Pimenta e Honowilson Rodrigues de Carvalho; determinou também, a remessa da decisão do Cade a potenciais interessados, para que, querendo, exerçam o direito de reparação a que, eventualmente, tenham direito, bem como determinou a expedição de cópia da decisão ao Ministério Público Federal nos Estados de Santa Catarina, Rio de Janeiro e Pernambuco para ciência, eventual propositura de ação de ressarcimento de danos à coletividade (art. 1º, inciso V, da Lei nº 7.347/1985) e adoção das providências julgadas cabíveis na seara penal, nos termos do voto do Conselheiro-Relator. O Plenário, por maioria, determinou a condenação dos seguintes representados com aplicação das respectivas multas: Graco Pimenta, multa de R$ 648.302,99; Leonardo Coelho, multa de R$ 622.921,98; Joelson Machado, multa de R$ 622.921,98; Aluízio Gomes, multa de R$ 467.191,49; e Adriano Zanette, multa de R$ 659.964,56, nos termos do voto do Conselheiro Luiz Hoffmann. Vencidos o Conselheiro-Relator e a Conselheira Lenisa Prado. O Plenário, por maioria, determinou a condenação dos seguintes representados com aplicação das respectivas multas: Clóvis Rogério Mezzari, multa de R$ 224.423,32; Eduardo Bueno Freitas, multa de R$ 484.553,94; José Antônio Bertho, multa de R$ 224.423,32; Luís Gonzaga de Souza Freitas, multa de R$ 794.350,73; Maurício Jorge Gomes Pimenta, multa de R$ 578.701,63; Ricardo Jorge Gomes Pimenta, multa de R$ 604.092,56; Rolando Albano Feitosa, multa de R$ 158.870,15; e Venício Neves Pereira, multa de R$ 224.423,32; nos termos do voto do Relator. Vencidos o Conselheiro Luiz Hoffmann, o Conselheiro Luis Braido e o Conselheiro Victor Oliveira Fernandes. O Presidente do Cade substituto, Sérgio Ravagnani, fez uso do voto de qualidade, nos termos do art. 93 do RICADE.

1. Processo Administrativo nº 08700.001831/2014-27

Representante: Gran Petro Distribuidora de Combustíveis Ltda. (Gran Petro).

Advogados: Daniel Santos Guimarães, Julio Cesar Cavalcante Aires, Marcos Drummond Malvar, Mariana Tavares de Araujo e Mauricio Monteiro Ferraresi.

Representados: Air BP Brasil Ltda. (Air BP), Vibra Energia (antiga BR Distribuidora S.A.), Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. (GRU Airport) e Raízen Combustíveis S.A. (Raízen).

Advogados: Ricardo Noronha Inglez de Souza, Marcos Paulo Verissimo, Ana Carolina Lopes de Carvalho, João Felipe Achcar de Azambuja, Lauro Celidonio Gomes dos Reis Neto, Marcelo Rizzo Napolitano, Juliano Souza de Albuquerque Maranhão, Tercio Sampaio Ferraz Júnior e Miguel Garzeri Freire e outros.

Relator: Conselheiro Luiz Augusto Azevedo de Almeida Hoffmann.

Voto-Vista: Conselheira Lenisa Rodrigues Prado.

Impedido o Presidente Alexandre Cordeiro Macedo.

Na 193ª SOJ manifestaram-se em sustentação oral Mariana Tavares de Araújo pela representante Gran Petro Distribuidora de Combustíveis Ltda; Lauro Celidonio Neto pela representada Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. - GRU Airport; Juliano Souza de Albuquerque Maranhão pela representada Raízen Combustíveis S.A; Marcos Paulo Verissimo, pela representada Vibra Energia (antiga BR Distribuidora) e Ricardo Noronha Inglez de Sousa pela representada Air BP Brasil Ltda. Fez uso da palavra o representante do Ministério Público Federal junto ao Cade, Waldir Alves. Após o voto do Conselheiro Relator pelo arquivamento do Processo Administrativo, tanto no que diz respeito (i) à recusa de contratação de cessão de espaço, por parte da Raízen, em base primária de distribuição de querosene de aviação, no entorno da Refinaria de Paulínia/SP ("Conduta 1"); quanto (ii) em relação à suposta imposição de barreiras artificiais à entrada e de dificuldades ao acesso a infraestrutura essencial, por parte das distribuidoras Air BP, BR e Raízen e do GRU Airport, no mercado de querosene de aviação no aeroporto de Guarulhos ("Conduta 2"); em razão da ausência de elementos capazes de demonstrar a geração de efeitos (potenciais ou reais) à concorrência, a teor do que dispõe o art. 36, da Lei no 12.529/2011. O Relator determinou também a remessa de cópia do voto e da decisão à ANP e à ANAC. O julgamento do processo foi suspenso em razão de pedido de vista do Conselheiro Luis Braido. Na 203ª SOJ o Conselheiro Luis Braido apresentou voto-vista pela condenação das Representadas Vibra Energia (antiga BR Distribuidora S.A.), Raízen e Air BP por infração prevista no art. 36, incisos I, II e IV do caput, combinado com seu § 3º, incisos III e IV, da Lei 12.529/2011; e pela condenação da Representada GRU Airport por infração prevista no art. 36, inciso I do caput, combinado com seu § 3º, inciso III, da Lei 12.529/2011. O Conselheiro Luis Braido votou pela aplicação das respectivas multas: Vibra Energia (antiga BR Distribuidora S.A.), multa no valor de R$ 62.290.894,61; Raízen, multa no valor de R$ 61.713.350,08; Air BP, multa no valor de R$ 26.758.338,99, GRU Airport, multa no valor de R$ 2.087.534,56. O Conselheiro manifestou-se, também, pela aplicação de obrigação não pecuniária, sob pena de multa diária de R$ 100.000,00, de publicação, no prazo de trinta dias contados da data da decisão do Tribunal do Cade, das regras de acesso, por terceiros interessados, para (i) transferência de combustíveis para outros aeroportos, (ii) operações into-plane e (iii) aquisição de quotas condominiais do CCAIG, conforme previsto no "Termo de Acordo para o Início da Operação da Gran Petro no Parque de Abastecimento de Aeronaves - PAA, do Aeroporto Internacional de Guarulhos e Outras Avenças", devendo a definição do valor das quotas do condomínio ser realizada por consultoria independente, com base no custo do investimento não amortizado, e disponibilizada a qualquer interessado. O Conselheiro determinou, ainda, a comunicação da decisão do Tribunal do Cade à Agência Nacional de Aviação Civil, acompanhada de cópia da versão pública deste voto. Manifestou-se em questão de fato o advogado Ricardo Inglez pela Representa Air BP, as quais foram acolhidas pelo Conselheiro Luis Braido. O Conselheiro-Relator manifestou-se sobre os novos fatos e documentos apresentados nos autos, reiterando o seu posicionamento e mantendo os termos do seu voto. O julgamento do processo foi suspenso em razão do pedido de vista da Conselheira da Lenisa Prado. Na 204ª SOJ o julgamento do processo foi adiado a pedido da Conselheira Lenisa Prado. Na presente sessão, a Conselheira Lenisa Prado apresentou voto-vista acompanhando o Conselheiro-Relator. O Conselheiro Gustavo Augusto manifestou-se acompanhando o Conselheiro Luis Braido, divergindo apenas em relação às multas das seguintes representadas: BR distribuidora, opinando pela multa de R$ 31.145.447,30; Raízen, opinando pela multa de R$ 30.859.175,04; e Air BP, opinando pela multa de R$ 13.379.179,49. O Conselheiro Victor Oliveira Fernandes e o Conselheiro Sérgio Ravagnani acompanharam o Conselheiro Luis Braido. O Presidente do Cade substituto, Sérgio Ravagnani, fez uso do voto de qualidade, nos termos dos art. 93 do RICADE. Manifestou-se por questão de fato o advogado Juliano Maranhão.

Decisão: O Plenário, por maioria, determinou a condenação dos representados, com aplicação das respectivas multas: BR Distribuidora, multa no valor de R$ 62.290.894,61; Raízen, multa no valor de R$ 61.713.350,08; Air BP, multa no valor de R$ 26.758.338,99; GRU Airport, multa no valor de R$ 2.087.534,56, nos termos do voto do Conselheiro Luis Braido. Vencidos o Conselheiro Luiz Hoffman e a Conselheira Lenisa Prado que manifestaram-se pelo arquivamento do processo e vencido o Conselheiro Gustavo Augusto em relação à dosimetria. O Presidente do Cade substituto, Sérgio Ravagnani, fez uso do voto de qualidade, nos termos dos art. 93 do RICADE. O Plenário determinou ainda, a comunicação desta decisão à Agência Nacional de Aviação Civil, acompanhada de cópia da versão pública do voto-condutor, bem como determinou que seja realizada a publicação, das regras de acesso, por terceiros interessados, nos termos do voto do Conselheiro Luis Braido.

REFERENDOS

Despachos PRES nº 124/2022 (Processo nº 08700.004860/2016-11), nº 126 (Acesso Restrito) e nº 127/2022 (Processo nº 08700.006611/2021-19), apresentados pelo Presidente Alexandre Cordeiro Macedo.

Despacho Decisório nº 21/2022 (Acesso Restrito), apresentado pelo Conselheiro Sérgio Costa Ravagnani.

Despacho Decisório nº 19/2022 (Acesso restrito), apresentado pelo Conselheiro Luis Henrique Bertolino Braido.

Despacho Decisório nº 18/2022 - Pedido de Reapreciação no Processo Administrativo nº 08700.003390/2016-60, apresentado pelo Conselheiro Luis Henrique Bertolino Braido.

Representante: Cade ex officio

Representadas: Amanco Brasil Ltda. (atual Mexichem Brasil Indústria de Transformação Plástica Ltda.); Asperbras Tubos e Conexões Ltda.; Bianchini Indústria de Plásticos Ltda.; Cardinali Tubos e Conexões S.A.; Corr Plastik Industrial Ltda.; Hidroplast Indústria e Comércio Ltda.; Krona Tubos e Conexões S.A.; Mizu Comércio de Materiais Hidráulicos Ltda.; Nicoll Indústria Plástica Ltda.; Plásticos Vipal S.A. (atual BR Plásticos Indústria Ltda.); Plastilit Produtos Plásticos do Paraná S/A; Tigre S.A. Tubos e Conexões; Tubozan Comércio e Representação Ltda. (atual BRP Indústria Plástica Ltda.); Adilson Armando Kieper; Algemir José Uber; Ary Sérgio Oliveira Fonseca; Caroline Orlandine; Celso Iamarino; Cezar Martins Oliveira, Claudio José Bianchini; Diego João Girardi; Edson Aparecido Gomes; Edson Felix de Andrade; Evaldo Dreher; Francisco Amaury Olsen; Francisco Carlos Jorge Colnaghi; Genildo José da Silva; Gilberto Borges Filho; Gustavo Rossler Zanchi; Hilton Guemra Saporski Filho; José Luiz Flor; Luis Felipe Pereira Morgado; Manuel Orestes Pereira Monteiro; Márcio Cecílio Pessiquelli; Marise Ribeiro Barroso; Maurício Harger; Natal José Garrafoli; Paulo de Andrade Nascentes da Silva; Paulo Roberto Cardozo; Ricardo Martins Soares; Sérgio Monteiro; Valdicir Kortmann; Vinícius de Castro e Wagner Tavares

Advogados: Elislean Bueno Ravache, João Ricardo Borba Gonçalves, Reginaldo Fabrício dos Santos, Paulo Justiniano de Souza, Larissa Moraes Bertoli Guimarães, Évinin Franciele Zanini Cecchin, Giuliano Domit Od Rocha, Marina Zaparoli Beretta, Luiz Fernando Michalak Santos, Pedro Miranda Roquim, Marcelo Guedes Nunes, Rodrigo Souza Mentes de Araújo, Mikael Martins de Lima, João Eduardo Braz de Carvalho, Caio Mario da Silva Pereira Neto, Olavo Zago Chinaglia, Letícia Ladeira Monteiro de Barros, Daniel Tinoco Douek, Naiara de Oliveira, Cristianne Saccab Zarzur, Marco Aurélio M. Barbosa, Marina Curi Penna, Paulo Leonardo Casagrande, Fabrício A. Cardim de Almeida, Frederico Wellington Jorge, Leonardo Maniglia Duarte, Tito Amaral de Andrade, Maria Eugenia Novis, Adenilson Venancio Duarte, Júlio Strate Bolfe, Auriane Rosa de Almeida Pires, Victor Werebe, Cláudio Gonçalves Rodrigues, Marmel Wolf dos Anjos, Marcio Socorro Pollet, Felipe Ricetti Marques, Fernando Cappelletti Venafre, Thiago Munaro Garcia, Pablo Augusto Antunes, Frederico Wellington Jorge, Camila Kulaif Safatle, Luís Cláudio Nagalli Guedes de Camargo, Eric Hadmann Jasper, Vicente Coelho Araujo, Rodrigo da Silva Alves dos Santos, Eduardo Caminati Anders, Marcos Paulo Verissimo, Lea Jenner de Faria e outros

Relator: Conselheiro Luis Henrique Bertolino Braido

Decisão: O Plenário, por unanimidade, indeferiu liminarmente o pedido, nos termos do art. 225, incisos II e III do RICADE.

Despacho Decisório nº 10/2022 - Ato de Concentração nº 08700.005227/2022-80, apresentado pela Conselheira Lenisa Prado.

Requerentes: UNIMED Cuiabá Cooperativa de Trabalho Médico e Diagnósticos da América S.A.

Advogados: Vinicius Marques de Carvalho, Ticiana Nogueira da Cruz Lima, Frederico Haddad, Arthur Sadami e outros.

Decisão: O Plenário, por unanimidade, não aprovou a proposta de avocação do ato de concentração apresentada pela Conselheira Lenisa Prado no Despacho Decisório nº 10/22.

APROVAÇÃO DA ATA

O Plenário, por unanimidade, aprovou a ata desta sessão.

Às 15h51 do dia 9 de novembro de dois mil e vinte e dois, o Presidente do Cade substituto, Sérgio Ravagnani, declarou encerrada a sessão.

Ficam desde já intimadas as partes e os interessados, na forma dos §§ 1º e 2º do artigo 104 do Regimento Interno do Cade, quanto ao resultado do julgamento dos seguintes itens da ata, cujas respectivas decisões constam nos autos disponíveis para consulta no Sistema Eletrônico de Informação (SEI) do Cade: 1, 2, 3 e 4.

ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO
Presidente do Conselho

KEILA DE SOUSA FERREIRA
Secretária do Plenário

PAUTA DA 206ª SESSÃO ORDINÁRIA DE JULGAMENTO A SER REALIZADA EM 23 DE NOVEMBRO DE 2022

Dia: 23/11/2022

Início: 10:00h

Nos termos do art. 60, parágrafo único c/c arts. 75, §1º e 76, §4º do Regimento Interno do Cade, e com fundamento no Despacho da Presidência nº 129 (1149346), a Sessão de Julgamento será realizada por meio remoto, com transmissão em tempo real pelo sítio eletrônico https://www.gov.br/cade/pt-br e pelo canal do Cade no YouTube (https://bit.ly/39SsiVg).

Eventual pedido de sustentação oral deverá ser formalizado pelo e-mail cgp@cade.gov.br ou pelo número de WhatsApp +55 (61) 99939-6256 até 24 horas antes do início da sessão virtual. No mesmo prazo o advogado deverá enviar o arquivo de mídia à Secretaria do Plenário, em conformidade com o art. 81, §§ 5º e 6º do Regimento Interno.

O advogado deverá se responsabilizar pela qualidade do arquivo de mídia encaminhado, bem como pela adequação do ambiente escolhido para participação na sessão em tempo real.

Com relação aos requerimentos de ordem, nos termos do art. 81, § 5º do Regimento Interno, fica garantido o acesso de advogado constituído nos autos, para participação ativa a qualquer momento, durante o julgamento. A solicitação deverá ser encaminhada à Secretaria do Plenário, pelo e-mail cgp@cade.gov.br ou pelo número de WhatsApp +55 (61) 99939-6256, que informará sobre o procedimento a ser adotado.

A sustentação oral ou o requerimento de ordem também poderão ser realizados por meio de equipamento eletrônico disponível nas instalações do Cade.

É permitido o acesso ao plenário do Cade para acompanhamento da sessão de julgamento, inclusive para realização de sustentação oral, respeitados os protocolos de segurança adotados durante a pandemia de Covid-19. Nestes casos, a sustentação oral deve ser indicada pelo e-mail cgp@cade.gov.br, até o início da sessão, nos termos do art. 81, §2º do Regimento Interno.

1.Ato de Concentração nº 08700.004293/2022-32

Requerentes: BASF SE, BMW Holding B.V., Henkel AG & Co. KGaA, Mercedes-Benz AG, Robert Bosch GmbH, SAP SE, Schaeffler Invest GmbH, Siemens Industry Software GmbH, T-Systems International GmbH, Volkswagen AG e ZF Friedrichshafen AG.

Advogados: Eduardo Caminati Anders, Marcio de Carvalho Silveira Bueno, André Santos Ferraz e Tatiane Kimie Matsumoto Siqui.

Relator: Conselheiro Gustavo Augusto Freitas de Lima.

2. Processo Administrativo nº 08700.005146/2015-51

Representante: Conselho Administrativo de Defesa Econômica ex officio.

Representados: Didier Michel Marie Farez, Sven Hakan Magnus Knutsson, Heikki Antero Holm, Victor B. Tolentino e Wilfried Breuer.

Advogados: Sérgio Varella Bruna, Valdo Cestari de Rizzo, José Alexandre Buaiz Neto, Vicente Coelho Araújo e outros.

Relator: Conselheiro Sérgio Costa Ravagnani.

ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO
Presidente do Conselho

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHO Nº 1.678, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

DESPACHO SG Nº 1678/2022
Representante: CADE ex-officio.
Representados: Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional - COFFITO e Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 15ª Região - CREFITO.
Advogados: Alexandre Amaral de Lima Leal e Marcelo Mendes de Souza

Acolho a Nota Técnica nº 155/2022/CGAA6/SGA2/SG/CADE (SEI 1149000) e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Pelos fundamentos apontados na Nota Técnica, decido pela: a) intimação das testemunhas da SG/CADE acerca das datas e dos horários designados para a realização das oitivas, além das condições especificadas na Nota Técnica. Além disso, ficam intimados os Representados acerca das datas e dos horários designados para a realização das oitivas, bem como das condições especificadas na Nota Técnica.

FERNANDA GARCIA MACHADO
Superintendente-Adjunta

DESPACHOS DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

Nº 1.685 - Ato de concentração nº 08700.005088/2022-94 Requerentes: Aliansce Sonae Shopping Centers S.A., Canada Pension Plan Investment Board e BR Malls Participações S.A. Advogados(as): Barbara Rosenberg, Leonardo Peres da Rocha e Silva, Marcio Dias Soares e outros.

Com fulcro no §1º do art. 50 da Lei nº 9.784, de 1999, integro as razões do Parecer nº 24/2022/CGAA3/SGA1/SG (SEI nº 1149910) à presente decisão, inclusive quanto à sua motivação. Nos termos dos arts. 13, XII, e 57, I, da Lei nº 12.529, de 2011, decido pela aprovação sem restrições do presente ato de concentração.

Nº 1.686 - Ato de Concentração nº 08700.008074/2022-22. Requerentes: CSN Inova Ventures e I.Systems Automação Industrial S.A. Advogados: Priscila Brolio Gonçalves, Mariana Villela, Camila Pires da Rocha, Ricardo Botelho e outros. Decido pelo não conhecimento da operação.

ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA
Superintendente-Geral

COORDENAÇÃO-GERAL DE ANÁLISE ANTITRUSTE 6

DESPACHO Nº 49/CGAA6/SGA2/SG/CADE, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022

Processo Administrativo nº 08700.004404/2016-62 (Apartado Restrito nº 08700.003382/2018-85)
Representante: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul (MPE/RS)
Representados: Agro Industrial Nova Bréscia Ltda.; ASM Comércio de Subprodutos de Origem Animal Ltda. - EPP; ASM Comércio e Coleta de Ossos Ltda. - ME; Farol Indústria e Comércio S/A; Fasa América Latina Participações Societárias S.A.; Faros Indústria de Farinha de Ossos Ltda.; Faros Transportes e Comércio Ltda.; Frigorífico Cason Ltda.; Fuga Couros S.A.; Sebo Mariense Ltda.; Sefar - Indústria e Comércio de Farinha e Sebo Ltda.; Ademir Benetti; Cristiano Theisen; Edson Argenton; Evandro Dalchiavon; Gelson Fernando Titton; Gemiro Cason; Iedo Claudino Fuga; João Luiz Petter; Luis Eduardo Fuga; Mauro Pedro Wagner; e Silvia Danubia Martini Flores Souza.
Advogados: Luís Renato Diel, Marlon Thurman Gonçalves, Eduardo Caminati Anders, Marcio de Carvalho Silveira Bueno, Luiz Fernando Santos Lippi Coimbra, Vicente Bagnoli, Douglas Telpis Ferrante, Alexandre Augusto Reis Bastos, Rachel Pinheiro de Andrade Mendonça, Renato Donadio Munhoz, Franklin Rodrigues da Costa, Marcelo Ramos Peregrino Ferreira, Rafael Barreto Bornhausen, Lauro Cavallazzi Zimmer e outros.

Tendo em vista a homologação pelo Plenário do CADE dos Requerimentos de TCC nº 08700.001976/2021-57, 08700.002321/2021-04, 08700.001488/2021-40, 08700.004894/2020-83, na 180ª Sessão Ordinária de Julgamento, realizada no dia 30 de junho de 2021, na 180ª Sessão Ordinária de Julgamento, decido, pois, pela:

(i) suspensão deste Processo Administrativo em relação aos Representados: SEFAR - Indústria e Comércio e Farinha e Sebo Ltda., Ricardo Kreuz e Gilmar Ilor Stein; Agroindustrial Nova Bréscia Ltda. e Gelson Fernando Titton; Sebo Mariense Ltda., Fuga Couros S.A., Iedo Claudino Fuga, Luis Eduardo Fuga e Evandro Dalchiavon; e, Fasa América Latina Participações Societárias S/A (Fasa), Faros Indústria de Farinha de Ossos Ltda. (Faros Indústria), Faros Transportes e Comércio Ltda. (Faros Transportes), Celgon Agroindustrial Ltda., Cristiano Theisen, João Luiz Petter, Mauro Pedro Wagner, Robinson Henrique Huyer, Tiago Rodrigues e Valdir José Federhen; nos termos do art. 85, §§ 9º e 10 da Lei nº 12.529/2011;

(ii) juntada dos documentos ao Apartado de Acesso Restrito nº 08700.003382/2018-85, para que conste do conjunto probatório, em conformidade com as competências previstas nos artigos 13 da Lei nº 12.529/2011, referentes ao: a) Requerimento de TCC nº 08700.001976/2021-57 (Apartado restrito nº 08700.001978/2021-46), SEI 0925281, 1031879, 0956010 0956011; b) Requerimento de TCC nº 08700.002321/2021-04 (Apartado restrito nº 08700.002322/2021-41), SEI 0925291, 1031899, 0972339, 0998077 e 0998088; c) Requerimento de TCC nº 08700.001488/2021-40 (Apartado restrito nº 08700.001480/2021-83), SEI 0925278, 1033333, 0962231, 0962232, 0962233; d) Requerimento de TCC nº 08700.004894/2020-83 (Apartado restrito nº 08700.004895/2020-28), SEI 0925237, 1145141, 1145568, 1145575, 0959526, 0959527 e 0959545;

(iii) pela intimação dos representados para que apresentem, caso queiram, suas manifestações sobre os documentos juntados, o que poderá ser feito no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do artigo 3º, III, da Lei nº 9.784/99, sem prejuízo das alegações previstas no artigo 73 da Lei nº 12.529/2011. Ressalta-se que os Representados poderão apresentar nova documentação e se manifestarem sobre os documentos ora juntados a qualquer momento até o fim da instrução processual.

Ao protocolo para providências.

RAQUEL MAZZUCO SANT'ANA
Coordenadora-Geral

COORDENAÇÃO-GERAL DE ANÁLISE ANTITRUSTE 8

DESPACHO Nº 71/CGAA8/SGA2/SG/CADE, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

Processo Administrativo nº 08700.007277/2013-00 (Apartado Restrito nº 08700.003348/2017-20)
Representante: Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) ex officio.
Representados: Andrade Gutierrez Engenharia S.A; Carioca Christiani Nielsen Engenharia S.A; Construcap Ccps Engenharia e Comercio S.A.; Construtora Ferreira Guedes S.A. (atualmente denominada Agis Construção S.A); Construtora Norberto Odebrecht S.A; Construtora OAS S.A. (atualmente denominada Construtora Coesa S.A.); Construtora Queiroz Galvão S.A (atualmente denominada Álya Construtora S.A); Haztec Tecnologia e Planejamento Ambiental (atualmente denominada Orizon Meio Ambiente S.A); Delta Construções Ltda. (atualmente denominada Salgueiro Construções S.A.); Serveng Civilsan S/A Empresas Associadas de Engenharia; Alberto Quintaes de Castro; Alfredo de Hollanda Lima Neto; Dionisio Janoni Tolomei; Gustavo Souza; Leandro Andrade Azevedo; Marcello Aguiar da Cruz; Marcelo Duarte Ribeiro; Marcos Ourique Marques; Marcos Salíveros Neto; Marcus Land Bittencourt Lomardo; Mauricio Rizzo; Olavinho Ferreira Mendes; Paulo Meríade Duarte; Reginaldo Assunção Silva; Ricardo Pernambuco Backheuser Junior; Rivamar de Costa Muniz; Roberto Ribeiro Capobianco; Rodolfo Mantuano; Roque Manoel Meliande.
Advogados: Alexandre Aroeira Salles, Andrea da Cunha Cruz, Bruno Hartkoff Rocha, Caroline Guyt Franca, Daniel Costa Rebello, Diego Herrera Alves de Morais, Edson Alves da Silva, Eduardo Caminati Anders, Eric Hadmann Jasper, Fabricio Antonio Cardim de Almeida, Felipe Brandão Andre, Flavio Antonio Esteves Galdino, Gabriela Egreja Papa, Jose Alexandre Buaiz Neto, Jose Carlos da Matta Berardo, Ligia Crepaldi Affonso dos Santos, Lilian Christine

Reolon, Livia Caldas Brito, Luana Graziela Alves Fernandes, Lucas de Carvalho Silveira Bueno, Luis Henrique Baeta Funghi, Luiz Fernando Santos Lippi Coimbra, Luiz Filipe Couto Dutra, Luiz Guilherme Ros, Marcela Junqueira Cesar Pirola, Maria Augusta Palhares Ribeiro Sampaio Ferraz, Maria Cecilia Dias de Andrade Santos, Marina Hermeto Correa, Marlus Santos Alves, Mayara Lins Ogea, Natasha Evilin Cerqueira de Paula, Paulo Leonardo Casagrande, Pedro Zanella Caus, Roberta Issa Maffei, Rodrigo de Bittencourt Mudrovitsch, Salo de Carvalho, Tercio Sampaio Ferraz Junior, Thiago Francisco da Silva Brito, Ticiana Nogueira da Cruz Lima, Victor Cavalcanti Couto, Victor Santos Rufino, Vinicius Marques de Carvalho, Vinicius Pinheiro Rodrigues Lopes de Barros e outros.

Ficam os Representados e seus respectivos Advogados intimados acerca da juntada da Certidão SEI 1149634 ao Apartado de Acesso Restrito aos Representados nº 08700.003348/2017-20, contendo os links e orientações para acesso e participação nas audiências virtuais de oitivas testemunhais e colheita de depoimentos pessoais, por meio da plataforma Zoom, a serem realizadas no âmbito do Processo Administrativo nº 08700.007277/2013-00, nos termos das Notas Técnicas nº 119/2022 (SEI 1136476) e nº 125/2022 (SEI 1148989), acolhidas, respectivamente, pelo Despacho SG nº 1534/2022 (SEI 1136478) e pelo Despacho Decisório nº 70/2022 (SEI 1148991).

LEILA CRISTINA FERRARESI GIRARDI
Coordenadora-Geral
Substituta

Ministério do Meio Ambiente

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

PORTARIA Nº 137, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022

Institui o Programa de Integridade do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama para o período 2023 - 2024

O PRESIDENTE SUBSTITUTO DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS, nomeado pela Portaria nº 328, de 15 de julho de 2021, publicado no Diário Oficial da União (DOU) do dia 16 de julho de 2021, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 15 do Anexo I do Decreto nº 11.095, de 13 de junho de 2022, o qual aprovou a Estrutura Regimental do IBAMA, publicado no Diário Oficial da União de 14 de junho de 2022, aprovado pela Portaria nº 92, de 14 de setembro de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 16 de setembro de 2022,

CONSIDERANDO o Decreto n° 10.756, de 27 de julho de 2021, que institui o Sistema de Integridade Pública do Poder Executivo Federal;

CONSIDERANDO a Portaria n° 57, de 04 de janeiro de 2019, do Ministério da Controladoria-Geral da União;

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 02001.018947/2019-19; resolve:

Art. 1º Instituir o Programa de Integridade do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama, na forma do Anexo I, para o período 2023 - 2024, com a finalidade de promover a prevenção, a detecção, a remediação e a punição de práticas de corrupção, fraudes, irregularidades, e desvios éticos e de conduta no âmbito institucional.

Art. 2º O Programa será conduzido em convergência com as diretrizes e orientações definidas pela Controladoria-Geral da União.

Art. 3º Para os efeitos desta Portaria, considera-se:

I - programa de integridade: conjunto estruturado de diretrizes e medidas institucionais voltadas para a prevenção, detecção, punição e remediação de práticas de corrupção, fraudes, irregularidades, e desvios éticos e de conduta; e

II - plano de integridade: quadro onde estão apresentados os principais eventos e suas respectivas ações no âmbito do Programa de Integridade, a serem adotadas em determinado período de tempo, devendo ser revisado periodicamente.

Art. 4º São diretrizes do Programa de Integridade:

I - o comprometimento da alta administração e o envolvimento de todo o corpo funcional com a manutenção de um adequado ambiente de integridade, em todas as unidades organizacionais do Ibama;

II - a colaboração entre as instâncias internas de integridade e apoio à governança da alta administração;

III - a identificação e tratamento dos riscos à integridade no âmbito das unidades organizacionais do Ibama;

IV - a implementação gradual e o monitoramento permanente dos mecanismos de integridade no âmbito das unidades organizacionais do Ibama; e

V - a sensibilização e a capacitação contínua de todos os colaboradores que atuam nas unidades organizacionais em relação aos mecanismos de integridade.

Art. 5º São objetivos do Programa de Integridade:

I - disseminar normativos, conceitos e práticas relativas à gestão da ética, à gestão de riscos à integridade, aos princípios e às boas práticas de controle interno e atuação correicional;

II - auxiliar no aprimoramento dos controles internos do órgão;

III - estimular o comportamento ético e íntegro por meio de orientações, palestras, vídeos e capacitações, de acordo com as necessidades e temas relacionados aos mecanismos de integridade postos em prática no âmbito do Ibama;

IV - incentivar o uso adequado dos canais de denúncia e representação sobre desvios éticos, ilícitos administrativos, fraude e corrupção no âmbito do Ibama;

V - esclarecer continuamente as hipóteses de ofensas éticas, conflitos de interesse e sanção disciplinar aplicáveis, de acordo com a legislação em vigor;

VI - fomentar a transparência ativa e passiva em relação aos temas sob a governança do Ibama, observadas as hipóteses legais de sigilo;

VII - promover a aderência às normas e padrões estabelecidos, com vistas a melhorar a eficiência na condução de políticas e prestação de serviços de interesse público;

VIII - proporcionar a capacitação dos servidores do órgão, para atuação na gestão de riscos e controles internos e em procedimentos disciplinares; e

IX - compilar os casos de quebra de integridade evidenciados em processos de avaliação da ética e processos disciplinares, analisando as principais tendências e causas dos desvios ocorridos.

Art. 6º A Coordenação de Governança e Apoio Institucional, ligada à Coordenação-Geral de Assuntos Estratégicos, será responsável, entre outras atribuições, pela revisão e implementação do Programa de Integridade, atuando portanto, como a Unidade de Gestão de Integridade, a que se refere o art. 4º da Portaria nº 57, de 04 de janeiro de 2019, da Controladoria-Geral da União.

Art. 7º Fica renomeada a Comissão Executiva do Programa de Integridade que dará suporte técnico à Coordenação de Governança e Apoio Institucional, objetivando garantir que as boas práticas de Governança e Integridade se desenvolvam e sejam apropriadas pela instituição de forma contínua e progressiva.

§ 1º A Comissão Executiva do Programa de Integridade será composta por representantes das seguintes unidades:

I - Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (CGGP);

II - Auditoria Interna (Audit);

III - Corregedoria (Coger);

IV - Ouvidoria (OUV);

V - Assessoria de Comunicação Social (Ascom); e

VI - Comitê de Ética.

§ 2º O dirigente das unidades organizacionais de que trata o § 1º, indicará à Coordenação-Geral de Assuntos Estratégicos, um membro titular e seu respectivo suplente, no prazo de 20 dias da publicação da presente portaria.

Art. 8º É competência da Unidade de Gestão de Integridade (UGI), por meio da Coordenação de Governança e Apoio Institucional:

I - propor a revisão do Plano de Integridade do Ibama, bem como suas eventuais alterações;

II - coordenar a execução e monitoramento do Programa de Integridade;

III - orientar e propor a realização de treinamento dos servidores com relação aos temas atinentes ao Programa de Integridade;

IV - submeter, anualmente, por meio da Coordenação-Geral de Assuntos Estratégicos, ao Comitê de Governança, Riscos e Controles - CGRC, para aprovação, a proposta do Plano de Integridade;

V - elaborar os relatórios de implementação do plano de integridade e submetê-los à apreciação do CGRC;

VI - solicitar às unidades do Ibama quaisquer informações necessárias à realização dos trabalhos;

VII - propor ou manifestar-se sobre tema relacionado à Integridade a ser levado ao CGRC; e

VIII - dar apoio técnico aos setores organizacionais do órgão, no que se refere a assuntos relacionados à Integridade, quando solicitado.

Art. 9º A Secretaria Executiva do Programa de Integridade será exercida pela Coordenação de Governança e Apoio Institucional do Ibama, cujas responsabilidades são:

I - agendar reuniões;

II - elaborar e disponibilizar as atas das reuniões;

III - apoiar a elaboração de relatórios parciais e final; e

IV - criar e acompanhar a Wiki do programa.

Art. 10. Fica revogada a Portaria nº 2.433, de 03 de julho de 2019.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor em 1º de dezembro de 2022.

JÔNATAS SOUZA DA TRINDADE

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 136, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022

O DIRETOR DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA DO IBAMA, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria normativa nº 21, de 26 de maio de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 27 de maio de 2022 e considerando ainda o que consta do processo administrativo nº 02001.030963/2022-77; resolve:

Art. 1º Definir instruções e procedimentos a serem adotados no âmbito do Ibama para o encerramento do exercício financeiro de 2022, na forma do Anexo desta portaria.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER ROSA DA SILVA

ANEXO

1 - QUANTO À EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

a) Dia 09/12/2022 - último dia para emissão de Notas de Empenho. Após esse prazo a CGFIN recolherá os créditos disponíveis nas UGE`S;

b) Até 02/12/2022 - devem ser emitidas as Notas de Anulação de Empenho, cujas despesas não mais serão realizadas, mantendo somente aquelas passíveis de inscrição em Restos a Pagar.

2 - QUANTO À EXECUÇÃO FINANCEIRA

a) Até 15/12/2022 - data limite para solicitação de Diárias no SCDP, deslocamento terrestre ou aéreo, cuja liquidação e pagamento deve ocorrer até 28/12/2022;

b) Até 30/11/2022 - data limite para aquisições via Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF), por meio de fatura e para concessão via saque mediante autorização prévia da Administração Central; (Exclusivo para Suprimento de Fundos);

c) Até 16/12/2022 - deverão ser enviados ao Setor Financeiro, os processos para liquidação e apropriação das despesas que estiverem aptas para pagamento;

d) Até 23/12/2022 - deverão ser efetuados os ressarcimentos, via GRU, referentes a: diárias, uso de telefone, e outras devoluções, para que se tenha tempo suficiente para sua identificação no SIAFI neste exercício, bem como, para que as UGE'S possam regularizar o saldo que por ventura o sistema venha a registrar na conta 218915304 - GRU a classificar, por erro e o limite de saque na fonte 0190.000.000, vinculações 987 e 988, 0177000000, vinculação 500 e conta 218913601 - Valores em Trânsito para Estorno da Despesa;

e) 28/12/2022 - data final dos pagamentos;

f) Até 28/12/2022 - Regularização de eventuais saldos na conta 218913603 - OB Cancelada e 218910200 - Diárias a Pagar, correspondente ao cancelamento de OB de fornecedores e as diárias. Não poderão ficar pendências nos documentos hábeis AV, TF, DT, SF, RB, DD e NP (GERCOMP);

g) Até 28/12/2022 - deverão ser efetivadas as baixas das Prestações de Contas de Diárias no SCDP, sob pena de inscrição do proponente na conta de Diversos Responsáveis/Siafi e de apuração de responsabilidade; Obs: O teto orçamentário para o exercício 2023 somente será inserido após as referidas baixas.

- No caso de viagens que tenham início em 2022 e extrapolem para o exercício seguinte, as diárias do exercício seguinte poderão ser pagas com o orçamento do ano corrente, limitadas ao 14º dia, uma vez que o pagamento de diárias é realizado parceladamente, limitadas em 15 diárias. No entanto, caso superem os 15 dias, as demais parcelas deverão ser pagas com orçamento do exercício seguinte.

- Viagens realizadas em 2022 e que não tenham sido pagas dentro do próprio exercício deverão ter sua despesa reconhecida pelo Ordenador de Despesas em 2023 como despesas de exercícios anteriores em formulário próprio disponível no SEI com justificativas consistentes e fundamentadas dos motivos que não permitiram o pagamento das diárias dentro do próprio exercício financeiro;

- No dia 28/12/2022 as caixas de movimentação do SCDP devem estar sem nenhuma PCDP registrada, em especial as caixas de Aprovação do Proponente/Concedente, Aprovação da Autoridade Superior, Aprovação do Ordenador de Despesas, Execução Financeira, Prestação de Contas e Devolução de Valores.

h) Verificar as contas 218913604 - Devolução de Suprimento de Fundos Conta Tipo "B" ou 218913603 - OB Cancelada, provenientes de OB canceladas, pois as mesmas não podem apresentar saldos em 28/12/2022.

3 - QUANTO À PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS UNIDADES GESTORAS EXECUTORAS

a) No dia 02/01/2023 deverão ser anexados ao processo SEI (prestação de contas 2022) os documentos relativos aos demonstrativos: Balancete de Almoxarifado, Ordem de Serviço do Inventário e do Almoxarifado, Inventário Físico, GFIP (Dez/2022 e 13º/2022). Deverá ser assinado eletronicamente o despacho de encaminhamento destes documentos pelo Ordenador de Despesa, pelo responsável da Área Financeira e por quem os elaborou.

b) O Rol de Responsáveis deve ser emitido, no primeiro dia útil de 2023 (referente a 2022) e anexado ao processo SEI de prestação de contas 2022. Deve ser utilizada a Transação >CONAGENTE para emissão do Rol/2022, que deverá ser atualizada impreterivelmente até o dia 30/12/2022. Após esta data, o sistema não aceitará registros e/ou alterações.

4 - QUANTO À INSCRIÇÃO "EM RESTOS A PAGAR"

a) A fim de evitar inscrições desnecessárias em Restos a Pagar, devem ser adotadas medidas próprias, incluindo análise qualificada das despesas a serem registradas, objetivando o pagamento tempestivo das mesmas no próximo exercício, caso contrário, devem ser providenciadas as anulações dos saldos de empenhos, correspondentes a conta 622920101 - Empenhos a Liquidar, que deverá conter o saldo da efetiva inscrição;

b) É vedada a inscrição em Restos a Pagar dos saldos de empenhos correspondentes a: concessão de diárias, suprimento de fundos e ajuda de custos.

c) Até 30/12/2022 - O Ordenador de Despesas da Unidade Gestora, ou pessoa por ele indicada, formalmente no SIAFI em espaço próprio na tabela UG, deverá indicar, por meio da transação GERINDRP (Gerenciar Indicação de Inscrições em Restos a Pagar) no SIAFI-WEB, as relações de Notas de Empenho a serem inscritas em Restos

a Pagar Não Processadas a Liquidar. Ressalvamos que o registro em questão é de competência exclusiva do Ordenador de Despesas ou de pessoa por ele indicada formalmente no SIAFI (Portaria - Boletim de Serviços), em espaço próprio na tabela UG; Obs: Não há limitação de quantidade de indicações a serem registradas. Deve-se atentar para que, se existirem emissões de novos empenhos, estes deverão fazer parte das listas de empenhos registradas na transação GERINDRP no SIAFI-WEB.

5 - QUANTO AOS INVENTÁRIOS FÍSICOS

Devem ser observadas as seguintes instruções:

5.1. Almoxarifado

a) Constituir comissão para proceder ao Inventário Físico de Material de Consumo em estoque no Almoxarifado, que deverá acompanhar a Prestação de Contas da UGE'S (item 3);

b) Para tanto, solicitamos especial atenção no sentido de que o atendimento seja planejado para encerrar em 09/12/2022 e reiniciado em 06/01/2023, sem prejuízo dos trabalhos desenvolvidos em cada Unidade Gestora, pois, dia 02/01/2023 as UGE'S deverão anexar ao processo SEI os Inventários, conforme item 3, conforme destinação a seguir:

Inventário de almoxarifado para CCONT/CGFIN;

Inventário de Bens móveis, imóveis para SEPAT/CGEAD;

Inventário de Bens apreendidos para SEPAT/CGEAD;

5.2. Bens Móveis, Imóveis e Apreendidos.

Constituir comissão para proceder aos Inventários Físicos desses bens, conforme instruções e prazos estabelecidos, sendo também planejada para encerrar em 31/01/2023, com posterior encaminhamento ao Serviço de Patrimônio na Administração Central até o dia 01/02/2023, devidamente conciliados com o SIAFI.

6 - LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO

a) Os saldos porventura existentes na conta 111122001 - limite de saque, em 29/12/2022, serão recolhidos pela UG 193034, Gestão: 19211.

b) Deverá ser observada a conta 111122003 - limite de saque com vinculação de pagamento - OP, que não pode conter saldo de OP com erro de processamento ou OP por esquecimento de assinatura do Ordenador de Despesas e do Gestor Financeiro.

7- RECOMENDAÇÕES GERAIS

a) A digitação, correção ou acerto de documentos no SIAFI deverão ser encerradas até o dia 29/12/2022.

b) A conformidade de gestão do mês DEZ/22, deverá ser efetuada diariamente, pois não poderá haver pendências na transação "Conconfreg";

c) Todos os documentos da Prestação de Contas de cada UGE, deverão ser anexados ao processo SEI, datados e assinados eletronicamente, por quem o elaborou e conferiu e principalmente, pelos Ordenadores de Despesas das UGE'S;

d) As datas de encerramento das operações financeiras das Unidades Gestoras Executoras subordinadas a Setorial 193034, serão determinadas pelo respectivo Titular, tendo em conta o atendimento dos prazos ora fixados;

e) Os eventuais saldos invertidos deverão ser regularizados, imediatamente após a sua identificação;

f) As contas do Ativo Permanente deverão ter seus saldos conciliados e ajustados, de forma a refletirem os valores e os níveis de escrituração de cada conta;

g) Os chefes e/ou responsáveis pelos setores envolvidos nos procedimentos relativos ao encerramento do exercício se responsabilizarão pelo fiel cumprimento dos prazos aqui fixados, devendo haver presencialmente, pelo menos um responsável pela Unidade à disposição para eventuais providências até o último dia de encerramento (30/12/2022).

h) As dúvidas surgidas, bem como novas orientações necessárias à perfeita execução do encerramento de que trata esta Instrução Normativa, serão dirimidas pela CCONT/CGFIN/DIPLAN e encaminhadas às respectivas Unidades Executoras;

i) Além das instruções acima, as Unidades Gestoras Executoras, através de suas Áreas de Contabilidade, deverão observar o disposto no contido no site http://manualsiafi.tesouro.fazenda.gov.br, macrofunção 02.03.18 (Encerramento do Exercício);

j) Os responsáveis pelas UGE'S, Ordenadores de Despesas, Gerentes Executivos, os Chefes de Escritórios Regionais, deverão estabelecer estreito apoio às Áreas Financeiras e Contábeis para o correto cumprimento destas instruções.

k) No caso de novas orientações advindas dos Órgãos Superiores que venham influenciar esta norma, os mesmos serão objeto de deliberação desta DIPLAN e transmitidos as Unidades em tempo hábil.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

PORTARIA ICMBIO Nº 1119, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2022

Realoca Funções Comissionadas Executivas - FCE do ICMBio, constantes no Anexo II do Decreto Nº 11.193, de 08 de setembro de 2022.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 18 do Anexo I do Decreto nº 11.193, de 08 de setembro de 2022, que aprovou a Estrutura Regimental do ICMBio, publicado no Diário Oficial da União de 09 de setembro de 2022, e tendo em vista o que consta do processo administrativo nº 02070.000563/2022-13, resolve:

Art. 1º Realocar as Funções Comissionadas Executivas - FCE do ICMBio, constantes no Anexo II do Decreto Nº 11.193, de 08 de setembro de 2022, na forma do Anexo I desta Portaria.

Parágrafo único. As alterações decorrentes desta Portaria deverão ser refletidas no Regimento Interno do ICMBio e nas alterações futuras do Decreto nº Decreto Nº 11.193, de 08 de setembro de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 7 dias úteis após a data de sua publicação, em observância ao § 1º do art. 13 do Decreto nº 10.829, de 5 de outubro de 2021.

MARCOS DE CASTRO SIMANOVIC

ANEXO I

QUADRO DEMONSTRATIVO DAS REALOCAÇÕES DE FCE DO ICMBIO

Unidade e do Cargo no Decreto nº 11.193/2022	Denominação do Cargo no Decreto nº 11.193/2022	Código do Cargo no Decreto nº 11.193/2022	Qtd.	Nova Unidade do Cargo	Nova Denominação do Cargo	Novo Código do Cargo	Qtd.
Núcleo de Gestão Integrada - ICMBio Teresópolis	Chefe	FCE 1.07	1	Núcleo de Gestão Integrada - ICMBio Serra Fluminense	Chefe	FCE 1.07	1
Setor 1 de Apoio ao Núcleo de Gestão Integrada - ICMBio Teresópolis	Chefe de Setor	FCE 1.02	1	Setor 1 de Apoio ao Núcleo de Gestão Integrada - ICMBio Serra Fluminense	Chefe de Setor	FCE 1.02	1
Setor 2 de Apoio ao Núcleo de Gestão Integrada - ICMBio Teresópolis	Chefe de Setor	FCE 1.02	1	Setor 2 de Apoio ao Núcleo de Gestão Integrada - ICMBio Serra Fluminense	Chefe de Setor	FCE 1.02	1
Setor 3 de Apoio ao Núcleo de Gestão Integrada - ICMBio Teresópolis	Chefe de Setor	FCE 1.02	1	Setor 3 de Apoio ao Núcleo de Gestão Integrada - ICMBio Serra Fluminense	Chefe de Setor	FCE 1.02	1
Serviço de Apoio ao ICMBio Teresópolis	Chefe de Serviço	FCE 1.05	1	Núcleo de Gestão Integrada - ICMBio Guanabara	Chefe	FCE 1.05	1

Ministério de Minas e Energia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 706/GM/MME, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 31, § 1º, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, no art. 18 do Decreto nº 9.830, de 10 de junho de 2019, e o que consta no Processo nº 48370.000704/2017-57, resolve:

Art. 1º Divulgar, para Consulta Pública, proposta de Portaria Normativa que estabelece Diretrizes para a importação de energia elétrica interruptível sem devolução, a partir da República Argentina ou da República Oriental do Uruguai.

Parágrafo único. Os documentos e as informações pertinentes, inclusive a Nota Técnica nº 35/2022/CGDE/DMSE/SEE, que fundamenta a proposta, podem ser obtidos na página do Ministério de Minas e Energia na internet, no endereço eletrônico www.gov.br/mme, Portal de Consultas Públicas.

Art. 2º As contribuições dos interessados para o aprimoramento da proposta de que trata o art. 1º, serão recebidas pelo Ministério de Minas e Energia, por meio do citado Portal, pelo prazo de quinze dias, contados a partir da data de publicação desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADOLFO SACHSIDA

ANEXO

MINUTA DE PORTARIA NORMATIVA Nº /GM/MME, DE DE DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, e tendo em vista o que consta do Processo nº 48370.000704/2017-57, resolve:

Art. 1º Estabelecer, nos termos desta Portaria Normativa, as diretrizes para a importação de energia elétrica interruptível sem devolução, a partir da República Argentina ou da República Oriental do Uruguai.

Parágrafo único. A importação poderá ser realizada durante todo o ano.

Art. 2º Para a importação de energia elétrica de que trata esta Portaria Normativa, o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS receberá ofertas de montante e preço de agentes comercializadores interessados a participar do processo de importação.

§ 1º Poderão apresentar ofertas ao ONS os agentes comercializadores que estejam adimplentes com as obrigações setoriais, inclusive junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, e que tenham sido autorizados pelo Ministério de Minas e Energia nos termos da Portaria nº 596/GM/MME, de 19 de outubro de 2011, bem como que cumpram regulamentação específica sobre a contratação, apuração e liquidação dos encargos referentes ao uso do sistema de transmissão.

§ 2º Os agentes comercializadores deverão apresentar ofertas de montante e preço considerando as perdas, com entrega da energia no centro de gravidade do Sistema Interligado Nacional - SIN.

§ 3º Os montantes de energia ofertados serão considerados interruptíveis e estarão limitados às restrições elétricas existentes no SIN.

§ 4º A valoração da energia elétrica importada será feita considerando o preço ofertado.

§ 5º A periodicidade de recebimento das ofertas de que trata o caput será estabelecida em procedimentos operativos específicos do processo, considerando a programação da operação.

Art. 3º O ONS será autorizado a despachar a importação de energia elétrica de que trata esta Portaria Normativa quando houver benefício econômico na operação sob a ótica do SIN.

§ 1º Os montantes de energia para importação deverão substituir o despacho de parcelas flexíveis de usinas termelétricas do SIN, que forem acionadas por ordem de mérito de custo ou para atendimento a produtos de potência, na ordem decrescente dos seus Custos Variáveis Unitários - CVU.

§ 2º Os montantes de energia ofertados para importação poderão ser utilizados de forma parcial pelo ONS, observando as quantidades e as condições passíveis de substituição termelétrica de que trata o § 1º.

§ 3º A caracterização do benefício econômico de que trata o caput dar-se-á mediante a existência de margem percentual positiva, conforme referencial a ser estabelecido, entre o valor do CVU da usina termelétrica cujo despacho seria substituído pela importação de energia elétrica e o preço da referida importação.

§ 4º O benefício econômico de que trata o caput terá valor mínimo de 5%.

§ 5º A CCEE e o ONS subsidiarão tecnicamente o Ministério de Minas e Energia no acompanhamento dos resultados da importação de energia elétrica realizada nos termos desta Portaria Normativa.

§ 6º Serão priorizadas as ofertas que produzirem maior benefício econômico na operação.

§ 7º Eventos do sistema elétrico brasileiro que afetem a importação de energia elétrica programada deverão ser documentados e disponibilizados pelo ONS aos agentes.

§ 8º Os agentes comercializadores não disporão de quaisquer compensações por eventuais interrupções da referida importação.

Art. 4º O ONS poderá considerar a importação como recurso adicional ao SIN, sem substituição de geração de usinas termelétricas nos termos do art. 3º, desde que não produza excedente adicional de geração de energia elétrica no SIN e nas seguintes condições:

I - por autorização do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE;

II - nas situações em que o preço da oferta de importação de energia elétrica seja inferior ao Preço de Liquidação das Diferenças - PLD e o PLD seja inferior ao preço associado ao custo de oportunidade de geração em razão do armazenamento incremental nos reservatórios das usinas hidrelétricas, decorrente do deslocamento de geração hidrelétrica, definido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel; ou

III - para atendimento a produtos de potência definidos pelo ONS, desde que seja competitiva frente a outros recursos energéticos do SIN.

Parágrafo único. A modalidade de que trata o inciso II, nas condições especificadas, deverá ser aplicada preferencialmente em relação ao disposto no art. 3º.

Art. 5º A energia elétrica importada nos termos desta Portaria Normativa será liquidada no Mercado de Curto Prazo - MCP.

§ 1º Os titulares das usinas termelétricas com montantes de geração substituídos em razão da importação, nos termos do art. 3º, poderão receber Encargo de Serviços de Sistema - ESS em face da importação, desde que observadas as regras vigentes, inclusive se o montante da energia efetivamente importada for inferior ao montante programado pelo ONS, observadas as especificidades da contratação das respectivas usinas termelétricas substituídas.

§ 2º Os agentes comercializadores que apresentarem comportamento de frustração de oferta poderão sofrer sanção nos termos das regras, procedimentos de comercialização e dos procedimentos operativos específicos do processo.

§ 3º Os agentes comercializadores responsáveis pela importação deverão arcar com os custos associados à diferença entre o montante de geração termelétrica substituída em razão da importação e o montante de energia efetivamente importada, caso exista e não seja relacionada ao § 7º do art. 3º, considerando os seguintes critérios:

I - pagamento de montante igual ao ESS produzido pela substituição da geração termelétrica a partir da importação, caso haja, de acordo com as regras vigentes do setor elétrico brasileiro; ou

II - pagamento de penalidade a ser estabelecida em regras, procedimentos de comercialização e procedimentos operativos específicos do processo, caso a substituição da geração termelétrica não tenha produzido efeito de pagamento de ESS de acordo com as regras vigentes do setor elétrico brasileiro.

§ 4º O recurso financeiro obtido nos termos do § 3º deverá ser revertido em benefício da conta de ESS.

§ 5º Os custos da importação de energia elétrica relativas a ofertas com preços superiores ao Preço de Liquidação das Diferenças - PLD, por ocasião da contabilização do MCP pela CCEE, poderão ser recuperados por meio do encargo destinado à cobertura dos custos do serviço do sistema, conforme dispõe o art. 59 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004.

§ 6º Nos casos em que o processo de importação de energia elétrica seja realizado com preço da oferta de importação inferior ao PLD, o excedente financeiro deverá ser apurado na contabilização do MCP pela CCEE e revertido em benefício da conta de ESS.

§ 7º A CCEE deverá contabilizar e divulgar, mensalmente, o resultado financeiro derivado do benefício econômico no processo de importação de energia elétrica nos termos desta Portaria Normativa.

Art. 6º A importação de energia elétrica nos termos desta Portaria Normativa não será considerada na formação do PLD e nos processos de planejamento e programação da operação associados à otimização eletroenergética por meio de modelos computacionais.

Parágrafo único. A apresentação das ofertas de que trata o art. 2º deverá ser realizada anteriormente à programação da operação e à formação do PLD.

Art. 7º A CCEE e o ONS deverão disponibilizar, respectivamente, as regras e procedimentos de comercialização específicos para a contabilização e liquidação da energia elétrica importada, os procedimentos operativos específicos, bem como celebrar acordos operacionais aderentes que permitam a importação de energia elétrica, conforme disposto nesta Portaria Normativa.

§ 1º As regras e procedimentos de que trata o caput corresponderão àqueles vigentes na publicação desta Portaria Normativa relacionados ao processo de importação de energia elétrica, considerando adicionalmente os respectivos aperfeiçoamentos necessários à operacionalização desta Portaria Normativa.

§ 2º As regras e procedimentos de que trata o caput serão temporários até que haja aprovação pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, sem ensejar recontabilização em razão do advento da nova regulamentação.

§ 3º Os agentes de comercialização participantes estarão obrigados a cumprir o disposto nas regras e procedimentos de que trata o caput para realizar a importação de energia elétrica de que trata esta Portaria Normativa.

Art. 8º Ficam revogadas:

I - a Portaria nº 339/GM/MME, de 15 de agosto de 2018; e

II - a Portaria nº 523/GM/MME, de 9 de junho de 2021.

Art. 9º Esta Portaria Normativa entra em vigor em 1º de janeiro de 2023.

PORTARIA Nº 707/GM/MME, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 21, § 4º, do Decreto nº 2.655, de 2 de julho de 1998, no art. 4º, § 1º, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, no art. 5º, §§ 1º e 2º, da Portaria Normativa nº 42/GM/MME, de 26 de abril de 2022, e o que consta no Processo nº 48360.000051/2022-92, resolve:

Art. 1º Determinar a divulgação de relação dos agentes que declararam os novos valores de Taxa Equivalente de Indisponibilidade Forçada - TEIF e Indisponibilidade Programada - IP, conforme dispõe o § 1º, do art. 5º, da Portaria Normativa nº 42/GM/MME, de 26 de abril de 2022, para fins de utilização na Revisão Ordinária de Garantia Física de Energia que trata o § 4º, do art. 21, do Decreto nº 2.655, de 2 de julho de 1998.

Parágrafo único. A Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético emitirá Despacho Decisório dando publicidade à listagem de declarações recebidas das Usinas Hidrelétricas, de que trata o caput, e o disponibilizará na página do Ministério de Minas e Energia na internet, no endereço eletrônico www.gov.br/mme, Portal de Consultas Públicas, até as 18:00 do dia 18 de novembro de 2022.

Art. 2º Para os agentes que não constem na listagem a que se refere o parágrafo único do art. 1º e que apresentaram declarações nos termos da Portaria nº 705/GM/MME, de 11 de novembro de 2022, fixar até 22 de novembro de 2022 a data limite para apresentação de comprovação de envio.

Parágrafo único. O comprovante de envio da declaração deverá ser apresentado, por meio físico, no endereço Esplanada dos Ministérios, Bloco U, Térreo, Sala do "Protocolo Geral".

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADOLFO SACHSIDA

SECRETARIA DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

PORTARIA Nº 61/SPG/MME, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS DO MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência outorgada pelo art. 1º, parágrafo único, da Portaria nº 681/GM/MME, de 22 de agosto de 2022, tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, no art. 3º da Portaria MME nº 252, de 17 de junho de 2019, e o que consta no Processo nº 48340.002785/2022-44, resolve:

Art. 1º Aprovar como prioritário, na forma do art. 2º, § 1, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, o projeto de investimento na atividade plantio de cana-de-açúcar para a produção de etanol denominado "Projeto para Emissão de Debêntures Incentivadas de Infraestrutura Destinados ao Plantio de Cana-de-Açúcar para Produção de Etanol", de titularidade da empresa PEDRA AGROINDUSTRIAL S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 71.304.687/000 1-05, doravante denominada Sociedade Titular do Projeto, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme descrito no Anexo a esta Portaria.

Art. 2º A Sociedade Titular do Projeto deverá:

I - manter atualizada junto à Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis:

a) a relação das pessoas jurídicas que a integram; e

b) a identificação da sociedade controladora, no caso de sociedade titular do projeto constituída sob a forma de companhia aberta.

II - destacar, quando da emissão pública das debêntures, na primeira página do Prospecto e do Anúncio de Início de Distribuição ou, no caso de distribuição com esforços restritos, do Aviso de Encerramento e do material de divulgação, o número e a data de publicação da Portaria de aprovação e o compromisso de alocar os recursos obtidos no Projeto Prioritário aprovado; e

III - manter a documentação relativa à utilização dos recursos captados até cinco anos após o vencimento das debêntures ou dos certificados de recebíveis imobiliários ou após o encerramento do fundo de investimento em direitos creditórios, para consulta e fiscalização pelos órgãos de controle.

Art. 3º O projeto prioritário não será considerado implantado, na forma aprovada pela Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Ministério de Minas e Energia, na hipótese de se verificar a ocorrência das seguintes condições:

I - extinção ou revogação da autorização prevista no Anexo a esta Portaria; ou

II - atraso na implementação do projeto superior a cinquenta por cento em relação ao prazo entre a data de aprovação e a data de conclusão do empreendimento prevista no Anexo a esta Portaria.

Art. 4º A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP deverá informar ao Ministério de Minas e Energia, por meio da sua Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, e à Unidade da Receita Federal do Brasil com jurisdição sobre o estabelecimento matriz da Sociedade Titular do Projeto a ocorrência de situações que evidenciem a não implementação do projeto aprovado nesta Portaria.

Art. 5º A Sociedade Titular do Projeto deverá encaminhar ao Ministério de Minas e Energia, por meio da sua Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, no prazo de trinta dias a contar da sua emissão, cópia do ato de comprovação ou de autorização da operação comercial do projeto aprovado nesta Portaria, emitido pelo órgão ou entidade competente.

Art. 6º A Sociedade Titular do Projeto deverá observar, ainda, as demais disposições constantes na Lei nº 12.431, de 2011, no Decreto nº 8.874, de 2016, e na Portaria MME nº 252, de 2019.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL BASTOS DA SILVA

ANEXO - FORMULÁRIO PARA SOLICITAÇÃO DE APROVAÇÃO DE PROJETO COMO PRIORITÁRIO ENCAMINHADO PELA SOCIEDADE TITULAR DO PROJETO

1. Razão Social, Endereço, Telefone e CNPJ da Sociedade Titular do Projeto:	Razão Social: Pedra Agroindustrial S.A. Endereço: Fazenda da Pedra S/ N, Zona Rural, caixa postal 02, CEP 14150-000, Serrana (SP) CNPJ: 71.304.687/ 0001-05
2. Relação de Pessoas Jurídicas que Integram a Sociedade Titular do Projeto, com os respectivos CNPJ e percentuais de participação:	HG Empreendimentos e Participações S.A. CNPJ: 04.787.677/0001-72 Participação - 100%
3. Identificação da Sociedade Controladora, no caso de a Sociedade Titular do Projeto ser constituída na forma de companhia aberta:	Não se aplica.
4. Denominação do Projeto:	Projeto para emissão de debêntures incentivadas de infraestrutura destinados ao plantio de cana-de-açúcar para produção de etanol.
5. Número e Data do Ato de Outorga de Autorização, Concessão ou Ato Administrativo equivalente emitido pela ANP; ou Número e Data do Ato Administrativo equivalente, emitido por Órgão Estadual competente, em caso de Dutovias para a Prestação dos Serviços Locais de Gás Canalizado:	Autorização ANP nº 338, de 28 de junho de 2017 DOU: 29.06.2017 Autorização ANP n° 623, de 23 de julho de 2018 DOU: 24.07.2018
6. Localização do Projeto (Município(s) e Unidade(s) da Federação):	Usina Buriti: Zona Rural - Buritizal (SP) Usina Ipê: Zona Rural - Nova Independência (SP)
7. Descrição do Projeto e Indicação dos Principais Elementos Constitutivos e Características:	O Projeto de Investimento caracteriza-se pela ampliação e recuperação de canavial para a produção de etanol. Os investimentos se destinam às safras de 2023/24, 2024/25, 2025/26 e 2026/27 da Sociedade Titular do Projeto, nas usinas localizadas nos Municípios de Buritizal e Nova Independência, no Estado de São Paulo. Os investimentos do projeto se referem a: (i) Preparo, incluindo investimentos em insumos agrícolas, limpeza de terreno, sistematização do solo, gradagem e subsolagem, aplicação de herbicidas e transportes diversos para execução das atividades; (ii) Plantio, incluindo investimentos em insumos agrícolas, plantio mecanizado, colheita de mudas e transportes diversos para execução das atividades; e (iii) Cana Planta, incluindo investimentos em insumos agrícolas, cultivo, aplicação de herbicidas e transporte diversos para execução das atividades.

	O objetivo do Projeto de Investimento é aumentar a disponibilidade e produtividade de cana-de-açúcar para o consequente aumento da produção de etanol da Sociedade Titular do Projeto, contribuindo para o suprimento da demanda nacional, além de possibilitar a criação de empregos e geração de renda.
8. Prazo Previsto para a Conclusão do Projeto:	Março/2027

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 12.756, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.007901/2022-31. Interessada: PEC Energia S.A., CNPJ nº 07.157.459/0001-42. Objeto: Declarar de utilidade pública, para desapropriação, em favor da PEC Energia S.A., a área de terra necessária à ampliação da subestação 500 kV Campina Grande III, localizada no município de Campina Grande, estado da Paraíba. A íntegra desta Resolução, e seu anexo, constam dos autos e estarão disponíveis em http://biblioteca.aneel.gov.br.

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO

RETIFICAÇÃO

Na Resolução Autorizativa nº 11.438, de 29 de março de 2022, publicada em resumo no DOU de 4, de abril de 2022, Seção 1, página 85, n. 64, onde se lê: "29.000 kW", leia-se: "25.000 kW". A íntegra dessa Resolução, consta dos autos e estará disponível em biblioteca.aneel.gov.br.

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 3.237, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022

Processos nº 48500.003813/2013-70, 48500.003810/2013-36, 48500.003811/2013-81, 48500.003808/2013-67, 48500.006755/2019-21, 48500.006756/2019-76 e 48500.006757/2019-11. Interessados: Tanque Novo IV Energias Renováveis S.A.-35.655.205/0001-90; Tanque Novo V Energias Renováveis S.A.-35.655.200/0001-67; Tanque Novo VI Energias Renováveis S.A.-35.655.028/0001-41; Tanque Novo VII Energias Renováveis S.A.-35.655.010/0001-40; Tanque Novo I Energias Renováveis S.A.-35.718.914/0001-77; Tanque Novo II Energias Renováveis S.A.-35.655.215/0001-25 e Tanque Novo III Energias Renováveis S.A.-35.655.024/0001-63. Decisão: alterar as características técnicas e as instalações de interesse restrito das EOL Aura Caetité 01 a 04 e Aura Tanque Novo 01 a 03, localizadas nos municípios de Caetité e Tanque Novo, estado da Bahia. A íntegra deste Despacho e seus Anexos constam dos autos e estarão disponíveis em http://biblioteca.aneel.gov.br.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 3.257, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

Processo nº: 48500.008027/2022-50. Interessada: Alg Empreendimentos Imobiliários Ltda. Decisão: conferir o Registro para a elaboração da Revisão dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do rio Caveiras, no trecho entre o canal de fuga da PCH João Borges e o remanso do reservatório da PCH Portão, integrante da sub-bacia 71, no estado de Santa Catarina, cadastrado sob o CINV: INV.71.0048.01-1. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível em biblioteca.aneel.gov.br.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

Decisão: Liberar as unidades geradoras para início de operação a partir de 18 de novembro de 2022.

Nº 3.295 Processo nº: 48500.003995/2020-16. Interessados: Enel Green Power Ventos de São Roque 17 S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: EOL Ventos de São Roque 17. Unidades Geradoras: UG1, de 5.500,00 kW. Localização: Município de Dom Inocêncio, no estado do Piauí.

Nº 3.296 Processo nº: 48500.005878/2020-89. Interessados: Ventos de São Caio Energias Renováveis S/A. Modalidade: Operação em teste. Usina: EOL Ventos de São Caio. Unidades Geradoras: UG3, de 4.400,00 kW. Localização: Municípios de Betânia do Piauí e Paulistana, no estado do Piauí.

Nº 3.297 Processo nº: 48500.004079/2021-76. Interessados: Omega Desenvolvimento de Energia 7 S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: EOL Assuruá 4 III. Unidades Geradoras: UG1 a UG3, de 4.500,00 kW cada. Localização: Município de Gentio do Ouro, no estado da Bahia.

Nº 3.298 Processo nº: 48500.004304/2003-94. Interessados: CENAEEL - Central Nacional de Energia Eólica S.A. Modalidade: Operação comercial. Usina: EOL Do Horizonte. Unidades Geradoras: UG1 a UG8, de 600,00 kW cada. Localização: Município de Água Doce, no estado de Santa Catarina.

Nº 3.299 Processo nº: 48500.004019/2020-72. Interessados: Jandaíra I Energias Renováveis S.A. Modalidade: Operação comercial. Usina: EOL Jandaira I. Unidades Geradoras: UG2 e UG3, de 3.465,00 kW cada. Localização: Município de Jandaíra, no estado do Rio Grande do Norte.

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em https://biblioteca.aneel.gov.br.

GENTIL NOGUEIRA DE SÁ JÚNIOR
Superintendente

RETIFICAÇÃO

No Despacho nº 3.132, de 31 de outubro de 2022, publicado no D.O. de 01.11.2022, Seção 1, p. 69, v. 160, n. 207, onde se lê: "unidades geradoras UG1 e UG6, de 600,00 kW cada, totalizando 4.800,00 kW de capacidade instalada", leia-se: "unidades geradoras UG1 e UG8, de 600,00 kW cada, totalizando 4.800,00 kW de capacidade instalada"

SUPERINTENDÊNCIA DE MEDIAÇÃO ADMINISTRATIVA, OUVIDORIA SETORIAL E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

DESPACHO Nº 3.273, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE MEDIAÇÃO ADMINISTRATIVA, OUVIDORIA SETORIAL E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas competências, em conformidade com o disposto no inciso (IV) do art. 1º da Portaria nº 4.595, de 23 de maio de 2017, e com o constante no Processo nº 48500.007569/2022-13, decide por: extinguir e arquivar o Processo em referência, após exaurido o prazo para interposição de recurso e na ausência de manifestação das partes, nos termos do previsto no art. 14, §1º, do Anexo, da Resolução Normativa nº 273/2007.

GUSTAVO MANGUEIRA DE ANDRADE SALES

DESPACHO Nº 3.274, 16 DE NOVEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE MEDIAÇÃO ADMINISTRATIVA, OUVIDORIA SETORIAL E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas competências, em conformidade com o disposto no inciso IV do art. 1º da Portaria nº 4.595, de 23 de maio de 2017, e com o constante no Processo nº 48500.005467/2022-55, decide por conhecer do requerimento interposto pelo consumidor Caldas Alimentos Ltda., CNPJ nº 02.370.310/0001-23, unidade consumidora nº 760228723, em face da Enel Distribuição Goiás (CNPJ nº 01.543.032/0001-04) e, no mérito, dar-lhe parcial provimento, e, por conseguinte; (i) determinar que a Enel Distribuição Goiás efetue a devolução dos valores faturados a maior decorrente do erro de classificação, de forma simples, para o período de 03/01/2010 até 31/12/2017, nos termos do inciso II do artigo 113 da REN nº 414/2010, descontados os valores já devolvidos; (ii) determinar que a Enel Distribuição Goiás efetue a devolução em dobro, dos valores faturados a maior, decorrente do erro de classificação, para o período de 01/01/2018 até 09/05/2019, e de 02/01/2020 a 20/01/2020, nos termos do artigo 113 da Resolução Normativa nº 414/2010, descontados os valores já devolvidos; (iii) determinar que a Enel Distribuição Goiás efetue a devolução simples dos valores faturados a maior decorrente do erro de classificação, conforme previsto no art. 114, da Resolução Normativa nº 414/2010, para o período de 10/05/2019 a 01/01/2020, descontados os valores já devolvidos; e (iv) determinar que esta decisão seja cumprida no prazo de 15 (quinze) dias após o seu trânsito em julgado.

GUSTAVO MANGUEIRA DE ANDRADE SALES

DESPACHO Nº 3.275, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE MEDIAÇÃO ADMINISTRATIVA, OUVIDORIA SETORIAL E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas competências, em conformidade com o disposto no inciso IV do art. 1º da Portaria nº 4.595, de 23 de maio de 2017, e com o constante no Processo nº 48500.005752/2022-76, decide por conhecer do requerimento interposto, e, no mérito dar-lhe parcial provimento, e por conseguinte, (i) determinar que a Enel Distribuição Goiás (CNPJ nº 01.543.032/0001-04) efetue a devolução dos valores faturados a maior decorrente do erro de classificação da unidade consumidora nº 320005550, de forma simples para o período de 03/02/2012 a 31/12/2017, e em dobro para o período de 01/01/2018 a 13/04/2022, nos termos do artigo 113 da Resolução Normativa nº 414/2010, alterado pelo Despacho ANEEL nº 18, de 4 de janeiro de 2019, descontados os valores já devolvidos, caso aplicável; e (ii) determinar que esta decisão seja cumprida no prazo de 15 (quinze) dias após o seu trânsito em julgado.

GUSTAVO MANGUEIRA DE ANDRADE SALES

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 3.294, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 3.924, de 29 de março de 2016, e tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.005541/2022-33, decide indeferir o pleito da Celesc Distribuição S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 08.336.804/0001-78, de revisão dos Termos de Liberação de Receita - TLR emitidos com Pendência Impeditiva de Terceiros - PIT sob sua responsabilidade para a integração ao Sistema Interligado Nacional do setor, em 138 kV, da SE Tubarão Sul.

LEONARDO MENDONÇA OLIVEIRA DE QUEIROZ

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ESTUDOS DO MERCADO

DESPACHO Nº 3.300, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ESTUDOS DO MERCADO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pelo Artigo 1º, inciso V, da Portaria ANEEL nº 3.925, de 29 de março de 2016, considerando o disposto na Lei no 10.848, de 15 de março de 2004, no Decreto no 5.163, de 30 de julho de 2004, nas Resoluções Normativas nº 1.002, de 25 de janeiro de 2022, e nº 1.009 de 22 de março de 2022, e o que consta no Processo nº 48500.008667/2022-54, resolve aprovar o Contrato de Comercialização de Energia a partir de Licitação Pública - CCELP celebrado entre a compradora COOPERATIVA REGIONAL DE ENERGIA TAQUARI JACUÍ - CERTAJA, CNPJ nº 97.839.922/0001-29, e a vendedora CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S/A - CEMIG GT, CNPJ nº 06.981.176/0001-58, pactuado em decorrência do resultado de processo licitatório correspondente EDITAL DE LEILÃO DE COMPRA DE ENERGIA ELÉTRICA - CERTAJA - 2022, ressalvado que as cláusulas contratuais relacionadas a preço, prazos, montantes da energia elétrica comercializados, suspensão de fornecimento e resolução do contrato apresentam eficácia condicionada ao rito discricionário de Aprovação estabelecido pela Resolução Normativa nº 1.009/2022.

JÚLIO CÉSAR REZENDE FERRAZ

DESPACHO Nº 3.304, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ESTUDOS DO MERCADO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 1º, inciso V, da Portaria ANEEL nº 3.925, de 29 de março de 2016, considerando o disposto na Lei no 10.848, de 15 de março de 2004, no Decreto no 5.163, de 30 de julho de 2004, nas Resoluções Normativas nº 1.009, de 22 de março de 2022 no Submódulo 11.1 do PRORET, no contrato de Comercialização de Energia a partir de Licitação Pública - CCELP - CCVEE nº 001/2020 e no Edital de Leilão Conjunto de Compra e Venda de Energia Elétrica - 01/2020 - CRERAL, COOPERLUZ, CERMISSÕES e CERTHIL, e o que consta do Processo nº 48500.005617/2020-69, decide aprovar o 2º Termo Aditivo celebrado entre a compradora COOPERLUZ - Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste, inscrita no CNPJ sob o nº 95.824.322/0001-61, e a vendedora ELECTRA Comercializadora de Energia Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 04.518.259/0001-80, conforme tabela a seguir.

ENERGIA CONTRATADA	Início	Término	MW Médio
	01/01/2023	31/01/2023	9,713710
	01/02/2023	28/02/2023	9,287946
	01/03/2023	31/03/2023	8,168347
	01/04/2023	30/04/2023	6,433125
	01/05/2023	31/05/2023	5,960685
	01/06/2023	30/06/2023	6,022500
	01/07/2023	31/07/2023	5,872379
	01/08/2023	31/08/2023	5,960685
	01/09/2023	30/09/2023	6,843750
	01/10/2023	31/10/2023	7,770968
	01/11/2023	30/11/2023	8,440625
	01/12/2023	31/12/2023	9,625403

JÚLIO CÉSAR REZENDE FERRAZ

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO

DESPACHO
Relação nº 158/2022

Fase de Requerimento de Lavra
Torna sem efeito despacho(2296)
831.341/1984-MINERACAO COMISA LTDA- Publicado DOU de 21/10/2020

VICTOR HUGO FRONER BICCA
Diretor-Geral

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE ALAGOAS

DESPACHO
Relação nº 69/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
844.034/2014-INTERCEMENT BRASIL S.A.
Fase de Requerimento de Licenciamento
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
844.062/2022-CONSTRUTORA MASSARANDUBA LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
844.064/2022-ALMIR R. DA SILVA ME-OF. N°53769/2022/CAREAS-AL/ANM
844.065/2022-ANTONIO DE OLIVEIRA-OF. N°53778/2022/CAREAS-AL/ANM
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(1801)
844.068/2022-CERAMICA NOSSA SENHORA APARECIDA LTDA-OF. N°53782/2022/CAREAS-AL/ANM

FERNANDO JOSE DA COSTA BISPO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

DESPACHO
Relação nº 68/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
868.099/2022-MINERADORA CORRESOLO LTDA-OF. N°52436/2022/SEOUT-MS/ANM
868.125/2016-EDEM EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO EM MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°51229/2022/SEOUT-MS/ANM
Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(1823)
868.099/2022-MINERADORA CORRESOLO LTDA
868.171/2017-EXTRATORA RIO PARANÁ EIRELI EPP
Determina o arquivamento definitivo do processo(279)
868.099/2022-MINERADORA CORRESOLO LTDA
868.171/2017-EXTRATORA RIO PARANÁ EIRELI EPP
Fase de Concessão de Lavra
Concede prévia anuência e autoriza averbação da transferência da Concessão de Lavra(451)
868.615/1995-EDEM EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO EM MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA- Portaria nº 177/SGM/2019- Cessionário:E2 MINERAIS E FERTILIZANTES LTDA- CNPJ 35.138.169/0001-97
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(2076)
868.131/2022-MINERADORA CORRESOLO LTDA-OF. N°52436/2022/SEOUT-MS/ANM

ANTONIO CLAUDIO LEONARDO BARSOTTI
Gerente

DESPACHO
Relação nº 70/2022

Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
868.131/2022-MINERADORA CORRESOLO LTDA-Registro de Licença N° 18/2022 - GERÊNCIA REGIONAL/MS - Vencimento em 18/07/2026
868.208/2015-MIRALVA GOMES COSTA SILVA ME-Registro de Licença N° 16/2022 - GERÊNCIA REGIONAL/MS - Vencimento em 17/08/2025
868.083/2020-EXTRATORA RIO PARANÁ EIRELI EPP-Registro de Licença N° 17/2022 - GERÊNCIA REGIONAL/MS - Vencimento em 03/06/2024

ANTONIO CLAUDIO LEONARDO BARSOTTI
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE SANTA CATARINA

DESPACHO
Relação nº 102/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Retificação de despacho(1387)
815.045/2016-A. MENDES TERRAPLANAGEM, CONSTRUÇÃO E EXTRAÇÃO DE MINERAIS LTDA - Publicado DOU de 17/11/2022, Relação n° 100, Seção I, pág. 216- Onde se lê: "...Cessionário: 815.045/2016", Leia-se: "...Cessionário: 815.109/2020"
Fase de Concessão de Lavra
Torna sem efeito Auto de Infração(608)
803.771/1976-SAO CARLOS HIDROMINERAL S/A- AI N°571/2016
Torna sem efeito exigência(659)
001.492/1936-CARBONIFERA METROPOLITANA S/A-OF. N°50430/2022/GER-SC/ANM-DOU de 09/11/2022

JESSE OTTO FREITAS
Gerente

DESPACHO
Relação nº 105/2022

Fase de Requerimento de Pesquisa
O GERENTE REGIONAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada de que trata o Art. 1°, inciso I, alínea "a" da Portaria Nº 1056, de 30 de junho de 2022, e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e no art. 2°, inciso XVII da Lei 13.575/2017, outorga o(s) seguinte(s) Alvará(s) de Pesquisa, pelo prazo de 03 anos, com vigência a partir dessa publicação:(323)
9055/2022-815.223/2021-HOBI S/A - MINERACAO DE AREIA E CONCRETO-
9057/2022-815.249/2021-TERRA BRANCA LOGISTICA E TRANSPORTES EIRELI-
9058/2022-815.250/2021-TERRA BRANCA LOGISTICA E TRANSPORTES EIRELI-
9059/2022-815.254/2021-TERRA BRANCA LOGISTICA E TRANSPORTES EIRELI-
9060/2022-815.269/2021-ELIANE REVESTIMENTOS CERAMICOS LTDA-
9054/2022-815.222/2021-INFRASUL - INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA.-
9056/2022-815.226/2021-JOÃO PEDRO DA ROCHA ME-
9061/2022-815.506/2021-PEDREIRA TRIANGULO EXTRACAO E COMERCIALIZACAO DE PEDRAS LTDA-
O GERENTE REGIONAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada de que trata o Art. 1°, inciso I, alínea "a" da Portaria Nº 1056, de 30 de junho de 2022, e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e no art. 2°, inciso XVII da Lei 13.575/2017, outorga o(s) seguinte(s) Alvará(s) de Pesquisa, pelo prazo de 02 anos, com vigência a partir dessa publicação:(322)
9048/2022-815.251/2021-TERRA BRANCA LOGISTICA E TRANSPORTES EIRELI-
9049/2022-815.253/2021-CAULITEK MINERACAO LTDA-
9050/2022-815.255/2021-CAULITEK MINERACAO LTDA-
9051/2022-815.271/2021-MARIOT PARTICIPACOES EIRELI-
9052/2022-815.273/2021-MARIOT PARTICIPACOES EIRELI-
9053/2022-815.274/2021-MARIOT PARTICIPACOES EIRELI-
9047/2022-815.232/2021-VITORETI COMERCIO DE AREIA LTDA-
9046/2022-815.224/2021-HOBI S/A - MINERACAO DE AREIA E CONCRETO-
O GERENTE REGIONAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada de que trata o Art. 1°, inciso I, alínea "a" da Portaria Nº 1056, de 30 de junho de 2022, e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e no art. 2°, inciso XVII da Lei 13.575/2017, outorga o(s) seguinte(s) Alvará(s) de Pesquisa, pelo prazo de 01 ano, com vigência a partir dessa publicação:(321)
9045/2022-815.286/2021-NORBERT HUNDT-
9044/2022-815.227/2021-SULGESSO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.-

JESSE OTTO FREITAS

DESPACHO
Relação nº 106/2022

Fase de Requerimento de Lavra
O GERENTE REGIONAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada de que trata o Art. 1°, II, alínea "e" da Portaria ANM Nº 1.056, de 30 de junho de 2022 - DOU de 01 de julho de 2022, com fundamento no Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967 c/c o art. 2°, inciso XVIII da Lei 13.575/2017, outorga a(s) seguinte(s) Portaria(s) de Lavra:(2611)
PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 513/2022, de 17 DE NOVEMBRO DE 2022 - Processo nº 815.524/2010 - Titular MINERAÇÃO RIO DO VALE LTDA. ME - Substância(s) SAIBRO, CAULIM - Município(s) de JAGUARUNA/SC, SANGÃO/SC
PORTARIA DE LAVRA ANM Nº 512/2022, de 17 DE NOVEMBRO DE 2022 - Processo nº 815.307/1994 - Titular SBM - SUL BRASILEIRA DE MINERACAO LTDA - Substância(s) CASCALHO - Município(s) de MORRO GRANDE/SC

JESSE OTTO FREITAS

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE SÃO PAULO

DESPACHO
Relação nº 81/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
820.070/2019-ROBERTO LOPES VIEIRA-OF. N°52988/2022/DIOUT-SP/ANM
820.041/2020-MICHEL SIMON LINDOLFO-OF. N°52990/2022/DIOUT-SP/ANM
820.426/2006-JORGE BOBATTO JUNIOR-OF. N°53241/2022/DIFIS-SP/ANM
820.116/2014-ANUAR DE OLIVEIRA LAUAR ENGENHARIA-OF. N°53243/2022/DIFIS-SP/ANM
820.813/2010-VOTORANTIM CIMENTOS BRASIL S A-OF. N°53527/2022/DIFIS-SP/ANM
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
820.833/2007-STAVIAS STANOSKI TERRAPLANAGEM PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA.-ALVARÁ N°1252/2009
820.834/2007-STAVIAS STANOSKI TERRAPLANAGEM PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA.-ALVARÁ N°1253/2009
821.016/2012-TERRITORIO GEO SERVIÇOS GEOLOGICOS, AMBIENTAIS E LABORATORIAIS LTDA.-ALVARÁ N°14406/2015
820.693/2003-MINERADORA AREIA NOVA LTDA-ALVARÁ N°519/2005
821.283/2009-SP MINÉRIOS LTDA-ALVARÁ N°17055/2010
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
821.311/2014-EXTRACAO DE AREIA CINCO LAGOS EIRELI-ALVARÁ N°11230/2015
820.558/2017-PEDREIRA RIO DAS PEDRAS LTDA EPP-ALVARÁ N°6305/2018
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
820.747/2018-LOPES & CIA. COMERCIO DE PRODUTOS CERAMICOS LTDA
Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(252)
820.974/2016-PEDRO PAULO POSSETTI-OF. N°53301/2022/DIFIS-SP/ANM
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
820.070/2019-ROBERTO LOPES VIEIRA- Cessionário:ROBERTO LOPES VIEIRA- CPF ou CNPJ 10.301.559/0001-05- Alvará n°5059/2019
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
009.579/1943-LINDOIANO FONTES DE AGUAS MINERAIS - EIRELI- "Fonte São José" (Poço) - Marca "AMA" (AMBEV): garrafas PET, de 500 ml, sem gás e com gás e garrafas PET, de 1,5 L, sem gás.- LINDÓIA/SP
820.923/2002-MINERADORA PERAL LTDA- "Fonte Santa Júlia" (Surgência) - Marca "Mirante da Prata Puríssima": garrafões retornáveis de 20 L, sem gás.- ÁGUAS DA PRATA/SP
821.399/2000-RIO DE JANEIRO REFRESCOS LTDA- "Fonte Ipiranga" (Poço) - Marca "Crystal": garrafas descartáveis de 500 mL e 1,5 L, com e sem gás; Marca "Crystal (100% feita de outras garrafas)": garrafas de 500 mL e 1,5 L, sem gás; Marca "Crystal (embalagem com 12 unidades)": recipientes de 500 mL, com e sem gás; Marca "Crystal (embalagem com 12 unidades - Leve mais & pague menos)": recipientes de 500 mL, com e sem gás; Marca "Crystal (embalagem com 6 unidades)": recipientes de 1,5 L, com e sem gás e Marca "Crystal (embalagem com 6 unidades - Leve mais & pague menos)": recipientes de 1,5 L, com e sem gás.- RIBEIRÃO PRETO/SP
820.321/1990-MINERACAO SAMPEDRENSE LTDA- "Fonte da Serra" - Marca "São Pedro Genuína?": garrafas descartáveis de 1,5 L, sem gás- SÃO PEDRO/SP
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
820.923/2002-MINERADORA PERAL LTDA-OF. N°53039/2022/DIFIS-SP/ANM
821.399/2000-RIO DE JANEIRO REFRESCOS LTDA-OF. N°53065/2022/DIFIS-SP/ANM
821.971/1987-AGUAS MINERAIS DE ATIBAIA LTDA-OF. N°53068/2022/DIFIS-SP/ANM
820.056/1993-CERTEZA BEBIDAS E ALIMENTOS LTDA.-OF. N°53099/2022/DIFIS-SP/ANM
820.468/1980-AGUA LITORANEA - INDUSTRIA E COMERCIO DE AGUA MINERAL LTDA-OF. N°53105/2022/DIFIS-SP/ANM
820.602/2001-PAMIRO AGRO INDÚSTRIA S.A.-OF. N°53229/2022/DIFIS-SP/ANM
820.299/1998-AGUA MINERAL HYLEM PRODUÇÃO COMERCIALIZAÇÃO LTDA-OF. N°53235/2022/DIFIS-SP/ANM
000.537/1964-MINERADORA CANTAGALO LTDA-OF. N°53296/2022/DIFIS-SP/ANM
817.502/1969-SANTUÁRIO DE APARECIDA ÁGUA MINERAL LTDA.-OF. N°53304/2022/DIFIS-SP/ANM
820.403/1994-ENGARRAFADORA E DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS PALO VERDE LTDA-OF. N°53521/2022/DIFIS-SP/ANM
820.321/1990-MINERACAO SAMPEDRENSE LTDA-OF. N°53667/2022/DIFIS-SP/ANM
Autoriza a suspensão temporária dos trabalhos de lavra(437)
811.568/1973-MINERAÇÃO BINDILATTI LTDA- Início:30/09/2022-Término:30/09/2027
Autoriza averbação do contrato de Arrendamento Total da concessão de lavra(449)
820.096/2015-MINERAÇÃO E CALCÁRIO VITTI LTDA.- Arrendatário:CALCÁRIO DIAMANTE LTDA- CNPJ 46.986.451/0001-40 - Termino do arrendamento: 01/04/2030
Concede prévia anuência e autoriza averbação da transferência da Concessão de Lavra(451)
820.607/1988-BARRA DO JAGUARI COMERCIO DE AREIA E ARGILA LTDA-Portaria de Concessão de Lavra nº 98 de 2008- Cessionário:BARRO BRANCO MINERAÇÃO LTDA- CNPJ 33.092.353/0001-18
820.191/1993-QUIBRITA MINERADORA LTDA.- Portaria de Concessão de Lavra nº 209 de 2012- Cessionário:GIGANTE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA- CNPJ 42.709.224/0001-17
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(557)
820.161/2000-MINERAÇÃO KALFILLER LTDA-Concessão de Lavra nº 338 de 2016- Cessionário:48053.820227/2022-07-MINERAÇÃO ITAMIG LTDA- CNPJ 10.584.101/0001-00
Autoriza constituição de Grupamento Mineiro(482)
GM N°298/2022 - Gerência Regional ANM/SP- Processo:921.038/2020 - Processo nº 27202.820017/1989-16 - Portaria de Lavra MME nº 256 de 06/07/2001, DOU de 20/07/2001; Processo nº 27202.820743/1998-11 - Portaria de Lavra SGM/MME nº 198 de 29/06/2006, DOU de 05/07/2006
Nega provimento a defesa apresentada(476)
820.321/1990-MINERACAO SAMPEDRENSE LTDA
Multa aplicada /Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(460)
820.321/1990-MINERACAO SAMPEDRENSE LTDA- AI Nº 5117/2022/DIFIS-SP/ANM
Fase de Direito de Requerer a Lavra
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do direito de requerer a lavra.(2259)
821.142/2010-LARA INDUSTRIA E COMERCIO DE MATERIAIS LTDA - EIRELI-Cessionário:MARTINS LARA E LARA LTDA.- CPF ou CNPJ 67.283.853/0001-59- Alvará n°16398/2011
820.925/2007-EDSON CARDOSO FERREIRA- Cessionário:PARAISO DA NASCENTE AGUAS MINERAIS LTDA- CPF ou CNPJ 46.223.386/0001-00- Alvará n°7835/2008
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
820.229/1991-PORTO DE AREIA GRAMINHA LTDA EPP- Registro de Licença N° 2429 - Vencimento em 2000
820.226/1991-PORTO DE AREIA GRAMINHA LTDA EPP- Registro de Licença N° 2368/2000 - Vencimento em 18/10/2026
820.225/1991-PORTO DE AREIA GRAMINHA LTDA EPP- Registro de Licença N° 2172/1999 - Vencimento em 18/10/2026
820.224/1991-PORTO DE AREIA GRAMINHA LTDA EPP- Registro de Licença N° 2171/1999 - Vencimento em 18/10/2026
820.223/1991-PORTO DE AREIA GRAMINHA LTDA EPP- Registro de Licença N° 3380/2015 - Vencimento em 18/10/2026
820.219/1991-PORTO DE AREIA GRAMINHA LTDA EPP- Registro de Licença N° 2428/2000 - Vencimento em 18/10/2026
820.221/1991-PORTO DE AREIA GRAMINHA LTDA EPP- Registro de Licença N° 3378/2015 - Vencimento em 18/10/2026
820.222/1991-PORTO DE AREIA GRAMINHA LTDA EPP- Registro de Licença N° 3379/2015 - Vencimento em 18/10/2026
820.230/1991-PORTO DE AREIA GRAMINHA LTDA EPP- Registro de Licença N° 2430/2000 - Vencimento em 11/11/2027
820.232/1991-PORTO DE AREIA GRAMINHA LTDA EPP- Registro de Licença N° 2367/2000 - Vencimento em 18/10/2026
820.762/2007-C.M.L. BONILHA- Registro de Licença N° 3198/2012 - Vencimento em 27/06/2027
820.028/2014-ENGEPAC BRITAGEM E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA.- Registro de Licença N° 3431/2015 - Vencimento em 25/05/2027
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
820.327/2021-MLG MINERADORA LTDA-OF. N°53098/2022/DIOUT-SP/ANM
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(2106)
820.657/2018-PEDREIRA BONATO LTDA-OF. N°53226/2022/DIOUT-SP/ANM
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
821.052/2002-ARGILA BOSQUEIRO - MINERACAO, COMERCIO E TRANSPORTE LTDA- ALVARÁ n° 3486 de 2003 - Cessionário: ONYX MINERAÇÃO LTDA- CNPJ 39.772.491/0001-24
820.060/2016-ELLENCO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA- alvará n° 6951 de 2016 - Cessionário: AGROPECUARIA SAL DA TERRA SOCIEDADE E PARTICIPAÇÃO LTDA.- CNPJ 24.786.245/0001-54
820.059/2016-ELLENCO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA- alvará n° 6950 de 2016 - Cessionário: AGROPECUARIA SAL DA TERRA SOCIEDADE E PARTICIPAÇÃO LTDA.- CNPJ 24.786.245/0001-54
820.058/2016-ELLENCO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA- alvará n° 6949 de 2016 - Cessionário: AGROPECUARIA SAL DA TERRA SOCIEDADE E PARTICIPAÇÃO LTDA.- CNPJ 24.786.245/0001-54
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
820.898/2021-CORSO MINERACAO LTDA-OF. N°53054/2022/DIOUT-SP/ANM

MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA
Gerente

DESPACHO
Relação nº 82/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
820.739/2018-PERSEU DE OLIVEIRA SANTOS-OF. N°53744/2022/DIFIS-SP/ANM
820.815/2016-RESITEC SERVIÇOS INDUSTRIAIS LTDA.-OF. N°53748/2022/DIFIS-SP/ANM
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
820.862/2015-BRUNO LUIZ LEONARDI & CIA. LTDA-Argila- industrial, Argila-cerâmica vermelha e Areia- construção civil.-Panorama/SP
820.224/2018-CERAMICA ALVORADA DE PRESIDENTE EPITACIO LTDA-Areia e Argila-Presidente Epitácio/SP
820.432/2009-AREIAL - EXTRACAO E COMERCIO DE AREIA LTDA-Areia- agregado construção civil-Panorama/SP
820.433/2009-AREIAL - EXTRACAO E COMERCIO DE AREIA LTDA-Areia- agregado (construção civil)-Panorama/SP
820.826/2017-MARIA DA CONCEICAO FERREIRA PANORAMA-ARGILA (cerâmica vermelha)-PAULICÉIA/SP
820.825/2017-MARIA DA CONCEICAO FERREIRA PANORAMA-ARGILA (cerâmica vermelha)-PAULICÉIA/SP
820.666/2015-CONEGLIAN & CONEGLIAN AREIA LIMITADA EPP-AREIA (construção civil)-MARÍLIA/SP
820.676/2017-PORTO DE AREIA LONGHINI LTDA-Areia- construção civil.-HERCULÂNDIA/SP
820.414/2016-CONEGLIAN & CONEGLIAN AREIA LIMITADA EPP-AREIA (construção civil)-MARÍLIA/SP
820.999/2014-CONEGLIAN & CONEGLIAN AREIA LIMITADA EPP-AREIA (construção civil)-ECHAPORÃ e MARÍLIA/SP
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
820.020/2008-MINERACAO ALMEIDA LTDA-OF. N°53669/2022/DIFIS-SP/ANM
003.236/1935-FONTE PLATINA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-OF. N°53672/2022/DIFIS-SP/ANM
820.569/2005-ENGARRAFADORA VENEZA LINDOIA LTDA ME-OF. N°53675/2022/DIFIS-SP/ANM
820.811/1972-EMPRESA DE AGUAS MINERAIS SÃO PEDRO S A IND. COM. EXPORT.-OF. N°53677/2022/DIFIS-SP/ANM
821.552/1999-SERRA DA CANTAREIRA ÁGUAS MINERAIS LTDA EPP-OF. N°53680/2022/DIFIS-SP/ANM
820.418/2003-S.BRESSIANI AGROPECUÁRIA LTDA-OF. N°53713/2022/DIFIS-SP/ANM
824.255/1972-ABILIO PEDRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-OF. N°53719/2022/DIFIS-SP/ANM
820.820/1996-ABILIO PEDRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-OF. N°53722/2022/DIFIS-SP/ANM
821.104/1995-ABILIO PEDRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-OF. N°53726/2022/DIFIS-SP/ANM
Nega provimento a defesa apresentada(476)
820.020/2008-MINERACAO ALMEIDA LTDA
820.569/2005-ENGARRAFADORA VENEZA LINDOIA LTDA ME
Multa aplicada /Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(460)
820.020/2008-MINERACAO ALMEIDA LTDA- AI Nº 5023/2022/DIFIS-SP/ANM
820.569/2005-ENGARRAFADORA VENEZA LINDOIA LTDA ME- AI Nº 4904/2022/DIFIS-SP/ANM
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
003.236/1935-FONTE PLATINA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA- AI N° 6701/2022/DIFIS-SP/ANM
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
820.569/2005-ENGARRAFADORA VENEZA LINDOIA LTDA ME- "Fonte São Sebastião" (Poço) - Marca "Lindoia Nativa": garrafas descartáveis de 1,5 L, sem gás e garrafões retornáveis de 10 L e 20 L, sem gás.- LINDÓIA/SP
820.811/1972-EMPRESA DE AGUAS MINERAIS SÃO PEDRO S A IND. COM. EXPORT.- "Fonte Serra" (Surgência) - Marca "Alpes da Serra?": garrafões retornáveis de 10 L e 20 L, sem gás; "Fonte Linda" (Surgência) - Marca "São Pedro Original?": garrafões retornáveis de 10 L e 20 L, sem gás.- SÃO PEDRO/SP

821.552/1999-SERRA DA CANTAREIRA ÁGUAS MINERAIS LTDA EPP- "Fonte da Colina" (poço) - Marca "Puraqua": copos de 300 mL, sem gás, garrafões descartáveis de 6 L, sem gás e garrafões retornáveis de 10 L e 20 L, sem gás e Marca "Serra da Cantareira?": garrafões retornáveis de 10 L e 20 L, sem gás.- SÃO PAULO/SP

820.293/2002-MINERADORA SERENA COMÉRCIO DE ÁGUAS MINERAIS LTDA - EPP- "Fonte Abadia" (poço) - Marca "Crystal Natural": copos de 200 mL e 300 mL, sem gás e garrafões retornáveis de 10 L e 20 L, sem gás; Marca "Pure Valle": copos de 200 mL e 300 mL, sem gás, garrafões descartáveis de 6L, sem gás e garrafões retornáveis de 10 L e 20 L, sem gás e Marca "Saluts": garrafões de 20 L, sem gás.- SÃO PAULO/SP

Nega o pedido de suspensão temporária dos trabalhos de lavra(438)

824.255/1972-ABILIO PEDRO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

Não conhece requerimento protocolizado(1101)

820.508/2001-CERÂMICA SÃO MARCOS DE CONCHAS LTDA

Homologa renúncia da Concessão de Lavra(554)

820.508/2001-CERÂMICA SÃO MARCOS DE CONCHAS LTDA- Portaria N°166/2005- DOU de 01/06/2005

Fase de Requerimento de Lavra

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(2106)

821.299/2013-AGUAS DE CABREUVA COMERCIAL LTDA.-OF. N°53753/2022/DIOUT-SP/ANM

821.065/2012-MINERACAO SAMPEDRENSE LTDA-OF. N°53754/2022/DIOUT-SP/ANM

Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)

821.065/2012-MINERACAO SAMPEDRENSE LTDA-OF. N°53760/2022/DIOUT-SP/ANM-60 dias

MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE SERGIPE

DESPACHO
Relação nº 33/2022

Fase de Concessão de Lavra

Retificação de despacho(1389)

605.626/1976-PETRÓLEO BRASILEIRO S/A PETROBRAS - Publicado DOU de 03/10/2022, Relação n° 25/2022, Seção 1, pág. 79- onde se lê: Intima para apresentar documentos desmembramento de área-Prazo 90 dias, leia-se: Intima para apresentar documentos desmembramento de área-Prazo 60 dias

GEORGE EUSTAQUIO SILVA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DESPACHO
Relação nº 25/2022

Fase de Requerimento de Pesquisa

O GERENTE REGIONAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada de que trata o Art. 1°, inciso I, alínea "a" da Portaria Nº 1056, de 30 de junho de 2022, e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e no art. 2°, inciso XVII da Lei 13.575/2017, outorga o(s) seguinte(s) Alvará(s) de Pesquisa, pelo prazo de 03 anos, com vigência a partir dessa publicação:(323)

9069/2022-896.057/2022-QUIUQUI MINERACAO LTDA-

9068/2022-896.011/2022-CLAUDEIR GIOVANI FELIPPE-

O GERENTE REGIONAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada de que trata o Art. 1°, inciso I, alínea "a" da Portaria Nº 1056, de 30 de junho de 2022, e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e no art. 2°, inciso XVII da Lei 13.575/2017, outorga o(s) seguinte(s) Alvará(s) de Pesquisa, pelo prazo de 02 anos, com vigência a partir dessa publicação:(322)

9066/2022-896.121/2022-CERAMICA IMPERIAL LTDA-

9067/2022-896.133/2022-CONCRETO SAO MATEUS LTDA-

9065/2022-896.116/2022-CLAUDEIR GIOVANI FELIPPE-

9063/2022-896.015/2021-C & C MINERACAO LTDA-

9064/2022-896.096/2021-MINERAÇÃO VALE DO RIO PARDO EIRELI-

9062/2022-896.176/2018-C & C MINERACAO LTDA-

RENATO MOTA DE OLIVEIRA

DESPACHO
Relação nº 26/2022

Fase de Autorização de Pesquisa

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)

896.656/2006-JOSE AUGUSTO BERNABE-OF. N°49802/2022/SEFIS-ES/ANM

896.267/2001-GRANVAZ MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°50297/2022/SEFIS-ES/ANM

896.187/2007-GRANITOS CASTELO LTDA-OF. N°50310/2022/SEFIS-ES/ANM

896.535/2014-MINERAÇÃO URUCUGUARA LTDA ME-OF. N°50711/2022/SEFIS-ES/ANM

896.552/2012-OMICRON ENGENHARIA LTDA.-OF. N°51362/2022/SEFIS-ES/ANM

896.676/2003-GRANITOS ZAMBALDI EIRELI-OF. N°51106/2022/SEFIS-ES/ANM

896.567/2006-SERPE MINERACAO LTDA-OF. N°53721/2022/SEFIS-ES/ANM

Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)

896.097/2016-MAPORÃ IND. E COM. VAR. DE MAT. DE CONSTR. LTDA EPP-ALEGRE/ES, JERÔNIMO MONTEIRO/ES - Guia n° 28/2022 - GERÊNCIA REGIONAL/ES-48.000t/ano-areia- Vigência da Guia:três (3) anos a partir da publicação no Diário Oficial da União (DOU)

896.567/2006-SERPE MINERACAO LTDA-LARANJA DA TERRA/ES - Guia n° 31/2022 - GERÊNCIA REGIONAL/ES-12.720t/ano-granito- Vigência da Guia:TRÊS ANOS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO (DOU)

896.187/2007-GRANITOS CASTELO LTDA-CONCEIÇÃO DO CASTELO/ES, MUNIZ FREIRE/ES - Guia n° 30/2022 - GERÊNCIA REGIONAL/ES-20.000t/ano-areia- Vigência da Guia:03 (TRÊS) ANOS A PARTIR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO (DOU)

Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)

896.097/2016-MAPORÃ IND. E COM. VAR. DE MAT. DE CONSTR. LTDA EPP-Área de 255,83 HA para 42,91 HA-AREIA-JERÔNIMO MONTEIRO/ES

896.559/2012-GRAN MINAS ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA- Área de 464,99 HA para 390,36 HA-GRANITO-RIO NOVO DO SUL/ES

Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(1823)

896.005/2020-MARCOS VINICIUS CABRAL

891.551/1994-JULIO CARLOS FACHIM

Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)

896.446/2004-JOÃO VICENTE CARLETI- Cessionário:ROCHASUL PEDRAS DO BRASIL LTDA- CPF ou CNPJ 45.776.383/0001-22- Alvará n°3.358/2006

896.350/2021-PEDRAS DO BRASIL COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA- Cessionário:SG BRASIL MINERAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 47.202.026/0001-86- Alvará n°1.005/2022

896.351/2021-PEDRAS DO BRASIL COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA- Cessionário:SG BRASIL MINERAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 47.202.026/0001-86- Alvará n°1.006/2022

896.639/2004-JOÃO VICENTE CARLETI- Cessionário:ROCHA BRASIL MINERAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 47.700.707/0001-74- Alvará n°3.427/2006

896.098/2008-PEDRO PAULO BICCAS- Cessionário:GRANITOS CALABREZ LTDA-CPF ou CNPJ 03.885.129/0001-12- Alvará n°14.202/2008

Aprova o relatório de Pesquisa(317)

896.028/2017-LASTRA MINERAÇÃO LTDA-ARGILA-SÃO MATEUS/ES

896.029/2017-LASTRA MINERAÇÃO LTDA-ARGILA-SÃO MATEUS/ES

896.281/2016-CERÂMICA LIDER LTDA-ARGILA-PANCAS/ES

Indefere requerimento de transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(186)

896.476/2014-CERAMICA SAFIRA LTDA EPP

Fase de Concessão de Lavra

Determina a interdição da lavra(442)

896.574/2001-GRANSAL GRANITOS ARACRUZ LTDA- N° do Termo de Interdição:50/2022/GER/SEFIS-ES, de 20/10/2022- Lacre N° --

Aprova o relatório de reavaliação de reservas(425)

890.087/1982-GRANICAP GRANITOS CAPIXABA LTDA-GRANITO(DIORITO);ARGILA COMUM;ARGILA PARA CERÂMICA VERMELHA E ARGILA BRANCA.

896.203/2005-QUATRU'S INDUSTRIA DE GRANITOS EIRELI-GRANITO

890.426/1990-GRANITOS ITAGUACU LTDA-GRANITO

Concede prévia anuência e autoriza averbação da transferência da Concessão de Lavra(451)

896.814/2008-PANAMERICA GRANITOS LTDA- Portaria de lavra, n° 426/2021-Cessionário:GM GRANITOS MARILANDIA LTDA- CNPJ 46.574.301/0001-20

Aprova o novo Plano de Aproveitamento Econômico da jazida(416)

890.087/1982-GRANICAP GRANITOS CAPIXABA LTDA

Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)

896.595/2011-JOAN MINERACAO LTDA- AI N° 6712 e 6713/2022/SEFIS-ES/ANM

Fase de Disponibilidade

Determina arquivamento definitivo do processo(1678)

890.424/1990-JULIETA B. DUTRA EXTRAÇÃO DE MINERAIS ME

Fase de Requerimento de Lavra

Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)

896.439/2003-MINERACAO ROCHA VIVA LTDA- ALVARÁ n° 3.197/2005 - Cessionário: MINERALE SOLUÇÕES MINERAIS LTDA- CNPJ 40.954.199/0001-01

896.663/2003-CATTEGRAN GRANITOS DO BRASIL EIRELI ME.- ALVARÁ n° 7.689/2005 - Cessionário: MINERAÇÃO MONTE ALEGRE LTDA- CNPJ 08.296.639/0001-78

896.460/2011-AC STONE EIRELI- ALVARÁ n° 1.593/2012 - Cessionário: MINERAÇÃO VISTA LINDA LTDA- CNPJ 07.204.491/0001-31

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)

890.151/1993-CERAMICA BOAPABA LTDA-OF. N°50458/2022/SEOUT-ES/ANM

896.248/2016-MINERAÇÃO E SERVIÇOS PAIVA FURTADO EIRELI LTDA ME-OF. N°51248/2022/GER-ES

890.374/1984-MINERAÇÃO FISCHER LTDA.-OF. N°51407/2022/SEFIS-ES/ANM

Nega a anuência prévia aos atos de cessão total do requerimento de lavra(1045)

890.597/1988-IMETAME PEDRAS NATURAIS LTDA

Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)

896.540/2003-MINERACAO ITUETA LTDA-BAIXO GUANDU/ES, ITUETA/MG - Guia n° 29/2022 - GERÊNCIA REGIONAL/ES-16.000t/ano-granito- Vigência da Guia:03 (três) anos contados a partir da publicação no Diário Oficial da União

Fase de Requerimento de Licenciamento

Despacho publicado(1153)

896.230/2020-JOÃO JOSÉ LOPES-O prazo do Ofício nº 46998/2022/SEOUT-ES/ANM (5158846) será de 60 (sessenta) dias, contados a partir desta publicação no DOU.

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(2076)

896.102/2022-MINERAÇÃO NOVAGRAN LTDA ME-OF. N°50024/2022/SEOUT-ES/ANM

896.131/2022-KENIA CRISTINA PASCOALINI PEREIRA TOSE-OF. N°50670/2022/SEOUT-ES/ANM

896.149/2022-AFFONSO RODRIGUES FRANGIL ESPOSTI-OF. N°51316/2022/SEOUT-ES/ANM

896.165/2022-PERUZZO EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA ME-OF. N°51963/2022/SEOUT-ES/ANM

896.154/2022-SC MINERACAO LTDA-OF. N°52430/2022/SEOUT-ES/ANM

896.174/2022-MINERACAO P. SILVA LTDA-OF. N°53390/2022/SEOUT-ES/ANM

Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)

896.062/2015-CERAMICA DO CARMO LTDA ME

Determina arquivamento definitivo do processo(1147)

896.018/2015-CERAMICA SAFIRA LTDA EPP

Fase de Requerimento de Pesquisa

Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)

896.106/2022-JACARE DA AMAZONIA MINERACAO LTDA

896.079/2021-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA

896.116/2021-EDSON JUNIOR GALAO

896.083/2021-IMETAME MINERACAO LTDA.

896.232/2020-MINERGRAN GRANITOS DO BRASIL LTDA

896.067/2020-MINERGRAN GRANITOS DO BRASIL LTDA

896.025/2020-MINERBRAZ IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA

896.372/2021-VICTORIO BRUNHARA NETO

896.319/2021-MG TRANSPORTES E REMOCAO LTDA

896.085/2021-MARMIEX MARMORES E GRANITOS LTDA

896.004/2020-GBMEX MINERACAO S/A

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)

896.027/2022-GRANVAZ MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°50074/2022/SEOUT-ES/ANM

RENATO MOTA DE OLIVEIRA
Gerente

DESPACHO
Relação nº 27/2022

Fase de Requerimento de Lavra

Retifica despacho de aprovação do Relatório Final de Pesquisa(1280)

890.027/1989-GRAMACAP GRANITOS E MARMORES CAPIXABA LTDA. EPP - Publicado DOU de 10/04/2000, Relação n° 139/2000, Seção 1, pág. 21- Onde se lê "Granito - Nova Venécia, São Mateus e São Gabriel da Palha - ES", leia-se "Granito - Nova Venécia, São Mateus e São Gabriel da Palha - ES; reserva medida de 173.084,54 m3? ou 462.135,72 t."

RENATO MOTA DE OLIVEIRA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO MARANHÃO

DESPACHO
Relação nº 47/2022

Fase de Requerimento de Pesquisa
O GERENTE REGIONAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada de que trata o Art. 1°, inciso I, alínea "a" da Portaria Nº 1056, de 30 de junho de 2022, e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e no art. 2°, inciso XVII da Lei 13.575/2017, outorga o(s) seguinte(s) Alvará(s) de Pesquisa:(176)
806.070/2021 - VERUM MINERACAO LTDA - ALVARÁ Nº 9070/2022 - Destacado do Processo 806098/2016 - ALVARÁ Nº 5518/2017 - Vencimento em 30/09/2024

THYAGO DE SOUSA RIBEIRO

DESPACHO
Relação nº 48/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Despacho de retificação do alvará de pesquisa(327)
806.098/2016-APOIO MINERACAO LTDA-ALVARÁ N° 5518 Publicado DOU de 07/07/2017- Onde se lê: ... numa área de 985,26 ha, delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de coordenadas geográficas: Lat. -09°07'29''332 e Long. -46°32'57''806 em SIRGAS2000, e os lados a partir desse vértice,com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 3500,1m-E; 2815,0m-S; 3500,1m-W; 2815,0m-N. Leia-se: ... numa área de 936,06 ha, delimitada por um polígono que tem um vértice coincidente com o ponto de coordenadas geográficas: Lat. -09°07'29''332 e Long. -46°31'03''171 em SIRGAS2000, e os lados a partir desse vértice,com os seguintes comprimentos e rumos verdadeiros: 886,8m-S; 101,8m-W; 67,3m-N; 60,9m-W; 48,9m-N; 61,5m-W; 35,5m-N; 56,3m-W; 47,1m-N; 56,3m-E; 91,8m-N; 173,8m-W; 68,0m-N; 38,9m-W; 180,6m-N; 455,1m-W; 78,1m-S; 63,8m-W; 105,2m-S; 47,8m-W; 277,1m-S; 20,0m-E; 279,1m-S; 58,9m-E; 16,8m-S; 50,8m-E; 13,5m-S; 33,1m-E; 34,0m-S; 80,2m-E; 112,3m-S; 70,4m-E; 166,0m-S; 311,6m-E; 118,6m-N; 130,9m-W; 160,2m-N; 87,4m-W; 38,6m-N; 116,9m-W; 160,1m-N; 231,6m-E; 87,8m-N; 37,3m-W; 48,7m-N; 140,3m-W; 90,6m-N; 66,0m-E; 62,2m-N; 105,1m-E; 63,8m-S; 34,6m-E; 51,2m-S; 39,7m-E; 48,8m-S; 37,3m-E; 46,3m-S; 144,6m-E; 81,3m-S; 130,6m-E; 67,3m-N; 101,8m-E; 1927,9m-S; 3500,0m-W; 2815,0m-N; 3500,1m-E.

THYAGO DE SOUSA RIBEIRO
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE RECEITAS

RETIFICAÇÃO

No Despacho Relação 355/2021 da Superintendência de Arrecadação e Fiscalização de Receitas, publicado no DOU de 17/11/2022, Seção 1, páginas 177 e 178 onde se lê: "Relação 355/2021", leia-se "Relação 355/2022".
No Despacho Relação 385/2021 da Superintendência de Arrecadação e Fiscalização de Receitas, publicado no DOU de 17/11/2022, Seção 1, páginas 178 e 179 onde se lê: "Relação 385/2021", leia-se "Relação 385/2022".

SERVIÇO REGIONAL DE ARRECADAÇÃO 8 (RO, RR, AC, AM)

DESPACHO
Relação nº 636/2022

Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
a v Cordeiro - me - 886260/18
Pedro Ozeis Maifrede - 886217/19

EUTÍQUIA LÚCIA DO VALE RAMOS
Chefe de Serviço

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS

ALVARÁ Nº 9.027, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48061.861093/2022-77-Diego Araújo Godinho Leal (Documento SEI: 5477916)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

ALVARÁ Nº 9.028, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48062.871681/2022-17-BRAZIL BUSINESS CORPORATION LTDA (Documento SEI: 5477917)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

ALVARÁ Nº 9.029, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48069.826382/2022-50-45.188.751 OFLAVIO CAETANO BERGAMO (Documento SEI: 5477931)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

ALVARÁ Nº 9.030, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48062.871688/2022-21-TREE STONE MINERACAO LTDA (Documento SEI: 5477918)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

ALVARÁ Nº 9.031, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48069.826383/2022-02-45.188.751 OFLAVIO CAETANO BERGAMO (Documento SEI: 5477948)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

ALVARÁ Nº 9.032, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48054.832222/2022-17-EDSON MARCOS ALVES (Documento SEI: 5477932)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

ALVARÁ Nº 9.033, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48059.850768/2022-00-Rafael Brito Santos (Documento SEI: 5477933)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

ALVARÁ Nº 9.034, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48078.806189/2022-93-EDECON MINERADORA LTDA (Documento SEI: 5477936)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

ALVARÁ Nº 9.035, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48052.810788/2022-08-silvano jose reiter (Documento SEI: 5477937)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

ALVARÁ Nº 9.037, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48062.871711/2022-87-DAVID MARIANO CURSINO DA FRANCA CARDOSO (Documento SEI: 5477945)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

ALVARÁ Nº 9.038, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48062.871710/2022-32-DAVID MARIANO CURSINO DA FRANCA CARDOSO (Documento SEI: 5477953)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

ALVARÁ Nº 9.036, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48054.832320/2022-46-MR GERENCIAMENTO E SERVICOS LTDA (Documento SEI: 5477946)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

ALVARÁ Nº 9.039, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 2 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (322)
48070.848309/2022-08-CORTEZ ENGENHARIA LTDA. (Documento SEI: 5477949)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

ALVARÁ Nº 9.040, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48066.815428/2022-35-MINERCRIL SERVICO DE TERRAPLENAGEM LTDA (Documento SEI: 5477952)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

ALVARÁ Nº 9.041, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48076.896223/2022-23-Julio César Mendes (Documento SEI: 5477957)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

ALVARÁ Nº 9.042, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48062.871716/2022-18-RILSTONE MINERACAO LTDA (Documento SEI: 5477951)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

ALVARÁ Nº 9.043, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

Fase de Autorização de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada pela Resolução n° 102/2022 e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e na Lei 13.575/2017, outorga o seguinte Alvará de Pesquisa, prazo 3 ano(s), vigência a partir dessa publicação: (323)
48054.832325/2022-79-MAURICIO MOTTA DE CARVALHO 04149468630 (Documento SEI: 5477956)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

DESPACHO

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o Requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
48058.840228/2022-10-JAIRO DE SOUZA LEITE (Documento SEI: 5477909)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO
Superintendente

DESPACHO

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o Requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
48064.890219/2022-91-MOITINHO MINERACAO LTDA (Documento SEI: 5477910)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO
Superintendente

DESPACHO

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o Requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
48062.871871/2022-26-JOSE RIBEIRO (Documento SEI: 5478142)

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO
Superintendente

DESPACHO
Relação nº 278/2022

Fase de Concessão de Lavra
Autoriza averbação dos atos de Rescisão de Contrato de Arrendamento de Concessão de Lavra(502)
896.018/1999-DISK AREIA CONTI EIRELI- Arrendátaria: Mineração Nova Era do Espírito Santo Ltda- CNPJ 11.282.242/0001-31

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO
Superintendente

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DIRETORIA I

SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

DESPACHO SDL-ANP Nº 1.388, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 41 de 05 de novembro de 2013, torna pública a outorga da seguinte autorização para o exercício da atividade de revenda varejista de combustível automotivo, ao POSTO VIA NORTE LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 20.025.135/0003-80, tendo em vista o cumprimento da Decisão Judicial proferida no Processo Judicial nº 5008282-90.2022.4.03.6000.

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

DESPACHO SDL-ANP Nº 1.389, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 51, de 30 de novembro de 2016, torna pública a outorga da seguinte autorização para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, ao POSTO VIA NORTE LTDA, inscrito no CNPJ sob o nº 20.025.135/0003-80, tendo em vista o cumprimento da Decisão Judicial proferida no Processo Judicial nº 5008282-90.2022.4.03.6000.

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

DESPACHO SDL-ANP Nº 1.390, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 51, de 30 de novembro de 2016, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento dos requisitos constantes no Certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, versão 2020.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLP/RN0246756	F ADAILSON DE MOURA	41.073.315/0001-46	48610.224065/2022-19
GLP/MG0246757	KEROGAS E AGUA LTDA	47.536.901/0001-66	48610.226310/2022-14
GLP/PB0246758	LILIAN KARLA COSMO RIBEIRO	45.750.617/0001-62	48610.222757/2022-14
GLP/PR0246759	LIQUI COMERCIO DE GAS LTDA	04.427.419/0007-70	48610.226264/2022-53

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

DESPACHO SDL-ANP Nº 1.391, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 41 de 05 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/GO0232317	AUTO POSTO CRISTO REI TROPICAL LTDA	41.875.979/0001-29	48610.226061/2022-67
PR/SP0232357	AUTO POSTO SEGURO - EIRELI	30.117.393/0001-89	48610.217799/2022-33
PR/PI0232241	EDIVAN DA SILVA GOMES	24.688.968/0001-10	48610.223630/2022-12
PR/AC0232296	F S SANTANA EIRELI	35.130.975/0001-19	48610.226913/2022-16
PR/MT0232237	GEOVANI CEZAR VITORINO PEREIRA EIRELI	37.659.416/0001-26	48610.206332/2022-68
PR/SP0232240	GP COMBUSTIVEIS LTDA	46.653.047/0001-55	48610.225083/2022-18
PR/BA0232243	JS SOUZA COMBUSTIVEIS EIRELI	42.321.276/0001-11	48610.222636/2022-72
PR/CE0232316	MANOEL A.N.COMÉRCIO VAREJISTA DE COMBUSTIVEIS EIRELI	40.934.306/0001-30	48610.226005/2022-22
PR/SC0232336	MPS COMERCIO DE COMBUSTIVEIS EIRELI	37.435.735/0014-72	48610.226057/2022-07
PR/BA0232239	NOVO RIO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	11.166.265/0005-04	48610.226795/2022-46
PR/GO0232242	POSTO DE COMBUSTÍVEIS M RIBEIRO GOIANIA LTDA	44.104.488/0001-72	48610.220095/2022-48
PR/SC0232356	POSTO MAR DAS PEDRAS LTDA	22.915.775/0004-72	48610.225382/2022-44
PR/PI0232358	R M NOGUEIRA DA CUNHA	32.898.366/0001-16	48610.224651/2022-55
PR/SP0232238	REALCE POSTO DE SERVICOS II LTDA	18.613.221/0002-81	48610.226744/2022-14
PR/RN0232337	WELL POSTOS LTDA	46.795.057/0001-25	48610.226113/2022-03

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

DESPACHO SDL-ANP Nº 1.392, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base no Art. 7°, IV, da Resolução ANP nº 41 de 05 de novembro de 2013, torna público o cancelamento, POR SUCESSÃO EMPRESARIAL, das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/RS0017179	ABASTECEDORA CICHELERO LTDA	87.857.132/0001-12	48610.018955/2001-51
PR/RS0095016	ABASTECEDORA DE COMBUSTIVEIS BRAGAGNOLO LTDA.	10.407.375/0001-24	48610.006073/2011-14
PR/RS0184811	ABASTECEDORA DE COMBUSTIVEL SAUGO LTDA	26.669.907/0002-12	48610.000364/2018-75
PR/RS0028272	ABASTECEDORA GUERRA BARAO LTDA	04.968.540/0001-14	48600.002638/2002-12
PR/AC0166929	AEROBRAN DISTRIBUIDORA IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	14.411.631/0001-08	48610.000141/2004-11
PR/SP0096823	AMAURI GOMES FARINASSO COMBUSTÍVEIS	13.510.467/0001-23	48610.007745/2011-17
PR/SP0176405	AUTO POSTO MINGO LTDA.	06.262.423/0001-66	48610.009272/2004-55
PR/BA0065982	AUTO POSTO ORIENTE LTDA.	10.598.804/0001-98	48610.001583/2009-81
PR/SP0225262	AUTO POSTO PRESIDENTE VARGAS LTDA	09.294.654/0001-40	48610.002864/2008-70
PR/SP0003891	AUTO POSTO QUEIROZ LTDA	01.939.312/0001-28	48610.002969/2001-52
PR/PR0179752	AUTO POSTO SETE - ROLÂNDIA LTDA.	06.963.451/0001-00	48610.000269/2005-57
PR/RS0011070	AUTOPOSTO DSP LTDA	90.948.555/0001-52	48610.008158/2001-65
PR/PR0182869	BELL CENTER AUTO POSTO LTDA.	06.078.500/0001-22	48610.000972/2005-65
PR/MT0004612	BIAVATTI & CIA LTDA	01.289.412/0001-56	48610.001261/2001-84
PR/PR0204236	BOLER TRANSPORTES EIRELI	19.022.181/0001-85	48610.006444/2020-59
PR/SC0002162	COOPERCARGA S/A	81.800.849/0007-37	48610.009202/2000-73
PR/MA0173546	D. DE C. NOGUEIRA JUNIOR - ME	05.557.456/0001-70	48610.013284/2015-37
PR/RN0167241	DANIELLY MARIA DA COSTA GALVAO	05.932.284/0001-78	48610.000714/2004-14
PR/SC0195191	DNB COMBUSTIVEIS EIRELI	32.932.798/0001-04	48610.006369/2019-92
PR/CE0211216	FRANCISCO WELLINGTON CARDOSO CASTRO	23.594.245/0001-90	48610.210439/2021-20
PR/AM0001774	FR-2 COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO EIRELI	03.983.621/0001-20	48610.009628/2000-27
PR/GO0179975	GASPARIN & GASPARIN LTDA - ME	25.231.090/0001-52	48610.002808/2017-26
PR/RS0200605	ISIDORIO MORO DE FRAGA	07.069.501/0001-73	48610.008925/2006-41
PR/SP0221054	MANOEL NATAL RODRIGUES - EPP	08.528.649/0001-91	48610.014370/2007-57
PR/BA0129842	M.E.D. COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES LTDA	06.334.832/0001-20	48610.000338/2013-32
PR/RN0179177	MENDES DE MOURA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	24.495.443/0002-40	48610.013082/2016-76
PR/RS0186970	MENIN COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	29.684.087/0001-45	48610.004353/2018-64
PR/SC0141682	NS COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	17.012.985/0001-78	48610.008301/2013-52
PR/GO0225001	PH COMERCIAL DE COMBUSTIVEIS LTDA	44.187.310/0001-32	48610.211144/2022-51
PR/MG0020884	POSTO BURITIRAMA LTDA	65.336.240/0001-07	48610.001733/2002-81

PR/PB0016186	POSTO DE COMBUSTIVEIS EPITACIO PESSOA LTDA	41.123.266/0001-09	48610.016985/2001-22
PR/PR0012910	POSTO DE GASOLINA SANTA LUCIA LTDA	75.522.359/0001-28	48610.014839/2001-62
PR/MG0031453	POSTO DO PAULO LTDA	21.656.293/0003-00	48610.001966/2003-63
PR/MG0014493	POSTO FUMACA LTDA.	25.147.133/0001-16	48610.017649/2001-13
PR/PE0023490	POSTO LUPP LTDA	01.199.880/0001-30	48610.001095/2002-13
PR/SC75572	POSTO SAUDADES LTDA	21.094.884/0001-60	48610.004056/2016-57
PR/MG0169849	POSTO VAPABUCU LTDA	21.309.034/0003-02	48610.003107/2015-42
PR/BA0206617	REDE DE COMBUSTIVEIS TECIANE LTDA	27.003.655/0003-31	48610.008077/2020-28
PR/TO0186200	RIBEIRO & MORAES LTDA	03.790.679/0001-58	48610.000276/2018-73
PR/MG0099482	RPI - REDE DE POSTOS ITAUNA LTDA	10.377.791/0004-70	48610.009983/2011-59
PR/BA83951	RP3 COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES LTDA	19.933.813/0001-62	48610.005678/2017-83
PR/BA0161222	SOBRAL & FILHOS COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	11.322.064/0004-78	48610.007210/2014-81
PR/MT0187683	SUELMEI CAMPOS BARBOSA EIRELI	08.399.617/0001-33	48610.006674/2018-01
PR/GO0193109	T7 AUTO POSTO LTDA	29.329.756/0001-60	48610.003018/2019-20
PR/RJ0027525	VENTURA COMERCIO E SERVICOS LTDA	02.083.719/0001-69	48610.010483/2002-79

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

DESPACHO SDL-ANP Nº 1.393, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base no Art. 30, da Resolução ANP nº 51 de 30 de novembro de 2016, torna público o cancelamento, POR SUCESSÃO EMPRESARIAL, das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de GLP.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLP/SP0230275	A. DONISETE BARBOSA MERCEARIA - ME	18.005.024/0001-07	48610.066672/2015-11
GLPPE0380316	A M S FREITAS COMERCIO DE GAS LTDA	41.329.345/0002-51	48610.207946/2021-86
001/GLP/SP0011967	ANGELO BELO CORTE	08.357.617/0001-70	48610.001951/2007-29
GLPPR0324185	APARECIDA CARDOSO BARBOSA DE OLIVEIRA LTDA	33.533.178/0001-57	48610.003958/2019-19
GLPRS0377690	AUTO ABASTECEDORA IGT EIRELI	31.535.716/0003-89	48610.002498/2021-26
GLP/PA0204085	AVELAR & AVELAR COMERCIAL LTDA	12.201.827/0001-42	48610.014562/2010-69
GLPMT0364315	BRUNA C. V. SOUZA EIRELI	37.062.728/0001-58	48610.005591/2020-10
GLP/SP0219941	CASSIA DE SOUZA BARBIERI - ME	10.873.538/0002-45	48610.002395/2013-56
GLPSP0401234	CESAR COSTA COMERCIO DE GAS LTDA	46.289.861/0001-32	48610.214000/2022-57
GLP/PI0231639	CHAVES & CAVALCANTE LTDA ME	22.693.771/0001-44	48610.011249/2015-83
001/GLP/MG0000521	COMERCIAL TANGARA DE PADUA LTDA	05.520.607/0011-98	48610.006599/2004-75
GLP/SP0180930	DEPOSITO DE AGUA E GAS FORTALEZA LTDA	07.250.473/0001-96	48610.013325/2009-47
GLP/MG0183003	EDILENA MARIA BARBOSA	04.899.055/0001-36	48610.014998/2009-14
GLPSP0380730	EFRAIM GAS LTDA	39.870.998/0001-10	48610.210301/2021-21
GLP/RN0233816	FABIO ALVES DO NACIMENTO	20.877.689/0001-44	48610.002549/2016-52
GLP/SP0242040	GASBOM AGUIA DE HAIA COMERCIO DE GAS LTDA ME	19.553.830/0001-74	48610.010671/2017-83
GLP/SP0228458	HILDA BOULHOSA PIRES - ME	21.271.836/0001-09	48610.000781/2015-75
GLP/PA0185488	J E G DE AGUIAR COMERCIO DE GAS EIRELI	11.070.270/0001-95	48610.005006/2010-00
GLPAM0359265	JAPURA DISTRIBUIDORA GAS E BEBIDAS LTDA	36.583.071/0001-01	48610.004338/2020-31
GLP/SP0173620	LANDO GÁS COMÉRCIO DE GÁS LTDA. - EPP.	04.317.668/0001-18	48610.011373/2008-10
GLPMG0337459	LIDERANCA GAS EIRELI	33.811.327/0001-00	48610.005739/2019-74
001/GLP/SP0009705	MAIDAME & MAIDAME COMERCIO DE ÁGUA, GÁS E CONVENIÊNCIAS LTDA - ME	02.453.634/0001-25	48610.011417/2006-41
GLPSP0343792	MARIA SELMA CLEMENTE-ME	34.319.470/0001-34	48610.006554/2019-87
001/GLP/GO0008996	MEIRELES & CASSIANO LTDA	04.599.559/0001-30	48610.000136/2006-61
GLPAM0382929	SAGAS DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA	16.729.885/0007-90	48610.210990/2021-73
GLPPA0383284	SAGAS DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA	16.729.885/0011-76	48610.212788/2021-86
001/GLP/SP0017987	SARY GAS COMERCIO DE GAS LTDA	08.618.279/0001-83	48610.012241/2007-24
GLP/MG0233567	SUPERMERCADO CENTRAL PLANURA LTDA	08.859.914/0003-86	48610.002698/2016-11
GLPPR0369845	THARLLES GOMES DE MORAES GAS	36.521.205/0002-40	48610.000518/2021-24
GLP/SP0208325	T.K. COMERCIO DE GAS E AGUA LTDA	13.427.905/0001-94	48610.007552/2011-58
001/GLP/MS0003411	VALDINEI BARBOSA - ME.	06.264.783/0001-05	48610.001182/2005-13
GLP/SP0246281	VIP GAS LTDA	40.202.173/0001-07	48610.002229/2021-60

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

DESPACHO SDL-ANP Nº 1.394, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 41 de 05 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
PR/BA0232385	AMS COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	45.624.733/0001-35	48610.225279/2022-02
PR/SP0232387	AUTO POSTO CASUARINAS LTDA	46.238.502/0001-56	48610.228832/2022-51
PR/SP0232380	AUTO POSTO DE PAULA SALTO DE PIRAPORA LTDA	47.220.234/0001-08	48610.226448/2022-13
PR/SP0232378	AUTO POSTO DE PAULA TATUI LTDA	47.216.473/0001-94	48610.226433/2022-55
PR/MT0232381	AUTO POSTO FG	45.682.334/0001-20	48610.225284/2022-15
PR/MT0232384	AUTO POSTO PATO BRANCO LTDA	44.448.372/0001-50	48610.223561/2022-47
PR/SP0232383	AUTO POSTO PINEDO LTDA	45.736.961/0001-05	48610.229005/2022-84
PR/BA0232389	DK COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	30.407.550/0001-90	48610.228577/2022-46
PR/PI0232388	J & J REIS PETROLEO LTDA	45.738.113/0001-27	48610.225843/2022-89
PR/BA0232379	JAGUARIPE POSTO DE COMBUSTIVEIS LTDA	46.028.342/0001-10	48610.220768/2022-60
PR/GO0232377	MARTINS & CASTRO LTDA	20.042.209/0001-25	48610.225342/2022-01
PR/MG0232386	POSTO CORREIA SBT 4 LTDA	43.186.357/0001-19	48610.224270/2022-76
PR/GO0232391	POSTO DE COMBUSTIVEIS ABASTECE FORMOSA LTDA	46.614.802/0001-92	48610.224193/2022-54
PR/CE0232376	SG COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	46.462.836/0001-09	48610.226136/2022-18
PR/RN0232382	SSB COMBUSTIVEIS EIRELI	29.074.353/0001-18	48610.226502/2022-21

ADRIANA NICKEL LOURENCO

DESPACHO SDL-ANP Nº 1.395, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP nº 51, de 30 de novembro de 2016, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, observado:

I) as instalações dos revendedores ora autorizados foram vistoriadas por instituições de bombeiros, atendendo os requisitos de segurança, e se encontram limitadas às quantidades máximas de armazenamento de GLP, conforme certificado expedido pelo corpo de bombeiros competente; e

II) a manutenção da presente Autorização fica condicionada ao atendimento dos requisitos constantes no Certificado que trata o item anterior e à Norma NBR 15514:2007, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, versão 2020.

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Processo
GLP/BA0246761	COMERCIAL DE GAS NOVO HORIZONTE EIRELI	27.249.808/0002-44	48610.226201/2022-05
GLP/RN0246762	F H DE BRITO FILHO	45.656.649/0001-01	48610.224538/2022-70
GLP/CE0246763	IDEAL GAS LTDA	47.505.282/0001-42	48610.225716/2022-80
GLP/PR0246764	MEDIGAS DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE GAS LTDA	81.238.388/0016-41	48610.226262/2022-64
GLP/SP0246765	ORLANDO PASCHOINI NETO	47.314.230/0001-99	48610.225292/2022-53
GLP/SP0246766	RIZZOGAS COMERCIO DE GAS LTDA	44.446.910/0006-82	48610.226229/2022-34
GLP/SP0246767	RIZZOGAS COMERCIO DE GAS LTDA	44.446.910/0008-44	48610.224948/2022-11
GLP/SP0246768	RJ DANIEL COMERCIO	31.690.614/0001-76	48610.225210/2022-71
GLP/SC0246769	TOP GÁS COMÉRCIO DE GÁS LTDA	47.026.123/0001-65	48610.225039/2022-08

ADRIANA NICKEL LOURENCO

DIRETORIA IV
SUPERINTENDÊNCIA DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS

AUTORIZAÇÃO SPC-ANP Nº 842, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS DA ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, considerando a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, a Resolução ANP nº 734, de 28 de junho de 2018, para o caso previsto no inciso IIII do art. 7º, e o que consta do Processo ANP nº 48610.205448/2022-80, resolve:

Art. 1º Fica autorizada a operação da instalação produtora de etanol da COLOMBO AGROINDÚSTRIA S/A, CNPJ nº 44.330.975/0022-88, com capacidade de produção de 1.000 m³/d de etanol hidratado e 600 m³/d de etanol anidro, localizada na Estrada Municipal Palestina Pontes Gestal, S/N, KM 32, Pontal ou Legado, Palestina - SP, respeitadas as exigências ambientais e de segurança em vigor.

Art. 2º Fica revogada a Autorização ANP nº 459, de 14/08/2017, publicada no DOU de 15/08/2017.

Art. 3º Esta autorização entra em vigor na data de sua publicação.

PATRICIA HUGUENIN BARAN

DIRETORIA III
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO

AUTORIZAÇÃO SIM-ANP Nº 843, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE INFRAESTRUTURA E MOVIMENTAÇÃO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base nas atribuições conferidas à ANP pela Lei nº 14.134, de 8 de abril de 2021, tendo em vista o constante no processo ANP nº 48610.225491/2022-61, e considerando o atendimento a todas as exigências da Resolução ANP nº 51, de 26 de dezembro de 2013, torna público o seguinte ato:

Art. 1º Fica a empresa GÁS NATURAL SÃO PAULO SUL S.A., com registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 02.863.830/0001-78, autorizada a exercer a atividade de carregamento de gás natural na esfera de competência da União.

Art. 2º Fica a empresa obrigada a cumprir integralmente todas as obrigações previstas nos arts. 8º, 9º, 10, 11, 12, 13, 14 e 15 da Resolução ANP nº 51, de 26 de dezembro de 2013.

Art. 3º Esta Autorização será cancelada no caso de não serem mantidas as condições para o exercício da atividade de carregamento de gás natural na esfera de competência da União, previstas e comprovadas para a presente outorga.

Art. 4º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

LUCIANA ROHA DE MOURA ESTEVÃO



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA Nº 2.460, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

Revoga ato normativo inferior a decreto no âmbito do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, conforme disposto no Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.

A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, SUBSTITUTA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, e considerando o disposto no art. 8º, § 1º e no art. 11, inciso III, do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, resolve:

Art. 1º Fica revogada a Portaria Interministerial nº 2, de 6 de dezembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 7 de dezembro de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 1º de dezembro de 2022.

TATIANA BARBOSA DE ALVARENGA

Ministério das Relações Exteriores

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA DE 10 DE NOVEMBRO DE 2022(*)

O MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 57, parágrafo único, do Decreto nº 11.024, de 31 de março de 2022, resolve:

Art. 1º Extinguir o consulado honorário em Saskatoon e revogar a portaria de 22 de maio de 2014.

Art. 2º Criar o consulado honorário em Corman Park-Saskatoon, Canadá, com jurisdição sobre a Província de Saskatchewan, subordinado ao consulado-geral em Vancouver.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALBERTO FRANCO FRANÇA

(*)Republicado por ter saído indevidamente na Seção 2 do DOU nº 216, de 17/11/2022, pág. 44.

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

CONSULTA PÚBLICA Nº 24, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE torna pública, nos termos do artigo 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, do artigo 14, § 4º, do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, e do artigo 203 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito do recurso administrativo, em trâmite nos autos do Processo nº 71000.033279/2021-99, interposto pela Casa de Maria Centro de Apoio a Dependentes, CNPJ nº 81.763.161/0001-39, contra a decisão de indeferimento do pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social em Saúde (CEBAS) da ora recorrente, por não ter atendido aos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes.

Fica estabelecido o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas, por meio do endereço eletrônico www.saude.gov.br/cebas-saude.

O Departamento de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social em Saúde, da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde, deste Ministério (DCEBAS/SAES/MS), avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

CONSULTA PÚBLICA Nº 25, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE torna pública, nos termos do artigo 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, do artigo 14, § 4º, do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, e do artigo 203 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito do recurso administrativo, em trâmite nos autos do Processo nº 25000.132821/2020-97, interposto pela Associação Beneficente Síria/SP, CNPJ nº 60.453.024/0001-28, contra a decisão de indeferimento do pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social em Saúde (CEBAS) da ora recorrente, por não ter atendido aos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes.

Fica estabelecido o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas, por meio do endereço eletrônico www.saude.gov.br/cebas-saude.

O Departamento de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social em Saúde, da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde, deste Ministério (DCEBAS/SAES/MS), avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

PORTARIA GM/MS Nº 4.017, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022

Qualifica Unidade de Suporte Básico (USB), destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU 192, pertencente à Central de Regulação das Urgências (CRU) Três Rios (Centro-Sul Fluminense) e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade - MAC do Estado do Rio de Janeiro e Município de Areal.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.088, de 23 de maio de 2014, que habilita o Município de Areal (RJ) a receber 1 (uma) Unidade de Suporte Básico (USB) destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Central de Regulação das Urgências, Regional Centro-Sul Fluminense, com sede em Três Rios (RJ) e autoriza a transferência de custeio ao Município;

Considerando o Título II da Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria SAS/MS nº 288, de 12 de março de 2018, que redefine a operacionalização do cadastramento de serviços de atendimento pré-hospitalar móvel de urgência e o elenco de profissionais que compõem as equipes do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES);

Considerando a Portaria GM/MS nº 828, de 17 de abril de 2020, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, para dispor sobre os Grupos de Identificação Transferências federais de recursos da saúde;

Considerando a Portaria GM/MS nº 639, de 25 de março de 2022, que divulga os montantes anuais alocados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao cofinanciamento das ações e serviços públicos de saúde no grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (Teto MAC); e

Considerando a documentação apresentada pelo Município de Areal/RJ na Proposta SAIPS nº 156893 e a correspondente avaliação pela Coordenação-Geral de Urgência - Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência - CGURG/DAHU/SAES/MS, através de Parecer Técnico nº 501/2022, constante do NUP 25000.075042/2022-49, resolve:

Art. 1º Fica qualificada a Unidade de Suporte Básico (USB), destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU 192, pertencente à Central de Regulação das Urgências de (CRU) Três Rios (Centro-Sul Fluminense), conforme Anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. A qualificação será válida por dois anos de acordo com art. 928, da Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, devendo ser renovada mediante novo processo de avaliação.

Art. 2º Fica estabelecido recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, no montante anual de R$ 105.528,00 (cento e cinco mil e quinhentos e vinte e oito reais), a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade - MAC do Estado do Rio de Janeiro e Município de Areal.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º ao Fundo Municipal de Saúde de Areal, IBGE 330022, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho, tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 4º O recurso orçamentário, objeto desta Portaria, correrá por conta do Orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho: 10.302.5018.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0001.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 12ª (décima segunda) parcela de 2022.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	CNES	GESTÃO	Nº PROPOSTA SAIPS	DESCRIÇÃO	AMAZÔNIA LEGAL	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO INCENTIVO	VALOR ANUAL
RJ	330022	AREAL	7408293	MUNICIPAL	156893	USB	NÃO	82.51 - CENTRAL DE REGULAÇÃO DAS URGENCIAS SAMU 192 QUALIFICADA	R$ 105.528,00

PORTARIA GM/MS Nº 4.018, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022

Altera atributos de procedimentos da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde (SUS).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Anexo XXXI - Política Nacional de Atenção Cardiovascular de Alta Complexidade, da Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Seção I - Da Habilitação em Alta Complexidade Cardiovascular, da Portaria de Consolidação SAES/MS nº 1, de 22 de fevereiro de 2022, que Consolida as normas sobre atenção especializada à saúde;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.098, de 12 de maio de 2022, que altera atributos de procedimentos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, a ser disponibilizado aos Estados, Distrito Federal e Municípios;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.099, de 12 de maio de 2022, que institui o Programa de Qualificação da Assistência Cardiovascular - QualiSUS Cardio; e

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.100, de 12 de maio de 2022, que define o 1º Ciclo do Programa de Qualificação da Assistência Cardiovascular, QualiSUS Cardio, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS. resolve:

Art. 1º Ficam alterados os atributos de procedimentos da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde, conforme Anexo I a esta Portaria.

Art. 2º Os recursos financeiros decorrentes da alteração prevista no art. 1º desta Portaria e do art. 2º da Portaria GM/MS 1.098, de 12 de maio de 2022, migraram do Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC) para o Fundo de Ações Estratégicas e Compensação (FAEC).

Parágrafo único: Os valores anuais a serem migrados dos Estados, Distrito Federal e Municípios, totalizam R$ 621.746.284,14 (seiscentos e vinte e um milhões, setecentos e quarenta e seis mil, duzentos e oitenta e quatro reais e quatorze centavos) conforme Anexo II a esta Portaria.

Art. 3º Fica estabelecido a migração de recursos do Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC) para o Fundo de Ações Estratégicas e Compensação (FAEC) referente à alteração prevista no art. 2º da Portaria GM/MS nº 1.098, de 12 de maio de 2022, em parcela única.

§ 1º A migração estabelecida no caput visa a adequação do repasse dos recursos financeiros dos Estados, Distrito Federal e Municípios dos procedimentos já migrados para o FAEC.

§ 2º Os valores, em parcela única, referem-se a migração estabelecida no caput e totalizam R$ 184.167.180,94 (cento e oitenta e quatro milhões, cento e sessenta e sete mil, cento e oitenta reais e noventa e quatro centavos) conforme Anexo III a esta Portaria.

Art. 4º O recurso orçamentário, objeto desta Portaria, correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.5018.8585 - Atenção à Saúde da População para procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0005 (Fundo de Ações Estratégicas e Compensação - FAEC).

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos operacionais nos sistemas de informações do SUS a partir da competência de setembro de 2022 e efeitos financeiros na 12ª parcela de 2022.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO I

- Procedimentos com tipo de financiamento alterado

CÓDIGO	PROCEDIMENTO	ALTERAÇÃO DE ATRIBUTOS
0406010137	CORREÇÃO DE ANEURISMA / DISSECÇÃO DA AORTA TORACO-ABDOMINAL	Altera para Tipo de Financiamento: Fundo de Ações Estratégicas e Compensações (FAEC)
0406040150	CORREÇÃO ENDOVASCULAR DE ANEURISMA / DISSECÇÃO DA AORTA ABDOMINAL COM ENDOPRÓTESE RETA / CÔNICA	Altera para Tipo de Financiamento: Fundo de Ações Estratégicas e Compensações (FAEC)
0406040168	CORREÇÃO ENDOVASCULAR DE ANEURISMA / DISSECÇÃO DA AORTA ABDOMINAL E ILÍACAS COM ENDOPRÓTESE BIFURCADA	Altera para Tipo de Financiamento: Fundo de Ações Estratégicas e Compensações (FAEC)
0406040176	CORREÇÃO ENDOVASCULAR DE ANEURISMA / DISSECÇÃO DA AORTA TORÁCICA COM ENDOPRÓTESE RETA OU CÔNICA	Altera para Tipo de Financiamento: Fundo de Ações Estratégicas e Compensações (FAEC)
0406010692	IMPLANTE DE PRÓTESE VALVAR	Altera para Tipo de Financiamento: Fundo de Ações Estratégicas e Compensações (FAEC)
0406011206	TROCA VALVAR C/ REVASCULARIZAÇÃO MIOCÁRDICA	Altera para Tipo de Financiamento: Fundo de Ações Estratégicas e Compensações (FAEC)
0406040184	CORREÇÃO ENDOVASCULAR DE ANEURISMA / DISSECÇÃO DAS ILÍACAS COM ENDOPRÓTESE TUBULAR	Altera para Tipo de Financiamento: Fundo de Ações Estratégicas e Compensações (FAEC)

ANEXO II

- Recursos Financeiros anuais, por gestão, a serem migrados a partir da 12ª parcela de 2022

UF	IBGE	Estado / Município	Gestão	Valor Total
AC	120000	Acre	Est	1.462.615,51
AC Total				1.462.615,51
AL	270030	ARAPIRACA	MUN	844.999,44
AL	270430	MACEIO	MUN	7.213.612,23
AL Total				8.058.611,67
AM	130000	Amazonas	Est	3.563.031,71
AM Total				3.563.031,71
AP	160000	Amapá	Est	1.501.013,50
AP Total				1.501.013,50
BA	290000	Bahia	Est	19.896.254,16
BA	291080	FEIRA DE SANTANA	MUN	2.050.518,30
BA	291480	ITABUNA	MUN	52.937,34
BA	292740	SALVADOR	MUN	5.136.375,34
BA	293135	TEIXEIRA DE FREITAS	MUN	576.298,34
BA	293330	VITORIA DA CONQUISTA	MUN	2.446.864,92
BA Total				30.159.248,40
CE	230190	BARBALHA	MUN	2.041.028,88
CE	230440	FORTALEZA	MUN	10.425.301,31
CE	231290	SOBRAL	MUN	1.933.530,77
CE Total				14.399.860,96
DF	530000	Distrito Federal	Est	7.243.878,99
DF Total				7.243.878,99
ES	320000	Espírito Santo	Est	13.061.099,18
ES	320150	COLATINA	MUN	2.650.186,28
ES	320320	LINHARES	MUN	1.694.479,32
ES Total				17.405.764,78
GO	520110	ANAPOLIS	MUN	1.544.899,98
GO	520140	APARECIDA DE GOIANIA	MUN	66.526,18
GO	520510	CATALAO	MUN	425.005,59
GO	520870	GOIANIA	MUN	11.151.831,46
GO Total				13.188.263,21
MA	211130	SAO LUIS	MUN	2.687.599,17
MA Total				2.687.599,17
MG	310000	Minas Gerais	Est	2.290.126,24
MG	310560	BARBACENA	MUN	1.841.800,91
MG	310620	BELO HORIZONTE	MUN	26.642.088,74
MG	312230	DIVINOPOLIS	MUN	2.835.821,41
MG	312770	GOVERNADOR VALADARES	MUN	1.762.317,83
MG	313130	IPATINGA	MUN	2.409.596,79
MG	313240	ITAJUBA	MUN	1.024.340,85
MG	313670	JUIZ DE FORA	MUN	6.310.623,19
MG	314330	MONTES CLAROS	MUN	5.437.723,28
MG	315180	POCOS DE CALDAS	MUN	2.737.307,35
MG	315210	PONTE NOVA	MUN	1.172.444,13
MG	315250	POUSO ALEGRE	MUN	3.924.634,57
MG	316470	SAO SEBASTIAO DO PARAISO	MUN	3.011.412,05
MG	316720	SETE LAGOAS	MUN	1.024.326,68
MG	316860	TEOFILO OTONI	MUN	1.786.616,96
MG	317010	UBERABA	MUN	1.064.735,67
MG	317020	UBERLANDIA	MUN	2.148.169,20
MG	317070	VARGINHA	MUN	3.474.401,43
MG Total				70.898.487,28
MS	500270	CAMPO GRANDE	MUN	9.462.900,60
MS	500370	DOURADOS	MUN	3.785.431,14
MS Total				13.248.331,74
MT	510340	CUIABA	MUN	3.420.159,02
MT	510760	RONDONOPOLIS	MUN	1.223.631,24
MT Total				4.643.790,26
PA	150000	Pará	Est	3.368.318,40
PA	150140	BELEM	MUN	5.188.802,69
PA Total				8.557.121,09
PB	250400	CAMPINA GRANDE	MUN	2.705.289,03
PB	250750	JOAO PESSOA	MUN	9.023.492,85
PB Total				11.728.781,88
PE	260000	Pernambuco	Est	29.475.337,95
PE Total				29.475.337,95
PI	221100	TERESINA	MUN	5.812.749,30
PI Total				5.812.749,30
PR	410000	Paraná	Est	80.426.503,95
PR	410430	CAMPO MOURAO	MUN	942.779,33
PR	410690	CURITIBA	MUN	11.919.077,19

PR	411370	LONDRINA	MUN	5.969.701,57
PR	411520	MARINGA	MUN	2.909.806,50
PR	411850	PATO BRANCO	MUN	1.489.663,29
PR	412810	UMUARAMA	MUN	1.314.868,48
PR Total				104.972.400,31
RJ	330000	Rio de Janeiro	Est	7.388.970,71
RJ	330040	BARRA MANSA	MUN	2.463.256,41
RJ	330070	CABO FRIO	MUN	582.726,57
RJ	330100	CAMPOS DOS GOYTACAZES	MUN	3.187.719,95
RJ	330170	DUQUE DE CAXIAS	MUN	1.428.685,88
RJ	330220	ITAPERUNA	MUN	4.422.456,28
RJ	330240	MACAE	MUN	1.855.858,90
RJ	330330	NITEROI	MUN	757.063,04
RJ	330340	NOVA FRIBURGO	MUN	2.361.741,63
RJ	330350	NOVA IGUACU	MUN	4.032,87
RJ	330390	PETROPOLIS	MUN	967.636,37
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	MUN	1.055.866,14
RJ	330620	VASSOURAS	MUN	1.798.217,79
RJ	330630	VOLTA REDONDA	MUN	1.440.567,10
RJ Total				29.714.799,64
RN	240800	MOSSORO	MUN	4.380.247,90
RN	240810	NATAL	MUN	6.133.978,95
RN Total				10.514.226,85
RO	110000	Rondônia	Est	685.985,56
RO Total				685.985,56
RS	430000	Rio Grande do Sul	Est	17.138.581,26
RS	430460	CANOAS	MUN	1.483.761,75
RS	430510	CAXIAS DO SUL	MUN	3.302.022,72
RS	431140	LAJEADO	MUN	1.807.401,82
RS	431340	NOVO HAMBURGO	MUN	830.267,52
RS	431440	PELOTAS	MUN	2.959.691,59
RS	431490	PORTO ALEGRE	MUN	21.592.241,43
RS	431680	SANTA CRUZ DO SUL	MUN	1.678.270,66
RS Total				50.792.238,75
SC	420000	Santa Catarina	Est	16.800.712,58
SC	420240	BLUMENAU	MUN	5.994.394,62
SC	420460	CRICIUMA	MUN	3.531.648,50
SC	420540	FLORIANOPOLIS	MUN	2.619.468,85
SC	420820	ITAJAI	MUN	5.293.497,69
SC	420910	JOINVILLE	MUN	4.223.497,74
SC	420930	LAGES	MUN	774.568,07
SC	421480	RIO DO SUL	MUN	3.766.807,97
SC Total				43.004.596,02
SE	280000	Sergipe	Est	4.665.532,08
SE Total				4.665.532,08
SP	350000	São Paulo	Est	95.472.576,68
SP	350320	ARARAQUARA	MUN	595.667,37
SP	350330	ARARAS	MUN	563.606,99
SP	350550	BARRETOS	MUN	8.957,36
SP	350950	CAMPINAS	MUN	3.071.217,80
SP	351880	GUARULHOS	MUN	194.223,77
SP	352590	JUNDIAI	MUN	1.281.657,59
SP	352690	LIMEIRA	MUN	1.846.554,90
SP	352900	MARILIA	MUN	3.141.141,09
SP	353470	OURINHOS	MUN	111.359,53
SP	353870	PIRACICABA	MUN	3.373.342,59
SP	354340	RIBEIRAO PRETO	MUN	2.524.754,30
SP	354850	SANTOS	MUN	2.984.528,52
SP	354870	SAO BERNARDO DO CAMPO	MUN	1.682.358,69
SP	354890	SAO CARLOS	MUN	1.143.599,45
SP	354980	SAO JOSE DO RIO PRETO	MUN	1.338.986,87
SP	354990	SAO JOSE DOS CAMPOS	MUN	1.799.918,83
SP	355030	SAO PAULO	MUN	7.039.307,88
SP	355220	SOROCABA	MUN	2.101.289,01
SP Total				130.275.049,22
TO	170000	Tocantins	Est	3.086.968,31
TO Total				3.086.968,31
Total Geral				R$ 621.746.284,14

ANEXO III - Recursos Financeiros a serem migrados em parcela única

UF	IBGE	Estado / Município	Gestão	Parcela única
AC	120000	Acre	Est	645.873,28
AC Total				645.873,28
AL	270030	ARAPIRACA	MUN	263.123,78
AL	270430	MACEIO	MUN	2.302.883,17
AL Total				2.566.006,95
AM	130000	Amazonas	Est	1.068.952,66
AM Total				1.068.952,66
AP	160000	Amapá	Est	750.506,75
AP Total				750.506,75
BA	290000	Bahia	Est	5.473.714,22
BA	291080	FEIRA DE SANTANA	MUN	677.433,30
BA	291480	ITABUNA	MUN	26.468,68
BA	292740	SALVADOR	MUN	1.802.933,20
BA	293135	TEIXEIRA DE FREITAS	MUN	202.561,45
BA	293330	VITORIA DA CONQUISTA	MUN	812.784,78
BA Total				8.995.895,63
CE	230190	BARBALHA	MUN	675.784,12
CE	230440	FORTALEZA	MUN	2.566.253,76
CE	231290	SOBRAL	MUN	853.304,10
CE Total				4.095.341,98
DF	530000	Distrito Federal	Est	3.366.197,38
DF Total				3.366.197,38
ES	320000	Espírito Santo	Est	3.822.611,86

ES	320150	COLATINA	MUN	456.697,01
ES	320320	LINHARES	MUN	780.504,42
ES Total				5.059.813,29
GO	520110	ANAPOLIS	MUN	437.245,86
GO	520140	APARECIDA DE GOIANIA	MUN	26.268,94
GO	520510	CATALAO	MUN	173.754,35
GO	520870	GOIANIA	MUN	3.167.109,36
GO Total				3.804.378,51
MA	211130	SAO LUIS	MUN	837.675,28
MA Total				837.675,28
MG	310000	Minas Gerais	Est	538.358,05
MG	310560	BARBACENA	MUN	533.192,17
MG	310620	BELO HORIZONTE	MUN	5.859.107,30
MG	312230	DIVINOPOLIS	MUN	1.124.323,99
MG	312770	GOVERNADOR VALADARES	MUN	632.908,16
MG	313130	IPATINGA	MUN	683.251,52
MG	313240	ITAJUBA	MUN	317.153,74
MG	313670	JUIZ DE FORA	MUN	1.484.512,33
MG	314330	MONTES CLAROS	MUN	1.673.935,87
MG	315180	POCOS DE CALDAS	MUN	613.430,02
MG	315210	PONTE NOVA	MUN	369.537,59
MG	315250	POUSO ALEGRE	MUN	1.017.766,75
MG	316470	SAO SEBASTIAO DO PARAISO	MUN	817.188,91
MG	316720	SETE LAGOAS	MUN	368.766,72
MG	316860	TEOFILO OTONI	MUN	656.824,31
MG	317010	UBERABA	MUN	268.867,60
MG	317020	UBERLANDIA	MUN	613.774,50
MG	317070	VARGINHA	MUN	1.161.236,96
MG Total				18.195.778,44
MS	500270	CAMPO GRANDE	MUN	2.680.504,18
MS	500370	DOURADOS	MUN	1.265.846,22
MS Total				3.946.350,40
MT	510340	CUIABA	MUN	895.176,59
MT	510760	RONDONOPOLIS	MUN	288.750,67
MT Total				1.183.927,26
PA	150000	Pará	Est	1.302.467,16
PA	150140	BELEM	MUN	1.598.736,53
PA Total				2.901.203,69
PB	250400	CAMPINA GRANDE	MUN	943.160,92
PB	250750	JOAO PESSOA	MUN	3.731.056,38
PB Total				4.674.217,30
PE	260000	Pernambuco	Est	8.436.458,29
PE Total				8.436.458,29
PI	221100	TERESINA	MUN	1.766.700,92
PI Total				1.766.700,92
PR	410000	Paraná	Est	27.380.091,32
PR	410430	CAMPO MOURAO	MUN	319.322,42
PR	410690	CURITIBA	MUN	3.289.700,04
PR	411370	LONDRINA	MUN	1.561.427,81
PR	411520	MARINGA	MUN	1.073.134,15
PR	411850	PATO BRANCO	MUN	447.683,54
PR	412810	UMUARAMA	MUN	559.822,84
PR Total				34.631.182,12
RJ	330000	Rio de Janeiro	Est	2.856.798,84
RJ	330040	BARRA MANSA	MUN	707.099,86
RJ	330070	CABO FRIO	MUN	172.317,82
RJ	330100	CAMPOS DOS GOYTACAZES	MUN	1.102.994,26
RJ	330170	DUQUE DE CAXIAS	MUN	667.394,29
RJ	330220	ITAPERUNA	MUN	1.029.467,72
RJ	330240	MACAE	MUN	726.069,90
RJ	330330	NITEROI	MUN	273.672,36
RJ	330340	NOVA FRIBURGO	MUN	649.140,30
RJ	330390	PETROPOLIS	MUN	476.235,88
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	MUN	179.635,33
RJ	330620	VASSOURAS	MUN	667.037,11
RJ	330630	VOLTA REDONDA	MUN	549.556,45
RJ Total				10.057.420,12
RN	240800	MOSSORO	MUN	1.643.808,59
RN	240810	NATAL	MUN	1.785.911,45
RN Total				3.429.720,04
RO	110000	Rondônia	Est	324.468,25
RO Total				324.468,25
RS	430000	Rio Grande do Sul	Est	2.831.513,81
RS	430460	CANOAS	MUN	505.266,88
RS	430510	CAXIAS DO SUL	MUN	541.375,74
RS	431140	LAJEADO	MUN	313.448,60
RS	431340	NOVO HAMBURGO	MUN	84.795,46
RS	431440	PELOTAS	MUN	942.253,40
RS	431490	PORTO ALEGRE	MUN	5.764.415,71
RS	431680	SANTA CRUZ DO SUL	MUN	344.221,31
RS Total				11.327.290,91
SC	420000	Santa Catarina	Est	3.997.214,62
SC	420240	BLUMENAU	MUN	1.023.347,96
SC	420460	CRICIUMA	MUN	1.298.861,82
SC	420540	FLORIANOPOLIS	MUN	734.686,97
SC	420820	ITAJAI	MUN	1.333.516,54
SC	420910	JOINVILLE	MUN	1.000.657,13
SC	420930	LAGES	MUN	250.178,08
SC	421480	RIO DO SUL	MUN	1.390.174,45
SC Total				11.028.637,57
SE	280000	Sergipe	Est	1.184.694,18
SE Total				1.184.694,18
SP	350000	São Paulo	Est	25.895.725,31
SP	350320	ARARAQUARA	MUN	218.174,34
SP	350330	ARARAS	MUN	199.201,36
SP	350550	BARRETOS	MUN	4.478,68
SP	350950	CAMPINAS	MUN	1.152.634,40
SP	351880	GUARULHOS	MUN	89.677,02
SP	352590	JUNDIAI	MUN	428.647,19
SP	352690	LIMEIRA	MUN	639.420,64
SP	352900	MARILIA	MUN	815.813,39
SP	353470	OURINHOS	MUN	11.666,78
SP	353870	PIRACICABA	MUN	1.301.044,60
SP	354340	RIBEIRAO PRETO	MUN	821.566,56
SP	354850	SANTOS	MUN	1.287.422,57
SP	354870	SAO BERNARDO DO CAMPO	MUN	648.991,91
SP	354890	SAO CARLOS	MUN	494.184,52
SP	354980	SAO JOSE DO RIO PRETO	MUN	335.052,36
SP	354990	SAO JOSE DOS CAMPOS	MUN	486.759,65
SP	355030	SAO PAULO	MUN	3.257.261,90
SP	355220	SOROCABA	MUN	797.512,58
SP Total				38.885.235,76
TO	170000	Tocantins	Est	1.003.253,98
TO Total				1.003.253,98
Total Geral				R$ 184.167.180,94

PORTARIA GM/MS Nº 4.019, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022

Habilita Unidade de Internação em Cuidados Prolongados (UCP) na Clínica Vista Alegre e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC), do Estado do Rio de Janeiro e Município de Petrópolis.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria GM/MS nº 828, de 17 de abril de 2020, que altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os Grupos de Identificação Transferências federais de recursos da saúde;

Considerando a Portaria GM/MS nº 639, de 25 de março de 2022, que divulga os montantes anuais alocados aos estados, Distrito Federal e municípios, destinados ao cofinanciamento das ações e serviços públicos de saúde no grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (Teto MAC);

Considerando a Deliberação CIB/RJ nº 5.294, de 10 de maio de 2018, da Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Rio de Janeiro; e

Considerando a documentação apresentada pelo Município de Petrópolis/RJ na Proposta SAIPS nº 159170 e a correspondente avaliação da Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar e Internação Domiciliar do Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência - CGHID/DAHU/SAES/MS, NUP-SEI 25000.139670/2022-60, resolve:

Art. 1º Fica habilitada a Unidade de Internação em Cuidados Prolongados (UCP), no estabelecimento de saúde descrito no Anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. A referida unidade poderá ser submetida à avaliação de técnicos da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde/MS e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos na Portaria de Consolidação GM/MS n° 6, de 28 de setembro de 2017, serão suspensos os efeitos de seu cadastramento.

Art. 2º Fica estabelecido recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, no montante anual de R$ 2.640.227,50 (dois milhões, seiscentos e quarenta mil duzentos e vinte sete reais e cinquenta centavos), a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC), do Estado de Rio de Janeiro e Município de Petrópolis.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º, ao Fundo Municipal de Saúde de Petrópolis, IBGE 330390, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho, tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 4º O recurso orçamentário, objeto desta Portaria, correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.5018.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 12ª (décima segunda) parcela de 2022.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTO	CNES	GESTÃO	Nº PROPOSTA SAIPS	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA HABILITAÇÃO	Nº DE LEITOS NOVOS	TOTAL DE Nº LEITOS	VALOR ANUAL (LEITOS NOVOS)
RJ	330390	PETRÓPOLIS	CLINICA VISTA ALEGRE	2275627	MUNICIPAL	159170	09.08 - UNIDADE DE INTERNAÇÃO EM CUIDADOS PROLONGADOS (UCP)	37	37	R$ 2.640.227,50

PORTARIA GM/MS Nº 4.020 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022

Habilita a Unidade de Pronto Atendimento - (UPA 24h Rui Coelho Gomes) e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade - MAC do Estado do Rio de Janeiro e Município de Cachoeiras de Macacu.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria SAS/MS nº 1.535, de 25 de setembro de 2017, que redefine os Incentivos relacionados às Unidades de Pronto Atendimento da Rede de Atenção às Urgências no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde;

Considerando o Anexo III - Rede de Atenção às Urgências e Emergências (RUE) - Título IV - Do componente Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h) e o conjunto de Serviços de Urgência 24 horas - da Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS nº 828, de 17 de abril de 2020, que altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os Grupos de Identificação Transferências federais de recursos da saúde;

Considerando a Portaria GM/MS nº 639, de 25 de março de 2022, que divulga os montantes anuais alocados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao cofinanciamento das ações e serviços públicos de saúde no grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (Teto MAC); e

Considerando a documentação apresentada pelo Município de Cachoeiras de Macacu (RJ) na Proposta SAIPS nº 154413 e a correspondente avaliação pela Coordenação-Geral de Urgência - Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência - CGURG/DAHU/SAES/MS, por meio do Parecer Técnico nº 628/2022, constante no NUP-SEI: 25000.097737/2022-81, resolve:

Art. 1º Fica habilitada a Unidade de Pronto Atendimento - (UPA 24h Rui Coelho Gomes, Nova, Opção III), localizada no Município de Cachoeiras de Macacu (RJ), conforme descrito no Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Fica estabelecido recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, no montante anual de R$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade - MAC do Estado do Rio de Janeiro e Município de Cachoeiras de Macacu.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no Art. 2º, ao Fundo Municipal de Saúde de Cachoeiras de Macacu, IBGE 330080, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho, tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 4º O recurso orçamentário, objeto desta Portaria, correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.5018.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 12ª (décima segunda) parcela de 2022.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	CNES	GESTÃO	Nº PROPOSTA SAIPS	OPÇÃO	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DO INCENTIVO	AMAZONIA LEGAL	VALOR ANUAL
RJ	330080	CACHOEIRAS DE MACACU	0974226	MUNICIPAL	154413	III	82.41 - UPA 24H NOVA OPCAO III	NÃO	1.200.000,00

PORTARIA GM/MS Nº 4.021, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022

Altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, para instituir o Comitê de Governança de Pesquisa em Saúde, com a finalidade de estabelecer a governança das ações relacionadas ao fomento à pesquisa em saúde no Ministério da Saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, resolve:

Art. 1º A Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"CAPÍTULO XII

DO COMITÊ DE GOVERNANÇA DE PESQUISA EM SAÚDE

Art. 863-M. Fica instituído o Comitê de Governança de Pesquisa em Saúde, no âmbito do Ministério da Saúde, com a finalidade de estabelecer a governança das ações relacionadas ao fomento à pesquisa em saúde no órgão.

Art. 863-N. O Comitê de Governança de Pesquisa em Saúde será composto por:

I - um representante do Departamento de Ciência e Tecnologia da Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde (DECIT/SCTIE/MS), que o coordenará;

II - um representante da Secretaria-Executiva (SE/MS);

III - um representante da Secretaria de Atenção Primária à Saúde (SAPS/MS);

IV - um representante da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (SAES/MS);

V - um representante da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS/MS);

VI - um representante da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI/MS); e

VII - um representante da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES/MS).

§ 1º Cada membro do Comitê terá um suplente, que o substituirá em suas ausências e impedimentos.

§ 2º Os representantes indicados para compor o Comitê de Governança de Pesquisa em Saúde, tanto os titulares quanto os suplentes, deverão ser ocupantes de Cargos Comissionados Executivos ou Funções Comissionadas Executivas, de nível 13 ou equivalente, ou de cargo de hierarquia superior.

§ 3º Poderão participar das reuniões do Comitê, como convidados, sem direito a voto, representantes e especialistas de outros órgãos e entidades, públicos ou privados, mediante anuência do coordenador.

§ 4º Os membros do Comitê de Governança de Pesquisa em Saúde serão designados por ato do Ministro de Estado da Saúde.

Art. 863-O. Compete ao Comitê:

I - aprovar a agenda de prioridades de pesquisa do Ministério da Saúde;

II - opinar quanto à aplicação dos recursos públicos destinados à pesquisa em saúde;

III - acompanhar as ações relacionadas à pesquisa em saúde em situações excepcionais e emergenciais;

IV - propor políticas, programas e ações relacionadas ao fomento à pesquisa em saúde;

V - propor diretrizes e boas práticas de fomento à pesquisa em saúde e de uso das evidências científicas;

VI - fomentar a disseminação do conhecimento científico e a promoção do uso de evidências científicas para a tomada de decisão;

VII - promover a transparência ativa por meio de plataforma oficial contendo dados e informações referentes à pesquisa em saúde no Ministério da Saúde; e

VIII - estimular a ciência aberta no âmbito do Ministério da Saúde; e IX - elaborar o seu regimento interno.

Art. 863-P. O Comitê de Governança de Pesquisa em Saúde se reunirá, em caráter ordinário, semestralmente, e em caráter extraordinário, sempre que necessário, mediante convocação do seu coordenador.

§ 1º O quórum de reunião é de maioria absoluta, e o quórum de aprovação é de maioria simples.

§ 2º Na hipótese de empate, além do voto ordinário, o coordenador do Comitê exercerá o voto de qualidade.

§ 3º Os membros do Comitê que se encontrarem no Distrito Federal se reunirão presencialmente ou por videoconferência, e os membros que se encontrarem em outros entes federativos participarão da reunião remotamente.

Art. 863-Q. Poderão ser instituídos grupos de trabalho para subsidiar tecnicamente as atividades e deliberações do Comitê.

§ 1º Os grupos de trabalho de que trata o caput deste artigo:

I - serão instituídos por ato do Comitê de Governança de Pesquisa em Saúde, que definirá os objetivos específicos de cada grupo;

II - não poderão ter mais de sete membros;

III - terão caráter temporário, com duração não superior a um ano; e

IV - estarão limitados ao número de três grupos operando simultaneamente.

§ 2º Os membros dos grupos de trabalho serão designados pelo coordenador do Comitê.

Art. 863-R. A Secretaria-Executiva do Comitê será exercida pelo DECIT/SCTIE/MS.

Parágrafo único. Compete ao DECIT/SCTIE/MS apoiar as atividades técnicas e administrativas do Comitê e de seus grupos de trabalho.

Art. 863-S. A participação no Comitê de Governança de Pesquisa em Saúde será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada." (NR)

Art. 2º O regimento interno do Comitê será elaborado na presença da maioria absoluta dos seus membros e aprovado por maioria simples dos seus membros, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de publicação desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

PORTARIA GM/MS Nº 4.024, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022

Habilita Unidade de Internação em Cuidados Prolongados - UCP no Hospital Escola Luiz Gioseffi Jannuzzi e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade - MAC do Estado do Rio de Janeiro e Município de Valença.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria GM/MS nº 828, de 17 de abril de 2020, que altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6 de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os Grupos de Identificação Transferências federais de recursos da saúde;

Considerando a Portaria GM/MS nº 639, de 25 de março de 2022, que divulga os montantes anuais alocados aos estados, Distrito Federal e municípios, destinados ao cofinanciamento das ações e serviços públicos de saúde no grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (Teto MAC);

Considerando a Resolução CIB/RJ nº 5.824, de 9 de maio de 2019, da Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Rio de Janeiro; e

Considerando a documentação apresentada pelo Município de Valença/RJ na Proposta SAIPS nº 82394 e a correspondente avaliação pela Coordenação Geral de Atenção Hospitalar e Internação Domiciliar - Departamento de Atenção Hospitalar e de Urgência - CGHID/DAHU/SAES/MS, constante do NUP 25000.129471/2022-43, resolve:

Art. 1º Fica habilitada a Unidade de Internação em Cuidados Prolongados - UCP, no estabelecimento descrito no Anexo a esta Portaria.

Parágrafo único. Fica determinado que a referida unidade poderá ser submetida à avaliação por técnicos da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde/MS e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos no Capítulo II, Seção XI, artigos 948 a 966 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, serão suspensos os efeitos de sua habilitação.

Art. 2º Fica estabelecido recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, no montante anual de R$ 1.070.362,50 (um milhão, setenta mil, trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade - MAC do Estado do Rio de Janeiro e Município de Valença.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 2º, ao Fundo Municipal de Saúde de Valença, IBGE 330610, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho, tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de média e alta complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 4º O recurso orçamentário, objeto desta Portaria, correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.5018.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 12ª (décima segunda) parcela de 2022.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	ESTABELECIMENTO	CNES	GESTÃO	Nº PROPOSTA SAIPS	CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA HABILITAÇÃO	Nº DE LEITOS NOVOS	TOTAL DE Nº LEITOS	VALOR ANUAL (LEITOS NOVOS)
RJ	330610	VALENÇA	HOSPITAL ESCOLA LUIZ GIOSEFFI JANNUZZI	2292912	MUNICIPAL	82394	09.08 - UNIDADE DE INTERNAÇÃO EM CUIDADOS PROLONGADOS (UCP)	15	15	R$ 1.070.362,50

PORTARIA GM/MS Nº 4.025, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022

Habilita, no âmbito da Política Nacional de Atenção Oftalmológica, o Instituto Brasil de Saúde Policlínica LTDA - Oftalmo PE Filial, para Tratamento do Glaucoma com Medicamentos.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria SAS/MS nº 288, de 19 de maio de 2008, que define que as Redes Estaduais e Regionais de Atenção em Oftalmologia sejam compostas por Unidades de Atenção Especializada em Oftalmologia e Centros de Referência em Oftalmologia;

Considerando a Portaria SAS/MS nº 920, de 15 de dezembro de 2011, que estabelece condições e critérios mínimos de monitoramento e de avaliação dos serviços de oftalmologia que realizam os procedimentos relacionados ao glaucoma;

Considerando o Anexo XXXV - Política Nacional de Atenção em Oftalmologia (PNAO) - da Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, de consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS nº 3.011, de 10 de novembro de 2017, que estabelece recursos a serem transferidos do Fundo de Ações Estratégicas e Compensação - FAEC para o Teto Financeiro Anual da Assistência Ambulatorial e Hospitalar de Média e Alta Complexidade-MAC dos estados e do Distrito Federal;

Considerando a Portaria GM/MS nº 419, de 23 de fevereiro de 2018, que torna pública a relação de estabelecimentos de saúde incluídos no Sistema do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde para o tratamento medicamentoso do glaucoma no âmbito da Política Nacional de Atenção Oftalmológica;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.141, de 12 de julho de 2018, que estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado no Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (MAC), dos estados;

Considerando a manifestação da Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco, bem como a aprovação no âmbito da Comissão Intergestores Bipartite (CIB), por meio das Resolução CIB nº 5816/2022; e

Considerando a avaliação da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde do Departamento de Atenção Especializada e Temática - Coordenação-Geral de Atenção Especializada, constante do NUP 25000.138840/2022-99, resolve:

Art. 1º Fica habilitado, no âmbito da Política Nacional de Atenção Oftalmológica, o estabelecimento de saúde descrito a seguir, para realização do Tratamento do Glaucoma com Medicamentos.

Razão Social/Nome fantasia/Município/UF	CNES	CNPJ	TIPO DE HABILITAÇÃO (CÓDIGO DO CNES)	TIPO DE HABILITAÇÃO (Descrição)
INSTITUTO BRASIL DE SAUDE POLICLINICA LTDA - OFTALMO PE FILIAL/GARANHUNS/PE	0422207	12.869.011/0002-72	05.06	Tratamento do Glaucoma com Medicamentos no Âmbito da Política Nacional de Atenção Oftalmológica

Parágrafo único. Não haverá recurso novo para esta habilitação, uma vez que a Portaria GM/MS nº 3.011, de 10 de novembro de 2017 e a Portaria GM/MS nº 2.141, de 12 de julho de 2018, já destinaram ao Estado de Pernambuco em seu Teto MAC, recurso financeiro para assistência aos pacientes acometidos de glaucoma.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos operacionais nos sistemas de informações do SUS para a competência seguinte à da sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

PORTARIA GM/MS Nº 4.026, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022

Desabilita, no âmbito da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, o recebimento de recursos federais para execução de obra de ampliação de Centro Especializado em Reabilitação Física e Intelectual (CERII) no Município de Cuiabá (MT).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e

Considerando o Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011, que Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver Sem Limite;

Considerando a Portaria GM/MS nº 3.200 de 26 de dezembro de 2013, que habilita Municípios e Estados a receberem recursos para ampliação de Centro Especializado de Reabilitação (CER);

Considerando o Anexo VI - Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, da Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Título VIII - Do Financiamento das Redes de Atenção - Capítulo IV, Seção III - Do Incentivo Financeiro de Investimento para o Componente Atenção Especializada da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência - da Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 480/2022-CGSPD/DAET/SAES/MS, constante no NUP/SEI 25000.059036/2018-68, resolve:

Art. 1º Fica desabilitado o Município de Cuiabá (MT) do recebimento de receberem recursos referentes aos investimentos para ampliação de Centro Especializado de Reabilitação (CER), conforme descrito a seguir:

UF	Município	Código IBGE	Componente	Objeto	Gestão	Nº Proposta FAF	Portaria de Habilitação	Valor da Proposta	Valor Empenhado	Valor Pago
MT	Cuiabá	510340	Centro Especializado em Reabilitação (CER II - Física e Intelectual)	Ampliação	Municipal	12063872000113057	Portaria GM/MS nº 3.200 de 26/12/2013	R$ 990.600,00	R$ 891.540,00	R$ 891.540,00

Parágrafo único. A desabilitação se dá em razão do não atendimento de condicionantes ou exigências da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência.

Art. 2º Nos termos do art. 1066, § 4º, inciso II, Título VIII, Capítulo IV, Seção I da Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, os entes federativos que tiveram sua proposta de construção, ampliação e/ou reforma desabilitadas, estarão sujeitos à devolução imediata dos recursos financeiros repassados para o respectivo Fundo de Saúde e não executados no âmbito do programa, ou executados parcial ou totalmente em objeto diverso do originalmente pactuado, acrescidos da correção monetária prevista em lei, observado o regular processo administrativo.

Parágrafo único. Os procedimentos administrativos para devolução de recursos financeiros serão informados por meio de fluxos e documentos a serem disponibilizados no portal do Fundo Nacional de Saúde, disponível no sítio eletrônico https://portalfns.saude.gov.br/.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

DESPACHO Nº 129, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022

Processo nº 25000.086683/2018-42
Interessado: ASSOCIAÇÃO UMANE - SÃO PAULO/SP, CNPJ 60.544.244/0001-67.
Assunto: Recurso administrativo hierárquico interposto em face de decisão que manteve o indeferimento de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social em Saúde.

Decisão: À vista do que consta dos autos, adoto como razões de decidir os fundamentos de mérito e de fato apresentados na Nota Técnica 110/2021-CGAGIC/DCEBAS/SAES/MS (0022886480), bem como as razões de direito expostas pela Consultoria Jurídica, nos termos do PARECER REFERENCIAL nº 00003/2021/CONJUR-MS/CGU/AGU (0030224637), e respectivo Despacho CGSUP (0030222874), e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pela Entidade em epígrafe.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES
Ministro

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

DESPACHO Nº 123, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 64 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao art. 203, IV do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e em cumprimento à Decisão Judicial proferida pela 4ª Vara Federal Cível da SJDF, na Ação Anulatória nº 1072843-91.2022.4.01.3400, suspende os efeitos da decisão que negou provimento ao recurso administrativo, expediente 1717126/21-9, interposto pela empresa QUALITY IN TABACOS INDUSTRIA E COMERCIO DE CIGARROS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA, publicada por meio do Aresto nº 1.505, de 19 de maio de 2022, no Diário Oficial da União nº 95, de 20 de maio de 2022, Seção 1, pág. 89.

ANTONIO BARRA TORRES
Diretor-Presidente

PORTARIA N° 1.063, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2022

Institui e designa áreas técnicas do Grupo de Trabalho para fins de acompanhar, avaliar e propor ações regulatórias para a normatização sobre a bula digital de medicamentos, conforme previsto na Lei n° 14.338, de 11 de maio de 2022

O Diretor-Presidente substituto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art.203, III, §3º, aliado ao art. 171, inciso V do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1° Instituir Grupo de Trabalho (GT) para fins de acompanhar, avaliar e propor ações regulatórias para a normatização sobre a bula digital de medicamentos, conforme previsto na Lei n° 14.338, de 11 de maio de 2022.

Art. 2º Compete ao GT que trata o art. 1°:

I- Participar de reuniões e eventos relacionados ao trabalho;

II- Subsidiar a Anvisa em assuntos técnicos e ou científicos relacionados à bula digital de medicamentos;

III- Auxiliar na identificação dos principais problemas e limitações para adoção do modelo regulatório para a bula digital de medicamentos;

IV- Propor alternativas para solucionar os problemas e limitações identificadas;

V- Auxiliar na elaboração do relatório de avaliação de impacto regulatório;

VI- Auxiliar na elaboração de uma proposta de regulamento técnico sobre a bula digital de medicamentos e

VII- Auxiliar na elaboração de outras propostas regulatórias relacionadas à bula, como a revisão da Resolução de Diretoria Colegiada- RDC n° 47 de 08 de setembro de 2009.

Art. 3° O Grupo de Trabalho de que trata esta portaria terá a seguinte composição:

I - Coordenação de Bula, Rotulagem, Registro Simplificado e Nome Comercial (CBRES);

II - Gerência Geral de Medicamentos (GGMED);

III- Gerência de Avaliação de Segurança e Eficácia (GESEF);

IV- Gerência de Avaliação da Qualidade de Medicamentos Sintéticos (GQMED);

V- Gerência de Medicamentos Específicos, Notificados, Fitoterápicos, Dinamizados e Gases Medicinais (GMESP);

VI - Gerência de Avaliação de Produtos Biológicos (GPBIO);

VII - Gerência Geral de Fiscalização e Inspeção Sanitária (GGFIS);

VIII - Gerência Geral Tecnologia em Serviços de Saúde (GGTES); e

IX- Gerência de Farmacovigilância (GFARM)

§ 1° Cada área deve indicar um membro titular e um suplente.

§ 2° O GT será coordenado Coordenação de Bula, Rotulagem, Registro Simplificado e Nome Comercial - CBRES e pela Gerência- Geral de Medicamentos.

§ 3° A coordenação do Grupo de Trabalho poderá convidar representantes de outras unidades organizacionais da Anvisa, outros órgãos e entidades, públicas e privadas, além de pesquisadores e especialistas, quando necessário, para o cumprimento das finalidades específicas no Grupo de Trabalho, assegurado o interesse público.

§ 4° O GT instituído terá caráter consultivo.

Art. 4° Compete à coordenação do Grupo de Trabalho fornecer o apoio administrativo necessário ao desenvolvimento dos trabalhos e a convocação das reuniões, elaboração de atas e encaminhamento dos documentos produzidos.

Art. 5 ° As reuniões do GT ocorrerão de forma presencial e/ou virtual por meio do Teams.

Art. 6° O Grupo terá o prazo de até 180 (cento e oitenta) dias para apresentar o relatório de avaliação de impacto regulatório com os resultados e propostas de normatização para fins de consulta pública, quanto ao tema da bula digital de medicamentos.

Art.7° A participação no Grupo de Trabalho será considerada atividade de relevância pública e não será remunerada.

Art. 8° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RÔMISON RODRIGUES MOTA
Diretor-Presidente Substituto

2ª DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE PRODUTOS BIOLÓGICOS, RADIOFÁRMACOS, SANGUE, TECIDOS, CÉLULAS, ÓRGÃOS E PROD DE TERAPIAS AVAN

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.779, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral de Produtos Biológicos, Radiofármacos, Sangue, Tecidos, Células, Órgãos e Produtos de Terapia Avançada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 112, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Deferir petição referente a ensaio clínico com produto de terapia avançada, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FABRÍCIO CARNEIRO DE OLIVEIRA

ANEXO

Patrocinador: AlloVir, Inc.
Nome da empresa solicitante: Medpace do Brasil Pesquisa Clínica Ltda.
CNPJ: 07.437.322/0001-41
Número do processo: 25351.009509/2022-82
Expediente: 0081871/22-8
Título do ensaio clínico: Estudo Fase 1/2, duplo cego, controlado por placebo, de escalonamento e expansão de dose de ALVR106 em adição ao tratamento padrão para o tratamento de pacientes de alto risco com infecções virais respiratórias após transplante de células hematopoiéticas ou de órgão sólido.
CE/Documento de importação: CE 0013/22 GSTCO/GGBIO/DIRE2/ANVISA

4ª DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.789, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral substituto de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e o art. 6º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Adotar a medida preventiva constante no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

Empresa: DUDAMAR INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - EPP - CNPJ: 24.473.214/0001-43
Produto - (Lote): NATURAL THERAPY BIOTINA ANTIFRIZZ NATUREZA COSMÉTICOS(TODOS);
Tipo de Produto: Cosmético
Expediente nº: 4931035/22-6
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Recolhimento, Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Motivação: Considerando a comercialização/exposição à venda/fabricação do produto sem registro infringindo o art. 12 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976 e tendo em vista o previsto no art. 6º e inciso I do art. 67 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976 e inciso XV do art. 7º da Lei 9782, de 26 de janeiro de 1999.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.791, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral substituto de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021 e o art. 23, § 2º da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, resolve:

Art. 1º Adotar a medida cautelar constante no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

1. Empresa: Cosmoderma industria e com. ltda- me - CNPJ: 09.601.610/0001-15
Produto - (Lote): ENZYMAX ECO(2226502);
Tipo de Produto: Saneantes
Expediente nº: 4916435/22-0
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Interdição cautelar
Motivação: Considerando o resultado insatisfatório no ensaio de DETERMINAÇÃO DA ATIVIDADE AMILOLÍTICA comprovado no Laudo de Análise Fiscal Inicial 1963.1P.0/2022, emitido pelo Instituto Adolfo Lutz - Laboratório Central do Estado de São Paulo, e tendo em vista o previsto nos arts 6º, 7º e inciso I do art. 67 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976.
2. Empresa: Cosmoderma industria e com. ltda- me - CNPJ: 09.601.610/0001-15
Produto - (Lote): MEGAZYME PREMIUM ESPUMA(2212203);
Tipo de Produto: Saneantes
Expediente nº: 4912419/22-6
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Interdição cautelar
Motivação: Considerando o resultado insatisfatório no ensaio de DETERMINAÇÃO DE PH comprovado no Laudo de Análise Fiscal Inicial 1978.1P.0/2022, emitido pelo Instituto Adolfo Lutz - Laboratório Central do Estado de São Paulo, e tendo em vista o previsto nos arts 6º, 7º e inciso I do art. 67 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976.
3. Empresa: Cosmoderma industria e com. ltda- me - CNPJ: 09.601.610/0001-15
Produto - (Lote): SAYOZYME 3(2202502);
Tipo de Produto: Saneantes
Expediente nº: 4917727/22-3
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Interdição cautelar
Motivação: Considerando o resultado insatisfatório no ensaio de DETERMINAÇÃO DA ATIVIDADE PROTEOLÍTICA comprovado no Laudo de Análise Fiscal Inicial 1971.1P.0/2022, emitido pelo Instituto Adolfo Lutz - Laboratório Central do Estado de São Paulo, e tendo em vista o previsto nos arts 6º, 7º e inciso I do art. 67 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976.
4. Empresa: CLORO ARACRUZ LTDA. - CNPJ: 01.298.012/0001-07
Produto - (Lote): CLORO ARACRUZ(01999/5L);
Tipo de Produto: Saneantes
Expediente nº: 4931283/22-9
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Interdição cautelar
Motivação: Considerando o resultado insatisfatório no ensaio de Teor de Cloro ativo e pH comprovado no Laudo de Análise Fiscal Inicial 2874.1P.1/2022 , emitido pelo LACEN BA e tendo em vista o previsto nos arts 6º, 7º e inciso I do art. 67 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.840, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral substituto de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e o art. 6º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

1. Empresa: Desconhecida - CNPJ: DESCONHECIDO
Produto - Apresentação (Lote): BARBA BRUTA(TODOS); MINOXIDIL 10%(TODOS); MINXID 15% (TODOS); KIRKLAND MINOXIDIL 5%(TODOS); FOLIGAIN MINOXIDIL 5%(TODOS)
Tipo de Produto: Medicamento
Expediente nº: 4931473/22-4
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Apreensão
Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda
Motivação: Comprovação da propaganda e anúncio de venda dos produtos sem registro, notificação ou cadastro na Anvisa, fabricados por empresa desconhecida, em desacordo com os artigos 2º, 12 e 59 da Lei 6.360/1976. As ações de fiscalização determinadas se aplicam a todos os medicamentos da marca Barba Bruta, bem como a quaisquer pessoas físicas/jurídicas ou veículos de comunicação que comercializem ou divulguem os produtos. Esta medida preventiva está fundamentada no artigo 6º da Lei 6.360/1976 e inciso XV do artigo 7º da Lei 9.782/1999.

.....

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.841, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral substituto de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e o art. 6º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999; resolve:

Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

ANEXO

1. Empresa: GLOBALMED MEDICAMENTOS EIRELI - CNPJ: 35.566.880/0001-42
Produto - Apresentação (Lote): INMUNOGLOBULINA G ENDOVENOSA (IVL2036/50);
Tipo de Produto: Medicamento
Expediente nº: 4946168/22-1
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Proibição - Armazenamento, Comercialização, Distribuição
Motivação: A empresa GLOBALMED MEDICAMENTOS EIRELI (CNPJ 35.566.880/0001-42), localizada na Avenida Jóquei Clube, 291 - Jóquei Clube, Marília-SP, realizou venda de produto comprovadamente falsificado - Imunoglobulina G Humana, lote IVL2036/50, conforme definição dada pelo Art. 62 da Lei nº 6.360/1976e não possui licença sanitária em desacordo com art. 2º da Lei 6.360/1976. Esta medida preventiva está fundamentada no artigo 6º da Lei 6.360/1976 e inciso XV do artigo 7º da Lei 9.782/1999.

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.842, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

O Gerente-Geral substituto de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e o art. 6º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Tornar insubsistente a Medida Preventiva publicada pela RESOLUÇÃO-RE Nº Nº 3.544, DE 27 DE OUTUBRO DE 2022, no DOU N° 206, DE 31/10/2022, SEÇÃO 1, PÁG. 187.

Art 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO LUCIO PONCIANO GOMES

Ministério do Trabalho e Previdência

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA MTP Nº 3.802, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022

Regulamenta as disposições da Convenção sobre Trabalho Marítimo - CTM, 2006, da Organização Internacional do Trabalho - OIT, promulgada pelo Decreto nº 10.671, de 9 de abril de 2021, relativamente à autorização de organizações reconhecidas, certificação de navios brasileiros, operação de serviços de recrutamento e colocação de gente do mar e sistema de tramitação de queixas a bordo. (Processo nº 19966.100610/2021-65).

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal e o inciso V do art. 1º do Anexo I do Decreto nº 11.068, de 10 de maio de 2021, resolve:

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre os requisitos necessários à regulamentação das seguintes disposições da Convenção sobre Trabalho Marítimo - CTM, 2006, da Organização Internacional do Trabalho - OIT, promulgada pelo Decreto nº 10.671, de 9 de abril de 2021:

I - reconhecimento de organizações para atuar nos procedimentos de certificação de navios de bandeira brasileira;

II - funcionamento dos serviços de recrutamento e colocação de gente do mar estabelecidos em território brasileiro; e

III - funcionamento de sistema de tramitação de queixas a bordo, para fins de cumprimento das disposições da CTM, 2006.

Art. 2º Para efeitos de aplicação da CTM, 2006, considera-se:

I - autoridade competente - o Subsecretário de Inspeção do Trabalho da Secretaria de Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência, para emitir e fiscalizar o cumprimento de regulamentos, ordens ou outras instruções de atendimento obrigatório, a respeito dos assuntos relacionados ao trabalho marítimo, incluindo o Controle pelo Estado da Bandeira e o Controle pelo Estado do Porto, no âmbito da CTM, 2006;

II - navio - qualquer embarcação pertencente a entidade pública ou privada, habitualmente destinada a atividades comerciais, excluindo-se embarcações afetas à pesca ou atividade semelhante, embarcações que naveguem ou permaneçam exclusivamente em águas interiores ou em águas abrigadas, em suas imediações ou em zonas abrangidas por regulamentação portuária, embarcações de construção tradicional, embarcações de guerra ou unidades auxiliares da marinha de guerra, e ainda unidades fixas de perfuração ao largo e unidades de produção, armazenamento e descarga - FPSO que arvoram a bandeira brasileira;

III - serviço de recrutamento e colocação de gente do mar - qualquer pessoa física ou jurídica que se dedica ao recrutamento e colocação de gente do mar junto a e armadores ou a seus representantes; e

IV - gente do mar - qualquer pessoa que trabalhe de forma contínua a bordo de um navio ao qual se aplicam as disposições da CTM, 2006, excluindo-se profissionais que trabalhem de forma eventual a bordo, tais como técnicos de manutenção e reparo, cientistas, pesquisadores, geólogos, auditores, superintendentes, armadores, práticos, trabalhadores portuários e demais profissionais não tripulantes.

Parágrafo único. Eventuais dúvidas quanto à definição de qualquer outra categoria de trabalhadores como gente do mar ou de qualquer outra embarcação como navio, serão esclarecidas pelo Subsecretário de Inspeção do Trabalho da Secretaria de Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência, ouvidas as representações de armadores e trabalhadores.

CAPÍTULO I

DO RECONHECIMENTO DE ORGANIZAÇÕES PARA FINS DE CERTIFICAÇÃO

Art. 3º A certificação de navios de bandeira brasileira e de serviços de recrutamento e colocação de gente do mar se dará por organizações reconhecidas pelo Ministério do Trabalho e Previdência, por meio da Subsecretaria de Inspeção do Trabalho da Secretaria de Trabalho, exclusivamente no âmbito das atividades necessárias à emissão dos documentos relacionados no art. 5º.

Art. 4º O reconhecimento de que trata este Capítulo será concedido mediante a formalização de instrumento específico com a organização interessada, denominado Acordo de Reconhecimento, conforme modelo do Anexo I.

§ 1º A partir da assinatura do Acordo de Reconhecimento a organização passará a ser designada Organização Reconhecida - OR.

§ 2º O modelo de Acordo de Reconhecimento previsto no caput segue as diretrizes do Código para as Organizações Reconhecidas - Código OR, publicado por meio das Resoluções MEPC.237(65), de 17 de maio de 2013, e MSC.349(92), de 21 de junho de 2013, ambas da Organização Marítima Internacional.

Art. 5º O Acordo de Reconhecimento permitirá à Organização Reconhecida a emissão dos seguintes documentos, em português e inglês, conforme dispõem os parágrafos 11 e 12 da Norma A5.1.3 da CTM, 2006:

I - Certificado de Trabalho Marítimo;

II - Endosso do Certificado da inspeção intermediária obrigatória e, se necessário, de outras inspeções adicionais;

III - Endossos adicionais;

IV - Prorrogação do Certificado de Trabalho Marítimo, após a realização da inspeção de renovação;

V - Certificado Provisório de Trabalho Marítimo; e

VI - Certificação de Serviço de Recrutamento e Colocação de Gente do Mar.

§ 1º A Organização Reconhecida poderá emitir relatórios ou quaisquer outros documentos referentes às certificações realizadas ou em andamento.

§ 2º Os modelos dos documentos referidos nos incisos I a V do caput constam dos Anexos IV a VIII.

Art. 6º O Acordo de Reconhecimento não afasta a prerrogativa do Ministério do Trabalho e Previdência, por meio da Subsecretaria de Inspeção do Trabalho da Secretaria de Trabalho e das unidades descentralizadas da Inspeção do Trabalho, em executar as atividades nele autorizadas, bem como quaisquer outras relacionadas ao cumprimento de suas atribuições como órgão fiscalizador das relações de trabalho.

Art. 7º As organizações interessadas em solicitar autorização para atuar como Organização Reconhecida, nos termos desta Portaria, deverão apresentar os seguintes documentos:

I - atos constitutivos e regulamentos internos;

II - declaração com informações sobre sua estrutura, incluindo escritórios e serviços localizados fora de sua sede;

III - listas de verificação de itens, para orientar seu pessoal responsável pela execução de vistorias e inspeções relacionadas com a autorização solicitada; e

IV - carimbos ou selos empregados na aprovação ou autenticação de documentos, especificando sua finalidade e significado, quando aplicável.

Art. 8º A solicitação para celebração de Acordo de Reconhecimento, pela organização interessada, e a documentação prevista no art. 7º deverão ser encaminhadas à Subsecretaria de Inspeção do Trabalho da Secretaria de Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência, por meio de protocolo no Sistema Eletrônico de Informações - SEI.

Parágrafo único. O prazo para análise será de até trinta dias, contados a partir do recebimento da solicitação pelo setor competente, podendo ser prorrogado em caso de necessidade de apresentação de documentos complementares.

Art. 9º Durante a execução do Acordo de Reconhecimento, a organização interessada deverá atender os seguintes requisitos:

I - competência técnica - a organização deverá executar os serviços por meio de vistoriadores e inspetores que sejam devidamente qualificados, capacitados, autorizados e em número suficiente, a fim de executar todas as obrigações e atividades a eles incumbidas, dentro do seu nível de responsabilidade, conforme os seguintes parâmetros:

a) possuir conhecimentos técnicos necessários sobre os aspectos relevantes da CTM, 2006, incluídos os requisitos mínimos para o trabalho a bordo, as condições de trabalho, o alojamento, as instalações de lazer, a alimentação e o serviço de mesa, a prevenção de acidentes, a proteção da saúde, a assistência médica, o bem-estar e a proteção da seguridade social;

b) possuir conhecimentos sobre as demais disposições da CTM, 2006, assim como da legislação nacional correspondente e dos instrumentos coletivos de trabalho aplicáveis;

c) possuir infraestrutura dotada de recursos humanos e materiais que lhe possibilite executar de forma segura e apropriada as atividades previstas no art. 3º, de acordo com os padrões estabelecidos no Código para as Organizações Reconhecidas e na CTM, 2006;

d) possuir estrutura administrativa provida de quadro de pessoal, gerencial e de apoio capaz de organizar, dirigir e supervisionar a execução dos serviços previstos no art. 3º, bem como de atender, de modo tempestivo, qualquer pedido de vistoria ou inspeção em qualquer ponto do território nacional; e

e) possuir sistema documentado para a formação e treinamento dos vistoriadores e inspetores que executarão os serviços relacionados à autorização e que possibilite a atualização contínua de seus conhecimentos específicos.

II - independência - a Organização Reconhecida e seus vistoriadores e inspetores não deverão participar de quaisquer atividades que possam conflitar com a sua independência de julgamento e integridade em relação aos procedimentos de certificação, conforme os seguintes aspectos:

a) a Organização Reconhecida não deverá ser substancialmente dependente de uma única empresa como cliente para a obtenção de sua renda;

b) a Organização Reconhecida não poderá certificar navios e serviços de recrutamento e colocação de gente do mar dos quais seja a proprietária, projetista, fabricante, fornecedora de bens materiais, ou a representante autorizada de quaisquer dessas partes, da entidade submetida à certificação.

III - imparcialidade - a Organização Reconhecida deverá adotar procedimentos que sejam aplicados de modo uniforme a todos os seus clientes, impedindo seus vistoriadores e inspetores de sofrerem quaisquer pressões que possam influenciar sua avaliação ao realizar os procedimentos de certificação;

IV - integridade - a Organização Reconhecida deverá ter sua atuação pautada em princípios de comportamento ético, que deverão estar contidos em um Código de Ética, o qual deverá explicitar a responsabilidade inerente à delegação de autoridade recebida, a fim de garantir um adequado desempenho na execução dos serviços; e

V - responsabilidade - a Organização Reconhecida deverá apresentar documento onde estejam claramente definidas as atribuições e responsabilidades de cada setor e cargo.

Art. 10. O Acordo de Reconhecimento terá a validade de até cinco anos e poderá ser renovado ao final desse período, mediante requerimento do interessado.

Art. 11. Caso uma das partes não tenha interesse na renovação do Acordo de Reconhecimento, assim como na hipótese de rescisão antecipada da autorização, a parte deverá comunicar a outra parte e às empresas certificadas com antecedência de, pelo menos, seis meses.

Parágrafo único. Na hipótese do caput, os certificados emitidos permanecerão válidos por um período de trinta dias, após a data de vencimento ou da rescisão do Acordo de Reconhecimento.

Art. 12. O Ministério do Trabalho e Previdência, por meio da Subsecretaria de Inspeção do Trabalho da Secretaria de Trabalho, poderá rescindir o Acordo de Reconhecimento diante da constatação de uma das seguintes situações praticadas pela Organização Reconhecida:

I - descumprimento de qualquer dos requisitos previstos no art. 9º; ou

II - inadimplemento de qualquer das obrigações decorrentes do Acordo de Reconhecimento.

§ 1º No caso do inciso II do caput, previamente ao processo de rescisão, a Subsecretaria de Inspeção do Trabalho da Secretaria de Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência deverá notificar a Organização Reconhecida, informando as irregularidades constatadas e solicitando as correções necessárias no prazo fixado.

§ 2º A rescisão do Acordo de Reconhecimento será precedida de processo administrativo instaurado pela Subsecretaria de Inspeção do Trabalho da Secretaria de Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência, garantido o contraditório e a ampla defesa, e será divulgada no portal gov.br.

§ 3º A rescisão do Acordo de Reconhecimento implicará na perda, no prazo de cento e vinte dias, da validade dos certificados emitidos.

Art. 13. Os certificados em vigência regularmente emitidos pela Organização Reconhecida perderão automaticamente sua validade nas seguintes circunstâncias:

I - quando as inspeções de renovação não forem concluídas nos prazos especificados no parágrafo 2 da Norma A5.1.3 da CTM, 2006;

II - quando não forem endossados em conformidade com o disposto no parágrafo 2 da Norma A5.1.3 da CTM, 2006;

III - quando o navio trocar de bandeira;

IV - quando o armador deixar de assumir a responsabilidade pela operação do navio; e

V - quando mudanças substanciais forem feitas na estrutura ou nos equipamentos a que se refere o Título 3 da CTM, 2006.

CAPÍTULO II

DOS PROCEDIMENTOS PARA A CERTIFICAÇÃO INICIAL DE NAVIOS DE BANDEIRA BRASILEIRA

Art. 14. O processo de certificação de navios de bandeira brasileira será iniciado com a solicitação, endereçada à Subsecretaria de Inspeção do Trabalho da Secretaria de Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência, de emissão da Declaração de Conformidade do Trabalho Marítimo - Parte I, com versões em português e inglês, nos termos do parágrafo 12 da Norma A5.1.3 da CTM, 2006, e cujo modelo do Anexo II.

§ 1º A solicitação a que se refere o caput deverá ser feita por meio de protocolo no SEI, devendo conter o endereço eletrônico do interessado.

§ 2º Na solicitação, deverá ser informado o nome do navio para o qual se deseja a certificação, seu número de registro na Organização Marítima Internacional - número IMO e sua arqueação bruta.

Art. 15. A Subsecretaria de Inspeção do Trabalho da Secretaria de Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência terá um prazo de dez dias úteis, contados do recebimento do processo pela Divisão de Inspeção do Trabalho Portuário e Aquaviário, para emitir a declaração de que trata o caput do art. 14 e encaminhá-la para o endereço eletrônico informado na solicitação.

Parágrafo único. O prazo previsto no caput poderá ser prorrogado caso seja necessário o envio de documentação complementar por parte do administrado.

Art. 16. De posse desta declaração, o armador deverá elaborar a correspondente Parte II da Declaração de Conformidade do Trabalho Marítimo em português e inglês, na forma do modelo do Anexo III, onde deverá identificar as medidas tomadas para assegurar a conformidade permanente do navio em relação aos requisitos estipulados na Parte I, além de outras que venha adotar com vistas à efetiva implementação da CTM, 2006.

Art. 17. Elaborada a Parte II da Declaração de Conformidade do Trabalho Marítimo, o armador deverá solicitar a uma organização reconhecida pelo Ministério do Trabalho e Previdência, por meio da Subsecretaria de Inspeção do Trabalho da Secretaria de Trabalho, a inspeção inicial necessária à sua respectiva certificação e à emissão do correspondente Certificado de Trabalho Marítimo.

CAPÍTULO III

DOS REQUISITOS PARA A OPERAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECRUTAMENTO E COLOCAÇÃO

Art. 18. Qualquer serviço de recrutamento e colocação de gente do mar somente poderá operar no território nacional após estar devidamente certificado por organização que tenha firmado Acordo de Reconhecimento com o Ministério do Trabalho e Previdência, por meio da Subsecretaria de Inspeção do Trabalho da Secretaria de Trabalho, nos termos desta Portaria.

Art. 19. Os serviços de recrutamento e colocação deverão cumprir os requisitos da Norma A1.4 da CTM, 2006, da legislação nacional e das convenções e acordos coletivos de trabalho relativos ao recrutamento e colocação de trabalhadores, garantindo que a gente do mar não se submeta, de forma alguma, a:

I - qualquer prática discriminatória que venha impedir ou obstar seu recrutamento, colocação ou contratação, ou mesmo prejudicar sua relação de trabalho; e

II - exigência de qualquer pagamento, direto ou indireto, de taxas ou outros encargos relativos ao seu recrutamento e colocação, ou à sua contratação.

Parágrafo único. As despesas com emissão de vistos de viagem caberão ao tomador de serviços responsável pela contratação da gente do mar.

Art. 20. Os serviços de recrutamento e colocação de gente do mar em operação no território nacional deverão:

I - manter registro completo e atualizado das informações profissionais relativas à gente do mar abrangida pelo seu sistema de recrutamento e colocação, observada a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018;

II - manter registro atualizado dos navios para os quais forneça ou tenha fornecido, nos últimos cinco anos, mão de obra da gente do mar;

III - certificar-se de que a gente do mar seja informada de seus direitos e deveres previstos no acordo ou convenção coletiva e contrato de trabalho, antes ou no decorrer do processo de contratação;

IV - permitir que a gente do mar examine seus contratos de trabalho antes da assinatura e receba uma cópia do respectivo contrato;

V - certificar-se que os contratos de trabalho estejam em conformidade com a legislação e com os acordos e convenções coletivas de trabalho aplicáveis;

VI - examinar e responder a eventuais queixas sobre suas atividades e informar à Subsecretaria de Inspeção do Trabalho da Secretaria de Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência sobre toda queixa não resolvida, por meio do SEI; e

VII - estabelecer um sistema de proteção, por meio de seguro ou outra medida equivalente apropriada, a fim de compensar a gente do mar por perdas financeiras que porventura incorrerem devido ao não cumprimento da CTM, 2006, do contrato de trabalho, ou do acordo ou convenção coletiva de trabalho por parte do tomador de serviços responsável por sua contratação.

Parágrafo único. Os registros mencionados nos incisos I e II do caput deverão permanecer à disposição da Inspeção do Trabalho.

Art. 21. Os serviços de recrutamento e colocação de gente do mar deverão desenvolver e manter práticas operacionais formalizadas, que atendam as seguintes condições:

I - possibilidade de a gente do mar ser contatada a qualquer momento, para situações extraordinárias;

II- meios gratuitos e efetivos de fornecimento de informação para familiares de gente do mar embarcada;

III- procedimentos para evitar quaisquer formas de exploração de gente do mar, relacionadas com a antecipação de salários ou outras transações financeiras; e

IV - garantias de que a gente do mar seja informada de modo detalhado sobre todas as atividades para o qual está sendo contratada e das normas internas do tomador de serviços responsável por sua contratação.

CAPÍTULO IV

DO SISTEMA DE TRAMITAÇÃO DE QUEIXAS A BORDO

Art. 22. Todo navio que arvora a bandeira brasileira deverá adotar procedimentos a bordo para uma tramitação justa, eficaz e ágil de queixas da gente do mar relativas ao não cumprimento das disposições contidas na CTM, 2006.

Art. 23. O armador deverá fornecer à gente do mar, juntamente com a cópia do contrato de trabalho, uma cópia do procedimento adotado para tramitação de queixas a bordo.

Art. 24. Todo navio deverá manter a bordo um registro das queixas recebidas, bem como das medidas tomadas em relação a cada uma.

§ 1º O registro de que trata o caput poderá ser mantido em meio físico ou eletrônico.

§ 2º Deverá ser fornecida ao reclamante uma cópia da queixa registrada.

Art. 25. O procedimento de queixas a bordo deverá observar, no mínimo, o seguinte:

I - estabelecer um prazo máximo para o tratamento das queixas;

II - as queixas devem ser dirigidas, preferencialmente, ao chefe da seção a que pertencer a gente do mar;

III - a designação de uma pessoa a bordo do navio que poderá orientar a gente do mar em suas queixas, em caráter confidencial e de forma imparcial;

IV - caso a queixa não seja tratada no prazo estabelecido, o reclamante poderá encaminhá-la diretamente ao comandante do navio;

V - o reclamante terá o direito, em todas as etapas do procedimento, de ser acompanhado ou representado por outro marítimo de sua escolha;

VI - caso a queixa não seja resolvida a bordo no prazo de que trata o inciso I, o armador em terra deverá ser comunicado, com o propósito de encontrar uma solução;

VII - todas as etapas referentes ao trâmite de uma queixa deverão constar no registro de queixas; e

VIII - a divulgação dos canais oficiais de contato com o Ministério do Trabalho e Previdência.

§ 1º Fica ressalvada a possibilidade de a gente do mar efetuar queixas diretamente ao comandante, ao armador, à sua entidade representativa, à Subsecretaria de Inspeção do Trabalho da Secretaria de Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência, às unidades descentralizadas da Inspeção do Trabalho ou às autoridades do Estado do porto.

§ 2º Os procedimentos para tramitação de queixas a bordo poderão ser estabelecidos por convenções ou acordos coletivos de Trabalho.

Art. 26. É vedada qualquer prática discriminatória ou de assédio da gente do mar em função da apresentação de queixas.

Parágrafo único. O procedimento de que trata o art. 25deverá incluir salvaguardas contra a possibilidade de que a gente do mar sofra qualquer prática discriminatória que venha a limitar ou prejudicar sua relação de trabalho, em decorrência de ter efetuado alguma queixa.

Art. 27. O registro de queixas a bordo deverá ser mantido à disposição da Inspeção do Trabalho.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 28. A Subsecretaria de Inspeção do Trabalho da Secretaria de Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência divulgará em seu sítio eletrônico a relação atualizada das organizações reconhecidas, bem como dos serviços de recrutamento e colocação de gente do mar certificados.

Art. 29. Compete à Subsecretaria de Inspeção do Trabalho da Secretaria de Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência dirimir as dúvidas e eventuais controvérsias em relação à aplicação do disposto nesta Portaria.

Art. 30. Ficam prorrogados por cento e oitenta dias, a partir da publicação desta Portaria, os prazos previstos no art. 2º da Portaria MTP nº 994, de 23 de dezembro de 2021.

Art. 31. Revoga-se a Portaria MTP nº 994, de 23 de dezembro de 2021, em 1º de julho de 2023.

Art. 32. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS OLIVEIRA

ANEXO I

ACORDO DE RECONHECIMENTO FIRMADO ENTRE O MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

E

(ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA - OR)

O presente Acordo é celebrado em consonância com o estabelecido na Portaria XXX do Ministério do Trabalho e Previdência que regulamenta disposições da Convenção sobre Trabalho Marítimo - CTM, 2006, entre a UNIÃO, neste Ato representada pelo Subsecretário de Inspeção do Trabalho da Secretaria de Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência, e (ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA, CNPJ, endereço), neste ato representada pelo(a) Sr.(a) (Nome e Qualificação integral do(a) representante legal da OR), doravante denominada ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA - OR, com o objetivo de autorizar esta OR a atuar nos limites deste Acordo.

1. PROPÓSITO

1.1 O propósito deste Acordo é autorizar a empresa (ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA) a atuar na certificação de navios de bandeira brasileira e de serviços de recrutamento e colocação de gente do mar estabelecidas em território brasileiro, conforme dispõe a Convenção sobre Trabalho Marítimo - CTM, 2006, da Organização Internacional do Trabalho - OIT, promulgada pelo Decreto n° 10.671, de 9 de abril de 2021.

1.2 O reconhecimento compreende a prestação de serviços, doravante denominados SERVIÇOS, relativos à realização de análise documental e inspeções a bordo, bem como a respectiva emissão de certificados, seu endosso ou prorrogação, e de relatórios ou qualquer outro documento, atestando que as condições de trabalho e de vida da gente do mar no navio foram inspecionadas e satisfazem as exigências da CTM, 2006, da legislação nacional e dos instrumentos coletivos de trabalho aplicáveis. As condições em que os SERVIÇOS deverão ser prestados estão estabelecidas a seguir.

2. CONDIÇÕES GERAIS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS AUTORIZADOS

2.1 Os SERVIÇOS deverão ser efetuados conforme o estabelecido na CTM, 2006, em cotejo com as disposições legais e regulamentares previstas no ordenamento jurídico brasileiro, e com os instrumentos coletivos de trabalho vigentes.

2.2 Os SERVIÇOS deverão ser conduzidos por representantes da OR.

2.3 Os SERVIÇOS previstos neste Acordo deverão ser realizados de forma tempestiva e satisfatória.

2.4. A OR está autorizada, nos termos do presente Acordo, a:

a) analisar documentos, inspecionar quaisquer instalações a bordo e entrevistar trabalhadores, quando necessários para comprovar o cumprimento dos requisitos estabelecidos na CTM, 2006;

b) analisar quaisquer documentos dos serviços de recrutamento e colocação da gente do mar, quando necessários para comprovar o cumprimento dos requisitos estabelecidos na CTM, 2006;

c) emitir, endossar ou prorrogar os certificados a que se refere o art. 5º da Portaria XXX do MTP que regulamenta disposições da CTM 2006, atestando que as condições de vida e trabalho a bordo da gente do mar, bem como as condições relativas ao seu recrutamento e colocação, quando realizados por serviços em operação no Brasil, satisfazem os princípios e direitos previstos na CTM, 2006;

d) exigir a realização de avaliações, testes ou ações corretivas quando verificar deficiências nas condições de vida e trabalho a bordo da gente do mar, a fim de comprovar o cumprimento dos requisitos estabelecidos na CTM, 2006;

e) exigir a realização de ações corretivas quando verificar deficiências nas ações e métodos operacionais dos serviços de recrutamento e colocação da gente do mar, a fim de comprovar o cumprimento dos requisitos estabelecidos na CTM, 2006, na legislação nacional correspondente e nos instrumentos coletivos de trabalho aplicáveis; e

f) cancelar a validade de um certificado, se comprovadamente a entidade certificada deixou de cumprir e de tomar qualquer medida corretiva em relação aos requisitos estabelecidos na CTM, 2006, na legislação nacional correspondente e nos instrumentos coletivos de trabalho aplicáveis.

3. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS AUTORIZADOS

3.1 A OR deverá, durante a vigência deste Acordo:

a) manter atualizada junto à Subsecretaria de Inspeção do Trabalho da Secretaria de Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência - SIT toda a documentação relativa a seus atos constitutivos, regulamentos internos, estrutura, incluindo escritórios e agências localizadas fora de sua sede, e relação de seu pessoal administrativo e técnico, com as respectivas funções;

b) emitir os certificados, endossos, relatórios de inspeções e demais documentos relacionados à CTM, 2006 em português e em inglês, sendo que os certificados e endossos deverão ser emitidos em território brasileiro e ser assinados por brasileiros, habilitados e residentes no Brasil;

c) manter os registros dos SERVIÇOS por ela prestados, no âmbito deste Acordo, em arquivos disponibilizados à SIT;

d) manter atualizados os conhecimentos teóricos e práticos de seus inspetores, no que se refere às disposições da CTM, 2006, à legislação nacional correspondente e aos instrumentos coletivos de trabalho aplicáveis.

e) disponibilizar o acesso à Inspeção do Trabalho a seus sistemas corporativos de controle de inspeções e emissão de certificados;

f) disponibilizar à SIT, até o dia 10 (dez) de cada mês, relação com os certificados, relatórios e demais documentos emitidos no mês anterior, por navio ou serviço de recrutamento e colocação de gente do mar;

g) comunicar à SIT, em até 24 (vinte e quatro) horas, o cancelamento de qualquer certificado, endosso ou outro documento emitido em decorrência deste Acordo, informando os motivos para tal procedimento;

h) informar o cancelamento da validade de qualquer certificado, quando o navio se encontrar no exterior, à Autoridade de Controle pelo Estado do Porto - Port State Control; e

i) fornecer à SIT, sempre que solicitadas, as informações necessárias à efetiva implementação e controle da aplicação da CTM, 2006 no Brasil.

4. SUPERVISÃO DA AUTORIZAÇÃO

4.1 A SIT poderá efetuar auditorias na OR com o objetivo de verificar sua conformidade com os procedimentos e requisitos necessários à execução dos SERVIÇOS previstos neste Acordo.

5. REMUNERAÇÃO

5.1 A remuneração dos SERVIÇOS realizados pela OR caberá à organização que tiver solicitado seus serviços, mediante previsão em contrato firmado entre a OR e a organização contratante.

6. DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1 Este Acordo poderá ser rescindido por interesse de qualquer uma das partes, 6 (seis) meses após notificação por escrito da parte interessada na rescisão.

6.2 O MTP, por meio da SIT poderá rescindir este Acordo caso ele seja inadimplido pela OR, mediante instauração do devido processo administrativo.

6.3 Qualquer termo aditivo a este Acordo ou aos seus anexos somente será tornado efetivo após a concordância por escrito de ambas as partes.

7. VIGÊNCIA E VALIDADE

7.1 Este Acordo entra em vigor em ___ /___ /_____, e possui validade até ___ /___ /_____.

8. FORO DE DISCUSSÃO

8.1 Este Acordo é regido pela legislação brasileira. Eventuais conflitos existentes, oriundos de divergências em sua execução, deverão ser dirimidos na Justiça Federal da Comarca do domicílio da OR.

Em fé do acordado, os abaixo assinados devidamente autorizados pelas partes, assinam o presente

Acordo em ___/___/_____

_____

ORGANIZAÇÃO RECONHECIDA SIT

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE DO TRABALHO MARÍTIMO - PARTE I

(A PRESENTE DECLARAÇÃO DEVERÁ ESTAR ANEXA AO CERTIFICADO DE TRABALHO MARÍTIMO DO NAVIO)

Expedida sob a autoridade de: MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

A respeito das disposições da Convenção sobre Trabalho Marítimo - CTM, 2006, o navio abaixo indicado se mantém em conformidade com a Norma A5.1.3 da Convenção:

Nome do navio	Número IMO	Arqueação bruta

O abaixo assinado declara, em nome da autoridade competente antes mencionada, que:

a) as disposições da Convenção sobre o Trabalho Marítimo estão integralmente incorporadas nos requisitos nacionais listados abaixo;

b) estes requisitos estão contidos na legislação nacional a que se faz referência abaixo; explicações sobre o conteúdo desses requisitos serão fornecidas, quando necessário, observando-se que a legislação brasileira reconhece a prevalência dos acordos e convenções coletivas de trabalho sobre a legislação, ressalvadas as disposições contidas no art. 611-B da Consolidação das Leis Trabalhistas;

c) os detalhes de toda disposição de equivalência substancial adotada em virtude dos parágrafos 3º e 4º do artigo VI são indicados depois dos dispositivos nacionais correspondentes listados a seguir;

d) toda isenção concedida pelo Ministério do Trabalho e Previdência conforme o Título 3 da Convenção será indicada em seção própria; e

e) também se faz referência a todo requisito previsto na legislação nacional para uma categoria específica de navios.

1. Idade mínima (Regra 1.1):

Finalidade: Assegurar que nenhuma pessoa abaixo de determinada idade mínima trabalhe em navios.

- A idade mínima para o trabalho a bordo de navios brasileiros é de 18 (dezoito) anos, devendo ser observadas as disposições constantes da Seção II das Normas da Autoridade Marítima para Aquaviários - NORMAM-13/DPC.

2. Atestados médicos (Regra 1.2):

Finalidade: Assegurar que toda a gente do mar esteja apta do ponto de vista médico para executar suas tarefas a bordo de navio.

- Consolidação das Leis do Trabalho - Artigo 168 - Exame médico.

- Norma Regulamentadora nº 30 - NR 30

- É obrigatória a realização dos exames médicos admissional, periódico, de retorno ao trabalho, de mudança de função e demissional, em conformidade com os padrões mínimos estabelecidos na Norma Regulamentadora nº 30.

3. Qualificações da gente do mar (Regra 1.3):

Finalidade: Assegurar que a gente do mar esteja capacitada e qualificada para desempenhar suas tarefas a bordo de navio.

- Normas da Autoridade Marítima para o Ensino Profissional Marítimo de Aquaviários - NORMAM-30/DPC.

4. Acordos de emprego da gente do mar (Regra 2.1):

Finalidade: Assegurar que a gente do mar tenha um acordo justo de emprego.

- Convenções e Acordos Coletivos de Trabalho, com versões em português e inglês.

- Todo contrato de trabalho deverá ser celebrado na forma escrita, observando-se as disposições do parágrafo 4º da Norma A.2.1, em português e possuir modelo em inglês.

- Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 - Art. 7º, parágrafo único.

- Lei nº 12.506, de 11 de outubro de 2011 - Aviso Prévio.

5. Utilização de serviço privado de contratação e colocação autorizado, certificado ou regulamentado (Regra 1.4):

Finalidade: Assegurar que a gente do mar tenha acesso a um sistema eficiente e bem regulamentado de contratação e colocação de gente do mar.

- Convenções e Acordos Coletivos de Trabalho.

- Capítulo III da Portaria XXX do Ministério do Trabalho e Previdência, que regulamenta disposições da CTM, 2006.

- Caso o armador venha a utilizar serviços de recrutamento e colocação de gente do mar, somente poderá fazê-lo com aqueles que estejam certificados por organização que tenha firmado Acordo de Reconhecimento com o Ministério do Trabalho e Previdência.

6. Horas de trabalho e de descanso (Regra 2.3):

Finalidade: Assegurar que a gente do mar tenha horas de trabalho e de descanso regulamentadas.

- Convenções e Acordos Coletivos de Trabalho.

- Disposições dos Parágrafos 10, 11 e 12 da Norma A2.3.

- Consolidação das Leis do Trabalho - Artigos 66 - Período mínimo de descanso entre duas jornadas de trabalho.

- Consolidação das Leis do Trabalho - Artigo 67 - Descanso semanal de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas.

- Consolidação das Leis do Trabalho - Artigo 71 - Intervalo mínimo na jornada de trabalho para repouso ou alimentação .

- Consolidação das Leis do Trabalho - Artigos 248 a 250 - Jornada de trabalho de tripulante.

7. Níveis de tripulação do navio (Regra 2.7):

Finalidade: Assegurar que a gente do mar trabalhe a bordo de navios com pessoal suficiente para a operação do navio em condições de segurança, eficiência e proteção.

- Tripulação mínima - Normas da Autoridade Marítima para Embarcações Empregadas na Navegação em Mar Aberto - NORMAM-01/DPC, Capítulo 1.

- Tripulação adicional (quando existente) - Convenções e Acordos Coletivos de Trabalho.

8. Alojamento (Regra 3.1):

Finalidade: Assegurar que a gente do mar tenha alojamento decente a bordo.

- Norma Regulamentadora nº 30 - NR 30.

- Resolução ANVISA RDC-72, de 29 de dezembro de 2009 - Capítulo IV, Seção III.

- Convenções e Acordos Coletivos de Trabalho.

9. Serviços de lazer a bordo (Regra 3.1):

Finalidade: Assegurar que a gente do mar tenha instalações de lazer a bordo.

- Norma Regulamentadora nº 30 - NR 30

- Convenções e Acordos Coletivos de Trabalho.

10. Alimentação e serviço de mesa (Regra 3.2):

Finalidade: Assegurar que a gente do mar disponha de alimentação e água potável fornecidas em condições higiênicas controladas.

- Norma Regulamentadora nº 30 - NR 30.

- Resolução ANVISA RDC-72, de 29 de dezembro de 2009 - Capítulo IV, Seções I e IV.

- Convenções e Acordos Coletivos de Trabalho.

11. Saúde e segurança e prevenção de acidentes (Regra 4.3):

Finalidade: Assegurar que o ambiente de trabalho da gente do mar a bordo de navios promova a segurança e a saúde no trabalho.

- Norma Regulamentadora nº 30 - NR 30.
- Convenções e Acordos Coletivos de Trabalho.

12. Assistência médica a bordo (Regra 4.1):

Finalidade: Proteger a saúde da gente do mar e assegurar-lhe pronto acesso a assistência médica a bordo e em terra.

- Norma Regulamentadora nº 30 - NR 30.
- Normas da Autoridade Marítima para Embarcações Empregadas na Navegação em Mar Aberto - NORMAM-01/DPC, Capítulo 4, Seção V.
- Resolução ANVISA RDC-72, de 29 de dezembro de 2009 - Capítulo IV, Seção II.
- Convenções e Acordos Coletivos de Trabalho.

13. Procedimentos de tramitação de queixas a bordo (Regra 5.1.5):

Finalidade: Assegurar que todo navio que arvora a bandeira brasileira adote procedimentos a bordo para a tramitação justa, eficaz e ágil de queixas da gente do mar.

- Convenções e Acordos Coletivos de Trabalho.
- Capítulo IV da Portaria XXX do Ministério do Trabalho e Previdência, que regulamenta disposições da CTM, 2006.

14. Pagamento dos salários (Regra 2.2):

Finalidade: Assegurar que a gente do mar seja remunerada pelos seus serviços.

- Convenções e Acordos Coletivos de Trabalho.
- Constituição Federal de 1988 - Art. 7º, inciso XVII - Terço adicional na remuneração de férias.
- Consolidação das Leis do Trabalho - Artigo 59 - Limites e remuneração da jornada extraordinária.
- Consolidação das Leis do Trabalho - Artigo 73 - Remuneração do trabalho noturno.
- Consolidação das Leis do Trabalho - Artigos 142 a 145 - Remuneração e abono de férias, e prazo para seu pagamento.
- Consolidação das Leis do Trabalho - Artigos 457 a 464 - Composição, forma e prazo de pagamento de salários.
- Consolidação das Leis do Trabalho - Artigo 477, §§ 6º e 8º - Prazo de quitação de verbas devidas na rescisão do contrato de trabalho e penalização por seu descumprimento.
- Consolidação das Leis do Trabalho - Artigos 479 e 481 - Indenizações devidas em rescisão antecipada de contratos a termo.
- Consolidação das Leis do Trabalho - Artigo 484-A - Verbas rescisórias devidas na extinção do contrato de trabalho por acordo entre empregado e empregador.
- Lei nº 4.749, de 12 de agosto de 1965 - 13º Salário.
- Lei nº 12.506, de 11 de outubro de 2011 - Aviso Prévio.
- Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 - Art. 32, inciso I - Folha de pagamento.
- Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 - Artigos 15, 17-A e 18 - Contribuição do empregador ao FGTS.

15. Garantia financeira para casos de repatriação (Regra 2.5):

Finalidade: Assegurar que a gente do mar possa voltar para seu domicílio.

Convenções e Acordos Coletivos de Trabalho.

- Regra 2.5, parágrafos 1 e 2.
- Norma A2.5.1, parágrafos 1 e 3.
- Norma A2.5.2, parágrafos 2, 5, 6, 7, 9, 10 e 11.

16. Garantia financeira relativa à responsabilidade do armador (Regra 4.2):

Finalidade: Assegurar que a gente do mar seja protegida contra as consequências de doenças, lesão, ou morte relacionadas com seu emprego.

- Convenções e Acordos Coletivos de Trabalho.
- Lei 8.212, de 24 de julho de 1991 - Art. 20, art. 22, incisos I e II, e art. 23, incisos I e II - Contribuições devidas à Seguridade Social.
- Norma A4.2.1, parágrafos 1, 3, 7, 9, 10, 11, 12, 13 e 14.

Nome:
Cargo:
Assinatura:
Local: Data:
(Selo ou carimbo da autoridade expedidora, conforme o caso)

EQUIVALÊNCIAS SUBSTANCIAIS

Não se aplica nenhuma disposição de equivalência substancial.

Nome:
Cargo:
Assinatura:
Local: Data:
(Selo ou carimbo da autoridade expedidora, conforme o caso)

EXCEÇÕES CONFORME O TÍTULO 3

Conforme o previsto no Título 3 da Convenção, são indicadas as seguintes exceções permitidas pelo Ministério do Trabalho e Previdência:

- Para os navios construídos até 07 de maio de 2021, aplicam-se a Convenção 92 - Alojamento da Tripulação a Bordo e a Convenção 133 - Alojamento a Bordo de Navios.

Nome:
Cargo:
Assinatura:
Local: Data:
(Selo ou carimbo da autoridade expedidora, conforme o caso)

DECLARATION OF MARITIME LABOUR COMPLIANCE - PART I

(This Declaration must be attached to the ships Maritime Labour Certificate)

Issued under the authority of REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, represented by MINISTRY OF LABOUR AND SOCIAL SECURITY

With respect to the provisions of the Maritime Labour Convention, 2006, the following referenced ship is maintained in accordance with Standard A5.1.3 of the Convention.

Name of ship	IMO number	Gross tonnage

The undersigned declares, on behalf of the abovementioned competent authority, that:

(a) the provisions of the Maritime Labour Convention are fully embodied in the national requirements referred to below;

(b) these national requirements are contained in the national provisions referenced below; explanations concerning the content of those provisions are provided where necessary;

(c) the details of any substantial equivalencies under Article VI, paragraphs 3 and 4, are provided under the corresponding national requirement listed below;

(d) any exemptions granted by the competent authority in accordance with Convention Title 3 are clearly indicated in the section provided for this purpose below; and

(e) any ship-type specific requirements under national legislation are also referenced under the requirements concerned.

1. Minimum age (Regulation 1.1)

Purpose: To ensure that no under-age persons work on a ship.

- The minimum age to work on board Brazilian flagged ships is 18 (eighteen) years old, and the provisions contained in Section II of the Brazilian Maritime Authority Regulations for Seafarers - NORMAM 13 must be observed.

2. Medical certification (Regulation 1.2)

Purpose: To ensure that all seafarers are medically fit to perform their duties at sea.

- Consolidated Labour Laws - Article 168 - Medical exam.
- Brazilian Regulatory Standard 30 - NR 30
- It is mandatory to carry out admission, periodic, return to work, change of function and dismissal medical exams, in accordance with the minimum standards established in Brazilian Regulatory Standard 30 - NR 30.

3. Qualifications of seafarers (Regulation 1.3)

Purpose: To ensure that seafarers are trained or qualified to carry out their duties on board ship.

- Regulations of the Maritime Authority for the Professional Maritime Teaching of Seafarers - NORMAM 30.

4. Seafarers employment agreements (Regulation 2.1)

Purpose: To ensure that seafarers have a fair employment agreement.

- Collective Bargaining Agreements, with versions in Portuguese and English.
- Every employment contract must be signed in writing, observing the provisions of paragraph 4 of A.2.1, and have versions in Portuguese and English.
- Law 9,537, of December 11, 1997 - Article 7, single paragraph.
- Law 12,506, of October 11, 2011 - Prior Notice.

5. Use of any licensed or certified or regulated private recruitment and placement service (Regulation 1.4)

Purpose: To ensure that seafarers have access to an efficient and well-regulated seafarer recruitment and placement system.

- Collective Bargaining Agreements.
- Chapter III of the Ordinance XXX of the Ministry of Labour and Social Security, which regulates provisions of the MLC, 2006.
- If the shipowner uses services for the recruitment and placement of seafarers, they will only be able to do so with those recognized organization which has signed a Recognition Agreement with the Ministry of Labour and Social Security.

6. Hours of work or rest (Regulation 2.3)

Purpose: To ensure that seafarers have regulated hours of work or hours of rest.

- Collective Bargaining Agreements.
- Provisions of Paragraphs 10, 11 and 12 of Standard A2.3.
- Consolidated Labour Laws - Article 66 - Minimum rest period between two working days.
- Consolidated Labour Laws - Article 67 - Weekly rest period of twenty-four (24) consecutive hours.
- Consolidated Labour Laws - Article 71 - Minimum break in the working day for rest or food.
- Consolidated Labour Laws - Articles 248, 249, and 250 - Seafarer's daily working day.

7. Manning levels for the ship (Regulation 2.7)

Purpose: To ensure that seafarers work on board ships with sufficient personnel for the safe, efficient and secure operation of the ship.

- Minimum crew - Brazilian Maritime Authority Regulations for Vessels Used in Open Sea Navigation - NORMAM 01, Chapter 1.
- Additional crew - Collective Bargaining Agreements.

8. Accommodation (Regulation 3.1)

Purpose: To ensure that seafarers have decent accommodation and recreational facilities on board.

- Brazilian Regulatory Standard 30 - NR 30.
- ANVISA Resolution RDC 72, of December 29, 2009 - Chapter IV, Section III.
- Collective Bargaining Agreements.

9. On-board recreational facilities (Regulation 3.1))

Purpose: To ensure that seafarers have decent accommodation and recreational facilities on board.

- Brazilian Regulatory Standard 30 - NR 30
- Collective Bargaining Agreements.

10. Food and catering (Regulation 3.2)

Purpose: To ensure that seafarers have access to good quality food and drinking water provided under regulated hygienic conditions.

- Brazilian Regulatory Standard 30 - NR 30.
- ANVISA Resolution RDC 72, of December 29, 2009 - Chapter IV, Sections I and IV.
- Collective Bargaining Agreements.

11. Health and safety and accident prevention (Regulation 4.3)

Purpose: To ensure that seafarers work environment on board ships promotes occupational safety and health.

- Brazilian Regulatory Standard 30 - NR 30.
- Collective Bargaining Agreements.

12. On-board medical care (Regulation 4.1)

Purpose: To protect the health of seafarers and ensure their prompt access to medical care on board ship and ashore.

- Brazilian Regulatory Standard 30 - NR 30.
- Regulations of the Maritime Authority for Vessels Used in Open Sea Navigation - NORMAM 01, Chapter 4, Section V.
- ANVISA Resolution RDC 72, of December 29, 2009 - Chapter IV, Section II.
- Collective Bargaining Agreements.

13. On-board complaint procedures (Regulation 5.1.5)

Purpose: To ensure that every Brazilian flagged ship adopts onboard procedures for the fair, efficient and agile processing of complaints from seafarers.

- Collective Bargaining Agreements.
- Chapter IV of the Ordinance XXX of the Ministry of Labour and Social Security, which regulates provisions of the MLC, 2006.

14. Payment of wages (Regulation 2.2)

Purpose: To ensure that seafarers are paid for their services

- Collective Bargaining Agreements.
- Federal Constitution of 1988 - Article 7, item XVII - Additional third in vacation pay.
- Consolidated Labour Laws - Article 59 - Limits and remuneration for overtime work.
- Consolidated Labour Laws - Article 73 - Night work remuneration.
- Consolidated Labour Laws - Articles 142 to 145 - Remuneration and vacation bonus, and the deadline for their payment.
- Consolidated Labour Laws - Articles 457 to 464 - Composition, form and term of payment of wages.
- Consolidated Labour Laws - Article 477, paragraphs 6th and 8th - Deadline for payment of amounts due upon termination of the employment contract and penalty for non-compliance.
- Consolidated Labour Laws - Articles 479 and 481 - Indemnities due on early termination of fixed-term contracts.
- Consolidated Labour Laws - Article 484-A - Severance payments due upon termination of the employment contract by agreement between employee and employer.
- Law 4,749, of August 12, 1965 - 13th Salary.
- Law 12,506, of October 11, 2011 - Prior Notice.
- Law 8,212, of July 24, 1991 - Article 32, Item I - Payroll.
- Law 8,036, of May 11, 1990 - Article 15, Article 17-A and Article 18 - Employer contribution to FGTS.

15. Financial security for repatriation (Regulation 2.5)

Purpose: To ensure that seafarers are able to return home.

- Regulation 2.5, paragraphs 1 and 2.
- Standard A2.5.1, paragraphs 1 and 3.
- Standard A2.5.2, paragraphs 2, 5, 6, 7, 9, 10, and 11.

16. Financial security relating to shipowners liability (Regulation 4.2)

Purpose: To ensure that seafarers are protected from the financial consequences of sickness, injury or death occurring in connection with their employment.

- Law 8,212, of July 24, 1991 - Article 20, Article 22, Items I and II, and Article 23, Items I e II - Contributions due to Social Security.

- Standard A4.2.1, paragraphs 1, 3, 7, 9, 10, 11, 12, 13, and 14.

Name:
Title:
Signature:
Place:
Date:
(Seal or stamp of the authority, as appropriate)

SUBSTANTIAL EQUIVALENCIES

No equivalency has been granted.

Name:
Title:
Signature:
Place:
Date:
(Seal or stamp of the authority, as appropriate)

EXEMPTIONS

The following exemptions granted by the competent authority as provided in Title 3 of the Convention are noted:

For ships built before May 7, 2021, Accommodation of Crews Convention (Revised), 1949 (No. 92), and Accommodation of Crews (Supplementary Provisions) Convention, 1970 (No. 133) apply.

Name:
Title:
Signature:
Place:
Date:
(Seal or stamp of the authority, as appropriate)

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE DO TRABALHO MARÍTIMO - PARTE II

Medidas adotadas para assegurar o cumprimento contínuo entre as inspeções

O armador, cujo nome figura no Certificado de trabalho Marítimo ao qual se anexa a presente Declaração, adotou as seguintes medidas para assegurar o cumprimento contínuo das disposições da Convenção entre as inspeções:

(Indique a continuação das medidas adotadas para assegurar o cumprimento de cada um dos pontos que figuram na parte I)

1. Idade mínima (regra 1.1) ..... ( )
2. Atestados médicos (regra 1.2) ..... ( )
3. Qualificações da gente do mar (Regra 1.3) ..... ( )
4. Acordos de emprego da gente do mar (Regra 2.1)..... ( )
5. Utilização de serviço privado de contratação e colocação autorizado, certificado ou regulamentado (Regra 1.4) ..... ( )
6. Horas de trabalho e horas de descanso (Regra 2.3) ..... ( )
7. Níveis de tripulação do navio (Regra 2.7) ..... ( )
8. Alojamento (Regra 3.1) ..... ( )
9. Serviços de lazer a bordo (Regra 3.1) ..... ( )
10. Alimentação e serviço de mesa (Regra 3.2) ..... ( )
11. Saúde e segurança e prevenção de acidentes (Regra 4.3) ..... ( )
12. Assistência médica a bordo (Regra 4.1) ..... ( )
13. Procedimentos de tramitação de queixas a bordo (Regra 5.1.5) ..... ( )
14. Pagamento dos salários (Regra 2.2) ..... ( )
15. Garantia financeira para casos de repatriação (Regra 2.5) ..... ( )
16. Garantia financeira relativa à responsabilidade do armador (Regra 4.2) ..... ( )

Pela presente certifico que as medidas acima mencionadas foram formuladas para garantir o cumprimento contínuo entre as inspeções, dos requisitos listados na parte I.

Nome do armador [1]: .....
Endereço da empresa: .....
.....
Nome do signatário autorizado: .....
Cargo: .....
Assinatura: .....
Local: ..... Data: .....
(Selo ou carimbo do armador)

As medidas antes mencionadas foram revisadas por (inserir o nome da autoridade competente ou organização devidamente reconhecida) e, depois de haver inspecionado o navio, foi considerado que satisfazem os objetivos estabelecidos na alínea b) do parágrafo 10 da norma A5.1.3, em relação às medidas destinadas a assegurar o cumprimento inicial e contínuo dos requisitos estipulados na parte I da presente Declaração.

Nome: .....
Cargo: .....
Endereço: .....
Assinatura: .....
Local: ..... Data: .....
(Selo ou carimbo da autoridade ou OR, se for o caso)

[1] O termo armador designa o proprietário de um navio ou outra entidade ou pessoa, como pode ser o administrador, o agente ou o afretador a casco nu, que assumiu a responsabilidade da exploração do navio por conta do proprietário e que, ao fazê-lo, aceitou cumprir todos os deveres e responsabilidades que incumbem aos armadores em virtude da presente Convenção, independentemente se outra entidade ou pessoa desempenhe alguns dos deveres ou responsabilidades em nome do armador. Ver artigo II, parágrafo 1, alínea j), da Convenção.

DECLARATION OF MARITIME LABOUR COMPLIANCE - PART II

Measures adopted to ensure ongoing compliance between inspections

The following measures have been drawn up by the shipowner, named in the Maritime Labour Certificate to which this Declaration is attached, to ensure ongoing compliance between inspections:

(State below the measures drawn up to ensure compliance with each of the items in Part I)

1. Minimum age (Regulation 1.1) ..... ( )
2. Medical certification (Regulation 1.2) ..... ( )
3. Qualifications of seafarers (Regulation 1.3) ..... ( )
4. Seafarers employment agreements (Regulation 2.1) ..... ( )
5. Use of any licensed or certified or regulated private recruitment and placement service (Regulation 1.4) ..... ( )
6. Hours of work or rest (Regulation 2.3) ..... ( )
7. Manning levels for the ship (Regulation 2.7) ..... ( )
8. Accommodation (Regulation 3.1) ..... ( )
9. On-board recreational facilities (Regulation 3.1) ..... ( )
10. Food and catering (Regulation 3.2) ..... ( )
11. Health and safety and accident prevention (Regulation 4.3) ..... ( )
12. On-board medical care (Regulation 4.1) ..... ( )
13. On-board complaint procedures (Regulation 5.1.5) ..... ( )
14. Payment of wages (Regulation 2.2) ..... ( )
15. Financial security for repatriation (Regulation 2.5) ..... ( )
16. Financial security relating to shipowners liability (Regulation 4.2) ..... ( )

I hereby certify that the above measures have been drawn up to ensure ongoing compliance, between inspections, with the requirements listed in Part I.

Name of shipowner[1]: .....
Company address: .....
.....
Name of the authorized signatory: .....
Title: .....
Signature of the authorized signatory: .....
Date: .....
(Stamp or seal of the shipowner)

The above measures have been reviewed by (insert name of competent authority or duly recognized organization) and, following inspection of the ship, have been determined as meeting the purposes set out under Standard A5.1.3, paragraph 10(b), regarding measures to ensure initial and ongoing compliance with the requirements set out in Part I of this Declaration.

Name: .....
Title: .....
Address: .....
.....
Signature: .....
Place: .....
Date: .....
(Seal or stamp of the authority, as appropriate)

[1] Shipowner means the owner of the ship or another organization or person, such as the manager, agent or bareboat charterer, who has assumed the responsibility for the operation of the ship from the owner and who, on assuming such responsibility, has agreed to take over the duties and responsibilities imposed on shipowners in accordance with this Convention, regardless of whether any other organizations or persons fulfil certain of the duties or responsibilities on behalf of the shipowner. See Article II(1)(j) of the Convention.

ANEXO IV

CERTIFICADO DE TRABALHO MARÍTIMO

(Ao presente Certificado deverá juntar-se uma Declaração de Conformidade do Trabalho Marítimo)

Expedido conforme as disposições do artigo V e do Título 5 da Convenção sobre Trabalho Marítimo,

2006

(a seguir, "a Convenção")

em virtude da autoridade do Governo de:

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Por:

.....

(designação completa e endereço da autoridade competente ou organização reconhecida devidamente autorizada em virtude das disposições da Convenção).

Dados do navio

Nome do navio: .....
Letras ou números distintivos: .....
Porto de registro: .....
Data em que se registrou o navio: .....
Arqueação bruta[1]: .....
Número IMO: .....
Tipo de navio: .....
Nome e endereço do armador[2]: .....
.....
.....

Certifica-se que:

1. Este navio foi inspecionado e teve verificada sua conformidade com os requisitos da Convenção e com as disposições da Declaração de Conformidade do Trabalho Marítimo em anexo.

2. As condições de trabalho e vida a bordo da gente do mar especificadas no anexo A5-I da Convenção foram consideradas correspondentes às disposições nacionais do país acima indicado, pelo meio das quais se aplica a Convenção. Na Declaração de Conformidade do Trabalho Marítimo, parte I, consta um resumo destas disposições nacionais.

O presente Certificado é válido até ....., salvo inspeções que se efetuem conforme as Normas A5.1.3 e A5.1.4 da Convenção.

Este Certificado só é válido quando em anexo com a Declaração de Conformidade do Trabalho Marítimo expedida em (local) na data de .....

Data de finalização da inspeção em que se baseia o presente Certificado: .....

Expedido em ..... na data de .....

.....

(Assinatura do funcionário devidamente habilitado que expede o Certificado)

(Selo ou carimbo da autoridade expedidora, conforme o caso)

[1] A arqueação bruta para os navios aos quais se aplica o sistema provisório de medição de arqueação bruta adotado pela OMI será a que figura na coluna "OBSERVAÇÕES" do Certificado Internacional de Arqueação (1969). Ver artigo II, parágrafo 1, alínea c), da Convenção.

[2] O termo armador designa o proprietário de um navio ou outra entidade ou pessoa, como pode ser o administrador, o agente ou o afretador a casco nu, que assumiu a responsabilidade de exploração do navio por conta do proprietário e que, ao fazê-lo, aceitou cumprir todos os deveres e responsabilidades que incumbem aos armadores em virtude da presente Convenção, independentemente de que outra entidade ou pessoa desempenhe alguns dos deveres ou responsabilidades em nome do armador. Ver artigo II, parágrafo 1º, alínea j), da Convenção.

MARITIME LABOUR CERTIFICATE

(Note: This Certificate shall have a Declaration of Maritime Labour Compliance attached)

Issued under the provisions of Article V and Title 5 of the Maritime Labour Convention,

2006

(referred to below as "the Convention")

under the authority of the Government of:

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

by.....

(full designation and address of the competent authority or recognized organization duly authorized under the provisions of the Convention).

Particulars of the ship

Name of ship: .....

Distinctive number or letters: .....

Port of registry: .....

Date of registry: .....

Gross tonnage [1]: .....

IMO number: .....

Type of ship: .....

Name and address of the shipowner [2]: .....

.....

.....

This is to certify:

1. That this ship has been inspected and verified to be in compliance with the requirements of the Convention, and the provisions of the attached Declaration of Maritime Labour Compliance.

2. That the seafarers working and living conditions specified in Appendix A5-I of the Convention were found to correspond to the abovementioned countrys national requirements implementing the Convention. These national requirements are summarized in the Declaration of Maritime Labour Compliance, Part I.

This Certificate is valid until ..... subject to inspections in accordance with Standards A5.1.3 and A5.1.4 of the Convention.

This Certificate is valid only when the Declaration of Maritime Labour Compliance issued

at ..... on ..... is attached.

Completion date of the inspection on which this Certificate is based was .....

Issued at ..... on .....

.....

Signature of the duly authorized official issuing the Certificate

(Seal or stamp of issuing authority, as appropriate)

[1] For ships covered by the tonnage measurement interim scheme adopted by the IMO, the gross tonnage is that which is included in the REMARKS column of the International Tonnage Certificate (1969). See Article II(1)(c) of the Convention.

[2] Shipowner means the owner of the ship or another organization or person, such as the manager, agent or bareboat charterer, who has assumed the responsibility for the operation of the ship from the owner and who, on assuming such responsibility, has agreed to take over the duties and responsibilities imposed on shipowners in accordance with this Convention, regardless of whether any other organizations or persons fulfil certain of the duties or responsibilities on behalf of the shipowner. See Article II(1)(j) of the Convention.

ANEXO V

ENDOSSO DO CERTIFICADO DA INSPEÇÃO INTERMEDIÁRIA OBRIGATÓRIA E, SE NECESSÁRIO, DE OUTRAS INSPEÇÕES ADICIONAIS

Certifica-se que o navio foi inspecionado conforme as Normas A5.1.3 e A5.1.4 da Convenção e verificou-se que as condições de trabalho e vida da gente do mar que se especificam no anexo A5.I da Convenção se ajustam às disposições nacionais do país acima indicado e pelas quais se aplica a Convenção.

Inspeção intermediária: se efetuará entre o segundo e o terceiro ano a partir da data de expedição do certificado

.....

(Assinatura do funcionário habilitado)

Local: ..... Data: .....

(Selo ou carimbo da autoridade expedidora, conforme o caso)

ENDORSEMENTS FOR MANDATORY INTERMEDIATE INSPECTION AND, IF REQUIRED, ANY ADDITIONAL INSPECTION

This is to certify that the ship was inspected in accordance with Standards A5.1.3 and A5.1.4 of the Convention and that the seafarers working and living conditions specified in Appendix A5-I of the Convention were found to correspond to the abovementioned countrys national requirements implementing the Convention.

Intermediate inspection: (to be completed between the second and third anniversary dates)

.....

(Signature of authorized official)

Place: .....Date: .....

(Seal or stamp of the authority, as appropriate)

ANEXO VI

ENDOSSOS ADICIONAIS (caso necessário)

Certifica-se que o navio foi objeto de uma inspeção adicional com a finalidade de verificar se o navio continua cumprindo com as disposições nacionais pelas quais se aplica a Convenção, conforme previsto no parágrafo 3 da Norma A3.1 da Convenção (nova matrícula do navio ou modificação importante de alojamento) ou por outros motivos.

Inspeção adicional (caso necessária):

.....

(Assinatura do funcionário habilitado)

Local:..... Data: .....

(Selo ou carimbo da autoridade expedidora, conforme o caso)

Inspeção adicional (caso necessária):

.....

(Assinatura do funcionário habilitado)

Local: ..... Data: .....

(Selo ou carimbo da autoridade expedidora, conforme o caso)

Inspeção adicional (caso necessária):

.....

(Assinatura do funcionário habilitado)

Local: ..... Data: .....

(Selo ou carimbo da autoridade expedidora, conforme o caso)

ADDITIONAL ENDORSEMENTS (if required)

This is to certify that the ship was the subject of an additional inspection for the purpose of verifying that the ship continued to be in compliance with the national requirements implementing the Convention, as required by Standard A3.1, paragraph 3, of the Convention (re-registration or substantial alteration of accommodation) or for other reasons.

Additional inspection(if required):

.....

(Signature of authorized official)

Place:..... Date:.....

(Seal or stamp of the authority, as appropriate)

Additional inspection(if required):

.....

(Signature of authorized official)

Place:..... Date:.....

(Seal or stamp of the authority, as appropriate)

Additional inspection(if required):

.....

(Signature of authorized official)

Place:..... Date: .....

(Seal or stamp of the authority, as appropriate)

ANEXO VII

PRORROGAÇÃO DO CERTIFICADO DE TRABALHO MARÍTIMO, APÓS A REALIZAÇÃO DA INSPEÇÃO DE RENOVAÇÃO (caso necessário)

Certifica-se que o navio foi submetido a uma inspeção de renovação e que continua a cumprir a legislação e regulamentos nacionais ou outras medidas que implementam os requisitos desta Convenção. Consequentemente, o presente certificado é prorrogado, de acordo com o disposto no parágrafo 4 da norma A5.1.3, até ..... (não superior a cinco meses, contados da data de expiração do certificado em vigor), a fim de permitir a emissão e disponibilização a bordo do novo certificado.

Data de conclusão da inspeção de renovação na qual esta prorrogação é estabelecida:

.....

.....

(Assinatura do funcionário habilitado)

Local: .....Data: .....

(Selo ou carimbo da autoridade expedidora, conforme o caso)

EXTENSION AFTER RENEWAL INSPECTION (if required)

This is to certify that, following a renewal inspection, the ship was found to continue to be in compliance with national laws and regulations or other measures implementing the requirements of this Convention, and that the present certificate is hereby extended, in accordance with paragraph 4 of Standard A5.1.3, until ..... (not more than five months after the expiry date of the existing certificate) to allow for the new certificate to be issued to and made available on board the ship.

Completion date of the renewal inspection on which this extension is based was:

.....

.....

(Signature of authorized official)

Place:.....Date: .....

(Seal or stamp of the authority, as appropriate)

ANEXO VIII

CERTIFICADO PROVISÓRIO DE TRABALHO MARÍTIMO

Expedido conforme as disposições do artigo V e do Título 5 da Convenção sobre Trabalho Marítimo, 2006

(a seguir, "a Convenção")

em virtude da autoridade do Governo de:

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Por: .....

(designação completa e endereço da autoridade competente ou organização reconhecida devidamente autorizada em virtude das disposições da Convenção)

Dados do navio

Nome do navio: .....

Letras ou números distintivos: .....

Porto de registro: .....

Data em que se registrou o navio: .....

Arqueação bruta [1]: .....

Número IMO:.....

Tipo de navio:.....

Nome e endereço do armador [2]: .....

.....

Certifica-se que, para efeitos do parágrafo 7 da Norma A5.1.3 da Convenção:

a) este navio foi inspecionado a respeito das matérias que figuram no anexo A5.I da Convenção, tendo em conta a verificação dos aspectos assinalados nas alíneas "b", "c" e "d";

b) o armador demonstrou para a autoridade competente ou organização reconhecida que o navio conta com procedimentos adequados para cumprir o disposto na Convenção;

c) o capitão conhece as disposições da Convenção e as responsabilidades da sua aplicação, e

d) foram apresentadas informações pertinentes à autoridade competente ou a organização reconhecida para a expedição de uma Declaração de Conformidade do Trabalho Marítimo.

O presente Certificado é válido até ....., salvo inspeções que se efetuem conforme as Normas A5.1.3 e A5.1.4 da Convenção.

Data de finalização da inspeção mencionada na alínea "a" acima: .....

Expedido em..... na data de .....

.....

(Assinatura do funcionário habilitado que expede o Certificado)

(Selo ou carimbo da autoridade expedidora, conforme o caso)

[1] A arqueação bruta para os navios aos quais se aplica o sistema provisório de medição de arqueação bruta adotado pela OMI será a que figura na coluna "OBSERVAÇÕES" do Certificado Internacional de Arqueação (1969). Ver artigo II, parágrafo 1, alínea c), da Convenção.

[2] O termo armador designa o proprietário de um navio ou outra entidade ou pessoa, como pode ser o administrador, o agente ou o afretador a casco nu, que assumiu a responsabilidade de exploração do navio por conta do proprietário e que, ao fazê-lo, aceitou cumprir todos os deveres e responsabilidades que incumbem aos armadores em virtude da presente Convenção, independentemente de que outra entidade ou pessoa desempenhe alguns dos deveres ou responsabilidades em nome do armador. Ver artigo II, parágrafo 1º, alínea j), da Convenção.

INTERIM MARITIME LABOUR CERTIFICATE

Issued under the provisions of Article V and Title 5 of the Maritime Labour Convention, 2006

(referred to below as "the Convention")

under the authority of the Government of:

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

by .....

(full designation and address of the competent authority or recognized organization duly authorized under the provisions of the Convention)

Particulars of the ship

Name of ship:.....

Distinctive number or letters:.....

Port of registry:.....

Date of registry:.....

Gross tonnage [1]:.....

IMO number:.....

Type of ship:.....

Name and address of the shipowner [2]: .....

.....

This is to certify, for the purposes of Standard A5.1.3, paragraph 7, of the Convention, that:

(a) this ship has been inspected, as far as reasonable and practicable, for the matters listed in Appendix A5-I to the Convention, taking into account verification of items under (b), (c) and (d) below;

(b) the shipowner has demonstrated to the competent authority or recognized organization that the ship has adequate procedures to comply with the Convention;

(c) the master is familiar with the requirements of the Convention and the responsibilities for implementation; and

(d) relevant information has been submitted to the competent authority or recognized organization to produce a Declaration of Maritime Labour Compliance.

This Certificate is valid until ..... subject to inspections in accordance with Standards A5.1.3 and A5.1.4.

Completion date of the inspection referred to under (a) above was .....

Issued at ..... on .....

.....

Signature of the duly authorized oficial issuing the interim certificate:

(Seal or stamp of issuing authority, as appropriate)

SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA

CONSELHO DE RECURSOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de Julgamento de Pedido de Uniformização de Jurisprudência e Reclamação ao Conselho Pleno, da 4° Sessão Ordinária, determinada pelo Senhor Presidente do CRPS, que acontecerá no dia 21 de novembro de 2022 às 09h30 e 22 de novembro de 2022 às 09h30, por meio de videoconferência (via Microsoft Teams) no endereço eletrônico a seguir informado posteriormente.

RELATORA: ALEXANDRA ÁLVARES DE ALCÂNTARA
NB: 42/183.750.525-7
Int: ADELINO CARVALHO DA SILVA e INSS
NB: 42/184.865.944-7
Int: JUSCELINO EDMUNDO DOS SANTOS e INSS
NB: 42/180.119.842-7
Int: VALÉRIA DE ANDRADE e INSS
NB: 42/181.276.331-7
Int: REGINALDO MOREIRA DA SILVA e INSS
RELATORA: IMARA SODRÉ SOUSA NETO
NB: 42/184.366.258-0
Int: JAMES MARCOS DA CONCEICAO FRANCA e INSS
NB: 31/625.307.376-5
Int: SERGIO MARQUES COSTA e INSS
NB: 46/167.303.502-4
Int: WANDERLEY BURGUESI e INSS
NB: 174.162.826-9
Int: ARIANE CRUZ DOS SANTOS e INSS
RELATOR: VALTER SÉRGIO PINHEIRO COELHO
NB: 46/177.583.802-9
Int: DONIZETE DE SOUZA SILVA e INSS
NB: 46/181.018.531-6
Int: FABIANO ROSA e INSS
RELATORA: ADRIENE CANDIDA BORGES
NB: 31/625.213.425-6
Int.: MÁRCIA RODRIGUES DA SILVA e INSS
NB: 37211.002330/2016-30
Int: MARIA ELVIRA LIMA e INSS
RELATOR: GABRIEL RÜBINGER BETTI
NB: 42/171.836.627-0
Int: GERMANO BATISTA DOS SANTOS e INSS
NB: 42/181.793.207-9
Int: LIZETE SUTIL GABRIEL e INSS
NB: 88/701.190.548-1
Int: MARLENE SANTOS CUNHA e INSS
NB: 42/179.258.872-8
Int: JUAREZ RORIZ LELLI e INSS
NB: 42/147.477.128-6
Int: NIVALDO BARONI e INSS
RELATOR: PAULO SÉRGIO DE CARVALHO COSTA RIBEIRO
NB: 21/055.232.485-0
Int: MARIA APARECIDA DE MORAIS FERREIRA e INSS
VOTAÇÃO ENUNCIADOS

Na oportunidade será reapreciado os Enunciados 10 e 15. E analisado proposta de fixação de termos para afastamento de benefício de 1 SM para a renda per capita do BPC.

MARCELO FERNANDO BORSIO
Presidente do Conselho

SECRETARIA DE TRABALHO

COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

DESPACHOS DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

O Coordenador-Geral de Recursos da Secretaria de Trabalho/MTP, no uso de sua competência, prevista no Art. 32, inciso I, alíneas "a", "b" e "f", anexo IX, da Portaria Nº 1.153, de 30 de outubro de 2017, com Amparo no Art. 50, §1º, da Lei 9.784/99, decidiu os processos de auto de Infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1) Em apreciação de recurso voluntario:

1.1 Pela procedência de auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	Processo	AI	Empresa	UF
1	46268.003945/2017-08	213452880	Agropecuária Terras Novas S.A.	SP
2	46213.015442/2018-93	215469968	Edvania Maria Silva	PE

1.2 Pela procedência parcial de auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	Processo	AI	Empresa	UF
1	46224.001954/2015-99	206368755	Combate Segurança de Valores Eireli	PB
2	46213.022714/2014-88	205011136	Trancol - Transportes Coletivos Ltda.	PE
3	46213.022713/2014-33	205011144	Trancol - Transportes Coletivos Ltda.	PE
4	46297.001734/2014-32	205078338	Viva Petrolina Transportes Ltda.	PE

2- Em Apreciação de Recurso de Ofício.

2.1 Pela procedência de auto de Infração ou da notificação de débito.

Nº	Processo	AI	Empresa	UF
1	46474.004123/2017-09	2134557300	Crisciuma Companhia Comercial Ltda.	SP

3- Arquivamento:

3.1 - Incidência da prescrição prevista no art. 1º §1º da Lei 9.873/99

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46473.004657/2017-37	212740326	Previni Comércio e Sistemas Eletrônicos - Eireli	SP
2	46473.006390/2017-12	213486245	Vidazul Importação e Exportação Ltdas. - Epp	SP

4 - Nulidade.

4.1- Pela nulidade da decisão publicada no DOU de 17/10/22, Seção I, pág.205 do seguinte processo.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46213.022713/2014-33	205011144	Trancol - Transportes Coletivos Ltda.	PE

PAULO SILLAS FREITAS PINHEIRO

SUBSECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

COORDENAÇÃO-GERAL DE REGISTRO SINDICAL

DESPACHOS DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 2609 (29419186), resolve: DEFERIR o registro sindical ao SINDTEREZINHA - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais do Município de Santa Terezinha de Goiás - GOIÁS, CNPJ 10.910.507/0001-36, Processo 19964.115398/2022-31, para representar a categoria dos Servidores Públicos Municipais, com abrangência municipal e base territorial no município de Santa Terezinha, Estado de Goiás, nos termos do inciso I do art. 252 da Portaria 671/2021. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve: ANOTAR a representação das seguintes entidades: A) UNSP-SINDICATO NACIONAL - União Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil, CNPJ 33.721.911/0001-67, Processo 24000.004348/89-11, excluindo os Servidores Públicos Municipais no município de Santa Terezinha de Goiás, do Estado do Goiás; B) SINTEGO - SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE GOÁS, CNPJ 25.107.087/0001-21, Processo 24210.001920/90-77, excluindo o município de Santa Terezinha de Goiás; C) SINDGUARDA - Sindicato dos Guardas Civis Municipais do Estado do Goiás, CNPJ 08.019.743/0001-15, Processo 46000.016541/2006-54, excluindo o município de Santa Terezinha de Goiás; D) SINDACSE-GO - Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias do Estado de Goiás, CNPJ 14.410.871/0001-98, Processo 46208.011999/2011-58; excluindo o município de Santa Terezinha de Goiás; nos termos do art. 255 do mesmo normativo.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 2324 (SEI 28521654), resolve: INDEFERIR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.116329/2022-45, de interesse do SINDICATO INTERESTADUAL DOS EMPREGADORES DOMESTICOS DOS ESTADOS DE SAO PAULO, BAHIA, MARANHAO E PERNAMBUCO - SEDESP, CNPJ n.º 59.942.607/0001-33, tendo em vista a irregularidade de documentação não passível de saneamento, bem como a não caracterização de categoria, nos termos do art. 253, incisos I e II da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, com redação dada pela Portaria MTP nº 1.486, de 3 de junho de 2022.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, com amparo no capítulo XV, seção I, da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, c/c Portaria/MTP nº 2, de 3 de janeiro de 2022, e com fundamento na ANÁLISE TÉCNICA Nº 2579 (SEI 29326094), resolve: INDEFERIR o Requerimento Administrativo nº 19964.118795/2022-65 (SEI 29114642), de interesse do SITICOP - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Pesada de Minas Gerais (requerente), Processo de Registro Sindical nº 35097.002197/91-94, CNPJ: 38.736.377/0001-86 (24460485), em virtude do exaurimento de sua finalidade e impossibilidade de seu objeto, com fundamento no art. 52 da Lei nº 9.784/1999.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 671/2021 e na Lei nº 9.784/1999, e com respaldo na Análise Técnica nº 2535 (29202710), resolve: NÃO CONHECER o Recurso Administrativo n.º 19964.118902/2022-55 interposto pelo SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DO MUNICIPIO DE RUROPOLIS DO ESTADO DO PARÁ, CNPJ 10.221.190/0001-20, nos autos do Processo Administrativo n.º 19964.112683/2022-09, visto a intempestividade recursal, com respaldo no art. 63, inciso I, da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 671/2021 e na Lei nº 9.784/1999, e com respaldo na Análise Técnica nº 2565(29286709), resolve: NÃO CONHECER o Recurso Administrativo n.º 13040.103348/2022-47 interposto pelo SINDICATO PATRONAL DOS SALÕES DE CABELEIREIROS PARA HOMENS, INSTITUTO DE BELEZA E CABELEIREIROS PARA SENHORAS, CASAS DE DIVERSÕES, INSTITUIÇÕES BENEFICENTES, RELIGIOSAS FILANTRÓPICAS, LAVANDERIAS, EMPRESAS DE LOCAÇÃO, COMPRA, VENDA E ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO, E CONDOMÍNIOS RESIDENCIAIS, COMERCIAIS E MISTOS E EMPRESAS DE ADMINISTRAÇÃO DE CONDOMÍNIOS NA REGIÃO SUL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - SINDIBEL, CNPJ 36.329.522/0001-89, nos autos do Processo Administrativo n.º 46204.007503/2010-09 , visto a intempestividade recursal, com respaldo no art. 63, inciso I, da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 9.784/1999, e com respaldo na Análise Técnica nº 2560 (29263690), resolve: Declarar extinto o Recurso Administrativo n.º 19964.113238/2022-58, interposto pelo SIETEX-SINDICATO DA INDUSTRIA DE ESPECIALIDADES TEXTEIS DO ESTADO DE SAO PAULO, CNPJ 62.649.645/0001-07, o Recurso Administrativo n.º 19964.113246/2022-02, interposto pelo SINDICATO DA INDÚSTRIA DA MALHARIA E MEIAS NO ESTADO DE SÃO PAULO, CNPJ 62.646.138/0001-10, o Recurso Administrativo n.º 19964.113263/2022-31, interposto pelo SINDITÊXTIL - Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem em Geral; de Tinturaria, Estamparia e Beneficiamento; de Linhas; de Artigos de Cama, Mesa e Banho; de Não-Tecidos e de Fibras Artificiais e Sintéticas do Estado de São Paulo, CNPJ 62.646.138/0001-10, e do do Recurso Administrativo n.º 19964.113313/2022-81, interposto pelo SINDICATO DA INDÚSTRIA DE ARTEFATOS DE COURO NO ESTADO DE SÃO PAULO - SINACOURO - SP, CNPJ 47.463.211/0001-24, nos autos do Processo Administrativo n.º 19964.112238/2022-31, tendo em vista o exaurimento de sua finalidade, nos termos do art. 52 da Lei nº 9784/99.

JOSÉ DE RIBAMAR PEREIRA JÚNIOR
Subsituto

DESPACHOS DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 671/2021 e na Lei nº 9.784/1999, e com respaldo na Análise Técnica nº 2586 (29352677), resolve: NÃO CONHECER o Recurso Administrativo n.º 19964.119312/2022-40 interposto pelo SINTEMUB - Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Município de Bom Conselho, CNPJ 04.828.200/0001-98, Processo n.º 19964.113292/2022-01, nos autos do Processo Administrativo n.º 19964.113292/2022-01, visto a intempestividade recursal, com respaldo no art. 63, inciso I, da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 671/2021 e na Lei nº 9.784/1999, e com respaldo na Análise Técnica nº 2605 (29412730), resolve: Declara extinto o Recurso Administrativo n.º 19964.119600/2022-02, interposto pelo SITICOP - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Pesada de Minas Gerais, CNPJ 38.736.377/0001-86, nos autos do Processo Administrativo n.º 19964.112010/2022-41, visto exaurida sua finalidade, com respaldo no art. 52 da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 9.784/1999 e na Análise Técnica 2616 (29433700), resolve: NÃO CONHECER o Pedido de reconsideração nº 19964.119630/2022-19 e seu aditivo n° 19964.119870/2022-13, interposto pelo SINTHORESP - Sindicato dos Empregados no Comércio Hoteleiro e Similares de São Paulo, CNPJ 62.657.168/0001-21, nos autos do processo nº 46219.020997/2016-35, tendo em vista o exaurimento da esfera administrativa, nos termos do art. 63, inciso IV, da Lei nº 9784/99.

JOSÉ DE RIBAMAR PEREIRA JÚNIOR
Subsituto

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DIRETORIA DE LICENCIAMENTO

PORTARIA PREVIC Nº 1.162, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2022

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "d" do inciso I do art. 64 da Portaria nº 529, de 8 de dezembro de 2017 (Regimento Interno da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc), e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.005280/2022-11, resolve:

Art. 1º Aprovar a retirada de patrocínio da TAP Manutenção e Engenharia Brasil S.A. - TAP ME, CNPJ nº 04.775.827/0001-28, do Plano TAPMEPrev, CNPB nº 2002.0038-74, administrado pela Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros, CNPJ nº 34.053.942/0001-50.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GEORGE ANDRÉ WILLRICH SALES

PORTARIA PREVIC Nº 1.174, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "d" do inciso I do art. 64 da Portaria nº 529, de 8 de dezembro de 2017 (Regimento Interno da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc), e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.000781/2022-01, resolve:

Art. 1º Autorizar a retirada de patrocínio da J.P. Morgan Gávea Gestão de Patrimônio Ltda., CNPJ nº 06.116.930/0001-91, do Plano de Aposentadoria J.P. Morgan Chase, CNPB nº 1996.0008-29, administrado pelo Multiprev - Fundo Múltiplo de Pensão, CNPJ nº 67.846.188/0001-64.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GEORGE ANDRÉ WILLRICH SALES

Ministério do Turismo

SECRETARIA ESPECIAL DE CULTURA
SECRETARIA NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 633, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 303, de 31 de março de 2022 e a Portaria SECULT/MTUR n. 41, de 4 de outubro de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar os projetos culturais relacionados nos anexos desta portaria, que após terem atendido aos requisitos de admissibilidade estabelecidos pela Lei nº 8.313/91, Decreto nº 10.755/2021 e a Instrução Normativa vigente, passam a fase de obtenção de doações e patrocínios.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCAS JORDÃO CUNHA

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
221641 - Na ativa!
ASSOCIACAO CRISTA PARA DESENVOLVIMENTO HUMANO
CNPJ/CPF: 36.180.111/0001-74
Processo: 01400001641202255
Cidade: Crixás - GO;
Valor Aprovado: R$ 373.319,79
Prazo de Captação: 18/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Como meio de democratizar o acesso a bens culturais, o presente projeto visa oferecerá, lazer e conhecimento, disponibilizando OFICINAS culturais voltadas ao ensino da música, dança e teatro orientados por profissionais capacitados, usando de técnicas, instrumentos e materiais condizentes as necessidades de ensino para este público. Ao final do projeto será realizada uma Mostra Cultural para apresentar os resultados alcançados nas oficinas e os benefícios trazidos pelas oficinas aos beneficiários do projeto.

221633 - 18º CHOREF - FESTIVAL LATINO AMERICANO DE DANÇA FOLCLÓRICA ISRAELI
Fundação Israelita Brasileira de Arte e Cultura Kadima
CNPJ/CPF: 97.264.972/0001-25
Processo: 01400001633202217
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 86.407,91
Prazo de Captação: 18/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Festival de dança folclórica israeli com apresentação de grupos em 2 (dois) espetáculos em teatro de Porto Alegre. 1 Workshop/ seminário de ensinamentos de ensinamentos de dança folclórica israeli para os participantes aberto e gratuito ao público. 1 ensaio aberto.

221590 - 3º AUGUSTO DAS LETRAS - Festa Literária Infantil de João Pessoa
FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOAO PESSOA
CNPJ/CPF: 01.072.474/0001-01
Processo: 01400001590202261
Cidade: João Pessoa - PB;
Valor Aprovado: R$ 459.572,69
Prazo de Captação: 18/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Realização da terceira edição do Augusto das Letras - Festa Literária de João Pessoa, agora voltada para a infância e a juventude cujo objetivo é promover o incentivo à formação de novos leitores, utilizando o livro infantil e juvenil como instrumento de inclusão e transformação social. O evento contará com feira de livros, oficinas, workshops, apresentações musicais, espetáculos de artes cênicas (teatro e circo), prêmio literário e Contação de histórias.

221620 - Aquilo que os olhos não veem
CARLOS ALEXANDRE MELO SANTOS 03022632177
CNPJ/CPF: 39.144.469/0001-30
Processo: 01400001620202230
Cidade: Campo Grande - MS;
Valor Aprovado: R$ 291.263,44
Prazo de Captação: 18/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Após o sucesso de "O que os olhos veem o coração sente, pronac 204848, "Aquilo que os olhos não veem" é uma continuação do projeto, porém, além de trabalhar com atores cegos, nessa nova proposta o projeto visa introduzir os deficientes visuais em todos os setores de produção de um espetáculo teatral. O objetivo é introduzir as pessoas com visão no universo dos deficientes visuais, todos vendados acompanharão a trama através dos outros sentidos que dará a sensação de que estejam realmente inseridos no ambiente cênico. O projeto busca introduzir os deficientes visuais a fazer parte do teatro como um todo, profissionalizando-os para que os mesmos possam trabalhar no teatro como profissionais, seja na produção, em cena, etc. Será aplicado nas cidades das apresentações um workshop sobre acessibilidade com livre acesso e aplicado pelos próprios deficientes visuais selecionados para o projeto. Todas as apresentações e workshop serão realizadas forma gratuita.

221619 - Arte e Cultura no Parque das Andorinhas
Holofote Cultural Ltda
CNPJ/CPF: 16.638.269/0001-38
Processo: 01400001619202213
Cidade: Itabirito - MG;
Valor Aprovado: R$ 497.123,77
Prazo de Captação: 18/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O projeto "Arte e Cultura no Parque das Andorinhas" consiste em atividades artísticas e área de lazer aos moradores de Ouro Preto e também aos turistas, sendo mais um atrativo para a cidade, de forma a contribuir para a ampliação do número de visitantes e frequentadores do Parque das Andorinhas, que abriga a nascente principal do Rio das Velhas. Na programação do parque, teremos Choro das Andorinhas, Andorinha Instrumental, Teatro das Andorinhas e Canto da Andorinha. Como contrapartida social, serão realizadas 7 (sete) oficinas de arte e cultura para crianças das escolas públicas.

221589 - Arte e Dança no Estância
CENTRO DE TRADICOES GAUCHAS ESTANCIA DO MONTENEGRO
CNPJ/CPF: 01.891.784/0001-58
Processo: 01400001589202237
Cidade: Montenegro - RS;
Valor Aprovado: R$ 400.561,92
Prazo de Captação: 18/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Realização do Projeto Arte & Dança no Estância, que possibilitará ensaios e apresentações de danças tradicionais e folclóricas gaúchas com crianças e adolescentes.

221647 - Capital da Dança
PAULA DA GAMA NÓBREGA
CNPJ/CPF: 023.656.016-69
Processo: 01400001647202222
Cidade: Brasília - DF;
Valor Aprovado: R$ 404.662,50

Prazo de Captação: 18/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O presente projeto, Capital da Dança, tem como objetivo a realização de oficinas de dança Ballet totalmente gratuitas. O projeto também irá oferecer a montagem do espetáculo de artes cênicas, "O Quebra Nozes'', como encerramento da etapa do projeto.

221652 - CENA DIVERSA: CIRCULAÇÃO RIO DE JANEIRO
ASSOCIACAO SOCIEDADE CULTURA E ARTE SOCA
CNPJ/CPF: 30.017.858/0001-20
Processo: 01400001652202235
Cidade: Vila Velha - ES;
Valor Aprovado: R$ 740.813,70
Prazo de Captação: 18/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: A finalidade do PROJETO "CENA DIVERSA: CIRCULAÇÃO RIO DE JANEIRO'" é a realização de um conjunto de ações para ARTISTAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA E VISUAL, voltado para CEGOS E CADEIRANTES, com a função de inclusão, visibilidade e valorização de sua atividade como AUTOR DE BENS SIMBÓLICOS, mais especificamente apresentação de ESPETÁCULOS TEATRAIS.

221638 - CIRCO AMBIENTAL
VIK PRODUCOES LTDA
CNPJ/CPF: 44.951.856/0001-18
Processo: 01400001638202231
Cidade: Goiânia - GO;
Valor Aprovado: R$ 499.792,92
Prazo de Captação: 18/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O projeto Circo Ambiental consiste na produção e na realização de espetáculo de circo com o tema ambiental, de modo a divertir e conscientizar o público sobre a importância da reciclagem, do consumo consciente e da reutilização de materiais.

221600 - CIRCO IRMÃOS QUEIROLO - PALHAÇO - A ALMA DO CIRCO
QUEIROLO E BUCH LTDA
CNPJ/CPF: 01.865.634/0001-70
Processo: 01400001600202269
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 496.740,09
Prazo de Captação: 18/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Iremos realizar apresentações circenses do espetáculo "CIRCO IRMÃOS QUEIROLO - PALHAÇO: A ALMA DO CIRCO!". Todas as apresentações irão priorizar um público que costuma ter um acesso mais limitado a atividades culturais, tendo como foco principal os estudantes do ensino fundamental.

221588 - Circo Zanni
ZANNI PRODUCOES ARTISTICAS LTDA ME
CNPJ/CPF: 18.496.407/0001-17
Processo: 01400001588202292
Cidade: Cotia - SP;
Valor Aprovado: R$ 478.500,00
Prazo de Captação: 18/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O Projeto prevê a realização de 10 apresentações do Circo Zanni na lona, instalada em caráter permanente no município de Cotia/SP onde a companhia opera como equipamento cultural multidisciplinar. Integram ações do projeto a manutenção no espaço ao longo dos 5 meses e 1 final de semana por mês com espetáculos, praticando ingressos populares. Como contrapartida o projeto prevê uma ação formativa, que atenderá um total de 400 alunos, divididos em grupos de 20 participantes, em 20 encontros de 2 horas, totalizando 40 horas aula de introdução as técnicas circeses (aéreos, acrobacia, manipulação de objetos e equilíbrio).

221593 - CIRCUITO METROPOLITANO DE QUADRILHAS JUNINAS
FRANCISCO REGINALDO PEREIRA DA SILVA
CNPJ/CPF: 707.129.213-20
Processo: 01400001593202203
Cidade: Maracanaú - CE;
Valor Aprovado: R$ 499.316,40
Prazo de Captação: 18/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O projeto prevê a realização do Circuito Metropolitano de Quadrilhas Juninas, evento de cultura tradicional popular que acontecerá em equipamento publico com acesso gratuito a todos no periodo de15 a18 de junho de 2023 na cidade de fortaleza e receberá quadrilhas juninas adulta e infantil de todos os municipios que compõe a a região metropolitana que são eles: Aquiraz, Caucaia, Chorozinho, Eusébio, Guaiúba, Horizonte, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape, Pacajus, Pacatuba, São Gonçalo do Amarante, Cascavel, Paraipaba, Paracuru, Pindoretama, São Luiz do Curu e Trairi. O evento abrirá espaço para outras manifestações da cultura popular como grupos folcloricos, sanfoneiros, grupos de teatro, humor, exposição de artesanato e feira gastronomica, tudo com transmissão por meio de redes sociais. como contrapartida o evento realizara uma oficina de danças populares tradicionais do ceará, gratuitamente e aberto a todos.

221623 - Construção do Teatro Comunitário de Xaxim
Organização AUM Espaço Luz Xaxim/SC
CNPJ/CPF: 08.116.549/0001-58
Processo: 01400001623202273
Cidade: Xaxim - SC;
Valor Aprovado: R$ 721.969,97
Prazo de Captação: 18/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O projeto visa a construção de um teatro comunitário que funcionará também como centro cultural comunitário em Xaxin, em um terreno doado pelo município para a instituição justamente para realizar atividades culturais e sociais, município este com menos de 100mil Habitantes (28.983 segundo o IBGE), interior de Santa Catarina, com capacidade para 70 lugares no teatro, além de atender mais 150 pessoas na área externa destinada para contação de histórias e teatro ao ar livre, promovendo alcance cultural democrático e acessível à população.

221644 - CRIA - Mostra de Artes - 2a Edição
VVC PRODUCOES CULTURAIS LTDA
CNPJ/CPF: 18.525.010/0001-06
Processo: 01400001644202299
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 361.590,35
Prazo de Captação: 18/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Realização da segunda edição da CRIA - Mostra de Artes, com apresentações de artes cênicas (circo e teatro) e música instrumental em escolas públicas.

221595 - CULTURAR - Encontro de Arte e Cultura de Paracatu
ACADEMIA DE LETRAS DO NOROESTE DE MINAS
CNPJ/CPF: 01.855.041/0001-22
Processo: 01400001595202294
Cidade: Paracatu - MG;
Valor Aprovado: R$ 499.814,47
Prazo de Captação: 18/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Realização de um festival de artes integradas em Paracatu-MG que levará ao público da cidade, de forma inteiramente gratuita, manifestações de artistas locais e de outras cidades, selecionados via edital. A programação contará com a apresentação de espetáculos de artes cênicas, música e oficinas curtas, todos selecionados via edital. Contará com exposições, sendo uma fotográfica e a outra de livros de autores locais. Como ampliação do acesso serão feitas rodas de conversa com os selecionados, compartilhadas na internet, e visitas guiadas para alunos e professores da rede pública como contrapartida social.

221632 - Dance com a Gente!
INSTITUTO CULTURAL GRUNENWALD DE DESENVOLVIMENTO E FOMENTO DO TERCEIRO SETOR
CNPJ/CPF: 10.891.284/0001-07
Processo: 01400001632202264
Cidade: Porto União - SC;
Valor Aprovado: R$ 229.242,75
Prazo de Captação: 18/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O projeto Dance com a Gente! visa a realização de espetáculos gratuitos de dança germânica, ucraniana e italiana em municípios dos estados de Santa Catarina e Paraná. Além dos espetáculos, também prevê a realização de oficinas culturais gratuitas de dança e canto germânico para a população da região de atuação da entidade proponente.

221627 - Desfile Cênico Inclusivo de Natal - Natal da diversidade
ASSOCIACAO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS
CNPJ/CPF: 87.858.593/0001-00
Processo: 01400001627202251
Cidade: Garibaldi - RS;
Valor Aprovado: R$ 314.342,60
Prazo de Captação: 18/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O Projeto "Desfile Cênico Inclusivo de Natal com o tema Natal da Diversidade" tem como objetivo principal, fazer a criação de desfile cênico, que será apresentado para a comunidade. Serão realizadas produções, ensaio e preparações do desfile, através das oficinas artísticas culturais de dança, música, artes circenses e teatro.

221649 - Festival de Cultura Popular e Arte dos Reis
LUCA PINEYRO - PALCO DOS SONHOS
CNPJ/CPF: 24.881.254/0001-24
Processo: 01400001649202211
Cidade: Aracaju - SE;
Valor Aprovado: R$ 682.560,00
Prazo de Captação: 18/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Realização do 1° Festival de Cultura Popular e Arte dos Reis (produto Festival/Mostra), que contempla uma programação inteiramente gratuita, educativa e cultural com exposições (produto exposição de artes), shows de música instrumental (produto apresentação musical), espetáculos de teatro e de dança (produto espetáculo de artes cênicas), performances literárias, circenses, de dança ou música instrumental (produto encontro) e cortejos de grupos folclóricos (produto festa popular), que é o foco do festival.

221635 - INCENA ARTE - Capacitação e inclusão para as artes cênicas
ASSOCIACAO INCENA BRASIL
CNPJ/CPF: 10.653.787/0001-44
Processo: 01400001635202206
Cidade: Cubatão - SP;
Valor Aprovado: R$ 246.275,47
Prazo de Captação: 18/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O projeto compreende a oferta de oficinas culturais de formação artística, abrangendo teatro e suas ramificações, com objetivo de capacitar agentes culturais a partir de 16 anos de idade de forma gratuita, sendo todas as oficinas realizadas no Espaço Cultural Incena Brasil. Ao término das atividades formativas, será realizado um evento de culminância, a "Mostra Incena Arte", como forma de permitir a experiência prática dos educandos e a formação de plateia.

221630 - Natal Iluminado
NOSSA PRODUTORA EIRELI
CNPJ/CPF: 36.557.105/0001-93
Processo: 01400001630202275
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 1.910.937,50
Prazo de Captação: 18/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Como forma de fomentar e difundir a cultura popular e a espetacularização protagonizada pelos cortejos festivos, propõe-se a realização do Natal Iluminado com a ocupação do cenário urbano de cidades do interior de Minas Gerais e São Paulo pelas tradições culturais locais e manifestações artísticas, durante a data comemorada nacional e internacionalmente. A intenção é proporcionar o acesso à música e às artes cênicas, propiciando a plena fruição cultural da população e de turistas em desfiles natalinos, como verdadeiros espetáculos coletivos e espontâneos, em que o público deixa-se contagiar pela experiência lúdica dos rituais, em meio a alegorias e cenografias típicas da época.

221628 - Natal Mágico 2022
BPA 52 PRODUCOES E PROMOCOES ARTISTICAS LTDA
CNPJ/CPF: 28.595.127/0001-10
Processo: 01400001628202204
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.853.705,48
Prazo de Captação: 18/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O projeto visa a realização do espetáculo de teatro musical "Natal Mágico", trazendo a magia desta emblemática comemoração tradicional aos palcos de teatros brasileiros em um clima de super produção para toda a família, no clima dos grandes espetáculos da Broadway. Em Contrapartidas Sociais será oferecido um curso gratuito sobre Como se Produzir um Espetáculo de Teatro Musical.

221626 - Natal no Vale
Associação de Comunicação Vale TV
CNPJ/CPF: 28.115.546/0001-07
Processo: 01400001626202215
Cidade: Novo Hamburgo - RS;
Valor Aprovado: R$ 168.575,00
Prazo de Captação: 18/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O projeto prevê a montagem e circulação de espetáculo natalino circense inédito, com apresentações gratuitas. Como ações do art. 24, teremos oficinas de circo para estudantes.

221616 - OFICINAS ARTISTICAS PARA CRIANÇAS E JOVENS VILA UNIÃO
Comunhão Martim Lutero
CNPJ/CPF: 81.144.065/0001-02
Processo: 01400001616202271
Cidade: Blumenau - SC;
Valor Aprovado: R$ 518.823,65
Prazo de Captação: 18/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O referido projeto prevê a oferta de oficinas artísticas (teatro, artes plásticas, música instrumental, dança, literatura dramatizada, etc) para jovens e crianças em vulnerabilidade social da Comunidade Vila União, por um período de um ano.

221614 - Os Campeiros - dança e música sulbrasileira
Espedito de Lima Abrahão Júnior
CNPJ/CPF: 024.994.110-40
Processo: 01400001614202282
Cidade: Caxias do Sul - RS;

Valor Aprovado: R$ 351.054,00
Prazo de Captação: 18/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Este projeto visa à realização de uma turnê do espetáculo de danças denominado "Os Campeiros - dança e música sulbrasileira", por municípios do Sul do país, sendo uma apresentação em cada local.

221601 - POTE E NAVALHA
ASSOCIACAO KARIRI CULTURA ESPORTE E EDUCACAO
CNPJ/CPF: 43.802.236/0001-54
Processo: 01400001601202211
Cidade: Crato - CE;
Valor Aprovado: R$ 123.117,50
Prazo de Captação: 18/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O projeto propõe como produto ESPETÁCULO DE ARTES CÊNICAS, a pesquisa, montagem e 03 sessões de apresentação na temporada de estreia do espetáculo POTE E NAVALHA, da artista e pesquisadora Monique Cardoso, nas cidades de Crato, Juazeiro do Norte e Fortaleza. Como ação de CONTRAPARTIDA SOCIAL, 03 sessões da perfopalestra que apresenta para alunos da rede pública, aspectos da criação, gestão e produção que envolvem o espetáculo.

221615 - Programação cultural na ExpoBassano
DE MARCO ORGANIZACAO DE EVENTOS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 13.008.175/0001-97
Processo: 01400001615202227
Cidade: Nova Prata - RS;
Valor Aprovado: R$ 238.676,63
Prazo de Captação: 18/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Este projeto visa à realização de espetáculos de artes cênicas na área da dança e do teatro, além de apresentações de orquestra e artistas locais, que serão realizadas em paralelo à ExpoBassano.

221622 - Projeto Cultural Arca da Vida
ASSOCIACAO ARCA DA VIDA CONSTRUINDO CIDADAOS
CNPJ/CPF: 42.296.909/0001-89
Processo: 01400001622202229
Cidade: Congonhas - MG;
Valor Aprovado: R$ 462.049,00
Prazo de Captação: 18/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O principal objetivo da presente proposta é gerar recursos para manter as atividades do Projeto Arca da Vida, que desde 2007 promove atividades e oficinas culturais gratuitas para toda a comunidade. Os produtos culturais presentes no projeto são: cursos/oficinas gratuitas de violão, dança, artesanato e capoeira, e também efetuar um festival/mostra de encerramento de ano letivo com os participantes do projeto para familiares e amigos, com livre acesso ao público.

221618 - Semana Santa no Piauí - 2023
Associação de Teatro Cidade Cenográfica
CNPJ/CPF: 04.250.604/0001-47
Processo: 01400001618202261
Cidade: Floriano - PI;
Valor Aprovado: R$ 471.408,00
Prazo de Captação: 18/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Montar e encenar o Espetáculo de Artes Cênicas: Semana Santa no Piauí - A Paixão de Cristo, que retrata a vida de Jesus Cristo do Batismo à ressureição, mantendo viva na mente das familias e espectadores a mensagem de renovação espiritual proposta por Ele. Elevando o nivel cultural da região e projetando a arte nacional para outros países.

221612 - TEATRO EM INGLÊS - 2ª fase
Associação Cristã dos Artistas
CNPJ/CPF: 18.301.494/0001-00
Processo: 01400001612202293
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 277.124,38
Prazo de Captação: 18/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O projeto TEATRO EM INGLÊS, assim como o próprio nome diz, tem o intuito de produzir um trabalho de processo colaborativo no desenvolvimento da arte teatral em língua estrangeira, no caso o Inglês, através de oficinas gratuitas para o estudo da arte, gerando o gosto por outro idioma em crianças, adolescentes e jovens, e também inferindo o interesse e democratizando o acesso à cultura. Ao final do ciclo de estudos, apresentar os espetáculos teatrais resultantes do processo.

221650 - TRADIÇÃO
CENTRO DE TRADICOES GAUCHAS POUSO DO TROPEIRO
CNPJ/CPF: 01.728.876/0001-11
Processo: 01400001650202246
Cidade: Cunha Porã - SC;
Valor Aprovado: R$ 271.920,00
Prazo de Captação: 18/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O projeto objetiva viabilizar atividades socioculturais para crianças, adolescentes e adultos, por meio de 2 ações: 1) oficinas de danças gaúchas e de declamação de poesias; 2) Realização de um evento denominado Entrevero Cultural com palestras de formação cultural

221597 - XIV Bienal Internacional de Dança do Ceará
Indústria da Dança LTDA
CNPJ/CPF: 03.906.154/0001-35
Processo: 01400001597202283
Cidade: Fortaleza - CE;
Valor Aprovado: R$ 309.075,50
Prazo de Captação: 18/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: A Bienal Internacional de Dança do Ceará chega a sua 14ª edição como uma plataforma catalisadora de processos de difusão, criação, pensamento, formação e intercâmbio em dança. Com programação descentralizada, promove apresentações artísticas, residências artísticas, oficinas, palestras e seminário.

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
221625 - "CHORO" O papel da Música instrumental, na Formação da Musica Brasileira.
SERGIO BATISTA FURQUIM
CNPJ/CPF: 325.752.808-69
Processo: 01400001625202262
Cidade: São Miguel Arcanjo - SP;
Valor Aprovado: R$ 198.770,00
Prazo de Captação: 18/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O presente projeto musical "CHORO, O PAPEL DA MÚSICA INSTRUMENTAL NA FORMAÇÃO DA MÚSICA BRASILEIRA" consistirá na realização de 06 apresentações musicais, em 06 cidades da região de Sorocaba- SP, que contarão a história do chorinho, considerado a primeira música genuinamente brasileira, por meio de um repertório de clássicos do gênero,sendo as apresentações realizadas em locais com acesso 100% gratuito ao público de todas as idades, valorizando e fomentando dessa forma a arte da música instrumental no Brasil.

221611 - BANDA MARCIAL ACREBI - ATIVIDADES FORMATIVAS I
Associação Cultural e Recretiva Banda Integração
CNPJ/CPF: 72.530.207/0001-89
Processo: 01400001611202249
Cidade: Rolândia - PR;
Valor Aprovado: R$ 196.267,50
Prazo de Captação: 18/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Fomentar a prática da Música Instrumental em ambientes acadêmicos e comunitários, através de ações pedagógicas com a Banda Marcial Integração de Rolândia, visando a formação de músicos em diversas faixas etárias através de Oficínas, assim como possibilitar a itinerância de concertos de música instrumental em espaços culturais alternativos atrvés de Apresentação Musicais, fomentando e fortalecendo ações de formação de plateias para a música instrumental.

221607 - BATUCADA RECICLADA NAS ESCOLAS
SIDNEY MOISES SENA LIMA
CNPJ/CPF: 637.841.812-87
Processo: 01400001607202281
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 499.224,00
Prazo de Captação: 18/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Realização de oficinas de música e espetáculos utilizando instrumentos confeccionados com sucata e materiais recicláveis. As oficinas e apresentações serão distribuídas de forma totalmente gratuita, com classificação livre, destinadas às escolas ou espaços públicos dos municípios.

221605 - CIRCUITO CARAJÁS DE CHORO
THEROQUE PRODUÇÕES LTDA
CNPJ/CPF: 24.879.216/0001-37
Processo: 01400001605202291
Cidade: Marabá - PA;
Valor Aprovado: R$ 499.834,44
Prazo de Captação: 18/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: A presente proposta visa promover atividades a fim de difundir e divulgar primeiro gênero musical urbano brasileiro que é o "choro". O projeto de circuito de choro pretende levar apresentações musicais de artistas com carreiras com projeção nacional e local a municípios do interior do Brasil.

221586 - Frutos do Saber
CNPJ/CPF: 26.085.547/0001-20
Processo: 01400001586202201
Cidade: Guaporé - RS;
Valor Aprovado: R$ 240.421,50
Prazo de Captação: 18/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O projeto visa à realização de um evento de artes integradas, com apresentações musicais e oficinas de contação de história incentivando a ampliação do público de leitores, incluindo distribuição gratuita de livros.

221608 - MARABÁ JAZZ FESTIVAL - 2º EDIÇÃO
THEROQUE PRODUÇÕES LTDA
CNPJ/CPF: 24.879.216/0001-37
Processo: 01400001608202225
Cidade: Marabá - PA;
Valor Aprovado: R$ 499.843,34
Prazo de Captação: 18/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: A proposta visa dar continuidade ao MARABÁ JAZZ FESTIVAL, 2º edição, com apresentações musicais instrumentais, gratuitamente, durante três noites de evento.

221610 - Natal do Coração
CAMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE XANXERE
CNPJ/CPF: 82.831.553/0001-50
Processo: 01400001610202202
Cidade: Xanxerê - SC;
Valor Aprovado: R$ 215.737,50
Prazo de Captação: 18/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Realizar Apresentação Musical Instrumental, a chegada do Papai Noel em veículo adereçado acompanhado de personagens cênicos natalinos e apresentação de grupo de dança, na abertura do Natal. Realizar Desfiles com trio elétrico e paradinhas com músicas instrumentais natalinas, Papai Noel e personagens cênicos. Realizar Desfiles com veículo adereçado com Papai Noel e Personagens. Realizar Caminhadas do Papai Noel e personagens.

221602 - OFICINA DE MÚSICA COM SUCATA
Rosa Alice Noal Casaes
CNPJ/CPF: 971.505.170-72
Processo: 01400001602202258
Cidade: Santa Maria - RS;
Valor Aprovado: R$ 493.680,00
Prazo de Captação: 18/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Realização de oficinas de música e espetáculos utilizando instrumentos confeccionados com sucata e materiais recicláveis. As oficinas e apresentações serão distribuídas de forma totalmente gratuita, com classificação livre, destinadas às escolas ou espaços públicos do município.

221639 - ORQUESTRA FILARMÔNICA SCAR CONCERTOS E MASTERCLASS 2023
Orquestra Filarmônica de Jaraguá do Sul
CNPJ/CPF: 09.265.469/0001-27
Processo: 01400001639202286
Cidade: Jaraguá do Sul - SC;
Valor Aprovado: R$ 1.033.903,48
Prazo de Captação: 18/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Este projeto visa garantir as atividades de ensaios e apresentações públicas (concertos) da Orquestra Filarmônica de Jaraguá do Sul, para uma temporada com a formação completa e circulação, realizar a produção de conteúdo artístico nas plataformas digitais, e qualificar profissionalmente os músicos integrantes.

221640 - Programa de Música Jacques Klein - Plano Anual 2023
Instituto Beatriz e Lauro Fiuza
CNPJ/CPF: 16.572.671/0001-67
Processo: 01400001640202219
Cidade: Fortaleza - CE;
Valor Aprovado: R$ 3.947.827,66
Prazo de Captação: 18/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Realizar o Plano Anual de manutenção e gestão das atividades do Programa de Música Jacques Klein que está em consonância com o DECRETO Nº 10.755, DE 26 DE JULHO DE 2021 em seu artigo 24, que consiste na realização de AÇÕES FORMATIVAS de cultura como, CURSOS, OFICINAS E ESTAGIOS no ensino de música, para crianças, adolescentes e jovens. O projeto irá promover o acesso à cultura através de cursos de música e bolsas que contribuirão de forma decisiva para o desenvolvimento social, cultural e educacional do público atendido. Todo o projeto tem foco na música erudita e instrumental e todas as ações desenvolvidas são inteiramente gratuitas, além de dispor de recursos voltados para o formato virtual.

221636 - SÉRIE DE CONCERTOS 2023 DA FILARMÔNICA DE MULHERES DO ESPÍRITO SANTO
Instituto Todos os Cantos
CNPJ/CPF: 11.510.597/0001-30
Processo: 01400001636202242
Cidade: Vitória - ES;
Valor Aprovado: R$ 1.491.554,23
Prazo de Captação: 18/11/2022 à 31/12/2022

Resumo do Projeto: Realização de uma série de concertos da orquestra Filarmônica de Mulheres do Espírito Santo-FEMES no ano de 2023. A série contará com a participação de dois coros, um infanto-juvenil e um adulto, além de solistas, cuja participação e ensaios serão abertos à toda comunidade e inteiramente gratuitos. Como contrapartida social, de acordo com o que consta no item I do Glossário da IN 01/2022, haverá uma Ação Formativa Cultural que consiste em curso de regência coral com 40 horas de duração e emissão de certificado.

221599 - Um Brasil Bem No Sul
LIGIANE DOS SANTOS - EVENTOS - GRUPO LUMNES
CNPJ/CPF: 20.823.848/0001-28
Processo: 01400001599202272
Cidade: São Leopoldo - RS;
Valor Aprovado: R$ 499.628,25
Prazo de Captação: 18/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Proporcionar ao público jovem shows, utilizando músicos instrumentistas reconhecidos e aclamados por sua originalidade. Os shows terão entradas gratuitas.

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
221642 - Estância da arte
Simples Assim Projetos e Produções Culturais Ltda
CNPJ/CPF: 23.342.548/0001-15
Processo: 01400001642202208
Cidade: Novo Hamburgo - RS;
Valor Aprovado: R$ 504.006,25
Prazo de Captação: 18/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O Estância da Arte consiste em uma exposição de artes com obras de temática nativista e visitação gratuita para o público em geral. Além das obras, o projeto conta com bate-papos e oficinas ao longo da exposição. As ações acontecem também em escolas, como ação do art. 24.

221613 - LUZ, CÂMERA, COMUNIDADE EM AÇÃO
SERVICO SOCIAL DA INDUSTRIA -SESI
CNPJ/CPF: 03.851.171/0001-12
Processo: 01400001613202238
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.368.187,98
Prazo de Captação: 18/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O projeto consiste em três ações socioculturais principais, voltadas para adolescentes e jovens, a partir de 14 anos, que estejam cursando o ensino fundamental. Visam promover o desenvolvimento e a participação social juvenil, além do fortalecimento da identidade cultural, através da: 1) oferta de vagas gratuitas de cursos de fotografia e ilustração digital, vídeos para web, criatividade e inovação disruptiva, com certificação do SENAI; 2) publicação de arte (impresso e eletrônico); 3) exposição de artes visuais. Tudo isto, a partir de trabalhos desenvolvidos pelos alunos durante os cursos.

221643 - Mostra Darwin - Porto Alegre
M'Baraka Projetos e PRoducoes Culturais Ltda
CNPJ/CPF: 07.959.913/0001-89
Processo: 01400001643202244
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 932.385,96
Prazo de Captação: 18/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Realizar gratuitamente a exposição de artes e ciências "Darwin: Origens & Evolução", em Museu ou Centro Cultural da cidade de Porto Alegre, a ser definido quando da pré-produção. A curadoria da exposição é do Estúdio M'Baraká, com consultoria de Magali Romero Sá, e propõe apresentar de forma lúdica e educativa a teoria do naturalista Charles Darwin e seu impacto sociocultural até os dias de hoje. A narrativa expográfica apresenta peças de acervos nacionais de arte e de história natural, alinhado às obras de artistas visuais que tratam de temas correlatos ao trabalho de Darwin.

221603 - Natal na Usina 2023
ATUA SERVICOS CULTURAIS LTDA
CNPJ/CPF: 31.281.741/0001-11
Processo: 01400001603202201
Cidade: João Pessoa - PB;
Valor Aprovado: R$ 781.153,50
Prazo de Captação: 18/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: A 10ª edição do Natal na Usina prevê a realização de um festival multicultural de artes que fomente a produção cultural no Estado da Paraíba, divulgue as suas diversas manifestações culturais e democratize o acesso a conteúdo artístico nas mais diversas linguagens: exposições de artes visuais, artes cênicas, artes circenses, arte popular, música e literatura. Todas as atividades serão oferecida gratuitamente, apresentado-se ao público em geral uma vasta programação composta por uma diversidade de atrações, visando estimular a participação e envolvimento do público de diferentes gêneros, classes sociais e faixas etárias. Como ação complementar serão realizados registros em vídeo e fotos que serão disponibilizadas, em tempo real e gratuitamente, na internet.

221592 - SALÃO BRASIL PINTADO
ROSÂNGELA JASSÉ SILVA PEDRINI
CNPJ/CPF: 042.686.317-80
Processo: 01400001592202251
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 990.976,73
Prazo de Captação: 18/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O "SALÃO BRASIL PINTADO" é uma Exposição de Artes Plásticas que visa obter mediante as Artes Visuais, uma imagem do atual Estado da Arte e da Identidade Turística e Cultural do Brasil, a partir de uma Produção Artística Plástica que representará figurativamente o que mais caracteriza cada um dos Estados da Nação, com suas belezas naturais, históricas, arquitetônicas e de seu povo, para promoção turística do País a partir de um produto cultural. Em caráter virtual/digital, o Concurso selecionará as Pinturas representando cada Estado do Brasil, que resultará na "Coleção Brasil Pintado" a ser doada para patrimônio e memória.

221637 - Texneo Novum Festival
MARTE CULTURAL LTDA
CNPJ/CPF: 15.875.450/0001-03
Processo: 01400001637202297
Cidade: Florianópolis - SC;
Valor Aprovado: R$ 324.798,54
Prazo de Captação: 18/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: A proposta do Texneo Novum Festival, contempla, proporcionar um espaço de experimentação e vivências da Arte e da Tecnologia, por meio de palestras e exposições de obras artísticas. O evento será gratuito e aberto ao público. Objetiva-se, por meio desta ação, estimular potenciais artísticos, incentivar reflexões sobre a cultura digital, desenvolver um olhar ampliado para as possibilidades que a tecnologia oferece no âmbito artístico, além de democratizar o acesso a produtos culturais.

221653 - VILA FLORES - Programação 2023
Associação Cultural Vila Flores
CNPJ/CPF: 20.991.804/0001-07
Processo: 01400001653202280
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 456.255,80
Prazo de Captação: 18/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O projeto pretende realizar a programação de atividades do espaço cultural Vila Flores, promovendo apresentações de música e artes cênicas e atividades formativas de artes visuais, abrindo espaço para diversas manifestações artísticas produzidas na cidade, democratizando o acesso à cultura através da realização das atividades gratuitas. O Vila Flores se configura como um centro cultural e núcleo de práticas colaborativas, que abriga espaços de trabalho de artistas e coletivos criativos e locais para atividades culturais, além de promover junto à sua comunidade diversos projetos de inovação social e valorização dos saberes e fazeres da região do 4º Distrito.

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º)
221591 - BOMSERÁ: OFICINAS DE RESTAURO II
INSTITUTO DE ARTE COMTEMPORANEA DE OURO PRETO - IA
CNPJ/CPF: 25.383.686/0001-78
Processo: 01400001591202214
Cidade: Ouro Preto - MG;
Valor Aprovado: R$ 2.003.349,70
Prazo de Captação: 18/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O projeto visa otimizar a política de conservação e restauração do patrimônio arquitetônico edificado no centro histórico de Ouro Preto, primeira cidade do Brasil a receber o título de patrimônio cultural da humanidade, através de oficinas de restauro que promoverão obras emergenciais a serem realizadas em habitações de valor cultural, que necessitam de mão-de-obra qualificada, próprias dos saberes e fazeres ligados aos ofícios tradicionais de construção. Os produtos do projeto são: Oficinas (Principal) e Restauro (Secundário)

221606 - Frevo, Frevura, Frevança e Freveção - Arruando pela História do Frevo
ARRUANDO PROJETOS E PRODUÇÕES LTDA-ME
CNPJ/CPF: 18.091.798/0001-90
Processo: 01400001606202236
Cidade: Recife - PE;
Valor Aprovado: R$ 248.156,16
Prazo de Captação: 18/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O Projeto "Frevura, Frevança e Freveção - Arruando pela História do Frevo" consiste na realização de shows de Frevo em teatro. Shows especialmente voltados à difusão, valorização e preservação do Frevo, Patrimônio Cultural Imaterial, da Humanidade e Brasileiro. Os shows englobarão o Frevo Música, o Frevo Dança e o Frevo História, com 90 minutos de duração, cada, contando com uma orquestra completa de Frevo (Frevo Música); grupo de Passistas de Frevo (Frevo Dança); e cada show terá também, características de uma Aula-Espetáculo (Frevo História), pelo qual o Apresentador ensinará sobre as músicas e seus compositores.

221609 - PROJETO DE RESTAURAÇÃO DO SOLAR BARÃO DO SAÍ MUSEU MUNICIPAL DE MANGARATIBA - RJ
Instituto de Cultura Democrática - ICD
CNPJ/CPF: 03.673.599/0001-12
Processo: 01400001609202270
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 6.696.870,84
Prazo de Captação: 18/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O projeto visa a restauração total da edificação, execução do elevador de acessibilidade, a elaboração dos projetos executivos de restauro arquitetura e complementares necessários para a restauração Museu Municipal de Mangaratiba - Rio de Janeiro, propõe a implantação de Educação patrimonial com foco na zeladoria do objeto a restaurar, video memoria oral; treinamento de mão de obra e projeto museologia, limpeza, catalogação e guarda objetos. INEPAC - Instituto Estadual do Patrimônio Cultural Nome Atribuído: Sobrado (Solar Barão de Saí) Processo de Tombamento: E-03/7.755/83 Localização: R. Coronel Moreira da Silva, nº 173 e 175 - Mangaratiba - RJ Tombamento Provisório: 20/06/1983-Tombamento Definitivo: 06/09/1990.

221604 - RESTAURAÇÃO OBRA VASCO PRADO
SOCIEDADE DE GINASTICA PORTO ALEGRE 1867
CNPJ/CPF: 92.913.607/0001-80
Processo: 01400001604202247
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 356.609,09
Prazo de Captação: 18/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: A proposta prevê a restauração de uma obra do artista Vasco Prado, sendo 10 painéis de 2m e 80cm de altura x 1m e 25cm de largura com perfurações causadas pelo tempo e o ambiente que ocasionaram perdas vísiveis na obra, sendo assim necessário reestruturar juntamente a infraestrutura que mantém a obra para que posssa ser preservada pelas próximas décadas. A Ação Formativa Cultural será constituída pela realização de 4 aulas sobre história da arte para alunos de escola de ensino público no local da obra restaurada para o melhor entendimento dos alunos.

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
221651 - Ações Culturais nas Comunidades
ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL
CNPJ/CPF: 12.149.188/0001-13
Processo: 01400001651202291
Cidade: Frederico Westphalen - RS;
Valor Aprovado: R$ 1.051.028,54
Prazo de Captação: 18/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O presente projeto tem o objetivo de realizar Ações de Capacitação Cultural, durante 12 meses, em 26 municípios do Estado do Rio Grande do Sul onde a proponente possui atuação. Ao longo deste período, serão ofertados oficinas gratuitos de Audiovisual, Fotografia, Gestão de Projetos Culturais, Grafite, Dança e Música. As atividades serão desenvolvidas junto a instituições públicas de ensino, entidades sociais e culturais, além de prefeituras e secretarias municipais de cultura. Ao longo deste, serão explanados todos os pontos referentes a sua metodologia. Tem o objetivo de entregar o produto Oficina/Workshop/Seminário Audiovisual, cadastrado nesse plano de trabalho.

221617 - EDIÇÃO DE LIVRO A BRUXA BABALU
Comunhão Martim Lutero
CNPJ/CPF: 81.144.065/0001-02
Processo: 01400001617202216
Cidade: Blumenau - SC;
Valor Aprovado: R$ 178.378,20
Prazo de Captação: 18/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Edição de livro infantil denominado A BRUXA BABALU, 7º volume da série As 7 Bruxas, livro de literatura infantil, ilustrado e colorido.

221587 - Ilha da Boa Viagem e suas histórias secretas: guerras, beleza, memorias e revitalização (Produção Editorial de Livro)
Lumi Produções Artísticas e Comunicação Visual Ltda - ME
CNPJ/CPF: 17.694.674/0001-36
Processo: 01400001587202248
Cidade: Niterói - RJ;
Valor Aprovado: R$ 249.159,68
Prazo de Captação: 18/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Produção editorial do livro inédito, com narrativa transmídia, Ilha da Boa Viagem e suas historias secretas: guerras, beleza, memorias e revitalizacao, tiragem total de1500 mil exemplares, contendo 228 páginas (210 x 280 mm), sobre a Ilha da Boa Viagem, suas histórias e percurso até a documentação das memórias de sua revitalização. Como subprodutos serão produzidos: i) (site)portal transmídia com atualizações sobre os

processos contínuos de revitalização do cinema e ii) (Contrapartida Social) 5 rodas de conversas em equipamento cultural, escola e livraria e curso sobre Produção Editorial e Memória com 40h, com certificação.

221646 - Plano Anual Academia Brasileira de Letras
Academia Brasileira de Letras
CNPJ/CPF: 40.262.404/0001-78
Processo: 01400001646202288
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 6.831.148,19
Prazo de Captação: 18/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Realizar a manutenção e promover o acesso aos acervos da Academia Brasileira de Letras, desenvolvendo atividades culturais e educativas como Ciclo de Conferências, Mesas Redondas, Programa educativo para jovens, Formação para jovens e professores, Digitalização do acervo da instituição. Todas as atividades serão totalmente gratuitas para toda a população brasileira, em formatos presencial e virtual.

ÁREA: 9 MUSEUS E MEMÓRIA (Artigo 18 , § 1º)
221582 - Aquisição e Digitalização de Acervo Biogrfico de Bibi Ferreira para o Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro
Doc-Expõe Gestão Museológica e Documental Ltda.
CNPJ/CPF: 01.179.061/0001-20
Processo: 01400001582202215
Cidade: Salvador - BA;
Valor Aprovado: R$ 5.981.754,56
Prazo de Captação: 18/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Aquisição e digitalização de significativo acervo biográfico sobre a grande artista Bibi Ferreira, oriundo de seu espólio, para integrar o acervo permanente do Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro (MIS-RJ).

221598 - Cidadania cultural e inovação: ações formativas no Espaço do Conhecimento UFMG
FUNDAÇÃO RODRIGO MELLO FRANCO DE ANDRADE
CNPJ/CPF: 31.605.058/0001-92
Processo: 01400001598202228
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: R$ 1.833.154,60
Prazo de Captação: 18/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O projeto "Cidadania cultural e inovação: ações formativas no Espaço do Conhecimento UFMG" contempla ações educativas envolvendo a cultura e a arte e uma exposição de curta duração. Essas atividades serão realizadas presencialmente no museu e em ambiente virtual, trabalhando na proposição de linguagens que abrangem conteúdos variados, de forma inovadora e acessível a um público amplo e diverso. A partir dessas ações, o Espaço do Conhecimento UFMG se coloca como um lugar de produção e divulgação de saberes, fortalecendo o diálogo entre a arte, a cultura, o conhecimento e a sociedade.

221596 - MUSEU DE VARGEÃO: PESQUISA, COMUNICAÇÃO E PRESERVAÇÃO DOS BENS CULTURAIS
CATAVENTO PRODUCAO CULTURAL EIRELI - ME
CNPJ/CPF: 18.066.574/0001-28
Processo: 01400001596202239
Cidade: Pinhalzinho - SC;
Valor Aprovado: R$ 398.790,00
Prazo de Captação: 18/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: Esse projeto visa realizar pesquisa, produção de cartilha e documentário para preservar, promover e difundir aspectos históricos, geográficos e socioculturais da formação do município de Vargeão, SC, bem como das etnias e dos bens socioculturais que são a base da formação da localidade e região. A iniciativa prevê também ações de contrapartidas sociais no formato de curso/oficina cultural, com certificação.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26)
221621 - Rock + Humor
FLAVIO OLIVEIRA DE OLIVEIRA
CNPJ/CPF: 046.806.836-86
Processo: 01400001621202284
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 481.355,68
Prazo de Captação: 18/11/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: -O projeto Rock + Humor visa à apresentação de um espetáculo que une teatro de humor e música, enfatizando a cultura local em todas as cidades por onde passar. É a simbiose entre o ritmo do rock, o humor de improvisação e a diversidade da cultura brasileira. O show tem distribuição gratuita de 100% dos ingressos para o publico local.

PORTARIA Nº 634, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 303, de 31 de março de 2022 e a Portaria SECULT/MTUR n. 41, de 4 de outubro de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar a complementação de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCAS JORDÃO CUNHA

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
193969 - Encontro Internacional de Dança do Pará - EIDAP
Centro de Dança e Fitness Ltda
CNPJ/CPF: 02.251.428/0001-32
Cidade: Belém - PA;
Valor Complementado: R$ 1,08
Valor total atual: R$ 345.230,58

211490 - Projeto Cia de Dança Deborah Colker - 2022
J E PRODUCOES LTDA ME
CNPJ/CPF: 39.467.105/0001-90
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Complementado: R$ 2.448.237,61
Valor total atual: R$ 7.345.191,80

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
211045 - RECITAIS EM CATANDUVA
CM PRODUCOES CULTURAIS LTDA
CNPJ/CPF: 35.696.847/0001-37
Cidade: Catanduva - SP;
Valor Complementado: R$ 21.978,00
Valor total atual: R$ 198.514,80

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
204388 - PLANO TRIANUAL OBSERVATÓRIO DE FAVELAS 2021/2023
OBSERVATORIO DE FAVELAS DO RIO DE JANEIRO-OF/RJ
CNPJ/CPF: 06.055.395/0001-06
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Complementado: R$ 1.492.298,75
Valor total atual: R$ 4.479.818,75

212339 - ARTE EM CORES - 3ªedição (PROJETO APTO PARA EXECUÇÃO NO MODO VIRTUAL)
VIVAS CULTURA E ESPORTE LTDA
CNPJ/CPF: 20.389.940/0001-21
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Complementado: R$ 640.657,48
Valor total atual: R$ 1.923.572,70

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
210166 - Livro Nossa História, Nosso Valor (nome provisório)
Simples Assim Projetos e Produções Culturais Ltda
CNPJ/CPF: 23.342.548/0001-15
Cidade: Novo Hamburgo - RS;
Valor Complementado: R$ 16.409,25
Valor total atual: R$ 133.204,50

ÁREA: 9 MUSEUS E MEMÓRIA (Artigo 18 , § 1º)
204524 - Museu de Arte do Rio - Plano Trianual de 2021/2022/2023
INSTITUTO ODEON
CNPJ/CPF: 02.612.590/0002-10
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Complementado: R$ 8.443.646,39
Valor total atual: R$ 25.513.366,99

203642 - Plano Trianual Paço do Frevo 2021-2023
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E GESTAO IDG
CNPJ/CPF: 04.393.475/0003-08
Cidade: Recife - PE;
Valor Complementado: R$ 2.994.056,93
Valor total atual: R$ 8.993.501,13

ANEXO II

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 26)
204999 - Revista Devarim 2020/2021
ASSOCIACAO CULTURAL ATID
CNPJ/CPF: 38.388.059/0001-71
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Complementado: R$ 27.499,56
Valor total atual em: R$ 225.914,04

PORTARIA Nº 635, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 303, de 31 de março de 2022 e a Portaria SECULT/MTUR n. 41, de 4 de outubro de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar a prorrogação do prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCAS JORDÃO CUNHA

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
211449 - 21º Festival Dançaraxá
Tassiana Araújo
CNPJ/CPF: 068.480.636-30
Cidade: Araxá - MG;
Prazo de Captação: 01/06/2022 à 31/12/2022

212084 - Nossa Dança a Arte da Mudança
INSTITUTO KATIANA PENA - IKP
CNPJ/CPF: 73.304.859/0001-68
Cidade: Fortaleza - CE;
Prazo de Captação: 01/07/2022 à 31/12/2022

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
211963 - Exposições ZAGUT
SIMOES & HERKENHOFF ARTE TERAPIA LTDA
CNPJ/CPF: 31.531.117/0001-25
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/10/2022 à 31/12/2022

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
210062 - Histórias Contadas
AUDICHROMO CRIACAO EM AUDIO VISUAIS E EDITORA LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 46.228.250/0001-84
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/12/2021 à 31/12/2021

PORTARIA Nº 636, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 303, de 31 de março de 2022 e a Portaria SECULT/MTUR n. 41, de 4 de outubro de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCAS JORDÃO CUNHA

ANEXO

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º)
220537 - Bens Culturais da Arqui-Rio e publicação
Associação Cultural da Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro
CNPJ/CPF: 32.208.670/0001-94
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Reduzido: R$ 1,00
Valor total atual: R$ 5.383.450,60

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

DESPACHO Nº 160-E, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições previstas no art. 13, III, do Anexo I ao Decreto nº. 8.283, de 3 de julho de 2014, torna públicas as seguintes Deliberações de Diretoria Colegiada:

Art. 1º Aprovar os projetos audiovisuais para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos das legislações indicadas, e cujos prazos de captação se encerram em 31/12/2024.

22-0649 ENCOSTA
Processo: 01416.002275/2022-82
Proponente: ARTEFILMS AUDIOVISUAIS LTDA ME
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 14.164.181/0001-04
Valor total aprovado: R$ 3.540.000,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.363.000,00
Banco: 001 - agência: 3026-0 conta corrente: 22902-4
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 859, realizada em 26/10/2022

22-0650 DEZEMBRO
Processo: 01416.002429/2022-36
Proponente: DMITRIK FILMES LTDA ME
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 20.629.221/0001-30
Valor total aprovado: R$ 2.488.000,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.363.600,00
Banco: 001 - agência: 0385-9 conta corrente: 67862-7
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 859, realizada em 26/10/2022

22-0651 ENTRE ESPELHOS
Processo: 01416.002475/2022-35
Proponente: FRANCO PRODUÇÕES, FILMES, EVENTOS E PROMOÇÕES LTDA ME
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 39.183.983/0001-84
Valor total aprovado: R$ 5.294.300,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 300.000,00
Banco: 001 - agência: 1251-3 conta corrente: 44229-1
Valor solicitado ao FSA: R$ 4.500.000,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 859, realizada em 26/10/2022

22-0653 DISTÚRBIOS
Processo: 01416.003071/2022-69
Proponente: LAFILMS TV PRODUÇÕES LTDA
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 05.865.587/0001-15
Valor total aprovado: R$ 3.983.390,50
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 784.090,50
Banco: 001 - agência: 3097-X conta corrente: 27766-5
Valor solicitado ao FSA: R$ 2.000.000,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 859, realizada em 26/10/2022

22-0654 BISCOITO
Processo: 01416.003430/2022-88
Proponente: FRANCO PRODUÇÕES, FILMES, EVENTOS E PROMOÇÕES LTDA ME
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 39.183.983/0001-84
Valor total aprovado: R$ 5.115.000,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 359.250,00
Banco: 001 - agência: 1251-3 conta corrente: 44230-5
Valor solicitado ao FSA: R$ 4.500.000,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 859, realizada em 26/10/2022

22-0656 EDY - O ET QUE DÁ SAMBA - O FILME
Processo: 01416.003612/2022-59
Proponente: LEONARDO DE SOUSA E SILVA PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICA EIRELI
Cidade/UF: Salvador / BA
CNPJ: 37.561.520/0001-83
Valor total aprovado: R$ 2.400.000,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 280.000,00
Banco: 001 - agência: 5737-1 conta corrente: 25439-8
Valor solicitado ao FSA: R$ 2.000.000,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 859, realizada em 26/10/2022

22-0657 CORAÇÃO ROUBADO
Processo: 01416.005014/2022-14
Proponente: CONSPIRAÇÃO FILMES ENTRETENIMENTO 3º MILÊNIO LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 09.180.984/0001-04
Valor total aprovado: R$ 11.500.823,12
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.425.781,96
Banco: 001 - agência: 1769-8 conta corrente: 9819-1
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00
Banco: 001 - agência: 1769-8 conta corrente: 9820-5
Valor solicitado ao FSA: R$ 4.500.000,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 859, realizada em 26/10/2022

22-0658 CABO DO PRAZERES
Processo: 01416.006027/2022-19
Proponente: CINCO EM PONTO LTDA ME
Cidade/UF: Nova Lima / MG
CNPJ: 04.255.207/0001-68
Valor total aprovado: R$ 3.750.000,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 562.500,00
Banco: 001 - agência: 3490-8 conta corrente: 40341-5
Valor solicitado ao FSA: R$ 3.000.000,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 859, realizada em 26/10/2022

22-0659 HERANÇA MALDITA
Processo: 01416.006034/2022-11
Proponente: MODUS VIVENDI PRODUTORA DE AUDIOVISUAL LTDA
Cidade/UF: Porto Alegre / RS
CNPJ: 05.893.950/0001-06
Valor total aprovado: R$ 2.400.000,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 280.000,00
Banco: 001 - agência: 1889-9 conta corrente: 67225-4
Valor solicitado ao FSA: R$ 2.000.000,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 859, realizada em 26/10/2022

22-0661 UAU ANIMAL - O FILME
Processo: 01416.006343/2022-82
Proponente: ELEVATION TECNOLOGIA & COMUNICAÇÃO LTDA
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 14.150.253/0001-56
Valor total aprovado: R$ 2.350.000,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 232.000,00
Banco: 001 - agência: 1551-2 conta corrente: 26113-0
Valor solicitado ao FSA: R$ 2.000.000,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 859, realizada em 26/10/2022

Art. 2º Aprovar os projetos audiovisuais para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos das legislações indicadas, e cujos prazos de captação se encerram em 31/12/2026.

22-0633 O DESTINO DA SORTE
Processo: 01416.002006/2020-54
Proponente: BITS PRODUÇÕES LTDA
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 04.310.171/0001-78
Valor total aprovado: R$ 981.000,00
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 931.000,00
Banco: 001 - agência: 4328-1 conta corrente: 8903-6
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 830, realizada em 10/03/2022

22-0663 PIANOFORTE
Processo: 01416.002986/2022-57
Proponente: MOOD HUNTER PRODUÇÕES LTDA
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 06.177.126/0001-12
Valor total aprovado: R$ 2.482.587,00
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 170.957,65
Banco: 001 - agência: 7009-2 conta corrente: 300619-0
Valor aprovado no art. 39, inciso X, da Medida Provisória nº. 2.228-1/01: R$ 187.500,00
Banco: 001 - agência: 7009-2 conta corrente: 300618-2
Valor solicitado ao FSA: R$ 2.000.000,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 859, realizada em 26/10/2022

22-0665 MARTE
Processo: 01416.005011/2022-81
Proponente: BEIJA FLOR FILMES LTDA
Cidade/UF: Curitiba / PR
CNPJ: 04.952.911/0001-70
Valor total aprovado: R$ 3.750.000,00
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 562.500,00
Banco: 001 - agência: 1622-5 conta corrente: 23519-9
Valor solicitado ao FSA: R$ 3.000.000,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 859, realizada em 26/10/2022

22-0666 ANTES QUE A NOITE ACABE
Processo: 01416.006043/2022-01
Proponente: LOMA FILMES LTDA
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 23.723.437/0001-59
Valor total aprovado: R$ 2.999.975,00
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 300.000,00
Banco: 001 - agência: 3569-6 conta corrente: 24457-0
Valor solicitado ao FSA: R$ 2.549.976,25
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 859, realizada em 26/10/2022

Art. 3º Aprovar os projetos audiovisuais para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos do Fundo Setorial do Audiovisual - FSA, nos termos de seus regulamentos de seleção e normativas de regência.

22-0667 A PLANTA SOB A TERRA SELVAGEM
Processo: 01416.002302/2022-17
Proponente: DE REPENTE O RIO PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS E ARTÍSTICAS LTDA
Cidade/UF: Alegre / ES
CNPJ: 21.797.177/0001-30
Valor total do Projeto: R$ 1.900.000,00
Valor solicitado ao FSA: R$ 1.900.00,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 858, realizada em 20/10/2022

22-0670 BALUARTES DO SAMBA - ENCONTRO DE GERAÇÕES
Processo: 01416.003435/2022-19
Proponente: CAMILLE MARTINS SISTON LTDA
Cidade/UF: Iguaba Grande / RJ
CNPJ: 10.459.963/0001-01
Valor total do Projeto: R$ 500.000,00
Valor solicitado ao FSA: R$ 500.000,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 859, realizada em 26/10/2022

22-0671 RAPINA
Processo: 01416.003068/2022-45
Proponente: SANCHO FILMES LTDA ME
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 11.000.556/0001-02
Valor total do Projeto: R$ 2.320.000,00
Valor solicitado ao FSA: R$ 2.000.000,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 859, realizada em 26/10/2022

22-0672 NATAL NA COLÔNIA
Processo: 01416.003082/2022-49
Proponente: LEONARDO VIEIRA PEIXOTO ME
Cidade/UF: Novo Hamburgo / RS
CNPJ: 15.474.450/0001-93
Valor total do Projeto: R$ 1.510.000,00
Valor solicitado ao FSA: R$ 1.510.000,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 859, realizada em 26/10/2022

22-0674 MEIA NOITE FELIZ NATAL
Processo: 01416.003437/2022-08
Proponente: ZERO K FILMES LTDA ME
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 09.942.377/0001-34
Valor total do Projeto: R$ 1.447.325,00
Valor solicitado ao FSA: R$ 1.447.325,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 859, realizada em 26/10/2022

22-0675 A COR DA MARGEM
Processo: 01416.003561/2022-65
Proponente: IMF PRODUÇÕES LTDA.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 22.142.693/0001-90
Valor total do Projeto: R$ 2.400.000,00
Valor solicitado ao FSA: R$ 2.000.000,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 859, realizada em 26/10/2022

22-0676 O MISTÉRIO DO BOTA GRANDE
Processo: 01416.003562/2022-18
Proponente: FREGUESIA PRODUÇÃO CULTURAL LTDA
Cidade/UF: Itajaí / SC
CNPJ: 04.142.370/0001-14
Valor total do Projeto: R$ 1.869.670,00
Valor solicitado ao FSA: R$ 1.869.670,00

Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 859, realizada em 26/10/2022

22-0678 NÃO VOU VOLTAR
Processo: 01416.004080/2022-77
Proponente: QUADRO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA ME
Cidade/UF: Campinas / SP
CNPJ: 13.564.714/0001-74
Valor total do Projeto: R$ 2.500.000,00
Valor solicitado ao FSA: R$ 2.000.000,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 859, realizada em 26/10/2022

22-0679 90'S
Processo: 01416.004092/2022-00
Proponente: LEONARDO VIEIRA PEIXOTO ME
Cidade/UF: Novo Hamburgo / RS
CNPJ: 15.474.450/0001-93
Valor total do Projeto: R$ 1.510.000,00
Valor solicitado ao FSA: R$ 1.510.000,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 859, realizada em 26/10/2022

22-0680 HERÓI SOBRE ASAS - A AVENTURA A BORDO DO JAHÚ
Processo: 01416.004141/2022-04
Proponente: FILMART PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 64.044.886/0001-58
Valor total do Projeto: R$ 2.500.000,00
Valor solicitado ao FSA: R$ 2.500.000,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 859, realizada em 26/10/2022

22-0681 CASA SEM DONO
Processo: 01416.004258/2022-80
Proponente: MULTIVERSO FILMES PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 29.121.096/0001-28
Valor total do Projeto: R$ 2.500.000,00
Valor solicitado ao FSA: R$ 2.000.000,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 859, realizada em 26/10/2022

22-0682 ABAIXO DO PARAÍSO
Processo: 01416.004571/2022-18
Proponente: CRISGE PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS LTDA ME
Cidade/UF: Goiânia / GO
CNPJ: 22.071.805/0001-69
Valor total do Projeto: R$ 2.999.894,88
Valor solicitado ao FSA: R$ 2.999.894,88
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 859, realizada em 26/10/2022

22-0683 PASSAGEM ESPERANÇA
Processo: 01416.005721/2022-19
Proponente: CLARTÉ SERVIÇOS DE FOTO E CINEMA LTDA ME
Cidade/UF: Belém / PA
CNPJ: 12.475.126/0001-00
Valor total do Projeto: R$ 2.500.000,00
Valor solicitado ao FSA: R$ 2.000.000,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 859, realizada em 26/10/2022

22-0684 O AMOR DOS MEUS FILHOS
Processo: 01416.006016/2022-21
Proponente: PIQUE-BANDEIRA PRODUÇÕES LTDA ME
Cidade/UF: Vitória / ES
CNPJ: 14.210.788/0001-75
Valor total do Projeto: R$ 2.593.800,00
Valor solicitado ao FSA: R$ 2.075.040,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 859, realizada em 26/10/2022

22-0685 FULL HOUSE
Processo: 01416.006024/2022-77
Proponente: PARABOLA PRODUÇÕES LTDA ME
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 05.110.443/0001-59
Valor total do Projeto: R$ 469.535,00
Valor solicitado ao FSA: R$ 469.535,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 859, realizada em 26/10/2022

22-0686 O MEDO ENTRE NÓS
Processo: 01416.006046/2022-37
Proponente: LÚMINA PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS LTDA
Cidade/UF: João Pessoa / PB
CNPJ: 32.175.276/0001-05
Valor total do Projeto: R$ 1.920.000,00
Valor solicitado ao FSA: R$ 1.920.000,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 859, realizada em 26/10/2022

Art. 4º As Deliberações produzem efeito a partir da data desta publicação.

ALEX BRAGA

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL

PORTARIA FBN Nº 68, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto da Entidade, aprovado pelo Decreto nº 11.233, de 10 de outubro de 2022, publicado no Diário Oficial da União de 11 de outubro de 2022, resolve:

Art. 1º. Homologar a decisão da 2ª Reunião da Comissão Avaliadora dos Editais de Apoio à Tradução e à Publicação de Autores Brasileiros no Exterior (2022-2023), que aprovou as inscrições da lista abaixo, em conformidade com o Edital nº. 1/2022/FBN/CCD/2022.

A Comissão, instituída pela Portaria PRESI Nº 20, de 26 de Abril de 2022, publicada no DOU de 12 de maio de 2022, seção 1 p. 132, retificada no DOU de 8 de junho de 2022, seção 2, p. 132 e alterada pela Portaria FBN nº. 65, de 26 de outubro de 2022, publicada no DOU de 3 de novembro de 2022, seção 2, p. 45, reuniu-se virtualmente no dia 14 de junho de 2022 com a seguinte formação:

João Alexandre Cupello Cabecinho (presidente, CCD/FBN), Adam Jayme de Oliveira Muniz (MRE), Elton Gomes dos Reis (CPE/FBN), Luana Ferreira de Freitas (profissional especializada em Literatura e Tradução, UFC), Marcelo Gonzaga de Oliveira (DLLLB), Leonardo Reis Quintanilha (SNBP) e Walter Carlos Costa (profissional especializado em Literatura e Tradução).

Art. 2º Apoiar, em parceria com o Ministério das Relações Exteriores (MRE), os seguintes projetos aprovados:

1. Editora: Chandeigne. Livro: "Morte e Vida Severina". Autor: João Cabral de Melo Neto. País: França. Idioma: Francês. Pontuação total: 24,83. Apoio aprovado no valor de US$993,20.

2. Editora: Post Wave. Livro: "A mulher que matou os peixes". Autor: Clarice Lispector. País: República Popular da China. Idioma: Chinês. Pontuação total: 24,66. Apoio aprovado no valor de US$3.452,40.

3. Editora: Post Wave. Livro: "O mistério do coelho pensante". Autor: Clarice Lispector. País: República Popular da China. Idioma: Chinês. Pontuação total: 24,66. Apoio aprovado no valor de US$3.452,40.

4. Editora: Post Wave. Livro: "Doze Lendas Brasileiras". Autor: Clarice Lispector. País: República Popular da China. Idioma: Chinês. Pontuação total: 24,66. Apoio aprovado no valor de US$3.452,40.

5. Editora: Post Wave. Livro: "Quase de Verdade". Autor: Clarice Lispector. País: República Popular da China. Idioma: Chinês. Pontuação total: 24,66. Apoio aprovado no valor de US$3.452,40.

6. Editora: Post Wave. Livro: "A vida íntima de Laura". Autor: Clarice Lispector. País: República Popular da China. Idioma: Chinês. Pontuação total: 24,66. Apoio aprovado no valor de US$3.452,40.

7. Editora: Multivers. Livro: "Todas as Cartas". Autor: Clarice Lispector. País: Dinamarca. Idioma: Dinamarquês. Pontuação total: 24,16. Apoio aprovado no valor de US$3.826,94.

8. Editora: Textus Associazione Culturale. Livro: "Chave dos Profetas". Autor: Pe. António Vieira. País: Itália. Idioma: Italiano. Pontuação total: 24,16. Apoio aprovado no valor de US$3.339,88.

9. Editora: Libros de La Resistencia. Livro: "Transcriação". Autor: Haroldo de Campos. País: Espanha. Idioma: Espanhol. Pontuação total: 24,00. Apoio aprovado no valor de US$2.880,00.

10. Editora: Textus Associazione Culturale. Livro: "História do Futuro". Autor: Pe. António Vieira. País: Itália. Idioma: Italiano. Pontuação total: 24,00. Apoio aprovado no valor de US$2.401,92.

11. Editora: Forlaget Basilisk. Livro: "Todas as Crônicas". Autor: Clarice Lispector. País: Dinamarca. Idioma: Dinamarquês. Pontuação total: 23,66. Apoio aprovado no valor de US$3.170,44.

12. Editora: Humanist. Livro: "Dom Casmurro". Autor: Machado de Assis. País: Coreia do Sul. Idioma: Coreano. Pontuação total: 23,33. Apoio aprovado no valor de US$3.732,80.

13. Editora: Wydawnictwo Sto Stron. Livro: "Meu pé de laranja lima". Autor: José Mauro de Vasconcelos. País: Polônia. Idioma: Polonês. Pontuação total: 23,16. Apoio aprovado no valor de US$946,78.

14. Editora: Portugalský intitút. Livro: "A Maçã no Escuro". Autor: Clarice Lispector. País: Eslováquia. Idioma: Eslovaco. Pontuação total: 22,83. Apoio aprovado no valor de US$3.170,63.

15. Editora: Penguin Random House. Livro: "O deus das avencas". Autor: Daniel Galera. País: Espanha. Idioma: Espanhol. Pontuação total: 22,66. Apoio aprovado no valor de US$2.646,62.

16. Editora: Caja Negra. Livro: "Cartas". Autor: Lygia Clark e Hélio Oiticica. País: Argentina. Idioma: Espanhol. Pontuação total: 22,50. Apoio aprovado no valor de US$2.250,00.

17. Editora: Portugalský intitút. Livro: "Macunaíma: O herói sem nenhum caráter". Autor: Mário de Andrade. País: Eslováquia. Idioma: Eslovaco. Pontuação total: 22,00. Apoio aprovado no valor de US$2.816,88.

18. Editora: Soberscove Press. Livro: "Poética Secreta". Autor: Hélio Oiticica. País: Estados Unidos. Idioma: Inglês. Pontuação total: 22,00. Apoio aprovado no valor de US$440,00.

19. Editora: Edicions del Periscopi. Livro: "Torto Arado". Autor: Itamar Junior Vieira. País: Espanha. Idioma: Catalão. Pontuação total: 21,66. Apoio aprovado no valor de US$2.262,30.

20. Editora: Ankara University. Livro: "História Consisa do Brasil". Autor: Boris Fausto. País: Turquia. Idioma: Turca. Pontuação total: 21,33. Apoio aprovado no valor de US$2.559,60.

21. Editora: Eterna Cadencia. Livro: "A vida não é útil". Autor: Ailton Krenak. País: Argentina. Idioma: Espanhol. Pontuação total: 21,33. Apoio aprovado no valor de US$204,02.

22. Editora: Edizioni Tamu. Livro: "Becos da Memória". Autor: Conceição Evaristo. País: Itália. Idioma: Italiano. Pontuação total: 21,00. Apoio aprovado no valor de US$1.411,20.

23. Editora: Tapioca. Livro: "A colecionadora de cabeças". Autor: Ana Matsusaki. País: Estados Unidos. Idioma: Inglês. Pontuação total: 20,50. Apoio aprovado no valor de US$4.920,00.

24. Editora: Edizioni Casagrande. Livro: "A arte de produzir efeito sem causa". Autor: Lourenço Mutarelli. País: Suíça. Idioma: Italiano. Pontuação total: 20,33. Apoio aprovado no valor de US$813,20.

25. Editora: VC Thomas Editions. Livro: "O Meu Pe de Laranja Lima". Autor: José Mauro de Vasconcelos. País: India. Idioma: Malaiala. Pontuação total: 20,33. Apoio aprovado no valor de US$1.431,23.

26. Editora: Capovolte Edizioni. Livro: "Cartas para minha avó". Autor: Djamila Ribeiro. País: Itália. Idioma: Italiana. Pontuação total: 20,33. Apoio aprovado no valor de US$1.207,60.

27. Editora: Editorial Ekeka. Livro: "Viagem sem Volta". Autor: Adriano Messias. País: Argentina. Idioma: Espanhol. Pontuação total: 20,33. Apoio aprovado no valor de US$813,20.

28. Editora: Sefsafa Publishing. Livro: "Setenta". Autor: Henrique Schneider. País: Egito. Idioma: Árabe. Pontuação total: 20,16. Apoio aprovado no valor de US$2.515,97.

29. Editora: Sefsafa Publishing. Livro: "Elas Marchavam sob o sol". Autor: Cristina Judar. País: Egito. Idioma: Árabe. Pontuação total: 20,00. Apoio aprovado no valor de US$2.496,00.

30. Editora: Pushkin Press. Livro: "Nada vai acontecer com você". Autor: Simone Campos. País: Reino Unido. Idioma: Inglês. Pontuação total: 20,00. Apoio aprovado no valor de US$3.600,00.

31. Editora: Capovolte Edizioni. Livro: "Olhos d'água". Autor: Conceição Evaristo. País: Itália. Idioma: Italiano. Pontuação total: 19,50. Apoio aprovado no valor de US$772,20.

32. Editora: Edizioni Kolibris. Livro: "O Enigma das Ondas". Autor: Rodrigo Garcia Lopes. País: Itália. Idioma: Italiano. Pontuação total: 18,50. Apoio aprovado no valor de US$1.452,06.

33. Editora: Edizioni Kolibris. Livro: "Estúdio Realidade". Autor: Rodrigo Garcia Lopes. País: Itália. Idioma: Italiano. Pontuação total: 18,50. Apoio aprovado no valor de US$2.004,74.

34. Editora: Hagebutte Verlag. Livro: "Diários em mar aberto". Autor: Leonardo Tonus. País: Alemanha. Idioma: Alemão. Pontuação total: 18,30. Apoio aprovado no valor de US$1.098,00.

35. Editora: Antigona. Livro: "Há mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins". Autor: Deborah Danowski / Eduardo Viveiros de Castro. País: Portugal. Idioma: Português. Pontuação total: 16,16. Apoio aprovado no valor de US$3.089,15.

Art. 3º Encarregar a Coordenação de Cooperação Institucional do Centro de Cooperação e Difusão (CCI/CCD/FBN) do acompanhamento e da fiscalização dos referidos projetos.

Art. 4º Atribuir à FBN e ao MRE a responsabilidade de arcar com os custos integrais dos auxílios conforme a disponibilidade financeira, e respeitando a ordem geral de classificação.

Art. 5º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CARLOS RAMIRO JÚNIOR

Banco Central do Brasil

CONSELHO DE CONTROLE DE ATIVIDADES FINANCEIRAS

PAUTA DE JULGAMENTOS

Processos Administrativos Sancionadores:

Processos incluídos na pauta da Sessão de Julgamento do Plenário do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) marcada para realizar-se em 14 de dezembro de 2022, a partir das 9h30 (nove horas e trinta minutos), na modalidade presencial, nas dependências do COAF, no Setor de Clubes Esportivos Sul (SCES), Trecho 2, Conjunto 31, Lotes 1A e 1B, Edf. UniBC, 2º andar, em Brasília/DF, facultada às partes interessadas, bem como a seus representantes e procuradores, na forma em que foram intimados, a participação presencial ou remota:

1) Processo Administrativo Sancionador nº 11893.100109/2020-15
Emerson Automóveis Araraquara Ltda., CNPJ 04.885.298/0001-15;
Emerson Carlos Biancolini Souto, CPF 159.779.338-86;
José Carlos Souto Filho, CPF 249.536.338-57; e
Priscila Matheus Souto Utescher, CPF 287.692.838-85.
Relator: Isalino Antônio Giacomet Junior
Procurador: João Ricardo Jordan - OAB/SP nº 228.094

2) Processo Administrativo Sancionador nº 11893.100158/2020-40
CET Comércio e Serviços de Automóveis Eireli, CNPJ 13.046.823/0001-08; e
Carlos Eugênio Távora Teixeira, CPF 043.071.903-51.
Relator: Marcus Vinícius de Carvalho
Procurador: não constituído nos autos

3) Processo Administrativo Sancionador nº 11893.100420/2020-56
PG Prime Automóveis Ltda., CNPJ 07.083.712/0001-60;
Abílio César de Oliveira, CPF 009.415.204-71;
Laís Damonele de Oliveira Patriota Medeiros, CPF 052.972.784-65;
Marcondes Augusto de Oliveira, CPF 094. 372.234-91; e
Maria Lúcia de Oliveira Farias, CPF 215.616.054-68.
Relator: Sergio Djundi Taniguchi
Procuradora: Ana Lúcia Vidigal Lopes da Silva - OAB/SP nº 131.737

4) Processo Administrativo Sancionador nº 11893.100463/2020-31
Newland Veículos Ltda., CNPJ 41.597.303/0001-10;
Luiz Gonzaga Teixeira de Carvalho Sobrinho, CPF 201.535.894-34;
Ronaldo Luiz Munhoz Silva, CPF 074.872.388-90;
Mayra Brito Teixeira de Carvalho, CPF 620.892.933-49; e
Gabriela Brito Teixeira de Carvalho, CPF 620.893.403-63.
Relator: Vanir Fridriczewski
Procurador: José Alexandre Goiana de Andrade - OAB/CE nº 11.160

5) Processo Administrativo Sancionador nº 11893.100327/2021-22
Prime Comércio de Veículos Ltda., CNPJ 29.947.766/0001-60
Abílio César de Oliveira, CPF 009.415.204-71;
Laís Damonele de Oliveira Patriota Medeiros, CPF 052.972.784-65;
Marcondes Augusto de Oliveira, CPF 094. 372.234-91; e
Maria Lúcia de Oliveira Farias, CPF 215.616.054-68.
Relator: Sergio Djundi Taniguchi
Procuradora: Ana Lúcia Vidigal Lopes da Silva - OAB/SP nº 131.737

6) Processo Administrativo Sancionador nº 11893.100524/2021-41
FM Factoring Fomento Mercantil Ltda., CNPJ 11.811.333/0001-17
Rodrigo Antônio Menel Fogaça, CPF 006.085.409-00; e
Ricardo Felippi, CPF 005.475.589-10.
Relator: Gustavo Henrique de Vasconcellos Cavalcanti
Procurador: não constituído nos autos

7) Processo Administrativo Sancionador nº 11893.100525/2021-96
GSP Gestão de Crédito e Desenvolvimento Mercantil Ltda., CNPJ 12.996.538/0001-87; e
Carlos César Arruda, CPF 106.756.088-21.
Relator: Gustavo Henrique de Vasconcellos Cavalcanti
Procurador: não constituído nos autos

8) Processo Administrativo Sancionador nº 11893.100293/2022-57
Comércio, Factoring e Representações Amado Kim Ltda., CNPJ 67.838.102/0001-51;
Ahmad Ibrahim Abdul Messih, CPF 022.301.438-91; e
Estela Maris Schildt Gramina Abdul Messih, CPF 134.334.798-01.
Relator: Gustavo da Silva Dias
Procurador: Não constituído nos autos

Brasília-DF, 16 de novembro de 2022.
RICARDO LIÁO
Presidente do Conselho

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO BCB Nº 257, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022

Altera a Resolução BCB nº 80, de 25 de março de 2021, que disciplina a constituição e o funcionamento das instituições de pagamento, estabelece os parâmetros para ingressar com pedidos de autorização de funcionamento por parte dessas instituições e dispõe sobre a prestação de serviços de pagamento por outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, em sessão realizada em 16 de novembro de 2022, com base no disposto nos arts. 6º, §§ 1º e 4º, e 9º da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, e tendo em vista o disposto na Resolução nº 4.282, de 4 de novembro de 2013, resolve:

Art. 1º A Resolução BCB nº 80, de 25 de março de 2021, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 4º .....

Parágrafo único. .....

.....

III - o Sistema Financeiro Aberto (Open Finance)." (NR)

"Art. 5º .....

§ 1º É vedada a constituição de instituição de pagamento na qual figure pessoa natural como sócio único.

....." (NR)

"Art. 10. .....

.....

II - se alcançar, entre 1º de janeiro de 2022 e 31 de dezembro de 2024, movimentações financeiras superiores a pelo menos um dos seguintes valores:

a) R$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) em transações de pagamento; ou

b) R$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) em recursos mantidos em conta de pagamento pré-paga;

III - se alcançar, entre 1º de janeiro de 2025 e 31 de dezembro de 2025, movimentações financeiras superiores a pelo menos um dos seguintes valores:

a) R$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais) em transações de pagamento; ou

b) R$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais) em recursos mantidos em conta de pagamento pré-paga;

IV - se alcançar, entre 1º de janeiro de 2026 e 31 de dezembro de 2026, movimentações financeiras superiores a pelo menos um dos seguintes valores:

a) R$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) em transações de pagamento; ou

b) R$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) em recursos mantidos em conta de pagamento pré-paga;

V - se alcançar, entre 1º de janeiro de 2027 e 31 de dezembro de 2027, movimentações financeiras superiores a pelo menos um dos seguintes valores:

a) R$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais) em transações de pagamento; ou

b) R$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) em recursos mantidos em conta de pagamento pré-paga;

VI - se alcançar, entre 1º de janeiro de 2028 e 31 de dezembro de 2028, movimentações financeiras superiores a pelo menos um dos seguintes valores:

a) R$100.000.000,00 (cem milhões de reais) em transações de pagamento; ou

b) R$10.000.000,00 (dez milhões de reais) em recursos mantidos em conta de pagamento pré-paga; e

VII - até 31 de março de 2029, se não alcançar as movimentações financeiras previstas nos incisos I a VI.

§ 1º A autorização para funcionar de que trata o caput deve ser solicitada em até noventa dias, contados a partir da data em que a instituição alcançar um dos valores estabelecidos nos incisos I a VI do caput, observado o disposto no art. 14.

§ 2º Os valores de que tratam a alínea "a" do inciso I, a alínea "a" do inciso II, a alínea "a" do inciso III, a alínea "a" do inciso IV, alínea "a" do inciso V e a alínea "a" do inciso VI do caput devem ser apurados com base no somatório dos valores correspondentes às transações de pagamento executadas nos últimos doze meses.

§ 3º Na transferência de recursos entre contas de pagamento pré-pagas mantidas em uma mesma instituição de pagamento, o valor correspondente à operação deve ser considerado como uma única transação na apuração dos valores de que tratam a alínea "a" do inciso I, a alínea "a" do inciso II, a alínea "a" do inciso III, a alínea "a" do inciso IV, a alínea "a" do inciso V e a alínea "a" do inciso VI do caput.

§ 4º Os valores de que tratam a alínea "b" do inciso I, a alínea "b" do inciso II, a alínea "b" do inciso III, a alínea "b" do inciso IV, a alínea "b" do inciso V e a alínea "b" do inciso VI do caput devem ser apurados com base na média aritmética dos trinta maiores saldos diários em moeda eletrônica mantidos em contas de pagamento pré-pagas nos últimos doze meses.

§ 5º Para fins de apuração dos valores financeiros mencionados nos incisos I a VI do caput, não devem ser consideradas as transações realizadas no âmbito dos arranjos de pagamento e dos programas de benefícios mencionados no art. 2º." (NR)

"Art. 16. .....

.....

IV - as sociedades de crédito direto, para a prestação dos serviços de pagamento mencionados nos incisos I, II e IV do art. 3º, observada a sua regulamentação específica;

V - as sociedades de empréstimo entre pessoas, para a prestação dos serviços de pagamento mencionados nos incisos I e IV do art. 3º, observada a sua regulamentação específica;

VI - as sociedades de crédito ao microempreendedor e à empresa de pequeno porte, para a prestação dos serviços de pagamento mencionados nos incisos I e IV do art. 3º, observada a sua regulamentação específica; e

....." (NR)

"Art. 18. .....

Parágrafo único. No caso de sociedades em funcionamento, o disposto no caput não se aplica às integralizações de capital efetivadas em período anterior à exigência de autorização para funcionamento, nos termos do Capítulo IV." (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor em 1º de dezembro de 2022.

OTÁVIO RIBEIRO DAMASO
Diretor de Regulação

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA-GERAL
CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO
1ª SUBCÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PAUTA DA 55ª SESSÃO ORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 2022

Hora: 14:00h

Local: Sala de reuniões da Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho - SAUN Quadra 05, Lote C, Torre A, Edifício CNC, 16º Andar, Asa Norte, Brasília, DF.

1ª Parte - Expediente.

a) - Comunicados e Assuntos Gerais:

1 - Coordenador(a) da CCR.

2 - Membros da CCR.

2ª Parte - Ordem do Dia.

I - Recursos administrativos

Processo IC-001394.2022.03.000/0 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: DENUNCIANTE SIGILOSO, INQUIRIDO: FCA FIAT CHRYSLER AUTOMÓVEIS BRASIL LTDA - Relator: Dr. André Lacerda.

Processo IC-000222.2021.09.009/0 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INQUIRIDO: BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A , NOTICIANTE: SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE CAMPO MOURÃO E REGIÃO - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho.

Processo IC-001053.2021.17.000/1 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: LB COMERCIO DE COMBUSTIVEIS EIRELI , NOTICIANTE: SINDICATO DOS EMPREGADOS EM POSTOS DE SERVIÇOS DE COMBUSTÍVEIS E DERIVADOS DE PETRÓLEO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - SINPOSPETRO - ES - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho.

Processo NF-000110.2022.09.010/7 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: GUSTAVO SENRA-, NOTICIADO: VIBRA AGROINDUSTRIAL S/A - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho.

Processo NF-003116.2022.03.000/2 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: NOTICIANTE SIGILOSO, NOTICIADO: SOCIEDADE AGOSTINIANA DE EDUCAÇÃO LTDA - Relatora: Dra. Soraya Tabet Souto Maior.

Processo NF-000234.2022.15.002/0 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIADO: PETROBRAS PETRÓLEO BRASILEIRO S A - UTGCA - UNIDADE DE TRATAMENTO DE GAS CARAGUATATUBA, NOTICIANTE: SINDIPETRO LP - SINDICATO DOS PETROLEIROS DO LITORAL PAULISTA - Relatora: Dra. Soraya Tabet Souto Maior.

Processo NF-001435.2022.09.000/0 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DA COMPETITIVIDADE, NOTICIADO: MATSUYAMA COMERCIAL LTDA - Relatora: Dra. Juliane Mombelli.

Processo NF-000378.2022.15.005/8 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIADO: DANDI MOTOS, NOTICIANTE: DENUNCIANTE SOB SIGILO - Relatora: Dra. Juliane Mombelli.

II - Declínios de atribuições

Processo NF-000327.2022.15.005/5 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO/PRT15ª REGIÃO EM PRESIDENTE PRUDENTE, NOTICIADO: SILVESTRE FERRO CERAMICA - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho.

Processo NF-000401.2022.16.001/9 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: ALMEIDA E RAMOS LTDA, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho.

III - Demais Procedimentos para análise revisional

PRT 1ª Região-RJ - IC-000549.2017.01.000/3, NF-000359.2022.01.001/5, IC-000080.2014.01.002/4, IC-001270.2016.01.000/1, IC-004569.2017.01.000/2, IC-000413.2018.01.000/8, IC-006841.2018.01.000/6, IC-001933.2020.01.000/5, IC-004352.2020.01.000/3, IC-006453.2020.01.000/2, IC-007363.2020.01.000/0, IC-008672.2020.01.000/0, IC-000465.2020.01.005/3, IC-000245.2020.01.006/3, IC-001152.2020.01.006/3, IC-000106.2020.01.008/4, IC-000194.2021.01.000/2, IC-001683.2021.01.000/7, IC-002719.2021.01.000/0, IC-003833.2021.01.000/6, IC-000056.2021.01.001/5, IC-000042.2021.01.002/0, IC-000215.2021.01.005/3, IC-000245.2021.01.006/6, IC-000475.2022.01.000/1, PP-000683.2022.01.000/2, PP-002073.2022.01.000/7, NF-002113.2022.01.000/6, NF-003459.2022.01.000/4, NF-000148.2022.01.001/5, IC-000160.2022.01.001/9, NF-000339.2022.01.005/4, IC-000128.2022.01.008/7, IC-005111.2017.01.000/6, IC-006113.2017.01.000/5, IC-005581.2019.01.000/3, IC-006468.2019.01.000/0, IC-000264.2019.01.002/9, IC-000381.2019.01.006/6, IC-000595.2019.01.006/5, IC-000316.2019.01.007/8, IC-000618.2020.01.000/8, IC-001820.2020.01.000/5, IC-007116.2020.01.000/0, IC-008250.2020.01.000/8, IC-008299.2020.01.000/2, IC-000463.2020.01.005/0, IC-000258.2020.01.006/0, IC-001089.2020.01.006/3, IC-000197.2020.01.007/5, IC-001168.2021.01.000/5, IC-002562.2021.01.000/0, IC-003114.2021.01.000/8, IC-003167.2021.01.000/6, IC-000161.2021.01.006/7, IC-000191.2021.01.007/0, NF-001091.2022.01.000/0, PP-001165.2022.01.000/0, NF-002022.2022.01.000/0, NF-003375.2022.01.000/8, NF-003410.2022.01.000/0, NF-003596.2022.01.000/0, IC-000127.2022.01.001/4, IC-000043.2022.01.002/0, NF-000518.2022.01.004/9, NF-000612.2022.01.004/9, NF-000315.2022.01.006/5, NF-000461.2022.01.006/4, IC-000101.2022.01.007/7, NF-000217.2022.01.007/0, PP-000220.2022.01.007/3, IC-000840.2016.01.000/8, IC-004114.2017.01.000/4, IC-000334.2018.01.000/0, IC-005114.2019.01.000/6, IC-000898.2019.01.004/7, IC-007541.2020.01.000/0, IC-008197.2020.01.000/4, IC-000277.2020.01.006/8, IC-001055.2020.01.006/2, IC-000026.2020.01.007/8, IC-000124.2020.01.008/6, IC-001954.2021.01.000/5, IC-000977.2022.01.000/5, IC-001502.2022.01.000/5, NF-002664.2022.01.000/0, IC-002834.2022.01.000/5, NF-002907.2022.01.000/0, NF-000548.2022.01.004/0 - PRT 2ª Região-SP - IC-008353.2019.02.000/6, NF-005173.2021.02.000/8, IC-000870.2021.02.002/3, PP-000546.2022.02.000/6, PP-001172.2022.02.000/1, NF-004512.2022.02.000/7, PP-000240.2022.02.001/4, IC-000400.2007.02.001/7, IC-002552.2017.02.000/2, IC-007131.2017.02.000/6, IC-000094.2018.02.000/5, IC-000350.2018.02.004/5, IC-002276.2019.02.000/9, IC-006284.2019.02.000/7, IC-000572.2019.02.003/0, IC-001886.2020.02.000/7, IC-004267.2020.02.000/0, IC-000144.2020.02.005/0, IC-003320.2021.02.000/8, IC-003572.2021.02.000/5, IC-003657.2021.02.000/7, IC-004302.2021.02.000/4, PP-005595.2021.02.000/0, PP-006108.2021.02.000/9, PP-006621.2021.02.000/0, IC-000126.2021.02.001/7, IC-000277.2021.02.001/8, IC-000102.2021.02.002/8, IC-000107.2021.02.002/0, IC-000750.2021.02.002/0, IC-000427.2021.02.003/0, IC-000469.2021.02.003/1, PP-000200.2022.02.000/4, IC-000878.2022.02.000/5, PP-001702.2022.02.000/0, IC-001897.2022.02.000/2, IC-002168.2022.02.000/6, PP-003615.2022.02.000/2, NF-003834.2022.02.000/4, NF-003836.2022.02.000/5, NF-004003.2022.02.000/0, NF-004088.2022.02.000/8, NF-004180.2022.02.000/1, NF-004459.2022.02.000/3, PP-004657.2022.02.000/7, PP-004832.2022.02.000/1, NF-004944.2022.02.000/6, PP-005074.2022.02.000/8, NF-005092.2022.02.000/0, NF-005101.2022.02.000/4, NF-005336.2022.02.000/5, NF-005451.2022.02.000/8, NF-005604.2022.02.000/7, PP-000093.2022.02.001/2, IC-000265.2022.02.001/0, NF-000397.2022.02.002/4, IC-000398.2022.02.002/0, IC-000413.2022.02.002/9, IC-000446.2022.02.002/0, NF-000344.2022.02.003/0, NF-000356.2022.02.003/0, NF-000359.2022.02.003/9, NF-000054.2022.02.004/2, IC-008197.2016.02.000/3, IC-000321.2017.02.004/7, IC-005666.2018.02.000/4, IC-000080.2019.02.004/9, IC-000068.2020.02.004/2, IC-000070.2020.02.004/2, IC-002952.2021.02.000/3, IC-004415.2021.02.000/4, IC-005226.2021.02.000/0, PP-005353.2021.02.000/0, PP-006184.2021.02.000/8, IC-006773.2021.02.000/0, PP-006892.2021.02.000/4, IC-000127.2021.02.001/3, IC-000269.2021.02.001/3, IC-000606.2021.02.002/4, PP-001431.2022.02.000/2, PP-002414.2022.02.000/4, NF-003165.2022.02.000/8, PP-003177.2022.02.000/5, NF-003235.2022.02.000/6, NF-003556.2022.02.000/6, NF-003740.2022.02.000/1, NF-003837.2022.02.000/0, PP-003918.2022.02.000/0, NF-004772.2022.02.000/0, NF-004847.2022.02.000/5, NF-004979.2022.02.000/2, NF-005277.2022.02.000/9, NF-005307.2022.02.000/1, NF-005315.2022.02.000/7, NF-005326.2022.02.000/9, PP-000226.2022.02.001/8, NF-000317.2022.02.001/5, NF-000555.2022.02.001/8, NF-000628.2022.02.001/3, IC-000440.2022.02.002/1, NF-000757.2022.02.002/8, NF-000761.2022.02.002/7, PP-000221.2022.02.003/8, NF-000309.2022.02.003/2, IC-000011.2022.02.005/0, IC-002780.2019.02.000/9, IC-000756.2020.02.002/6, IC-000225.2021.02.001/9, IC-000958.2021.02.002/8, PP-000751.2022.02.000/8, NF-004551.2022.02.000/7, NF-004611.2022.02.000/9, NF-004932.2022.02.000/9, NF-005146.2022.02.000/7, NF-005213.2022.02.000/9, PP-000374.2022.02.001/0, NF-000554.2022.02.002/2, NF-000755.2022.02.002/5, NF-000088.2022.02.004/6, IC-000160.2022.02.005/4 - PRT 3ª Região-MG - IC-000947.2018.03.002/1, IC-000190.2018.03.007/2, IC-000029.2019.03.009/7, IC-000160.2020.03.000/6, IC-004645.2020.03.000/7, IC-000178.2021.03.006/2, NF-000514.2022.03.001/4, NF-000023.2022.03.009/2, IC-000736.2015.03.002/6, IC-001910.2017.03.000/8, IC-000844.2017.03.002/1, IC-000128.2017.03.005/8, IC-000222.2017.03.010/4, IC-004066.2018.03.000/3, IC-000512.2018.03.009/1, IC-000858.2019.03.002/0, IC-000103.2019.03.010/3, IC-001998.2020.03.000/2, IC-002497.2020.03.000/9, IC-002657.2020.03.000/8, IC-002970.2020.03.000/4, IC-004853.2020.03.000/7, IC-000215.2020.03.001/0, IC-000643.2020.03.001/2, IC-000283.2020.03.002/0, IC-000006.2020.03.005/0, IC-000203.2020.03.008/7, IC-001716.2021.03.000/8, IC-003689.2021.03.000/8, IC-003795.2021.03.000/0, IC-004015.2021.03.000/6, IC-000664.2021.03.001/6, IC-000158.2021.03.003/5, IC-000224.2021.03.003/6, IC-000189.2021.03.007/7, IC-000503.2022.03.000/0, IC-002662.2022.03.000/0, CP-003145.2022.03.000/6, IC-000338.2022.03.001/8, NF-000440.2022.03.001/2, NF-000466.2022.03.001/5, NF-000386.2022.03.002/2, NF-000472.2022.03.002/8, PP-000040.2022.03.008/5, IC-000160.2022.03.010/2, PP-000204.2022.03.010/2, IC-000389.2011.03.002/5, IC-000150.2017.03.002/6, IC-000572.2017.03.003/7, IC-003923.2019.03.000/0, IC-000179.2019.03.002/3, IC-000511.2019.03.010/0, IC-001396.2020.03.000/8, IC-004073.2020.03.000/1, IC-000092.2021.03.002/6, IC-000116.2021.03.006/6, IC-000203.2021.03.006/8, IC-000191.2021.03.007/3, IC-000128.2021.03.010/1, IC-001198.2022.03.000/8, IC-001818.2022.03.000/8, IC-001833.2022.03.000/3, IC-002481.2022.03.000/3, NF-003128.2022.03.000/0, PP-000120.2022.03.001/3, PP-000209.2022.03.001/4, NF-000429.2022.03.001/5, NF-000286.2022.03.007/9, IC-000761.2018.03.000/0, IC-000720.2018.03.001/5, IC-000143.2019.03.002/3, IC-000438.2019.03.002/2, IC-000501.2019.03.002/4, IC-000255.2019.03.010/0, IC-000158.2020.03.002/1, PP-003809.2021.03.000/1, IC-000185.2021.03.010/6, IC-000980.2022.03.000/1, NF-002249.2022.03.000/7, NF-002843.2022.03.000/8, PP-003041.2022.03.000/7, NF-000370.2022.03.001/6, NF-000435.2022.03.001/7, NF-000550.2022.03.001/8, NF-000557.2022.03.001/2, PP-000254.2022.03.002/0, NF-000341.2022.03.005/4, PP-000195.2022.03.010/6 - PRT 4ª Região-RS - IC-000238.2018.04.006/9, IC-000399.2018.04.008/3, IC-002310.2020.04.000/2, IC-000409.2020.04.004/5, IC-001318.2021.04.000/0, IC-000165.2021.04.006/8, IC-000078.2022.04.006/8, IC-002456.2014.04.000/2, IC-000817.2014.04.006/6, IC-000088.2015.04.006/2, IC-000518.2015.04.007/6, IC-002926.2016.04.000/4, IC-000051.2016.04.006/9, IC-004328.2017.04.000/9, IC-000157.2017.04.003/1, IC-000621.2018.04.000/0, IC-000082.2018.04.004/5, IC-001042.2019.04.000/6, IC-002242.2019.04.000/0, IC-000310.2019.04.001/0, IC-000326.2019.04.001/9, IC-000062.2019.04.003/4, IC-000478.2019.04.006/7, IC-000189.2020.04.000/6, IC-000934.2020.04.000/3, IC-001890.2020.04.000/2, IC-002108.2020.04.000/5, IC-003817.2020.04.000/6, IC-000021.2020.04.001/4, IC-000037.2020.04.003/8, IC-000113.2020.04.004/0, IC-000307.2020.04.006/0, IC-000136.2020.04.007/8, IC-000422.2020.04.007/0, IC-001636.2021.04.000/4, IC-001903.2021.04.000/0, IC-002053.2021.04.000/4, IC-000258.2021.04.001/7, IC-000078.2021.04.003/1, IC-000234.2021.04.006/8, IC-000036.2021.04.007/8, IC-000044.2021.04.008/2, IC-000015.2022.04.000/1, IC-000808.2022.04.000/4, IC-000900.2022.04.000/1, NF-001307.2022.04.000/0, NF-001702.2022.04.000/1, PP-001711.2022.04.000/2, NF-002049.2022.04.000/2, NF-002551.2022.04.000/1, IC-000046.2022.04.008/0, IC-000079.2016.04.003/1, IC-000157.2016.04.006/2, IC-000147.2018.04.003/9, IC-000066.2019.04.004/4, IC-002629.2020.04.000/0, IC-000068.2020.04.007/3, IC-000006.2020.04.008/0, IC-001678.2021.04.000/0, IC-001901.2021.04.000/0, IC-002159.2021.04.000/5, IC-002636.2021.04.000/1, PP-002676.2021.04.000/7, PP-000261.2021.04.002/8, IC-000080.2021.04.008/6, IC-001383.2022.04.000/9, NF-001774.2022.04.000/7, NF-001940.2022.04.000/1, NF-002326.2022.04.000/5, NF-002500.2022.04.000/4, NF-002555.2022.04.000/4, NF-000143.2022.04.001/2, NF-000202.2022.04.002/2, IC-000005.2022.04.003/2, IC-000181.2022.04.004/3, IC-000188.2022.04.004/8, NF-000008.2022.04.007/4, IC-000118.2019.04.000/0, IC-001695.2019.04.000/8, IC-003170.2019.04.000/9, IC-003452.2019.04.000/8, IC-003539.2019.04.000/0, IC-000246.2019.04.001/5, IC-000489.2019.04.001/0, IC-000378.2019.04.008/5, IC-000139.2020.04.003/4, IC-000372.2020.04.007/0, IC-002246.2021.04.000/0, IC-002268.2021.04.000/3, IC-000941.2022.04.000/7, IC-001110.2022.04.000/4, PP-001232.2022.04.000/5, NF-001847.2022.04.000/2, NF-002175.2022.04.000/7, NF-000278.2022.04.002/1, PP-000048.2022.04.008/5, NF-000284.2022.04.008/3 - PRT 5ª Região-BA - IC-000188.2020.05.007/1, NF-001590.2021.05.000/3, IC-002527.2015.05.000/0, IC-001933.2019.05.000/2, IC-002250.2019.05.000/6, IC-000335.2019.05.004/0, IC-000175.2020.05.000/9, IC-001401.2020.05.000/2, IC-001728.2020.05.000/5, IC-002210.2020.05.000/7, IC-000194.2020.05.003/0, IC-001321.2021.05.000/0, IC-002072.2021.05.000/3, IC-000168.2021.05.003/6, IC-000159.2021.05.004/6, PP-001078.2022.05.000/0, NF-001166.2022.05.000/0, NF-001443.2022.05.000/2, NF-001806.2022.05.000/2, NF-001912.2022.05.000/4, PP-000069.2022.05.001/0, IC-000012.2022.05.004/3, IC-000584.2014.05.000/0, IC-000081.2019.05.003/2, IC-002767.2020.05.000/3, IC-000276.2020.05.004/7, IC-001828.2021.05.000/4, IC-001902.2021.05.000/6, NF-000330.2022.05.000/0, IC-000403.2022.05.000/5, PP-001329.2022.05.000/5, NF-001465.2022.05.000/6, NF-001584.2022.05.000/0, NF-001898.2022.05.000/0, NF-000162.2022.05.001/9, NF-000158.2022.05.004/2, NF-000074.2022.05.005/9, IC-001789.2018.05.000/0, IC-000710.2019.05.000/3, IC-001409.2019.05.000/0, IC-000356.2019.05.004/1, IC-000274.2020.05.000/0, IC-000290.2020.05.000/0, IC-001716.2020.05.000/8, IC-002605.2020.05.000/7, IC-000206.2020.05.004/6, IC-000225.2020.05.004/4, IC-000407.2022.05.000/0, NF-001894.2022.05.000/9, IC-000192.2022.05.004/3 - PRT 6ª Região-PE - IC-000367.2020.06.000/2, IC-000560.2022.06.000/0, IC-002979.2016.06.000/4, IC-002482.2018.06.000/0, IC-000256.2020.06.002/2, IC-002065.2021.06.000/4, IC-002734.2021.06.000/0, IC-000138.2021.06.002/5, PP-000724.2022.06.000/2, NF-001923.2022.06.000/7, NF-002150.2022.06.000/0, IC-000203.2022.06.002/2, IC-002915.2018.06.000/8, IC-001255.2019.06.000/6, IC-000209.2020.06.000/3, IC-002194.2020.06.000/3, IC-001873.2021.06.000/0, IC-001885.2021.06.000/7, IC-002015.2021.06.000/2, IC-002036.2021.06.000/0, IC-000038.2021.06.001/7, IC-000809.2022.06.000/8, PP-001378.2022.06.000/2, NF-001951.2022.06.000/5, IC-000068.2022.06.002/7, IC-003178.2020.06.000/0, IC-000161.2020.06.002/0, IC-000524.2021.06.000/3, IC-001916.2021.06.000/5, IC-000850.2022.06.000/7, PP-000997.2022.06.000/9, NF-001312.2022.06.000/1 - PRT 7ª Região-CE - PP-001229.2022.07.000/0, IC-001178.2015.07.000/1, IC-001645.2015.07.000/3, IC-000299.2016.07.000/7, IC-002501.2016.07.000/9, IC-000908.2018.07.000/8, IC-001146.2019.07.000/0, IC-001992.2019.07.000/8, IC-002192.2019.07.000/8, IC-001463.2020.07.000/4, IC-001988.2020.07.000/0, IC-000636.2021.07.000/7, PP-001968.2021.07.000/0, NF-001211.2022.07.000/0, NF-001289.2022.07.000/9, NF-001294.2022.07.000/8, NF-001311.2022.07.000/8, NF-001484.2022.07.000/6, NF-001528.2022.07.000/7, PP-001579.2022.07.000/4, NF-001781.2022.07.000/1, NF-001801.2022.07.000/7, NF-001924.2022.07.000/4, IC-001299.2016.07.000/0, IC-001289.2017.07.000/5, IC-000494.2018.07.000/7, IC-001322.2019.07.000/0, IC-000416.2020.07.000/3, IC-002112.2020.07.000/2, IC-000644.2021.07.000/8, NF-001129.2022.07.000/3, NF-001242.2022.07.000/4, PP-001282.2022.07.000/0, NF-001530.2022.07.000/0, NF-001673.2022.07.000/9, NF-001790.2022.07.000/1, NF-001956.2022.07.000/4, NF-001992.2022.07.000/8, NF-002080.2022.07.000/3, IC-000284.2015.07.002/3, IC-001048.2017.07.000/0, IC-001087.2018.07.000/1, IC-000608.2019.07.000/6, IC-000680.2019.07.000/3, IC-001511.2019.07.000/2, IC-000836.2020.07.000/0, IC-000891.2020.07.000/9, IC-001144.2021.07.000/6, NF-001698.2022.07.000/9, NF-001820.2022.07.000/5, PP-001837.2022.07.000/0, NF-001937.2022.07.000/6, NF-001949.2022.07.000/4, NF-001969.2022.07.000/7 - PRT 8ª Região-PA - PP-000818.2022.08.000/2, PP-000473.2008.08.000/0, IC-000496.2020.08.000/0, IC-000532.2020.08.000/9, IC-000055.2020.08.002/5, IC-000281.2021.08.000/7, IC-001349.2021.08.000/9, IC-001431.2021.08.000/6, IC-001552.2021.08.000/1, IC-000424.2022.08.000/1, PP-000566.2022.08.000/1, IC-001088.2022.08.000/9, IC-001187.2022.08.000/0, NF-001367.2022.08.000/2, IC-001384.2022.08.000/9, NF-001554.2022.08.000/4, NF-001758.2022.08.000/0, NF-000276.2022.08.002/6, NF-000108.2022.08.003/0, IC-000092.2020.08.001/4, IC-001028.2021.08.000/9, IC-000212.2021.08.002/4, IC-000263.2022.08.000/8, IC-000555.2022.08.000/8, PP-000981.2022.08.000/7, IC-000011.2022.08.002/0, IC-000097.2022.08.002/0, NF-000179.2022.08.002/7, IC-001691.2020.08.000/7, IC-001234.2021.08.000/8, IC-000036.2021.08.001/8, IC-000056.2021.08.003/8, PP-000679.2022.08.000/6, IC-001087.2022.08.000/3, IC-001194.2022.08.000/0, NF-001451.2022.08.000/0, NF-001560.2022.08.000/9, NF-001624.2022.08.000/2 - PRT 9ª Região-PR - IC-000351.2017.09.001/9, IC-000390.2019.09.000/6, IC-000332.2014.09.001/2, IC-000618.2016.09.001/6, IC-001900.2018.09.000/9, IC-000212.2018.09.001/0, IC-000057.2018.09.010/5, IC-000890.2019.09.000/7, IC-001250.2019.09.000/1, IC-001360.2019.09.000/5, IC-001910.2019.09.000/7, IC-002535.2019.09.000/6, IC-000215.2019.09.001/2, IC-000607.2019.09.001/0, IC-000279.2019.09.005/5, IC-000157.2019.09.008/2, IC-001785.2020.09.000/0, IC-003056.2020.09.000/2, IC-003220.2020.09.000/5, IC-000103.2020.09.007/9, IC-000715.2021.09.000/4, IC-001205.2021.09.000/5, IC-001320.2021.09.000/8, IC-002127.2021.09.000/0, IC-000274.2021.09.003/3, IC-000111.2021.09.004/3, IC-000149.2021.09.009/0, PP-000236.2021.09.010/5, IC-000384.2022.09.000/9, IC-000650.2022.09.000/6, IC-000660.2022.09.000/3, PP-000710.2022.09.000/5, PP-000950.2022.09.000/0, NF-001033.2022.09.000/0, PP-001350.2022.09.000/9, NF-001920.2022.09.000/3, PP-001985.2022.09.000/9, NF-002003.2022.09.000/0, PP-000132.2022.09.004/7, PP-000156.2022.09.004/7, PP-000011.2022.09.007/2, IC-000122.2016.09.001/4, IC-003837.2017.09.000/3, IC-000517.2017.09.001/4, IC-003026.2018.09.000/5, IC-000026.2019.09.000/5, IC-000305.2019.09.007/9, IC-002429.2020.09.000/0, IC-003011.2020.09.000/0, IC-000184.2020.09.001/8, IC-000304.2020.09.001/6, IC-000077.2021.09.000/9, IC-000375.2021.09.000/5, IC-000552.2021.09.000/8, IC-001668.2021.09.000/9, IC-000046.2021.09.001/9, IC-000192.2021.09.004/8, IC-000220.2021.09.004/2, IC-000051.2021.09.006/0, IC-000274.2021.09.008/8, IC-000193.2021.09.010/1, PP-000449.2022.09.000/0, IC-000610.2022.09.000/7, PP-001064.2022.09.000/5, NF-001294.2022.09.000/9, PP-001389.2022.09.000/7, PP-001426.2022.09.000/0, NF-001814.2022.09.000/1, NF-001955.2022.09.000/0, NF-002007.2022.09.000/1, NF-002108.2022.09.000/4, NF-000266.2022.09.001/0, PP-000159.2022.09.003/5, PP-000131.2022.09.004/0, IC-000175.2022.09.006/7, NF-000152.2022.09.007/4, NF-000212.2022.09.007/3, IC-000056.2022.09.008/3, NF-000115.2022.09.008/5, IC-001043.2019.09.000/7, IC-002698.2019.09.000/8, IC-002836.2019.09.000/3, IC-000212.2019.09.001/3, IC-000057.2019.09.007/0, IC-000035.2020.09.001/0, IC-000171.2021.09.000/3, IC-002568.2021.09.000/0, PP-000201.2022.09.000/3, IC-000212.2022.09.000/7, IC-000300.2022.09.000/5, NF-000328.2022.09.003/3, NF-000196.2022.09.004/6, PP-000133.2022.09.006/5, NF-000192.2022.09.007/3, PP-000032.2022.09.010/5 - PRT 10ª Região-DF - IC-000753.2020.10.000/3, IC-001203.2020.10.000/5, IC-002095.2020.10.000/7, IC-002731.2020.10.000/8, IC-000322.2020.10.001/0, IC-000070.2020.10.002/4, IC-

000074.2020.10.002/3, IC-000714.2021.10.000/3, IC-001329.2021.10.000/0, IC-002160.2021.10.000/0, IC-000258.2021.10.001/5, IC-000698.2022.10.000/1, NF-001597.2022.10.000/0, NF-000283.2022.10.001/8, IC-000190.2016.10.001/5, IC-000124.2018.10.002/3, IC-002791.2019.10.000/0, IC-000132.2020.10.000/3, IC-001662.2020.10.000/7, IC-000160.2020.10.001/0, IC-000103.2021.10.002/7, PP-001186.2022.10.000/9, PP-000056.2022.10.002/9, IC-000953.2013.10.000/4, IC-000285.2020.10.001/5, IC-001537.2021.10.000/0, IC-000128.2021.10.002/3, NF-001721.2022.10.000/7 - PRT 11ª Região-AM - IC-000132.2019.11.000/5, IC-000841.2015.11.000/2, IC-000502.2020.11.000/5 - PRT 12ª Região-SC - PP-000033.2022.12.003/5, NF-000082.2022.12.006/1, IC-000329.2017.12.005/5, IC-000443.2017.12.005/0, IC-000253.2019.12.002/1, IC-001365.2020.12.000/8, IC-000092.2020.12.001/8, IC-000669.2021.12.000/5, IC-000184.2021.12.001/5, PP-000367.2021.12.001/6, IC-000294.2022.12.000/5, IC-000479.2022.12.000/9, IC-000543.2022.12.000/7, PP-000212.2022.12.001/2, NF-000293.2022.12.001/7, PP-000076.2022.12.003/0, IC-000211.2015.12.002/9, IC-000129.2019.12.001/1, IC-000231.2019.12.005/9, IC-000377.2019.12.005/4, IC-000328.2021.12.001/3, PP-000236.2021.12.002/8, PP-000264.2021.12.002/7, IC-000179.2021.12.004/4, PP-000535.2022.12.000/2, NF-000375.2022.12.001/3, NF-000287.2022.12.003/1, PP-000173.2022.12.005/7, IC-000123.2019.12.004/8, IC-001168.2020.12.000/0, IC-000174.2020.12.003/1, IC-000162.2021.12.000/0, IC-000209.2021.12.000/9, IC-000097.2022.12.000/0, PP-000271.2022.12.001/0 - PRT 13ª Região-PB - IC-001203.2018.13.000/1, IC-000911.2022.13.000/6, IC-000630.2020.13.001/2, IC-000433.2021.13.000/0, IC-000459.2021.13.001/0, IC-000541.2021.13.001/0, IC-000363.2022.13.000/6, NF-001179.2022.13.000/3, IC-000007.2019.13.000/0, IC-000222.2021.13.000/0, IC-000976.2021.13.000/9, IC-000244.2022.13.000/0, IC-000195.2022.13.001/2, IC-000037.2020.13.002/8, IC-000451.2021.13.000/1, IC-000645.2021.13.000/6, IC-000462.2021.13.001/3, NF-001191.2022.13.000/2, NF-001274.2022.13.000/3, IC-000210.2022.13.001/0 - PRT 14ª Região-RO - IC-000357.2020.14.002/6, IC-000228.2013.14.000/0, IC-000597.2017.14.000/0, IC-000090.2019.14.001/5, IC-000224.2020.14.002/7, IC-000243.2020.14.002/5, IC-000293.2021.14.000/8, IC-000015.2021.14.001/1, IC-000188.2021.14.001/2, IC-000187.2021.14.002/4, IC-000534.2021.14.000/5, IC-000016.2021.14.001/9, IC-000175.2022.14.000/0, NF-000536.2022.14.000/0, IC-000060.2022.14.001/0, NF-000197.2022.14.002/4, NF-000204.2022.14.002/8, NF-000362.2022.14.000/0, IC-000038.2020.14.001/6, IC-000014.2021.14.001/4 - PRT 15ª Região-Campinas - IC-000301.2014.15.002/0, IC-002763.2021.15.000/0, PP-000932.2022.15.000/9, NF-000321.2022.15.005/7, IC-000066.2016.15.002/6, IC-000066.2017.15.002/0, IC-000255.2017.15.005/6, IC-001018.2018.15.001/4, IC-000517.2018.15.002/2, IC-000364.2019.15.002/6, IC-000802.2019.15.002/0, IC-000315.2020.15.000/9, IC-002666.2020.15.000/8, IC-000485.2020.15.001/6, IC-000170.2020.15.002/0, IC-000004.2020.15.007/9, IC-000420.2020.15.007/0, IC-001039.2021.15.000/5, IC-001563.2021.15.000/8, IC-004075.2021.15.000/3, PP-004378.2021.15.000/1, IC-000450.2021.15.001/5, IC-000630.2021.15.001/7, IC-000686.2021.15.001/1, IC-000792.2021.15.001/1, IC-000821.2021.15.001/2, IC-000420.2021.15.003/0, IC-000086.2021.15.006/2, IC-000119.2021.15.006/0, IC-000299.2021.15.008/2, PP-000010.2022.15.000/0, PP-000392.2022.15.000/3, IC-000959.2022.15.000/8, PP-001098.2022.15.000/0, PP-001744.2022.15.000/7, PP-001769.2022.15.000/7, IC-001920.2022.15.000/7, PP-002105.2022.15.000/1, NF-002590.2022.15.000/0, PP-000060.2022.15.002/2, PP-000184.2022.15.002/9, PP-000208.2022.15.002/4, PP-000403.2022.15.002/9, NF-000478.2022.15.002/1, PP-000339.2022.15.003/9, NF-000369.2022.15.003/0, NF-000415.2022.15.003/7, NF-000286.2022.15.005/4, NF-000326.2022.15.005/9, IC-000003.2022.15.006/8, IC-000230.2022.15.006/8, IC-000261.2022.15.006/6, IC-000462.2022.15.006/9, NF-000514.2022.15.006/3, IC-000503.2016.15.000/8, IC-000289.2019.15.000/8, IC-000696.2020.15.000/8, IC-003741.2020.15.000/3, IC-000428.2020.15.007/0, IC-000606.2021.15.000/5, IC-001403.2021.15.000/2, IC-002750.2021.15.000/8, IC-003959.2021.15.000/0, IC-000612.2021.15.002/3, IC-000289.2021.15.006/9, IC-000657.2022.15.000/0, PP-002087.2022.15.000/6, PP-002296.2022.15.000/1, NF-002437.2022.15.000/3, PP-000091.2022.15.002/4, NF-000317.2022.15.002/3, PP-000261.2022.15.003/1, PP-000269.2022.15.003/2, NF-000405.2022.15.003/0, PP-000126.2022.15.005/2, NF-000322.2022.15.005/3, IC-000060.2022.15.006/6, NF-000429.2022.15.006/4, IC-000077.2022.15.007/6, PP-000188.2022.15.007/5, NF-000284.2022.15.008/6, IC-000195.2018.15.004/1, IC-000629.2019.15.006/6, IC-003532.2021.15.000/0, IC-000640.2021.15.001/4, IC-000366.2021.15.006/3, PP-002024.2022.15.000/1, NF-002037.2022.15.000/4, NF-002951.2022.15.000/0, NF-002960.2022.15.000/0, NF-003320.2022.15.000/0, NF-000474.2022.15.002/6, PP-000288.2022.15.003/0, NF-000333.2022.15.005/7, NF-000353.2022.15.005/1, NF-000479.2022.15.006/0 - PRT 16ª Região-MA - IC-000221.2020.16.001/1, PP-000289.2021.16.001/9, IC-000113.2016.16.001/1, NF-000268.2016.16.001/8, IC-000106.2019.16.002/0, IC-000778.2020.16.000/5, IC-000062.2020.16.002/1, IC-001079.2021.16.000/9, IC-001168.2021.16.000/4, IC-000113.2021.16.002/0, NF-000086.2022.16.002/4, IC-000140.2019.16.000/4, IC-000022.2021.16.002/2, IC-000061.2021.16.002/8, IC-000532.2022.16.000/7, IC-001006.2020.16.000/6 - PRT 17ª Região-ES - IC-001167.2021.17.000/7, PP-000064.2022.17.000/3, PP-000190.2022.17.000/6, NF-000881.2022.17.000/2, IC-000334.2020.17.000/9, IC-001117.2020.17.000/3, IC-000286.2020.17.001/8, IC-000622.2021.17.000/6, IC-000957.2021.17.000/4, IC-000041.2022.17.000/5, NF-000088.2022.17.000/9, PP-000474.2022.17.000/1, NF-001074.2022.17.000/1, NF-001195.2022.17.000/7, PP-000058.2022.17.002/6, IC-000079.2022.17.002/0, IC-000083.2022.17.002/4, IC-000107.2022.17.002/1, IC-000568.2019.17.000/3, IC-001010.2019.17.000/1, IC-000155.2021.17.000/6, IC-000929.2021.17.000/5, IC-001466.2021.17.000/3, IC-000146.2021.17.002/1, IC-000129.2021.17.003/4, IC-000180.2021.17.003/0, PP-000138.2022.17.000/3, PP-000565.2022.17.000/9, PP-000722.2022.17.000/7, NF-000936.2022.17.000/6, NF-000955.2022.17.000/4, NF-001124.2022.17.000/7, PP-001192.2022.17.000/0, IC-000078.2022.17.002/2, IC-000145.2022.17.003/6, IC-001562.2018.17.000/9, IC-000730.2020.17.000/6, IC-000014.2021.17.000/9, IC-000573.2021.17.000/0, IC-000148.2021.17.002/4, PP-000375.2022.17.000/0, PP-000909.2022.17.000/3, NF-001160.2022.17.000/0, NF-001217.2022.17.000/4, NF-001317.2022.17.000/1, IC-000011.2022.17.001/1, IC-000059.2022.17.003/4, NF-000157.2022.17.003/6 - PRT 18ª Região-GO - IC-000618.2018.18.000/3, IC-000922.2018.18.000/7, IC-001842.2018.18.000/6, IC-000148.2020.18.001/4, IC-000344.2020.18.003/1, IC-000229.2021.18.000/9, IC-000503.2021.18.000/0, IC-000591.2021.18.000/3, IC-001117.2021.18.000/3, IC-001203.2021.18.000/2, IC-000645.2022.18.000/3, IC-000994.2022.18.000/8, NF-001120.2022.18.000/3, NF-001146.2022.18.000/9, NF-001164.2022.18.000/0, NF-001290.2022.18.000/5, NF-001406.2022.18.000/5, IC-001273.2017.18.000/5, IC-001975.2020.18.000/7, IC-001205.2021.18.000/3, PP-000485.2022.18.000/6, PP-000803.2022.18.000/8, NF-001076.2022.18.000/0, IC-001093.2022.18.000/7, NF-001169.2022.18.000/8, NF-001350.2022.18.000/7, NF-001376.2022.18.000/2, NF-001441.2022.18.000/3, IC-000213.2022.18.003/0, IC-000570.2018.18.000/8, IC-000322.2022.18.000/5, NF-001324.2022.18.000/0, NF-001445.2022.18.000/5, NF-001469.2022.18.000/0 - PRT 19ª Região-AL - IC-000112.2014.19.000/4, IC-000961.2019.19.000/3, IC-000789.2020.19.000/1, IC-000440.2021.19.000/3, IC-000647.2021.19.000/4, IC-001829.2021.19.000/0, NF-001018.2022.19.000/1, IC-001064.2022.19.000/1, NF-001205.2022.19.000/3, IC-000145.2022.19.001/1, IC-000566.2020.19.000/1, IC-000874.2020.19.000/0, IC-001848.2021.19.000/7, IC-000529.2022.19.000/7, IC-000888.2022.19.000/9, IC-001026.2022.19.000/7, PP-001249.2022.19.000/0, NF-000206.2022.19.001/7, IC-000729.2020.19.000/8, IC-000635.2022.19.000/7, PP-001265.2022.19.000/1, IC-001284.2022.19.000/9 - PRT 20ª Região-SE - IC-000528.2021.20.000/1, IC-001595.2021.20.000/8, IC-001745.2018.20.000/0, NF-001234.2022.20.000/4, NF-001343.2022.20.000/2, NF-000112.2022.20.001/4, IC-001545.2017.20.000/4, IC-000764.2020.20.000/9, PP-001028.2021.20.000/3, IC-000160.2021.20.001/5, IC-000189.2022.20.000/1, IC-000301.2022.20.000/9, IC-000733.2022.20.000/6, IC-000794.2022.20.000/6, NF-001017.2022.20.000/3, NF-001124.2022.20.000/0, IC-001353.2022.20.000/9, IC-001439.2021.20.000/4, IC-000456.2022.20.000/5, PP-000680.2022.20.000/5, NF-001099.2022.20.000/5, IC-001171.2022.20.000/6, NF-001465.2022.20.000/3, NF-001516.2022.20.000/4 - PRT 21ª Região-RN - IC-000077.2020.21.001/9, PP-000133.2008.21.000/7, IC-000170.2018.21.001/9, IC-000176.2018.21.001/7, IC-000157.2019.21.000/3, IC-000167.2020.21.000/0, IC-001183.2020.21.000/8, IC-000078.2020.21.001/6, IC-000267.2020.21.001/6, IC-001197.2021.21.000/8, IC-000158.2022.21.000/4, IC-000005.2022.21.001/8, IC-000030.2022.21.001/2, IC-000092.2022.21.001/6, IC-000194.2019.21.001/1, IC-000172.2020.21.000/5, IC-001420.2020.21.000/5, IC-001256.2021.21.000/4, IC-001316.2021.21.000/6, IC-000057.2021.21.001/6, IC-000251.2020.21.001/0, IC-000858.2021.21.000/9, IC-000026.2022.21.001/8 - PRT 22ª Região-PI - IC-001130.2020.22.000/8, IC-000947.2021.22.000/4, NF-000928.2022.22.000/9, IC-000082.2021.22.000/5, NF-000857.2022.22.000/6, IC-001175.2020.22.000/0, IC-000752.2021.22.000/3 - PRT 23ª Região-MT - IC-000696.2020.23.000/8, NF-000113.2022.23.003/0, IC-000418.2021.23.000/9, IC-000535.2021.23.000/2, IC-000699.2021.23.000/0, PP-000708.2021.23.000/6, IC-000133.2021.23.001/5, IC-000035.2021.23.003/0, IC-000336.2022.23.000/5, IC-000429.2022.23.000/5, NF-000086.2022.23.002/1, NF-000069.2022.23.003/8, IC-000022.2022.23.004/5, IC-000179.2020.23.001/0, IC-000706.2021.23.000/3, PP-000412.2022.23.000/3, NF-000500.2022.23.000/1, NF-000525.2022.23.000/8, IC-000223.2022.23.001/9, IC-000235.2022.23.001/9, IC-000167.2022.23.003/1, IC-000012.2021.23.004/3, IC-000095.2022.23.001/1, IC-000212.2022.23.001/5 - PRT 24ª Região-MS - IC-000964.2020.24.000/9, IC-000062.2020.24.001/0, IC-000066.2020.24.002/0, IC-000219.2021.24.001/8, IC-000239.2021.24.001/2, PP-000246.2022.24.000/5, PP-000552.2022.24.000/1, NF-000674.2022.24.000/7, PP-000017.2022.24.001/2, PP-000106.2022.24.001/6, NF-000194.2022.24.001/9, IC-000383.2021.24.000/0, IC-000572.2021.24.000/3, NF-000811.2021.24.000/8, PP-000240.2022.24.000/7, NF-000376.2022.24.000/5, NF-000664.2022.24.000/0, NF-000045.2022.24.001/2, NF-000216.2022.24.001/1, PP-000232.2022.24.000/2, PP-000095.2022.24.001/3, NF-000209.2022.24.001/3, NF-000218.2022.24.001/4, NF-000160.2022.24.002/0.

Os processos constantes desta pauta que não forem julgados nesta Sessão ficam automaticamente adiados para as próximas que se seguirem, independentemente de nova inclusão em pauta.

ANDRÉ LACERDA

Coordenador da 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão

Poder Judiciário

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

PORTARIA TSE Nº 1.087, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022

Abre crédito suplementar em favor do Tribunal Superior Eleitoral e de Tribunais Regionais Eleitorais no valor que especifica.

O DIRETOR-GERAL DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no inciso II do § 1º do art. 45 e no art. 58 da Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021, e no inciso XXI do art. 1º da Portaria TSE nº 153, de 21 de fevereiro de 2022, resolve:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar em favor do Tribunal Superior Eleitoral e de Tribunais Regionais Eleitorais, no valor de R$ 29.317.074,00 (vinte e nove milhões, trezentos e dezessete mil e setenta e quatro reais), para atender à programação indicada no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R$ 29.317.074,00 (vinte e nove milhões, trezentos e dezessete mil e setenta e quatro reais), conforme indicado no Anexo II desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RUI MOREIRA DE OLIVEIRA

ANEXO

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14101 - Tribunal Superior Eleitoral

ANEXO I ***Crédito Suplementar***
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	*PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO*	*FUNCIONAL*	*ESF*	*GND*	*RP*	*MOD*	*IU*	*FTE*	*VALOR*
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**8.649.187**
	OPERAÇÕES ESPECIAIS								
0033 0181	**Aposentadorias e Pensões Civis da União**	**09 272**							**5.472.002**
0033 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal	09 272							5.472.002

			S	1-PES	1	90	0	156	3.895.266
			S	1-PES	1	90	0	169	1.576.736
0033 09HB	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**	**02 846**							**3.177.185**
0033 09HB 0053	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Distrito Federal	02 846							3.177.185
			F	1-PES	0	91	0	100	3.177.185
TOTAL - FISCAL									**3.177.185**
TOTAL - SEGURIDADE									**5.472.002**
TOTAL - GERAL									**8.649.187**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14104 - Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas
ANEXO I ***Crédito Suplementar***
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	*PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO*	*FUNCIONAL*	*E* SF	*G* ND	*R* P	*M* OD	*I* U	*F* TE	*VALOR*
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**4.263.698**
	ATIVIDADES								
0033 20TP	**Ativos Civis da União**	**02 122**							**4.263.698**
0033 20TP 0013	Ativos Civis da União - No Estado do Amazonas	02 122							4.263.698
			F	1-PES	1	90	0	300	4.263.698
TOTAL - FISCAL									**4.263.698**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**4.263.698**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14105 - Tribunal Regional Eleitoral da Bahia
ANEXO I ***Crédito Suplementar***
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	*PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO*	*FUNCIONAL*	*E* SF	*G* ND	*R* P	*M* OD	*I* U	*F* TE	*VALOR*
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**2.928.923**
	ATIVIDADES								
0033 20TP	**Ativos Civis da União**	**02 122**							**2.928.923**
0033 20TP 0029	Ativos Civis da União - No Estado da Bahia	02 122							2.928.923
			F	1-PES	1	90	0	100	438.536
			F	1-PES	1	90	0	300	2.490.387
TOTAL - FISCAL									**2.928.923**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**2.928.923**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14106 - Tribunal Regional Eleitoral do Ceará
ANEXO I ***Crédito Suplementar***
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	*PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO*	*FUNCIONAL*	*E* SF	*G* ND	*R* P	*M* OD	*I* U	*F* TE	*VALOR*
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**300.000**
	OPERAÇÕES ESPECIAIS								
0033 0181	**Aposentadorias e Pensões Civis da União**	**09 272**							**300.000**
0033 0181 0023	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Ceará	09 272							300.000
			S	1-PES	1	90	0	169	300.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**300.000**
TOTAL - GERAL									**300.000**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14107 - Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal
ANEXO I ***Crédito Suplementar***
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	*PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO*	*FUNCIONAL*	*E* SF	*G* ND	*R* P	*M* OD	*I* U	*F* TE	*VALOR*
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**372.715**
	ATIVIDADES								
0033 20TP	**Ativos Civis da União**	**02 122**							**267.062**
0033 20TP 0053	Ativos Civis da União - No Distrito Federal	02 122							267.062
			F	1-PES	1	90	0	100	267.062
	OPERAÇÕES ESPECIAIS								
0033 0181	**Aposentadorias e Pensões Civis da União**	**09 272**							**105.653**
0033 0181 0053	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Distrito Federal	09 272							105.653
			S	1-PES	1	90	0	169	105.653
TOTAL - FISCAL									**267.062**
TOTAL - SEGURIDADE									**105.653**
TOTAL - GERAL									**372.715**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14110 - Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão
ANEXO I ***Crédito Suplementar***
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	*PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO*	*FUNCIONAL*	*E* SF	*G* ND	*R* P	*M* OD	*I* U	*F* TE	*VALOR*
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**2.024.447**
	ATIVIDADES								
0033 20TP	**Ativos Civis da União**	**02 122**							**2.024.447**
0033 20TP 0021	Ativos Civis da União - No Estado do Maranhão	02 122							2.024.447
			F	1-PES	1	90	0	100	2.024.447
TOTAL - FISCAL									**2.024.447**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**2.024.447**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14113 - Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais
ANEXO I ***Crédito Suplementar***
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**1.300.000**
	ATIVIDADES								
0033 20TP	**Ativos Civis da União**	**02 122**							**1.300.000**
0033 20TP 0031	Ativos Civis da União - No Estado de Minas Gerais	02 122							1.300.000
			F	1-PES	1	90	0	100	1.300.000
TOTAL - FISCAL									**1.300.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.300.000**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14114 - Tribunal Regional Eleitoral do Pará
ANEXO I ***Crédito Suplementar***
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**4.112.244**
	ATIVIDADES								
0033 20TP	**Ativos Civis da União**	**02 122**							**4.112.244**
0033 20TP 0015	Ativos Civis da União - No Estado do Pará	02 122							4.112.244
			F	1-PES	1	90	0	100	4.112.244
TOTAL - FISCAL									**4.112.244**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**4.112.244**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14115 - Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba
ANEXO I ***Crédito Suplementar***
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**167.330**
	OPERAÇÕES ESPECIAIS								
0033 0181	**Aposentadorias e Pensões Civis da União**	**09 272**							**150.000**
0033 0181 0025	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado da Paraíba	09 272							150.000
			S	1-PES	1	90	0	169	150.000
0033 09HB	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**	**02 846**							**17.330**
0033 09HB 0025	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado da Paraíba	02 846							17.330
			F	1-PES	0	91	0	100	17.330
TOTAL - FISCAL									**17.330**
TOTAL - SEGURIDADE									**150.000**
TOTAL - GERAL									**167.330**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14117 - Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco
ANEXO I ***Crédito Suplementar***
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**650.000**
	ATIVIDADES								
0033 20TP	**Ativos Civis da União**	**02 122**							**650.000**
0033 20TP 0026	Ativos Civis da União - No Estado de Pernambuco	02 122							650.000
			F	1-PES	1	90	0	100	650.000
TOTAL - FISCAL									**650.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**650.000**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14126 - Tribunal Regional Eleitoral de Tocantins
ANEXO I ***Crédito Suplementar***
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**97.428**
	OPERAÇÕES ESPECIAIS								
0033 0181	**Aposentadorias e Pensões Civis da União**	**09 272**							**97.428**
0033 0181 0017	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Tocantins	09 272							97.428
			S	1-PES	1	90	0	169	97.428
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**97.428**
TOTAL - GERAL									**97.428**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14127 - Tribunal Regional Eleitoral de Roraima
ANEXO I ***Crédito Suplementar***
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**4.451.102**
	ATIVIDADES								
0033 20TP	**Ativos Civis da União**	**02 122**							**4.345.222**
0033 20TP 0014	Ativos Civis da União - No Estado de Roraima	02 122							4.345.222
			F	1-PES	1	90	0	100	4.345.222
	OPERAÇÕES ESPECIAIS								
0033 0181	**Aposentadorias e Pensões Civis da União**	**09 272**							**105.880**
0033 0181 0014	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Roraima	09 272							105.880
			S	1-PES	1	90	0	169	105.880
TOTAL - FISCAL									**4.345.222**
TOTAL - SEGURIDADE									**105.880**
TOTAL - GERAL									**4.451.102**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14101 - Tribunal Superior Eleitoral

ANEXO II ***Crédito Suplementar***
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**2.199.834**
	ATIVIDADES								
0033 20TP	**Ativos Civis da União**	**02 122**							**2.199.834**
0033 20TP 0053	Ativos Civis da União - No Distrito Federal	02 122							2.199.834
			F	1-PES	1	90	0	100	2.199.834
TOTAL - FISCAL									**2.199.834**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**2.199.834**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14102 - Tribunal Regional Eleitoral do Acre

ANEXO II ***Crédito Suplementar***
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**197.197**
	ATIVIDADES								
0033 20TP	**Ativos Civis da União**	**02 122**							**73.139**
0033 20TP 0012	Ativos Civis da União - No Estado do Acre	02 122							73.139
			F	1-PES	1	90	0	100	73.139
	OPERAÇÕES ESPECIAIS								
0033 0181	**Aposentadorias e Pensões Civis da União**	**09 272**							**48.000**
0033 0181 0012	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Acre	09 272							48.000
			S	1-PES	1	90	0	100	48.000
0033 09HB	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**	**02 846**							**76.058**
0033 09HB 0012	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Acre	02 846							76.058
			F	1-PES	0	91	0	100	76.058
TOTAL - FISCAL									**149.197**
TOTAL - SEGURIDADE									**48.000**
TOTAL - GERAL									**197.197**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14103 - Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas

ANEXO II ***Crédito Suplementar***
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**900.000**
	ATIVIDADES								
0033 20TP	**Ativos Civis da União**	**02 122**							**800.000**
0033 20TP 0027	Ativos Civis da União - No Estado de Alagoas	02 122							800.000
			F	1-PES	1	90	0	100	800.000
	OPERAÇÕES ESPECIAIS								
0033 09HB	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**	**02 846**							**100.000**
0033 09HB 0027	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Alagoas	02 846							100.000
			F	1-PES	0	91	0	100	100.000
TOTAL - FISCAL									**900.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**900.000**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14104 - Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas

ANEXO II ***Crédito Suplementar***
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**66.376**
	OPERAÇÕES ESPECIAIS								
0033 0181	**Aposentadorias e Pensões Civis da União**	**09 272**							**66.376**
0033 0181 0013	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Amazonas	09 272							66.376
			S	1-PES	1	90	0	100	66.376
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**66.376**
TOTAL - GERAL									**66.376**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14105 - Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

ANEXO II ***Crédito Suplementar***
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**957.170**
	OPERAÇÕES ESPECIAIS								
0033 0181	**Aposentadorias e Pensões Civis da União**	**09 272**							**957.170**
0033 0181 0029	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado da Bahia	09 272							957.170
			S	1-PES	1	90	0	100	463.030
			S	1-PES	1	90	0	169	494.140
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**957.170**
TOTAL - GERAL									**957.170**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14106 - Tribunal Regional Eleitoral do Ceará
ANEXO II ***Crédito Suplementar***
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**300.000**
	ATIVIDADES								
0033 20TP	**Ativos Civis da União**	**02 122**							**300.000**
0033 20TP 0023	Ativos Civis da União - No Estado do Ceará	02 122							300.000
			F	1-PES	1	90	0	100	300.000
TOTAL - FISCAL									**300.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**300.000**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14107 - Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal
ANEXO II ***Crédito Suplementar***
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**30.359**
	OPERAÇÕES ESPECIAIS								
0033 09HB	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**	**02 846**							**30.359**
0033 09HB 0053	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Distrito Federal	02 846							30.359
			F	1-PES	0	91	0	100	30.359
TOTAL - FISCAL									**30.359**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**30.359**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14109 - Tribunal Regional Eleitoral de Goiás
ANEXO II ***Crédito Suplementar***
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**1.384.347**
	ATIVIDADES								
0033 20TP	**Ativos Civis da União**	**02 122**							**1.282.790**
0033 20TP 0052	Ativos Civis da União - No Estado de Goiás	02 122							1.282.790
			F	1-PES	1	90	0	100	1.282.790
	OPERAÇÕES ESPECIAIS								
0033 0181	**Aposentadorias e Pensões Civis da União**	**09 272**							**11.557**
0033 0181 0052	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Goiás	09 272							11.557
			S	1-PES	1	90	0	169	11.557
0033 09HB	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**	**02 846**							**90.000**
0033 09HB 0052	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Goiás	02 846							90.000
			F	1-PES	0	91	0	100	90.000
TOTAL - FISCAL									**1.372.790**
TOTAL - SEGURIDADE									**11.557**
TOTAL - GERAL									**1.384.347**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14110 - Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão
ANEXO II ***Crédito Suplementar***
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**911.721**
	OPERAÇÕES ESPECIAIS								
0033 0181	**Aposentadorias e Pensões Civis da União**	**09 272**							**895.266**
0033 0181 0021	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Maranhão	09 272							895.266
			S	1-PES	1	90	0	156	895.266
0033 09HB	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**	**02 846**							**16.455**
0033 09HB 0021	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Maranhão	02 846							16.455
			F	1-PES	0	91	0	100	16.455
TOTAL - FISCAL									**16.455**
TOTAL - SEGURIDADE									**895.266**
TOTAL - GERAL									**911.721**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14111 - Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso
ANEXO II ***Crédito Suplementar***
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**1.380.000**
	ATIVIDADES								
0033 20TP	**Ativos Civis da União**	**02 122**							**1.200.000**
0033 20TP 0051	Ativos Civis da União - No Estado de Mato Grosso	02 122							1.200.000
			F	1-PES	1	90	0	100	1.200.000
	OPERAÇÕES ESPECIAIS								
0033 09HB	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**	**02 846**							**180.000**
0033 09HB 0051	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Mato Grosso	02 846							180.000
			F	1-PES	0	91	0	100	180.000
TOTAL - FISCAL									**1.380.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.380.000**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14113 - Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais
ANEXO II ***Crédito Suplementar***
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**2.181.643**
	OPERAÇÕES ESPECIAIS								
0033 0181	**Aposentadorias e Pensões Civis da União**	**09 272**							**1.300.000**
0033 0181 0031	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Minas Gerais	09 272							1.300.000
			S	1-PES	1	90	0	100	1.300.000
0033 09HB	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**	**02 846**							**881.643**
0033 09HB 0031	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de Minas Gerais	02 846							881.643
			F	1-PES	0	91	0	100	881.643
TOTAL - FISCAL									**881.643**
TOTAL - SEGURIDADE									**1.300.000**
TOTAL - GERAL									**2.181.643**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14114 - Tribunal Regional Eleitoral do Pará
ANEXO II ***Crédito Suplementar***
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**650.000**
	OPERAÇÕES ESPECIAIS								
0033 0181	**Aposentadorias e Pensões Civis da União**	**09 272**							**500.000**
0033 0181 0015	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Pará	09 272							500.000
			S	1-PES	1	90	0	100	500.000
0033 09HB	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**	**02 846**							**150.000**
0033 09HB 0015	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Pará	02 846							150.000
			F	1-PES	0	91	0	100	150.000
TOTAL - FISCAL									**150.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**500.000**
TOTAL - GERAL									**650.000**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14115 - Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba
ANEXO II ***Crédito Suplementar***
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**150.000**
	ATIVIDADES								
0033 20TP	**Ativos Civis da União**	**02 122**							**150.000**
0033 20TP 0025	Ativos Civis da União - No Estado da Paraíba	02 122							150.000
			F	1-PES	1	90	0	100	150.000
TOTAL - FISCAL									**150.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**150.000**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14116 - Tribunal Regional Eleitoral do Paraná
ANEXO II ***Crédito Suplementar***
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**1.932.192**
	ATIVIDADES								
0033 20TP	**Ativos Civis da União**	**02 122**							**1.382.192**
0033 20TP 0041	Ativos Civis da União - No Estado do Paraná	02 122							1.382.192
			F	1-PES	1	90	0	100	1.382.192
	OPERAÇÕES ESPECIAIS								
0033 0181	**Aposentadorias e Pensões Civis da União**	**09 272**							**300.000**
0033 0181 0041	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Paraná	09 272							300.000
			S	1-PES	1	90	0	100	300.000
0033 09HB	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**	**02 846**							**250.000**
0033 09HB 0041	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Paraná	02 846							250.000
			F	1-PES	0	91	0	100	250.000
TOTAL - FISCAL									**1.632.192**
TOTAL - SEGURIDADE									**300.000**
TOTAL - GERAL									**1.932.192**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14117 - Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco
ANEXO II ***Crédito Suplementar***
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**150.000**
	OPERAÇÕES ESPECIAIS								
0033 0181	**Aposentadorias e Pensões Civis da União**	**09 272**							**150.000**
0033 0181 0026	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Pernambuco	09 272							150.000
			S	1-PES	1	90	0	100	150.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**150.000**
TOTAL - GERAL									**150.000**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14118 - Tribunal Regional Eleitoral do Piauí
ANEXO II ***Crédito Suplementar***
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**1.738.006**
	ATIVIDADES								
0033 20TP	**Ativos Civis da União**	**02 122**							**1.018.006**
0033 20TP 0022	Ativos Civis da União - No Estado do Piauí	02 122							1.018.006
			F	1-PES	1	90	0	100	1.018.006
	OPERAÇÕES ESPECIAIS								
0033 0181	**Aposentadorias e Pensões Civis da União**	**09 272**							**550.000**
0033 0181 0022	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Piauí	09 272							550.000
			S	1-PES	1	90	0	169	550.000
0033 09HB	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**	**02 846**							**170.000**
0033 09HB 0022	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Piauí	02 846							170.000
			F	1-PES	0	91	0	100	170.000
TOTAL - FISCAL									**1.188.006**
TOTAL - SEGURIDADE									**550.000**
TOTAL - GERAL									**1.738.006**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14119 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro
ANEXO II ***Crédito Suplementar***
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**4.000.000**
	ATIVIDADES								
0033 20TP	**Ativos Civis da União**	**02 122**							**1.000.000**
0033 20TP 0033	Ativos Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro	02 122							1.000.000
			F	1-PES	1	90	0	100	1.000.000
	OPERAÇÕES ESPECIAIS								
0033 0181	**Aposentadorias e Pensões Civis da União**	**09 272**							**3.000.000**
0033 0181 0033	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio de Janeiro	09 272							3.000.000
			S	1-PES	1	90	0	156	3.000.000
TOTAL - FISCAL									**1.000.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**3.000.000**
TOTAL - GERAL									**4.000.000**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14120 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte
ANEXO II ***Crédito Suplementar***
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**450.000**
	OPERAÇÕES ESPECIAIS								
0033 0181	**Aposentadorias e Pensões Civis da União**	**09 272**							**200.000**
0033 0181 0024	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Norte	09 272							200.000
			S	1-PES	1	90	0	169	200.000
0033 09HB	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**	**02 846**							**250.000**
0033 09HB 0024	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado do Rio Grande do Norte	02 846							250.000
			F	1-PES	0	91	0	100	250.000
TOTAL - FISCAL									**250.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**200.000**
TOTAL - GERAL									**450.000**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14121 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
ANEXO II ***Crédito Suplementar***
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**300.000**
	OPERAÇÕES ESPECIAIS								
0033 0181	**Aposentadorias e Pensões Civis da União**	**09 272**							**300.000**
0033 0181 0043	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Rio Grande do Sul	09 272							300.000
			S	1-PES	1	90	0	100	300.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**300.000**
TOTAL - GERAL									**300.000**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14122 - Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia
ANEXO II ***Crédito Suplementar***
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**74.561**
	OPERAÇÕES ESPECIAIS								
0033 0181	**Aposentadorias e Pensões Civis da União**	**09 272**							**74.561**
0033 0181 0011	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Rondônia	09 272							74.561
			S	1-PES	1	90	0	100	74.561
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**74.561**
TOTAL - GERAL									**74.561**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14123 - Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

ANEXO II ***Crédito Suplementar***
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**900.000**
	OPERAÇÕES ESPECIAIS								
0033 0181	**Aposentadorias e Pensões Civis da União**	**09 272**							**900.000**
0033 0181 0042	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Santa Catarina	09 272							900.000
			S	1-PES	1	90	0	169	900.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**900.000**
TOTAL - GERAL									**900.000**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14124 - Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo

ANEXO II ***Crédito Suplementar***
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**6.500.000**
	ATIVIDADES								
0033 20TP	**Ativos Civis da União**	**02 122**							**5.000.000**
0033 20TP 0035	Ativos Civis da União - No Estado de São Paulo	02 122							5.000.000
			F	1-PES	1	90	0	300	5.000.000
	OPERAÇÕES ESPECIAIS								
0033 0181	**Aposentadorias e Pensões Civis da União**	**09 272**							**500.000**
0033 0181 0035	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de São Paulo	09 272							500.000
			S	1-PES	1	90	0	100	500.000
0033 09HB	**Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**	**02 846**							**1.000.000**
0033 09HB 0035	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - No Estado de São Paulo	02 846							1.000.000
			F	1-PES	0	91	0	100	1.000.000
TOTAL - FISCAL									**6.000.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**500.000**
TOTAL - GERAL									**6.500.000**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14125 - Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe

ANEXO II ***Crédito Suplementar***
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**1.130.000**
	ATIVIDADES								
0033 20TP	**Ativos Civis da União**	**02 122**							**950.000**
0033 20TP 0028	Ativos Civis da União - No Estado de Sergipe	02 122							950.000
			F	1-PES	1	90	0	300	950.000
	OPERAÇÕES ESPECIAIS								
0033 0181	**Aposentadorias e Pensões Civis da União**	**09 272**							**180.000**
0033 0181 0028	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado de Sergipe	09 272							180.000
			S	1-PES	1	90	0	169	180.000
TOTAL - FISCAL									**950.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**180.000**
TOTAL - GERAL									**1.130.000**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14126 - Tribunal Regional Eleitoral de Tocantins

ANEXO II ***Crédito Suplementar***
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**804.085**
	ATIVIDADES								
0033 20TP	**Ativos Civis da União**	**02 122**							**804.085**
0033 20TP 0017	Ativos Civis da União - No Estado do Tocantins	02 122							804.085
			F	1-PES	1	90	0	300	804.085
TOTAL - FISCAL									**804.085**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**804.085**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14128 - Tribunal Regional Eleitoral do Amapá

ANEXO II ***Crédito Suplementar***
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**29.583**
	OPERAÇÕES ESPECIAIS								
0033 0181	**Aposentadorias e Pensões Civis da União**	**09 272**							**29.583**
0033 0181 0016	Aposentadorias e Pensões Civis da União - No Estado do Amapá	09 272							29.583
			S	1-PES	1	90	0	100	29.583
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**29.583**
TOTAL - GERAL									**29.583**

PORTARIA TSE Nº 1.088, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022

Abre crédito suplementar em favor do Tribunal Superior Eleitoral e de Tribunais Regionais Eleitorais no valor que especifica.

O DIRETOR-GERAL DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no inciso II do § 1º do art. 45 e no art. 58 da Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021, e no inciso XXI do art. 1º da Portaria TSE nº 153, de 21 de fevereiro de 2022, resolve:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar em favor do Tribunal Superior Eleitoral e de Tribunais Regionais Eleitorais, no valor de R$ 7.222.580,00 (sete milhões, duzentos e vinte e dois mil e quinhentos e oitenta reais), para atender à programação indicada no Anexo I desta portaria.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R$ 7.222.580,00 (sete milhões, duzentos e vinte e dois mil e quinhentos e oitenta reais), conforme indicado no Anexo II desta portaria.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RUI MOREIRA DE OLIVEIRA

ANEXO

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14101 - Tribunal Superior Eleitoral

ANEXO I ***Crédito Suplementar***
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	*PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO*	*FUNCIONAL*	*ESF*	*GND*	*RP*	*MOD*	*IU*	*FTE*	*VALOR*
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**6.114.230**
	ATIVIDADES								
0033 2004	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**	**02 301**							**4.243.020**
0033 2004 0053	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal	02 301							4.243.020
			S	3-ODC	1	90	0	100	4.123.960
			S	3-ODC	1	90	0	188	119.060
0033 212B	**Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**	**02 301**							**1.871.210**
0033 212B 0053	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal	02 301							1.871.210
			F	3-ODC	1	90	0	100	1.871.210
TOTAL - FISCAL									**1.871.210**
TOTAL - SEGURIDADE									**4.243.020**
TOTAL - GERAL									**6.114.230**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14103 - Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas

ANEXO I ***Crédito Suplementar***
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	*PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO*	*FUNCIONAL*	*ESF*	*GND*	*RP*	*MOD*	*IU*	*FTE*	*VALOR*
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**16.470**
	ATIVIDADES								
0033 212B	**Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**	**02 301**							**16.470**
0033 212B 0027	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Alagoas	02 301							16.470
			F	3-ODC	1	90	0	100	16.470
TOTAL - FISCAL									**16.470**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**16.470**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14104 - Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas

ANEXO I ***Crédito Suplementar***
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	*PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO*	*FUNCIONAL*	*ESF*	*GND*	*RP*	*MOD*	*IU*	*FTE*	*VALOR*
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**198.810**
	ATIVIDADES								
0033 2004	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**	**02 301**							**198.810**
0033 2004 0013	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Amazonas	02 301							198.810
			S	3-ODC	1	90	0	188	198.810
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**198.810**
TOTAL - GERAL									**198.810**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14107 - Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

ANEXO I ***Crédito Suplementar***
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	*PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO*	*FUNCIONAL*	*ESF*	*GND*	*RP*	*MOD*	*IU*	*FTE*	*VALOR*
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**786.040**
	ATIVIDADES								
0033 2004	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**	**02 301**							**786.040**
0033 2004 0053	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal	02 301							786.040
			S	3-ODC	1	90	0	188	786.040
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**786.040**
TOTAL - GERAL									**786.040**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14111 - Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso
ANEXO I ***Crédito Suplementar***
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**12.070**
	ATIVIDADES								
0033 2004	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**	**02 301**							**12.070**
0033 2004 0051	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Mato Grosso	02 301							12.070
			S	3-ODC	1	90	0	188	12.070
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**12.070**
TOTAL - GERAL									**12.070**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14112 - Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul
ANEXO I ***Crédito Suplementar***
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**8.420**
	ATIVIDADES								
0033 212B	**Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**	**02 301**							**8.420**
0033 212B 0054	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Mato Grosso do Sul	02 301							8.420
			F	3-ODC	1	90	0	100	8.420
TOTAL - FISCAL									**8.420**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**8.420**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14116 - Tribunal Regional Eleitoral do Paraná
ANEXO I ***Crédito Suplementar***
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**35.060**
	ATIVIDADES								
0033 2004	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**	**02 301**							**35.060**
0033 2004 0041	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Paraná	02 301							35.060
			S	3-ODC	1	90	0	188	35.060
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**35.060**
TOTAL - GERAL									**35.060**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14118 - Tribunal Regional Eleitoral do Piauí
ANEXO I ***Crédito Suplementar***
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**360**
	ATIVIDADES								
0033 212B	**Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**	**02 301**							**360**
0033 212B 0022	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Piauí	02 301							360
			F	3-ODC	1	90	0	100	360
TOTAL - FISCAL									**360**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**360**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14120 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte
ANEXO I ***Crédito Suplementar***
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**47.070**
	ATIVIDADES								
0033 212B	**Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**	**02 301**							**47.070**
0033 212B 0024	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Norte	02 301							47.070
			F	3-ODC	1	90	0	100	47.070
TOTAL - FISCAL									**47.070**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**47.070**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14127 - Tribunal Regional Eleitoral de Roraima
ANEXO I ***Crédito Suplementar***
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**4.050**
	ATIVIDADES								
0033 212B	**Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**	**02 301**							**4.050**
0033 212B 0014	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Roraima	02 301							4.050
			F	3-ODC	1	90	0	100	4.050
TOTAL - FISCAL									**4.050**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**4.050**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14102 - Tribunal Regional Eleitoral do Acre
ANEXO II ***Crédito Suplementar***
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**87.600**
	ATIVIDADES								
0033 212B	**Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**	**02 301**							**87.600**
0033 212B 0012	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Acre	02 301							87.600
			F	3-ODC	1	90	0	100	87.600
TOTAL - FISCAL									**87.600**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**87.600**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14103 - Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas
ANEXO II ***Crédito Suplementar***
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**65.000**
	ATIVIDADES								
0033 2004	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**	**02 301**							**65.000**
0033 2004 0027	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Alagoas	02 301							65.000
			S	3-ODC	1	90	0	100	65.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**65.000**
TOTAL - GERAL									**65.000**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14104 - Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas
ANEXO II ***Crédito Suplementar***
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**26.130**
	ATIVIDADES								
0033 212B	**Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**	**02 301**							**26.130**
0033 212B 0013	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Amazonas	02 301							26.130
			F	3-ODC	1	90	0	100	26.130
TOTAL - FISCAL									**26.130**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**26.130**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14105 - Tribunal Regional Eleitoral da Bahia
ANEXO II ***Crédito Suplementar***
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**103.000**
	ATIVIDADES								
0033 212B	**Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**	**02 301**							**103.000**
0033 212B 0029	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Bahia	02 301							103.000
			F	3-ODC	1	90	0	100	103.000
TOTAL - FISCAL									**103.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**103.000**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14107 - Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal
ANEXO II ***Crédito Suplementar***
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**111.600**
	ATIVIDADES								
0033 212B	**Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**	**02 301**							**111.600**
0033 212B 0053	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Distrito Federal	02 301							111.600
			F	3-ODC	1	90	0	100	111.600
TOTAL - FISCAL									**111.600**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**111.600**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14108 - Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo
ANEXO II ***Crédito Suplementar***
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**27.800**
	ATIVIDADES								
0033 212B	**Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**	**02 301**							**27.800**
0033 212B 0032	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Espírito Santo	02 301							27.800
			F	3-ODC	1	90	0	100	27.800
TOTAL - FISCAL									**27.800**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**27.800**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14109 - Tribunal Regional Eleitoral de Goiás
ANEXO II ***Crédito Suplementar***
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**110.700**
	ATIVIDADES								
0033 212B	**Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**	**02 301**							**110.700**
0033 212B 0052	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Goiás	02 301							110.700
			F	3-ODC	1	90	0	100	110.700
TOTAL - FISCAL									**110.700**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**110.700**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14110 - Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão
ANEXO II ***Crédito Suplementar***
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**75.000**
	ATIVIDADES								
0033 212B	**Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**	**02 301**							**75.000**
0033 212B 0021	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Maranhão	02 301							75.000
			F	3-ODC	1	90	0	100	75.000
TOTAL - FISCAL									**75.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**75.000**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14111 - Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso
ANEXO II ***Crédito Suplementar***
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**37.500**
	ATIVIDADES								
0033 212B	**Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**	**02 301**							**37.500**
0033 212B 0051	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Mato Grosso	02 301							37.500
			F	3-ODC	1	90	0	100	37.500
TOTAL - FISCAL									**37.500**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**37.500**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14113 - Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais
ANEXO II ***Crédito Suplementar***
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**174.300**
	ATIVIDADES								
0033 212B	**Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**	**02 301**							**174.300**
0033 212B 0031	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Minas Gerais	02 301							174.300
			F	3-ODC	1	90	0	100	174.300
TOTAL - FISCAL									**174.300**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**174.300**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14114 - Tribunal Regional Eleitoral do Pará
ANEXO II ***Crédito Suplementar***
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**388.900**
	ATIVIDADES								
0033 212B	**Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**	**02 301**							**388.900**
0033 212B 0015	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Pará	02 301							388.900
			F	3-ODC	1	90	0	100	388.900
TOTAL - FISCAL									**388.900**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**388.900**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14115 - Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba
ANEXO II ***Crédito Suplementar***
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**159.050**
	ATIVIDADES								
0033 2004	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**	**02 301**							**80.000**
0033 2004 0025	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Paraíba	02 301							80.000
			S	3-ODC	1	90	0	100	80.000
0033 212B	**Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**	**02 301**							**79.050**
0033 212B 0025	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado da Paraíba	02 301							79.050
			F	3-ODC	1	90	0	100	79.050
TOTAL - FISCAL									**79.050**
TOTAL - SEGURIDADE									**80.000**
TOTAL - GERAL									**159.050**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14117 - Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco
ANEXO II ***Crédito Suplementar***
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**124.600**
	ATIVIDADES								
0033 212B	**Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**	**02 301**							**124.600**
0033 212B 0026	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Pernambuco	02 301							124.600
			F	3-ODC	1	90	0	100	124.600
TOTAL - FISCAL									**124.600**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**124.600**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14119 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro
ANEXO II ***Crédito Suplementar***
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**4.500.000**
	ATIVIDADES								
0033 2004	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**	**02 301**							**4.500.000**
0033 2004 0033	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio de Janeiro	02 301							4.500.000
			S	3-ODC	1	90	0	100	3.348.960
			S	3-ODC	1	90	0	188	1.151.040
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**4.500.000**
TOTAL - GERAL									**4.500.000**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14120 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte
ANEXO II ***Crédito Suplementar***
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**450.000**
	ATIVIDADES								
0033 2004	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**	**02 301**							**450.000**
0033 2004 0024	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Rio Grande do Norte	02 301							450.000
			S	3-ODC	1	90	0	100	450.000
TOTAL - FISCAL									**0**
TOTAL - SEGURIDADE									**450.000**
TOTAL - GERAL									**450.000**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14122 - Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia
ANEXO II *Crédito Suplementar*
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) *Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00*

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**55.700**
	ATIVIDADES								
0033 212B	**Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**	**02 301**							**55.700**
0033 212B 0011	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Rondônia	02 301							55.700
			F	3-ODC	1	90	0	100	55.700
TOTAL - FISCAL									**55.700**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**55.700**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14124 - Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo
ANEXO II *Crédito Suplementar*
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) *Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00*

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**664.000**
	ATIVIDADES								
0033 2004	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**	**02 301**							**180.000**
0033 2004 0035	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de São Paulo	02 301							180.000
			S	3-ODC	1	90	0	100	180.000
0033 212B	**Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**	**02 301**							**484.000**
0033 212B 0035	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de São Paulo	02 301							484.000
			F	3-ODC	1	90	0	100	484.000
TOTAL - FISCAL									**484.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**180.000**
TOTAL - GERAL									**664.000**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14125 - Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe
ANEXO II *Crédito Suplementar*
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) *Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00*

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**24.000**
	ATIVIDADES								
0033 212B	**Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**	**02 301**							**24.000**
0033 212B 0028	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado de Sergipe	02 301							24.000
			F	3-ODC	1	90	0	100	24.000
TOTAL - FISCAL									**24.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**24.000**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14128 - Tribunal Regional Eleitoral do Amapá
ANEXO II *Crédito Suplementar*
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) *Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00*

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**37.700**
	ATIVIDADES								
0033 212B	**Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**	**02 301**							**37.700**
0033 212B 0016	Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - No Estado do Amapá	02 301							37.700
			F	3-ODC	1	90	0	100	37.700
TOTAL - FISCAL									**37.700**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**37.700**

PORTARIA TSE Nº 1.093, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

Abre crédito suplementar em favor do Tribunal Superior Eleitoral e de Tribunais Regionais Eleitorais no valor que especifica.

O DIRETOR-GERAL DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 42, § 1º, inciso I, alínea "a" da Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021, no art. 1º, inciso XXI da Portaria TSE nº 153, de 21 de fevereiro de 2022, e no Procedimento Administrativo SEI nº 2022.00.000014959-0, resolve:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar em favor do Tribunal Superior Eleitoral e de Tribunais Regionais Eleitorais no valor de R$ 21.205.629,00 (vinte e um milhões, duzentos e cinco mil, seiscentos e vinte nove reais) para atender à programação indicada no Anexo I desta portaria.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias no valor de R$ 21.205.629,00 (vinte e um milhões, duzentos e cinco mil, seiscentos e vinte nove reais), conforme indicado no Anexo II desta portaria.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RUI MOREIRA DE OLIVEIRA

ANEXO

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14101 - Tribunal Superior Eleitoral

ANEXO I ***Outras Alterações Orçamentárias***
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**15.500.000**
	ATIVIDADES								
0033 4269	**Pleitos Eleitorais**	**02 061**							**15.500.000**
0033 4269 0001	Pleitos Eleitorais - Nacional	02 061							15.500.000
			F	4-INV	2	90	0	100	15.500.000
TOTAL - FISCAL									**15.500.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**15.500.000**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14103 - Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas

ANEXO I ***Outras Alterações Orçamentárias***
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**40.618**
	ATIVIDADES								
0033 20GP	**Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral**	**02 122**							**40.618**
0033 20GP 0027	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Alagoas	02 122							40.618
			F	4-INV	2	90	0	100	40.618
TOTAL - FISCAL									**40.618**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**40.618**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14105 - Tribunal Regional Eleitoral da Bahia

ANEXO I ***Outras Alterações Orçamentárias***
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**665.791**
	ATIVIDADES								
0033 20GP	**Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral**	**02 122**							**665.791**
0033 20GP 0029	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado da Bahia	02 122							665.791
			F	3-ODC	2	90	0	100	161.432
			F	4-INV	2	90	0	100	416.392
			F	4-INV	2	90	0	127	87.967
TOTAL - FISCAL									**665.791**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**665.791**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14107 - Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal

ANEXO I ***Outras Alterações Orçamentárias***
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**528.111**
	ATIVIDADES								
0033 20GP	**Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral**	**02 122**							**528.111**
0033 20GP 0053	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Distrito Federal	02 122							528.111
			F	4-INV	2	90	0	100	528.111
TOTAL - FISCAL									**528.111**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**528.111**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14110 - Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão

ANEXO I ***Outras Alterações Orçamentárias***
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**443.676**
	ATIVIDADES								
0033 20GP	**Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral**	**02 122**							**443.676**
0033 20GP 0021	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Maranhão	02 122							443.676
			F	4-INV	2	90	0	100	443.676
TOTAL - FISCAL									**443.676**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**443.676**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14114 - Tribunal Regional Eleitoral do Pará

ANEXO I ***Outras Alterações Orçamentárias***
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**31.358**
	ATIVIDADES								
0033 20GP	**Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral**	**02 122**							**31.358**
0033 20GP 0015	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Pará	02 122							31.358
			F	3-ODC	2	90	0	100	31.358
TOTAL - FISCAL									**31.358**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**31.358**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14118 - Tribunal Regional Eleitoral do Piauí
ANEXO I ***Outras Alterações Orçamentárias***
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**350.500**
	ATIVIDADES								
0033 20GP	**Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral**	**02 122**							**350.500**
0033 20GP 0022	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Piauí	02 122							350.500
			F	3-ODC	2	90	0	100	350.500
TOTAL - FISCAL									**350.500**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**350.500**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14119 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro
ANEXO I ***Outras Alterações Orçamentárias***
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**369.758**
	ATIVIDADES								
0033 20GP	**Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral**	**02 122**							**369.758**
0033 20GP 0033	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Rio de Janeiro	02 122							369.758
			F	3-ODC	2	90	0	100	369.758
TOTAL - FISCAL									**369.758**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**369.758**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14121 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
ANEXO I ***Outras Alterações Orçamentárias***
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**1.394.100**
	ATIVIDADES								
0033 20GP	**Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral**	**02 122**							**1.394.100**
0033 20GP 0043	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Rio Grande do Sul	02 122							1.394.100
			F	4-INV	2	90	0	100	1.394.100
TOTAL - FISCAL									**1.394.100**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.394.100**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14122 - Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia
ANEXO I ***Outras Alterações Orçamentárias***
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**621.650**
	ATIVIDADES								
0033 20GP	**Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral**	**02 122**							**621.650**
0033 20GP 0011	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Rondônia	02 122							621.650
			F	3-ODC	2	90	0	100	269.894
			F	4-INV	2	90	0	127	351.756
TOTAL - FISCAL									**621.650**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**621.650**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14124 - Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo
ANEXO I ***Outras Alterações Orçamentárias***
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**670.045**
	ATIVIDADES								
0033 20GP	**Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral**	**02 122**							**670.045**
0033 20GP 0035	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de São Paulo	02 122							670.045
			F	4-INV	2	90	0	100	670.045
TOTAL - FISCAL									**670.045**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**670.045**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14125 - Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe
ANEXO I ***Outras Alterações Orçamentárias***
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**377.841**
	ATIVIDADES								
0033 20GP	**Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral**	**02 122**							**377.841**
0033 20GP 0028	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Sergipe	02 122							377.841
			F	3-ODC	2	90	0	100	302.841
			F	4-INV	2	90	0	100	75.000
TOTAL - FISCAL									**377.841**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**377.841**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14126 - Tribunal Regional Eleitoral de Tocantins
ANEXO I ***Outras Alterações Orçamentárias***
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**212.181**
	ATIVIDADES								
0033 20GP	**Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral**	**02 122**							**212.181**
0033 20GP 0017	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Tocantins	02 122							212.181
			F	3-ODC	2	90	0	100	212.181
TOTAL - FISCAL									**212.181**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**212.181**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14101 - Tribunal Superior Eleitoral
ANEXO II ***Outras Alterações Orçamentárias***
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**15.500.000**
	ATIVIDADES								
0033 4269	**Pleitos Eleitorais**	**02 061**							**15.500.000**
0033 4269 0001	Pleitos Eleitorais - Nacional	02 061							15.500.000
			F	3-ODC	2	90	0	100	15.500.000
TOTAL - FISCAL									**15.500.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**15.500.000**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14103 - Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas
ANEXO II ***Outras Alterações Orçamentárias***
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**40.618**
	ATIVIDADES								
0033 20GP	**Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral**	**02 122**							**40.618**
0033 20GP 0027	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Alagoas	02 122							40.618
			F	3-ODC	2	90	0	100	40.618
TOTAL - FISCAL									**40.618**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**40.618**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14105 - Tribunal Regional Eleitoral da Bahia
ANEXO II ***Outras Alterações Orçamentárias***
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**665.791**
	ATIVIDADES								
0033 20GP	**Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral**	**02 122**							**665.791**
0033 20GP 0029	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado da Bahia	02 122							665.791
			F	3-ODC	2	90	0	100	416.392
			F	3-ODC	2	90	0	127	87.967
			F	4-INV	2	90	0	100	161.432
TOTAL - FISCAL									**665.791**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**665.791**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14107 - Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal
ANEXO II ***Outras Alterações Orçamentárias***
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**528.111**
	ATIVIDADES								
0033 20GP	**Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral**	**02 122**							**528.111**
0033 20GP 0053	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Distrito Federal	02 122							528.111
			F	3-ODC	2	90	0	100	528.111
TOTAL - FISCAL									**528.111**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**528.111**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14110 - Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão
ANEXO II ***Outras Alterações Orçamentárias***
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**443.676**
	ATIVIDADES								
0033 20GP	**Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral**	**02 122**							**443.676**
0033 20GP 0021	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Maranhão	02 122							443.676
			F	3-ODC	2	90	0	100	443.676
TOTAL - FISCAL									**443.676**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**443.676**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14114 - Tribunal Regional Eleitoral do Pará
ANEXO II ***Outras Alterações Orçamentárias***
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**31.358**
	ATIVIDADES								
0033 20GP	**Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral**	**02 122**							**31.358**
0033 20GP 0015	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Pará	02 122							31.358
			F	4-INV	2	90	0	100	31.358
TOTAL - FISCAL									**31.358**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**31.358**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14118 - Tribunal Regional Eleitoral do Piauí
ANEXO II ***Outras Alterações Orçamentárias***
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**350.500**
	ATIVIDADES								
0033 20GP	**Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral**	**02 122**							**350.500**
0033 20GP 0022	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Piauí	02 122							350.500
			F	4-INV	2	90	0	100	350.500
TOTAL - FISCAL									**350.500**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**350.500**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14119 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro
ANEXO II ***Outras Alterações Orçamentárias***
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**369.758**
	ATIVIDADES								
0033 20GP	**Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral**	**02 122**							**369.758**
0033 20GP 0033	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Rio de Janeiro	02 122							369.758
			F	4-INV	2	90	0	100	369.758
TOTAL - FISCAL									**369.758**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**369.758**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14121 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
ANEXO II ***Outras Alterações Orçamentárias***
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**1.394.100**
	ATIVIDADES								
0033 20GP	**Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral**	**02 122**							**1.394.100**
0033 20GP 0043	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Rio Grande do Sul	02 122							1.394.100
			F	3-ODC	2	90	0	100	1.394.100
TOTAL - FISCAL									**1.394.100**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.394.100**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14122 - Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia
ANEXO II ***Outras Alterações Orçamentárias***
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**621.650**
	ATIVIDADES								
0033 20GP	**Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral**	**02 122**							**621.650**
0033 20GP 0011	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Rondônia	02 122							621.650
			F	3-ODC	2	90	0	127	351.756
			F	4-INV	2	90	0	100	269.894
TOTAL - FISCAL									**621.650**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**621.650**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14124 - Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo
ANEXO II — *Outras Alterações Orçamentárias*
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — *Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00*

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**670.045**
	ATIVIDADES								
0033 20GP	**Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral**	**02 122**							**670.045**
0033 20GP 0035	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de São Paulo	02 122							670.045
			F	3-ODC	2	90	0	100	670.045
TOTAL - FISCAL									**670.045**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**670.045**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14125 - Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe
ANEXO II — *Outras Alterações Orçamentárias*
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — *Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00*

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**377.841**
	ATIVIDADES								
0033 20GP	**Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral**	**02 122**							**377.841**
0033 20GP 0028	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Sergipe	02 122							377.841
			F	3-ODC	2	90	0	100	75.000
			F	4-INV	2	90	0	100	302.841
TOTAL - FISCAL									**377.841**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**377.841**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14126 - Tribunal Regional Eleitoral de Tocantins
ANEXO II — *Outras Alterações Orçamentárias*
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — *Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00*

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**212.181**
	ATIVIDADES								
0033 20GP	**Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral**	**02 122**							**212.181**
0033 20GP 0017	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Tocantins	02 122							212.181
			F	4-INV	2	90	0	100	212.181
TOTAL - FISCAL									**212.181**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**212.181**

PORTARIA TSE Nº 1.094, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

Abre crédito suplementar em favor do Tribunal Superior Eleitoral no valor que especifica.

O DIRETOR-GERAL DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 45, § 1º, inciso II e no art. 58 da Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021, no art. 4º, caput, inciso IV da Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022, no art. 1º, inciso XXI da Portaria TSE nº 153, de 21 de fevereiro de 2022, e no Procedimento Administrativo SEI nº 2022.00.000014959-0, resolve:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar em favor do Tribunal Superior Eleitoral no valor de R$ 63.429.112,00 (sessenta e três milhões, quatrocentos e vinte e nove mil, cento e doze reais) para atender à programação indicada no Anexo I desta portaria.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias no valor de R$ 63.429.112,00 (sessenta e três milhões, quatrocentos e vinte e nove mil, cento e doze reais), conforme indicado no Anexo II desta portaria.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RUI MOREIRA DE OLIVEIRA

ANEXO

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14101 - Tribunal Superior Eleitoral
ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**63.429.112**
	Atividades								
0033 4269	**Pleitos Eleitorais**	**02 061**							**63.429.112**
0033 4269 0001	Pleitos Eleitorais - Nacional	02 061							63.429.112
			F	4-INV	2	90	0	100	63.429.112
TOTAL - FISCAL									**63.429.112**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**63.429.112**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14101 - Tribunal Superior Eleitoral
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**46.000.000**
	Atividades								
0033 20GP	**Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral**	**02 122**							**20.000.000**

0033 20GP 0001	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - Nacional	02 122	F	4-INV	2	90	0	100	20.000.000
									20.000.000
0033 21CN	**Gestão e Manutenção da Identificação Civil Nacional**	**02 126**							**4.000.000**
0033 21CN 0001	Gestão e Manutenção da Identificação Civil Nacional - Nacional	02 126	F	4-INV	2	90	0	100	4.000.000
									4.000.000
	Projetos								
0033 7832	**Implantação do Sistema de Automação de Identificação do Eleitor**	**02 126**							**22.000.000**
0033 7832 0001	Implantação do Sistema de Automação de Identificação do Eleitor - Nacional	02 126	F	4-INV	2	90	0	100	22.000.000
									22.000.000
TOTAL - FISCAL									**46.000.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**46.000.000**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14105 - Tribunal Regional Eleitoral da Bahia
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**268.607**
	Atividades								
0033 20GP	**Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral**	**02 122**							**239.919**
0033 20GP 0029	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado da Bahia	02 122	F	4-INV	2	90	0	100	239.919
									239.919
0033 219Z	**Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União**	**02 122**							**28.688**
0033 219Z 0029	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União - No Estado da Bahia	02 122	F	4-INV	2	90	0	100	28.688
									28.688
TOTAL - FISCAL									**268.607**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**268.607**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14108 - Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**1.330.000**
	Atividades								
0033 20GP	**Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral**	**02 122**							**1.030.000**
0033 20GP 0032	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Espírito Santo	02 122	F	4-INV	2	90	0	100	1.030.000
									1.030.000
0033 219Z	**Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União**	**02 122**							**300.000**
0033 219Z 0032	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União - No Estado do Espírito Santo	02 122	F	4-INV	2	90	0	100	300.000
									300.000
TOTAL - FISCAL									**1.330.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.330.000**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14109 - Tribunal Regional Eleitoral de Goiás
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**1.296.809**
	Atividades								
0033 20GP	**Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral**	**02 122**							**1.296.809**
0033 20GP 0052	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Goiás	02 122	F	4-INV	2	90	0	100	1.296.809
									1.296.809
TOTAL - FISCAL									**1.296.809**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.296.809**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14111 - Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**2.328.564**
	Atividades								
0033 20GP	**Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral**	**02 122**							**2.197.835**
0033 20GP 0051	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Mato Grosso	02 122	F	4-INV	2	90	0	100	2.197.835
									2.197.835
0033 219Z	**Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União**	**02 122**							**130.729**
0033 219Z 0051	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União - No Estado de Mato Grosso	02 122	F	4-INV	2	90	0	100	130.729
									130.729
TOTAL - FISCAL									**2.328.564**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**2.328.564**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14113 - Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**6.850.910**
	Atividades								
0033 20GP	**Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral**	**02 122**							**6.769.110**
0033 20GP 0031	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Minas Gerais	02 122	F	4-INV	2	90	0	100	6.769.110
									6.769.110

0033 219Z	**Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União**	**02 122**							**81.800**
0033 219Z 0031	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União - No Estado de Minas Gerais	02 122	F	4-INV	2	90	0	100	81.800 81.800
TOTAL - FISCAL									**6.850.910**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**6.850.910**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14114 - Tribunal Regional Eleitoral do Pará
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**472.192**
	Atividades								
0033 20GP	**Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral**	**02 122**							**472.192**
0033 20GP 0015	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Pará	02 122	F	4-INV	2	90	0	100	472.192 472.192
TOTAL - FISCAL									**472.192**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**472.192**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14117 - Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**529.000**
	Atividades								
0033 20GP	**Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral**	**02 122**							**529.000**
0033 20GP 0026	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Pernambuco	02 122	F	4-INV	2	90	0	100	529.000 529.000
TOTAL - FISCAL									**529.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**529.000**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14119 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**4.172.154**
	Atividades								
0033 20GP	**Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral**	**02 122**							**4.172.154**
0033 20GP 0033	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Rio de Janeiro	02 122	F	4-INV	2	90	0	100	4.172.154 4.172.154
TOTAL - FISCAL									**4.172.154**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**4.172.154**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14122 - Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**38.079**
	Atividades								
0033 20GP	**Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral**	**02 122**							**38.079**
0033 20GP 0011	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Rondônia	02 122	F	4-INV	2	90	0	100	38.079 38.079
TOTAL - FISCAL									**38.079**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**38.079**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14125 - Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe
ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**142.797**
	Atividades								
0033 20GP	**Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral**	**02 122**							**122.797**
0033 20GP 0028	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Sergipe	02 122	F	4-INV	2	90	0	100	122.797 122.797
	Projetos								
0033 15XK	**Ampliação do Depósito de Armazenamento de Urnas de Aracaju**	**02 122**							**20.000**
0033 15XK 1853	Ampliação do Depósito de Armazenamento de Urnas de Aracaju - No Município de Aracaju - SE	02 122	F	4-INV	2	90	0	100	20.000 20.000
TOTAL - FISCAL									**142.797**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**142.797**

PORTARIA TSE Nº 1.095, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

Abre crédito suplementar em favor do Tribunal Superior Eleitoral e de Tribunais Regionais Eleitorais no valor que especifica.

O DIRETOR-GERAL DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 45, § 1º, inciso II e no art. 58 da Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021, no art. 4º, caput, inciso III, alínea "i", item "1" e § 3º da Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022, no art. 1º, inciso XXI da Portaria TSE nº 153, de 21 de fevereiro de 2022, e no Procedimento Administrativo SEI nº 2022.00.000014959-0, resolve:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar em favor do Tribunal Superior Eleitoral e de Tribunais Regionais Eleitorais no valor de R$ 27.393.797,00 (vinte e sete milhões, trezentos e noventa e três mil, setecentos e noventa e sete reais) para atender à programação indicada no Anexo I desta portaria.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão da anulação parcial de dotações orçamentárias no valor de R$ 27.393.797,00 (vinte e sete milhões, trezentos e noventa e três mil, setecentos e noventa e sete reais), conforme indicado no Anexo II desta portaria.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RUI MOREIRA DE OLIVEIRA

ANEXO

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14101 - Tribunal Superior Eleitoral
ANEXO I ***Crédito Suplementar***
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**21.533.368**
	ATIVIDADES								
0033 4269	**Pleitos Eleitorais**	**02 061**							**21.533.368**
0033 4269 0001	Pleitos Eleitorais - Nacional	02 061							21.533.368
			F	4-INV	2	90	0	100	21.533.368
TOTAL - FISCAL									**21.533.368**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**21.533.368**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14103 - Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas
ANEXO I ***Crédito Suplementar***
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**719.609**
	ATIVIDADES								
0033 20GP	**Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral**	**02 122**							**719.609**
0033 20GP 0027	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Alagoas	02 122							719.609
			F	3-ODC	2	90	0	100	315.287
			F	4-INV	2	90	0	100	404.322
TOTAL - FISCAL									**719.609**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**719.609**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14114 - Tribunal Regional Eleitoral do Pará
ANEXO I ***Crédito Suplementar***
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**408.000**
	ATIVIDADES								
0033 20GP	**Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral**	**02 122**							**408.000**
0033 20GP 0015	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Pará	02 122							408.000
			F	3-ODC	2	90	0	100	408.000
TOTAL - FISCAL									**408.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**408.000**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14115 - Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba
ANEXO I ***Crédito Suplementar***
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**40.000**
	ATIVIDADES								
0033 219Z	**Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União**	**02 122**							**40.000**
0033 219Z 0025	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União - No Estado da Paraíba	02 122							40.000
			F	3-ODC	2	90	0	100	40.000
TOTAL - FISCAL									**40.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**40.000**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14121 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul
ANEXO I ***Crédito Suplementar***
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**2.282.070**
	ATIVIDADES								
0033 20GP	**Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral**	**02 122**							**2.282.070**
0033 20GP 0043	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Rio Grande do Sul	02 122							2.282.070
			F	3-ODC	2	90	0	100	270.000
			F	4-INV	2	90	0	100	899.450
			F	4-INV	2	90	0	127	1.112.620
TOTAL - FISCAL									**2.282.070**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**2.282.070**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14122 - Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia
ANEXO I ***Crédito Suplementar***
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**1.327.278**
	ATIVIDADES								
0033 20GP	**Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral**	**02 122**							**1.246.278**
0033 20GP 0011	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Rondônia	02 122							1.246.278
			F	3-ODC	2	90	0	100	1.246.278

0033 219Z	**Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União**	**02 122**							**81.000**
0033 219Z 0011	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União - No Estado de Rondônia	02 122							81.000
			F	4-INV	2	90	0	100	81.000
TOTAL - FISCAL									**1.327.278**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.327.278**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14128 - Tribunal Regional Eleitoral do Amapá
ANEXO I ***Crédito Suplementar***
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	*PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO*	*FUNCIONAL*	*E* SF	*G* ND	*R* P	*M* OD	*I* U	*F* TE	*VALOR*
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**1.083.472**
	ATIVIDADES								
0033 20GP	**Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral**	**02 122**							**1.083.472**
0033 20GP 0016	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Amapá	02 122							1.083.472
			F	3-ODC	2	90	0	100	245.500
			F	4-INV	2	90	0	100	837.972
TOTAL - FISCAL									**1.083.472**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.083.472**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14101 - Tribunal Superior Eleitoral
ANEXO II ***Crédito Suplementar***
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	*PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO*	*FUNCIONAL*	*E* SF	*G* ND	*R* P	*M* OD	*I* U	*F* TE	*VALOR*
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**14.000.000**
	PROJETOS								
0033 7832	**Implantação do Sistema de Automação de Identificação do Eleitor**	**02 126**							**14.000.000**
0033 7832 0001	Implantação do Sistema de Automação de Identificação do Eleitor - Nacional	02 126							14.000.000
			F	3-ODC	2	90	0	100	14.000.000
TOTAL - FISCAL									**14.000.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**14.000.000**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14102 - Tribunal Regional Eleitoral do Acre
ANEXO II ***Crédito Suplementar***
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	*PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO*	*FUNCIONAL*	*E* SF	*G* ND	*R* P	*M* OD	*I* U	*F* TE	*VALOR*
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**1.266.999**
	ATIVIDADES								
0033 20GP	**Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral**	**02 122**							**1.266.999**
0033 20GP 0012	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Acre	02 122							1.266.999
			F	3-ODC	2	90	0	100	579.530
			F	3-ODC	2	90	0	127	687.469
TOTAL - FISCAL									**1.266.999**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.266.999**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14103 - Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas
ANEXO II ***Crédito Suplementar***
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	*PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO*	*FUNCIONAL*	*E* SF	*G* ND	*R* P	*M* OD	*I* U	*F* TE	*VALOR*
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**404.322**
	ATIVIDADES								
0033 219Z	**Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União**	**02 122**							**404.322**
0033 219Z 0027	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União - No Estado de Alagoas	02 122							404.322
			F	3-ODC	2	90	0	100	404.322
TOTAL - FISCAL									**404.322**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**404.322**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14105 - Tribunal Regional Eleitoral da Bahia
ANEXO II ***Crédito Suplementar***
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	*PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO*	*FUNCIONAL*	*E* SF	*G* ND	*R* P	*M* OD	*I* U	*F* TE	*VALOR*
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**500.000**
	ATIVIDADES								
0033 20GP	**Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral**	**02 122**							**500.000**
0033 20GP 0029	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado da Bahia	02 122							500.000
			F	3-ODC	2	90	0	100	500.000
TOTAL - FISCAL									**500.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**500.000**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14108 - Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo
ANEXO II ***Crédito Suplementar***
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	*PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO*	*FUNCIONAL*	*E* SF	*G* ND	*R* P	*M* OD	*I* U	*F* TE	*VALOR*

0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**1.270.000**
	ATIVIDADES								
0033 20GP	**Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral**	**02 122**							**1.140.000**
0033 20GP 0032	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Espírito Santo	02 122							1.140.000
			F	3-ODC	2	90	0	100	1.140.000
0033 219Z	**Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União**	**02 122**							**130.000**
0033 219Z 0032	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União - No Estado do Espírito Santo	02 122							130.000
			F	3-ODC	2	90	0	100	130.000
TOTAL - FISCAL									**1.270.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.270.000**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral

UNIDADE: 14109 - Tribunal Regional Eleitoral de Goiás

ANEXO II ***Crédito Suplementar***

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	*PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO*	*FUNCIONAL*	*ESF*	*GND*	*RP*	*MOD*	*IU*	*FTE*	*VALOR*
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**264.502**
	ATIVIDADES								
0033 20GP	**Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral**	**02 122**							**3.502**
0033 20GP 0052	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Goiás	02 122							3.502
			F	3-ODC	2	90	0	100	3.502
0033 219Z	**Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União**	**02 122**							**261.000**
0033 219Z 0052	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União - No Estado de Goiás	02 122							261.000
			F	3-ODC	2	90	0	100	261.000
TOTAL - FISCAL									**264.502**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**264.502**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral

UNIDADE: 14111 - Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso

ANEXO II ***Crédito Suplementar***

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	*PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO*	*FUNCIONAL*	*ESF*	*GND*	*RP*	*MOD*	*IU*	*FTE*	*VALOR*
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**2.326.912**
	ATIVIDADES								
0033 20GP	**Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral**	**02 122**							**2.176.912**
0033 20GP 0051	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Mato Grosso	02 122							2.176.912
			F	3-ODC	2	90	0	100	2.176.912
0033 219Z	**Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União**	**02 122**							**150.000**
0033 219Z 0051	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União - No Estado de Mato Grosso	02 122							150.000
			F	3-ODC	2	90	0	100	150.000
TOTAL - FISCAL									**2.326.912**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**2.326.912**

UNIDADE: 14113 - Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais

ANEXO II ***Crédito Suplementar***

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	*PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO*	*FUNCIONAL*	*ESF*	*GND*	*RP*	*MOD*	*IU*	*FTE*	*VALOR*
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**2.721.000**
	ATIVIDADES								
0033 20GP	**Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral**	**02 122**							**2.560.000**
0033 20GP 0031	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Minas Gerais	02 122							2.560.000
			F	3-ODC	2	90	0	100	2.560.000
0033 216H	**Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos**	**02 122**							**6.000**
0033 216H 0031	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado de Minas Gerais	02 122							6.000
			F	3-ODC	2	90	0	100	6.000
0033 219Z	**Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União**	**02 122**							**155.000**
0033 219Z 0031	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União - No Estado de Minas Gerais	02 122							155.000
			F	3-ODC	2	90	0	100	155.000
TOTAL - FISCAL									**2.721.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**2.721.000**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14115 - Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba

ANEXO II ***Crédito Suplementar***
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**829.822**
	ATIVIDADES								
0033 20GP	**Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral**	**02 122**							**829.822**
0033 20GP 0025	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado da Paraíba	02 122							829.822
			F	3-ODC	2	90	0	100	659.671
			F	3-ODC	2	90	0	127	170.151
TOTAL - FISCAL									**829.822**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**829.822**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14117 - Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco

ANEXO II ***Crédito Suplementar***
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**1.407.000**
	ATIVIDADES								
0033 20GP	**Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral**	**02 122**							**1.407.000**
0033 20GP 0026	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Pernambuco	02 122							1.407.000
			F	3-ODC	2	90	0	100	1.152.000
			F	3-ODC	2	90	0	127	255.000
TOTAL - FISCAL									**1.407.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.407.000**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14119 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro

ANEXO II ***Crédito Suplementar***
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**1.033.240**
	ATIVIDADES								
0033 20GP	**Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral**	**02 122**							**1.024.240**
0033 20GP 0033	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado do Rio de Janeiro	02 122							1.024.240
			F	3-ODC	2	90	0	100	1.024.240
0033 216H	**Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos**	**02 122**							**9.000**
0033 216H 0033	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - No Estado do Rio de Janeiro	02 122							9.000
			F	3-ODC	2	90	0	100	9.000
TOTAL - FISCAL									**1.033.240**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**1.033.240**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14121 - Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul

ANEXO II ***Crédito Suplementar***
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**270.000**
	ATIVIDADES								
0033 219Z	**Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União**	**02 122**							**270.000**
0033 219Z 0043	Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União - No Estado do Rio Grande do Sul	02 122							270.000
			F	3-ODC	2	90	0	100	270.000
TOTAL - FISCAL									**270.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**270.000**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14123 - Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

ANEXO II ***Crédito Suplementar***
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) ***Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00***

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**700.000**
	ATIVIDADES								
0033 20GP	**Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral**	**02 122**							**700.000**
0033 20GP 0042	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Santa Catarina	02 122							700.000
			F	3-ODC	2	90	0	100	700.000
TOTAL - FISCAL									**700.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**700.000**

ÓRGÃO: 14000 - Justiça Eleitoral
UNIDADE: 14125 - Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe

ANEXO II *Crédito Suplementar*
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) *Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00*

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNCIONAL	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	**Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário**								**400.000**
	ATIVIDADES								
0033 20GP	**Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral**	**02 122**							**400.000**
0033 20GP 0028	Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - No Estado de Sergipe	02 122							400.000
			F	3-ODC	2	90	0	100	400.000
TOTAL - FISCAL									**400.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**400.000**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

PORTARIA GPR Nº 2.678, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022

Altera parcialmente grupos de natureza de despesa no âmbito do mesmo subtítulo, constantes da Lei Orçamentária vigente, no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, no valor de R$ 1.870.000,00.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, § 1º, inciso I, alínea "a" da Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021, combinado com o art. 4º da Lei 14.303, de 21 de janeiro de 2022, resolve:

Art. 1º - Alterar parcialmente os grupos de natureza de despesa no âmbito do mesmo subtítulo, constantes da Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022, no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, no valor de R$ 1.870.000,00 (um milhão oitocentos e setenta mil reais), conforme indicado nos Anexos I e II.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. CRUZ MACEDO

ANEXO

ÓRGÃO: 16000 - Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
UNIDADE: 16101 - Tribunal de Justiça do Distrito Federal
ANEXO I — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNC	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								1.870.000
	Atividades								
0033 4234	Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal	02 061							1.870.000
0033 4234 0053	Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal - No Distrito Federal	02 061							1.870.000
			F	4-INV	2	90	0	100	1.870.000
TOTAL - FISCAL									1.870.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.870.000

ÓRGÃO: 16000 - Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
UNIDADE: 16101 - Tribunal de Justiça do Distrito Federal
ANEXO II — Outras Alterações Orçamentárias
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNC	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								1.870.000
	Atividades								
0033 4234	Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal	02 061							1.870.000
0033 4234 0053	Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal - No Distrito Federal	02 061							1.870.000
			F	3-ODC	2	90	0	100	1.870.000
TOTAL - FISCAL									1.870.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.870.000

PORTARIA GPR Nº 2.684, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2022

Abre ao Orçamento Fiscal, em favor da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, crédito suplementar, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 45, § 1º, inciso II, da Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021, combinado com o art. 4º da Lei 14.303, de 21 de janeiro de 2022, resolve:

Art. 1º - Abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, crédito suplementar no valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) para atender à programação constante do Anexo I desta Portaria.

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no artigo 1º decorrerão de anulação parcial de dotação orçamentária do Órgão, no valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), conforme indicado no Anexo II deste Ato.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. CRUZ MACEDO

ANEXO

ÓRGÃO: 16000 - Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
UNIDADE: 16101 - Tribunal de Justiça do Distrito Federal
ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNC	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								150.000
	Atividades								
0033 4234	Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal	02 061							150.000
0033 4234 0053	Apreciação e Julgamento de Causas no Distrito Federal - No Distrito Federal	02 061							150.000
			F	4-INV	2	90	0	181	150.000
TOTAL - FISCAL									150.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									150.000

ÓRGÃO: 16000 - Justiça do Distrito Federal e dos Territórios									
UNIDADE: 16101 - Tribunal de Justiça do Distrito Federal									
ANEXO II			Crédito Suplementar						
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00							
PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	FUNC	E SF	G ND	R P	M OD	I U	F TE	VALOR
0033	Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário								150.000
	Projetos								
0033 13ZW	Construção do Complexo de Armazenamento do TJDFT	02 122							150.000
0033 13ZW 0053	Construção do Complexo de Armazenamento do TJDFT - No Distrito Federal	02 122							150.000
			F	4-INV	2	90	0	181	150.000
TOTAL - FISCAL									150.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									150.000

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS

1ª CÂMARA RECURSAL
(Mandato 2022 - Gestão 2022/2024)

PAUTA DE JULGAMENTO

5ª SESSÃO DE JULGAMENTO DE PROCESSOS
DATA: 29 de novembro de 2022.
INÍCIO: 14horas
LOCAL: Sala Virtual com utilização do aplicativo Google Meet.
RELATOR: Conselheiro ROBERTO NICASTRO CAPUANO/SP

1- Processo-COFECI nº 1214/2020. Recte: BR HOUSE INTELIGÊNCIA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-5949. Recdo: CRECI 14ª Região/MS. 2- Processo-COFECI nº 1255/2020. Recte: HELVINO WILSMANN - CRECI 5895. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. 3- Processo-COFECI nº 1257/2020. Recte: COMERCIAL IMOBILIÁRIA 3A LTDA - CRECI J-38. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. 4- Processo-COFECI nº 1294/2020. Recte: MASA IMOBILIÁRIA - CRECI J-293. Recdo: CRECI 20ª Região/MA. 5- Processo-COFECI nº 1295/2020. Recte: GLAUBER RIEKSTINS AMORIM - CRECI 7294. Recdo: CRECI 14ª Região/MS. 6- Processo-COFECI nº 1296/2020. Recte: LOMANTO ALVARO MAIDANA LHOPES - CRECI 5147. Recdo: CRECI 14ª Região/MS.

RELATOR: Conselheiro MÁRCIO FERREIRA BINS ELY/RS

1- Processo-COFECI nº 1222/2020. Recte: JEFFERSON ADMINISTRAÇÃO DE BENS LTDA-ME - CRECI J-1379. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. 2- Processo-COFECI nº 1223/2020. Recte: JEFFERSON ADMINISTRAÇÃO DE BENS LTDA-ME - CRECI J-1379. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. 3- Processo-COFECI nº 1224/2020. Recte: LUIZ ALFREDO SAFFIER - CRECI 17734. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. 4- Processo-COFECI nº 1226/2020. Recte: EDUARDO HENRIQUE DE AMORIM - CRECI 10092. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. 5- Processo-COFECI nº 1227/2020. Recte: VALTÉCIO PEREIRA SILVA - CRECI 19728. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. 6- Processo-COFECI nº 1228/2020. Recte: GIOVANI ISENSEE - CRECI 6034. Recdo: CRECI 11ª Região/SC.

RELATOR: Conselheiro FERNANDO LUIZ VIANA/MG

1- Processo-COFECI nº 1229/2020. Recte: SANTA ILHA IMÓVEIS LTDA EPP - CRECI J-3879. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. 2- Processo-COFECI nº 1272/2020. Rectes: ELZA SARZI GALBIER - CRECI 6814 e EDILSON DA SILVA MIRANDA FILHO - CRECI 22444. Recdo: CRECI 5ª Região/GO. 3- Processo-COFECI nº 1271/2020. Rectes: ADRIANA CARDOSO DOS SANTOS - CRECI 14250 e RT LEONARDO RIZZO PARTICIPAÇÕES IMOBILIÁRIAS LTDA - CRECI J-2863. Recdo: CRECI 5ª Região/GO. 4- Processo-COFECI nº 1269/2020. Rectes: PABLO FRANCISCO DE SOUSA MACIEL E RENATA BORGES DA SILVA MACIEL (DENUNCIANTES). Recdo: CRECI 5ª Região/GO. Assunto: TR - Absolvição de denunciada formulada contra a empresa HEXA - GESTÃO DE IMÓVEIS LTDA-ME - CRECI J-24257. 5- Processo-COFECI nº 1270/2020. Recte: MARIA DE LOURDES BORGES DA SILVA (DENUNCIANTE). Recdo: CRECI 5ª Região/GO. Assunto: TR - Absolvição de denunciada formulada contra a empresa HEXA - GESTÃO DE IMÓVEIS LTDA-ME - CRECI J-24257. 6- Processo-COFECI nº 1276/2020. Rectes: MARIA LEILA ARRUDA CARDOSO E MARCOS ANTÔNIO ARRUDA BRAGA (DENUNCIANTES). Recdo: CRECI 5ª Região/GO. Assunto: TR - Absolvição de denúncia formulada contra o C.I. THIAGO PARREIRA RODRIGUES DA SILVA - CRECI 19566.

RELATOR: Conselheiro LUIZ CELSO CASTEGNARO/PR

1- Processo-COFECI nº 1242/2020. Recte: JOELMA ROCHA DE ALMEIDA - CRECI 24913. Recdo: CRECI 5ª Região/GO. 2- Processo-COFECI nº 1243/2020. Recte: ADÃO IMÓVEIS LTDA - CRECI J-4436. Recdo: CRECI 5ª Região/GO. 3- Processo-COFECI nº 1244/2020. Recte: EUDES LARA DE OLIVEIRA - CRECI 15327. Recdo: CRECI 5ª Região/GO. 4- Processo-COFECI nº 1279/2020. Recte: CELITO IMÓVEIS LTDA - CRECI J-7056. Recdo: CRECI 5ª Região/GO. 5- Processo-COFECI nº 1285/2020. Repdos: LEANDRO ALVES DE OLIVEIRA - CRECI 14641 e VINÍCIUS CESÁRIO MACHADO - CRECI 17654. Recdo: CRECI 5ª Região/GO. 6- Processo-COFECI nº 1287/2020. Recte: ISAO TAKANE E KAZUKO KITANO TAKANE (DENUNCIANTES). Recdo: CRECI 5ª Região/GO. Assunto: TR - Absolvição de denúncia formulada contra a empresa MOBILIÁRIA REI EMPREENDIMENTOS LTDA - CRECI J-6474.

RELATOR: Conselheiro GERALDO FRANCISCO DO NASCIMENTO/DF

1- Processo-COFECI nº 1067/2020. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 2- Processo-COFECI nº 1203/2020. Recte: REAL STATE IMÓVEIS EIRELI - CRECI J-5141. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. 3- Processo-COFECI nº 1204/2020. Recte: SANTA FÉ IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-4105. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. 4- Processo-COFECI nº 1246/2020. Recte: DELANO LANÇAMENTOS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-13250. Recdo: CRECI 5ª Região/GO. 5- Processo-COFECI nº 1247/2020. Recte: FERNANDO GONZAGA DE MENEZES - CRECI 7986. Recdo: CRECI 5ª Região/GO. 6- Processo-COFECI nº 1245/2020. Recte: QUEZIA CRISTINA SOUZA LOPES (DENUNCIANTE). Recdo: CRECI 5ª Região/GO. Assunto: TR - Absolvição de denúncia formulada contra o C.I GERMANO MIRANDA GOMES - CRECI 16868.

RELATORA: Conselheira MARLENE FELLIPE ASSUNÇÃO/PA

1- Processo-COFECI nº 1231/2020. Recte: VISÃO COMÉRCIO DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-1818. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. 2- Processo-COFECI nº 1235/2020. Recte: ZULEIMA SOARES SILVEIRA - CRECI 11209. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. 3- Processo-COFECI nº 1240/2020. Recte: J. PILARES EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-3587. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. 4- Processo-COFECI nº 1248/2020. Recte: DANIEL FONTES DE CARVALHO - CRECI 11249. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. 5- Processo-COFECI nº 1249/2020. Recte: CLOVIS AGUILAR BRENTAM - CRECI 21488. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. 6- Processo-COFECI nº 1253/2020. Recte: CLEBER ANTÔNIO DOS SANTOS - CRECI 13356. Recdo: CRECI 11ª Região/SC.

RELATOR: Conselheiro CARLOS RODRIGO MOTA DA COSTA/CE

1- Processo-COFECI nº 2584/2019. Recte: ROGGER BEZERRA GUIMARÃES - CRECI 1669. Recdo: CRECI 16ª Região/SE. 2- Processo-COFECI nº 2586/2019. Recte: JOHNES NUNES FERREIRA - CRECI 4975. Recdo: CRECI 16ª Região/SE. 3- Processo-COFECI nº 2610/2019. Recte: TRIUMPHO LAGOS - IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6872. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 4- Processo-COFECI nº 993/2020. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 5- Processo-COFECI nº 994/2020. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 6- Processo-COFECI nº 995/2020. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 7- Processo-COFECI nº 996/2020. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 8- Processo-COFECI nº 997/2020. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 9- Processo-COFECI nº 998/2020. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 10- Processo-COFECI nº 1055/2020. Recte: CONSTRUTORA TENDA S/A - CRECI J-.5476. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 11- Processo-COFECI nº 1056/2020. Recte: CONSTRUTORA TENDA S/A - CRECI J-5476. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 12- Processo-COFECI nº 1058/2020. Recte: CONSTRUTORA TENDA S/A - CRECI J-5476. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 13- Processo-COFECI nº 2602/2019. Rectes: ARISTON PINHEIRO DA COSTA - CRECI J-1371 e VILMA PINHEIRO SOARES - CRECI 13939. Recdo: CRECI 9ª Região/BA.

RELATOR: Conselheiro JÚLIO CÉSAR FEITOSA/AM

1- Processo-COFECI nº 1256/2020. Recte: REAL BIZ NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA ME - CRECI J-4420. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. 2- Processo-COFECI nº 1258/2020. Recte: EDSON JOSÉ CORDEIRO - CRECI 34652. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. 3- Processo-COFECI nº 1259/2020. Recte: EXCLUSIVE NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS E TURISMO LTDA - ME - CRECI J-4968. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. 4- Processo-COFECI nº 1260/2020. Recte: ADRIANA DUARTE CAMILO - CRECI 19553. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. 5- Processo-COFECI nº 1261/2020. Recte: CLINN NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA- CRECI J-2924. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. 6- Processo-COFECI nº 1262/2020. Recte: ROS CENTRAL DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-1999. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. 7- Processo-COFECI nº 1273/2020. Recte: RICARDO IMÓVEIS LTDA -ME - CRECI J-3289. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. 8- Processo-COFECI nº 1274/2020. Recte: RICARDO IMÓVEIS LTDA -ME - CRECI J-3289. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. 9- Processo-COFECI nº 1275/2020. Recte: RICARDO IMÓVEIS LTDA -ME - CRECI J-3289. Recdo: CRECI 11ª Região/SC.

RELATOR: Conselheiro JÚLIO CÉSAR PINTO/RO

1- Processo-COFECI nº 1154/2019. Recte: ISABEL CRISTINA PASSOS & CIA LTDA - CRECI J-317. Recdo: CRECI 16ª Região/SE. 2- Processo-COFECI nº 1155/2019. Recte: ROSÂNGELA DE JESUS FREITAS - CRECI 1483. Recdo: CRECI 16ª Região/SE. 3- Processo-COFECI nº 1162/2019. Recte: HB IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-205. Recdo: CRECI 16ª Região/SE. 4- Processo-COFECI nº 2628/2019. Recte: SUELI CRISTOFOLLI - CRECI 2700. Recdo: CRECI 14ª Região/MS. 5- Processo-COFECI nº 1263/2020. Recte: GIOVANI ANDRÉ POTRICH - CRECI 20124. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. 6- Processo-COFECI nº 1264/2020. Recte: ADIM ADMINISTRADORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-3235. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. 7- Processo-COFECI nº 1277/2020. Recte: IMOBILIÁRIA J.M.S. LTDA - CRECI J-2454. Recdo: CRECI 11ª Região/SC.

Brasília (DF), 11 de novembro de 2022
JOÃO TEODORO DA SILVA
Presidente do Conselho

2ª CÂMARA RECURSAL
(Mandato 2022 - Gestão 2022/2024)

PAUTA DE JULGAMENTO

5ª SESSÃO DE JULGAMENTO DE PROCESSOS
DATA: 29 de novembro de 2022.
INÍCIO: 14horas
LOCAL: Sala Virtual com utilização do aplicativo Google Meet.
RELATOR: Conselheiro EDUARDO COELHO SEIXO DE BRITTO/GO
DISCIPLINARES:

1 - Processo-COFECI nº 2396/2019. Recte e Recdo: CRECI 11ª Região/SC "ex officio" Repdo: PAULO TADEU DI DOMENICO MONTEIRO - CRECI 10739. 2 - Processo-COFECI nº 2397/2019. Recte e Recdo: CRECI 11ª Região/SC "ex officio". Repda: TADEU IMÓVEIS LTDA - CRECI J-2641. 3 - Processo-COFECI nº 2398/2019. Recte e Recdo: CRECI 11ª Região/SC "ex officio". Repda: TADEU IMÓVEIS LTDA - CRECI J-2641. 4 - Processo-COFECI nº 2399/2019. Recte e Recdo: CRECI 11ª Região/SC "ex officio". Repdo: PAULO TADEU DI DOMÊNICO MONTEIRO - CRECI 10739. 5 - Processo-COFECI nº 2457/2019. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdo: ROBSON LOPES MACHADO - CRECI 29.978. 6 - Processo-COFECI nº 2463/2019. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repda: ROSEMERE LUCI DE MATOS DIAS - CRECI 59.732. 7 - Processo-COFECI nº 2467/2019. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdo: RAPHAEL NOVAES DE MORAES - CRECI 64.294. 8 - Processo-COFECI nº 2471/2019. Recte e Recdo: CRECI 6ª Região/PR "ex officio". Repdo: PAULO AUGUSTO SENIUK - CRECI 21.644. 9 - Processo-COFECI nº 2472/2019. Recte e Recdo: CRECI 6ª Região/PR "ex officio". Repdo: FÁBIO ROBERTO MACHADO - CRECI 14.027. 10 - Processo-COFECI nº 2581/2019. Recte e Recdo: CRECI 16ª Região/SE "ex officio". Repdo: JAIRO JOSÉ DE MELO - CRECI 4447. 11 - Processo-COFECI nº 2582/2019. Recte e Recdo: CRECI 16ª Região/SE "ex officio". Repdo: JAIRO JOSÉ DE MELO - CRECI 4447. 12 - Processo-COFECI nº 2583/2019. Recte e Recdo: CRECI 16ª Região/SE "ex officio". Repdo: MARCOS ANTÔNIO SANTOS ALVES - CRECI 610. 13 - Processo-COFECI nº 2588/2019. Recte e Recdo: CRECI 16ª Região/SE "ex officio". Repda: ALLIANCE SOLUÇÕES IMOBIIIÁRIAS LTDA - EPP - CRECI J-350. 14 - Processo-COFECI nº 2589/2019. Recte e Recdo: CRECI 16ª Região/SE "ex officio". Repda: ALLIANCE SOLUÇÕES IMOBIIIÁRIAS LTDA - EPP - CRECI J-350. 15 - Processo-COFECI nº 2590/2019. Recte e Recdo: CRECI 16ª Região/SE "ex officio". Repda: ALLIANCE SOLUÇÕES IMOBIIIÁRIAS LTDA - EPP - CRECI J-350. 16 - Processo-COFECI nº 1073/2020. Recte e Recdo: CRECI 1ª Regiao/RJ "ex officio". Autuado: ESMERALDA FANIZZI SEOLDO RODRIGUES - CRECI 42.448. 17 - Processo-COFECI nº 1105/2020. Recte e Recdo: CRECI 1ª Regiao/RJ "ex officio". Autuada: GOHOUSE AGÊNCIA DE TURISMO LTDA - CRECI J-6881.

ADMINISTRATIVO:

18 - Processo-COFECI nº 1538/2018. Recte: NOBERTO SEBASTIÃO PASTORE NICCOLIS - CRECI 29.040. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com remissão de débitos, concedidos ao C.I. NOBERTO SEBASTIÃO PASTORE NICCOLIS - CRECI 29.040 - Face a idade avançada - Indeferido a remissão de débitos.

RELATOR: Conselheiro DIEGO HENRIQUE GAMA/DF

DISCIPLINARES:

1 - Processo-COFECI nº 1929/2019. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: JOSÉ CARDOSO - CRECI 66.126. 2 - Processo-COFECI nº 2400/2019. Recte e Recdo: CRECI 11ª Região/SC "ex officio". Repda: IMOBILIÁRIA GLOBO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E INCORPORAÇÕES LTDA - CRECI J-054. 3 - Processo-COFECI nº 2446/2019. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdo: CLAUDIR FERNANDO FIRMO - CRECI 20.514. 4 - Processo-COFECI nº 2447/2019. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdo: CLAUDIR FERNANDO FIRMO - CRECI 20.514. 5 - Processo-COFECI nº 2451/2019. Recte e Recdo: CRECI 6ª Região/PR "ex officio". Repda:

ROSÂNGELA PAVÃO - CRECI 24.232. 6 - Processo-COFECI nº 2509/2019. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdo: ÉDSON WAGNER LEAL SANCHES - CRECI 48.679. 7 - Processo-COFECI nº 2510/2019. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdo: ÉDSON WAGNER LEAL SANCHES - CRECI 48.679. 8 - Processo-COFECI nº 2511/2019. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdo: ÉDSON WAGNER LEAL SANCHES - CRECI 48.679. 9 - Processo-COFECI nº 2512/2019. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdo: ÉDSON WAGNER LEAL SANCHES - CRECI 48.679. 10 - Processo-COFECI nº 2513/2019. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdo: FÁBIO MARCHESANO DE ARAÚJO - CRECI 53.445. 11 - Processo-COFECI nº 2514/2019. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repda: T. MOTTA IMÓVEIS LTDA ME S/C - CRECI J-3491. 12 - Processo-COFECI nº 427/2020. Recte e Recdo: CRECI 21ª Região/PB "ex officio". Repdo: GUSTAVO TEIXEIRA CORREA - CRECI 6025. 13 - Processo-COFECI nº 428/2020. Recte e Recdo: CRECI 21ª Região/PB "ex officio". Repdo: ROBERTO VICENTE CORREIA DO MONTE - CRECI 4752. 14 - Processo-COFECI nº 1075/2020. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuada: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. 15 - Processo-COFECI nº 1076/2020. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuada: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. 16 - Processo-COFECI nº 1077/2020. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuada: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. 17 - Processo-COFECI nº 1079/2020. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuada: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. 18 - Processo-COFECI nº 1080/2020. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuada: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. 19 - Processo-COFECI nº 1081/2020. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuada: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. 20 - Processo-COFECI nº 1082/2020. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuada: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. 21 - Processo-COFECI nº 1087/2020. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuada: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. 22 - Processo-COFECI nº 1378/2019. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: ARNALDO SANT'ANA - CRECI 71.069. 23 - Processo-COFECI nº 1404/2019. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: SAMUEL PORTO DA SILVA - CRECI 112.817.

RELATOR: Conselheiro NILSON RIBEIRO DE ARAÚJO/BA

DISCIPLINARES:

1 - Processo-COFECI nº 2515/2019. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdo: REINALDO TEÓFILO MOREIRA - CRECI 29.172. 2 - Processo-COFECI nº 2516/2019. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repda: ROSA DE FÁTIMA DA SILVA FILGUEIRAS - CRECI 32.495. 3 - Processo-COFECI nº 2517/2019. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repda: MARCELA ANGELINE PEREIRA PINTO - CRECI 62.954. 4 - Processo-COFECI nº 2518/2019. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repda: LUCIANA CRUZ DE SANTANA - CRECI 49.164. 5 - Processo-COFECI nº 2519/2019. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdo: LEONARDO COLLARES LATGE - CRECI 35.104. 6 - Processo-COFECI nº 2520/2019. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdos: ANTÔNIO CARLOS AMENTA - CRECI 20.123, ANTÔNIO DE JESUS CARVALHO - CRECI 21.977 e ALBERTO LOPES LINO - CRECI 30.482. 7 - Processo-COFECI nº 302/2020. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: DENISE DA SILVA - CRECI 74.127. 8 - Processo-COFECI nº 416/2020. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Repda: ADRIANA FERREIRA BARRA - CRECI 9900. 9 - Processo-COFECI nº 747/2020. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuada: PRIVILÉGIO INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-6645. 10 - Processo-COFECI nº 748/2020. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuada: PRIVILÉGIO INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-6645. 11 - Processo-COFECI nº 1144/2019. Recte e Recdo: CRECI 6ª Região/PR "ex officio". Repdas: BOA VISTA IMÓVEIS S/S LTDA - CRECI J-4100 e RT ANA CLÁUDIA RISSI ROSA - CRECI 15.885. 12 - Processo-COFECI nº 2438/2019. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repda: HEROS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-5661. 13 - Processo-COFECI nº 1931/2019. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: MARANATTA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA-ME-CRECI J-22.738. 14 - Processo-COFECI nº 1932/2019. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: JOSÉ MARCOS MARINHO DIAS FILHO - CRECI 121.805. 15 - Processo-COFECI nº 1933/2019. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: JOÃO ISRAEL DE MELO - CRECI 113.178. 16 - Processo-COFECI nº 1935/2019. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: ISABEL CRISTINA MARTINS - CRECI 75.557. 17 - Processo-COFECI nº 1936/2019. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: ISABEL DAVELA VIEIRA - CRECI 61.003.

ADMINISTRATIVO:

18 - Processo-COFECI nº 458/2019. Recte: WILLIAM RESSUTTI NETO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP.

RELATOR: Conselheiro FERNANDO AMORIM WILLRICH/SC

DISCIPLINARES:

1 - Processo-COFECI nº 1928/2019. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: JOISÉ ALVES DA SILVA - CRECI 140.544. 2 - Processo-COFECI nº 2380/2019. Recte e Recdo: CRECI 8ª Região/DF "ex officio". Repdos: PROJEÇÃO IMOBILIÁRIA & CONSTRUTORA LTDA - ME - CRECI J-21230 e RT IGOR AMORIM DOS SANTOS - CRECI 19.898. 3 - Processo-COFECI nº 2395/2019. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repda: ELLEN SIMONE GONÇALVES SANTANA - CRECI 59.053. 4 - Processo-COFECI nº 2449/2019. Recte e Recdo: CRECI 6ª Região/PR "ex officio". Repdas: AGP CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-2653 e RT ALEXANDRE GUIMARÃES PEREIRA - CRECI 9394. 5 - Processo-COFECI nº 2450/2019. Recte e Recdo: CRECI 6ª Região/PR "ex officio". Repdas: AGP CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-2653 e RT ALEXANDRE GUIMARÃES PEREIRA - CRECI 9394. 6 - Processo-COFECI nº 2452/2019. Recte e Recdo: CRECI 6ª Região/PR "ex officio". Repda: JULIANA DE CÁSSIA PADULLA - CRECI 14.716. 7 - Processo-COFECI nº 2464/2019. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdo: OSVALDO DE OLIVEIRA GALDEANO - CRECI 26.476. 8 - Processo-COFECI nº 2465/2019. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdo: MARCOS AUGUSTO ANNUNCIAÇÃO SILVA - CRECI 37.200. 9 - Processo-COFECI nº 2466/2019. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdo: MAURÍCIO CARDOSO DOS SANTOS - CRECI 34.179. 10 - Processo-COFECI nº 2522/2019. Recte e Recdo: CRECI 8ª Região/DF "ex officio". Repdos: PROJEÇÃO IMOBILIÁRIA & CONSTRUTORA LTDA - ME - CRECI J-21.230 e RT IGOR AMORIM DOS SANTOS - CRECI 19.898. 11 - Processo-COFECI nº 2523/2019. Recte e Recdo: CRECI 8ª Região/DF "ex officio". Repdas: PROJEÇÃO IMOBILIÁRIA & CONSTRUTORA LTDA - ME - CRECI J-21.230 e RT IGOR AMORIM DOS SANTOS - CRECI 19.898. 12 - Processo-COFECI nº 2524/2019. Recte e Recdo: CRECI 8ª Região/DF "ex officio". Repdos: ZAG - NEGÓCIO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA-CRECI J-12797 e EDNEVAL LOMANTO ARAÚJO - CRECI 10.493. 13 - Processo-COFECI nº 2525/2019. Recte e Recdo: CRECI 8ª Região/DF "ex officio". Repdas: PROJEÇÃO IMOBILIÁRIA & CONSTRUTORA LTDA - ME - CRECI J-21.230 e RT IGOR AMORIM DOS SANTOS - CRECI 19.898. 14 - Processo-COFECI nº 2532/2019. Recte e Recdo: CRECI 3ª Região/RS "ex officio". Repdo: JÚLIO CÉSAR MORAES DA COSTA - CRECI 41.988. 15 - Processo-COFECI nº 291/2020. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: BERÍCIO CLOVES DE JESUS SANTOS - CRECI 79.645. 16 - Processo-COFECI nº 294/2020. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: IMOBILIÁRIA SARABEJA - EIRELI - CRECI J-23.217. 17 - Processo-COFECI nº 295/2020. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: CHAIM WOLF PIERNIKARZ - CRECI 28.572. 18 - Processo-COFECI nº 1166/2019. Recte e Recdo: CRECI 6ª Região/PR "ex officio". Repdo: ROBSON DOS SANTOS OLIVEIRA - CRECI 23.115. 19 - Processo-COFECI nº 286/2020. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: BEATRIZ COLI BADINI - CRECI 145.170.

RELATOR: Conselheiro ELI RODRIGUES/MS

DISCIPLINARES:

1 - Processo-COFECI nº 2684/2019. Recte e Recdo: CRECI 11ª Região/SC "ex officio". Repda: MORGANA DE SOUZA RODRIGUES - CRECI 13.950. 2 - Processo-COFECI nº 2687/2019. Recte e Recdo: CRECI 11ª Região/SC "ex officio". Repdo: VALDIR DA SILVA - CRECI 13.131. 3 - Processo-COFECI nº 281/2020. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: ARAÚJO E GARCIA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-21.225. 4 - Processo-COFECI nº 282/2020. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: DENISE DE ARAÚJO - CRECI 90.583. 5 - Processo-COFECI nº 283/2020. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: ARAÚJO E GARCIA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-21.225. 6 - Processo-COFECI nº 284/2020. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: DENISE DE ARAÚJO - CRECI 90.583. 7 - Processo-COFECI nº 1003/2020. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuada: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. 8 - Processo-COFECI nº 1004/2020. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuada: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. 9 - Processo-COFECI nº 1069/2020. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuada: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. 10 - Processo-COFECI nº 2680/2019. Recte e Recdo: CRECI 11ª Região/SC "ex officio". Repda: SANDER IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-3176. 11 - Processo-COFECI nº 2681/2019. Recte e Recdo: CRECI 11ª Região/SC "ex officio". Repdo: SANDER MAXIMOVITZ - CRECI 15.046. 12 - Processo-COFECI nº 1943/2019. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: PAULO ROBERTO GONÇALVES DE JESUS - CRECI 95.123. 13 - Processo-COFECI nº 1944/2019. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: ULISSES HENRIQUE DE CARVALHO - CRECI 96.101. 14 - Processo-COFECI nº 265/2020. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: ADRIANA POCHINI YVAMOTO - ME - CRECI J-23.371. 15 - Processo-COFECI nº 266/2020. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: ADRIANA POCHINI YVAMOTO - CRECI 113.829. 16 - Processo-COFECI nº 279/2020. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: ÂNGELA MARIA ZUCHINALLI BARBOZA - CRECI 96.655. 17 - Processo-COFECI nº 285/2020. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: DENISE DE ARAÚJO - CRECI 90.583.

RELATORA: Conselheira MÁRCIA MARIA VIEIRA DE SÁ/CE

DISCIPLINARES:

1 - Processo-COFECI nº 2460/2019. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdo: ANDRÉ LUIS RAMOS SANT'ANA - CRECI 55.320. 2 - Processo-COFECI nº 2552/2019. Recte e Recdo: CRECI 4ª Região/MG "ex officio". Repdo: DOUGLAS BERNO DA SILVA - CRECI 25.147. 3 - Processo-COFECI nº 2580/2019. Recte e Recdo: CRECI 16ª Região/SE "ex officio". Repdo: ROGÉRIO MENESES DANTAS - CRECI 2879. 4 - Processo-COFECI nº 2588/2019. Recte e Recdo: CRECI 16ª Região/SE "ex officio". Repda: ALLIANCE SOLUÇÕES IMOBILIÁRIAS LTDA - EPP - CRECI J-350. 5 - Processo-COFECI nº 2689/2019. Recte e Recdo: CRECI 11ª Região/SC "ex officio". Repdo: WALDIR DOS SANTOS - CRECI 21.792. 6 - Processo-COFECI nº 299/2020. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: VALOR CONSULTORIA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-19.012. 7 - Processo-COFECI nº 300/2020. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: DANIEL RUGGIERO VILLANI - CRECI 51.811. 8 - Processo-COFECI nº 1100/2020. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuada: SAWALA CONSULTORIA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-5188. 9 - Processo-COFECI nº 1101/2020. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuada: SAWALA CONSULTORIA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-5188. 10 - Processo-COFECI nº 1102/2020. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuada: SAWALA CONSULTORIA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-5188. 11 - Processo-COFECI nº 1103/2020. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuada: SAWALA CONSULTORIA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-5188. 12 - Processo-COFECI nº 167/2022. Recte e Recdo: CRECI 8ª Região/DF "ex officio". Repdo: RODRIGO BARRETO DE PINHEIRO ROCHA - CRECI 18.497. 13 - Processo-COFECI nº 2579/2019. Recte e Recdo: CRECI 16ª Região/SE "ex officio". Repdo: JORDAN BORGES BROTA - CRECI J-4086. 14 - Processo-COFECI nº 1950/2019. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: MAURÍCIO MARQUES MACEDO - CRECI 132.722. 15 - Processo-COFECI nº 1951/2019. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: MILTON DO ESPÍRITO SANTO - CRECI 128.835. 16 - Processo-COFECI nº 1952/2019. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: NILSON CÉSAR RODRIGUES LIBERATO - CRECI 101.937. 17 - Processo-COFECI nº 298/2020. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: DAMIÃO SANTANA - CRECI 37.827. 18 - Processo-COFECI nº 303/2020. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: SÉRGIO APARECIDO MORO - CRECI 87.910. 19 - Processo-COFECI nº 304/2020. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: DORIVAL BRAZ JÚNIOR - CRECI 36.431. 20 - Processo-COFECI nº 305/2020. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: DIEGO ALVES DE LIMA - CRECI 135.352.

RELATOR: Conselheiro ANDRÉ CARDOSO COSTA/SE

DISCIPLINARES:

1 - Processo-COFECI nº 1946/2019. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: MARCOS ANTÔNIO DE SOUZA - CRECI 98.635. 2 - Processo-COFECI nº 273/2020. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: ANA PAULA CUNHA BEZERRA SILVA - CRECI 97.822. 3 - Processo-COFECI nº 275/2020. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: JOSÉ CARLOS LOPES - CRECI 87.490. 4 - Processo-COFECI nº 276/2020. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: ANDRÉ LUIZ RODRIGUES DA SILVA - CRECI 102.133. 5 - Processo-COFECI nº 306/2020. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: EFATA E IMÓVEIS NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-21.552. 6 - Processo-COFECI nº 307/2020. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: ÉDSON OLIVEIRA DA SILVA - CRECI 91.915. 7 - Processo-COFECI nº 309/2020. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: UNION SOLUÇÕES IMOBILIÁRIAS LTDA - CRECI J-26.410. 8 - Processo-COFECI nº 310/2020. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: EDUARDO NATIVIDADE DOS SANTOS - CRECI 49.297. 9 - Processo-COFECI nº 311/2020. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: ELÍSIO LOPES BATISTA - CRECI 83.508. 10 - Processo-COFECI nº 1070/2020. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuada: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. 11 - Processo-COFECI nº 1945/2019. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: SOUZA AFONSO NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-22.838. 12 - Processo-COFECI nº 272/2020. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: ANA MARCELINO - CRECI J-71.668. 13 - Processo-COFECI nº 277/2020. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: ANDREZZA FRANÇA RODRIGUES - CRECI 100.450. 14 - Processo-COFECI nº 278/2020. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: JOSÉ FERNANDO NUNES GOMES - CRECI 92.284. 15 - Processo-COFECI nº 308/2020. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: ÉDNA BENEDITO JOAQUIM - CRECI 93.358. 16 - Processo-COFECI nº 312/2020. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: ESTEVÃO MARQUES DA ROCHA - CRECI 56.428. 17 - Processo-COFECI nº 314/2020. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: FÁBIO LUIZ ALVES GONÇALVES - CRECI 101.134.

ADMINISTRATIVO:

18 - Processo-COFECI nº 474/2019. Recte: ANTÔNIO QUEIROZ MAIA - CRECI 16.413. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com remissão de débitos, concedidos ao C.I. ANTÔNIO QUEIROZ MAIA - CRECI 16.143 - Indeferida a remissão de débitos.

RELATOR: Conselheiro VILMAR PINTO DA SILVA/AL

DISCIPLINARES:

1 - Processo-COFECI nº 4169/2018. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdo: UBIRATAN JOSÉ DE CASTRO - CRECI 40.725. 2 - Processo-COFECI nº 4173/2018. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdo: ALEX FELIX SANTOS - CRECI 41.740. 3 - Processo-COFECI nº 4174/2018. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdo: VICENTE MARCELO DOMINGUES - CRECI 24.780. 4 - Processo-COFECI nº 2474/2019. Recte e Recdo: CRECI 8ª Região/DF "ex officio". Repdo: MARCOS ALEXANDRE DA SILVA - CRECI 23.520. 5 - Processo-COFECI nº 2591/2019. Recte e Recdo: CRECI 16ª Região/SE "ex officio". Repda: ALLIANCE SOLUÇÕES IMOBILIÁRIAS LTDA - EPP - CRECI J-350. 6 - Processo-COFECI nº 2592/2019. Recte e Recdo: CRECI 16ª Região/SE "ex officio". Repda: ALLIANCE SOLUÇÕES IMOBILIÁRIAS LTDA - EPP - CRECI J-350. 7 - Processo-COFECI nº 2593/2019. Recte e Recdo: CRECI 16ª Região/SE "ex officio". Repda: ALLIANCE SOLUÇÕES IMOBILIÁRIAS LTDA - EPP - CRECI J-350. 8 - Processo-COFECI nº 2594/2019. Recte e Recdo: CRECI 16ª Região/SE "ex officio". Repda: ALLIANCE SOLUÇÕES IMOBILIÁRIAS LTDA - EPP - CRECI J-350. 9 - Processo-COFECI nº 2595/2019. Recte e Recdo: CRECI 16ª Região/SE "ex officio". Repda: ALLIANCE SOLUÇÕES IMOBILIÁRIAS LTDA - EPP - CRECI J-350. 10 - Processo-COFECI nº 2596/2019. Recte e Recdo: CRECI 16ª Região/SE "ex officio". Repda: ALLIANCE SOLUÇÕES IMOBILIÁRIAS LTDA - EPP - CRECI J-350. 11 - Processo-COFECI nº 292/2020. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: RONCHI & RONCHI IMOBILIÁRIA LTDA - ME - CRECI J-25.379. 12 - Processo-COFECI nº 293/2020. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: BRUNO ROGÉRIO RONCHI - CRECI 98.471. 13 - Processo-COFECI nº 382/2020. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdos: AMÉRICO LOPES REGO - CRECI 44.077 e WELLINGTON ALVES DE SOUZA - CRECI 53.462. 14 - Processo-COFECI nº 1071/2020. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuada: WS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - ME - CRECI J-6204. 15 - Processo-COFECI nº 2382/2019. Recte e Recdo: CRECI 8ª Região/DF "ex officio". Autuado: FRANCISCO WELLINGTON JÂNIO DE SOUSA - CRECI 13.933. 16 - Processo-COFECI nº 318/2020. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: GAETANO LACORTE PANTALENO & CIA LTDA - EPP - CRECI J-25.863. 17 - Processo-

COFECI nº 319/2020. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: GAETANO LACORTE PANTALENO - CRECI 84.380.

ADMINISTRATIVO:

18 - Processo-COFECI nº 478/2019. Recte: JÚLIO CÉSAR THEODORO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP.

RELATOR: Conselheiro MANOEL CLAUDENIR DE ARAÚJO LIMA/AC

DISCIPLINARES:

1 - Processo-COFECI nº 2508/2019. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdos: AYER ALEXANDRE TARGINO - CRECI 37.262 e JOSIANE RODRIGUES DE ANDRADE - CRECI 53.987. 2 - Processo-COFECI nº 2597/2019. Recte e Recdo: CRECI 8ª Região/DF "ex officio". Repdo: LUCIMAR DOS SANTOS MATA - CRECI 20.785. 3 - Processo-COFECI nº 2598/2019. Recte e Recdo: CRECI 8ª Região/DF "ex officio". Repdos: ZAG - NEGÓCIO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-12.797, RT EDNEVAL LOMANTO ARAÚJO - CRECI 10.493 e ANSELMO DAHER ZACCARINI - CRECI 5205. 4 - Processo-COFECI nº 2599/2019. Recte e Recdo: CRECI 8ª Região/DF "ex officio". Repdos: ZAG - NEGÓCIO E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-12.797, RT EDNEVAL LOMANTO ARAÚJO - CRECI 10.493 e ANSELMO DAHER ZACCARINI - CRECI 5205. 5 - Processo-COFECI nº 2600/2019. Recte e Recdo: CRECI 8ª Região/DF "ex officio". Repdo: CELSO TOTOLI JÚNIOR - CRECI 4919. 6 - Processo-COFECI nº 786/2020. Recte e Recdo: CRECI 15ª Região/CE "ex officio". Repda: MARIA DE FÁTIMA OLIVEIRA DA COSTA - CRECI 9485. 7 - Processo-COFECI nº 1072/2020. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuada: PJP SANTOS & BITTENCOURT IMOBILIÁRIA - LTDA - CRECI J-6066. 8 - Processo-COFECI nº 1106/2020. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Autuado: ALEXANDRE PALMA CORREA DOS SANTOS - CRECI 46.784. 9 - Processo-COFECI nº 788/2020. Recte e Recdo: CRECI 15ª Região/CE "ex officio". Repdos: V. J DA SILVA ASSESSORIA IMOBILIÁRIA ME - CRECI J-014 e RT VANDERLEI JACINTO DA SILVA - CRECI 9647. 10 - Processo-COFECI nº 156/2022. Recte e Recdo: CRECI 8ª Região/DF "ex officio". Repdos: CIBELE SANTOS TEIXEIRA - CRECI 6872 e ROMERO SANTOS TEIXEIRA - CRECI 9755. 11 - Processo-COFECI nº 2442/2019. Recte: JOSE HUMBERTO PORTO SILVEIRA - CRECI 18.108. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. 12 - Processo-COFECI nº 2480/2019. Recte e Recdo: CRECI 8ª Região/DF "ex officio". Autuada: BR HOUSE INTELIGÊNCIA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-19.701. 13 - Processo-COFECI nº 267/2020. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: CÉLIA REGINA MACHADO - CRECI 126.732. 14 - Processo-COFECI nº 268/2020. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: AGUINALDO APARECIDO DE ABREU - CRECI 158.113. 15 - Processo-COFECI nº 269/2020. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: BELO CASTELO IMÓVEIS LTDA - CRECI J-22.251. 16 - Processo-COFECI nº 270/2020. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: ALEXANDRE DA SILVA ROCHA - CRECI 80.842. 17 - Processo-COFECI nº 271/2020. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: ALEXSANDRO NUNES - CRECI 73.221. 18 - Processo-COFECI nº 787/2020. Recte e Recdo: CRECI 15ª Região/CE "ex officio". Repdo: PAULO HENRIQUE ALVES DE SOUZA - CRECI 8458.

Brasília (DF), 11 de novembro de 2022
JOÃO TEODORO DA SILVA
Presidente do Conselho

3ª CÂMARA RECURSAL
(Mandato 2022 - Gestão 2022/2024)

PAUTA DE JULGAMENTO

5ª SESSÃO DE JULGAMENTO DE PROCESSOS
DATA: 30 de novembro de 2022.
INÍCIO: 14horas
LOCAL: Sala Virtual com utilização do aplicativo Google Meet.

RELATOR: Conselheiro ALEXANDRE BARBOSA MACIEL/PE

1 - Processo-COFECI nº 1174/2020. Recte: LUIZ EDUARDO RANGEL HELLER - CRECI 12.086. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 2 - Processo-COFECI nº 1175/2020. Recte: CELSO PAULO SCHNORR - CRECI 14.132. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 3 - Processo-COFECI nº 1177/2020. Recte: DELMAR JOSÉ DE LIMA - CRECI 46.146. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 4 - Processo-COFECI nº 1183/2020. Recte: CARLOS ALBERTO BAUMANN - CRECI 15.809. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 5 - Processo-COFECI nº 1185/2020. Recte: PROLAR IMÓVEIS ADMINISTRAÇÃO CORRETAGEM LTDA - CRECI J-287. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 6 - Processo-COFECI nº 1186/2020. Recte: ANA MARIA XAVIER GASPARONI-ME - CRECI J-24.098. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 7 - Processo-COFECI nº 1188/2020. Recte: CRÉDITO REAL IMÓVEIS E CONDOMÍNIOS S.A - CRECI J-039. Recdo: CRECI 3ª Região/RS.

RELATOR: Conselheiro CLÉSIO ALANO DE CARVALHO/SC

1 - Processo-COFECI nº 1161/2020. Recte: FACE IMOB GESTÃO IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-23.681. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 2 - Processo-COFECI nº 1162/2020. Recte: FACE IMOB GESTÃO IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-23.681. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 3 - Processo-COFECI nº 1191/2020. Recte: GELSON JOSÉ PESSALI - CRECI 39.362. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 4 - Processo-COFECI nº 1150/2020. Recte: LITORAL CLASS IMÓVEIS EIRELI - CRECI J-24.288. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 5 - Processo-COFECI nº 1171/2020. Recte: FACE IMOB GESTÃO IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-23.681. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 6 - Processo-COFECI nº 1172/2020. Recte: BORTOLINI IMÓVEIS LTDA - CRECI J-22.342. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 7 - Processo-COFECI nº 1192/2020. Recte: BORKERT E ÁGORA PLANEJAMENTO IMOBILIÁRIO LTDA - CRECI J-22.071. Recdo: CRECI 3ª Região/RS.

RELATOR: Conselheiro JACI MONTEIRO COLARES/PA

1 - Processo-COFECI nº 1137/2020. Recte: NINO IMÓVEIS LTDA - CRECI J-22.585. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 2 - Processo-COFECI nº 1140/2020. Recte: BONO IMÓVEIS LTDA - CRECI J-23.279. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 3 - Processo-COFECI nº 1136/2020. Recte: ROGÉRIO DOS SANTOS PEREIRA - CRECI 12.098. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 4 - Processo-COFECI nº 1139/2020. Recte: KONIG NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA-ME - CRECI J-22.324. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 5 - Processo-COFECI nº 1142/2020. Recte: BONO IMÓVEIS LTDA - CRECI J-23.279. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 6 - Processo-COFECI nº 1152/2020. Recte: JOSÉ AIRTON NEVES FERREIRA - CRECI 12.870. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 7 - Processo-COFECI nº 1173/2020. Recte: EDUARDO WEBER - CRECI 40.812. Recdo: CRECI 3ª Região/RS.

RELATOR: Conselheiro CLÁUDIO MANOEL MIRANDA SMITH/ES

1 - Processo-COFECI nº 1146/2020. Recte: PRONTO DUCATI CONSULTORIA DE IMÓVEIS S/A - CRECI J-23.028. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 2 - Processo-COFECI nº 1143/2020. Recte: AGUSTINHO ROSSI - CRECI 42.530. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 3 - Processo-COFECI nº 1145/2020. Recte: SANTOS, GODOY E CIA LTDA - CRECI J-24.331. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 4 - Processo-COFECI nº 1147/2020. Recte: ALEXANDRE CASSOL - CRECI 46.760. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 5 - Processo-COFECI nº 1148/2020. Recte: AMARAL E U. LOPES PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA - CRECI J-23.049. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 6 - Processo-COFECI nº 1144/2020. Recte: EDITE SILVEIRA ROCHA - CRECI 30.208. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 7 - Processo-COFECI nº 1149/2020. Recte: ACHILES BADALOTTI JÚNIOR - CRECI 15.670. Recdo: CRECI 3ª Região/RS.

RELATOR: Conselheiro ROBERTO CARLOS CORREIA PERES/RN

1 - Processo-COFECI nº 911/2020. Recte: MERCUS ASSESSORIA LTDA - CRECI J-22.888. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 2 - Processo-COFECI nº 914/2020. Recte: PORTO E ASSOCIADOS CONSULTORIA IMOBILIÁRIA LTDA - ME - CRECI J-24.204. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 3 - Processo-COFECI nº 907/2020. Recte: RICARDO FAGUNDES DE PIETRO - CRECI 11.959. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 4 - Processo-COFECI nº 913/2020. Recte: KAREN MARQUES PRESTES - CRECI 49.193. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 5 - Processo-COFECI nº 915/2020. Recte: PLINIO RAFAEL GHISLENI - CRECI 22.605. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 6 - Processo-COFECI nº 916/2020. Recte: FREITAS BALDINO INTERMEDIAÇÕES IMOBILIÁRIAS LTDA - CRECI J-22.732. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 7 - Processo-COFECI nº 1151/2020. Recte: MERCARI NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-24.724. Recdo: CRECI 3ª Região/RS.

RELATOR: Conselheiro ELÍDIO COSTA FERNANDES T. DA SILVA/MA

1 - Processo-COFECI nº 740/2020. Recte: PRIVILÉGIO INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-6645. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 2 - Processo-COFECI nº 743/2020. Recte: PRIVILÉGIO INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-6645. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 3 - Processo-COFECI nº 745/2020. Recte: PRIVILÉGIO INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-6645. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 4 - Processo-COFECI nº 882/2020. Recte: RENASA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-22.879. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 5 - Processo-COFECI nº 880/2020. Recte: RENASA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-22.879. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 6 - Processo-COFECI nº 881/2020. Recte: RENASA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-22.879. Recdo: CRECI 3ª Região/RS.

RELATORA: Conselheira IONE MARQUES MALTA/AL

1 - Processo-COFECI nº 410/2021. Recte: MARCO AURÉLIO FONTOURA HANSEN - CRECI 10.420. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 2 - Processo-COFECI nº 1165/2020. Recte: FÁBIO SOARES DA SILVA - CRECI 50.419. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 3 - Processo-COFECI nº 1184/2020. Recte: FÁBIO SOARES DA SILVA - CRECI 50.419. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 4 - Processo-COFECI nº 411/2021. Recte: DAIRON FERNANDES GRAFFITTI - CRECI 35.390. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 5 - Processo-COFECI nº 412/2021. Recte: DAIRON FERNANDES GRAFFITTI - CRECI 35.390. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 6 - Processo-COFECI nº 413/2021. Recte: DAIRON FERNANDES GRAFFITTI - CRECI 35.390. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 7 - Processo-COFECI nº 1163/2020. Recte: FÁBIO SOARES DA SILVA - CRECI 50.419. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 8 - Processo-COFECI nº 1164/2020. Recte: FÁBIO SOARES DA SILVA - CRECI 50.419. Recdo: CRECI 3ª Região/RS.

RELATOR: Conselheiro PEDRO HENRIQUE DE A. NOGUEIRA LIMA/PI

1 - Processo-COFECI nº 883/2020. Recte: EXPER - ASSESSORIA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-23.033. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 2 - Processo-COFECI nº 884/2020. Recte: EXPER - ASSESSORIA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-23.033. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 3 - Processo-COFECI nº 885/2020. Recte: EXPER - ASSESSORIA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-23.033. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 4 - Processo-COFECI nº 886/2020. Recte: EXPER - ASSESSORIA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-23.033. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 5 - Processo-COFECI nº 887/2020. Recte: EXPER - ASSESSORIA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-23.033. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 6 - Processo-COFECI nº 888/2020. Recte: EXPER - ASSESSORIA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-23.033. Recdo: CRECI 3ª Região/RS.

RELATOR: Conselheiro PALMIRO VIANA ARAÚJO FILHO/TO

1 - Processo-COFECI nº 1167/2020. Recte: DAIRON FERNANDES GRAFFITTI - CRECI 35.390. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 2 - Processo-COFECI nº 889/2020. Recte: GIOVANI GHISLENI - CRECI 35.295. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 3 - Processo-COFECI nº 890/2020. Recte: GIOVANI GHISLENI - CRECI 35.295. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 4 - Processo-COFECI nº 891/2020. Recte: GIOVANI GHISLENI - CRECI 35.295. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 5 - Processo-COFECI nº 1168/2020. Recte: DAIRON FERNANDES GRAFFITTI - CRECI 35.390. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 6 - Processo-COFECI nº 1169/2020. Recte: DAIRON FERNANDES GRAFFITTI - CRECI 35.390. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 7 - Processo-COFECI nº 1170/2020. Recte: DAIRON FERNANDES GRAFFITTI - CRECI 35.390. Recdo: CRECI 3ª Região/RS.

Brasília (DF), 11 de novembro de 2022
JOÃO TEODORO DA SILVA
Presidente do Conselho

4ª CÂMARA RECURSAL
(Mandato 2022 - Gestão 2022/2024)

PAUTA DE JULGAMENTO

5ª SESSÃO DE JULGAMENTO DE PROCESSOS
DATA: 30 de novembro de 2022.
INÍCIO: 14horas
LOCAL: Sala Virtual com utilização do aplicativo Google Meet.

RELATOR: Conselheiro JOÃO EDUARDO LEAL CORRÊA/RJ

1- Processo-COFECI nº 1154/2020. Recte: RENASA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-22879. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 2- Processo-COFECI nº 1155/2020. Recte: RENASA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-22879. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 3- Processo-COFECI nº 1157/2020. Recte: RENASA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-22879. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 4- Processo-COFECI nº 1158/2020. Recte: RENASA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-22879. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 5- Processo-COFECI nº 1160/2020. Recte: RENASA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-22879. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 6- Processo-COFECI nº 1176/2020. Recte: RENASA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-22879. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 7- Processo-COFECI nº 1178/2020. Recte: RENASA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-22879. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 8- Processo-COFECI nº 1179/2020. Recte: RENASA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-22879. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 9- Processo-COFECI nº 1180/2020. Recte: RENASA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-22879. Recdo: CRECI 3ª Região/RS.

RELATOR: Conselheiro MARCELO BEZERRA WANDERLEY/PE

1- Processo-COFECI nº 892/2020. Recte: IMOBILIÁRIA CASA LÍDER LTDA-ME - CRECI J-22251. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 2- Processo-COFECI nº 893/2020. Recte: IMOBILIÁRIA CASA LÍDER LTDA-ME - CRECI J-22251. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 3- Processo-COFECI nº 894/2020. Recte: IMOBILIÁRIA CASA LÍDER LTDA-ME - CRECI J-22251. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 4- Processo-COFECI nº 900/2020. Recte: DAIRON FERNANDES GRAFFITTI - CRECI 35390. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 5- Processo-COFECI nº 901/2020. Recte: DAIRON FERNANDES GRAFFITTI - CRECI 35390. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 6- Processo-COFECI nº 902/2020. Recte: CONSTRUTORA TENDA S/A - CRECI J-22559. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 7- Processo-COFECI nº 903/2020. Recte: CONSTRUTORA TENDA S/A - CRECI J-22559. Recdo: CRECI 3ª Região/RS.

RELATOR: Conselheiro MÁRIO AUGUSTO PEREIRA DE ALMEIDA/BA

1- Processo-COFECI nº 895/2020. Recte: IMOBILIÁRIA CCL LTDA - CRECI J-23819. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 2- Processo-COFECI nº 896/2020. Recte: IMOBILIÁRIA CCL LTDA - CRECI J-23819. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 3- Processo-COFECI nº 897/2020. Recte: IMOBILIÁRIA CCL LTDA - CRECI J-23819. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 4- Processo-COFECI nº 898/2020. Recte: IMOBILIÁRIA CCL LTDA - CRECI J-23819. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 5- Processo-COFECI nº 899/2020. Recte: IMOBILIÁRIA CCL LTDA - CRECI J-23819. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 6- Processo-COFECI nº 904/2020. Recte: NUNES NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA-ME - CRECI J-22449. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 7- Processo-COFECI nº 0905/2020. Recte: TOPDEZ NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-22970. Recdo: CRECI 3ª Região/RS.

RELATOR: Conselheiro AURÉLIO CÁPUA DALLAPÍCULA/ES

1- Processo-COFECI nº 906/2020. Recte: LPS SUL - CONSULTORIA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-22491. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 2- Processo-COFECI nº 912/2020. Recte: LPS SUL - CONSULTORIA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-22491. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 3- Processo-COFECI nº 1128/2020. Recte: KMX INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS EIRELI-ME - CRECI J-24266. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 4- Processo-COFECI nº 908/2020. Recte: CAFÉ NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA-ME - CRECI J-24707. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 5- Processo-COFECI nº 909/2020. Recte: CHIAVARO TRANSAÇÕES IMOBILIÁRIAS LTDA - CRECI J-22704. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 6- Processo-COFECI nº 0910/2020. Recte: PETRONILIA PERUFFO TRENTIN - CRECI 6985. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 7- Processo-COFECI nº 1127/2020. Recte: SÃO BERNARDO IMÓVEIS LTDA - CRECI J-23792. Recdo: CRECI 3ª Região/RS.

RELATOR: Conselheiro RENATO ALEXANDRE MACIEL G. NETTO/RN

1- Processo-COFECI nº 1122/2020. Recte: IDEAL INCORPORAÇÃO E NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-22178. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 2- Processo-COFECI nº 1123/2020. Recte: BONO IMÓVEIS LTDA - CRECI J-23279. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 3- Processo-COFECI nº 1124/2020. Recte: IDEAL INCORPORAÇÃO E NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-22178. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 4- Processo-COFECI nº 1125/2020. Recte: IDEAL INCORPORAÇÃO E NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA LTDA - CRECI J-22178. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 5- Processo-COFECI nº 1126/2020. Recte: IDEAL INCORPORAÇÃO E NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA LTDA - CRECI J-22178. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 6- Processo-COFECI nº 1133/2020. Recte: BONO IMÓVEIS LTDA LTDA - CRECI J-23279. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 7- Processo-COFECI nº 1134/2020. Recte: BONO IMÓVEIS LTDA - CRECI J-23279. Recdo: CRECI 3ª Região/RS.

RELATOR: Conselheiro NARCISO VITES DA SILVA/MT

1- Processo-COFECI nº 1129/2020. Recte: PABLO UBIRATÃ CASTRO DE AVILA - CRECI 32599. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 2- Processo-COFECI nº 1138/2020. Recte: CESAR WALMOR NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-23809. Recdo: CRECI 3ª

Região/RS. 3- Processo-COFECI nº 1141/2020. Recte: RENASA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-22879. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 4- Processo-COFECI nº 1132/2020. Recte: FRANCIELE MACHADO DUTRA - CRECI 39422. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 5- Processo-COFECI nº 1135/2020. Recte: MT NOVAIS - ME - CRECI J-23568. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 6- Processo-COFECI nº 1166/2020. Recte: KONIG NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA-ME - CRECI J-22324. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 7- Processo-COFECI nº 1187/2020. Recte: VOLMIR BRIGNONI MACHADO - CRECI 40860. Recdo: CRECI 3ª Região/RS.

RELATOR: Conselheiro FABIANO BARROS CABRAL/PB.

1- Processo-COFECI nº 1153/2020. Recte: IMOBILIÁRIA CCL LTDA - CRECI J-23819. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 2- Processo-COFECI nº 1156/2020. Recte: IMOBILIÁRIA CCL LTDA - CRECI J-23819. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 3- Processo-COFECI nº 1159/2020. Recte: IMOBILIÁRIA CCL LTDA - CRECI J-23819. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 4- Processo-COFECI nº 1194/2020. Recte: IMOBILIÁRIA CASA LÍDER LTDA-ME - CRECI J-22251. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 5- Processo-COFECI nº 0166/2022. Recte: CLAUDINEI APARECIDO BALDUINO - CRECI 54897. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 6- Processo-COFECI nº 1181/2020. Recte: CASANOBRE NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-21484. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 7- Processo-COFECI nº 1182/2020. Recte: CASANOBRE NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-21484. Recdo: CRECI 3ª Região/RS.

RELATORA: Conselheira VALDELENE MARIA AGUIDA DE MELO/RO

1- Processo-COFECI nº 1189/2020. Recte: PRONTO DUCATI CONSULTORIA DE IMÓVEIS S/A - CRECI J-23028. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 2- Processo-COFECI nº 1193/2020. Recte: PRONTO DUCATI CONSULTORIA DE IMÓVEIS S/A - CRECI J-23028. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 3- Processo-COFECI nº 1190/2020. Recte: CONSTRUTORA TENDA S/A - CRECI J-22559. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 4- Processo-COFECI nº 1195/2020. Recte: CONSTRUTORA TENDA S/A - CRECI J-22559. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 5- Processo-COFECI nº 1196/2020. Recte: FACE IMOB GESTÃO IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-23681. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 6- Processo-COFECI nº 1197/2020. Recte: GET IMÓVEIS LTDA - CRECI J-23641. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 7- Processo-COFECI nº 1198/2020. Recte: BORTOLINI IMÓVEIS LTDA - CRECI J-22342. Recdo: CRECI 3ª Região/RS.

RELATOR: Conselheiro FRANCISCO HÍGINO DA ROCHA MAIA/AC

1- Processo-COFECI nº 0861/2020. Recte: MARCELO LEAL DE OLIVEIRA - CRECI 19834. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. 2- Processo-COFECI nº 0862/2020. Recte: JOSE CARLOS DE MELO - CRECI 6064. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. 3- Processo-COFECI nº 1278/2020. Recte: IMOBILIÁRIA CCL LTDA - CRECI J-22819. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 4- Processo-COFECI nº 1280/2020. Recte: IMOBILIÁRIA CCL LTDA - CRECI J-22819. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 5- Processo-COFECI nº 1281/2020. Recte: IMOBILIÁRIA CCL LTDA - CRECI J-22819. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 6- Processo-COFECI nº 1282/2020. Recte: IMOBILIÁRIA CCL LTDA - CRECI J-22819. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 7- Processo-COFECI nº 1283/2020. Recte: IMOBILIÁRIA CCL LTDA - CRECI J-22819. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 8- Processo-COFECI nº 1284/2020. Recte: IMOBILIÁRIA CCL LTDA - CRECI J-22819. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 9- Processo-COFECI nº 1286/2020. Recte: IMOBILIÁRIA CCL LTDA - CRECI J-22819. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 10- Processo-COFECI nº 1207/2020. Recte: LORIVAL IZIDORO XAVIER - CRECI 16884. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. 11- Processo-COFECI nº 0875/2020. Recte: REALIZA IMOBILIÁRIA LTDA-ME - CRECI J-5781. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. 12- Processo-COFECI nº 1206/2020. Recte: VIVENDAS NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-3554. Recdo: CRECI 4ª Região/MG.

Brasília (DF), 11 de novembro de 2022
JOÃO TEODORO DA SILVA
Presidente do Conselho

5ª CÂMARA RECURSAL
(Mandato 2022 - Gestão 2022/2024)

PAUTA DE JULGAMENTO

5ª SESSÃO DE JULGAMENTO DE PROCESSOS
DATA: 30 de novembro de 2022.
INÍCIO: 14horas
LOCAL: Sala Virtual com utilização do aplicativo Google Meet.
RELATOR: Conselheiro LUIGI ANTÔNIO GERACE/RS

1- Processo-COFECI nº 2485/2019. Repdas: RRO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-10842 e RT RODOLFO RODRIGUES DE OLIVEIRA - CRECI 3699. Recdo: CRECI 8ª Região/DF. 2- Processo-COFECI nº 821/2020. Recte: PROCASA EMPRESA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-184. Recdo: CRECI 18ª Região/AM-RR. 3- Processo-COFECI nº 822/2020. Recte: PROCASA EMPRESA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-184. Recdo: CRECI 18ª Região/AM-RR. 4- Processo-COFECI nº 823/2020. Recte: PROCASA EMPRESA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-184. Recdo: CRECI 18ª Região/AM-RR. 5- Processo-COFECI nº 824/2020. Recte: PROCASA EMPRESA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-184. Recdo: CRECI 18ª Região/AM-RR. 6- Processo-COFECI nº 825/2020. Recte: CIPA COM.IND.PARTICIPAÇÃO E ADM. S/A - CRECI J-1372. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 7- Processo-COFECI nº 826/2020. Recte: APSA ADM. PREDIAL E NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S/A - CRECI J-253. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 8- Processo-COFECI nº 245/2022. Recte: TÉRCIO DE AZEVEDO MARTINS - CRECI 54551. Recdo: CRECI 2ª Região/SP.

RELATOR: Conselheiro NEWTON MARQUES BARBOSA JÚNIOR/MG

1- Processo-COFECI nº 829/2020. Recte: MF CONSULTORIA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-5431. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 2- Processo-COFECI nº 830/2020. Recte: MF CONSULTORIA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-5431. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 3- Processo-COFECI nº 831/2020. Recte: MF CONSULTORIA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-5431. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 4- Processo-COFECI nº 832/2020. Recte: MF CONSULTORIA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-5431. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 5- Processo-COFECI nº 833/2020. Recte: MF CONSULTORIA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-5431. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 6- Processo-COFECI nº 834/2020. Recte: MF CONSULTORIA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-5431. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 7- Processo-COFECI nº 835/2020. Recte: MF CONSULTORIA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-5431. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 8- Processo-COFECI nº 256/2022. Recte: LPS SÃO PAULO CONSULTORIA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-24073. Recdo: CRECI 2ª Região/SP.

RELATOR: Conselheiro OSCAR HUGO MONTEIRO GUIMARÃES/GO

1- Processo-COFECI nº 827/2020. Recte: ADMINISTRADORA PREDIAL APOLO LTDA - CRECI J-575. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 2- Processo-COFECI nº 828/2020. Recte: JBG IMÓVEIS RJ LTDA - CRECI J-7024. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 3- Processo-COFECI nº 863/2020. Recte: RICARDO CASTELLO BARBOZA - CRECI 3295. Recdo: CRECI 13ª Região/ES. 4- Processo-COFECI nº 865/2020. Recte: KEILA BAMBINI FERREIRA - CRECI 4916. Recdo: CRECI 13ª Região/ES. 5- Processo-COFECI nº 866/2020. Recte: RAFAEL LINO PEREIRA - CRECI 7839. Recdo: CRECI 13ª Região/ES. 6- Processo-COFECI nº 917/2020. Recte: CONSTRUTORA TENDA S/A - CRECI J-5476. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 7- Processo-COFECI nº 226/2022. Rectes: CLÁUDIO FERREIRA DOS SANTOS - CRECI 17015 e RONALDO FERREIRA DOS SANTOS - CRECI 7286. Recdo: CRECI 8ª Região/DF. 8- Processo-COFECI nº 272/2022. Recte: RICARDO RODRIGUES DOS REIS - CRECI 43804. Recdo: CRECI 2ª Região/SP.

RELATOR: Conselheiro ROBERTO DA CUNHA/MS

1- Processo-COFECI nº 918/2020. Recte: CONSTRUTORA TENDA S/A - CRECI J-5476. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 2- Processo-COFECI nº 919/2020. Recte: CONSTRUTORA TENDA S/A - CRECI J-5476. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 3- Processo-COFECI nº 920/2020. Recte: CONSTRUTORA TENDA S/A - CRECI J-5476. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 4- Processo-COFECI nº 921/2020. Recte: CONSTRUTORA TENDA S/A - CRECI J-5476. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 5- Processo-COFECI nº 922/2020. Recte: CONSTRUTORA TENDA S/A - CRECI J-5476. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 6- Processo-COFECI nº 923/2020. Recte: CONSTRUTORA TENDA S/A - CRECI J-5476. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 7- Processo-COFECI nº 924/2020. Recte: CONSTRUTORA TENDA S/A - CRECI 5476. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ.

RELATORA: Conselheira MÔNICA DA SILVA ANDRADE/SE

1- Processo-COFECI nº 1119/2020. Recte: RODNEY LAVOISIER DOS SANTOS - CRECI 41717. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 2- Processo-COFECI nº 1131/2020. Recte: RONIE VON DOS SANTOS PEREIRA - CRECI 14952. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 3- Processo-COFECI nº 1199/2020. Recte: JACKSON DE ALMEIDA GALINA - CRECI 51839. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 4- Processo-COFECI nº 535/2021. Recte: FRANCISCO ADEMIR SOUSA - CRECI 6486. Recdo: CRECI 15ª Região/CE. 5- Processo-COFECI nº 537/2021. Recte: PAULO PASSOS DIAS JÚNIOR - CRECI 11416. Recdo: CRECI 15ª Região/CE. 6- Processo-COFECI nº 1200/2020. Recte: EUNICE TEIXEIRA DA ROCHA SCHALY - CRECI 30749. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 7- Processo-COFECI nº 1201/2020. Recte: HENRIQUE BEUX - CRECI 36608. Recdo: CRECI 3ª Região/RS.

RELATOR: Conselheiro PAULO C. CARVALHO MOTA JÚNIOR/AM

1- Processo-COFECI nº 1051/2020. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS S.A - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 2- Processo-COFECI nº 1057/2020. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 3- Processo-COFECI nº 1060/2020. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 4- Processo-COFECI nº 1061/2020. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 5- Processo-COFECI nº 1062/2020. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 6- Processo-COFECI nº 1064/2020. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 7- Processo-COFECI nº 1065/2020. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS S.A - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ.

RELATOR: Conselheiro EDILBERTO FERREIRA DA SILVA/MT

1- Processo-COFECI nº 1066/2020. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 2- Processo-COFECI nº 1067/2020. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 3- Processo-COFECI nº 1089/2020. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS S.A - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 4- Processo-COFECI nº 1090/2020. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 5- Processo-COFECI nº 1091/2020. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS S.A - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 6- Processo-COFECI nº 1095/2020. Recte: DIRECIONAL CORRETORA DE IMÓVEIS - CRECI J-6195. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ.

RELATOR: Conselheiro RAFAEL BATISTA DE MEDEIROS SOUZA/MA

1- Processo-COFECI nº 1292/2020. Recte: BRUNO BARBOZA QUEIROZ - CRECI 8222. Recdo: CRECI 13ª Região/ES. 2- Processo-COFECI nº 474/2021. Recte: LUIS CARLOS BEZERRA FERRER - CRECI 7877. Recdo: CRECI 15ª Região/CE. 3- Processo-COFECI nº 1291/2020. Recte: LUIZ ANTÔNIO CAPUZZO FILHO - CRECI 12270. Recdo: CRECI 8ª Região/DF. 4- Processo-COFECI nº 392/2021. Recte: ITAPLAN BRASIL CONSULTORIA DE IMÓVEIS S/A - CRECI J-22856. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 5- Processo-COFECI nº 393/2021. Recte: ITAPLAN BRASIL CONSULTORIA DE IMÓVEIS S/A - CRECI J-22856. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. 6- Processo-COFECI nº 424/2021. Recte: WALLACY GOMES DA SILVEIRA - CRECI 55224. Recdo: CRECI 1ª Região/RJ. 7- Processo-COFECI nº 523/2021. Recte: ISABEL CRISTINA VIEIRA YAMAZAKI (DENUNCIANTE) Recdo: CRECI 15ª Região/CE. Assunto: TR - Arquivamento de denúncia formulada contra a impressa ALESSANDRO BELCHIOR ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-720.

RELATOR: Conselheiro ALUÍSIO PARENTES SAMPAIO NETO/PI

1- Processo-COFECI nº 1202/2020. Recte: INVESTE CORRETORA DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-22382. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. 2- Processo-COFECI nº 1205/2020. Recte: MAYCON JÚNIOR ZANOTELI TELES - CRECI 6448. Recdo: CRECI 13ª Região/ES. 3- Processo-COFECI nº 1210/2020. Recte: SÔNIA IMÓVEIS LTDA - CRECI J-9182. Recdo: CRECI 8ª Região/DF. 4- Processo-COFECI nº 1288/2020. Repdas: TOP LINE EMPREENDIMENTOS LTDA - CRECI J-6955 e RT ALEXANDRE DE FARIA COELHO - CRECI 6796. Recdo: CRECI 8ª Região/DF. 5- Processo-COFECI nº 1289/2020. Repdos: ANDRÉA MALDONADO DO AMARAL GARCIA - CRECI 13232 e RT BEIRAMAR CONSULTORIA IMOBILIÁRIA S/A - CRECI J-, E OUTRO - CRECI F-20346. Recdo: CRECI 8ª Região/DF. 6- Processo-COFECI nº 1290/2020. Recte: A.F. SOUSA FILHO & CIA LTDA - CRECI J-6494 e R.T ANTÔNIO FERNANDES DE SOUSA FILHO - CRECI 4818. Recdo: CRECI 8ª Região/DF. 7- Processo-COFECI nº 1211/2020. Repdas: N. E. IMOBILIARIA LTDA - ME - CRECI J-23018 e RT RICARDO PEREIRA NUNES - CRECI 10116. Recdo: CRECI 8ª Região/DF.

Brasília (DF), 11 de novembro de 2022
JOÃO TEODORO DA SILVA
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

RESOLUÇÃO COFEN Nº 714, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

Prorroga, por 120 (cento e vinte) dias, o prazo para entrar em vigor o novo Código de Processo Ético do Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem.

O CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM - COFEN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº. 5.905, de 12 de julho de 1973, e pelo Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Resolução COFEN nº 421, de 15 de fevereiro de 2012;

CONSIDERANDO a competência do Cofen descrita no art. 8º, inciso IX e art. 15, inciso XII, da Lei n° 5.905, de 12 de julho de 1973;

CONSIDERANDO o disposto no art. 22, X e XI, e no artigo 23, inciso XIV, ambos do Regimento Interno, aprovado pela Resolução Cofen nº 421/2012, que autoriza o Conselho Federal de Enfermagem baixar resoluções e deliberar sobre pareceres e instruções para uniformidade de procedimentos para o regular funcionamento dos Conselhos Regionais de Enfermagem;

CONSIDERANDO o Memorando de Conselheiro nº 138/2022, de 26 de outubro de 2022, do Coordenador do Grupo de Trabalho que elaborou o novo Código de Processo Ético do Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem, em que solicita a prorrogação da entrada em vigor do referido código, em face da necessidade de o Cofen promover treinamentos sobre a norma nos Conselhos Federal e Regionais de Enfermagem;

CONSIDERANDO o que consta no Processo Administrativo Cofen nº 560/2021 e a decisão do Plenário do Cofen por ocasião da sua 546ª Reunião Ordinária, resolve:

Art. 1º Prorrogar, por 120 (cento e vinte) dias, o prazo da entrada em vigor do novo Código de Processo Ético do Sistema Cofen/Conselhos Regionais de Enfermagem, previsto no art. 2º da Resolução Cofen nº 706, de 25 de julho de 2022, publicada no Diário

Oficial da União nº 151 no dia 10 de agosto de 2022, Seção 1.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

BETÂNIA Mª P. DOS SANTOS
Presidente do Conselho

SILVIA MARIA NERI PIEDADE
1ª Secretária

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

O Presidente do Conselho Federal de Farmácia, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº 3.820/60, determina a inclusão dos seguintes processos para julgamento na sessão plenária dos dias 24 e 25 de novembro de 2022, ou em sessões ulteriores, de 9:00 às 19:00 horas, a realizar-se à sede desta Autarquia Federal, sito à SHIS QI 15 Lote "L" Lago Sul - Brasília/DF, intimando as partes e os advogados legalmente constituídos nos autos que, quando for o caso, poderão promover sustentação oral, na forma regimental:

Pedido de reconsideração de decisão nos autos do Processo Administrativo Ético Disciplinar nº CFF: 399/2020. Requerente: CRF-ES. Interessado: Maurílio José de Freitas. Advogado: Wesley Campores - OAB/ES 21.202. Requerido: Conselho Federal de Farmácia. Relator: Conselheiro Federal Carlos André Oeiras Sena.

Pedido de reconsideração de decisão nos autos do Processo Administrativo Ético Disciplinar nº CFF: 401/2020 Requerente: CRF-ES. Interessado: Lenomar Aguiar de Sousa. Requerido: Conselho Federal de Farmácia. Relator: Conselheiro Federal Carlos André Oeiras Sena.

Processo Administrativo Nº CFF: 2904/2022. Recorrente: Laerte Gimenes Prates. Advogados: Clovis Souza de Oliveira - OAB/SP 187354, Edson Carlos Pereira- OAB/SP 141028. Recorrido: CRF-SP. Relator: Conselheiro Egberto Feitosa Filho.

Processo Administrativo Nº CFF: 2905/2022. Recorrente: Laerte Gimenes Prates. Advogados: Clovis Souza de Oliveira - OAB/SP 187354, Edson Carlos Pereira- OAB/SP 141028. Recorrido: CRF-SP. Relator: Conselheiro Egberto Feitosa Filho.

Processo Administrativo Ético Disciplinar nº CFF: 2610/2022. Recorrente: Maricilia Batista Maia. Advogados: Rui Fernando Braga Alves - OAB/SP nº 358.500, Gabrielle de Souza Silva Romaniuc OAB/SP 396.187. Recorrido: CRF-SP. Relator: Conselheiro Gerson Antonio Pianetti.

Processo Administrativo Ético Disciplinar nº CFF: 2613/2022. Recorrente: Nalu Generozo Pereira Danelon. Advogados: Rui Fernando Braga Alves - OAB/SP nº 358.500, Gabrielle de Souza Silva Romaniuc - OAB/SP 396.187. Recorrido: CRF-SP. Relator: Conselheiro Gerson Antonio Pianetti.

Processo Administrativo Ético Disciplinar nº CFF: 2782/2022. Recorrente: Daniella Nogueira Meggiolaro. Advogada: Daiane da Luz - OAB/PR 70.589. Recorrido: CRF/PR. Relator: Conselheiro Willian Peres.

Em 17 de novembro de 2022
WALTER DA SILVA JORGE JOÃO

CONSELHO FEDERAL DE FONOAUDIOLOGIA

RESOLUÇÃO CFFA Nº 679, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

"Dispõe sobre a alteração do art. 2º da Resolução CFFa nº 239, de 18 de dezembro de 1999. "

O Conselho Federal de Fonoaudiologia, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conferidas pela Lei nº 6.965, de 9 de dezembro de 1981, e pelo Decreto nº 87.218, de 31 de maio de 1982; Considerando a Lei nº 6.965, de 9 de dezembro de 1981, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de fonoaudiólogo e determina outras providências; Considerando o disposto no art. 14, inciso I da Lei nº 6.965/1981, de 9 de dezembro de 1981, que define a receita do Conselho Federal de Fonoaudiologia; Considerando a resolução vigente, que estabelece normas e procedimentos do Sistema de Conselhos de Fonoaudiologia na elaboração das propostas orçamentárias, das reformulações orçamentárias, dos balancetes e do relatório anual de gestão; Considerando o decidido na Reunião de Diretoria nº 442, ad referendum do Plenário, realizada no dia 4 de novembro de 2022, resolve:

Art. 1º Alterar o texto do art. 2º, da Resolução CFFa nº 239, de 18 de dezembro de 1999, que passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 2º Os Conselhos Regionais de Fonoaudiologia deverão remeter ao Conselho Federal de Fonoaudiologia o demonstrativo da receita, para fins de cálculo da cota-parte constante de cada balancete trimestral, conforme o roteiro que se segue: DE: CRFa _____ Região PARA: TESOURARIA DO CFFa MÊS: _____ Total da Receita Bruta Arrecadada: _____ Receita Compartilhada: _____ Receita Não Compartilhada: _____ Cálculo da Cota-Parte: _____ Transferência Compartilhada: _____ Transferência Não Compartilhada: _____ Total da Cota-Parte devida ao CFFa: _____

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

ANDRÉA CINTRA LOPES
Presidente do Conselho

JOZÉLIA DUARTE BORGES DE PAULA RIBAS
Diretora Secretária

RESOLUÇÃO CFFA Nº 680, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

"Dispõe sobre a permissão para realização em ambiente virtual, de forma permanente, de reuniões de diretoria, comissões, grupos de trabalho (GT) e sessões plenárias ordinárias e extraordinárias do Sistema de Conselhos de Fonoaudiologia. "

O Conselho Federal de Fonoaudiologia, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conferidas pela Lei nº 6.965, de 9 de dezembro de 1981, e pelo Decreto nº 87.218, de 31 de maio de 1982; Considerando a Lei nº 6.965, de 9 de dezembro de 1981, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de fonoaudiólogo e determina outras providências; Considerando o dever legal previsto na norma dos incisos II e IV do art. 10 da Lei nº 6.965/1981; Considerando a Resolução vigente, que dispõe sobre o pagamento de diárias nacionais e internacionais, adicional de deslocamento, auxílio de representação e gratificação pela participação em órgão de deliberação coletiva (jetom), para o atendimento de despesas de conselheiros, empregados e colaboradores do Sistema de Conselhos de Fonoaudiologia, e dá outras providências; Considerando que compete ao Conselho Federal de Fonoaudiologia zelar para que as atividades do Sistema de Conselhos de Fonoaudiologia sejam exercidas com rigorosa observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência; Considerando o decidido na Reunião de Diretoria nº 442 do Conselho Federal de Fonoaudiologia, ad referendum do plenário, realizada no dia 4 de novembro de 2022, resolve:

Art. 1º Permitir que as reuniões de diretoria, comissões, grupos de trabalho (GT) e sessões plenárias ordinárias e extraordinárias do Sistema de Conselhos de Fonoaudiologia sejam realizadas em ambiente virtual. Parágrafo único. Nas reuniões realizadas em ambiente virtual, devem ser utilizadas tecnologias de informação e comunicação que atendam a parâmetros de verificação, confidencialidade e segurança reconhecidos e adequados, devendo ser gravadas para arquivamento.

Art. 2º Os conselheiros deverão adotar conduta de boas maneiras: a) antes de começar a reunião, verificar se a internet está funcionando e se seu computador ou celular acessam a plataforma selecionada para ocorrer a reunião; b) escolher um local silencioso e que garanta a privacidade necessária para participar da reunião; c) fazer login com seu próprio nome; d) adentrar à plataforma com a câmera ligada e assim permanecer durante toda a reunião; e) manter o microfone desligado, devendo este ser ligado apenas quando for se manifestar; f) indicar quando desejar se manifestar e ligar o microfone para fazê-lo somente quando lhe for concedida a palavra.

Art. 3º Os conselheiros convocados a participar de reuniões e sessões plenárias ordinárias e extraordinárias a serem realizadas em ambiente virtual não farão jus à percepção de verbas de natureza indenizatória, como diárias, adicional de deslocamento e verba de representação.

Art. 4º Aos conselheiros efetivos ou suplentes (quando na substituição de conselheiro efetivo) convocados a participar de reuniões deliberativas em ambiente virtual, fica facultado o pagamento do jetom, observados os exatos critérios e condições estabelecidos na resolução que define o pagamento dessa verba para a participação em reuniões deliberativas presenciais.

Art. 5º Fica expressamente revogada a Resolução do CFFa nº 572, de 23 de abril de 2020.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

ANDRÉA CINTRA LOPES
Presidente do Conselho

JOZÉLIA DUARTE BORGES DE PAULA RIBAS
Diretora Secretária

RESOLUÇÃO CFFA Nº 681, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

"Dispõe sobre a alteração da Resolução CFFa nº 599, de 15 de janeiro de 2021. "

O Conselho Federal de Fonoaudiologia, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conferidas pela Lei nº 6.965, de 9 de dezembro de 1981, e pelo Decreto nº 87.218, de 31 de maio de 1982; Considerando a Lei nº 6.965, de 9 de dezembro de 1981, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de fonoaudiólogo e determina outras providências; Considerando o disposto no Acordo de Cooperação Técnica firmado com a Procuradoria-Geral do Trabalho, em 10 de dezembro de 2020; Considerando o Guia Operacional do Acordo de Cooperação Técnica assinado em 30 de agosto de 2022; Considerando que compete ao CFFa regulamentar, sob perspectiva ampla, os procedimentos administrativos no âmbito das atividades do Sistema de Conselhos de Fonoaudiologia; Considerando o decidido na Reunião de Diretoria nº 442 do Conselho Federal de Fonoaudiologia, ad referendum do Plenário, realizada no dia 4 de novembro de 2022, resolve:

Art. 1º Alterar a ementa da Resolução nº 599, de 15 de janeiro de 2021, que passa a vigorar com os seguintes dizeres: "Dispõe sobre a regulamentação do cumprimento, pelo Sistema de Conselhos de Fonoaudiologia, do Acordo de Cooperação Técnica firmado com a Procuradoria-Geral do Trabalho, em 10 de dezembro de 2020."

Art. 2º Incluir, na Resolução CFFa nº 599, de 15 de janeiro de 2021, o Anexo desta Resolução (Guia operacional que estabelece parâmetros para implementação dos termos constantes no Acordo de Cooperação entre o MPT e o CFFa), internalizando no Sistema de Conselhos o fluxo para execução do Acordo de Cooperação Técnica. Parágrafo único. O Art. 1º passará a vigorar com a seguinte redação: Art. 1º Regulamentar o cumprimento, pelo Sistema de Conselhos de Fonoaudiologia, do Acordo de Cooperação Técnica firmado com a Procuradoria Geral do Trabalho, em 10 de dezembro de 2020 (Anexo I) e do Guia Operacional firmado com a Procuradoria Geral do Trabalho, em 30 de agosto de 2022 (Anexo II).

Art. 3º Acrescentar os seguintes incisos ao Art. 2º da Resolução nº 599, de 15 de janeiro de 2021: IV - coletar os dados constantes nos anexos I, II e III do Guia Operacional (em anexo). V - consolidar as informações de todas as fiscalizações realizadas durante o ano, remetendo relatório ao CFFa, até o dia 1º de março do ano subsequente.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

ANDRÉA CINTRA LOPES
Presidente do Conselho

JOZÉLIA DUARTE BORGES DE PAULA RIBAS
Diretora Secretária

ANEXO I

GUIA OPERACIONAL
ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
CONAFRET - GT ESTAGIÁRIOS E CONSELHO FEDERAL DE FONOAUDIOLOGIA

Elaborado por: - MPT - Coordenadoria Nacional de Combate às Fraudes nas Relações de Trabalho - CONAFRET Conselho Federal de Fonoaudiologia INTRODUÇÃO Conforme a Lei Federal nº 6.965, de 9 de dezembro de 1981, a atuação do Conselho Federal e Conselhos Regionais de Fonoaudiologia limitam-se à fiscalização do exercício profissional e suas atividades. Desta forma, os Fonoaudiólogos (seja o professor orientador da instituição de ensino ou o supervisor da parte concedente), sob a erige da Lei nº 6.965/81, possuem atribuições no ensino de Fonoaudiologia, e nesse âmbito de atuação podem ser alvo de fiscalização dos Conselhos Regionais de Fonoaudiologia Cabe ressaltar que a Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, conceitua o estágio como: Art. 1º Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos. Já o art. 3º, 8 1º, da Lei Federal nº 11.788/2008, dispõe: "o estágio, como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente, comprovado por vistos nos relatórios referidos no inciso IV do caput do art. 7º desta Lei e por menção de aprovação final." De outra banda, caracteriza-se o vínculo de trabalho do educando quando a empresa e/ou instituição concedente não cumpre as determinações da Lei Federal nº 11.788/2008, de forma que tal exercício configura nesses moldes, o exercício ilegal da profissão: Art. 15. A manutenção de estagiários em desconformidade com esta Lei caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária. A Lei n.º 6.965/81 estabelece dentre as atribuições do Profissional Fonoaudiólogo Responsável Técnico: Art. 1º É reconhecido em todo território nacional o exercício da profissão de Fonoaudiólogo, observados os preceitos da presente Lei. Parágrafo único. Fonoaudiólogo é o profissional, com graduação plena em Fonoaudiologia, que atua em pesquisa, prevenção, avaliação e terapia fonoaudiológicas na área da comunicação oral e escrita, voz e audição, bem como em aperfeiçoamento dos padrões da fala e da voz. Desta forma, visando a verificação de possíveis desvios no que tange ao estágio exercido pelos estudantes de Fonoaudiologia, firmou-se o Termo de Cooperação Técnica entre o Ministério Público do Trabalho (MPT) e o Conselho Federal de Fonoaudiologia que possui como objetos principais: 1. Este Acordo tem por objeto a cooperação técnica e o intercâmbio de informações entre os órgãos partícipes, visando à obtenção de maior eficiência e tempestividade na adoção de providências relacionadas às matérias pertinentes a eventuais irregularidades em estágios nas profissões regulamentadas, devendo o Conselho informar ao MPT quando encontrar, atuando como supervisor de estágio, pessoa não formada habilitada ou não registrada no órgão de classe respectivo, quando encontrar estagiários sem supervisão de profissional formado/habilitado e registrado no órgão de classe, quando identificar incompatibilidade entre o conteúdo do plano de estágio e da carga horária, observando-se as diretrizes curriculares, dentre outras irregularidades, estejam essas ocorrendo em Ensino Presencial ou EAD (ensino à distância). O presente guia operacional tem como objetivo estabelecer parâmetros para implementação dos termos estabelecidos no Termo de Cooperação, em complementação à Resolução CFFa nº. 599, de 15 de janeiro de 2021, que internalizou no Sistema o fluxo para execução do aditivo de prorrogação do termo. 1. Público Alvo-Coordenadoria Nacional de Combate às fraudes nas Relações de Trabalho - CONAFRET, Procuradoria Regional do Trabalho - PRT, Procuradoria do Trabalho Municipal - PTM, Conselho Federal de Fonoaudiologia, Conselhos Regionais de Fonoaudiologia. 2. Objetivo-Estabelecer os procedimentos operacionais complementares à Resolução CFFa nº. 599, de 15 de janeiro de 2021, visando o cumprimento ao Termo de Acordo de Cooperação Técnica firmado entre MPT e Conselho Federal de Fonoaudiologia através das seguintes ações: Verificar se há contrato de estágio (Termo de Compromisso) firmado entre as instituições de ensino/agentes de integração. Entende-se por Termo de Compromisso - um acordo celebrado entre o educando ou seu representante ou assistente legal, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino, prevendo as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar; Verificar se há profissional Fonoaudiólogo supervisor da parte concedente do estágio e se o mesmo supervisiona as atividades dos estagiários; Verificar se há professor orientador da parte requerente do estágio e se o mesmo supervisiona/acompanha/orienta as atividades dos estagiários, exceto para os agentes de integração (em caso de estágio não obrigatório - observar art. 5º da Lei 11.788/2008 - Exemplos: CIEE, IEL, entre outros); Combater o exercício ilegal da profissão Fonoaudiólogo por pessoas não habilitadas e não inscritas no âmbito

do Conselho Regional de Fonoaudiólogo. Verificar existência de relação de emprego entre o estagiário e a unidade concedente. O estágio não caracteriza vínculo de emprego de qualquer natureza, desde que observados os requisitos legais não sendo devidos encargos sociais, trabalhistas e previdenciários (art. 3º e 15 da Lei nº 11.788/2008). A manutenção de estagiários em desconformidade com esta lei caracteriza vínculo empregatício do educando com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária (8 1º do art. 15 da Lei nº 11.788/2008). 3. Das Questões Operacionais 3.1 Para as definições operacionais estratégicas relativas ao Termo de Cooperação as representações institucionais estarão sob a responsabilidade do GT Estagiários da CONAFRET, no MPT e do setor de fiscalização dos Conselhos Federal e Regionais de Fonoaudiologia. 3.2 Compreende-se por definições operacionais estratégicas as seguintes ações: Pelos Presidentes das Comissões de Fiscalização dos Conselhos Regionais de Fonoaudiologia. - Difundir entre os fiscais os objetivos, diretrizes e instrumentos do termo de cooperação; - Planejar e organizar fiscalizações com objetivo de combater as fraudes em estágio; - Orientar os agentes fiscais para que identifiquem os agentes de integração de estágio não obrigatório; - Conferir os instrumentos registrados pelos fiscais ao final de cada instituição inspecionada; - Consolidar as informações de todas as fiscalizações realizadas durante o ano, remetendo as informações até o dia 1º de março do ano subsequente ao Responsável pela interlocução com o MPT (item 2.3 do termo de cooperação) do Conselho Federal Fonoaudiologia. - Enviar cópia dos instrumentos preenchidos, bem como cópia das autuações e relatórios fiscais, ao CFFa, conforme previsto no art. 2º da Resolução CFFa nº. 599, de 15 de janeiro de 2021, em atendimento ao Termo de Cooperação Técnica MPT. Pelos Fiscais do Conselho Regional de Fonoaudiologia devem ser verificados os seguintes itens: - Convênio de concessão entre instituição de ensino/agente de integração e unidade concedente; - Termo de compromisso (observar existência do termo firmado pelo estagiário ou com seu representante ou assistente legal e pelos representantes legais da parte concedente e da instituição de ensino, celebração do compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino, compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso, indicação das condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar, seguro contra acidentes pessoais, jornada de atividade, entre outros); - Plano de atividades do estágio (observar a congruência entre o plano de atividades do estagiário e o termo de compromisso devidamente firmados); - Data de início e previsão de término do estágio; - Plano de atividades a serem desenvolvidas pelo estagiário; - Tipo de estágio: Obrigatório ou Não Obrigatório. - Quem é o professor orientador; - Quem é o supervisor da unidade concedente; - Existência e o cumprimento do cronograma de supervisão do professor orientador: - Se o aluno consta em escala de trabalho (estágio não obrigatório); - Quantos alunos por supervisor da unidade concedente responsável pelo acompanhamento do aluno. O supervisor da parte concedente somente pode orientar e supervisionar até IO (dez) estagiários simultaneamente (inciso Ill, do art. 9º da Lei 11.788/2008); - À qual Escola/Instituição de Ensino Superior o aluno está vinculado. Observação: As inconsistências verificadas nos documentos relacionados ao estágio e as atividades verificadas in loco deverão ser descritas no campo específico do instrumento "Campo de Estágio". Pelos interlocutores do Conselho Federal de Fonoaudiologia - Às inconformidades verificadas nos relatórios remetidos pelos Conselhos Regionais de Fonoaudiologia devem ser notificadas ao GT Estagiários através do PGEA nº 20.02.0001.0007542/2021-72. 5. Disposições Finais O cumprimento das atribuições elencadas neste Guia Operacional está condicionado à observação da viabilidade técnica para atendimento de ambos as instituições. Os procedimentos e operacionalizações descritos neste Guia poderão sofrer melhorias a partir de evoluções tecnológicas das partes simplificando trâmites de processos, de informações e de atos administrativos. Os casos omissos serão tratados e acordados pelas partes.

Brasília/DF, 30 de agosto de 2022.
ANDRÉA CINTRA LOPES
Presidente do Conselho

LAURO AUGUSTO V. S. PINHEIRO
Assessor Jurídico do CFFa

TADEU HENRIQUE LOPES DA CUNHA
Procurador do Trabalho Coordenador Nacional da CONAFRET

GUSTAVO RIZZO RICARDO
Procurador do Trabalho Coordenador do GT Estagiários

Anexo I - Modelo de Termo de Fiscalização

1. Identificação Geral:

Empresa e/ou Órgão Público:
Data de Inspeção:
Horário de Inspeção:

2. Informações do Campo de Estágio:

Unidade Concedente/Setor:	
Nome da Instituição de ensino:	
Nome do agente de integração (em caso de estágio não obrigatório):	
Atividade:	
( ) Obrigatório	( ) Não obrigatório
Dados do Orientador (instituição de ensino):	
Nº de Registro no CRFa:	Horário do Estágio:
Supervisor da Instituição Concedente ( ) Docente da Instituição Formadora ( )	
Nome do supervisor de Estágio:	
Nº de Registro CRFa do supervisor:	
Acompanhamento durante o horário de trabalho: ( )Sim ( ) Não	
Quantitativo de Alunos no Campo:	

3. Acompanhamento do estagiário:

Informar o nomes) do(s) estagiário(s) que realiza(m) atividades diversas não condizentes com o curso de Fonoaudiologia:
Descrever as atividades diversas não condizentes com o curso de Fonoaudiologia realizadas pelos estagiários:
Informar os nomes do(s) estagiário(s) sem supervisor:

4. Itens verificados:

Estudantes sendo supervisionados por pessoa não inscrita no Conselho Regional Fonoaudiologia (CRFa): ( ) Sim ( ) Não. Em caso positivo, quantos:
Estudantes encontrados sem supervisão de pessoa da parte concedente, com inscrição no Conselho Regional de Fonoaudiologia (CRFa): ( )Sim ( ) Não Em caso positivo, quantos:
Estudantes sem professor orientador da instituição de ensino: ( )Sim ( ) Não Em caso positivo, quantos:
Profissional Fonoaudiólogos atuando simultaneamente como preceptor/supervisor de estágio e professor da Instituição de ensino: ( )Sim ( ) Não Em caso positivo, quantos:
Inconsistências identificadas entre os documentos relacionados ao estágio e as atividades verificadas in loco: ( )Sim ( ) Não

5. Outras Informações Relevantes:

_____Data__ /__ /20__

ANEXO II - MODELO DE CONSOLIDAÇÃO DE INFORMAÇÕES ANUAIS DAS FISCALIZAÇÃOES DO CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA

Observação: Cada Conselho Regional deve apresentar um único documento consolidado constando informações de todas as inspeções realizadas durante o ano. 1. Conselho Regional de Fonoaudiologia 2. Responsável pelo preenchimento/cargo: 3. Quantitativo total de instituições de saúde cadastradas no CNES com atividade de ensino na Capital. 4. Quantitativo total de escolas de nível superior de Fonoaudiologia no Estado (MEC). 5. Quantitativo total de instituições concedentes de estágio inspecionadas. 6. Quantitativo total de setores inspecionados com presença de estagiários de Fonoaudiologia. 7. Nome das empresas e instituições inspecionadas: 8. Número total de estudantes de Fonoaudiologia contemplados nas empresas e instituições inspecionadas. 9. Número total de Fonoaudiólogos supervisores envolvidos nos campos inspecionados. 10. Número total de professores orientadores envolvidos nos campos inspecionados. 11. Número de estudantes realizando atividades diversas do termo de estágio firmados. 12. Descrição das instituições em que foram encontradas atividades diversas não condizentes com o curso de Fonoaudiologia. 14. Descrição das atividades diversas não condizentes com o curso de Fonoaudiologia encontrado. 15. Completar quadro a seguir:

Situações	Número (Total)	Instituições Concedente (Relacionar)	Instituições de Ensino (Relacionar)
Estudantes sendo supervisionados por pessoa não inscrita no Conselho Regional de Fonoaudiologia			
Estudantes encontrados sem supervisão de pessoa da parte concedente com inscrição no Conselho Regional de Fonoaudiologia			
Estudantes sem professor orientador da instituição de ensino			
Inconsistências identificadas entre os documentos relacionados ao estágio e as atividades verificadas in loco			

16 - Observações/Fatos relevantes (descrever questões relevantes não contempladas nas questões acima dispostas):

ANEXO III - INSTRUMENTO DA UNIDADE CONCEDENTE

1. Dados Administrativos do Campo Concedente de Estágio

Serviço de Fonoaudiologia do(a) inserir nome fantasia da Unidade Concedente	
Profissional Fonoaudiólogos Responsável: Profissional Fonoaudiólogos responsável pelo serviço de Fonoaudiologia.	
Nº CRFa: do Profissional Fonoaudiólogos Responsável	Telefone:
E-mail:	Horário de Trabalho:
Razão Social:	
CNPJ:	
Endereço Completo da Unidade Concedente:	
Natureza: ( ) Público ( ) Privado	Filantropia: ( ) Sim ( ) Não
Representante Legal:	
Horário de Funcionamento:	

2. Informações sobre o campo de estágio na unidade concedente

A unidade concedente é campo de estágio nos níveis: ( ) Superior ( ) Médio
Modalidade do estágio: ( )Obrigatório ( ) Não obrigatório
Relacionar as Escolas/Faculdades que dispõem de estagiários na unidade concedente:
Quais os setores dispõem de estagiários de curso de Fonoaudiologia:
Quais os turnos em que há estagiário: ( ) Matutino ( ) Vespertino ( ) Noturno

3. Documentação solicitada a ser enviada para o CRFa no prazo de 15 dias úteis:

4. Outras Informações Relevantes:

FISCAL DO CRFA
Responsável pela Unidade Concedente

RESOLUÇÃO CFFA Nº 682, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

"Dispõe sobre a alteração do art. 12 da Resolução CFFa nº 644, de 11 de dezembro de 2021. "

O Conselho Federal de Fonoaudiologia, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conferidas pela Lei nº 6.965, de 9 de dezembro de 1981, e pelo Decreto nº 87.218, de 31 de maio de 1982; Considerando a Lei nº 6.965, de 9 de dezembro de 1981, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de fonoaudiólogo e determina outras providências; Considerando a Resolução Anvisa/RDC nº 11, de 26 de janeiro de 2006, que "dispõe sobre o Regulamento Técnico de Funcionamento de Serviços que prestam Atenção Domiciliar"; Considerando a resolução CFFa vigente sobre o registro de informações e procedimentos fonoaudiológicos em prontuários; Considerando o decidido na Reunião de Diretoria nº 442, ad referendum do Plenário, realizada no dia 4 de novembro de 2022, resolve:

Art. 1º Alterar o texto do art. 12 da Resolução CFFa nº 644, de 11 de dezembro de 2021, que passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 12 O fonoaudiólogo tem de registrar todas as ações concernentes aos atendimentos em

home care, de forma clara, objetiva, contínua e com letra legível em prontuário, conforme a resolução CFFa vigente sobre o registro de informações e procedimentos fonoaudiológicos em prontuários, a ser mantido no domicílio do cliente ou do familiar, sob os seus cuidados ou da família e uma cópia com o fonoaudiólogo (se o serviço for prestado por pessoa física) ou com a empresa responsável (se o serviço for prestado por pessoa jurídica) e obedecer às diretrizes da Resolução Anvisa/RDC nº 11/2006, respeitando-se os mesmos critérios para prontuários eletrônicos e compartilhados.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

ANDRÉA CINTRA LOPES
Presidente do Conselho

JOZÉLIA DUARTE BORGES DE PAULA RIBAS
Diretora Secretária

RESOLUÇÃO CFFA Nº 683, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2022

"Dispõe sobre a alteração do § 2º do art. 12 da Resolução CFFa nº 583, de 16 de setembro de 2020. "

O Conselho Federal de Fonoaudiologia, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conferidas pela Lei nº 6.965, de 9 de dezembro de 1981, e pelo Decreto nº 87.218, de 31 de maio de 1982; Considerando a Lei nº 6.965, de 9 de dezembro de 1981, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de fonoaudiólogo e determina outras providências; Considerando a Lei nº 6.839, de 30 de outubro de 1980, que dispõe sobre o registro de empresas nas entidades fiscalizadoras do exercício de profissões; Considerando o decidido na Reunião de Diretoria nº 442, ad referendum do Plenário, realizada no dia 4 de novembro de 2022, resolve:

Art. 1º Alterar o texto do § 2º do art. 12 da Resolução CFFa nº 583, de 16 de setembro de 2020, que passa a vigorar com a seguinte redação: § 2º As filiais inscritas na modalidade registro localizadas em jurisdições distintas da matriz pagarão anuidade proporcional ao capital social destacado no ato constitutivo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

ANDRÉA CINTRA LOPES
Presidente do Conselho

JOZÉLIA DUARTE BORGES DE PAULA RIBAS
Diretora Secretária

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO DISTRITO FEDERAL

RESOLUÇÃO CRCDF Nº 235, 27 DE OUTUBRO DE 2022

Prevê e Fixa Critérios para a Realização de Mutirão de Negociação Administrativa de Créditos do CRCDF.

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de ações visando a recuperação de créditos do CRCDF;

CONSIDERANDO os critérios de negociação previstos na Resolução CFC nº 1.546/2018, resolve:

Art. 1º Prever a realização de mutirões de negociação administrativa de créditos do CRCDF, a serem realizados no mês de dezembro de 2022, em datas a serem definidas pela Presidência e divulgadas previamente por e-mail marketing e em seu sítio na internet.

Art. 2º Poderão participar do mutirão de negociação todos os profissionais com débitos de anuidades e multas anteriores ao exercício 2022 que solicitarem o agendamento por meio de formulário próprio disponibilizado no sítio do CRCDF, observada a disponibilidade de atendimento da Subseção e do Comitê.

Paragrafo único. O interessado deverá preencher formulário de solicitação de agendamento, informando as datas e horários de preferência, observando os dias e horários de realização do mutirão, conforme divulgado pelo CRCDF.

Parágrafo Segundo: O setor de cobrança do CRCDF receberá os formulários e encaminhará confirmação de agendamento pelo e-mail cadastrado.

Parágrafo Terceiro: Os agendamentos serão realizados considerando a ordem de recebimento dos formulários, propondo novas datas e/ou horários em caso de impossibilidade de atendimento conforme a solicitação do profissional.

Art. 3º Para o mutirão serão adotados os critérios de negociação previstos na Resolução CFC nº 1.546/2018.

Art. 4º Os pedidos de negociação com critérios diferentes dos previstos nos artigos 13 a 15 da Resolução CFC nº 1.546/2018 deverão ser formalizados por escrito pelo profissional, contendo a justificativa do pleito e documentos comprobatórios do alegado, sendo nesse caso adotados os critérios de desconto e parcelamento previstos nos artigos 19 a 25 da mesma Resolução.

Paragrafo único. Os requerimentos previstos no caput serão direcionados a um comitê composto por 03 (três) Conselheiros da Câmara de Controle Interno do CRCDF, que realizará a análise dos fatos e documentos apresentados e emitirá parecer ad referendum do Plenário.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor nesta data.

ALBERTO MILHOMEM BARBOSA
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 12ª REGIÃO

RESOLUÇÃO Nº 30, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2022

Aprova o Orçamento-Programa do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 12ª Região para o exercício de 2023.

O Plenário do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 12ª Região, no uso das atribuições conferidas pelo inciso VIII do artigo 7º da Lei nº 6.316, de 17 de setembro de 1975, em sua 90ª Reunião Plenária Ordinária, realizada no dia 08 de novembro de 2022, deliberou:

Considerando o interesse público expressado no Relatório Contábil nºs. 01/2022, apontando a necessidade de aprovação do Orçamento-Programa para o exercício de 2023 da Autarquia Federal, resolve:

Art. 1º - Aprovar o orçamento-programa para o exercício de 2023 do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 12ª Região - CREFITO-12, cujo resumo está publicado no Anexo I integrante desta Resolução.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

CLÉVIA DANTAS LUZ DE MATOS
Diretora-Secretária

ELINETH DA CONCEIÇÃO BRAGA VALENTE
Presidente do Conselho

ANEXO I

RESUMO DO ORÇAMENTO-PROGRAMA DO CREFITO-12 PARA O EXERCÍCIO DE 2023

CREFITO-12	RECEITA	DESPESA
Receitas e Despesas Correntes	R$ 6.708.155,00	R$ 6.378.155,00
Receitas e Despesas de Capital	550.000,00	R$ 880.000,00
TOTAL	R$ 7.258.155,00	R$ 7.258.155,00

